



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

JULIANA BACELAR DE ARAÚJO

**Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro
nos anos 2000**

Campinas
2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

JULIANA BACELAR DE ARAÚJO

**Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro
nos anos 2000**

Prof. Dr. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA JULIANA
BACELAR DE ARAÚJO E ORIENTADA PELO PROF.
DR. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR**

Orientador

**Campinas
2017**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 1098015; CAPES, 1523657

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Araújo, Juliana Bacelar de, 1983-
Ar15m Mercado de trabalho e desigualdade : o Nordeste brasileiro nos anos 2000 /
Juliana Bacelar de Araújo. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Paulo Eduardo de Andrade Baltar.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Desenvolvimento econômico - Brasil, Nordeste. 2. Disparidades
econômicas regionais. 3. Mercado de Trabalho. 4. Desigualdades sociais. 5.
Renda - Distribuição. I. Baltar, Paulo Eduardo de Andrade, 1950-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Labor market and inequality : the Brazilian Northeast in the 2000's

Palavras-chave em inglês:

Economic development - Brazil, Northeast

Regional economic disparities

Labor market

Social inequalities

Income distribution

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Paulo Eduardo de Andrade Baltar [Orientador]

Claudio Salvadori Dedecca

Fernando Cezar de Macedo Mota

Darcilene Cláudio Gomes

Maria do Livramento Miranda Clementino

Data de defesa: 31-07-2017

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

JULIANA BACELAR DE ARAÚJO

**Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro
nos anos 2000**

Defendida em 31/07/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR
Instituto de Economia / UNICAMP

Dr. CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
Instituto de Economia / UNICAMP

Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA
Instituto de Economia / UNICAMP

Dr.ª DARCILENE CLÁUDIO GOMES
Fundação Joaquim Nabuco

Dr.ª MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO
UFRN

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que conviveram comigo e me ajudaram ao longo dessa jornada, que em muitos momentos me pareceu tão difícil. Sou grata aos que compartilharam junto a mim este sonho e as angústias dele decorrentes, incentivando-me e dividindo comigo a alegria da conclusão dessa etapa de minha formação.

Aos meus pais, Tania e Alcindo, agradeço o exemplo de vida e dedicação ao estudo da economia e das questões regionais que, sem dúvida, me influenciaram na hora de escolher o Nordeste como recorte espacial para a análise do mercado de trabalho e da desigualdade ao longo dos anos 2000. Obrigada pelo apoio incondicional e irrestrito, pela paciência e compreensão e pelo amor eterno. Não poderia deixar de citar os meus irmãos, João e Leo, as minhas cunhadas, Cathy e Dani, a minha sogra, Dulce, e toda a minha família que, cada um ao seu jeito, sempre me apoiaram e torceram por meu sucesso.

Ao João Arthur, meu sobrinho, agradeço os momentos de distração e alegria ao seu lado. Que venha Matheus, meu próximo sobrinho, para alegrar ainda mais a nossa família.

Ao Cassiano Trovão, companheiro de toda essa jornada e cúmplice nos momentos mais importantes, que, além de aturar minhas crises e reclamações, sempre me apoiou e foi fundamental para a conclusão desta Tese, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos recifenses, agradeço a torcida e, principalmente, a compreensão pela grande ausência, inclusive, em momentos tão importantes quanto os casamentos, nascimentos, batizados, despedidas e aniversários.

Aos amigos do mestrado e do doutorado, agradeço o convívio fácil, as ótimas discussões e as saídas por Barão Geraldo. Não poderia, também, deixar de lembrar e de agradecer à turma 04 da Economia, que me acolheu com tanto carinho.

À equipe da Ceplan - Consultoria Econômica e Planejamento, minha primeira grande escola de economia, gostaria de demonstrar toda a minha gratidão pela recepção sempre calorosa, mas, sobretudo, pelos ensinamentos, discussões e incentivos em todas as etapas do doutorado.

Ao Prof. Paulo Baltar, meu orientador desde o mestrado, agradeço o incentivo, a atenção dedicada e as observações e discussões que deram norte ao presente trabalho. Agradeço, principalmente, a paciência para aceitar as minhas teimosas incursões pelo tão querido, para mim, campo da economia regional que, neste estudo, se refletiu na análise da região Nordeste.

Ao longo deste trabalho, várias discussões, conversas e e-mails foram importantes para a sua conformação. Não poderia deixar de agradecer aos professores e pesquisadores Leonardo Guimarães Neto, Aldemir do Vale, Valdeci Monteiro, Fábio Lucas de Oliveira, Wilson Cano, Jan Bitoun, Tirza Aidar, Rosana Baeninger e Aristides Monteiro Neto por esses momentos.

Minha gratidão aos professores Cláudio Dedecca e Fernando Macedo, por terem aceitado o convite para participação na banca de qualificação, mas, acima de tudo, por todas as “portas abertas” e discussões que me ajudaram bastante. Aos professores Cláudio Dedecca, Fernando Macedo, Maria do Livramento e Darcilene Gomes, agradeço a participação e os comentários e sugestões feitos na banca examinadora final.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários do Instituto de Economia da UNICAMP, especialmente aos da secretaria da pós-graduação, da biblioteca e do CESIT. Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido através da bolsa de estudos de doutorado no País.

RESUMO

O objetivo desta Tese é o de analisar os impactos do padrão de crescimento com inclusão social experimentado pelo Brasil na primeira década do século XXI no comportamento do mercado de trabalho e da desigualdade, a partir de uma análise multidimensional, colocando foco especial no que se passou na região Nordeste e sub-regiões selecionadas dentro dessa macrorregião.

Defende-se que, a partir da consolidação do processo de integração produtiva verificado no país, o PIB do Nordeste passou a acompanhar de perto o movimento cíclico da dinâmica econômica nacional e tendeu a apresentar taxa de incremento um pouco maior do que a média do país nas fases de expansão e taxa de retração menor nos momentos de crise. Neste estudo, busca-se também explicar por que o padrão de crescimento que foi vivenciado recentemente pelo Brasil beneficiou especialmente a região Nordeste, mesmo que se observem importantes diferenças intrarregionais. Aliás, a leitura em várias escalas territoriais dentro do Nordeste é uma das contribuições da análise realizada, posto que permite considerar a heterogeneidade dessa macrorregião. A persistência de importantes diferenças intrarregionais também será um dos focos da interpretação aqui realizada.

Demonstra-se que o padrão de crescimento com inclusão social observado ao longo dos anos 2000 afetou positivamente o Nordeste, através da dinamização da atividade econômica e do mercado de trabalho, além do incremento da renda advindo das políticas públicas setoriais e, em especial, sociais, implementadas *pari passu* a importantes transformações demográficas observadas no país e que também foram sentidas na região. Nesse contexto, houve redução da desigualdade intrarregional principalmente nos indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia entre 2000 e 2010. Ampliou-se o acesso a bens de consumo, com popularização de alguns itens, mas também com aumento das disparidades intrarregionais. Destaca-se que esse modelo também apresentou limitações, principalmente no que se refere à desigualdade nas condições dos domicílios e no acesso a bens públicos. Em termos educacionais, observam-se evoluções positivas, mas permanecem importantes disparidades intrarregionais. A melhora de grande parte dos indicadores médios em todas as dimensões não se traduziu em uma transformação da condição desigual entre estados, microrregiões e os municípios do Nordeste, sobretudo no que se refere às áreas rurais dos pequenos municípios (até 100 mil habitantes). Isso ocorre tanto porque alguns indicadores mostram um aumento da desigualdade, quanto pelo fato de o patamar de grande parte deles ainda ser relativamente bastante elevado. Maranhão, Piauí e Alagoas continuam possuindo a maioria dos piores indicadores estudados. Bahia e Paraíba também se sobressaem negativamente em alguns indicadores, mas em menor intensidade. O Nordeste rural permanece ainda muito atrasado. Esses traços se refletem na análise por microrregiões, onde se verifica que as áreas piores posicionadas em termos de desigualdade multidimensional permanecem sendo aquelas situadas em microrregiões com baixo grau de urbanização e maior incidência do trabalho agrícola e localizadas nos Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas e Bahia. Apesar da melhoria de vários indicadores sociais e econômicos observada ao longo dos anos 2000, a histórica heterogeneidade do tecido produtivo regional reafirma-se.

Palavras-Chave: Crescimento econômico; Mercado de trabalho; Desigualdade multidimensional; Desigualdade - Brasil, Nordeste.

ABSTRACT

The main goal of this thesis is to analyze the impacts of the growth pattern with social inclusion in Brazil over the first decade of the 21st century in regards to the labor Market and inequality, on a multidimensional perspective, focusing especially on what happened on the Northeast region and selected sub-regions.

It is possible to advocate, starting from the consolidation of the productive integration movement in the country, that the GDP in the Northeast started to mirror the cyclical movement of the national dynamic and thus tended to present a higher increment rate than the rest of the nation on its expansion phases and a lower retraction in times of crisis. In this study, one of the aims is also to explain why the recent growth pattern in Brazil was beneficial especially for the Northeast region, even if there are important differences within this area. Moreover, the reading in several territorial scales inside the Northeast is one of the contributions of this analysis, since it allows to consider a heterogeneity within this space. The persistence of important intraregional differences is also one of the findings of this study.

It is shown that the growth pattern with social inclusion observed throughout the decade of the 2000's affected positively the Brazilian Northeast, through the promotion of the economic activity and the labor market, together with an income increase from sectorial public policies and, in special, social, implemented *pari passu* to important demographic transformations observed in the country and also felt in this specific region. In this context, there was a reduction in intraregional inequality between 2000 and 2010, mainly on labor market and income indexes. The access to consumer goods was amplified, with the popularization of some items, but also with higher intraregional disparities. It is important to note that this model also had limitations, mainly in regards to household inequality and access to public goods. In educational terms, some positive evolutions were seen, but there are still some important intraregional disparities. The improvement in many of the averages indexes in all dimensions was not translated onto a transformation of the unequal condition between states, micro regions and municipalities in the Northeast, mainly on what is observed in rural areas of the small municipalities (up to 100 thousand inhabitants). This happens both due to the fact that some indicators show an increase in inequality and also due to many of them still show high starting points. Maranhão, Piauí and Alagoas still show the worst indexes. Bahia and Paraíba also present negative surprises, but on a smaller intensity. These traces are reflected on the micro regional analysis, where it is possible to verify that the worst-positioned areas in terms of multidimensional inequality are still those situated in micro regions with low urban development and higher rural job rate and located in states such as Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas and Bahia. Despite the improvement on several social and economic indexes in the 2000's, the historical heterogeneity on the regional production structure is reaffirmed.

Key words: Economic growth; Labor market; Multidimensional inequality; Inequality - Brazil, Northeast.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Nordeste: Número e população dos municípios por porte, 2010.....	20
Tabela 1.1 - Brasil: Taxa média de crescimento anual da população (em % a.a.), 1960/2010.....	38
Tabela 1.2 - Brasil: Indicadores macroeconômicos, 2000-2015.....	52
Tabela 2.1 - Brasil, Nordeste e Estados: Dados gerais de população e economia, 2000/2010.....	62
Tabela 2.2 - Brasil, Nordeste e Estados: Taxa de crescimento e distribuição (%) do Valor Adicionado setorial, 2000/2010.....	67
Tabela 2.3 - Brasil, Nordeste e Estados: Número de estabelecimentos agropecuários, área e população ocupada na agricultura e agricultura familiar, 2006.....	68
Tabela 2.4 - Nordeste e Estados: Distribuição (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas temporárias, 2010.....	71
Tabela 2.5 - Nordeste e Estados: Distribuição (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas permanentes, 2010.....	77
Tabela 2.6 - Brasil, Nordeste e Estados: Taxa média de crescimento anual e Distribuição (%) dos principais rebanhos efetivos, 2000/2010.....	82
Tabela 2.7 - Estados do Nordeste: Distribuição do Valor da transformação industrial de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, 2000-2007.....	100
Tabela 2.8 - Estados do Nordeste: Distribuição do Valor da transformação industrial de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, 2007-2010.....	101
Tabela 2.9 - Brasil, Nordeste e Estados: Distribuição (%) do emprego formal, por atividade econômica da indústria, 2010.....	102
Tabela 2.10 - Brasil, Nordeste e Estados: Taxa média de crescimento anual do emprego formal, por atividade econômica no terciário, 2000/2010.....	112
Tabela 2.11 - Brasil, Nordeste e Estados: Distribuição (%) do emprego formal, por atividade econômica no terciário, 2010.....	113
Tabela 2.12 - Brasil e macrorregiões: Distribuição macrorregional dos recursos de políticas públicas selecionadas: valores acumulados no período, 2000-2010.....	115
Tabela 2.13 - Macrorregiões brasileiras: Fundos Constitucionais e empréstimos do BNDES por região, 2000-2010.....	116
Tabela 3.1 - Brasil, NE e Estados: Distribuição (%) da população residente, por situação do domicílio, 2000/2010.....	125

Tabela 3.2 - Brasil, NE e Estados: Distribuição (%) da população residente, por situação do domicílio, 2000/2010.....	126
Tabela 3.3 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual das pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo condição de atividade e taxas de participação e desemprego, 2000/2010.....	126
Tabela 3.4 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual da população ocupada por posição na ocupação, 2000/2010.....	127
Tabela 3.5 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por posição na ocupação, 2010.....	128
Tabela 3.6 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) da população ocupada por setor de atividade econômica, 2000/2010.....	131
Tabela 3.7 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica, 2010.....	131
Tabela 3.8 - Brasil, NE e Estados: População ocupada na agropecuária, 2000/2010.....	132
Tabela 3.9 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por nível de instrução, 2000/2010.....	133
Tabela 3.10 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) e valores reais da renda média e massa de rendimentos reais dos ocupados no trabalho principal com rendimento, 2000/2010.....	134
Tabela 3.11 - Brasil, NE e Estados: Distribuição (%) dos ocupados no trabalho principal com rendimento por faixas de salário mínimo, 2000/2010.....	136
Tabela 3.12 - Brasil, NE e Estados: Percentual de apropriação da renda e razão entre a renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento por quintil, 2000/2010.....	137
Tabela 3.13 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual e valores da renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento, por setor de atividade econômica, 2000/2010.....	139
Tabela 3.14 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual da população residente (% a.a.), por situação do domicílio, 2000/2010.....	140
Tabela 3.15 - NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição (%) da população residente, por situação do domicílio, 2000/2010.....	141
Tabela 3.16 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual das pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo condição de atividade e taxas de participação e desemprego, 2000/2010.....	142
Tabela 3.17 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual da população ocupada por posição na ocupação, 2000/2010.....	143
Tabela 3.18 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por posição na ocupação, 2010.....	144

Tabela 3.19 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) da população ocupada por setor de atividade econômica, 2000/2010.....	147
Tabela 3.20 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica, 2010.....	147
Tabela 3.21 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por nível de instrução, 2000/2010.....	148
Tabela 3.22 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) e valores reais da renda média e da massa de rendimentos reais dos ocupados no trabalho principal com rendimento, 2000/2010.....	149
Tabela 3.23 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição (%) dos ocupados no trabalho principal com rendimento por faixas de salário mínimo, 2000/2010.....	150
Tabela 3.24 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Percentual de apropriação da renda e razão entre a renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento por quintil, 2000/2010.....	151
Tabela 3.25 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual e valores da renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento, por setor de atividade econômica, 2000/2010.....	153
Tabela 3.26 - Brasil, NE e Microrregiões nordestinas: 20 microrregiões do Nordeste com as maiores taxas médias de crescimento anual do emprego formal entre 2000 e 2010.....	161
Tabela 3.27 - Brasil, NE e Microrregiões nordestinas: 20 microrregiões do Nordeste com as menores taxas médias de crescimento anual do emprego formal entre 2000 e 2010.....	163
Tabela 3.28 - Brasil, NE e Microrregiões nordestinas: 35 microrregiões do Nordeste com as maiores participações na população ocupada regional em 2010.....	168
Tabela 4.1 - Indicadores multidimensionais de desigualdade.....	179
Tabela 4.2 - Indicadores multidimensionais de desigualdade.....	180
Tabela 4.3 - Indicadores multidimensionais de desigualdade.....	181
Tabela 4.4 - Brasil, NE e Estados: Indicadores de renda e concentração de renda, 2000/2010.....	184
Tabela 4.5 - Estados do Nordeste: Coeficiente de variação, média e desvio padrão dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010.....	186
Tabela 4.6 - Estados do Nordeste: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010.....	192
Tabela 4.7 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Indicadores de renda e concentração de renda, 2000/2010.....	194
Tabela 4.8 - Recorte por porte de município do Nordeste: Coeficiente de variação, média e desvio padrão dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010.....	196

Tabela 4.9 - Recorte por porte de município do Nordeste: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010.....	203
Tabela 4.10 - Microrregiões nordestinas: Coeficiente de variação, média e desvio padrão dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010.....	206
Tabela A1 - Nordeste: Grandes projetos industriais anunciados, em fase de construção, ou recentemente inaugurados em estados do Nordeste até 2016.....	293
Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000.....	304
Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010.....	312
Tabela B1 - Nordeste e recorte por porte de município do Nordeste: População e PIB, 2000/2010.....	65
Tabela B2 - Nordeste e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa de crescimento e distribuição (%) do Valor Adicionado setorial, 2000/2010.....	65

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Brasil e Nordeste: Dinâmica de crescimento da atividade econômica (médias móveis quinquenais), 1960-2010.....	36
Gráfico 1.2 - Nordeste: Distribuição Regional do Produto Interno Bruto a preços correntes, 1959/2010.....	37
Gráfico 1.3 - Brasil: Grau de urbanização das grandes regiões, 1960/2010.....	39
Gráfico 1.4 - Brasil: Distribuição regional da população (em %), 1960/2010.....	40
Gráfico 1.5 - Nordeste: Participação nas Exportações totais do Brasil, 1960-2013.....	55
Gráfico 2.1 - Nordeste: Participação (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas temporárias, 2000/2010.....	69
Gráfico 2.2 - Nordeste: Participação (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas permanentes, 2000/2010.....	70
Gráfico 2.3 - Nordeste: Efetivo dos principais rebanhos (em cabeças), 2000-2010.....	82
Gráfico 3.1 - Nordeste: Pirâmide Etária, 2000/2010.....	121
Gráfico 3.2 - Brasil e Nordeste: Participação (%) das famílias por tipo de composição, 2000/2010.....	122
Gráfico 3.3 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual da população (% a.a.), 2000/2010.....	124
Gráfico 3.4 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por contribuição para previdência, 2010.....	129
Gráfico 3.5 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por contribuição para a previdência, 2010.....	144

Gráfico 4.1 – Microrregiões nordestinas: Clusters dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000.....	213
Gráfico 4.2 – Microrregiões nordestinas: Clusters dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010.....	215
Gráfico A1 - Participação do Nordeste no PIB nacional (%), 1985-2014.....	289

Lista de Mapas e Figuras

Mapa 1 – Nordeste: Divisão territorial por Estados e recorte por porte de município do Nordeste, 2010.....	22
Mapa 2 – Nordeste: Divisão territorial por Microrregiões e biomas.....	24
Mapa 2.1 – Nordeste: Produção de Mandioca nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	72
Mapa 2.2 – Nordeste: Produção de Feijão nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	73
Mapa 2.3 – Nordeste: Produção de Cana-de-açúcar nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	74
Mapa 2.4 – Nordeste: Produção de Algodão Herbáceo nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	75
Mapa 2.5 – Nordeste: Produção de Soja nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	76
Mapa 2.6 – Nordeste: Produção de Castanha de Caju nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	78
Mapa 2.7 – Nordeste: Produção de Coco-da-baía nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010....	79
Mapa 2.8 – Nordeste: Produção de Banana nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	80
Mapa 2.9 – Nordeste: Polos de Irrigação Nordestinos administrados pelo DNOCS e Codevasf, 2013....	81
Mapa 2.10 – Nordeste: Rebanho de Bovinos nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	83
Mapa 2.11 – Rebanho de Caprinos nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	84
Mapa 2.12 – Rebanho de Ovinos nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010.....	85
Figura 2.1 – Nordeste: Projetos estruturadores na região.....	87
Figura 2.2 – Nordeste: Rede de infraestrutura regional: projetos executados e em execução.....	88
Figura 2.3 – Nordeste: Expansão dos Institutos Federais.....	105
Figura 2.4 – Nordeste: Expansão das Universidades Federais.....	106
Mapa 3.1 – Microrregiões nordestinas: Taxa média de crescimento anual da população, 2000/2010.....	155
Mapa 3.2 – Microrregiões nordestinas: Grau de urbanização, 2010.....	157

Mapa 4.1 – Microrregiões nordestinas: <i>Clusters</i> dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000.....	212
Mapa 4.2 – Microrregiões nordestinas: <i>Clusters</i> dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010.....	216
Mapa 4.3 – Microrregiões nordestinas: <i>Clusters</i> dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000 e 2010.....	217

Lista de Quadros

Quadro 4.1 - Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da análise da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010.....	182
Quadro 4.2 - Estados do Nordeste: Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da análise da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010.....	187
Quadro 4.3 - Recorte por porte de município do Nordeste: Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da interpretação da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010.....	198
Quadro 4.4 - Microrregiões nordestinas: Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da interpretação da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010.....	208
Quadro A1 - Unidades da Federação e Mesorregiões Nordestinas.....	243
Quadro A2 - Unidades da Federação e Microrregiões Nordestinas.....	244
Quadro A3 - Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de desenvolvimento (RIDES) nordestinas.....	248
Quadro A4 - Municípios criados entre 2000 e 2010 no Nordeste.....	254
Quadro A5 - Mesorregiões, Microrregiões e Municípios do Nordeste, com respectivos códigos, segundo as Unidades da Federação.....	255
Quadro A6 - Quadro Comparativo entre as 3 principais Microrregiões e suas Regiões Metropolitanas.....	290
Quadro A7 - Dimensões, indicadores e definições utilizados para mensuração da desigualdade a partir de uma abordagem multidimensional.....	302

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - INTEGRAÇÃO PRODUTIVA INTER-REGIONAL NO BRASIL E REFLEXOS NO NORDESTE.....	28
1.1 Início do processo de integração inter-regional da estrutura produtiva brasileira e o Nordeste nos anos 1960 e 1970	34
1.2 Trajetória da integração inter-regional e o Nordeste nos anos 1980.....	41
1.3 Dinâmica do processo de integração inter-regional e o Nordeste em meio às mudanças vividas pelo país nos anos 1990	44
1.4 Mudanças no processo de integração inter-regional nos anos 2000 e o Nordeste	51
CAPÍTULO 2 – DINÂMICA ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA NORDESTINA ENTRE 2000 E 2010	59
2.1 Dados gerais da dinâmica econômica	60
2.2 Agropecuária nordestina: transformações e permanências.....	66
2.3 A retomada industrial e o surgimento de novas indústrias na região	86
2.4 Dinâmica do terciário – o avanço do comércio e dos serviços de educação e saúde.....	103
2.5 A ampliação das Políticas Públicas Nacionais e mudanças no Nordeste	114
2.6 Considerações Finais - Mudanças e permanências no ambiente socioeconômico recente	117
CAPÍTULO 3 - POPULAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010: DINÂMICA INTRARREGIONAL	120
3.1 População e mercado de trabalho nos Estados do Nordeste	124
3.2 População e mercado de trabalho por porte de município.....	140
3.3 População e mercado de trabalho nas microrregiões nordestinas	154
3.4 Considerações Finais.....	169
CAPÍTULO 4 - DESIGUALDADE INTRARREGIONAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO NORDESTE NOS ANOS 2000	175
4.1 Metodologia	177
4.2 Desigualdade entre os Estados do Nordeste	183
4.3 Desigualdade entre os Municípios	193
4.4 Desigualdade entre microrregiões	204
4.5 Considerações Finais.....	218

CONCLUSÕES	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
ANEXO METODOLÓGICO	243
Anexo 1.1 – Organização territorial do Nordeste e mudanças no período de 2000 a 2010	243
Anexo 1.2 – Participação regional do Nordeste no PIB Nacional e as mudanças no Sistema de Contas Nacionais e nas Contas Regionais do IBGE.....	289
Anexo 1.3 – Diferenças entre as três principais microrregiões do Nordeste e suas áreas metropolitanas.....	290
Anexo 1.4 – Mudanças metodológicas da CNAE 1.0 e da CNAE 2.0 para a classificação de segmentos da indústria extrativa mineral e de transformação (período de 2000-2010)	291
ANEXO ESTATÍSTICO	292

INTRODUÇÃO

Em uma visão de longo prazo, o Brasil realiza uma mudança importante ao transitar de quatro séculos onde dominou o modelo primário-exportador para o século XX, quando a industrialização passa a comandar o desenvolvimento do país, o que se faz acompanhar de intenso movimento de urbanização. Além dessa relevante passagem de uma sociedade predominantemente rural para outra, essencialmente urbana, a dinâmica econômica intensifica-se e internaliza seu comando.

De um país ocupado e organizado em polos regionais específicos e pouco articulados entre si, posto que cada um deles era voltado sobretudo para o mercado externo, o Brasil caminha para uma economia crescentemente orientada para o mercado interno, em especial o das classes de maior renda, sob a liderança cada vez mais evidente da acumulação industrial. Uma marca brasileira vai então se firmando: uma economia dinâmica e cada vez mais moderna convive com uma sociedade marcada por baixos níveis de vida da maioria da população e por uma grande desigualdade social.

Nesse processo, as bases regionais passam a se articular cada vez mais. Mas, como a nova base industrial se concentra fortemente no atual Sudeste, em particular em São Paulo, o Nordeste – uma das mais importantes bases econômicas da fase anterior – passa a perder peso relativo e mesmo a assistir, na competição inter-regional, ao desmonte de velhas bases produtivas, como a indústria têxtil, que era tradicional na economia nordestina. A “questão nordestina” emerge forte em meados do século XX, revelando outra faceta da desigualdade brasileira: a de corte espacial.

Uma outra passagem é a dessa fase de articulação comercial entre as regiões do país para outra, mais avançada, que se desenrola nas décadas finais do século XX, e que a literatura especializada tratou como sendo a de um processo de “integração produtiva” comandada por grandes grupos nacionais e multinacionais e pela ação do Estado desenvolvimentista, agente importante desse movimento transformador. O Nordeste não fica alheio a essa mudança. Ao contrário, é atingido por ela, como ficará claro ao longo deste estudo.

O auge desse movimento dinâmico vai até os anos 1980, quando a chamada “crise da dívida” se estabelece. Por isso, em vários momentos deste estudo, essa década e a seguinte aparecem com suas características específicas e seus resultados na vida do país e do Nordeste.

Mas o foco desta Tese é o momento inicial do século XXI, quando o Brasil dá mostras de ter ultrapassado a crise da dívida, a hiperinflação e a dificuldade de apresentar taxas mais elevadas de crescimento de sua economia. E, mais que isso, no rastro de um processo longo de redemocratização, busca avançar em iniciativas que enfrentem o velho problema das desigualdades que herda do passado remoto e recente.

Na primeira década do século XXI, o Brasil vivenciou um processo de dinamização da sua atividade econômica e implementou uma experiência de crescimento econômico combinado com

ampliação e formalização do emprego, melhoria das condições sociais de sua população e redução de algumas desigualdades. Esse processo se iniciou com o crescimento das exportações para, em seguida, ser complementado pelo incremento do consumo interno, reflexo do aumento da renda, do crédito e do emprego no país, além da ampliação do investimento em infraestrutura econômica e social. Ao mesmo tempo, observou-se a consolidação das políticas públicas de transferência de renda, em especial do Programa Bolsa Família, e da política de valorização do salário mínimo. Todavia, a crise financeira de 2008 atinge o país e reconfigura o cenário internacional, até então bastante favorável. A economia nacional retrai seu produto em 2009 e retoma o crescimento a partir de 2010, sem, entretanto, conseguir manter os mesmos patamares observados anteriormente, especialmente entre 2004 e 2010. Nesse novo ambiente, o mercado mundial de *commodities*, que favorecera o Brasil nos anos anteriores, sofre brusca alteração, com declínio significativo de preços e impacto negativo no Brasil.

É no ambiente mundial e nacional do momento favorável que a economia do Nordeste se aquece, ampliando sua produção em ritmo acima da média nacional, impulsionada principalmente pela expansão da renda, do crédito e do emprego e, também, pela capacidade de atrair um importante bloco de investimentos públicos e privados. A implementação e consolidação das políticas sociais e a política de valorização do salário mínimo também contribuíram para o dinamismo da economia regional, especialmente no que se refere à expansão do consumo das famílias. O crescimento das exportações, principalmente de *commodities*, favoreceu a expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados nordestinos, através do agronegócio voltado para a produção de grãos (ARAUJO, 2015).

Esses movimentos proporcionaram importantes transformações na estrutura produtiva regional, dentre elas destacam-se: a “perda de importância relativa de bases tradicionais antigas (complexo pecuária/algodão/policultura e complexo sucroalcooleiro), o avanço significativo do terciário (serviços de educação, saúde, comércio moderno e serviços às empresas), da indústria (de transformação e da construção civil) e do agronegócio (voltado para a produção de grãos e de frutas)” (CGEE, 2014, p.24). Observa-se, também, a dinamização das bases produtivas de pequeno e médio portes e a consolidação de arranjos produtivos locais, o fortalecimento de setores tradicionais da economia (como a construção civil, a indústria tradicional de alimentos, a fruticultura, os serviços ligados ao turismo, a economia criativa, entre outros) e a melhoria na infraestrutura econômica da região (CGEE, 2014).

Partindo da constatação de que as regiões Norte e Nordeste – as mais pobres do país – se beneficiaram do padrão de crescimento com inclusão social experimentado pelo Brasil na primeira década do século XXI, o presente estudo vai se centrar na compreensão do que ocorreu no Nordeste naquele momento. Pretende-se estudar as transformações que ocorreram entre 2000 e 2010 nas

dinâmicas econômica e do emprego, da renda e da desigualdade dentro da região Nordeste, articulando a compreensão das tendências observadas com o que acontece no país, em seu conjunto.

Essa análise será feita considerando vários recortes regionais e, portanto, várias escalas territoriais. Isso porque, no que se refere aos estudos regionais, como ressaltam Resende et al. (2015, p. 8), “não existe uma escala de análise mais precisa que as outras, capaz de sintetizar toda a dinâmica regional”, já que “a maioria das intervenções no território exige uma complexa combinação de ações e de articulações entre diferentes níveis de governo (federal, estaduais, locais ou outro ente público regional) e entes privados, que perpassa muitas vezes os limites administrativos e, portanto, torna parcial e incompleta a análise por meio de um único recorte territorial”. Nessa mesma direção, Resende e Magalhães (2013) apontam que uma abordagem “multiescalar” pode ser útil para um “melhor entendimento” das diversas questões regionais.

Compreendendo a complexidade da questão das escalas para a análise regional e entendendo que um olhar “multiescalar” pode acrescentar diversidade e especificidade ao estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho e da desigualdade em uma região tão heterogênea quanto o Nordeste, optou-se, neste trabalho, pela utilização de três recortes espaciais.

O primeiro recorte utilizado lastreará uma análise que considera as nove unidades federativas da região. Esse seria um recorte mais tradicional nas análises regionais e que tenta abranger os movimentos gerais da realidade dos estados nordestinos no período de 2000 a 2010.

Em seguida, buscar-se-á realizar uma análise a partir de um recorte por porte de municípios do Nordeste em 2010, separando os municípios nos seguintes grupos, de acordo com o tamanho de suas populações: i) Até 50 mil habitantes; ii) De 50 a 100 mil habitantes; iii) De 100 a 500 mil habitantes; e iv) Mais de 500 mil habitantes¹ (**Mapa 1 e Tabela 1**).

Tabela 1 - Nordeste: Número e população dos municípios por porte, 2010

Porte dos municípios do NE	Quant. de municípios	Distirbuição (%)	População	Distirbuição (%)
Nordeste	1.794	100,0	53.081.950	100,0
Até 50 mil hab	1.623	90,5	24.433.983	46,0
De 50 a 100 mil hab	113	6,3	7.455.612	14,0
De 100 a 500 mil hab	47	2,6	8.465.330	15,9
Mais de 500 mil hab	11	0,6	12.727.025	24,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração própria.

¹ Optou-se pela divisão dos municípios em quatro grupos: o primeiro, composto por municípios com até 50 mil habitantes e com forte presença da atividade agrícola; o segundo, constituído pelos municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes, com maior peso das atividades secundárias e terciárias e, portanto, relações funcionais mais intensas; o terceiro, que representa os municípios de porte médio com população entre 100 e 500 mil habitantes, que apresentaram crescente importância no período estudado e tem fortes relações funcionais dentro da região; e o quarto, composto pelos municípios com mais de 500 mil habitantes, que agrega as principais metrópoles nordestinas.

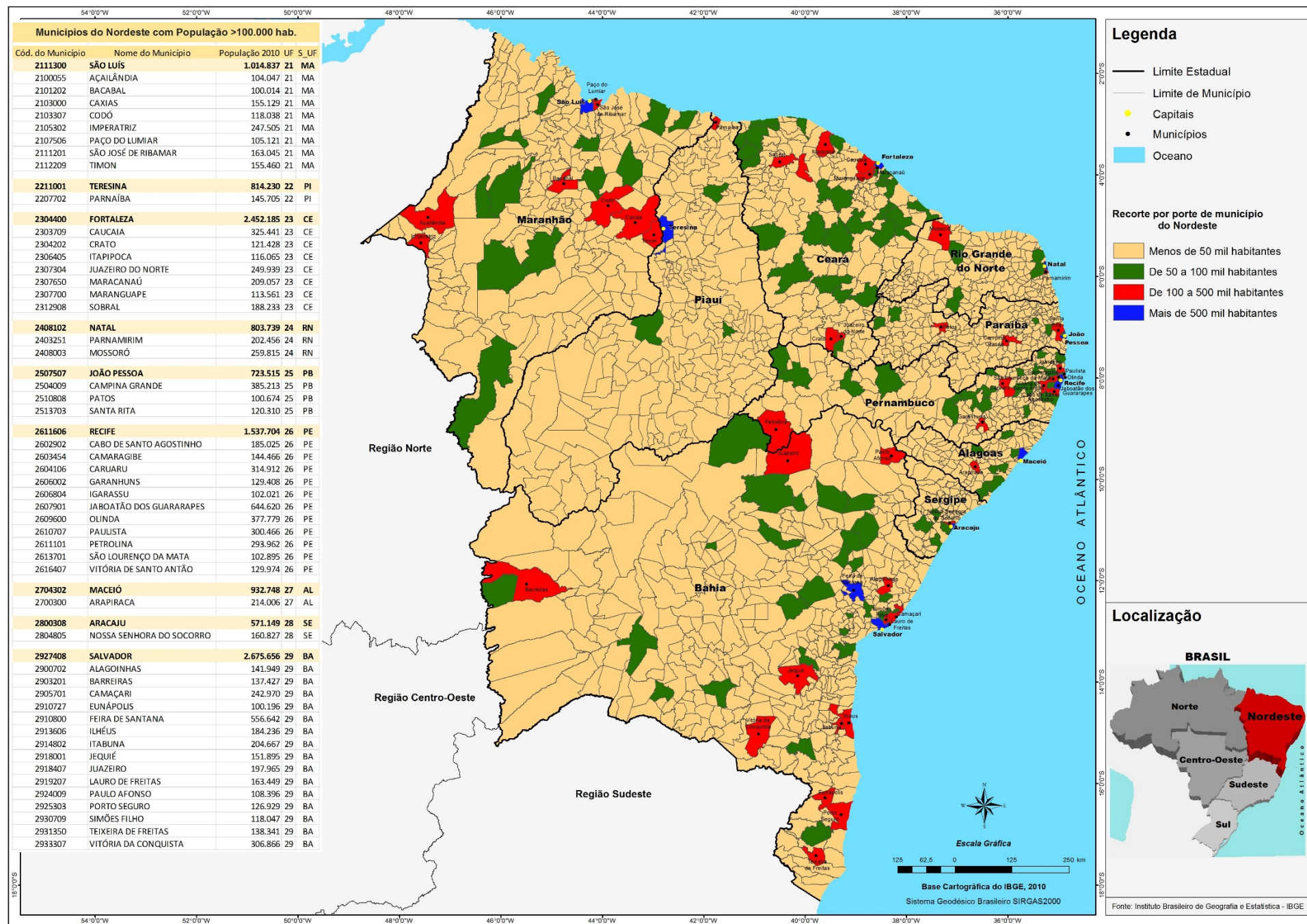
Os municípios com população de até 100 mil habitantes, que representam cerca de 97% do total de municípios e detém 60% da população regional, também foram divididos entre as suas áreas rurais e urbanas, de acordo com a classificação do IBGE². A divisão das áreas rurais e urbanas dos municípios com até 100 mil habitantes justifica-se pelo fato de esses municípios contarem com elevada parcela de sua população residindo em áreas rurais³. Procura-se, assim, aprofundar a visão sobre as importantes diferenças entre o rural e urbano⁴ na região Nordeste. Com esse segundo recorte, por porte de município, pretende-se mostrar o ocorrido no período de análise considerando as características mais estruturais do processo de acumulação de capital no Nordeste ao longo da história.

² O IBGE classifica a “situação do domicílio em relação à sua localização quanto ao perímetro urbano do distrito, conforme estabelecido por lei municipal” (IBGE, 2012).

³ Cacciamali e Barbosa (2014, p. 39 e 40) ao avaliarem o comportamento da pobreza entre 2000 e 2010 segundo as áreas de influência das cidades, com base na REGIC de 2007 do IBGE, mostram que “as zonas rurais dos centros locais e dos centros sub-regionais são as áreas com maior incidência da pobreza”. Porém, nas áreas urbanas é que são encontradas as diferenças mais acentuadas. “Do ponto de vista da incidência da pobreza, a heterogeneidade urbana no Nordeste se dá muito mais em virtude da clivagem entre os pequenos centros urbanos (centros locais) e os demais aglomerados, maiores e mais dinâmicos (metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais)”. Mesmo compreendendo que a pobreza e a desigualdade são fenômenos diferentes, espera-se analisar as dessemelhanças em termos de mercado de trabalho e desigualdade das áreas rurais e urbanas, a partir dessa divisão agregada ao recorte por porte de município.

⁴ Existe uma importante discussão na literatura sobre o tamanho do rural e urbano no Brasil. Autores como Abramovay (2000) e Veiga (2002) defendem a existência de um *novo rural* e, a partir daí, propõem critérios mais rígidos para a classificação de cidades no Brasil, como forma de reduzir o subdimensionamento do rural nas estatísticas nacionais. Já Endlich, partindo de Lefebvre, Milton Santos e outros autores e considerando o “viés do modo de vida e da civilização urbana”, aponta que “talvez o Brasil seja até mais urbano do que se imagine” (ENDLICH, 2006, p. 29). Endlich (2006) ressalta ainda que existem várias formas de tratamento e caracterização do rural e urbano: 1) limites oficiais e delimitações administrativas (como é o caso brasileiro); 2) definição de um patamar demográfico ou de uma densidade demográfica; e 3) definição a partir da ocupação econômica da população ou natureza das atividades econômicas. Todavia, como não há ainda um consenso em relação a qual classificação seria mais “precisa” para definir o rural e o urbano no Brasil, optou-se, nesta Tese, pelo uso do critério de limite oficial e delimitação administrativa utilizado pelo IBGE.

Mapa 1 – Nordeste: Divisão territorial por Estados e recorte por porte de município do Nordeste, 2010



Em terceiro, realizar-se-á uma análise por microrregiões do IBGE⁵ (**Mapa 2**). As mesorregiões de cada unidade da federação são formas de organização regional e territorial e são determinadas pelo processo social, mas também condicionadas pelo quadro natural e articuladas, em termos espaciais, por elementos como as redes de comunicação e de lugares. As microrregiões, por sua vez, foram “definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço”. Essas especificidades estão relacionadas à estrutura produtiva agrícola, extrativista ou industrial. “Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar de presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares”. Leva-se em consideração, também, as relações ao nível local em termos de distribuição, trocas e consumo de atividades urbanas e rurais, expressando assim a organização do espaço a nível micro ou local (IBGE, 1990, p. 8).

Por fim, ressalta-se que as microrregiões não têm “(...) autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional” (IBGE, 1990, p. 8).

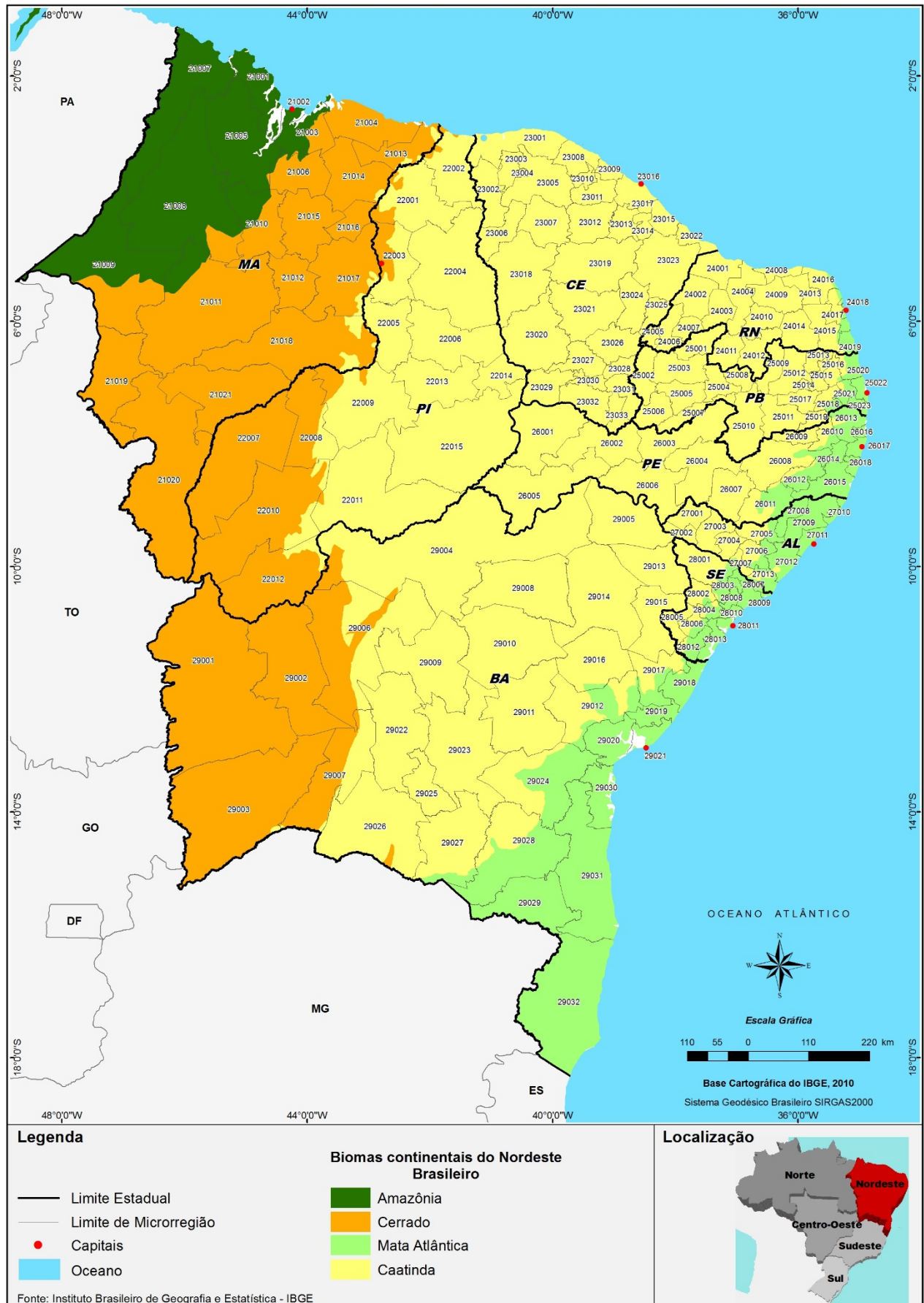
Entre as 188 microrregiões que compõem a região Nordeste, destacam-se: 1) as nove microrregiões que contém uma capital de Estado: Aglomeração de São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador; e 2) as microrregiões de expansão da fronteira agrícola no bioma do cerrado nordestino, como sendo as microrregiões pertencentes às mesorregiões do Extremo Oeste Baiano, Sudoeste Piauiense e Sul Maranhense, delimitadas de forma aproximada com base na classificação de Gomes (2014) e feita, segundo o autor, a partir de algumas indicações gerais da literatura especializada⁶. A partir dessa delimitação, chega-se à conclusão que as microrregiões de expansão da fronteira agrícola nos cerrados do Nordeste seriam: Santa Maria da Vitória, Cotegipe e Barreiras, no extremo oeste baiano; Chapada do Extremo Sul Piauiense, Alto Médio Gurguéia, Bertolândia e Alto Parnaíba Piauiense, no sudoeste do Piauí; e Gerais de Balsas, Chapadas das Mangabeiras e Porto Franco, no Sul Maranhense.

Com esse recorte, por sua vez, objetiva-se expor a natureza das estruturas produtivas e o potencial da atividade econômica e suas relações dentro do Nordeste.

⁵ Para maiores detalhes ver Anexo Metodológico 1.1 - Organização territorial do Nordeste e mudanças no período de 2000 a 2010.

⁶ Os cerrados não apresentam uma delimitação em lei, tal como o semiárido.

Mapa 2 – Nordeste: Divisão territorial por Microrregiões e biomas



Nota: Lista das microrregiões nordestinas disponível no Quadro A2 do Anexo Metodológico 1.1.

O objetivo desta Tese é o de analisar os impactos do padrão de crescimento com inclusão social experimentado pelo Brasil na primeira década do século XXI no comportamento do mercado de trabalho e da desigualdade, a partir de uma análise multidimensional, com foco especial no que se passou na região Nordeste e sub-regiões selecionadas dentro dessa macrorregião.

Defende-se que a partir da consolidação do processo de integração produtiva verificado no país nas décadas finais do século passado, o Nordeste passou a acompanhar de perto o movimento cíclico da dinâmica econômica nacional e tendeu a apresentar crescimento um pouco maior do que a média do país nas fases de expansão, além de experimentar retração menor nos momentos de crise. Neste estudo, busca-se explicação para o fato de que o padrão de desenvolvimento experimentado recentemente pelo país beneficiou especialmente a região Nordeste, mesmo que se observem importantes diferenças intrarregionais. Aliás, a leitura em várias escalas territoriais dentro do Nordeste é uma das contribuições da análise aqui realizada, posto que considera a heterogeneidade dessa macrorregião. A persistência de importantes diferenças intrarregionais também será objeto da interpretação aqui realizada.

O novo padrão de crescimento com inclusão social no Brasil, prevalecente ao longo da primeira década dos anos 2000, inicia-se com a expansão dos preços das *commodities* e das exportações brasileiras, em meio ao *boom* do “efeito China”, e se fortalece a partir de 2004 com o crescimento da renda interna e do crédito, a implementação e consolidação de políticas públicas, especialmente as de transferência de renda, e a ampliação dos investimentos em infraestrutura econômica e social. O presente trabalho parte das hipóteses de que esse cenário de retomada da atividade econômica, que promove a junção de um crescente dinamismo do mercado interno com a manutenção de um ambiente externo favorável às exportações até 2008 e o fortalecimento das políticas públicas que impactam positivamente na renda e no emprego no país, favorecendo a base da pirâmide social, seria responsável pelo desempenho mais favorável da economia do Nordeste entre 2000 e 2010; e de que ainda persistem importantes diferenças intrarregionais no Nordeste em termos de estrutura produtiva, mercado de trabalho e desigualdade.

O estudo compreende cinco partes, além desta Introdução. O Capítulo 1 faz uma contextualização do processo de integração produtiva inter-regional e reflexos no Nordeste dos anos 1960 até o final da primeira década do século atual. O item 1.1 fala do início do processo de integração inter-regional da estrutura produtiva brasileira nos anos 1960 e 1970, destacando a criação da SUDENE e de sua política de incentivos fiscais, bem como a implementação do II PND. O II PND possibilitou o avanço da produção de bens intermediários na região, dentro do processo de industrialização idealizado para o país, e também permitiu a expansão dos investimentos públicos, ampliando os serviços de infraestrutura econômica, nos setores de transporte, energia e comunicações no Nordeste. Em seguida, o item 1.2 discute a trajetória da integração inter-regional nos anos 1980 em meio à crise

da dívida externa vivenciada pelo Brasil e suas implicações no Nordeste. É que a partir da década de 1980 a dinâmica regional ganha novos contornos. A crise fiscal e financeira do Estado e de suas empresas estatais redefine a dinâmica do investimento e deteriora as funções públicas de administração e planejamento. Perde força o processo de industrialização, como projeto nacional, e fica mais difícil caracterizar o contexto no qual se situam e evoluem as regiões. As políticas regionais, nesse ambiente, só se enfraquecem. O item 1.3 mostra que a dinâmica do processo de integração inter-regional em meio às mudanças vividas pelo país nos anos 1990 só aprofundam as tendências dos anos 1980, agora em um ambiente de políticas macroeconômicas neoliberais e de aumento do comando do capital financeiro. Como destaca Cano, é nesse contexto que “as desgastadas políticas regionais e suas instituições saem da agenda pública, ampliando ainda mais a nociva guerra fiscal” (CANO, 2017, p. 13). Por fim, a retomada e o crescente papel do Estado, com a ampliação das políticas públicas e dos investimentos em infraestrutura social e econômica, sobretudo com os Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) são detalhados no item 1.4, articulando essas novas tendências com as mudanças no processo de integração inter-regional na primeira década dos anos 2000. A análise revela que a retomada do crescimento da atividade econômica em um cenário internacional favorável até 2008, permitiu o avanço do processo de integração regional com desconcentração do produto em favor das regiões mais pobres, mesmo que baseado mais em políticas implícitas do que explícitas de desenvolvimento regional.

A segunda parte desta Tese trata das mudanças na economia e as transformações na estrutura produtiva nordestinas entre 2000 e 2010. A análise é feita a partir do estudo dessas alterações nas unidades federativas do Nordeste e, quando importante, em algumas microrregiões e municípios representativos. Inicia-se o Capítulo, no item 2.1, com dados gerais da dinâmica econômica do Nordeste, mostrando que, de fato, observou-se um novo padrão de crescimento econômico com inclusão social, redução da desigualdade de renda e melhoria da renda média da população. Apesar da redução da desigualdade regional, alguns limites e permanências também podem ser encontrados nesse período, como a persistência de um PIB *per capita* que é menos da metade do nacional e uma renda domiciliar *per capita* que representa 60% do rendimento domiciliar nacional. Além disso, Maranhão e Piauí continuam com os piores indicadores de renda da região, enquanto que Alagoas ainda mantém uma alta concentração da renda. No item 2.2 destacam-se os avanços na agropecuária da região, em especial na direção dos cerrados nordestinos, mas também nas áreas irrigadas e em projetos inovadores da agricultura familiar. Em seguida, no item 2.3, são analisados os investimentos em infraestrutura econômica e a retomada industrial na região, com investimentos em novas indústrias como a de papel e celulose, siderúrgica, refinaria, petroquímica, automobilística, farmoquímica e a implementação de alguns estaleiros. Apesar do grande volume de investimentos observados, com expressiva expansão da construção civil, até 2010 pouco se verificava em termos de

diversificação do parque industrial regional. No terciário, por sua vez, destacam-se os avanços do comércio e dos serviços de educação e saúde, que serão tratados no item 2.4. Por último, ressalta-se a ampliação das políticas públicas, especialmente as de transferência de renda, como tendo tido forte importância para o Nordeste e para a redução da desigualdade de renda nesse período.

No terceiro capítulo examina-se a dinâmica populacional e do mercado de trabalho do Nordeste na primeira década dos anos 2000, a partir do olhar “multiescalar”, com a utilização dos três recortes espaciais detalhados no início desta Introdução. Ressalta-se que, nesse período, observou-se o aprofundamento de importantes tendências demográficas, com o baixo incremento populacional ao longo da década e o crescente processo de urbanização, coincidindo com momento de “bônus demográfico”. Verificou-se, também, o gradual aumento da população idosa, em paralelo a uma diminuição significativa da participação da população de crianças e jovens. Ressalta-se, ainda, que o crescimento vegetativo foi o componente relevante para o incremento da PEA na região Nordeste. Em termos de mercado de trabalho, presencia-se um processo de reconfiguração desse mercado com significativo aumento do trabalho com carteira assinada, expressiva queda da taxa de desemprego e melhorias nos rendimentos médios do trabalho. No item 3.1 realiza-se a análise da população e mercado de trabalho nos estados nordestinos. Em seguida, atenta-se para a evolução das dinâmicas populacionais e de emprego e renda entre os portes de município. Por último, no item 3.3, faz-se um estudo das microrregiões melhores e piores situadas em termos de crescimento do emprego formal, e com maior participação no mercado de trabalho regional.

Na quarta parte, desenvolve-se uma investigação sobre a desigualdade numa leitura multidimensional e intrarregional entre 2000 e 2010, também com o olhar “multiescalar” e a utilização dos três recortes espaciais antes referidos. Primeiro é realizado o detalhamento de todas as questões metodológicas que envolvem a escolha de diversos indicadores e formas de análise da desigualdade sob uma perspectiva multidimensional, para, nos itens que se seguem, ser realizado o estudo da desigualdade intrarregional.

Por fim, as conclusões buscam retomar e articular a discussão.

CAPÍTULO 1 - INTEGRAÇÃO PRODUTIVA INTER-REGIONAL NO BRASIL E REFLEXOS NO NORDESTE

O processo de integração produtiva inter-regional no Brasil vem sendo estudado por vários especialistas em desenvolvimento regional que convergem em identificar a época da industrialização pesada como coincidindo com o movimento de transferência de frações do capital produtivo industrial – base desse processo de integração – para diversos pontos do território nacional (MOREIRA, 1976; GUIMARÃES NETO, 1989; CANO, 2007).

Como descreve Guimarães Neto (1989), a região nordestina passou, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, por diferentes momentos no processo de “ajustamento” e integração no contexto nacional. Durante o “*isolamento relativo*”, “(...) predominava na estrutura produtiva das regiões o segmento de atividade voltado para o comércio internacional de bens primários. Neste particular, a dinâmica da economia e as formas de acumulação eram explicadas pelo modo como a região se articulava com os países importadores”. Os vínculos com os países de fora eram mais intensos do que entre as regiões brasileiras e as crises recorrentes e prolongadas do setor primário-exportador tiveram bastantes impactos sobre as regiões (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 25).

Nesse período, o Nordeste apresentava uma estrutura produtiva onde estavam presentes “a economia açucareira, a produção de algodão, a pecuária, as atividades de subsistência, outras culturas de exportação e um conjunto de atividades urbanas nas cidades maiores”. Além disso, Guimarães Neto evidencia que, por conta do dinamismo de alguma dessas culturas e das relações de produção desenvolvidas nesses sistemas de produção, até meados do século XIX essa região apresentava “(...) uma grande capacidade de absorção de populações, chegando a constituir o grande ‘reservatório’ de mão de obra, que vai ser mobilizado para o mercado de trabalho das demais regiões brasileiras, em períodos futuros” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 272).

Como destaca Furtado (1959 [2002], p. 233) “assim como a segunda metade do século XIX se caracteriza pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações em um sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno”.

Furtado ressalta ainda que:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa desses ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região [o Estado de São Paulo] (FURTADO, 1959 [2002], p. 238)

No momento de predomínio da “**articulação comercial**” observa-se uma crescente articulação regional, especialmente entre as demais regiões do país e o Sudeste. Esse movimento ocorreu entre o início do século XX e meados dos anos 1960. E, como explica Guimarães Neto, essa articulação comercial,

(...) resulta da diversificação da atividade produtiva, do processo de industrialização do país e da implantação de um sistema de transporte e comunicação que se constitui a base física para o desenvolvimento do mercado interno. O desenvolvimento industrial de São Paulo e a busca de novos mercados por parte das empresas industriais, de um lado, e a tentativa das regiões, marginalizadas no comércio internacional, de colocar seus excedentes no mercado interno, constituem alguns dos impulsos e estímulos à consolidação do mercado nacional de bens e serviços (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 25-26).

Ao analisar os dados do comércio inter-regional, Galvão (2014, p. 75-76) destaca a transição de um “país como um imenso ‘arquipélago’ de ilhas econômicas relativamente isoladas” até os anos 1940, para outro, com uma integração assimétrica nos anos 1950 e 1960, ainda na transição para a formação do mercado nacional, no período que Guimarães Neto (1989) denomina de “articulação comercial”.

Galvão também ressalta as diferenças de articulação entre as regiões, via comércio inter-regional. Aponta que nos anos 1940 o caráter do comércio por vias internas das regiões brasileiras era “predominantemente intrarregional no Nordeste, no Sudeste e, em menor escala, no Norte, e predominantemente inter-regional no Sul e no Centro-Oeste” (GALVÃO, 2014, p. 76). E com forte importância para o comércio por cabotagem. O autor conclui que

(...) o Brasil não havia, ainda, desenvolvido um mercado nacionalmente unificado por volta do final da Segunda Guerra Mundial - os reduzidos níveis de comércio inter-regional e a não existência ou precariedade de uma rede nacional de comunicações internas servindo como indicações para este fato; e, segundo, que os obstáculos apresentados pelas deficiências de comunicações internas, ao comércio inter-regional, variavam em graus distintos entre as diferentes regiões do país. A importância deste último ponto deve ser devidamente enfatizada: enquanto as regiões Norte e Nordeste permaneciam, ainda nos anos 40, virtualmente isoladas da região mais industrializada do país por vias internas de comunicação, tanto o Centro-Oeste quanto o Sul apresentavam estreitas vinculações com o Sudeste, através de meios interiores de transporte (GALVÃO, 2014, p. 78).

Mas, nos anos 1950 observa-se uma expressiva expansão do processo de integração dos mercados regionais, tanto como decorrência da instalação de uma “rede de rodovias-tronco ligando todos os espaços econômicos relevantes da nação”, quanto em termos da importante presença do

Estado e de empresas multinacionais que dinamizou o setor industrial brasileiro (GALVÃO, 2014, p. 80). Com isso, verifica-se ao longo dos anos 1950 e 1960, uma considerável ampliação do grau de abertura das economias regionais, com as trocas domésticas assumindo papel cada vez mais importante em comparação ao comércio das regiões brasileiras com o exterior do país (GALVÃO, 2014).

Em termos de infraestrutura de transporte, destaca-se que

No caso do Nordeste, a grande importância do seu comércio intrarregional decorre, de um lado, da sua histórica dificuldade de comunicações com outras regiões do país (até os anos 50), e, de outro, do fato de dispor a região, desde longas datas, de uma rede interna de transportes relativamente desenvolvida. Como uma área da nação densamente habitada e na qual largas partes de seu território são recorrentemente afetadas por severas secas e estiagens, a construção de açudes e estradas veio a se constituir na principal resposta, tanto de governos estaduais quanto do Federal, ao desafio de empregar os milhões de pessoas que se tornavam temporariamente destituídas de seus meios de subsistência. O resultado dessas políticas foi o de dotar o Nordeste, nas décadas anteriores à de 50, de um bom sistema de transportes interiores, constituído de muitas estradas que não teriam sido implantadas em circunstâncias normais, por falta de justificativa econômica. Assim, quando foram realizadas as ligações entre os sistemas regionais nos anos 50 e início dos 60, o Nordeste já contava com uma rede apreciável de rodovias de tráfego permanente, que certamente estava em desproporção à importância econômica da região. Essa rede de transportes, que na época do isolamento relativo do Nordeste facilitou largamente o fluxo de mercadorias entre os nove estados da região, veio também facilitar, depois da "integração", o intercâmbio inter-regional (GALVÃO, 2014, p. 86).

Constata-se, assim, que o processo de integração nacional em termos comerciais ocorreu com diferentes condições de integração das regiões. Enquanto o comércio das regiões Norte e Nordeste com o restante do país era realizado quase que exclusivamente por cabotagem, até os anos 1940, as regiões Centro-Oeste e Sul já se interligavam por outros meios de transporte. Para Galvão, isso “protegeu” as indústrias das regiões Norte e Nordeste da concorrência com as do Sudeste por um período mais longo, em comparação com as indústrias do Sul e Centro-Oeste. O que permitiu também que as indústrias do Sul passassem por um processo mais lento de ajustamento, com o desenvolvimento de novas linhas de produção dissimilares ou complementares às do Sudeste. Mas, superado o isolamento físico a partir da construção de estradas nos anos 1950/60, as indústrias do Nordeste foram expostas rapidamente à concorrência de outras regiões, o que revelou a fragilidade da indústria que ali tinha sido implantada (GALVÃO, 2014).

Sob o aspecto da distribuição de renda, Furtado defende que: “se, pela metade do século [XX], a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por

outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente” (FURTADO, 1959 [2002], p. 237-238). Ainda segundo o autor, esse movimento ocorria porque os próprios capitais gerados na região mais pobre tendiam a se descolar para a mais rica, devido ao fato de que a concentração dos investimentos trazia economias externas, o que contribuía ainda mais para ampliar a rentabilidade relativa dos capitais aplicados na região de mais alta produtividade. Contudo, Furtado enfatiza que:

A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A articulação com a região sul, através de cartelização da economia açucareira, prolongou a vida do velho sistema cuja decadência se iniciou no século XVII, pois contribuiu para preservar as velhas estruturas monoprodutoras (FURTADO, 1959 [2002], p. 240-241).

De acordo com Furtado, o processo de integração econômica que viria a seguir deveria, por um lado, romper “com as formas arcaicas de aproveitamento de recursos de certas regiões”, e, de outro, instituir uma nova forma de “aproveitamento de recursos e fatores”, a partir de uma visão do conjunto gerado na economia nacional (FURTADO, 1959 [2002], p. 242).

A **integração regional da estrutura produtiva** ocorre mediante a transferência de frações do capital produtivo – sob o comando do Estado – das regiões industrializadas para as demais regiões, em especial o Nordeste. Como destaca Guimarães Neto, o momento “que segue à consolidação da indústria pesada no país e ao crescente processo de oligopolização” representa importantes transformações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho na região (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 26).

Da perspectiva do Nordeste, em razão, sobretudo, dos vínculos que passam a existir e a se fortalecer entre esta região e outras regiões – sobretudo as mais industrializadas e mais capacitadas para a conquista dos mercados – essa passagem do ‘isolamento relativo’ à ‘integração econômica’ significa um doloroso processo de ajustamento que, se resultou na criação de novas atividades econômicas, implicou, também, a transformação e o desaparecimento de unidades produtivas mais tradicionais e, conseqüentemente, a destruição de postos de trabalho. O que importa reter é que a intensificação maior das transformações – criação e destruição – dá-se nas fases mais recentes, quando se passa da articulação comercial para a integração econômica (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 26).

No que se refere ao mercado de trabalho durante a etapa da integração produtiva, dois impactos importantes podem ser destacados: 1) o fenômeno da destruição de ocupações vinculadas àquelas atividades intensivas em baixa tecnologia e com pouca qualificação dos trabalhadores; e 2) o incremento, menor que o decréscimo anterior, de postos de trabalho com maior qualificação (e

remuneração) relativa, que foram comprimidos pela abundância de mão de obra desocupada. Associado a isso, observa-se a estratégia oligopolista de capitais do Sudeste que encontraram “aplicações rentáveis” no Nordeste, em face da política de Estado materializada na SUDENE, o que impulsionou a dinâmica regional, mas sem gerar os empregos que se esperava, conforme demonstrou Francisco de Oliveira (1990).

Em paralelo, observava-se, no Brasil, um aumento da disparidade no nível de renda e desenvolvimento entre o Nordeste e o então chamado Centro-Sul do país, com o crescimento da concentração industrial na atual região Sudeste, mais especificamente no Estado de São Paulo, a partir da década dos anos 1920. Esse processo se daria até meados dos anos 1970, quando, ao término do período que se denominou “Milagre Econômico” (1968-1973), seu nível de concentração atingiria o ápice. Foi com o avanço da industrialização pesada, a partir do governo JK (1956-1961), que se perceberam, com maior intensidade, os impactos desse processo de concentração industrial e, em particular, a crescente desigualdade regional (CANO, 1977; FURTADO, 1989 [2014]; GTDN, 1967).

Nesse contexto, a intensificação da industrialização provocou dois grandes movimentos no que se refere à relação entre o *locus* central da concentração e as demais regiões do País. Em um primeiro momento, o movimento principal foi o de competição inter-regional no âmbito da chamada “**articulação comercial**”, para, em seguida, predominar a busca de complementaridade entre as regiões, na vigência do processo de **integração econômica nacional**.

Até 1959, segundo Cano (2007, p. 82), a indústria de bens de consumo não duráveis no Nordeste cresceu pouco devido às secas que atrapalharam o beneficiamento industrial de alguns produtos agrícolas e à “baixa eficiência operativa (alto grau de obsolescência) e de produção de boa parte dos ramos industriais que o constituem, notadamente o têxtil, em que se registra o encerramento de atividades de muitos de seus tradicionais estabelecimentos”. Contudo, ao longo dos anos 1950, verificou-se a ampliação da indústria de alimentos no Maranhão e no Piauí. Já na indústria de bens intermediários, observou-se o incremento da indústria química em Pernambuco e na Bahia – essa, fortemente influenciada pelos investimentos da Petrobras. Pernambuco apresentou uma ampliação relativa próxima à de São Paulo na indústria de bens de capital e de consumo duráveis, enquanto a Bahia cresceu acima da média paulistana devido à produção de material ferroviário (CANO, 2007).

Porém, como já visto por Galvão (2014) e também ressaltado por Guimarães Neto (1989), é com o início da industrialização pesada que se percebem de maneira mais intensa as transformações e os impactos sobre a indústria do Nordeste. A essa altura, “o mercado nordestino é literalmente invadido pela produção industrial do Sudeste” e alguns segmentos mais tradicionais, como o têxtil, são “colocados em xeque”, com o acirramento da competição. “O Nordeste a partir desse momento passa a registrar um significativo e crônico *déficit* no seu balanço comercial com as demais regiões que se

explica, em parte, pela dupla perda de mercados: o regional e o das demais regiões nas quais colocava seus produtos” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 274).

Todavia, o autor destaca que esse processo de consolidação da articulação comercial que ocorreu a partir da implementação da indústria pesada no final dos anos 1950 é seguido pelo início da integração econômica inter-regional, “com a entrada de capitais produtivos de fora da região, no Nordeste, a partir do início dos anos 60” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 274).

Partindo-se do entendimento de que “às causas básicas que respondem pelo atraso relativo da região [Nordeste] – menor abundância de terras aráveis, maior irregularidade na precipitação pluviométrica, excessiva concentração de renda, predominância do setor de subsistência na hinterlândia semiárida – vieram adicionar-se a outras, decorrentes da política de industrialização seguida no passado recente” e que, independente de políticas como a cambial e de controle de importações, que provocaram transferências reais de recursos do Nordeste para o Centro-Sul do país, os recursos investidos pelo governo federal na região, que em grande medida “dissolviam-se em obras assistenciais”, principalmente nos períodos de seca, reforçavam a estrutura produtiva atrasada ali existente (como o latifúndio monocultor da faixa litorânea e o complexo da pecuária extensiva e agricultura de subsistência na região semiárida) e “pouco contribuíam para criar capacidade produtiva e emprego” (FURTADO, 1989 [2014], p. 247).

A partir desse diagnóstico, elabora-se, em 1959, “uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, que assegura a articulação do governo federal e governadores em torno da questão regional, a partir da criação de um conjunto de órgãos e instituições, em especial o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) e, posteriormente, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (FURTADO, 1989 [2014], p. 246). Essa política de desenvolvimento para o Nordeste estava estruturada em torno de quatro diretrizes básicas:

a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, visando a industrialização desses; c) transformação progressiva da economia das áreas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e de torná-las mais resistentes ao impacto das secas; d) deslocação da fronteira agrícola visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia na faixa semiárida (FURTADO, 1989 [2014], p. 249).

O estudo aqui referido vai se centrar no período de “**integração inter-regional da estrutura produtiva**”, que, como destacado, se dá pela transferência de frações do capital produtivo nacional e internacional localizado nas áreas mais industrializadas do país em direção a outras regiões,

em especial ao Nordeste, a partir da segunda metade dos anos 1960 (MOREIRA, 1976; GUIMARÃES NETO, 1989). Busca-se, assim, analisar os diversos momentos desse processo de integração inter-regional e seus impactos sobre o Nordeste, de meados dos anos 1960 até os anos 2000.

1.1 Início do processo de integração inter-regional da estrutura produtiva brasileira e o Nordeste nos anos 1960 e 1970

O início do processo de integração inter-regional da estrutura produtiva brasileira dá-se em meados dos anos 1960, quando tal movimento é estimulado pela política de desenvolvimento regional do Governo Federal, aplicada a partir da ação de Superintendências de Desenvolvimento Regional. Como ressaltou Oliveira (1977), essas administravam importantes sistemas de incentivos fiscais e financeiros, que agiam como “correia de repasse” do movimento inter-regional de capitais em busca de valorização.

No caso nordestino, Moreira (1976) e Guimarães Neto (1989) destacam que para a concretização desse processo, exerceram papéis importantes a presença da política de incentivos coordenada pela SUDENE, os investimentos federais em infraestrutura econômica e, mais adiante, o bloco de investimentos do II PND – que na região nordestina teve impactos mais prolongados até meados dos anos 1980.

Entre 1959 e 1970, com a política de incentivos para o desenvolvimento regional, verificou-se um expressivo incremento da produção industrial nordestina (81%), “influenciado pela expansão baiana e pernambucana, já que suas outras sub-regiões tiveram crescimento menor” (CANO, 2007, p. 90).

Já no que se refere ao II PND, o Nordeste foi duplamente favorecido. Sua política permitiu um avanço na produção industrial de bens intermediários e também a expansão dos investimentos públicos, ampliando os serviços de infraestrutura econômica, nos setores de transporte, energia e comunicações (GUIMARÃES NETO, 1989). Nesse sentido, os investimentos do II PND foram importantes para a região pois levaram, por exemplo, a indústria petroquímica para a Bahia, ao mesmo tempo em que possibilitaram a articulação do Maranhão à dinâmica do complexo Grande Carajás, localizado no sudeste do Pará. Em ambos os casos, grandes empresas estatais (Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce, privatizada nos anos 1990) estiveram por trás desse movimento de desconcentração de investimentos produtivos na direção de regiões antes pouco dinâmicas. “Merecem também referência os investimentos do sistema Eletrobrás” (ARAÚJO, 2000, p. 171). No caso da mineração, a desconcentração produtiva foi acompanhada da desconcentração espacial de parte da infraestrutura econômica do país, proporcionando uma pequena geração de postos de trabalho diretos, mas trazendo impactos consideráveis na urbanização do entorno dessas áreas. São exemplos desse

processo de desconcentração da infraestrutura econômica na região Nordeste, a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que liga o Pará ao Maranhão e portos e terminais marítimos no Maranhão, na Bahia e em Sergipe (CANO, 2008, p. 55). Ressalta-se, ainda, a expansão da indústria têxtil, de vestuário e de calçados, especialmente no Ceará e Paraíba.

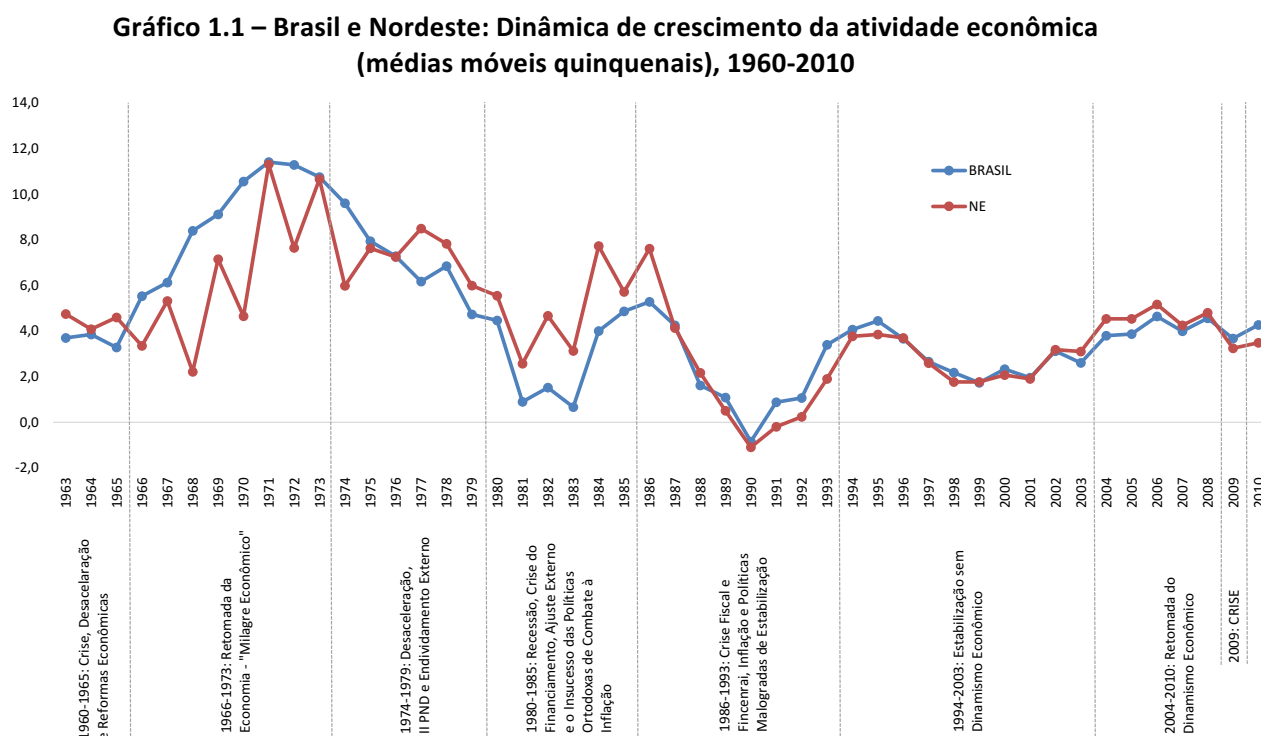
Em síntese, a mudança da estrutura produtiva industrial dentro do processo de integração econômica do Nordeste ocorreu não apenas com a introdução de novas atividades na estrutura produtiva regional, sobretudo a indústria de bens intermediários, mas, também, com projetos de reequipamento e ampliação da capacidade instalada de unidades já existentes.

Esta modernização inicialmente concentrada, na década de 60, na têxtil, na indústria do fumo, couro e peles, perfumes/sabões/velas e na extrativa mineral, amplia-se significativamente na década de 70, aprofundando-se nos segmentos tradicionais e difunde-se pelos setores 'dinâmicos': minerais não metálicos, metalúrgicos, mecânica, material de transporte, entre outros. (...) Por trás desse esforço de reequipamento e ampliação, simultaneamente com o de surgimento de novas atividades de transformação, está não só a preocupação em tornar competitivos e capazes de sobreviver à acirrada concorrência inter-regional, ramos tradicionais da região, como consolidar a posição dos novos segmentos, utilizando-se dos generosos incentivos concedidos pelo Estado (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 180-181).

Em resumo, a indústria da região deixou de ser fortemente ligada à produção de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente) e diversificou sua produção no sentido da "nova indústria" de bens intermediários a partir dos anos 1960, com destaque para a instalação do polo petroquímico de Camaçari, na Bahia; de atividades ligadas ao complexo minero-metalúrgico e à produção de alumínio, no Maranhão; do polo de fertilizantes de Sergipe; e do complexo da Salgema, em Alagoas (ARAÚJO, 2000).

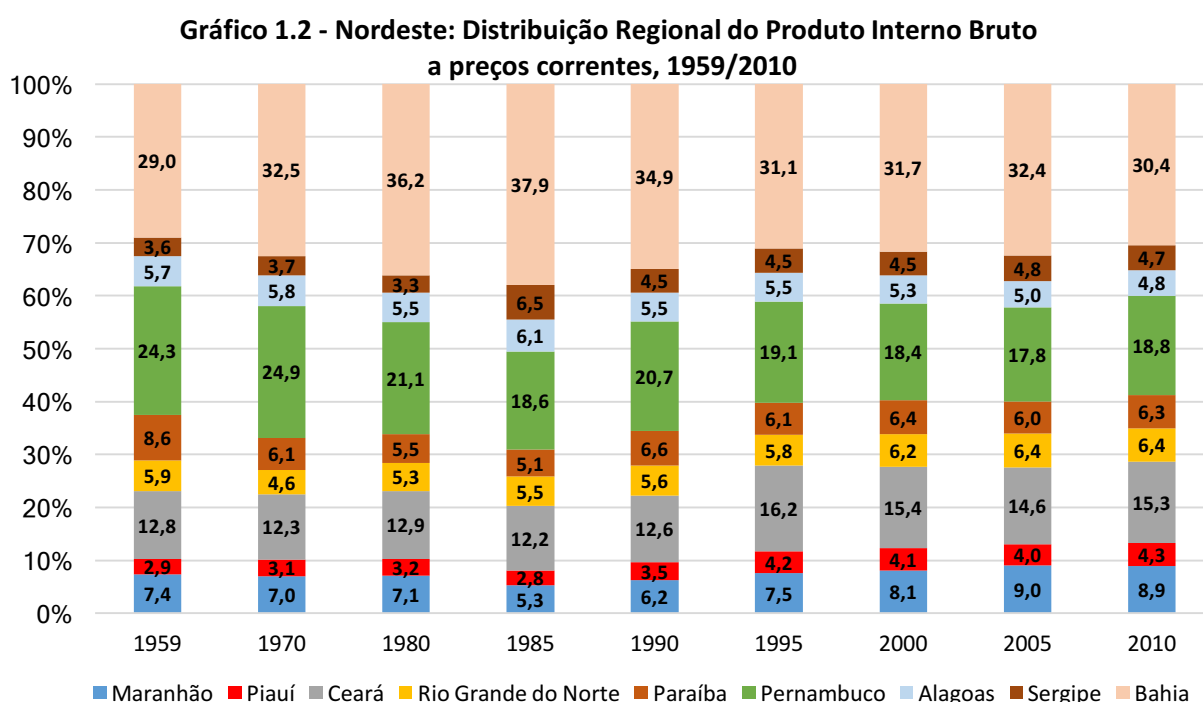
Houve modernização, não só na indústria, mas também nos serviços, como por exemplo, no setor bancário, com fusões de bancos e introdução de novos processos de trabalho, inclusive com a utilização mais intensiva da informática; e no setor público, com difusão de autarquias, empresas estatais e fundações, que também passaram a fazer uso das ferramentas de informática. Ressalta-se, ainda, a modernização no comércio de mercadorias e no varejo tradicional, que teve forte relação com a melhoria e ampliação do sistema de transporte e comunicação na região. O surgimento de supermercados levou a uma nova dinâmica nesse segmento, com impactos sobre as tradicionais feiras livres. Redefiniu-se, também, o papel e a importância das cidades de médio porte na distribuição comercial atacadista (tais como Caruaru, Campina Grande, entre outras), com o avanço da rede de transporte e o acesso mais fácil aos "centros urbanos de primeira grandeza na região, certamente as capitais de Estado ou as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 183).

Como destacam Guimarães Neto (1989), Araújo et al. (1997) e Araújo (2000), iniciou-se, a partir de meados dos anos 1960, uma fase de crescimento da economia do Nordeste que superou um longo período de baixo desempenho e passou a acompanhar de perto a dinâmica da economia brasileira. O gráfico a seguir, que vai do período de 1963 a 2010, não deixa dúvidas sobre tal tendência. Esse mostra que nos momentos de dinamismo ou de crise a base produtiva do Nordeste acompanhou as tendências nacionais (**Gráfico 1.1**).



Entre 1960 e 1980, o produto interno bruto do Nordeste expandiu-se a uma taxa anual de 7,1%, próxima a do país (7,3%). Esse incremento da atividade econômica torna-se mais intenso na década de 1970, quando o crescimento nordestino supera a média nacional, 10,1% contra 8,7% a.a. (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 171). A ampliação do produto na região ocorreu, principalmente, pela expansão das atividades urbanas, especialmente na indústria e em alguns segmentos modernos do setor terciário. A agropecuária apresentou baixo dinamismo e comportamento cíclico, sobretudo devido a fenômenos climáticos. Mas a participação nordestina no PIB nacional reduziu-se, apesar da importante expansão vivenciada pela região nesse período, passando de 14,4% em 1959 para 12,2% em 1980 (CANO, 2008, p. 50). Esse movimento ocorreu porque as regiões Norte, Centro-oeste e Sul ampliaram seu peso relativo no produto nacional. O Sudeste também perdeu peso relativo, sendo a região onde o processo de desconcentração produtiva foi mais intenso, reflexo principalmente da desconcentração industrial que ocorreu na RMSP.

Cabe ainda destacar que a integração do Nordeste à dinâmica da economia nacional deu-se, sobretudo, a partir de investimentos industriais concentrados nas grandes regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, ampliando, ainda mais, a heterogeneidade interna do aparelho produtivo e do mercado de trabalho nordestino. Essa tendência é corroborada a partir da análise da distribuição regional do PIB que mostra que os três principais Estados nordestinos (Ceará, Pernambuco e Bahia) ampliaram sua participação no produto regional de 66,0% em 1959 para 70,2% em 1980, com destaque para a Bahia, onde a construção do polo petroquímico em Camaçari permitiu um aumento significativo de sua participação ao longo dos anos 1970 (**Gráfico 1.2**).



Fonte: IPEADATA (1959-2010). Elaboração própria.

Em relação ao processo de integração econômica inter-regional vivenciado pela região Nordeste entre os anos de 1960 a 1980, Guimarães Neto ressalta, ainda, que

(...) as transformações que ocorrem como resultado desse processo, ao tempo em que modificam a estrutura econômica regional e as relações com as economias das áreas mais industrializadas, repercutem profundamente na estrutura social, nas relações de produção e de emprego, e na evolução demográfica da região (...) Esse conjunto de aspectos constituem manifestações de complexos processos que passam a se desenvolver no Nordeste a partir da década de 60 e que implicam em criação e destruição de atividades econômicas; em modernização de atividades tradicionais e reforço e recriação de "arcaicas" relações de produção; em difusão do assalariamento em algumas atividades e o aproveitamento do trabalhador autônomo, do trabalho familiar em outras atividades; em 'formalização' em

alguns setores com a simultânea 'informalidade' de outros (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 170-171).

Em relação ao mercado de trabalho nordestino, observa-se, entre 1950 e 1980, uma redução da participação da atividade agrícola na população economicamente ativa e o consequente aumento do peso das atividades urbanas, reflexo, em parte, “da concentração dos investimentos e da criação de empregos no meio urbano” (GUIMARÃES NETO, 1988, p. 44-45). O emprego industrial expandiu-se a uma taxa de 4,6% a.a. entre 1960 e 1980. E, como evidencia Guimarães Neto (1989, p. 178), houve um acréscimo de pessoas ocupadas na indústria de aproximadamente 350,5 mil, segundo os censos industriais de 1960 e 1980, dos quais “cerca de 59% deu-se fora do segmento tradicional representado pela produção de bens não duráveis de consumo”. Outro aspecto importante desse movimento é que “parte significativa dessa absorção nas atividades urbanas, dá-se, ainda, nos chamados setores ‘informais’”. Ocorreu também, nesse período, um avanço importante do assalariamento da força de trabalho, em especial do assalariamento urbano, que ocorreu com expressiva presença do trabalho por conta própria e com grande participação de trabalhadores assalariados com baixo nível de renda (GUIMARÃES NETO, 1988, p. 44-45). Observa-se, ainda, a ampliação do emprego público na administração pública e nos serviços sociais e industriais de utilidade pública, a partir da instalação de empresas estatais prestadoras de serviços de utilidade pública em escala nacional, massificação da educação (inclusive superior) e da expansão do aparelho de Estado. O emprego público chega a representar 7,6% da PEA nordestina em 1979 (MARTINS, 2004, p. 88-89).

Em termos demográficos, enquanto a população Nordestina cresceu abaixo da média nacional, a população brasileira continuou aumentando de forma acelerada entre os anos 1960 e 1980, com incremento maior nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, como é possível observar a partir dos dados da **Tabela 1.1**. Esses movimentos são explicados pelo crescimento vegetativo da população, mas especialmente pelos deslocamentos migratórios.

Tabela 1.1 - Brasil: Taxa média de crescimento anual da população (em % a.a.), 1960/2010

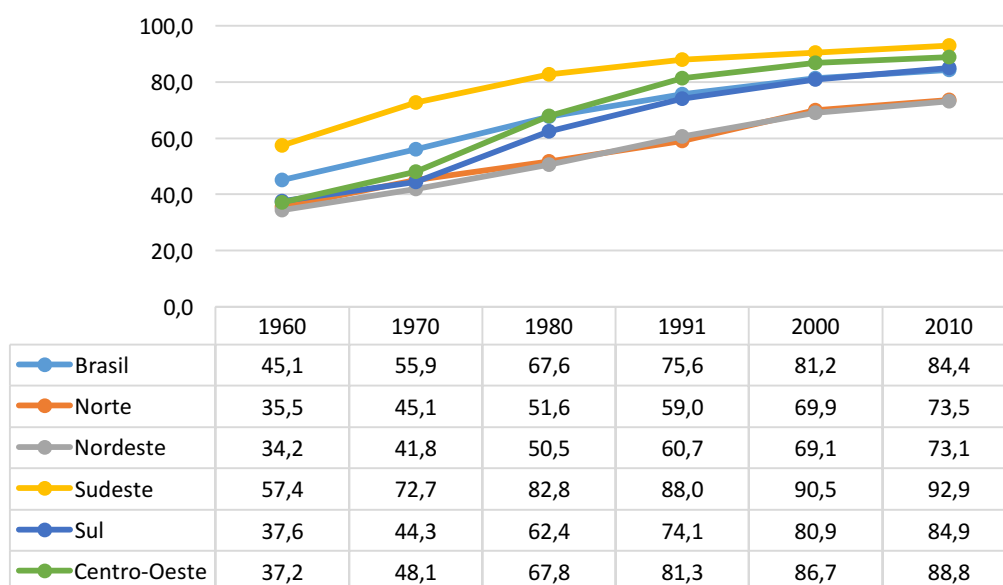
Área Geográfica	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Brasil	3,17	2,90	2,51	1,77	1,61	1,18
Norte	3,64	3,64	4,91	3,85	2,57	2,10
Nordeste	2,24	2,49	2,13	1,66	1,30	1,08
Sudeste	3,26	2,65	2,69	1,61	1,60	1,06
Sul	4,25	3,44	1,51	1,21	1,41	0,88
Centro-Oeste	5,74	5,63	4,23	2,72	2,37	1,93

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Tabela 1286 do SIDRA). Elaboração própria.

Nota: O Tocantins está incluído na região Norte em toda a série.

Em paralelo, verifica-se, também, um processo de urbanização acelerado, com forte crescimento do grau de urbanização em todas as regiões brasileiras, sobretudo no período de 1960 a 1980. O Nordeste permaneceu como a região menos urbanizada, mesmo com o forte incremento da sua população urbana que passou de 34,2% do total, em 1960 para 50,5% em 1980 (**Gráfico 1.3**). Cunha (2015) destaca ainda o importante crescimento populacional nas regiões metropolitanas na década de 1970.

Gráfico 1.3 - Brasil: Grau de urbanização das grandes regiões, 1960/2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração própria.

No que se refere à migração, é possível identificar a partir dos anos 1930 o crescimento do processo migratório dentro do país. Esse foi reflexo de fatores de expulsão da população do Nordeste, como as grandes secas de 1930-32, e de fatores de atração para outras regiões como a diversificação da agropecuária, a expansão industrial (pós 1933) e a consequente urbanização paulista, além da Marcha para o Oeste, que incentivou a ocupação da região Centro-oeste. Associado a isso, observa-se também um forte êxodo rural que “teve notável escoadouro tanto na vigorosa industrialização e urbanização paulista quanto na expansão da ‘fronteira’ agrícola do Paraná, Centro-oeste, Distrito Federal e Maranhão” (CANO, 2008, p. 197).

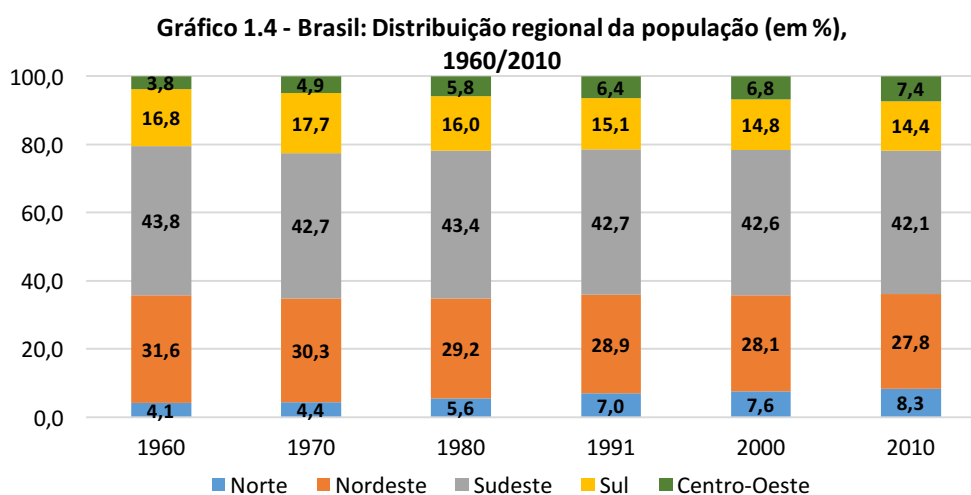
A industrialização pesada (1956-1962) reforçou esses deslocamentos populacionais, com forte migração de mineiros e nordestinos para São Paulo, principal *lôcus* dos investimentos desse período. A construção de Brasília nos meados dos anos cinquenta também atraiu importante fluxo de migrantes. Já a modernização e transformação do campo a partir de 1965, especialmente no Centro-Sul (com a política de incentivos às exportações agroindustriais e à instituição de novas modalidades

de crédito rural), ampliaram a concentração da terra e, por decorrência, levaram ao aumento do êxodo rural (CANO, 2008). Soma-se a esses fatores, a ocupação de outras áreas a partir das “fronteiras mineiras”, “propiciadas pelo garimpo (esse mais efêmero) e pela exploração de outros minérios, como acontece, por exemplo, no Pará (CUNHA, 2015, p. 280).

Para Brito,

A migração interna é, em grande medida, fruto das mudanças urbano-industriais que acompanham o desenvolvimento [brasileiro], notadamente a partir dos anos 1960. Era o Brasil moderno... que se sobrepunha ao Brasil agrícola tradicional, gerando uma síntese singular, muito além de qualquer dualismo: desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais (BRITO, 2009, Apud CUNHA, 2015, p. 287).

Observa-se, nesse período, a intensificação da migração rural-urbana e do crescimento urbano em paralelo a uma forte migração inter-regional para a qual o Nordeste contribui significativamente. Essa região, que detinha 31,6% da população nacional em 1960, chegou aos anos 1980 com 29,2% do contingente populacional brasileiro (**Gráfico 1.4**). Destaca-se, ainda, que essa região possuía 44,7% da população rural do país em 1980 (cerca de 17,2 milhões de pessoas), segundo os dados do IBGE.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Elaboração própria.

Por fim, Araújo (1981) ressalta o evidente “contraste entre o que resultou do conjunto de condições econômicas, políticas e institucionais que possibilitaram a montagem da ‘nova indústria’ e a ‘proposta no projeto de industrialização do GTDN para o Nordeste, que (...) pretendia incentivar na região a criação de um parque autônomo, fundado numa indústria de base, de forte poder

germinativo, de elevada capacidade dinamizadora interna, fortemente ligada à base de recursos da região nordestina” (ARAÚJO, 1981, Apud GUIMARÃES NETO, 1989, p. 186).

Cano complementa defendendo que:

Em suma, as políticas de industrialização regional acabaram por apoiar a implantação da moderna indústria comandada por capitais de fora, basicamente do que frutificou em São Paulo, de onde se originaram cerca de 50% dos investimentos incentivados no Norte e Nordeste. Em ambas as regiões, entre 1968 e 1972, os capitais locais atingiram menos de 1,0% do total. Mais ainda, o tipo de indústria que ali se instalou pouco tem a ver com a massa populacional de baixa renda que lá predominava: os principais segmentos implantados foram de material de transporte, material elétrico e químico, não solucionando o problema do emprego, e muito menos o da concentração de renda (CANO, 2007, p. 25).

Destaca-se, portanto, que esse desenvolvimento foi limitado, a despeito da ampliação da estrutura produtiva regional. Permanece a coexistência de segmentos econômicos tradicionais, que pouco se modernizaram, com segmentos que se modernizaram e com a “nova indústria” reiterando, assim, a característica heterogênea da estrutura produtiva regional. No entanto, apesar de distante do que se havia idealizado e da baixa presença de capital local na “nova indústria” de bens intermediários instalada na região, observou-se um avanço importante na diversificação da estrutura produtiva, que contou com a presença ativa das políticas de desenvolvimento regional, redesenhando o papel da região Nordeste dentro do processo de integração econômica que vinha ocorrendo no país no início da industrialização pesada.

1.2 Trajetória da integração inter-regional e o Nordeste nos anos 1980

Nos anos 1980, a “crise da dívida” impactou negativamente a dinâmica econômica brasileira em um contexto de redução significativa das políticas nacionais de desenvolvimento e de perda da capacidade de gasto e investimento do Estado, evidenciada pela crise fiscal da União e dos Governos Estaduais. O esgotamento do padrão de financiamento da economia nacional dominante nos anos anteriores – baseado no endividamento externo – e a crescente dificuldade de o Estado aumentar suas receitas tributárias e autofinanciar as empresas estatais geraram uma grave “crise fiscal” (BELLUZZO & ALMEIDA, 1992).

A interrupção do fluxo de crédito internacional, a partir de 1982 (pós moratória mexicana), a priorização de políticas para o combate aos desequilíbrios do balanço de pagamentos e o crescimento da inflação trouxeram obstáculos para a manutenção do crescimento econômico da década anterior. A nova dinâmica da economia brasileira passou a ser caracterizada pela crescente

necessidade de obtenção de superávits na balança comercial, em um ambiente de semi-estagnação e de elevada instabilidade macroeconômica (BELLUZZO & ALMEIDA, 1992).

Os impactos sobre o mercado interno podem ser observados pela redução do dinamismo econômico e pela aceleração da inflação e do desemprego que, em um contexto de aumento da dívida pública contraindo a ação direta do Estado, fragilizam os esforços do movimento sindical e levam a uma deterioração dos salários reais, impactando negativamente a distribuição de renda.⁷

Nesse novo ambiente, os impactos da crise são mais fortemente sentidos na região mais industrializada do país e em menor proporção no Nordeste. Tanto que, entre 1980 e 1990, o PIB do Nordeste cresce a uma taxa média anual de 3,3% contra 1,6% da média nacional. Mesmo tendo desacelerado seu ritmo anterior de expansão, a economia nordestina, ao mesmo tempo em que acompanha a desaceleração geral observada no país, consegue manter um ritmo maior de crescimento (**Gráfico 1.1**). O processo de integração à dinâmica geral configura-se sob condições tais que, pelas características da economia regional nordestina – e apesar da desaceleração – dá-se de forma menos aguda do que ocorreu em outras regiões do país. Isso, em parte, reflete o amadurecimento do bloco de grandes investimentos do II PND, que é um dos diferenciais que jogam a favor do Nordeste, nesse momento. Ainda em termos industriais, destacam-se os investimentos na extração de petróleo e gás e nas indústrias metalúrgica, química e de plástico; e a expansão da indústria de vestuário e calçados. Políticas estaduais e alguns projetos privados de investimento em novas plantas também contribuíram para esse movimento (CANO, 2008, p. 110). Nos casos das indústrias de vestuário e calçadista, a maioria se dirigiu para o Estado do Ceará, com destaque para o polo têxtil e de confecções de Fortaleza.

Segundo Cano, nos anos 1980,

O Nordeste sofreu os percalços da crise, quando o investimento privado caiu, mesmo com o sistema de incentivos regionais, que, aliás, iniciava um processo de deterioração. Além da crise do investimento, também foi afetado pela demanda de insumos industriais que, a partir de meados da década anterior, lhe fazia São Paulo. Na região, os estados mais afetados foram Pernambuco e Bahia. Ainda assim, entre 1980 e 1989, sua participação teria se mantido em torno de 8,1% [do VTI da transformação industrial nacional]” (CANO, 2008, P. 113).

Outro diferencial foi a expansão do agronegócio nos cerrados dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia e dos polos de fruticultura irrigada na região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)⁸ e no Vale

⁷ Ver HOFFMANN (1995).

⁸ O polo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro remonta aos anos 1970, quando foi implementado em meio aos grandes projetos de irrigação, contando com a presença do Estado na montagem de parte importante da infraestrutura de captação e distribuição de água. Mas, foi nos anos 1980 que se implementaram grandes projetos de médias empresas nacionais e internacionais e que se aumentou o uso de capital na região, ao mesmo tempo em que se instalaram diversas plantas industriais (ARAÚJO, 2000).

do Açú (RN), além da expansão da pecuária na região, como no polo de pecuária intensiva do agreste pernambucano financiado pela SUDENE. A esse cenário, soma-se a consolidação das políticas sociais, a partir da Constituição Federal de 1988, que ao estender a previdência ao meio rural gerou uma fonte importante de renda para a população rural nordestina (DELGADO, 1999). Por outro lado, destaca-se, também, o desmonte do sistema gado-algodão-policultura de alimentos nos anos 1980, especialmente por causa da praga do bicudo, que atingiu a produção do algodão, principal fonte de renda monetária da maioria dos pequenos produtores rurais do semiárido (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Houve também uma expansão da economia urbana, com importante crescimento do comércio e dos serviços na região e o desenvolvimento de atividades modernas de base tecnológica, como as dos “tecnopolos” de Campina Grande e do Recife (ARAÚJO, 2000). Destaca-se, ainda, a adoção de políticas internas de incentivo ao turismo que dinamizaram esse setor, com destaque para a promoção do turismo de negócios e de eventos, especialmente em épocas específicas e festas populares como, por exemplo, o turismo do frio em Gravatá (PE), o São João em Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), o carnaval em Salvador (BA) e os carnavais fora de época de Feira de Santana (BA), de outras cidades do interior e até das capitais, além do turismo litorâneo (MARTINS, 1993).

Em termos de dinâmica regional, a perda de dinamismo industrial impacta principalmente os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia que começam a perder participação no produto nordestino, enquanto as transformações na agropecuária e a expansão do terciário dinamizam a estrutura produtiva de outros Estados da região (**Gráfico 1.2**).

Quanto ao mercado de trabalho nordestino nos anos 1980, inicialmente observa-se uma redução, não muito significativa, da participação do emprego com carteira de trabalho assinada em relação ao total do emprego urbano. Verifica-se, igualmente, a manutenção da perda do peso do setor da agricultura e pecuária, a estabilidade da participação do emprego industrial e o aumento significativo da participação do setor terciário, em especial do comércio e da prestação de serviços no emprego total. Mantém-se, ainda, o avanço do assalariamento e da geração de empregos, tanto no setor organizado da economia quanto no setor informal (GUIMARÃES NETO, 1998). Ressalta-se, ainda, o importante papel anticíclico desempenhado pelo emprego público nos anos 1980 (MARTINS, 2004). Entre 1979 e 1988 a participação do emprego na administração pública no total do emprego urbano formal passou de 14,9% a 21,7% no Brasil e de 23,9% a 34,8% no Nordeste. Todavia, esse incremento do emprego público ocorreu sobretudo nas esferas estaduais e municipais, como destacado por Guimarães Neto (1990).

Em termos migratórios, há importantes mudanças nos movimentos de deslocamento populacional dentro do país no período pós-1980. Esses foram resultantes de diversas alterações nos cenários econômico, social e político (BRITO, 2009; CANO, 2007, 2011; CUNHA, 2015). Sobre essas transformações, Baeninger (2012, p. 47) aponta que “as migrações internas, portanto, assumem maior

complexidade a partir dos anos 1980 em função, particularmente, do predomínio das migrações entre áreas urbanas”. Outro fenômeno que já era verificado no processo migratório brasileiro, mas que ganha intensidade a partir dos anos 1980, é a migração de retorno, principalmente para o Nordeste (CUNHA, 2015).

Cano destaca, ainda, que:

Na década de 1980, com a crise, os fatores de atração nas áreas receptoras diminuíram sensivelmente ao mesmo tempo que, nas áreas tradicionalmente expulsadoras, alguns fatores também colaboraram para a diminuição dos fluxos de saída: secas menos intensas no Nordeste; elevada desconcentração produtiva ocorrida nas décadas de 1970 e 1980; aumento da taxa de urbanização na periferia nacional; forte aumento regional do emprego público; aumento da crise social e da violência em São Paulo e no Rio de Janeiro (CANO, 2008, p. 194).

O Nordeste continuou sendo a região com o maior saldo migratório negativo. Porém, observou-se uma redução na intensidade e no volume desse fluxo de saída no período de 1980 a 1991, comparado com momentos anteriores (CANO, 2008; CUNHA, 2015). Cano destaca um conjunto de fatores que permitiram essa diminuição do fluxo e a maior retenção da população na região. Dentre esses fatores, destacam-se: a ampliação do emprego público e do turismo; a “maturação tardia de investimentos de grande porte”; o crescimento das cidades médias; e a continuidade do processo de urbanização (CANO, 2008, p. 205). Enquanto a população urbana no país expandia-se a uma taxa de 3,0% a.a., no Nordeste ela avançava a uma taxa de 3,5% ao ano, o que fez com que seu grau de urbanização subisse para 60,7%, em 1991 (**Gráfico 1.3**). É a partir desse período que se verifica, também, uma redução mais expressiva do crescimento populacional na região, seguindo a tendência nacional (**Tabela 1.1**).

1.3 Dinâmica do processo de integração inter-regional e o Nordeste em meio às mudanças vividas pelo país nos anos 1990

A década de 1990 ficou marcada, especialmente, pela estabilização inflacionária (Plano Real) em um contexto de abertura comercial e financeira, de promoção de privatizações, de reformas do Estado e de mudanças no tratamento da questão social. Apesar da diminuição da inflação, no cenário econômico e social, observou-se uma elevação significativa do nível de desemprego com crescimento da informalidade no âmbito do mercado de trabalho.

A abertura comercial e a valorização cambial do Plano Real ampliaram o poder de compra da população deslocando parte do consumo interno para as importações. Como resultado, observou-

se, não apenas uma redução da produção industrial como, também, uma queda do emprego nesse setor, um dos mais organizados e com melhor remuneração.

A fragilidade do setor produtivo nacional ficou evidente. Com a ampliação da concorrência externa, vários segmentos produtivos locais perderam espaço ou, até mesmo, desapareceram, levando a uma desestruturação de várias cadeias produtivas nacionais. Esse movimento, além de levar a uma perda significativa de postos de trabalho, reduziu a arrecadação tributária do país, agravando a relação dívida/PIB. Consequentemente, isso afetou sobremaneira a capacidade de investimento do poder público, característica marcante do processo de industrialização nacional. Por sua vez, a política de juros elevados – um dos pilares da política macroeconômica do período – contribuiu, não apenas para agravar a situação de endividamento do setor público como, também, para inibir a retomada dos investimentos (públicos e privados), obstaculizando a possibilidade de retomada do crescimento econômico.

A política monetária desse período, fez com que capitais externos especulativos e extremamente voláteis fossem atraídos pela possibilidade de valorização monetária. Essa política, em termos práticos, trouxe uma maior instabilidade à economia nacional e uma vulnerabilidade que se instalou no balanço de pagamentos, fazendo com que a conta corrente apresentasse recorrentemente *déficits* significativos.

Como destacam Belluzzo e Almeida, a política econômica do Plano Real não era apenas uma forma de se obter:

(...) estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da ‘âncora’ cambial. O objetivo parecia ser mais amplo: estávamos diante de um projeto de desenvolvimento liberal que supõe a convergência relativamente rápida das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira na direção dos padrões ‘competitivos’ e ‘modernos’ das economias avançadas” (BELLUZO & ALMEIDA, 2002, p. 373).

No âmbito internacional, os obstáculos ao desenvolvimento e ao crescimento da atividade econômica desse período encontravam-se na livre mobilidade de capitais, no perfil diferenciado dos capitais que se direcionavam à periferia e no novo padrão de concorrência intercapitalista. Segundo Carneiro (2008), esse último é especialmente importante por ter modificado a natureza dos ingressos de capitais, na forma de investimentos diretos externos (IDE), que deixaram de assumir a forma de investimentos produtivos (do tipo *greenfield*) e se concentraram na lógica das operações de fusões e aquisições. No caso brasileiro, também prevaleceu o IDE de fusões e aquisições. Esses investimentos foram direcionados principalmente para as indústrias tradicionais e para o setor

de serviços, configurando o movimento de privatizações de empresas públicas⁹, que marcaram todo o período dos anos 1990.

Internamente, os determinantes referem-se a uma nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, caracterizada pela herança da “crise da dívida” (como a financeirização precoce dos grandes grupos econômicos nacionais e perda de capacidade de investimento do Estado) e pela emergência do “projeto liberal” (abertura econômica, comercial e financeira, privatizações e estabilidade monetária via taxa de câmbio apreciada).

Em relação à indústria, observa-se, como reflexo da abertura econômica, um declínio nas margens de lucro no setor *tradeables* e uma redução de parte da base produtiva de manufatura doméstica, por conta dos impactos do crescimento das importações e do aumento da concorrência. Como destaca Carneiro (2002), as transformações ocorridas na estrutura industrial brasileira seguiram duas direções: a ampliação da participação dos setores intensivos em recursos naturais e a consolidação de um segmento produtor e exportador de material de transportes, com queda de peso relativo de diversos segmentos intensivos em capital e trabalho.

Para Laplane e Sarti (2006), as empresas reagiram à abertura e à política econômica, intensificando a especialização e a racionalização da capacidade produtiva, com redução expressiva de emprego. Esse ajuste foi feito com baixo grau de investimento, via introdução de mudanças organizacionais, abandono de linhas de produtos e com acentuada desigualdade entre setores, empresas e no interior das empresas. Em síntese, observou-se um processo de especialização regressiva da estrutura produtiva industrial. Suas características foram a redução da participação da indústria no PIB, a diminuição do adensamento das cadeias produtivas (VTI/VBP) e a especialização em atividades intensivas em recursos naturais ou com menor exposição à concorrência internacional, ou seja, o abandono das atividades mais intensivas em inovação.

Carvalho e Kupfer (2011) salientam o fato da inflexão da trajetória brasileira ter se dado em níveis de renda *per capita* muito inferiores aos de países como Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Coreia e Taiwan, o que, segundo os autores, poderia levar à conclusão de que o processo de especialização da indústria estaria ocorrendo de forma precoce no país. Para eles, a redução da diversificação industrial está associada à especialização regressiva e aos requerimentos competitivos de inserção internacional pautada em produtos de baixo valor agregado e em atividades intensivas não em trabalho, mas em terra, energia, água etc. Destacam, por fim, o papel que a falta de dinamismo da economia brasileira exerceu sobre a trajetória de mudança estrutural da indústria nacional.

A estagnação econômica traz consigo um déficit de investimentos, o que naturalmente limita o desenvolvimento de novas atividades e o processo de

⁹ Merecem destaque as privatizações de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e energia.

mudança estrutural. Além disso, entre as atividades industriais existentes, em condições de baixo dinamismo, as que tendem a crescer proporcionalmente mais em participação são as que revelam um perfil de investimentos de retorno rápido e de baixo risco, em geral baseados exclusivamente em ativos tangíveis, como no caso dos bens de menor conteúdo tecnológico, especialmente aqueles baseados em recursos naturais abundantes no país e pesadamente demandados pelos mercados internacionais (CARVALHO E KUPFER, 2011, p. 636).

Em resumo, o ajustamento experimentado pela indústria brasileira ao longo da década de 1990 refletiu-se em uma estrutura produtiva bem menos diversificada e, em sua maioria, concentrada em ramos de pouco dinamismo, o que impactou negativamente o volume de pessoal ocupado na atividade produtiva. A contração do emprego na indústria passou a não estar mais relacionada à contração do nível de atividade industrial, mas sim às mudanças nos patamares de produtividade conseguidas de forma quase generalizada pelas empresas brasileiras, associadas a processos de reestruturação produtiva e terceirização de postos de trabalho.

No início de 1999 implementou-se um novo regime cambial no Brasil – câmbio flutuante – associado a um regime de metas de inflação. Criou-se um modelo onde a taxa de crescimento da economia brasileira era uma consequência e não uma variável estratégica, em que a política macroeconômica prezava pela estabilidade de preços em detrimento do crescimento do produto nacional.

Um dos efeitos mais perversos da política econômica que fundamentou o Plano Real foi o expressivo aumento da taxa de desemprego que, agravada pelo baixo crescimento da economia e pela estratégia do setor privado de redução de custos presentes na década, subiu de 4,6% em 1995 para mais de 9 % em 1998, apresentando uma leve queda após a desvalorização do câmbio em 1999. Ao lado do desemprego crescente, o aumento das relações precárias de trabalho (informalidade) e a queda dos níveis de rendimento dos ocupados marcaram o ambiente do mercado de trabalho nacional.

Nesse contexto de baixo crescimento econômico, o Nordeste apresentou uma elevação do produto acima da média nacional, como é possível observar através do **Gráfico 1.1**.

Como ressalta Araújo (2000, p. 168), o movimento de integração econômica “articulou as diversas dinâmicas ‘regionais’”, sem, contudo, homogeneizar as diversas estruturas produtivas regionais, que continuaram apresentando diferenças significativas.

E é justamente em função das particularidades das estruturas produtivas de cada região que o Nordeste é menos atingido na crise dos anos recentes. A crise tem afetado mais fortemente o setor industrial e, dentro dele, os segmentos produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Ora, tais segmentos não têm grande presença no tecido industrial do Nordeste (...) Ao se especializar mais na produção de bens intermediários, destinando

parte importante às exportações, a indústria recentemente instalada no Nordeste resiste melhor aos efeitos da recessão brasileira. Paralelamente, em sua porção oeste e nas margens do submédio São Francisco, o Nordeste implantou moderna agricultura de grãos e importante polo de fruticultura, ambos para exportação, o que ajuda a resistir aos efeitos da retração da demanda interna, podendo localizadamente enfrentar melhor a crise” (ARAÚJO, 2000, p. 168-169).

Todavia, a redução da capacidade de investimento e o aumento do endividamento do Estado, mais as privatizações de grandes empresas estatais, impactaram negativamente a região Nordeste. Um dos exemplos é o da privatização do antigo Sistema Siderbrás que afetou o setor metal mecânico regional, na medida em que acabou com o preço único praticado. Isso diminuiu a capacidade competitiva das empresas do Nordeste, pois essas, ao adquirirem seus insumos no Sudeste incorrendo, assim, em elevados custos de transporte, não conseguiram manter um preço competitivo. Além das privatizações, a abertura comercial e financeira também trouxe prejuízos para os setores tradicionais da região, como é o caso do setor têxtil, que já havia sofrido com a crise do algodão de anos anteriores.¹⁰

A política de desenvolvimento regional federal perdeu força em meio à crise do Estado e ao avanço das ideias de cunho liberal que dominavam o cenário econômico. A SUDENE foi particularmente atingida nos anos do Governo Collor, ao mesmo tempo em que a “guerra fiscal” entre os Estados avançava. No que se refere à reversão do processo de concentração relativa e de reconfiguração regional da indústria, Diniz (2002) demonstra que coube aos estados do Nordeste a captação de indústrias de confecções e calçados. Essas indústrias se localizaram nessa região devido aos menores salários e a “uma ampla gama de incentivos fiscais (...) concedidos através dos instrumentos fiscais formalizados e da ‘guerra fiscal’ entre os estados” (DINIZ, 2002, p. 35).

No final da década de 1990, o Nordeste apresentava uma importante diversidade de estruturas produtivas sub-regionais que foram ampliando a heterogeneidade intrarregional. Como afirma Araújo (2000), foram criadas “(...) novas áreas de expansão que abrigam, hoje, estruturas modernas e dinâmicas, as quais convivem com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais diferenciada e complexa” (ARAÚJO, 2000, p. 194). Ressalta-se, ainda, que parte importante dessas estruturas “modernas e dinâmicas” tiveram seus embriões a partir de meados dos anos 1980, quando começaram a se desenvolver os polos e complexos agroindustriais na região (ARAÚJO, 2000; GUIMARÃES NETO, 1989).

¹⁰ Como ressalta Oliveira (2014), ao falar do caso pernambucano, “com a abertura comercial e financeira da economia nacional, a vulnerabilidade do setor têxtil – já definida pela crise de fornecimento do algodão, provocada pela praga do bicudo, nos anos de 1980 – tornou-se evidente” (OLIVEIRA, 2015, p. 111).

Em relação à dinâmica intrarregional nordestina, Araújo ressalta a existência de "vários nordestes":

(...) do Nordeste do oeste baiano e do Nordeste canavieiro do litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas; do Nordeste agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cacauzeiro do sul baiano; do Nordeste minero-metalúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste agroindustrial do semiárido, dominado pelo tradicional complexo gado/ agricultura de sequeiro etc. Cada um com suas particularidades e seus atores, muitos deles não-nordestinos (...) com atuação de articulações novas, muitas das quais tendentes a “arrastar para fora” partes importantes do Nordeste. (ARAÚJO, 2000, p. 194).

Todavia, o que se verifica é que a esperada modernização econômica da região ocorreu. No entanto, essa se deu em bases conservadoras e com diferentes reflexos dentro da região, apresentando ganhos relativos para o Estado do Ceará e perdas para os de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Bahia (**Gráfico 1.2**). Sobre esse aspecto, importantes diferenças intrarregionais podem ser observadas entre esses Estados. O Ceará teve sua “modernização conservadora” puxada pelo empresariado local, a partir de segmentos intensivos em mão de obra (têxtil/confecções e varejo moderno), o que promoveu uma mobilização local (de grandes e pequenos empreendimentos, mas também de trabalho) mais forte que em Pernambuco, onde o empresariado tradicional perdia, progressivamente, espaço e capacidade de comando sobre a dinâmica econômica, ocasionando, sobretudo, o fechamento de fábricas de tecidos e usinas de açúcar. Já na Bahia, onde a reestruturação produtiva foi pautada fortemente na produção de intermediários, verificou-se uma maior geração de valor adicionado sem que houvesse correspondente magnitude de crescimento quanto à geração de empregos. Os Estados do Rio Grande do Norte e Sergipe desenvolveram uma dinâmica à parte, fortemente influenciada pelos investimentos da indústria de petróleo e gás; enquanto o Maranhão e o Piauí tiveram seu desenvolvimento ligado à expansão da fronteira agrícola e, no caso do Maranhão, às exportações e beneficiamento do minério de ferro do Pará.

No mercado de trabalho, as tendências observadas nesse período são semelhantes nas diversas regiões brasileiras.

Em outras palavras, não há um segmento produtivo específico que defina um comportamento setorial para as regiões, nem, tão pouco, um comportamento regional diferenciado que torne distinta, no que se refere ao mercado de trabalho, uma parte significativa do território nacional relativamente a outra. O que parece existir é um comportamento de dimensão e característica nacional, que está presente em todas as regiões, do qual resultam tendências e impactos semelhantes nas várias economias regionais brasileiras (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 165-166).

No bojo das medidas de liberalização econômica levadas a cabo ao longo da década de 1990, ressurge a discussão de “Estado mínimo” e de “racionalização” do setor público, que se concretiza, em parte, através das privatizações de empresas estatais federais e estaduais. Todavia, como destaca Martins, o nível de ocupação no setor público praticamente não se alterou ao longo dos anos 1990 no Brasil e no Nordeste. Segundo o autor, o “o que parece ter ocorrido em consequência dessas privatizações foi a substituição de empregos públicos ‘bons’ por empregos públicos ‘ruins’”. Isto é, ocupações que tanto do ponto de vista da institucionalidade trabalhista quanto das remunerações estão se aproximando gradativamente do modelo do setor privado” (MARTINS, 2004, p. 142).

Os anos 1990, em termos de dinâmica do mercado de trabalho nordestino, apresentaram um aumento da precariedade do emprego, uma dominância do setor de serviços na geração de postos de trabalho formais, um forte crescimento do desemprego aberto e uma redução do rendimento médio do trabalho (GUIMARÃES NETO, 2002). A população, que já vinha apresentando taxas de incremento decrescentes ao longo das décadas anteriores, continuou esse processo ao longo dos anos 1990, reflexo da redução das taxas de fecundidade e da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, movimentos já vindos dos anos 1980, mas que se intensificaram posteriormente com a redução da renda e a piora das condições de emprego que pressionaram ainda mais as mulheres a entrarem no mercado de trabalho. A região Nordeste apresentou taxas de expansão populacional total de apenas 1,3% a. a. contra 1,6% ao ano da média nacional. Com relação à ampliação da população urbana, a região apresentou um incremento relativamente maior que a média do país, 2,8% a. a. e 2,4% ao ano, respectivamente. Apesar do crescimento mais acelerado da população urbana, a região ainda possuía a menor taxa de urbanização entre as grandes regiões, com apenas 69,1%, em 2000.

Outro movimento importante, derivado principalmente da Constituição Federal de 1988, foi o surgimento de novos municípios no país e o Nordeste seguiu essa tendência. Segundo dados do IBGE, 1.082 municípios foram criados nos anos 1990, dos quais 229 estavam no Nordeste. Esse fenômeno só reafirmou uma característica forte do Nordeste que é a predominância de municípios de pequeno porte (com até 50 mil habitantes), que em 2000 já eram 92,0% do total de municípios da região, e cuja atividade principal era a Administração Pública. Ao mesmo tempo, verificou-se uma desaceleração no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas. Como destaca Baeninger (2010, p. 213), “os núcleos metropolitanos passam a perder peso relativo, desde a década de 70, reforçando os processos de mobilidade intrametropolitana e de periferização da população”. Esse movimento também pôde ser observado nas regiões metropolitanas nordestinas de Salvador, Recife e Fortaleza, onde o crescimento populacional da periferia metropolitana no período de 1991 a 2000 foi mais acentuado que no núcleo metropolitano, ou seja, as capitais.

No que se refere à migração, observa-se uma retomada dos fluxos migratórios ao longo dos anos 1990. Nesse período, segundo Cano (2008), não só as secas mais intensas (1993 e 1998-99)

no Nordeste favoreceram a emigração, mas, também, o forte desemprego agrícola e o aumento da informalidade e precarização do mercado de trabalho urbano. O fluxo de saída, principalmente para São Paulo (59%), ampliou-se fortemente na região (cerca de 65%), seguido pela região Norte (10,8%) e Centro-Oeste e Distrito Federal (10,2%), ainda de acordo com Cano (2008, p. 216). Mesmo as políticas sociais que possibilitaram o acesso de muitos trabalhadores rurais e urbanos a benefícios previdenciários e que poderiam diminuir a pressão por imigrar de parte da população, parecem não terem sido capazes de diminuir as trocas populacionais do Nordeste com as demais regiões ao longo dos anos 1990. Por sua vez, a migração de retorno continuou a crescer no período, especialmente no Nordeste, em meio à crise econômica e no mercado de trabalho e em um país que cada vez mais se mostra urbano (CUNHA, 2015).

Por fim, Carvalho (2001) resume bem as transformações socioeconômicas ocorridas no Nordeste entre as décadas de 1950 a meados de 1990 e demonstra que a região conseguiu alcançar um ritmo de crescimento maior, o que permitiu mudanças importantes na sua base produtiva e o estabelecimento de vínculos mais estreitos com a economia nacional. Contudo, a reversão do quadro social negativo – um dos principais fatores da intervenção planejada do Estado através da SUDENE – mostrou-se modesta, com a manutenção de “altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo, pobreza e concentração de renda, bem como uma baixa esperança de vida” (CARVALHO, 2001, p. 132).

1.4 Mudanças no processo de integração inter-regional nos anos 2000 e o Nordeste

Em um contexto de tentativa de retomada do processo de integração inter-regional, observou-se, a partir dos anos 2000, a elevação do nível da atividade produtiva, mais especificamente, no período de 2004 a 2010. Apesar da manutenção de grande parte das políticas macroeconômicas da década anterior, a adoção de políticas setoriais e em especial de políticas sociais, que representaram um avanço na redução das desigualdades regionais brasileiras, permitiu uma ruptura na dinâmica regional na primeira década do século XXI.

O crescimento da atividade econômica foi puxado, no início, por uma forte expansão das exportações, que provocou também um crescente *superávit* na balança comercial e na conta corrente do balanço de pagamentos do País, reflexo direto das desvalorizações cambiais de 1999 e de 2002, e da melhora do cenário internacional, com destaque para o “efeito China”, que ampliou a demanda e os preços das *commodities*. Posteriormente, a aceleração do produto decorreu do fortalecimento de fatores internos, como a expansão do consumo das famílias, dos investimentos e do crédito, concedido tanto às empresas, quanto às famílias. Essas, por sua vez, também foram beneficiadas pela elevação dos níveis de emprego e renda, pelas políticas públicas de transferência direta de renda e pelo reajuste real significativo do salário mínimo (**Tabela 1.2**).

Tabela 1.2 - Brasil: Indicadores macroeconômicos, 2000-2015

Tabela 1.2 - Brasil: Indicadores macroeconômicos, 2000-2015												
Ano	Crescimento do PIB mundial ¹ (%)	Crescimento do PIB na América Latina (%)	Crescimento do PIB Brasileiro (%)	Taxa de crescimento do PIB Brasileiro: ótica da demanda (% a.a.)						INPC - variação (%)	Over/Selic	Taxa de câmbio média (US\$) ²
				Consumo	Formação Bruta de Capital			Exportação	Importação (-)			
					Total	Fixo	Variação de estoques					
2000	4,8	4,1	4,4	3,1	10,4	4,8	266,1	12,9	10,8	5,3	17,4	1,83
2001	2,5	0,7	1,4	1,2	-0,7	1,3	-60,7	9,2	3,3	9,4	17,3	2,35
2002	3,0	0,6	3,1	1,9	-6,8	-1,4	-310,0	6,5	-13,3	14,7	19,2	2,92
2003	4,0	1,9	1,1	0,0	-2,7	-4,0	-51,2	11,0	-0,5	10,4	23,3	3,08
2004	5,4	6,0	5,8	3,9	10,3	8,5	131,3	14,5	10,4	6,1	16,2	2,93
2005	4,9	4,5	3,2	3,9	-2,5	2,0	-132,7	9,6	7,5	5,0	19,0	2,44
2006	5,6	5,4	4,0	4,9	8,5	6,7	216,6	4,8	17,8	2,8	15,1	2,18
2007	5,7	5,7	6,1	5,8	15,9	12,0	128,4	6,2	19,6	5,2	11,9	1,95
2008	3,0	4,0	5,1	5,4	14,2	12,3	33,3	0,4	17,0	6,5	12,5	1,83
2009	0,0	-1,2	-0,1	4,1	-14,5	-2,1	-121,8	-9,2	-7,6	4,1	9,9	2,00
2010	5,4	6,3	7,5	5,7	28,8	17,9	-654,6	11,7	33,6	6,5	9,8	1,76
2011	4,1	4,7	3,9	4,1	5,6	6,7	-12,2	4,8	9,4	6,1	11,6	1,67
2012	3,4	2,9	1,9	3,2	-2,6	0,8	-58,8	0,3	0,7	6,2	8,5	1,95
2013	3,3	2,9	3,0	3,0	5,9	5,8	8,4	2,4	7,2	5,6	8,2	2,16
2014		1,2	0,1	1,3	-4,4	-4,5	-2,1	-1,1	-1,0	6,2	10,9	2,35
2015		-0,4	-3,8	-3,3	-18,3	-14,1	-142,1	6,1	-14,3	11,3	13,3	3,33

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010 e FGV. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Nota: (1) Fonte: World Economic Outlook. (2) A partir de 1994: R\$.

Em termos de políticas macroeconômicas, destacam-se: a manutenção da política de câmbio flutuante, associada a um regime de metas de inflação; uma política monetária orientada para a estabilidade de preços, cujo principal instrumento era o manejo da taxa básica de juros (Selic); e a utilização da política fiscal que, a partir de 2005, diante da consolidação do cenário de crescimento econômico e da melhora das contas públicas (externa e interna – relação dívida/PIB), tornou-se expansionista, a partir de instrumentos como a elevação das despesas com pessoal e encargos sociais em relação ao PIB, expansão e consolidação de programas sociais de transferência de renda, política de aumentos reais do salário mínimo (referência para o piso dos benefícios previdenciários e para o Benefício de Prestação Continuada), e utilização de bancos públicos como a CAIXA, o Banco do Brasil e, especialmente, o BNDES para elevar a oferta de crédito.

Somados a isso, o contexto econômico favorável contribuiu para que os trabalhadores conseguissem, por meio das negociações coletivas, reajustes acima da inflação, o que também contribuiu para a melhora do rendimento médio das famílias. Ademais, a retomada dos investimentos públicos produtivos e em infraestrutura social, econômica e urbana, principalmente a partir de 2007, assumiram um papel de destaque com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC, que estava previsto para durar até 2010, tinha como objetivo articular projetos de infraestrutura públicos e privados e estabelecer medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. De acordo com o relatório oficial, o objetivo era “modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população”, a partir de investimentos em infraestrutura logística, energética, social e urbana, em um montante de R\$ 619 bilhões, em valores da época (PAC/MPOG, 2012). Destaca-se,

ainda, nesse contexto, os investimentos de grandes empresas cujas atividades ocasionam importantes impactos territoriais.

Entretanto, esse cenário se reverteu a partir do final de 2008 e início de 2009, com os impactos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira e a reversão do cenário externo favorável. A economia nacional retraiu seu produto em 2009 e retomou o crescimento a partir de 2010, a partir da adoção de medidas anticíclicas. Uma das principais medidas adotadas foi a implementação de uma segunda etapa do PAC, que deveria ser realizado entre 2011 e 2014 e incluía novos projetos de infraestrutura social e urbana, como forma de “enfrentar” os problemas das grandes cidades brasileiras e dinamizar a economia através da ampliação do investimento, público e privado, que seria o principal motor para a continuidade do incremento da atividade produtiva nacional. O programa foi dividido em 6 eixos: transportes, energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Água e Luz para Todos e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Segundo o 11º relatório do PAC 2, até dezembro de 2014 foram gastos R\$ 802,9 bilhões em obras. Apenas o Eixo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi contemplado com recursos de R\$ 449,7 bilhões (PAC/MPOG, 2014). Contudo, mesmo com as iniciativas implementadas, não se conseguiu pós-2011 manter o patamar de incremento da atividade econômica observado entre 2004 e 2010 (**Tabela 1.2**).

Em síntese, como ressaltam Barbosa e Souza (2010, p. 1), o Brasil havia iniciado “uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico com redução nas desigualdades sociais”, movimento esse que passou a enfrentar obstáculos a partir de 2011, com a redução do ritmo de crescimento do PIB.

No que se refere à dinâmica regional, Resende et al. (2015) apontam que a questão regional no Brasil dos anos 2000 indicou “um quadro promissor”, se comparado ao da década anterior. Para os autores,

Configurou-se nesta última fase a combinação de três elementos benéficos, como não se tinha visto desde os anos 1970: i) expansão acelerada das economias regionais; ii) redução das disparidades regionais nos PIBs per capita estaduais e macrorregionais; e iii) recuperação da capacidade governamental, na forma de instrumentos e recursos, para ativar o desenvolvimento regional (RESENDE et al., 2015, p. 8).

Além dessa análise, Resende et al. (2015) elencam diversos pontos importantes para caracterizar o desenvolvimento regional observado ao longo dos anos 2000. Destaca-se, em relação ao Nordeste, os seguintes pontos: 1) Forte expansão do PIB das cidades médias (de 100 a 500 mil habitantes) e das pequenas (com até 50 mil). Porém, em termos populacionais, enquanto os municípios pequenos apresentaram incremento abaixo da média nacional, as cidades médias foram as que mais se expandiram (1,59% ao ano entre 2000 e 2010); 2) Crescimento puxado pelo consumo das famílias mais pobres, especialmente do Norte e Nordeste, segundo dados da Pesquisa de Orçamento

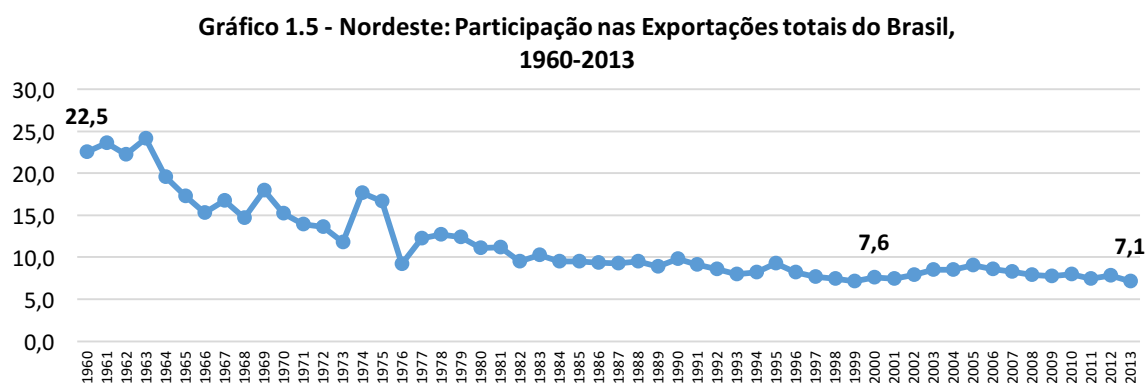
Familiar (POF), do IBGE, com destaque para o crescimento do comércio e dos serviços no Nordeste, também impulsionado pelo incremento do consumo das famílias mais pobres; 3) Queda das desigualdades socioeconômicas, mas com manutenção de desigualdades educacionais regionais ainda expressivas. O IDH das regiões Norte e Nordeste crescem acima da média nacional, todavia, ainda são os mais baixos do país, ficando evidentes, ainda, “desigualdades educacionais ainda marcantes regionalmente”; 4) Indústria mais desconcentrada, porém ainda muito aglutinada no polígono Centro-Sul e nas áreas metropolitanas do Nordeste. Entre as áreas que foram contempladas pelo processo de descontração industrial, o estudo ressalta, na região Nordeste, as microrregiões de Fortaleza e Sobral, com o crescimento das indústrias têxtil, calçadista e de alimentos e bebidas; 5) Diversificação dos investimentos produtivos na região Nordeste; e 6) Maior ampliação das vagas de ensino superior público e privado nas regiões Norte e Nordeste, com aumento da migração de estudantes universitários. As matrículas no ensino superior público nordestino expandiram-se 4,9% ao ano, entre 2000 e 2010, e no setor privado 14,1%, de acordo com os dados de matrículas do INEP-MEC. Esse forte incremento do ensino privado pode ser explicado pela melhoria da renda das famílias, mas também pela criação e ampliação de programas de financiamento público, em especial o PROUNI (via renúncia fiscal destinada a instituições educacionais) e o FIES (via financiamento direto ao aluno). Todos esses pontos serão tratados, de alguma forma, ao longo desta Tese.

Em relação ao peso das políticas nacionais, Guimarães Neto (2010b) vai na mesma direção e aponta o importante papel exercido pelas políticas setoriais e, em especial pelas sociais, nas melhorias ocorridas ao longo dos anos 2000, e cujos impactos, em sua maior parte, beneficiaram as regiões economicamente mais atrasadas. Foi o que ocorreu com a política salarial centrada no aumento significativo do salário mínimo; com a política de transferência de renda, como a de Previdência rural, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família; com os grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e com a política de crédito ou de financiamento, com destaque para o financiamento de longo prazo. Apesar de esforços na tentativa de rearticular uma agenda nacional de políticas de cunho regional, o que se verifica ao longo dos anos 2000 é o crescimento da importância relativa das políticas setoriais no espaço regional em contraste com as políticas regionais explícitas. Isto é, na análise das políticas regionais explícitas (PNDR) *versus* políticas regionais implícitas (PAC, BNDES, MCMV, guerra fiscal entre Estados e Municípios e a ingerência proporcionada pela atuação de Grandes Empresas), a dinâmica econômico-espacial desse período pode ser melhor associada a aspectos que não configuram uma estratégia de integração, mas que se beneficiam da herança da integração “do passado” para se espalhar pelo território, ocasionando importantes impactos intrarregionais.

Em um Nordeste já integrado à dinâmica da economia nacional, mas guardando um forte hiato entre seus padrões socioeconômicos e os das regiões mais ricas do país, além de herdeiro da

histórica concentração demográfica e econômica brasileira no litoral, o processo de crescimento experimentado pelo Brasil nos anos iniciais do século XXI, de um modo geral, lhe foi favorável. (GUIMARÃES NETO, 2010a; ARAÚJO, 2013; BNB, 2014). E este será um dos pontos de partida das análises sobre o mercado de trabalho e as desigualdades, conduzidas nos capítulos centrais desta Tese.

Em relação à expansão das exportações, a região acompanhou a tendência nacional, porém de forma relativamente menos intensa, tanto que perdeu peso relativo nas exportações do país, como é possível observar através do **Gráfico 1.5**. As exportações nordestinas¹¹ ficaram concentradas em um número reduzido de *commodities* e produtos intermediários de baixo valor agregado, o que refletiu o quadro nacional de “desenobrecimento” da pauta exportadora ao longo dos anos 2000 (GALVÃO, 2014).



Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, diversos anos; MDIC/Secex. Elaboração GALVÃO (2014).

Já no que se refere à ampliação do consumo das famílias, do crédito e do investimento em infraestrutura econômica e social, o Nordeste foi mais favorecido. A região recebeu um importante bloco de investimentos em infraestrutura, especialmente alguns grandes projetos incluídos no PAC, como o da interligação de bacias com base no Rio São Francisco, as ferrovias Transnordestina e FIO, a duplicação de rodovias federais importantes, entre outros; e expressivos projetos produtivos, como a refinaria Abreu e Lima, a petroquímica SUAPE e o polo automotivo capitaneado pela Fiat Chrysler Automobiles - FCA, em Pernambuco, indústrias de equipamentos ligados à energia eólica em Pernambuco e na Bahia, indústria de papel-celulose no Maranhão e na Bahia, estaleiros navais e indústria de alimentos e bebidas em vários Estados, como será melhor detalhado no próximo Capítulo

¹¹ Galvão (2014, p. 35-36) destaca que entre 2000 a 2012 “houve pouca, ou talvez quase nenhuma, mudança estrutural na composição do comércio exterior da região (...) Açúcar em bruto, celulose, alumínio ou alumina em bruto, soja em bruto e minérios de ferro, eram e continuam sendo, além do óleo combustível, os campeões da pauta nordestina”. A exceção importante encontrada pelo autor foi a incorporação, a partir de 2002, de automóveis da Ford baiana.

(BNB, 2014; GUIMARÃES et al., 2014; RESENDE et al., 2015). Destaca-se também, o forte incremento da construção civil regional nesse período.

O Nordeste apresentou taxas de crescimento nas vendas no varejo acima da média nacional, entre 2004 a 2012, segundo o IBGE. Isso reitera a importância do crescimento do consumo das famílias na região, em especial das famílias mais pobres, como apontado pelo estudo de Resende et al. (2015). Além disso, o Nordeste liderou, entre 2004 e 2009, o crescimento do crédito no país, especialmente no crédito à pessoa física, além de apresentar significativo aumento dos recursos desembolsados pelo BNDES para a região, especialmente entre 2006 e 2009, segundo dados de Guimarães Neto (2010a). E, em paralelo, os financiamentos do BNB se expandiram significativamente. A região também exibiu uma taxa de crescimento do PIB superior à média nacional desde 2003, com exceção de 2009 (**Gráfico 1.1**)¹².

Esses movimentos provocaram impactos relevantes na estrutura produtiva regional, dentre eles destacam-se: a “perda de importância relativa de bases tradicionais antigas (complexo pecuária/algodão/policultura e complexo sucroalcooleiro), o avanço significativo do terciário (serviços de educação, saúde, comércio moderno e serviços às empresas), da indústria (de transformação e da construção civil) e do agronegócio (voltado para a produção de grãos e de frutas)” (CGEE, 2014, p.24).

No campo dos indicadores sociais, as informações disponíveis revelam para o Nordeste o seguinte: i) ritmo acelerado de queda da pobreza extrema (pessoas com rendimento familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00, segundo critério do Bolsa Família), passando de 21,9% em 2001 para 10,2% em 2011 (CACCIAMALI E BARBOSA, 2014); ii) forte queda da mortalidade infantil de 35,9% em 2000 para 18,0% em 2011, segundo dados do DATASUS; e iii) melhoria do IDH, que aumentou de 0,516, em 2000, para 0,662, em 2010 (RESENDE et al., 2015). Destaca-se, ainda, a expansão do ensino superior na região em ritmo mais acelerado que a média nacional, com relevante interiorização da oferta desse tipo de ensino. Houve um crescimento de 237,5% no número de pessoas que frequentavam o ensino superior entre 2000 e 2010 no semiárido nordeste, 175,9% no Nordeste e 116,4% no Brasil, segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE. Apesar dessa evolução relativamente favorável, a região segue liderando os piores indicadores sociais do País, posto que o hiato herdado em relação às regiões mais ricas do país era muito grande.

Observam-se, também, várias transformações no mercado de trabalho brasileiro, merecendo destaque: o crescimento do número de pessoas ocupadas; a significativa expansão do emprego formal; o aumento generalizado das ocupações, em todos os setores da economia,

¹² Os dados das Contas Regionais de 2010-2013, do IBGE, com a nova metodologia do Sistema de Contas nacionais e regionais – referência 2010, também mostram que o Nordeste continuou crescendo ligeiramente acima do PIB em 2011 e 2012, mas em 2013 igualou sua taxa de incremento da atividade econômica com a nacional, em 3,0% (IBGE, 2015).

principalmente na indústria de transformação e construção civil, no comércio e nos serviços; a recuperação do poder de compra da renda média do trabalho; e o elevado crescimento da massa total de rendimentos do trabalho.

Em relação ao emprego, dois movimentos importantes podem ser destacados. Primeiro, verifica-se uma tendência à formalização dos contratos de trabalho que vem ocorrendo na economia nacional desde 1999. E, em segundo lugar, uma retomada do crescimento da atividade econômica que resultou em patamares mais elevados de expansão da geração de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, a partir de 2004 (CARDOSO JR., 2007; BALTAR, 2011).

Outro reflexo importante desse novo momento da economia brasileira é a queda da desigualdade de renda do trabalho, medida pelo Índice de Gini. Todavia, segundo Dedecca et al. (2008) é de suma importância qualificar e entender a relevância e os limites dessa queda recente da desigualdade no Brasil. É necessário entender as limitações de uma análise da desigualdade que se baseie apenas na renda monetária do trabalho e nas transferências públicas, ou seja, na renda monetária disponível¹³. A partir dessa constatação e do estudo da desigualdade baseado em um conceito mais amplo, é que procurar-se-á explorar, no último Capítulo, a evolução da desigualdade enquanto um fenômeno que se conforma por múltiplas dimensões para o Nordeste brasileiro.

O mercado de trabalho nordestino nos anos 2000 inverte as tendências da década de 1990, com a retomada da geração de empregos, sobretudo os formais; a melhoria dos níveis de rendimento, especialmente dos ocupados com renda próxima ao salário mínimo; e a queda significativa do desemprego. As regiões Norte e Nordeste, acompanhando a tendência nacional, apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento do emprego formal, 8,2% a.a. e 6,2% a.a., respectivamente, entre 2000 e 2010. A média nacional foi de 5,3% a.a., enquanto que o crescimento do emprego formal nas regiões Sul e Sudeste, foram respectivamente 5% e 4,8% ao ano, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

A dinâmica populacional seguiu a tendência nacional de queda no ritmo de crescimento e de avanço da urbanização (**Tabela 1.1** e **Gráfico 1.4**), em especial no espaço semiárido. Houve também um importante crescimento das cidades médias, em especial daquelas distantes dos grandes centros metropolitanos, como Mossoró (RN), a conurbação chamada de CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, no Ceará), Caruaru (PE), Petrolina (PE), Feira de Santana (BA), entre outras.

¹³ Segundo Dedecca et al. (2008, p.4) a base de dados da PNAD apenas possibilita a análise da desigualdade a partir da renda disponível e, ademais, da renda oriunda do trabalho, de pensões e da previdência. Segundo o autor as restrições quanto a utilização de pesquisas domiciliares “ficam evidentes quando associados os resultados propiciados pela PNAD com aqueles encontrados nas Contas Nacionais. A massa de renda informada pela pesquisa domiciliar corresponde, aproximadamente, a 45% do Produto Interno Bruto. Se somadas as rendas do trabalho e de aposentadorias e pensões da PNAD, chega-se a um montante equivalente a 43% do PIB e a 96% da massa de renda total encontrada no levantamento domiciliar”, em 2005.

Já em termos de deslocamentos populacionais, a recuperação da atividade econômica associada a melhorias no mercado de trabalho e à consolidação das políticas sociais parecem ter se refletido em redução dos fluxos migratórios internos. Vê-se, no início dos anos 2000, “um contexto no qual a migração interestadual perde volume e, principalmente, intensidade” (CUNHA, 2015, p. 297). No Nordeste, segundo Cunha, verifica-se que:

Em praticamente todos os estados – com exceção de Sergipe e Rio Grande do Norte –, as taxas de migração líquida permaneceram negativas, sendo que em alguns deles, como Maranhão, Piauí, Alagoas e Bahia, estas até experimentaram certa intensificação. Ou seja, mesmo considerando alguma recuperação demográfica em estados tradicionalmente de emigração, como Pernambuco e Paraíba, nos anos 2000 parece ter havido algum tipo de retomada de suas perdas populacionais, sendo bons exemplos disso os estados do Ceará, Piauí e Alagoas (CUNHA, 2015, p. 296).

Em resumo, no que se refere à dinâmica migratória interna dos últimos 50 anos, Cunha aponta que houve importantes rupturas, em especial relacionadas à progressiva perda de atratividades das áreas de fronteira agrícola e mineral, mas que, nesse processo, o Nordeste permanece “sendo uma área de evasão demográfica, mesmo que em intensidade menor” (CUNHA, 2015, p. 305).

Como se demonstrou aqui, a partir do processo de integração produtiva, o Nordeste saiu de uma longa fase de letargia e passou a acompanhar de perto o movimento cíclico da dinâmica econômica nacional, embora tenha apresentado um crescimento ligeiramente maior do que a média nas fases de expansão e uma retração menor nos momentos de crise.

O padrão recente de crescimento da economia regional reafirma essa tendência e se mostrou, ao longo dos anos 2000, bastante positivo. O Nordeste ampliou sua participação regional no produto nacional de 12,4% em 2000 para 13,5% em 2010, revertendo a trajetória de perda de importância relativa iniciada em meados dos anos 1980; porém, chegando a um patamar ainda abaixo do registrado em 1985, de 14,1%¹⁴.

No próximo Capítulo será aprofundado o exame da dinâmica econômica e ressaltadas as principais transformações que ocorreram na estrutura produtiva da região Nordeste entre 2000 e 2010. Busca-se, assim, esclarecer as bases sobre as quais ocorreu a dinâmica do mercado de trabalho e da desigualdade nessa região brasileira, objeto dos capítulos centrais desta Tese.

¹⁴ Devido às mudanças no sistema de contas nacionais e regionais do IBGE, ao longo do final dos anos 2000, não foi possível construir uma série histórica com a participação regional do Nordeste no PIB nacional. Para maiores detalhes ver Anexo Metodológico 1.2 - Participação regional do Nordeste no PIB Nacional e as mudanças no Sistema de Contas Nacionais e nas Contas Regionais do IBGE.

CAPÍTULO 2 – DINÂMICA ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA NORDESTINA ENTRE 2000 E 2010

Na primeira década dos anos 2000, a economia brasileira passou por um processo de retomada no ritmo de crescimento econômico, especialmente a partir de 2004. Como já destacado, o início do processo de expansão da atividade produtiva decorreu de uma ampliação das exportações, impulsionadas pelas desvalorizações cambiais de 1999 e de 2002 e pelo ambiente mundial favorável, especialmente no mercado de *commodities*. Na sequência, após 2004, uma nova fonte de dinamismo se fez presente, àquela relacionada ao consumo interno, reflexo do incremento do crédito e da renda média, além dos investimentos em infraestrutura econômica e social. Simultaneamente, houve um movimento de consolidação de políticas públicas, especialmente as de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a institucionalização de uma política de valorização real do salário mínimo. Com a crise financeira internacional de 2007/2008, que reconfigurou o cenário internacional e teve impactos negativos para a atividade econômica brasileira, o PIB registrou uma queda já em 2009, porém com uma retomada expressiva no ano de 2010, o que parecia sinalizar que a crise seria passageira. No entanto, o PIB brasileiro, a partir de 2011, apresentou taxas de crescimento recorrentemente menores que as observadas no período anterior (2004-2010) em uma direção descendente que culminaria com uma das piores crises de sua história, a partir de 2015.

O Nordeste destaca-se em meio ao cenário de retomada da atividade econômica nacional ocorrida entre 2000 e 2010. A atividade produtiva nordestina cresceu acima da média nacional, impulsionada especialmente pelo aumento da renda média das famílias, do crédito e da redução do desemprego. Somou-se a isso um expressivo movimento de atração de investimentos públicos e privados. A implementação e consolidação de diversas políticas sociais, junto à política de valorização real do salário mínimo, que se mostraram importantes para o dinamismo nacional, contribuíram sensivelmente para a dinâmica da economia regional, especialmente por terem permitido uma ampliação do consumo das famílias. Quanto ao setor externo, o crescimento das exportações, especialmente as de *commodities*, favoreceu a expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados nordestinos, alavancada pelo agronegócio, além de ter dinamizado a economia do Maranhão, a partir das exportações de minério de ferro do Sudeste do Pará. Também se verifica o crescimento das exportações de frutas produzidas pelo agronegócio, em perímetros irrigados dentro da região nordestina.

Importantes transformações na estrutura produtiva regional podem ser verificadas nos anos 2000. A redução da participação de antigas bases agrícolas tradicionais (complexo

pecuária/algodão/policultura e sucroalcooleiro), *pari passu* ao avanço do agronegócio (produção de grãos e frutas), à retomada da indústria (de transformação e da construção civil) e à expansão do setor terciário (especialmente educação, saúde, comércio moderno e serviços às empresas), são exemplos desse processo. A dinamização das bases produtivas de pequeno e médio portes somada à consolidação de arranjos produtivos locais, ao fortalecimento de setores tradicionais da economia como a construção civil, a indústria tradicional de alimentos e a fruticultura, além da melhoria na infraestrutura econômica da região, também fazem parte dessas transformações (CGEE, 2014).

Pretende-se, neste Capítulo, apresentar as principais características e transformações que ocorreram na economia e na estrutura produtiva do Nordeste, no início dos anos 2000, ressaltando, quando importante, algumas microrregiões e municípios representativos.

2.1 Dados gerais da dinâmica econômica

A economia da região Nordeste apresentou uma taxa média de expansão de sua atividade de 4,4% ao ano, na primeira década do século XXI, desempenho esse acima da média nacional (de 3,6% ao ano)¹⁵. Esse movimento representou um aumento de participação da economia nordestina na economia nacional, ao longo desse período, de 1,1 pontos percentuais, passando de 12,4% em 2000 para 13,5% em 2010. Nesse período, verificou-se também um crescimento do PIB *per capita* de 3,3% ao ano para o Nordeste, acima da média nacional de 2,4% a.a. Contudo, o PIB *per capita* da região continua sendo de menos da metade do nacional, passando de 44% para 48% da média nacional entre 2000 e 2010, o que significava um PIB *per capita* médio de apenas R\$ 9.560,7 em 2010. Segundo projeções realizadas no estudo de Resende et al. (2015, p. 7) “seriam necessários cerca de cinquenta anos para o PIB *per capita* do Nordeste atingir 75% do PIB *per capita* nacional”.

Essa mesma tendência foi observada para a renda domiciliar *per capita* regional que se ampliou acima da média nacional, chegando a R\$ 483,5 em 2010, mas que permanece correspondendo a cerca de 60% da renda média domiciliar *per capita* brasileira. Em termos de concentração de renda, destaca-se que o Nordeste seguiu a tendência nacional de crescimento da renda média com desconcentração de renda. O Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* da região passou de 0,649, em 2000, para 0,617, em 2010. Da mesma forma, a geração de empregos formais apresentou maior taxa média de incremento no Nordeste em comparação com a média nacional, 6,2% ao ano entre 2000 e 2010 contra 5,3%. Destaca-se, ainda, que um em cada cinco empregos formais gerados no país localizava-se na região Nordeste. Por fim, observa-se a retomada do crescimento dos postos de trabalho com proteção social com maiores taxas na atividade industrial, seguida pela dos serviços.

¹⁵ Produto Interno Bruto do IBGE - Referência 2002.

Em termos intrarregionais, a maioria das unidades federativas nordestinas expandiu sua produção acima da média nacional entre 2000 e 2010, com exceção de Alagoas. A Bahia e a Paraíba, por sua vez, apresentaram incremento acima da média nacional, porém abaixo da média regional para o período. Os Estados mais dinâmicos, em termos de crescimento da atividade econômica, foram Maranhão, Piauí e Sergipe, como é possível observar na **Tabela 2.1**. As unidades federativas que ampliaram sua participação relativa no PIB regional foram: Maranhão, Piauí, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte. Apesar de o Ceará ter praticamente mantido seu peso relativo e de a Bahia tê-lo perdido, as três principais unidades federativas da região (Bahia, Ceará e Pernambuco) continuavam respondendo por 64,5% do PIB nordestino em 2010. Esses Estados também foram os que mais contribuíram para o crescimento do PIB na década. Apesar da forte importância dessas maiores unidades federativas nordestinas, o que se observou ao longo dos anos 2000 foi uma tendência de desconcentração do PIB regional com o fortalecimento de unidades federativas com bases produtivas menores, como Piauí e Sergipe, e o Maranhão que, apesar de ter uma maior participação relativa no PIB regional, continuava sendo o Estado com menores indicadores *per capita* de produto e renda.

Na década, o PIB *per capita* apresentou maior incremento no Maranhão e Piauí, contudo, essas unidades federativas continuam apresentando os menores PIB *per capita* da região (R\$ 6.883,3 e R\$ 7.074,3, respectivamente, em 2010). Em seguida aparecem Alagoas, com um PIB *per capita* de R\$ 7.875,3, e a Paraíba de R\$ 8.481,8. Sergipe permaneceu sendo o Estado com menor população e maior PIB *per capita* da região, de R\$ 11.572,5 em 2010. Apesar da distância entre os PIB *per capita* estaduais ter diminuído ao longo da década, quando se compara o PIB *per capita* do Maranhão e de Sergipe, por exemplo, com o PIB *per capita* nacional de R\$ 19.763,9 em 2010, verifica-se que o do Maranhão corresponde a apenas 35% do PIB *per capita* nacional enquanto que o de Sergipe representava 59%.

A renda domiciliar *per capita* também exibiu expansão acima da média nacional para todos os Estados nordestinos. Piauí, Sergipe, Maranhão e Paraíba apresentaram as maiores taxas de incremento da renda domiciliar, acima dos 4,3% ao ano, enquanto que Pernambuco – que detinha a maior renda média – ostentou uma ampliação anual de apenas 3,2% entre 2000 e 2010. Mas o Maranhão continuava possuindo a menor renda mensal domiciliar *per capita* regional de apenas R\$ 373,8 em 2010, que representava 47% da renda domiciliar nacional. Todavia, é necessário enfatizar também que o modelo de crescimento com melhoria da renda média domiciliar e redução da desigualdade de renda teve impactos muito favoráveis em todas as unidades federativas da região Nordeste. Todas elas exibiram queda no índice de Gini entre 2000 e 2010, inclusive com mudança de posição em relação a alguns Estados. A Paraíba tinha o menor Gini em 2000 e o Rio Grande do Norte o segundo menor e inverteram de posição em 2010, com índices de 0,606 e 0,599, respectivamente. Já Pernambuco se igualou a Alagoas, retratando os maiores índices de Gini em 2010, de cerca de 0,625.

Por fim, destacam-se os casos do Ceará e Sergipe. Enquanto o Ceará apresentou uma importante redução do Gini de 0,658 para 0,611, entre 2000 e 2010, passando de 8º lugar para o 4º, Sergipe teve menor queda na desigualdade de renda no período, com um Gini que passou de 0,639 para 0,619, fazendo com que sua posição saltasse de 4º para 7º, próximo às unidades federativas com maior desigualdade de renda na região.

No que se refere ao emprego formal, todos os Estados nordestinos apresentaram incremento dos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada acima da média nacional. Maranhão e Ceará apresentaram as maiores taxas de incremento na região, de 8,4% e 6,7% ao ano, respectivamente; enquanto que Paraíba e Alagoas exibiram as menores taxas de 5,5% e 5,6% a.a., entre 2000 e 2010. Em termos setoriais, ressalta-se a importante expansão do emprego na agropecuária nas unidades federativas do Maranhão, Piauí e Ceará. Já na indústria, o Maranhão foi seguido pela Bahia e Sergipe, em termos de expansão dos trabalhadores com proteção social nesse setor. Nos serviços, houve maior ampliação do emprego formal no Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Entretanto, quando se analisa a quantidade de empregos gerados para cada 10 empregos no total, os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará continuam sendo os mais importantes, respondendo por 6,2 de cada 10 novos postos de trabalho com carteira assinada gerados na década. E, em termos setoriais, essas três unidades federativas respondiam por 67,7% do total do emprego formal na agropecuária regional em 2010, 63,6% do trabalho industrial e 61,9% das vagas no terciário da região.

Tabela 2.1 - Brasil, Nordeste e Estados: Dados gerais de população e economia, 2000/2010

(continua)

Área geográfica	População residente		Distribuição da População (%)		PIB a preços constantes (em Milhões Reais) ¹		Taxa anual de crescimento do PIB (% a.a.) ¹	Distribuição do PIB (%)		Contribuição para o crescimento do PIB na década (%)
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2010/2000	2000	2010	
Brasil	169.799.170	190.755.799			2.643.399	3.770.085	3,6			
Nordeste	47.741.711	53.081.950	100,0	100,0	329.062	507.502	4,4	100,0	100,0	100,0
Maranhão	5.651.475	6.574.789	11,8	12,4	26.690	45.256	5,4	8,1	8,9	10,4
Piauí	2.843.278	3.118.360	6,0	5,9	13.587	22.060	5,0	4,1	4,3	4,7
Ceará	7.430.661	8.452.381	15,6	15,9	50.666	77.865	4,4	15,4	15,3	15,2
Rio Grande do Norte	2.776.782	3.168.027	5,8	6,0	20.439	32.339	4,7	6,2	6,4	6,7
Paraíba	3.443.825	3.766.528	7,2	7,1	20.927	31.947	4,3	6,4	6,3	6,2
Pernambuco	7.918.344	8.796.448	16,6	16,6	60.419	95.187	4,7	18,4	18,8	19,5
Alagoas	2.822.621	3.120.494	5,9	5,9	17.411	24.575	3,5	5,3	4,8	4,0
Sergipe	1.784.475	2.068.017	3,7	3,9	14.657	23.932	5,0	4,5	4,7	5,2
Bahia	13.070.250	14.016.906	27,4	26,4	104.266	154.340	4,0	31,7	30,4	28,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e PIB dos Municípios; MTE - RAIS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

Tabela 2.1 - Brasil, Nordeste e Estados: Dados gerais de população e economia, 2000/2010

(continua)

Área geográfica	PIB <i>per capita</i> a preços constantes (em Reais) ¹		Taxa anual de cresc. (% a.a.)	Índice de Gini ²		Renda mensal domiciliar <i>per capita</i> ³		Renda anual domiciliar <i>per capita</i> ³		Taxa anual de cresc. (% a.a.)
	2000	2010		2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Brasil	15.567,8	19.763,9	2,4	0,632	0,596	615,9	801,8	7.390,5	9.621,4	2,7
Nordeste	6.892,5	9.560,7	3,3	0,649	0,617	333,5	483,52	4.002,3	5.802,2	3,8
Maranhão	4.722,6	6.883,3	3,8	0,637	0,611	238,0	373,8	2.855,9	4.485,3	4,6
Piauí	4.778,8	7.074,3	4,0	0,649	0,611	276,4	428,7	3.316,7	5.144,5	4,5
Ceará	6.818,5	9.212,2	3,1	0,658	0,611	338,2	469,9	4.058,9	5.639,1	3,3
Rio Grande do Norte	7.360,6	10.207,9	3,3	0,630	0,599	379,9	553,6	4.558,5	6.643,7	3,8
Paraíba	6.076,6	8.481,8	3,4	0,626	0,606	318,2	483,8	3.818,8	5.806,0	4,3
Pernambuco	7.630,3	10.821,0	3,6	0,650	0,625	392,3	537,6	4.708,2	6.451,1	3,2
Alagoas	6.168,4	7.875,3	2,5	0,663	0,625	312,0	443,6	3.743,5	5.323,3	3,6
Sergipe	8.213,4	11.572,5	3,5	0,639	0,619	344,9	533,7	4.139,0	6.404,8	4,5
Bahia	7.977,3	11.011,0	3,3	0,644	0,615	346,5	506,2	4.158,4	6.074,6	3,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e PIB dos Municípios; MTE - RAIS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

Tabela 2.1 - Brasil, Nordeste e Estados: Dados gerais de população e economia, 2000/2010

(conclusão)

Área geográfica	Empregos Formais		Total de empregos gerados	Quant. de empregos gerados para cada 10 empregos no total	Taxa anual de cresc. (% a.a.) 2010/2000				Distribuição (%) regional do emprego formal setorial em 2010			
	2000	2010			Total	Agrope- cuária	Indústria	Serviços	Total	Agrope- cuária	Indústria	Serviços
Brasil	26.228.629	44.068.355	17.839.726		5,3	2,8	5,5	5,4				
Nordeste	4.374.850	8.010.839	3.635.989		6,2	3,6	7,1	6,1	100,0	100,0	100,0	100,0
Maranhão	284.793	636.625	351.832	1,0	8,4	14,1	9,2	8,0	7,9	8,6	5,9	8,5
Piauí	205.729	377.463	171.734	0,5	6,3	7,9	6,5	6,2	4,7	2,8	3,7	5,1
Ceará	691.093	1.325.792	634.699	1,7	6,7	7,9	6,5	6,8	16,5	9,0	19,7	16,0
Rio Grande do Norte	315.488	575.026	259.538	0,7	6,2	-0,8	7,2	6,3	7,2	5,8	7,3	7,2
Paraíba	339.135	579.504	240.369	0,7	5,5	1,7	6,1	5,5	7,2	5,7	6,8	7,4
Pernambuco	883.032	1.536.626	653.594	1,8	5,7	1,8	6,7	5,6	19,2	20,7	20,5	18,8
Alagoas	272.183	470.992	198.809	0,5	5,6	-6,8	6,3	6,2	5,9	4,0	8,1	5,3
Sergipe	206.054	369.579	163.525	0,4	6,0	6,4	7,8	5,6	4,6	5,5	4,6	4,6
Bahia	1.177.343	2.139.232	961.889	2,6	6,2	5,1	8,1	5,8	26,7	38,0	23,4	27,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e PIB dos Municípios; MTE - RAIS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

De forma contraditória, em termos de intensidade do movimento de expansão da atividade econômica e da geração de empregos formais, merecem destaque ainda os casos do Maranhão e de Alagoas. Enquanto o Maranhão apresentou as maiores taxas de incremento do PIB e dos postos de trabalho com carteira assinada na década, Alagoas expôs as menores taxas. No caso Maranhense, a expansão da agropecuária, em especial nos cerrados, explica parte da forte ampliação do PIB no Estado e, por consequência, da indústria ligada a esses setores, bem como os serviços demandados pelas “novas cidades”, que foram sendo criados ao longo dos cerrados nordestinos. Em paralelo, verificou-se, também, o incremento do consumo e da renda, reflexo da ampliação do mercado de trabalho formal, da consolidação das políticas sociais e da política de valorização do salário mínimo, que se desdobram no importante incremento da atividade terciária, em especial no comércio. Todavia, não se pode desprezar, também, a chegada de importantes investimentos ligados às

indústrias de papel e celulose, siderúrgica e energética no Estado, além das relações com a indústria extrativa mineral do sudeste do Pará. Entretanto, como já ressaltado, o Maranhão continua sendo o Estado com menor PIB e rendimento domiciliar *per capita* do Nordeste.

Em contraposição, observa-se o Estado de Alagoas, que apresentou as menores taxas de incremento da atividade econômica e mantinha um dos maiores graus de concentração de renda na região. Como destaca Cabral (2015, p. 117-118) “no caso particular de Alagoas, um Estado caracterizado pela dependência de poucas atividades econômicas, com uma estrutura fundiária que predomina até hoje caracterizada pela forte concentração de terras nas mãos de poucas famílias, as estratégias de desenvolvimento foram sempre reflexas dos projetos nacionais (...)”. Entretanto, o principal investimento privado destinado para Alagoas, o Estaleiro EISA, até hoje não saiu do papel.

BOX – População e PIB por porte de município do Nordeste

Quando analisados os dados de população para o recorte por porte de município do Nordeste, verifica-se, inicialmente, que os municípios com porte de 100 a 500 mil habitantes foram os que apresentaram as maiores taxas médias de crescimento populacional na década, de 1,6% ao ano. Em termos de distribuição da população, apenas os municípios com até 50 mil habitantes apresentaram perda relativa de participação de 47,6% para 46,0% entre 2000 e 2010. Todavia, esses municípios ainda detinham quase metade da população regional, seguidos pelos centros de mais de 500 mil habitantes, que respondiam por 24% da população nordestina em 2010 (**Tabela B1**).

Já o crescimento da atividade econômica foi maior entre os municípios de 50 a 100 mil, que exibiram uma taxa média de incremento de 4,7% ao ano entre 2000 e 2010; seguido pelos municípios com até 50 mil habitantes, que ampliaram seu produto a uma média de 4,0% a.a. Os municípios de porte médio (100 a 500 mil habitantes) e com população de mais de 500 mil também apresentaram uma expansão do PIB de cerca de 4% a.a. nesse período, abaixo da média regional de 4,4% a.a. e acima da média nacional de 3,6% a.a. (**Tabela 2.1**). Como é possível observar na **Tabela B1**, houve uma desconcentração regional do produto em favor dos municípios de menor porte (com até 50 mil e de 50 a 100 mil), que, em conjunto, respondiam por 43% do produto nordestino em 2010. Entretanto, os municípios de maior porte (mais de 500 mil) ainda representavam 37,4% do PIB regional em 2010. O PIB *per capita* dos municípios de pequeno porte também se expandiu com maior intensidade, mas em 2010 ainda estavam abaixo da média regional de R\$ 9.560,7. O maior PIB *per capita* era encontrado entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, com uma média de R\$14.894,2.

Tabela B1 - Nordeste e recorte por porte de município do Nordeste: População e PIB, 2000/2010

Especificação	População residente		Taxa anual de cresc. da pop. (% a.a.)	Distribuição da População (%)		PIB a preços correntes (em Milhões Reais) ¹		Taxa anual de cresc. do PIB (% a.a.)	Distribuição do PIB (%)		PIB <i>per capita</i> (em R\$)		Taxa anual de cresc. do PIB (% a.a.)
	2000	2010	2000/2010	2000	2010	2000	2010	2000/2010	2000	2010	2000	2010	2000/2010
Nordeste	47.741.711	53.081.950	1,1	100,0	100,0	329.062	507.502	4,4	100,0	100,0	6.892,5	9.560,7	3,3
Até 50 mil hab	22.737.971	24.433.983	0,7	47,6	46,0	93.343	148.129	4,7	28,4	29,2	4.105,2	6.062,4	4,0
De 50 a 100 mil hab	6.557.152	7.455.612	1,3	13,7	14,0	39.301	70.099	6,0	11,9	13,8	5.993,6	9.402,1	4,6
De 100 a 500 mil	7.221.737	8.465.330	1,6	15,1	15,9	67.623	99.715	4,0	20,6	19,6	9.363,9	11.779,3	2,3
Mais de 500 mil	11.224.851	12.727.025	1,3	23,5	24,0	128.795	189.558	3,9	39,1	37,4	11.474,1	14.894,2	2,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e PIB dos Municípios. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2010.

Tabela B2 - Nordeste e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa de crescimento e distribuição (%) do Valor Adicionado setorial, 2000/2010

Especificação	Taxa anual de crescimento do Valor Adicionado (% a.a.) ¹ - 2010/2000				Distribuição (%) do VA setorial dentro dos portes em 2010					Distribuição (%) do VA setorial entre os portes em 2010			
	VA Agrope- cuária	VA Indústria	VA Serviços exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública	VA Total	VA Agrope- cuária	VA Indústria	VA Serviços exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública	VA Agrope- cuária	VA Indústria	VA Serviços exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública
Nordeste	3,0	3,7	4,3	5,9	100,0	6,6	24,4	45,9	23,2	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 50 mil hab	3,0	5,2	4,1	5,9	100,0	15,9	21,9	27,2	35,0	74,8	27,9	18,4	47,0
De 50 a 100 mil hab	3,5	5,5	5,7	6,3	100,0	7,3	26,1	43,0	23,6	14,9	14,5	12,6	13,8
De 100 a 500 mil	2,9	2,8	4,4	6,1	100,0	3,1	34,5	43,9	18,5	9,3	27,7	18,7	15,7
Mais de 500 mil	0,8	2,8	3,9	5,4	100,0	0,2	20,3	64,3	15,2	1,0	29,9	50,3	23,6

Fonte: IBGE - PIB dos Municípios. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB da agropecuária, indústria e serviços a preços de 2010

Em termos setoriais, destaca-se que os municípios com população de até 50 mil ainda apresentavam um importante peso da administração pública na geração do produto. Esses municípios também tinham uma forte base agrícola e de pecuária, respondendo por cerca de 75% do valor adicionado da agropecuária regional em 2010, 47% do valor adicionado da administração pública e 27,9% do VA da indústria do Nordeste. Já entre os municípios de 50 a 100 mil habitantes, os valores adicionados dos serviços e da indústria eram os que tinham maior peso da distribuição setorial dentro do porte. Todavia, os municípios com população de 50 a 100 mil, além de fornecerem serviços e bens industriais para os pequenos municípios agrícolas e litorâneos, também tinham sua base rural, respondendo por quase 15% do valor adicionado da agropecuária do Nordeste em 2010. Nos municípios de porte médio a indústria e os serviços, excluindo-se a administração pública, iam ganhando complexidade e importância dentro do valor adicionado do porte, principalmente nos municípios de médio porte do interior do Nordeste. Todavia, é nos municípios com mais de 500 mil habitantes, ou seja, as nove capitais de Estado e os municípios de Jaboatão dos Guararapes (PE) e Feira de Santana (BA), que se concentravam mais de 50% do valor adicionado dos serviços da região, (com exceção da administração pública) em 2010; quase 30% da indústria regional, principalmente a de maior complexidade; e 23,6% do valor adicionado da administração pública.

Isto é, os municípios com até 50 mil habitantes da região eram predominantemente agrícolas e pecuaristas, com uma indústria predominantemente articulada à agropecuária e forte peso da administração pública na atividade econômica. Já os municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes tinham uma indústria e serviços com maior participação relativa interna, apesar de manter peso relevante da base agrícola. Os municípios de porte médio eram importantes centros industriais e de comércio e serviços para a região, especialmente no interior. Os grandes centros populacionais, por sua vez, continuavam sendo as maiores áreas industriais e fornecedoras de serviços, principalmente os de maior complexidade e maior grau de especialização do Nordeste.

2.2 Agropecuária nordestina: transformações e permanências

Ao longo da história, a agricultura e a pecuária na região Nordeste foram praticadas, em sua maioria, em grandes propriedades e de forma extensiva. No semiárido, a pecuária teve caráter extensivo, convivendo com o algodão e a policultura alimentar de subsistência praticadas dentro dos latifúndios, o que proporcionava uma baixa produtividade nas atividades agropecuárias.

O desenvolvimento dos perímetros irrigados, a expansão do agronegócio nos cerrados e o fortalecimento da agricultura familiar, já a partir de meados dos anos 1980, trazem novas perspectivas para esse setor econômico na região. Ao longo dos anos 2000, observa-se uma intensificação desses processos, como será exposto a partir da ampliação do valor adicionado da

agropecuária e das transformações na distribuição do valor de produção agrícola e no efetivo dos principais rebanhos da pecuária regional.

Em relação ao valor adicionado da agropecuária, como pode ser observado na **Tabela 2.2**, verifica-se, inicialmente, que a região Nordeste exibiu uma expansão média anual de 3,0%, abaixo da média nacional de 4,0%. Esse baixo dinamismo deve-se particularmente ao decréscimo da agropecuária em regiões do semiárido do Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia. Por outro lado, outras áreas do semiárido nordestino no Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco e Maranhão, apresentaram importante incremento dessa atividade no período de 2000 a 2010.

Em termos de participação regional do valor adicionado da agropecuária, ressalta-se que 57,1% do total estava concentrado nos Estados da Bahia e Maranhão, em 2010. E que apenas as áreas dos cerrados nordestinos na Bahia, Piauí e Maranhão já representavam cerca de 13% do valor adicionado regional da agricultura e pecuária em 2010, tendendo a aumentar sua participação com a continuidade da expansão da fronteira agrícola, impulsionada, principalmente, pelo agronegócio.

Tabela 2.2 - Brasil, Nordeste e Estados: Taxa de crescimento e distribuição (%) do Valor Adicionado setorial, 2000/2010

Área geográfica	Taxa anual de crescimento do Valor Adicionado (% a.a.) ¹ - 2010/2000				Distribuição (%) do Valor Adicionado setorial dentro dos Estados em 2010					Distribuição (%) do Valor Adicionado setorial entre os Estados em 2010			
	VA Serviços				VA Serviços					VA			
	VA Agropecuária	VA Indústria	VA exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública	VA Total	VA Agropecuária	VA Indústria	VA exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública	VA Agropecuária	VA Indústria	VA Serviços exceto Adm.	VA Adm. Pública
Brasil	4,0	2,8	3,5	4,6	100,0	5,3	28,1	50,4	16,2				
Nordeste	3,0	3,7	4,3	5,9	100,0	6,6	24,4	45,9	23,2	100,0	100,0	100,0	100,0
Maranhão	7,2	3,9	4,2	7,1	100,0	17,2	15,7	43,4	23,7	23,7	5,8	8,6	9,3
Piauí	-0,1	6,6	4,2	6,9	100,0	6,2	18,5	46,2	29,1	4,1	3,3	4,4	5,5
Ceará	-0,9	3,3	4,7	6,3	100,0	4,2	23,7	49,4	22,7	9,7	14,9	16,5	15,0
Rio Grande do Norte	10,3	1,7	5,1	5,9	100,0	4,2	21,5	45,9	28,4	4,1	5,6	6,4	7,8
Paraíba	-2,1	5,0	3,9	6,2	100,0	4,2	22,5	39,8	33,4	4,1	5,9	5,6	9,2
Pernambuco	5,8	3,8	4,4	5,0	100,0	4,5	22,1	49,3	24,0	12,5	16,6	19,7	19,0
Alagoas	-3,8	2,2	4,5	5,8	100,0	6,7	21,2	44,1	28,0	5,0	4,3	4,7	5,9
Sergipe	6,2	5,7	3,7	6,5	100,0	4,6	28,6	40,5	26,3	3,3	5,6	4,2	5,5
Bahia	3,1	3,7	4,0	5,3	100,0	7,2	30,3	45,2	17,3	33,4	37,8	29,9	22,7

Fonte: IBGE - PIB dos Municípios. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB da agropecuária, indústria e serviços a preços de 2010

No que se refere à agricultura familiar, destaca-se que mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários na região Nordeste são enquadrados nesse perfil, e apenas um pouco mais de 250 mil seriam não familiar, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. Todavia, como ressalta Castro (2012, p. 11), apesar da predominância do número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar na região, esses só "(...) ocupam uma área de aproximadamente 28 milhões de hectares comparados com os aproximadamente 41 milhões de hectares dos estabelecimentos não familiar, o que demonstra uma considerável concentração fundiária". A contradição fica evidente, também, quando se analisa a participação do pessoal ocupado na agricultura familiar, cerca de 82,2%. Ou seja, a agricultura familiar responde por maioria expressiva dos estabelecimentos e do pessoal

ocupado na região, apesar da manutenção da concentração fundiária. Isso mostra um traço importante da permanência de estruturas herdadas.

É possível observar o grande peso dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em todas as unidades federativas nordestinas. Já a proporção da área territorial ocupada pela agricultura familiar varia bastante, sendo maior nos Estados de Sergipe e Pernambuco e menor em Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia (**Tabela 2.3**). Todavia, ao analisar mais profundamente as dinâmicas dentro das unidades federativas, é possível encontrar diferenças importantes. Enquanto que na parte dos cerrados piauienses e nos sertões alagoano e pernambucano mais de 60% da área territorial dos estabelecimentos agropecuários é voltada para a agricultura familiar, com produção de feijão, mandioca, milho, tomate, banana e castanha de caju, no Extremo Oeste e Sul da Bahia, Leste de Alagoas e na zona da mata pernambucana, esse percentual é menor que 20%. Essas são áreas de forte presença do agronegócio com produção de soja, feijão, algodão, milho e café nos cerrados da Bahia; de cacau, mamão e café, no Sul baiano; e de cana-de-açúcar em toda a zona da mata alagoana e pernambucana. Em termos gerais, a agricultura familiar predominava entre os ocupados nos estabelecimentos agropecuários de todas as unidades federativas nordestinas em 2006. Em escala municipal, entretanto, encontram-se algumas exceções, em especial nas áreas de grande influência do agronegócio na região, como Baía Formosa – RN, São Miguel dos Campos – AL e Goiana – PE, municípios do Leste potiguar e alagoano e da zona da mata pernambucana (com presença da cana-de-açúcar); Itaju do Colônia, no Sul da Bahia (que produz cacau); e Luís Eduardo Magalhães, na microrregião de Barreiras, nos cerrados da Bahia (importante produtor de soja). Observam-se, ainda, algumas cadeias produtivas importantes para a economia de alguns Estados, entre elas: a de produtos de “mel de abelha, no Piauí, de camarão, no Rio Grande do Norte, extrativismo da carnaúba, no Ceará e no Piauí, e extrativismo do babaçu, no Maranhão” (CASTRO, 2012, p. 10).

Tabela 2.3 - Brasil, Nordeste e Estados: Número de estabelecimentos agropecuários, área e população ocupada na agricultura e agricultura familiar¹, 2006

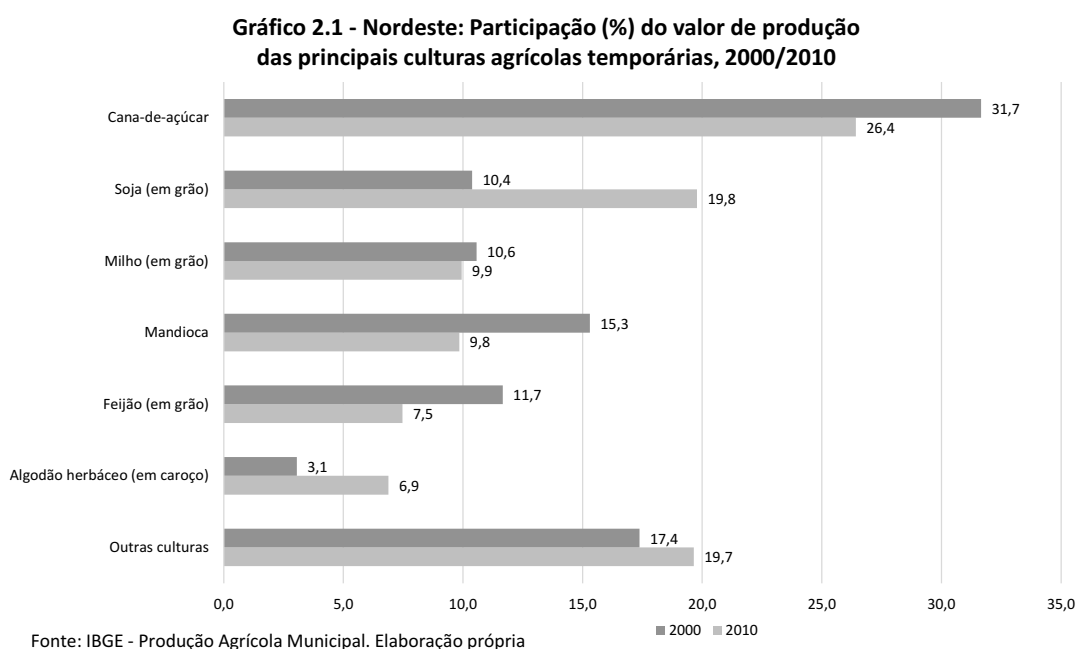
Especificação	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área territorial dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)			Pessoal ocupado nos estabelecimentos com 14 anos ou mais de idade		
	Total (a)	Agricultura familiar (b)	(b)/(a)	Total (a)	Agricultura familiar (b)	(b)/(a)	Total (a)	Agricultura familiar (b) ¹	(b)/(a)
Brasil	5.175.636	4.366.267	84,4%	333.680.037	80.102.694	24,0%	15.505.899	11.412.691	73,6%
Nordeste	2.454.060	2.187.131	89,1%	76.074.411	28.315.052	37,2%	7.213.448	5.931.934	82,2%
Maranhão	287.039	262.042	91,3%	13.033.568	4.514.639	34,6%	914.768	788.021	86,1%
Piauí	245.378	220.735	90,0%	9.506.597	3.759.492	39,5%	768.215	665.139	86,6%
Ceará	381.017	341.509	89,6%	7.948.067	3.492.419	43,9%	1.065.298	896.218	84,1%
Rio Grande do Norte	83.053	71.210	85,7%	3.187.928	1.046.070	32,8%	234.882	181.069	77,1%
Paraíba	167.286	148.069	88,5%	3.787.404	1.596.656	42,2%	463.665	387.053	83,5%
Pernambuco	304.790	275.720	90,5%	5.434.076	2.566.324	47,2%	885.438	726.172	82,0%
Alagoas	123.332	111.750	90,6%	2.112.574	682.405	32,3%	429.751	305.983	71,2%
Sergipe	100.607	90.329	89,8%	1.482.437	710.891	48,0%	257.223	215.510	83,8%
Bahia	761.558	665.767	87,4%	29.581.760	9.946.156	33,6%	2.194.208	1.766.769	80,5%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração própria.

Nota: 1 - Inclusive o produtor.

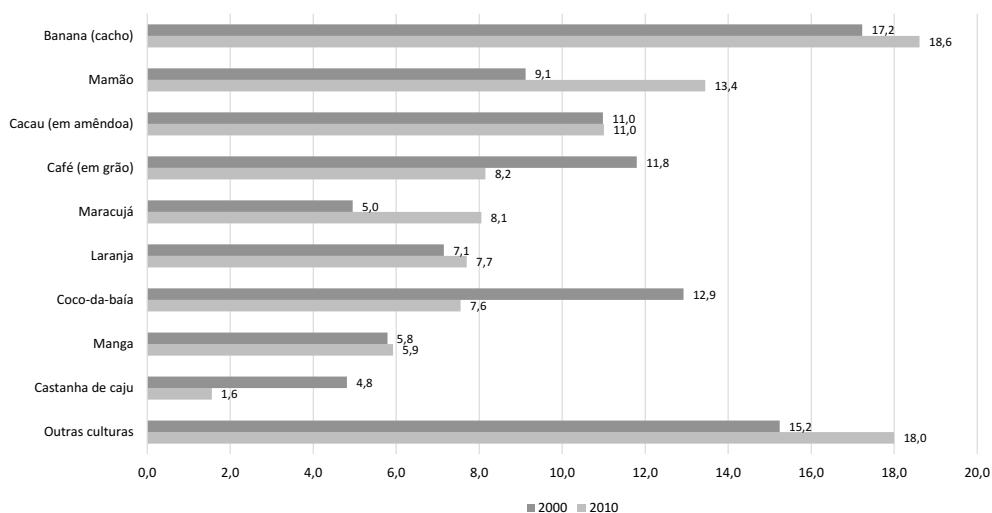
Ainda no que se refere à agricultura familiar, além dos avanços na institucionalização e ampliação de programas de fortalecimento desse tipo de organização produtiva, tais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), também se constata o desenvolvimento de tecnologias sociais, como as cisternas de placas e “os quintais produtivos, que permitem o cultivo de até 50 tipos de culturas permanentes e anuais, tais como frutas, hortaliças e folhagens, contribuindo para a segurança alimentar e melhoria de renda dos pequenos produtores” (AMORIM, 2014 apud CGEE, 2014 p. 27). Apenas pelo programa de cisterna, segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), já haviam sido construídas cerca de 1,09 milhão de cisternas no Nordeste, entre 2003 e agosto de 2015 (PORTAL BRASIL, 2015). Esse modelo de infraestrutura hídrica difusa e de pequena escala se adequou bem à realidade rural da região.

Como já mencionado, é possível verificar importantes transformações na base agrícola do Nordeste no período de 2000 a 2010. No que se refere às lavouras temporárias, observa-se um maior incremento da produção de soja e algodão herbáceo e perda de peso relativo do valor de produção de lavouras tradicionais, como a cana-de-açúcar, o feijão e a mandioca (**Gráfico 2.1**).



Já nas lavouras permanentes, houve expansão do valor de produção de culturas como a manga, o mamão e o maracujá, ligadas às áreas irrigadas – fruticultura irrigada –, enquanto que a banana continua como um produto tradicional da agricultura regional (**Gráfico 2.2**).

Gráfico 2.2 - Nordeste: Participação (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas permanentes, 2000/2010



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria

A análise da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, indica-nos importantes tendências e nos permite mostrar como a produção está distribuída no território. Entretanto, é importante enfatizar que esses dados podem ser afetados por mudanças nas condições climáticas, liberação de crédito, etc. Ou seja, sua análise pode nos ajudar a demonstrar a distribuição espacial da produção agrícola no Nordeste, mas eles podem sofrer importantes variações principalmente em anos de fortes secas. Entre 2000 e 2010, segundo Carvalho (2012), foram observados cinco anos de seca, em 2001, 2002, 2005, 2007 e 2010. Apesar de 2010 ter sido um ano de seca, optou-se por manter o ano de comparação já que foram observadas outras secas no período mais recente, inclusive com grande intensidade em 2012, 2015 e 2016.

Em termos de distribuição intrarregional, algumas lavouras temporárias estão espalhadas em todas as unidades federativas nordestinas, como o caso da cultura da mandioca e do feijão, enquanto outras, tais como a soja e o algodão herbáceo, estão fortemente concentradas em algumas poucas áreas¹⁶. A divisão regional do valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes, em 2010, pode ser verificada a partir dos dados da **Tabela 2.4**, a seguir.

¹⁶ Para melhor visualização ver documento: Nordeste em Mapas 2012, produzido pelo Banco do Nordeste e que contém diversos mapas com os dados da produção agropecuária de 2010 para as principais culturas da região. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/nordeste_mapas_2012_net.pdf/c42a3f67-5dd9-4311-824d-ce418e4ea8a8>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

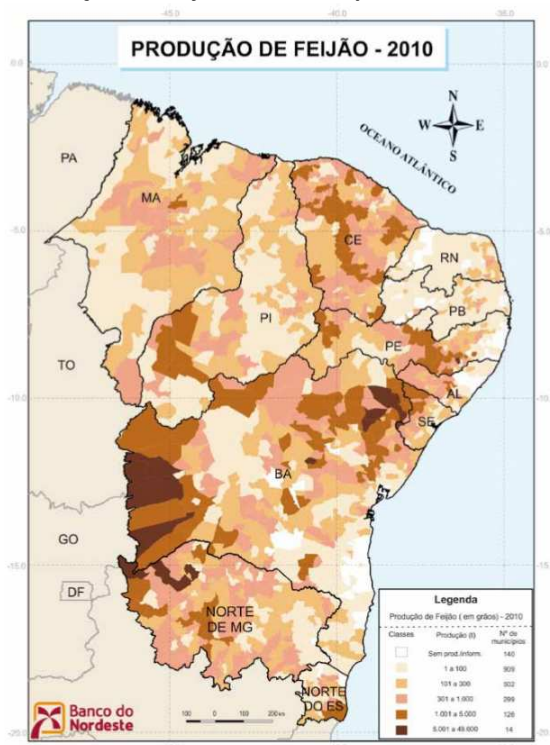
Tabela 2.4 - Nordeste e Estados: Distribuição (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas temporárias, 2010

Especificação	Total - lavouras temporárias	Algodão herbáceo (em caroço)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Maranhão	16,2	6,8	8,2	5,3	26,4	13,4	30,7
Piauí	6,2	1,8	1,0	4,5	4,4	9,6	14,6
Ceará	4,3	0,2	2,8	17,4	8,0	6,2	0,1
Rio Grande do Norte	2,2	0,2	4,8	1,5	3,9	0,3	-
Paraíba	3,0	0,0	7,2	1,6	3,4	0,4	-
Pernambuco	12,5	0,1	31,2	10,7	8,4	1,9	-
Alagoas	10,9	0,0	30,8	3,1	2,9	0,7	-
Sergipe	4,7	-	4,7	5,4	5,1	16,2	-
Bahia	39,9	90,9	9,3	50,5	37,5	51,3	54,6

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

A mandioca permanece como um dos principais produtos da agricultura familiar, sendo plantada em todos os Estados nordestinos (**Tabela 2.4**). O Estado da Bahia é o principal produtor regional, com 37,5% do valor da produção da mandioca nordestina em 2010, seguido pelo Maranhão, com 26,0%. Dentro da Bahia, destacam-se as regiões de Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna e em Valença; no Maranhão, a produção é mais forte no Norte (com importante produção em Itapecuru Mirim, Barreirinhas e Pinheiro) e estava presente também no Oeste do Estado (em todos os municípios das microrregiões de Pindaré e Gurupi). Ressalta-se, ainda, os Municípios de Lagarto, no agreste sergipano, que era o maior produtor regional e respondia, sozinho, por 1,5% do valor da produção da mandioca na região, e Buíque, na microrregião do Vale do Ipanema, no agreste pernambucano, com 1,0%. A difusão da produção de mandioca na região e os principais municípios produtores também podem ser observados através do **Mapa 2.1**.

Mapa 2.2 – Nordeste: Produção de Feijão nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

Seguindo a mesma tendência, o milho vem se transformando em um produto do agronegócio, mas também convive com o milho produzido em pequenas propriedades ou em pequena escala. A produção em grande escala do milho vem se concentrando principalmente nos cerrados nordestinos, com cerca de 30% do valor de produção regional do milho sendo produzido na parte baiana dos cerrados, 9% na parte piauiense e 5% na parte maranhense; sem esquecer do Sertão sergipano, responsável por quase 13% do valor da produção dessa cultura em 2010.

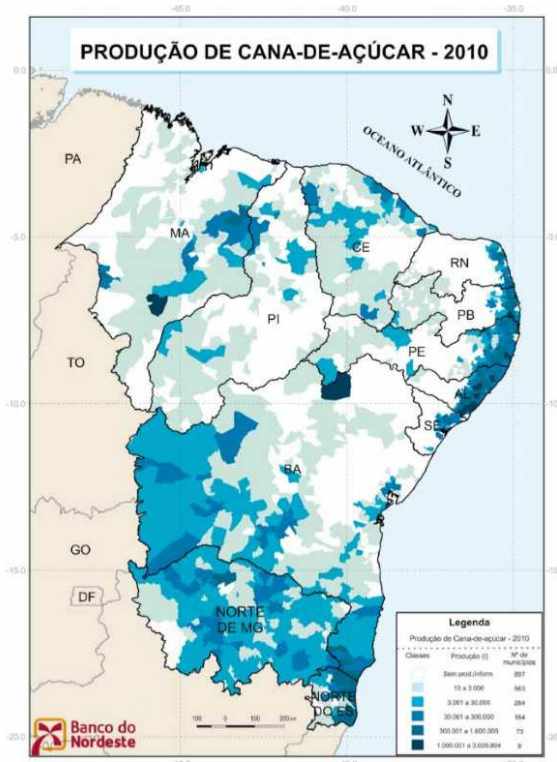
Os principais Municípios produtores de milho nessas áreas eram: São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães e Correntina, nas microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória, no Extremo Oeste baiano; Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves, na microrregião do Alto Parnaíba Piauiense, Sudoeste piauiense; Loreto e São Domingos do Azeitão, na microrregião da Chapadas das Mangabeiras, no Sul maranhense; e Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida e Pinhão, na microrregião de Carira no Sertão alagoano.

A cana-de-açúcar que continua perdendo peso relativo para a produção no Sudeste e Centro-Oeste, internamente também se encontra em declínio, reflexo do crescimento de outras culturas, em especial da soja. A cultura da cana-de-açúcar, apesar de apresentar pequenas lavouras em diversas áreas nordestinas, detém quase 2/3 de sua produção concentrada na zona da mata alagoana (cerca de 30% em 2010), pernambucana (21,8%), paraibana (6,9%) e potiguar (4,5%). Essa

produção também vem se expandindo nos cerrados nordestinos, principalmente no Sul do Maranhão e no Extremo Oeste baiano.

Como é possível observar através no **Mapa 2.3**, a cultura da cana-de-açúcar continua ainda muito adensada na faixa litorânea do Nordeste, particularmente na zona da mata nordestina, com destaque para a sua produção em Municípios como Coruripe, São Miguel dos Campos, Atalaia, Penedo, São Luís do Quitunde e Campo Alegre, na zona da mata alagoana; Sirinhaém, Goiana e Itambé, na mata pernambucana; Pedras de Fogo e Santa Rita, na mata paraibana; e Baía Formosa e Ceará-Mirim, no Leste potiguar.

Mapa 2.3 – Nordeste: Produção de Cana-de-açúcar nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



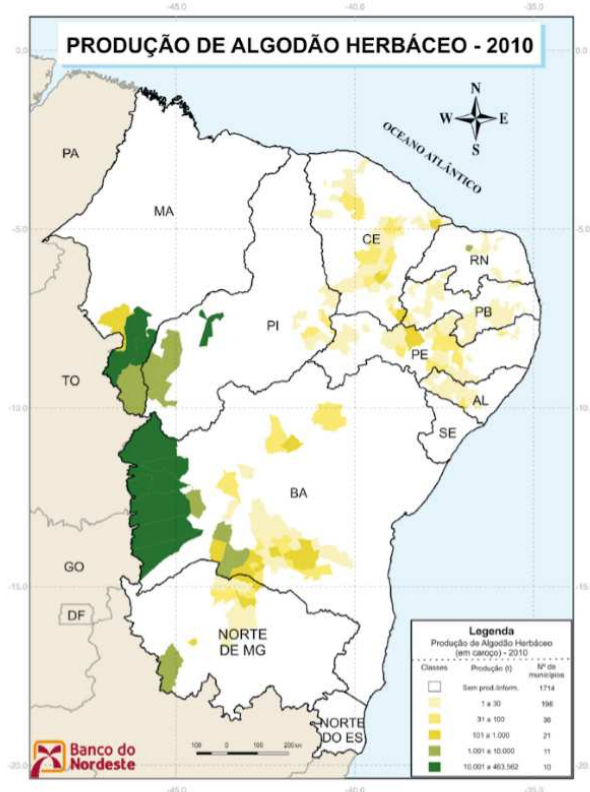
Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

Em termos de avanços tecnológicos, destaca-se o caso da produção de etanol de segunda geração, resultante da “produção de etanol pela hidrólise e fermentação de biomassa lignocelulósica” (CGEE, 2014 – Nota técnica tecnologia e inovação na zona da mata do nordeste brasileiro: o período de 1995 a 2015, p. 19). Como ressalta a nota técnica do CGEE, a produção de etanol de segunda geração ocorre desde o final do século XIX no mundo, mas ainda é uma novidade e está em expansão no Brasil. No Nordeste, existia apenas um investimento em etanol de segunda geração da empresa

GranBio¹⁷, em Alagoas, com participação do BNDESPar. Essa produção vem ocorrendo na Usina Caeté, no Município alagoano de São Miguel dos Campos.

Já em relação ao algodão, destaca-se agora que o algodão plantado no Nordeste não é mais o arbóreo, como no passado, e, sim, o herbáceo, produzido em grandes propriedades e com maquinário. Esse algodão herbáceo tinha sua produção fortemente concentrada nos cerrados nordestinos, principalmente na parte dos cerrados baianos, que respondia sozinho por quase 90% de todo o valor da produção de algodão da região em 2010; e na parte Sul dos cerrados maranhenses (**Mapa 2.4**). Os principais Municípios produtores de algodão herbáceo eram: São Desidério, Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e Luís Eduardo Magalhães, nas microrregiões baianas de Barreiras e Santa Maria da Vitória; e Balsas, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba e Riachão, na microrregião maranhense de Gerais de Balsas.

Mapa 2.4 – Nordeste: Produção de Algodão Herbáceo nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



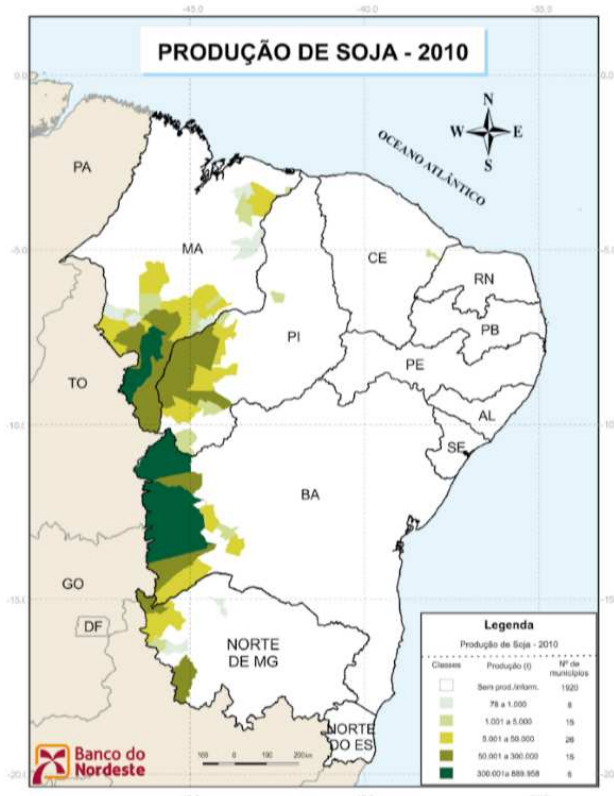
Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

Na mesma direção encontra-se a produção de soja, baseada no modelo do agronegócio e fortemente localizada nos cerrados nordestinos, nas áreas do Extremo Oeste baiano, Sul maranhense e Sudoeste piauiense (**Mapa 2.5**). No Extremo Oeste baiano a produção de soja ocorre particularmente

¹⁷ <http://www.granbio.com.br/conteudos/bioenergia/>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

na região de Barreiras e Santa Maria da Vitória. Já no Sudoeste piauiense a produção é mais forte no Alto Parnaíba Piauiense, mas se espalha por outras microrregiões. No Sul do Maranhão também há produção em várias microrregiões, especialmente nos Municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba e Riachão.

Mapa 2.5 – Nordeste: Produção de Soja nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

No que se refere às lavouras permanentes, novas configurações espaciais podem ser observadas. Exceto nos casos do café e do mamão, que apresentam produção no Extremo Oeste baiano, essas culturas não estão muito presentes nos cerrados do Nordeste. O restante das culturas permanentes vem sendo plantadas nas áreas de mata atlântica e semiárido, em alguns casos dentro de polos de irrigação.

As plantações de cacau continuam concentradas na Bahia, entre o Sul e Centro Sul baiano (**Tabela 2.5**). Merece destaque o Sul baiano que detinha 84,0% do valor da produção de cacau regional e 53,3% do valor da produção nacional em 2010. As microrregiões de Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro são os principais produtores de cacau no Sul baiano, mas sua produção também se estende para a região de Valença. Já no Centro Sul baiano, a produção ocorria nas microrregiões de Jequié, Vitória da Conquista e Itapetinga, próximas ao Sul baiano.

Tabela 2.5 - Nordeste e Estados: Distribuição (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas permanentes, 2010

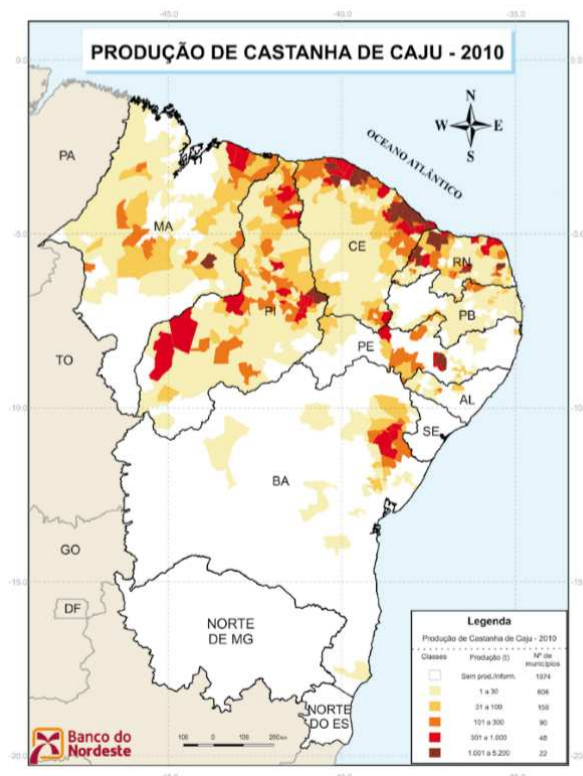
Especificação	Total - lavouras permanentes	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Castanha de caju	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Manga	Maracujá
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Maranhão	1,5	5,4	-	-	4,8	0,8	0,7	0,1	0,5	0,0
Piauí	0,6	0,9	-	-	11,0	1,2	0,3	0,0	0,8	0,1
Ceará	10,0	16,1	-	2,1	49,1	19,8	1,5	5,4	4,8	20,9
Rio Grande do Norte	3,1	5,1	-	-	24,0	4,6	0,2	3,8	4,8	0,9
Paraíba	2,6	6,7	-	-	2,1	5,0	0,3	2,2	1,6	0,8
Pernambuco	6,9	15,4	-	1,2	4,4	4,4	0,3	0,7	33,5	2,7
Alagoas	1,0	1,3	-	0,0	0,5	4,6	1,8	0,3	0,3	0,4
Sergipe	7,0	2,7	-	-	-	18,3	40,8	1,3	2,8	4,2
Bahia	67,2	46,4	100,0	96,8	4,2	41,3	54,2	86,0	51,0	70,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

Da mesma forma, o café também apresenta importante presença na Bahia, especialmente no Sul e Centro Sul baiano, mas também no Extremo Oeste baiano, como já mencionado anteriormente. Todavia, apenas o Centro Sul baiano respondia sozinho por metade do valor de produção regional de 2010. Os principais Municípios produtores do Centro Sul baiano eram Barra do Choça, Bonito, Mucugê, Ibicoara, Vitória da Conquista, Barra da Estiva e Brejões. No Sul baiano, por sua vez, a produção era maior na microrregião de Porto Seguro; enquanto que, no Extremo Oeste baiano, a produção de café estava concentrada nos Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Cocos.

A castanha de caju, por sua vez, tem produção mais representativa nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte (**Tabela 2.5**), em especial no Norte, Noroeste e Jaguaribe cearense, Região Metropolitana de Fortaleza e nas regiões Oeste, Central e Leste do Rio Grande do Norte. Em conjunto, essas sete mesorregiões produziram mais de 2/3 do valor de produção da castanha de caju de 2010 (**Mapa 2.6**). Ressalta-se, ainda, a produção nas microrregiões de Pio IX, Alto Médio Canindé e Picos, no Sudeste Piauiense, que faz divisa com o Ceará e Pernambuco, e produziu 5,4% do valor de produção de castanha de caju regional em 2010. Todavia, essas microrregiões do Sudeste do Piauí representavam 17,3% do valor da produção regional de castanha de caju regional em 2000, o que demonstra que, ao longo da década, a produção de castanha vem perdendo espaço, nessas áreas, para outras lavouras permanentes como a banana e o coco-da-baía.

Mapa 2.6 – Nordeste: Produção de Castanha de Caju nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

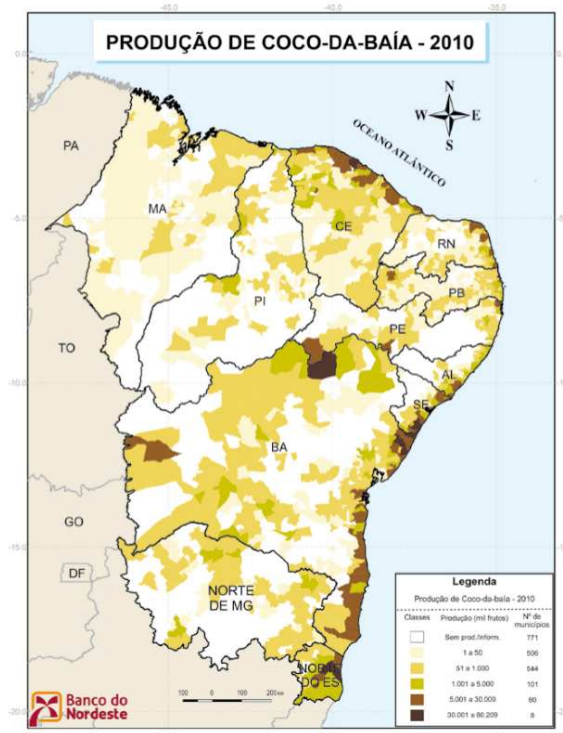
As lavouras de laranja apresentam forte presença em Sergipe e na Bahia, mais especificamente no Leste sergipano e Nordeste baiano (**Tabela 2.5**). Essas duas áreas ampliaram sua participação no valor da produção regional de laranja entre 2000 e 2010 e, em conjunto, já representavam quase 74% do valor da produção nordestina desse produto, em 2010. Ressalta-se o Município de Rio Real, na microrregião baiana de Alagoinhas, que sozinho produz quase 20% da laranja nordestina. Já no Leste sergipano a cultura da laranja está mais concentrada na microrregião de Boquim.

O coco-da-baía, como era de se esperar, exibe maior produção nas áreas litorâneas, especialmente dos Estados de Sergipe, Bahia e Ceará. Mas, o coco-da-baía também vem sendo produzido através de irrigação no Vale São Franciscano baiano, no São Francisco pernambucano e no sertão paraibano, por exemplo (**Mapa 2.7**).

Ainda de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 2010, Juazeiro da Bahia, no Vale São Franciscano baiano, a partir da produção irrigada, já se destacava como o Município com maior valor de produção de coco-da-baía do Nordeste. A irrigação também vem permitindo essa

produção em Municípios como Sousa¹⁸, no Sertão paraibano; em Petrolândia, na região do São Francisco pernambucana; e em Barreiras, no Extremo Oeste baiano.

Mapa 2.7 – Nordeste: Produção de Coco-da-baía nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

A banana, outra cultura tradicional na região, tem sua produção bem distribuída e é cultivada em todas as unidades federativas nordestinas, com maior presença na Bahia (46,4% da produção em 2010), Ceará (16,1%) e Pernambuco (15,4%).

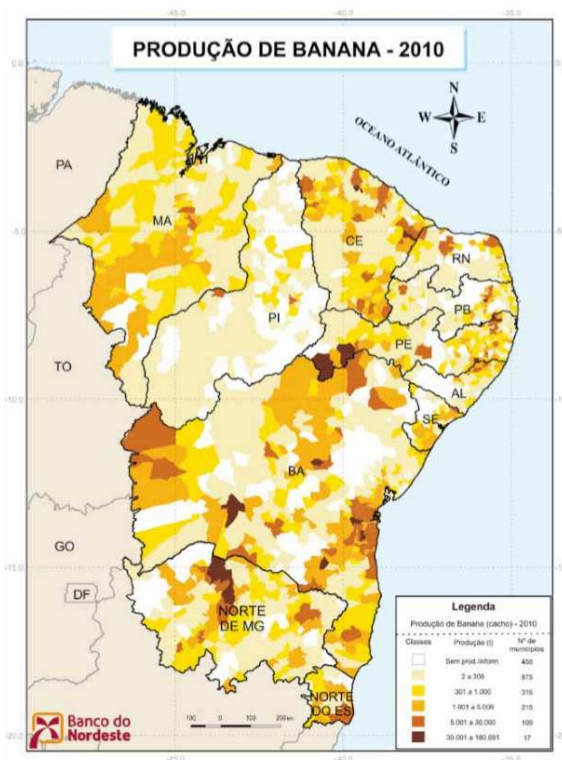
Na Bahia, destaca-se a microrregião de Ilhéus-Itabuna, com importante produção nos Municípios de Wenceslau Guimarães, Ibirataia, Ibirapitanga, Teolândia e Gandu; além da produção no Vale do São Francisco baiano. Já na região Centro Sul da Bahia, a produção é mais dispersa, ocorrendo em quase 100 municípios, com destaque para Barra do Choça, na microrregião de Vitória da Conquista, e Encruzilhada, na microrregião de Itapetinga.

Em Pernambuco, também se sobressai a região do São Francisco Pernambucano, em especial na microrregião de Petrolina, nos Municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Orocó. No Ceará, a produção de banana está espalhada em praticamente todos os municípios, com maior produção nas microrregiões de Uruburetama, na parte Norte do Ceará, e do Baixo Jaguaribe, na divisa com o Rio Grande do Norte, como é possível observar através do **Mapa 2.8**. Porém, como destaca

¹⁸ http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/pb/sao_goncalo.htm

GOMES (2014) a banana, tal como o abacaxi, também se transformou em produto da irrigação realizada por empresas multinacionais no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, e na parte do Ceará da Chapada do Apodi, na microrregião do Baixo Jaguaribe.

Mapa 2.8 – Nordeste: Produção de Banana nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Agrícola Municipal – 2010, do IBGE.

A irrigação desenvolve-se, ainda, na produção de uva e manga nos São Francisco pernambucano e baiano – nos Municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) –; de manga, também na microrregião de Livramento do Brumado (BA)¹⁹; de melão, na microrregião de Mossoró, especialmente em Mossoró e Baraúna, e na microrregião do Baixo Jaguaribe, parte cearense da Chapada do Apodi; e de maracujá, na microrregião de Livramento do Brumado²⁰, na Bahia, e na microrregião de Ibiapaba²¹, no Ceará.

Por fim, Gomes (2014) ressalta que o café e a cana-de-açúcar, excluindo-se alguns pequenos proprietários que se aproveitam de microclimas, também são frutos da irrigação e cultivados em grandes propriedades. Como é possível identificar a partir do **Mapa 2.9**, várias áreas da região já

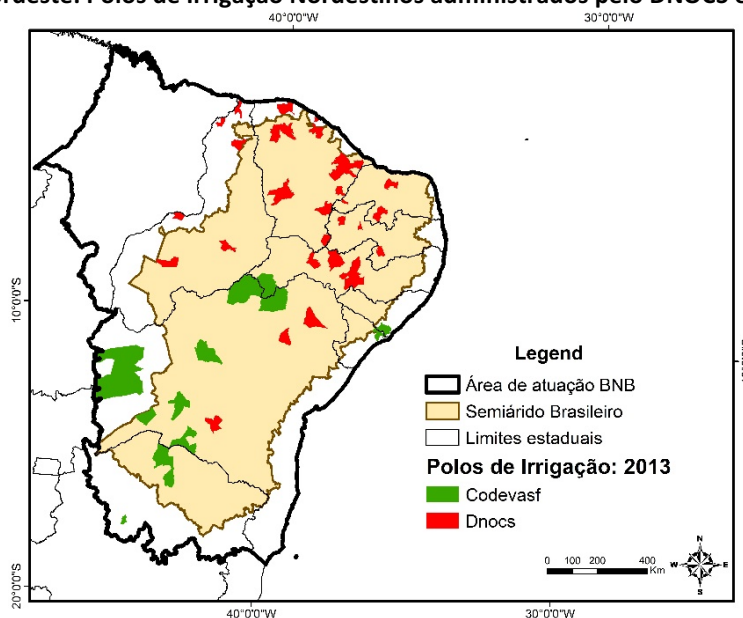
¹⁹ http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ba/brumado.htm

²⁰ http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ba/brumado.htm

²¹ <http://globo.com/tv-verdes-mares/ne-rural-ceara/v/com-irrigacao-agricultores-da-serra-da-ibiapaba-fazem-boa-colheita-do-maracuja/3320711/>

apresentam polos de irrigação administrados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), especialmente no semiárido nordestino²².

Mapa 2.9 – Nordeste: Polos de Irrigação Nordestinos administrados pelo DNOCS e Codevasf, 2013

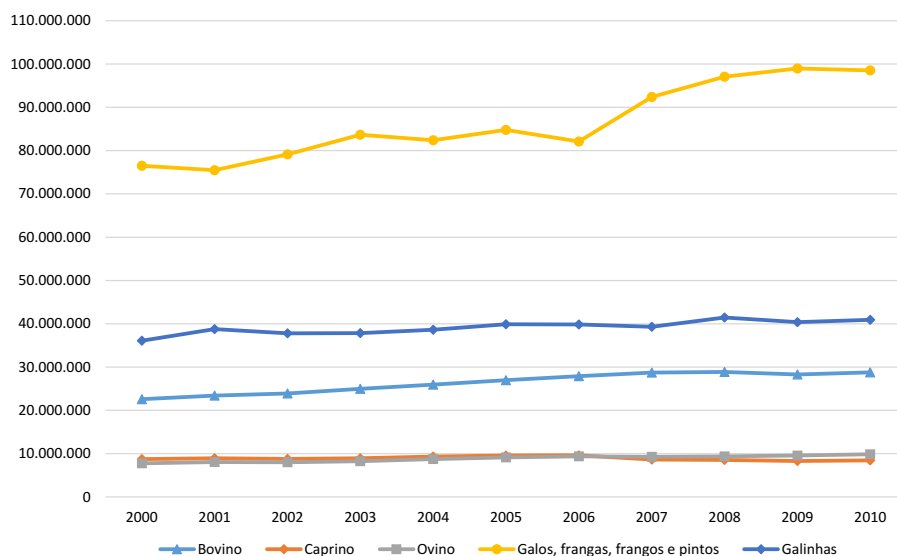


Fonte: BUAINAIN & GARCIA (2013).

Em relação à pecuária, verifica-se, a partir dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE que, entre 2000 e 2010, ocorreu expansão nos quatro principais rebanhos na região (bovino, ovino, de galinhas e de “galos, frangos, frangas e pintos”) e apenas decréscimo no rebanho caprino. Evidencia-se, também, que as secas recentes impactaram todos os cinco principais rebanhos da região ao longo dos anos 2000, mas em momentos distintos, como é possível observar pelo **Gráfico 2.3**. O rebanho de Galos, frangas, frangos e pintos, maior da região, apresentou queda nos anos de 2001, 2006 e 2010. Enquanto que o rebanho Bovino só apresenta diminuição no ano de 2009, apesar de vir apresentando taxas médias de crescimento de seu efetivo menores a partir de 2008. De acordo com Gomes (2014), as secas atingiram sobretudo os pecuaristas do semiárido e de menor porte.

²² Para maiores detalhes ver: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados> e http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/.

Gráfico 2.3 - Nordeste: Efetivo dos principais rebanhos (em cabeças), 2000-2010



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal. Elaboração própria.
Nota: 1 - Efetivos dos rebanhos em 31/12.

Ainda de acordo com os dados da PPM, o rebanho bovino cresceu de maneira quase generalizada nos Estados nordestinos entre 2000 e 2010, principalmente no Maranhão e em Pernambuco e Alagoas, apresentando queda apenas no Piauí (**Tabela 2.6**).

Tabela 2.6 - Brasil, Nordeste e Estados: Taxa média de crescimento anual e Distribuição (%) dos principais rebanhos efetivos¹, 2000/2010

Especificação	Taxa média de crescimento anual (% a.a.) 2000/2010				Distribuição (%) em 2010			
	Bovino	Caprino	Ovino	Galináceos ²	Bovino	Caprino	Ovino	Galináceos ²
Brasil	2,1	0,0	1,6	3,9				
Nordeste	2,5	-0,3	2,4	2,2	100,0	100,0	100,0	100,0
Maranhão	5,5	1,2	4,0	-2,3	24,3	4,4	2,3	6,7
Piauí	-0,6	-0,6	0,0	0,6	5,8	16,4	14,1	7,0
Ceará	1,4	2,6	2,7	2,0	8,9	12,1	21,3	18,2
Rio Grande do Norte	2,8	2,2	4,1	1,6	3,7	4,8	5,9	3,3
Paraíba	2,7	1,3	2,3	3,8	4,3	7,1	4,4	7,5
Pernambuco	4,6	2,1	8,0	3,3	8,3	20,5	16,5	24,2
Alagoas	4,6	3,0	7,4	2,2	4,2	0,8	2,1	3,8
Sergipe	2,4	5,4	5,8	6,5	3,9	0,2	1,7	4,9
Bahia	1,0	-2,9	0,7	2,2	36,6	33,7	31,7	24,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal. Elaboração própria.

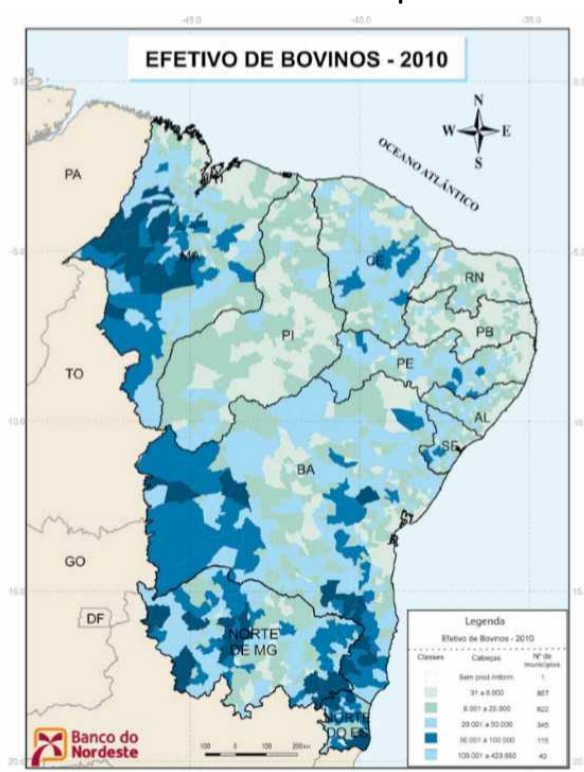
Nota: 1 - Efetivos dos rebanhos em 31/12. 2 - Galináceos = Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos

Em 2010, o Maranhão já detinha quase 1/5 do rebanho bovino nordestino. Esse rebanho estava espalhado principalmente nos Municípios do Oeste e Centro maranhense, especialmente em Açailândia e Amarante do Maranhão, na microrregião de Imperatriz, e em Bom Jardim, Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas, na microrregião de Pindaré. Já em Pernambuco e Alagoas o rebanho é composto por pequenos efetivos dispersos nos municípios em todo o agreste pernambucano e no sertão e leste de Alagoas. Apesar do baixo crescimento do efetivo bovino baiano entre 2000 e 2010, a Bahia continua

com o maior rebanho na região em 2010, com destaque para os Municípios da microrregião de Porto Seguro, no Sul baiano, tais como Itamaraju, Itanhém, Guaratinga, Medeiros Neto; e em Wanderley, microrregião de Cotegipe, no Extremo Oeste Baiano (**Mapa 2.10**).

Entretanto, como ressalta Araújo (2015), a partir de 2009 observa-se uma realidade um pouco distinta. Houve redução do rebanho bovino no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e algumas áreas da Bahia, como reflexo das secas. Verificaram-se, também, dois processos: um de deslocamento do gado como tentativa de salvá-lo dos impactos da estiagem, especialmente para o Maranhão; e outro de expansão do rebanho nos cerrados nordestinos.

Mapa 2.10 – Nordeste: Rebanho de Bovinos nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



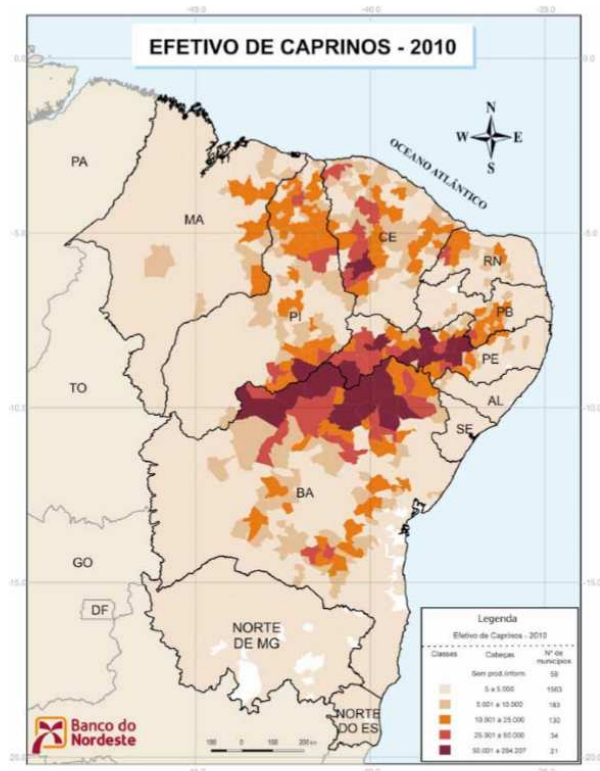
Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Pecuária Municipal – 2010, do IBGE.

O rebanho caprino, que já havia caído no início dos anos 2000, intensifica esse processo entre 2007 e 2009 (**Gráfico 2.3**). Com a retomada do efetivo em 2010, observa-se um incremento do rebanho caprino na maioria das unidades federativas nordestinas no período de 2000 e 2010, com ressalva para o Piauí e a Bahia. Contudo, em 2010, a Bahia continuava detendo o maior efetivo regional (33,7%), seguido por Pernambuco (20,4%) e Piauí (16,4%), segundo os dados da **Tabela 2.6**.

Entre os Municípios, em 2010, ressalta-se os rebanhos em: Casa Nova, Juazeiro e Curaçá, na microrregião de Juazeiro, no Vale São Franciscano baiano; Floresta e Petrolina, na microrregião de Itaparica e Petrolina, no São Francisco pernambucano; Sertânia e Ibimirim, na microrregião do Sertão

do Moxotó Pernambucano; Uauá, Canudos e Monte Santo, na microrregião de Euclides da Cunha, no Nordeste baiano; e Campo Formoso, na microrregião do Senhor do Bonfim, no Centro Norte baiano (**Mapa 2.11**).

Mapa 2.11 – Rebanho de Caprinos nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010

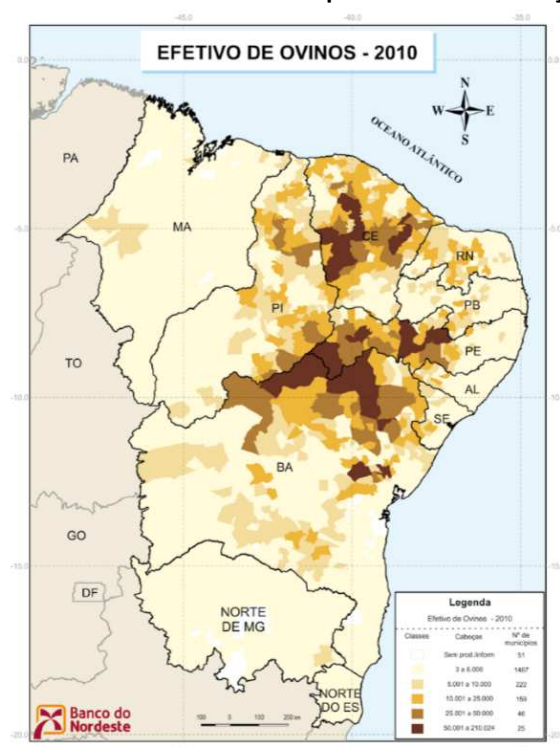


Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Pecuária Municipal – 2010, do IBGE.

Já o rebanho ovino expandiu-se entre 2000 e 2010, especialmente, em Pernambuco e Alagoas, mas também de maneira expressiva em Sergipe e no Rio Grande do Norte e Maranhão. O Piauí manteve seu efetivo estável, nesse período, enquanto a Bahia demonstrou um baixo incremento. Apesar de um maior crescimento nesses Estados, em 2010 a Bahia continuava apresentando o maior efetivo, com mais de 30% do rebanho regional, seguido pelo Ceará (21,3%), Pernambuco (16,5%) e Piauí (14,1%), como é possível observar através dos dados da **Tabela 2.6**.

Em 2010, em termos municipais, destacavam-se o efetivo em Tauá e Independência, nos Sertões cearenses; Casa Nova, Juazeiro e Curaçá, na microrregião de Juazeiro, no Vale São Franciscano baiano; Uauá e Monte Santo, na microrregião de Euclides da Cunha, no Nordeste da Bahia; Dormentes, Sertânia, na microrregião de Petrolina, e Floresta, na microrregião do Itaparica, no São Francisco Pernambucano; e Ipirá, na microrregião de Feira de Santana, no Centro Norte baiano (**Mapa 2.12**).

Mapa 2.12 – Rebanho de Ovinos nos Municípios da área de Atuação do BNB, 2010



Fonte: BNB (2012). Elaboração do BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir dos Dados da Pesquisa Pecuária Municipal – 2010, do IBGE.

Segundo Gomes, verifica-se ainda na caprinovinocultura o “(...) aparecimento de frigoríficos especializados, como em Juazeiro (BA) e em Alhandra (PB), mas, em âmbito regional, a atividade convive, na maioria dos Estados, com o problema da aftosa, o que lhe fecha os mercados, exceto aquele localizado nos limites do próprio Estado produtor” (GOMES, 2014, p.25).

No que se refere ao efetivo de Galináceos, ou seja, galinhas, galos, frangos, frangas e pintos, apesar da expressiva expansão do rebanho em Sergipe, entre 2000 e 2010, os dois principais estados produtores ainda eram a Bahia, Pernambuco e Ceará (**Tabela 2.6**).

Na Bahia, os maiores rebanhos de galos, frangos, frangas e pintos eram encontrados nos Municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, Coração de Maria e Irará, na microrregião de Feira de Santana; enquanto que os efetivos de galinhas também eram muito presentes na microrregião de Feira de Santana, mas nos Municípios de Conceição do Jacuípe, Água Fria e Santo Estêvão, além de Feira de Santana. Já em Pernambuco, o efetivo de galináceos era mais expressivo no agreste pernambucano, principalmente em São Bento do Una, Belo Jardim e Caruaru, na microrregião do Vale do Ipojuca; Bonito, na microrregião do Brejo Pernambucano; Garanhuns e Jucati, na microrregião de Garanhuns, e em Orobó, na microrregião do Médio Capibaribe.

Em termos municipais, os doze Municípios com maiores efetivos de galináceos da região Nordeste, que representavam 2/5 da produção regional em 2010, eram: São Bento do Una e Belo

Jardim, no agreste pernambucano; Teresina, na microrregião de Teresina, no Piauí; Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana, na microrregião baiana de Feira de Santana; Quixadá, na microrregião do Sertão de Quixeramobim Cearense; Aquiraz, na microrregião de Fortaleza; Horizonte, na microrregião de Pacajus, na área metropolitana de Fortaleza; Paudalho, na Mata Setentrional Pernambucana; Pedras de Fogo, na microrregião do Litoral Sul, na mata paraibana; e Beberibe, na microrregião de Cascavel, no Norte cearense. É possível observar, ainda, o desenvolvimento de polos de produção avícolas constituídos no modelo de produção integrada, nos mesmos moldes do que é feito na região Sul do país, na Bahia (região de Feira de Santana), em Pernambuco (Zona da Mata, Agreste e Sertão) e na Paraíba (GOMES, 2014; VITAL, DROUVOT e SAMPAIO, 2008).

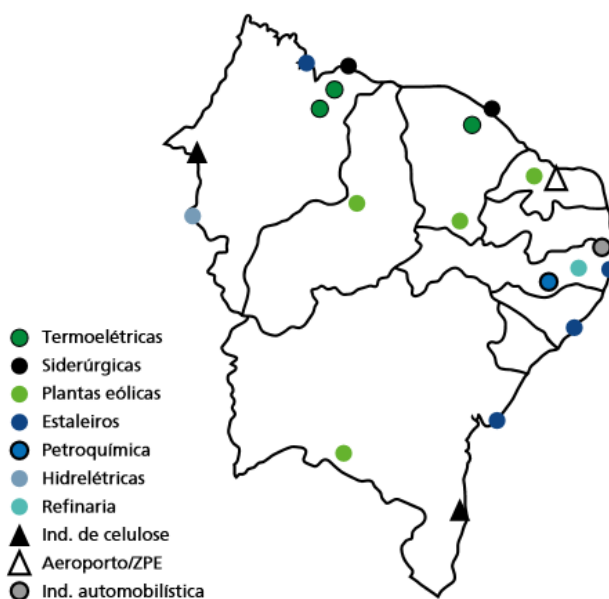
Além disso, ressalta-se a crescente importância da carcinicultura em Estados como o Rio Grande do Norte e Ceará – apesar de alguns momentos de crise enfrentados ao longo da década – e a ampliação da piscicultura, com a criação de tilápias em tanques-rede, no rio São Francisco, por exemplo (GOMES, 2014).

2.3 A retomada industrial e o surgimento de novas indústrias na região

A atração de grandes projetos estruturantes, a consolidação e implementação de importantes investimentos industriais nos Estados nordestinos, especialmente aqueles voltados para o mercado do consumo regional e cuja expansão na primeira década dos anos 2000 foi significativa, permitiram uma elevação do valor adicionado industrial do Nordeste acima da média nacional no período de 2000 a 2010 (**Tabela 2.2**). Evidentemente que os impulsos pelo lado da demanda como o crescimento do emprego formal, a ampliação do crédito e a melhoria da renda média da população também favoreceram esse processo.

Gustavo Maia Gomes (2014) aponta que o total de novos investimentos anunciados ou em implantação no Nordeste até 2016 estava estimado em R\$ 340 bilhões, sendo que R\$ 120 bilhões se destinariam para o Maranhão, R\$ 70 bilhões para a Bahia, pouco mais de R\$ 60 bilhões para Pernambuco, R\$ 50 bilhões para o Ceará e o restante se dividiria entre os outros cinco Estados, que receberiam cerca de R\$ 40 bilhões. Para o autor, esses investimentos industriais estariam distribuídos entre diversos setores como: alimentos e bebidas, higiene e beleza, energia, mineração e petróleo e gás, automotiva, naval, papel e celulose, vidro e farmoquímica. A **Figura 2.1**, do BNDES, corrobora a diversidade de setores e evidencia a distribuição espacial dos “novos setores industriais” que tinham investimentos previstos na região.

Figura 2.1 – Nordeste: Projetos estruturadores na região



Fonte: BNDES. Elaboração: GUIMARÃES et al. (2014, p. 60).

A maioria dos grandes investimentos direcionou-se para áreas metropolitanas com a presença de importantes portos, como é o caso dos estaleiros, petroquímicas, termoeletricas, siderurgica e refinaria nos Portos de Suape (Região Metropolitana do Recife), Camaçari (Região Metropolitana de Salvador), Pecém (Região Metropolitana de Fortaleza) e Itaqui (que se localiza em São Luís). Ressaltam-se, ainda, investimentos na indústria de celulose no Sul baiano e Oeste do Maranhão, em hidroelétrica no Sul maranhense e plantas eólicas no semiárido do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Sobre o potencial de geração de energia eólica existente no litoral, mas também no semiárido nordestino, vale a leitura de estudos como os de Feitosa et al. (2003), que apontam para o forte potencial dessas áreas.

Destaca-se, ainda, o grande volume de investimentos em infraestrutura na região. De acordo com Gomes (2014) é possível, a partir da análise dos dados do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-2, identificar um volume de mais de R\$ 46 bilhões em projetos como ferrovias, duplicação de rodovias, canais e adutoras, drenagens, entre outros, que envolvem um ou mais Estados da região. O sistema macrologístico regional, que abarca alguns desses projetos de infraestrutura contemplados pelo PAC, pode ser examinado a partir da **Figura 2.2**. As obras de infraestrutura econômica, em conjunto com a implantação de diversas indústrias, foram importantes para impulsionar também o setor da construção civil em diversas áreas do Nordeste, no início dos anos 2000.

Social (BNDES) e realizada pela Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), que analisou os impactos sobre as economias dos Estados nordestinos dos grandes projetos relacionados: i) ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); ii) à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); iii) ao Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT); iv) ao Programa Territórios da Cidadania (PTC) e v) às Zonas de Processamento de Exportações. Inicialmente, o estudo aponta que a maior parte dos grandes projetos estava em obra, fase de licitação ou de ação preparatória, ainda em 2010. Em relação ao PAC, apesar do importante volume de investimento destinado à região, “especialmente no eixo social e urbano, verifica-se que o número de municípios atingidos fica muito aquém do necessário para reverter os indicadores econômicos e sociais que ainda caracterizam o Nordeste” (APOLINÁRIO et al., 2011, p. 63). A pesquisa constata então que:

Os GPFs não dialogam imediatamente entre si e, embora atuem sobre passivos existentes nos estados, a exemplo dos infraestruturais, podem não manter relação direta e imediata com as atuais necessidades” dos estados nordestinos. (...) Em geral os impactos dos GPFs mostram-se difusos, no sentido de que tanto podem minimizar graves problemas, a exemplo da infraestrutura necessária para a inserção competitiva das empresas nos mercados globalizados, como por outro lado, podem reforçar a concentração já existente nas regiões metropolitanas” (APOLINÁRIO et al., 2011, p. 63-64).

No que se refere à indústria, dados do Valor Adicionado (VA) apresentados na **Tabela 2.2**, mostram que, no Nordeste, essa atividade se expandiu anualmente a 3,7% entre 2000 e 2010, acima da média nacional de 2,8% ao ano. Os Estados que apresentaram maior dinamismo em termos de incremento da atividade industrial foram: Piauí, Sergipe e Paraíba, com incremento médio de 6,6%, 5,7% e 5,0% ao ano, respectivamente. Houve uma relativa desconcentração do VA da indústria entre os Estados nordestinos nesse período, com o Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas perdendo peso relativo entre 2000 e 2010; enquanto que Maranhão, Pernambuco e Bahia mantiveram suas participações no VA da indústria; e Piauí, Paraíba e Sergipe ganharam peso relativo. Todavia, o valor adicionado da indústria nordestina ainda continuava muito concentrado nas unidades federativas da Bahia (37,8%), Pernambuco (16,6%) e Ceará (14,9%), que juntos, representavam quase 70% do VA industrial do Nordeste em 2010.

As três principais áreas metropolitanas²⁵ exibiram um comportamento diferente. Apenas a Região Metropolitana do Recife obteve uma ampliação do valor adicionado industrial igual à média regional (3,7% ao ano), como resultado dos investimentos industriais no Complexo Portuário e Industrial de Suape, mas, sobretudo, do dinamismo da construção civil em obras para implantação dessas indústrias e para o mercado imobiliário. Esse movimento é confirmado pelo incremento anual

²⁵ Para entender as diferenças entre essas microrregiões e suas regiões metropolitanas ver Anexo Metodológico 1.3 - Diferenças entre as três principais microrregiões do Nordeste e suas áreas metropolitanas.

de 21,1% do VA industrial em Ipojuca, entre 2000 e 2010. A Região Metropolitana de Fortaleza expandiu 3,3% ao ano no período de 2000 a 2010. Também nessa região metropolitana destaca-se o crescimento da indústria no Município de São Gonçalo do Amarante (23,1% ao ano entre 2000 e 2010), na microrregião do Baixo Curu, onde se situa o Porto de Pecém. Já a Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi a que apresentou menor incremento da atividade industrial, apenas 2,7% ao ano, mas ainda permanece como o principal polo industrial regional, representando 22,9% do VA regional da indústria em 2010. A RMS, de maneira distinta das outras áreas metropolitanas, apresentou maior dinamismo em Municípios não portuários como, por exemplo, Lauro de Freitas, São Sebastião do Passé e Dias d'Ávila.

Contudo, apesar da menor expansão do PIB industrial metropolitano no início dos anos 2000, essas três regiões metropolitanas ainda respondiam por 45,2% de todo o VA da indústria do Nordeste em 2010 (ante os 48,0%, de 2000). Ou seja, reafirma-se a modesta tendência de desconcentração industrial na região. Todavia, se confirmada a entrada em operação de grande parte dos empreendimentos com investimento previsto para a região, especialmente nos principais Portos, a tendência futura de reconcentração da atividade industrial nas áreas metropolitanas nordestinas pode ser novamente observada.

Para identificar o que ocorreu com a estrutura produtiva industrial dos Estados nordestinos e sua evolução na primeira década dos anos 2000, foram aqui analisados os dados da Pesquisa Industrial Anual - PIA, do IBGE. Contudo, devido a importantes mudanças metodológicas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)²⁶, o período de 2000 a 2010 foi dividido em dois: na **Tabela 2.7** mostrar-se-á a evolução da distribuição do valor da transformação industrial entre 2000 e 2007, a partir dos segmentos industriais da CNAE 1.0, enquanto que na **Tabela 2.8** observar-se-ão os dados entre 2007 e 2010, segundo a CNAE 2.0. Outra limitação da PIA é que ela fornece apenas informações para nível de unidade da federação, sem ser possível detalhamento dentro dos Estados, o que será examinado, quando necessário, através dos dados do Valor Adicionado Bruto da indústria, do PIB dos municípios do IBGE, e do emprego formal industrial da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. Sobre os investimentos anteriormente analisados, ressalta-se que uma parte importante desses empreendimentos industriais ainda estavam em fase de construção até 2010 e, portanto, só devem gerar valor adicionado industrial e emprego formal, nas respectivas indústrias, a partir de sua fase de implementação.

No Estado do Maranhão, os segmentos industriais de fabricação de alimentos e bebidas e metalurgia respondiam por mais de 2/3 do valor da transformação industrial (VTI) estadual em 2000.

²⁶ Para maiores detalhes ver Anexo Metodológico 1.4 - Mudanças metodológicas da CNAE 1.0 e da CNAE 2.0 para a classificação de segmentos da indústria extrativa mineral e de transformação (período de 2000-2010).

Ao longo dos anos 2000, constata-se o forte crescimento da extração de minerais metálicos que passou a responder por 35% do VTI estadual em 2010 e que, segundo os dados de emprego formal, estava localizada principalmente em Godofredo Viana, na microrregião de Gurupi, no Oeste Maranhense, com a extração de ouro²⁷. O segmento de fabricação de alimentos e bebidas também cresceu ao longo da década e chegou a 19,4% do VTI em 2010, com presença em todas as áreas do Estado, especialmente na capital, São Luís. Já a fabricação de produtos minerais não metálicos expandiu-se e passou a representar 8,7% do VTI em 2010, particularmente em Imperatriz, no Oeste Maranhense, em Itapecuru Mirim e São Luís, no Norte Maranhense, e Timon e Codó, no Leste. A metalurgia estava mais concentrada nos municípios de São Luís (na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, no Norte Maranhense) e Açailândia (na microrregião de Imperatriz, no Oeste Maranhense) e destacava-se pela produção de alumínio, alumina e ferro gusa. Essa atividade econômica perdeu expressiva participação relativa no VTI estadual ao longo desse período, passando de 64% do VTI em 2000 para apenas 17,9% em 2010. A construção civil representava quase 60% dos empregos formais industriais do Estado em 2010, dos quais $\frac{3}{4}$ eram gerados na capital (**Tabela 2.9**).

Entre todos os Estados nordestinos, o Piauí era que o que ostentava o menor montante em termos de VTI, reflexo de um parque industrial pequeno, pouco diversificado e com baixa capacidade de geração de valor agregado. Entre 2000 e 2010, a indústria de alimentos e bebidas ampliou o peso relativo no VTI estadual de 38,4% para 58,4%. Essa produção, em termos de geração de vagas formais, estava bastante concentrada em Teresina, mas também em Municípios como Parnaíba (na microrregião do Litoral Piauiense), União (na microrregião de Teresina), Picos (na microrregião de Picos) e Floriano (na microrregião de Floriano, no Sudeste Piauiense). Destaca-se, ainda, uma indústria de transformação de minerais não metálicos que representava 13,2% do VTI do Estado em 2010. Segundo a RAIS, esse segmento industrial também era aglomerado em Teresina, mas apresentava postos de trabalho em outros Municípios como Fronteiras (na microrregião do Alto Médio Canindé), Picos (microrregião de Picos), Parnaíba (no Litoral Piauiense) e Campo Maior (na microrregião de Campo Maior, no Centro-Norte Piauiense). A confecção de artigos de vestuário e acessórios, apesar de exibir uma baixa participação no VTI estadual, era o terceiro segmento em termos de empregos formais da indústria de transformação do Piauí, também concentrada em Teresina. Já a construção civil, sozinha, respondia por metade dos postos de trabalho com carteira assinada na indústria estadual em 2010, gerados principalmente na capital (**Tabela 2.9**).

²⁷ Essa participação não se mantém ao longo da segunda década do século XXI, como apontam os dados do VTI que indicam uma participação relativa da indústria extrativa de apenas 4% em 2014, ainda de acordo com a Pesquisa Industrial Anual do IBGE. No sentido contrário, destaca-se o crescimento da indústria de fabricação de celulose, papel e produtos de papel no Estado do Maranhão, no período recente.

O Ceará continua com forte participação dos segmentos de fabricação de alimentos e bebidas, têxtil, vestuários e acessórios e calçadista no VTI do Estado. O que se verifica, ao longo dos anos 2000, é que a indústria têxtil vem perdendo peso relativo no VTI, enquanto que o segmento de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados vem se expandindo (**Tabela 2.7 e 2.8**). Como ressaltado na Introdução, desde os anos 1990, o Nordeste vem conseguindo atrair indústrias de confecção e calçados através de incentivos fiscais (formais e não formais) concedidos às empresas, em meio à “guerra fiscal” estabelecida entre diversos governos estaduais, e o Ceará é um exemplo importante dessa prática na região.

No que se refere ao emprego formal na indústria, destaca-se que esses segmentos, intensivos em mão de obra, geravam mais de 176 mil postos de trabalho em 2010. Em conjunto com a construção civil, esses segmentos industriais respondiam por 3/4 das vagas com carteira de trabalho assinada do Estado do Ceará (**Tabela 2.9**). A indústria calçadista estava concentrada principalmente em 12 Municípios: Sobral (na microrregião de Sobral, no Noroeste Cearense); Horizonte, Fortaleza, Maranguape e Cascavel (na Região Metropolitana de Fortaleza); Juazeiro do Norte e Crato (na microrregião do Cariri, no Sul Cearense); Russas (no Baixo Jaguaribe Cearense); Itapagé e Uruburetama (na microrregião de Uruburetama, no Norte do Ceará); Itapipoca (microrregião de Itapipoca, também no Norte Cearense) e Iguatu (na microrregião de Iguatu, no Centro-Sul Cearense). Como destaca estudo de Amaral Filho et al., dentro do projeto de pesquisa do BNDES, RedeSist e Funcep:

“Somente no município de Sobral a empresa Grendene oferece cerca de 15.000 (...) Outras empresas do ramo calçadista que chegaram ao Ceará, por meio dos incentivos fiscais, têm participação relevante na economia local, como por exemplo: em Quixeramobim com a empresa Aniger Calçados, em Russas e Iguatu com a Dakota Calçados, em Senador Pompeu com a Senador Pompeu Calçados e em Itapagé com a Disport Nordeste Calçados” (AMARAL FILHO et al., 2010, p. 12).

Observou-se, assim, a construção de alguns arranjos produtivos locais ligados à indústria calçadista no Estado do Ceará. A partir da implementação da fábrica da Grendene em Sobral, verificou-se a criação de diversas outras micro e pequenas unidades na região. Outro exemplo importante é encontrado no Cariri Cearense, que tem no Crato uma unidade de grande porte também do grupo gaúcho Grendene, enquanto Juazeiro do Norte absorveu diversas empresas de micro, pequeno e médio porte do arranjo produtivo de calçados da região (AMARAL FILHO E SOUZA, 2003).

A indústria têxtil estava concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Já o segmento de confecção de artigos de vestuários e acessórios estava localizado principalmente em Fortaleza, mas também nos Municípios de Maracanaú, Pacatuba, Maranguape, Caucaia, Pacajus, Eusébio e Horizonte, todos na região metropolitana, e em outras cidades do Estado como Juazeiro do

Norte (na região do Cariri Cearense), Frecheirinha (na microrregião de Coreaú, no Noroeste do Ceará) e Sobral (também no Noroeste Cearense). Ainda de acordo com o estudo de Amaral Filho et al. (2010, p. 135), “a produção de confecção é prática comum por todo o território cearense. (...) Todavia, a organização em torno de Arranjos Produtivos Locais se dá, principalmente, nos Municípios de Acarape, Fortaleza e Frecheirinha”. Acarape localiza-se na microrregião de Baturité, no Norte do Ceará.

O segmento de alimentos e bebidas, além de forte presença na RMF, aparece com geração de empregos em diversos Municípios como: Juazeiro do Norte (Cariri Cearense), Paraipaba (microrregião de Baixo Curu, no Norte Cearense) e Itapipoca (também no Norte Cearense), Sobral (Noroeste Cearense), Aracati (no Litoral de Aracati, no Jaguaribe Cearense), entre outros. A construção civil apresentava expressiva presença na RMF, especialmente em Fortaleza e São Gonçalo do Amarante, onde está situado o Porto de Pecém, mas também nos Municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Sobral. Merece destaque, ainda, a entrada em operação de uma siderúrgica no Complexo Industrial e Portuário de Pecém, só na segunda década do século XXI.

O Rio Grande do Norte tem uma estrutura industrial mais concentrada em atividades ligadas ao Petróleo e extração de minerais não metálicos, com importante peso da indústria extrativa (de petróleo e minerais não metálicos), além do segmento de fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis. Em 2010, essas indústrias respondiam por quase 60% do VTI desse estado (**Tabela 2.8**). A produção de petróleo ocorre principalmente em Mossoró, e de minerais não metálicos, especialmente do sal, nos Municípios de Mossoró, Areia Branca e entorno, na região de Mossoró, no Oeste Potiguar. Na fabricação de derivados de petróleo, destaca-se o Município de Guamaré, na região de Macau, na parte Central do Rio Grande do Norte, onde está localizada a Refinaria Potiguar Clara Camarão, que produz Diesel, Gasolina e Querosene de aviação, a partir do refino do petróleo extraído no próprio Estado²⁸.

Em termos de empregos formais na indústria, essas atividades respondiam por cerca de 8% dos postos de trabalho com carteira assinada do Rio Grande do Norte, em 2010. Nesse quesito, destacam-se a construção civil e os segmentos industriais de confecções e alimentos e bebidas que, em conjunto, respondiam por mais de 62% do emprego industrial estadual (**Tabela 2.9**). A construção empregava mais em Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante (na Região Metropolitana de Natal - RMN), Mossoró e Guamaré. Já a indústria de alimentos e bebidas tinha maior presença em Natal, Macaíba, Arês²⁹ e Parnamirim (na RMN) e Mossoró, enquanto que o segmento de confecção estava concentrado principalmente em Natal.

²⁸ Ainda de acordo com o site da Petrobras, essa refinaria “poderá refinar tanto petróleo pesado da Bacia de Campos como petróleo leve do pré-sal”. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-potiguar-clara-camarao.htm>>. Acesso em 04/12/2015.

²⁹ Com usina de cana de açúcar.

A Paraíba não alterou muito a participação dos principais setores no VTI industrial ao longo da década, merecendo destaque apenas o aumento de peso relativo do segmento de Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados. Em conjunto com a indústria de alimentos e bebidas, produtos minerais não metálicos e têxteis, esses quatro segmentos respondiam por mais de 70% do VTI paraibano em 2010 (**Tabela 2.8**). Segundo os dados da RAIS, a indústria de calçados³⁰ tem forte presença em Campina Grande (na microrregião de Campina Grande, no Agreste Paraibano), Santa Rita, Bayeux e João Pessoa (na região de João Pessoa), mas também estavam presentes em outros municípios do Estado. A indústria de alimentos e bebidas localizava-se principalmente em Santa Rita²⁹, João Pessoa, Cabedelo e Mamanguape²⁹ (na Mata Paraibana), Campina Grande e Guarabira (nas microrregiões de Campina Grande e Guarabira, no Agreste do Estado), e Patos e Sousa (no Sertão Paraibano). Na fabricação de produtos minerais não metálicos, ressalta-se a produção de cerâmica, vidro, cimento e outros minerais não metálicos em João Pessoa e Campina Grande e Boa Vista (na microrregião de Campina Grande), que como já evidenciado antes tem uma importante produção de bentonita. Já a indústria têxtil tem forte presença em João Pessoa e Santa Rita (na região de João Pessoa), Campina Grande (no Agreste), Itaporanga e Cajazeiras (no Sertão) e São Bento (na microrregião de Catolé do Rocha, também no Sertão da Paraíba).

Em Pernambuco, os cinco principais segmentos industriais eram: alimentos e bebidas, produtos químicos, minerais não metálicos, máquinas e equipamentos eletrônicos e metalurgia. E, como ressalta a proposta de Política Industrial da Federação das Indústrias de Pernambuco - FIEPE, “esses segmentos respondiam por 72,5% do VTI da indústria de transformação estadual, em 2010, e, em geral, foram os segmentos mais importantes ao longo dos anos 2000” (FIEPE, 2013, p. 35). A indústria de alimentos e bebidas ampliou seu peso relativo ao longo da década, mas permanece concentrada na Região Metropolitana do Recife (RMR) e na zona da mata pernambucana, com importante peso da produção de açúcar, mas também com diversas indústrias de bebidas e outros produtos alimentícios. Ressalta-se que a partir de 2011 novas empresas desses setores entraram em operação no Estado, como é o caso de unidades do Grupo Petrópolis e da AMBEV em Itapissuma, da BRASIL KIRIN em Igarassu e no Recife. Observaram-se, ainda, investimentos nas indústrias de alimentos nos Municípios de Vitória de Santo Antão e Glória do Goitá, na microrregião de Vitória de Santo Antão, no agreste pernambucano, com destaque para a implementação das unidades da Kraft Foods e Brasil Foods nesses municípios.

A indústria de máquinas e equipamentos eletrônicos mantém o peso relativo no VTI industrial do Estado ao longo da década, com forte concentração de emprego nos Municípios da RMR,

³⁰ Merece destaque, nesse caso, importantes unidades da Alpargatas S/A e Cambuci S/A no Estado, bem como diversos estabelecimentos de pequeno e médio porte.

especialmente Recife, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço e Paulista; além do Município de Belo Jardim, na microrregião do Vale do Ipojuca, no agreste pernambucano, onde se localiza a fábrica das baterias Moura. Já as indústrias de produtos químicos e metalurgia perderam participação no valor da transformação industrial estadual entre 2000 e 2010. Na indústria de produtos químicos, observa-se geração de postos de trabalho em diversos municípios da RMR; Vitória de Santo Antão, no agreste do Estado; entre outros. Na indústria metalúrgica, por sua vez, destacam-se as fábricas da Alcoa, em Itapissuma, e alguns unidades em Suape, Jaboatão dos Guararapes e outros municípios da RMR; além de Belo Jardim, também relacionada à indústria de baterias Moura. Já a indústria de minerais não metálicos ampliou seu peso no VTI da indústria estadual de 5,9% em 2000 para 7,9% em 2010, com geração de empregos em mais de 90 municípios do Estado, segundo dos dados da RAIS.

Ainda de acordo com a FIEPE (na sua proposta de Política Industrial), o segmento de fabricação de outros equipamentos de transporte (exceto veículos automotores) apresentou importante crescimento ao longo da década com a entrada em operação do Estaleiro Atlântico Sul, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, na RMR, na segunda metade da primeira década dos anos 2000³¹. Já a fabricação de coque e derivados de petróleo e biocombustíveis que exibiu decréscimo no início dos anos 2000 deve reverter essa tendência de maneira significativa com o início das atividades da Refinaria Abreu e Lima da Petrobras, também localizada em Suape (FIEPE, 2013). Destacam-se, ainda, as potencialidades que serão geradas com a entrada em operação do polo de vidro (liderado pela VIVIX, do Grupo Cornélio Brennand) e farmoquímico (liderado pela Hemobrás) e da fábrica de automóveis da Jepp, todos situados no Município de Goiana.

Ressalta-se, por fim, o importante peso da construção civil no emprego formal do Estado. Apenas esse segmento representava mais de 35% dos postos de trabalho com carteira assinada da indústria de Pernambuco em 2010. Se, por um lado, a construção dessas novas unidades industriais foi importante para esse setor, com forte geração de empregos em Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, entre outros municípios, de outro lado, a expansão do mercado imobiliário e a construção de obras de infraestrutura também tiveram papel relevante na criação de empregos formais nesse segmento. Enquanto o mercado imobiliário apresentou maior crescimento na RMR e em alguns municípios médios do interior, como Caruaru e Petrolina, a construção de obras de infraestrutura como a Ferrovia Transnordestina e Transposição do Rio São Francisco levaram oportunidades para municípios do Sertão pernambucano, como é o caso de Salgueiro.

A indústria Alagoana demonstra baixo grau de diversificação, bastante ligada à produção de açúcar e álcool, e concentrada nos segmentos de produção de alimentos e bebidas e de produtos

³¹ Atualmente também se encontra em operação o Estaleiro VARD Promar, no polo industrial e portuário de Suape.

químicos. Esses dois segmentos representavam 83,5% do VTI industrial estadual em 2000, e reduziram pouco a sua participação ao longo dos anos 2000, chegando a 82,9% em 2010. Verifica-se, ao longo desse período, o aumento da participação da indústria de alimentos, enquanto a indústria de produtos químicos encolheu, em termos relativos, de 27,9% em 2000 para 13,3% em 2010. A produção de álcool também perdeu peso relativo passando de 6,4% em 2000 para cerca de 3,0% em 2007.

A indústria de produtos alimentícios e bebidas estava fortemente vinculada à agroindustrial açucareira e empregava quase 2/3 dos trabalhadores formais da indústria alagoana, sua produção estava espalhada principalmente nas microrregiões de São Miguel dos Campos, Maceió e Mata Alagoana, na zona da mata alagoana; mas também nas microrregiões de Palmeira dos Índios e Arapiraca, no agreste alagoano; e em Municípios do sertão, como Delmiro Gouveia. A indústria de alimentos e bebidas gerava emprego em 60 dos 102 municípios do Estado, segundo os dados da RAIS de 2010. Já a fabricação de produtos químicos era relacionada à produção de cloro soda no Pólo Cloroquímico de Alagoas (PCA) e PVC da Braskem (LIMA, 2006; LOPES, 2014), concentrado nos Municípios de Maceió e Marechal Deodoro, na microrregião de Maceió. A construção civil apresentava a menor participação no total de trabalhadores formais entre todos os estados nordestinos, cerca de 20% em 2010, sobretudo relacionado ao mercado imobiliário de Maceió.

Como o Rio Grande do Norte, Sergipe apresenta uma indústria extrativa importante para a estrutura industrial do Estado, porém, nesse caso, relacionada à produção de gás natural e à extração de minerais não metálicos, que representava mais de 40% do valor da transformação industrial do Estado em 2010. Já as principais indústrias de transformação eram: de alimentos e bebidas, fabricação de minerais não metálicos, têxtil e calçadista (**Tabela 2.8**). A indústria extrativa respondia por apenas 6% do emprego formal da indústria de Sergipe (**Tabela 2.9**), com ocupações na extração de petróleo e gás nos Municípios de: Japaratuba (microrregião de Japaratuba) e Aracaju (microrregião de Aracaju), no Leste do Estado. Na extração de minerais não metálicos destaca-se o Município de Rosário do Catete, na microrregião do Baixo Cotinguiba, também no Leste sergipano, onde ocorre a exploração de potássio na mina de Taquari - Vassouras, realizada em parceria pelas empresas Vale Fertilizantes e Petrobras³².

A construção civil era a principal geradora de postos de trabalho com carteira assinada na indústria estadual, cerca de 37,5% em 2010, e estava fortemente concentrada em Aracaju, porém com importante criação de empregos nos Municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro (microrregião de Aracaju) e em Carmópolis (microrregião de Baixo Cotinguiba), todos no Leste do Estado. Em seguida, segundo os dados da RAIS de 2010, aparecem as indústrias de alimentos e bebidas,

³² Disponível em: < <http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/fertilizers/paginas/default.aspx>>. Acesso em 13/01/2016.

calçadista e têxtil (**Tabela 2.9**). A indústria alimentícia e de bebidas empregava em 49 dos 75 municípios desta unidade federativa, com destaque para: Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro (microrregião de Aracaju); Itaporanga d'Ajuda, Estância (microrregião de Estância); Laranjeiras (microrregião do Baixo Cotinguiba); e Propriá (microrregião de Propriá), no Leste Sergipano. No agreste do Estado, ressaltam-se os Municípios de Itabaiana e Lagarto, nas microrregiões que levam seus nomes. E, no sertão, em Nossa Senhora da Glória, na microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco.

Já a indústria de calçados foi extremamente relevante para a expansão industrial no sertão do Estado com presença nos municípios de Frei Paulo, Carira, Ribeirópolis e Nossa Senhora Aparecida, todos na microrregião de Carira. Todavia, essa indústria também gerava postos de trabalho formais em Simão Dias (na microrregião de Tobias Barreto), Lagarto (microrregião do Agreste de Lagarto), São Domingos e Itabaiana (microrregião do Agreste de Itabaiana), no agreste do Estado; e em Salgado (microrregião de Boquim) e Aracaju, no Leste sergipano. A indústria têxtil empregava mais em Aracaju e Nossa Senhora do Socorro (microrregião de Aracaju); Estância (microrregião de Estância); Riachuelo (microrregião do Baixo Cotinguiba); e Neópolis (microrregião de Propriá), no Leste do Estado; e em Tobias Barreto, no agreste.

A Bahia e Pernambuco eram os Estados nordestinos que apresentavam os parques industriais mais diversificados na região, todavia, merece destaque o fato de a Bahia apresentar um valor da transformação industrial quase 3 vezes maior que Pernambuco, em 2010. É possível observar que essa distância vem diminuindo ao longo dos anos 2000; entretanto, a indústria baiana ainda apresenta uma capacidade de geração de VTI bem maior que a pernambucana e parte desse fenômeno pode ser explicado pelos principais segmentos industriais presentes em cada Estado.

Os principais segmentos industriais baianos eram: fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; produtos químicos; veículos automotores, reboques e carrocerias; alimentos e bebidas; metalurgia; e celulose, papel e produtos de papel. Esses segmentos representavam cerca de 73% do VTI da indústria de transformação baiana em 2010 (**Tabela 2.8**). Várias dessas indústrias foram instaladas no Estado a partir dos investimentos do período da industrialização pesada, especialmente a de refino de petróleo, metalurgia e produtos químicos. Contudo, também é possível observar novas indústrias como a de veículos automotores, fortemente impulsionada pela chegada da Ford à Bahia em 2001, com significativos incentivos fiscais; e a de papel e celulose que vem crescendo com a expansão da fronteira extrativista no Sul baiano e a chegada desse tipo de indústria na região.

A indústria de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis tinha maior presença nos Municípios de Salvador, São Francisco do Conde (onde estava localizada a Refinaria Landulpho Alves – RLAM), Camaçari (onde se situa o Polo Petroquímico)

e Candeias (com a presença de usina de Biocombustível da Petrobras, além de terminal de estocagem e Porto de Aratu³³), na microrregião de Salvador; Catu, na microrregião com seu nome, distante cerca de 80 km de Salvador; e em Entre Rios, na microrregião com seu nome, no nordeste baiano. Destaca-se, ainda, que na Bahia há exploração e produção de petróleo e gás natural, com produção em Municípios como: Candeias e São Francisco do Conde (na microrregião de Salvador); Alagoinhas e Araçás (microrregião de Alagoinha); Catu, São Sebastião do Passé e Pojuca (microrregião de Catu); Entre Rios, Cardeal da Silva e Esplanada (na microrregião de Entre Rios).

Já a indústria de produtos químicos estava fortemente concentrada no Polo Petroquímico de Camaçari, mas também apresentava importante geração de emprego formal em 2010, segundo a RAIS, nos Municípios de Simões Filho, Salvador, Candeias, Lauro de Freitas (na microrregião de Salvador), Feira de Santana (no centro norte baiano), Vitória da Conquista (no centro Sul baiano), Luís Eduardo Magalhães (na microrregião de Barreiras, no Extremo Oeste baiano). Também a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias estava situada principalmente no Polo de Camaçari, com destaque para as fábricas da Ford, implementada em 2001, e a partir de 2011 a da JAC Motors. Entretanto, também havia geração de vagas com carteira assinada nesse setor nos Municípios de Simões Filho, Dias d'Ávila, Salvador (na microrregião de Salvador); Feira de Santana; Vitória da Conquista; entre outros.

A indústria metalúrgica, por sua vez, tinha forte presença em Pojuca (na microrregião de Catu, próximo a Salvador); Simões Filho e Dias d'Ávila (na microrregião de Salvador); e em Feira de Santana (no centro norte baiano). Em Pojuca ressalta-se a Companhia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA.

As indústrias de alimentos e de bebidas estão espalhadas pelo Estado, porém ligadas a diferentes tipos de produção. Segundo os dados da RAIS, a Região Metropolitana de Salvador é a principal área de criação de postos de trabalho formal dessas indústrias, destacando-se os empregos gerados na fabricação de produtos de panificação, moagem de trigo e fabricação de derivados e fabricação de bebidas, especialmente em Salvador, Simões Filho, Dias d'Ávila, Camaçari e Lauro de Freitas (na microrregião de Salvador). No nordeste baiano ressalta-se o abate de reses, exceto suínos, em Alagoinha e Inhambupe (microrregião de Alagoinha) e Serrinha (microrregião que leva seu nome); e a fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes em Nova Soure (na microrregião da Ribeira do Pombal). Evidencia-se, ainda, nessa região, a indústria de bebidas do Município de Alagoinha, com a

³³ Segundo o site da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, “Inaugurado em 1975, [o porto de] Aratu-Candeias cumpre o papel de indutor do processo de desenvolvimento industrial da Bahia, viabilizando os dois principais polos do setor existentes no Estado: o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Polo Industrial de Camaçari. Quatro décadas depois, o porto, “extensão descontinuada” de Salvador, é um dos mais importantes escoadouros da produção química e petroquímica de todo o país”. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/porto_aratu.php>. Acesso em 13/01/2016.

fabricação de cerveja a partir de uma unidade da Brasil Kirin, além da recente instalação de uma fábrica da Indústria São Miguel, grupo peruano produtor de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas³⁴. Já no Sul da Bahia, ressaltam-se as fabricações de: i) açúcar em bruto, em Medeiros Neto e Santa Cruz Cabralia (na microrregião de Porto Seguro); ii) laticínios, principalmente em Ibirapuã (na microrregião de Porto Seguro) e Itabuna (na região de Ilhéus-Itabuna); e iii) produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos, em Ilhéus (na microrregião de Ilhéus-Itabuna). No centro norte baiano, sobressaem as produções de abate de suínos, aves e outros pequenos animais, especialmente em São Gonçalo dos Campos (microrregião de Feira de Santana); e produção de laticínio, produtos de panificação, fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes e bebidas, em Feira de Santana. No centro Sul da Bahia, por sua vez, observam-se indústrias de alimentos ligadas à fabricação de produtos de panificação, de biscoitos e bolachas e de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, particularmente em Vitória da Conquista e Jequié (nas microrregiões que levam seus nomes); e de laticínios e de produtos de carne em Itapetinga (microrregião de Itapetinga). No Vale do São Francisco baiano, destacam-se a fabricação de açúcar em bruto em Juazeiro e a fabricação de produtos do pescado em Paulo Afonso. Por fim, no Extremo Oeste da Bahia, a produção alimentícia está fortemente relacionada ao agronegócio e à pecuária, com fabricação de óleos vegetais em bruto e abate de animais, principalmente nos Municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (na microrregião de Barreiras).

Enfim, a indústria de celulose, papel e produtos de papel estava localizada sobretudo em Feira de Santana, Santo Amaro (na microrregião Santo Antônio de Jesus, próximo à RMS) e em Camaçari, Lauro de Freitas e Salvador, na área metropolitana, relacionada à produção de embalagens e produtos de papéis. Enquanto que em Mucuri e Eunápolis, na microrregião de Porto Seguro, no Sul do Estado, essa indústria está ligada à fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel.

³⁴ Disponível em: < <http://www.tribunadabahia.com.br/2013/05/11/nova-fabrica-de-refrigerantes-gera-500-vagas-diretas-na-cidade-de-alagoinhas>>. Acesso em 14/01/2016.

Tabela 2.7 - Estados do Nordeste: Distribuição do Valor da transformação industrial de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, 2000-2007

Divisões de atividades a partir da CNAE 1.0	2000										2007								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Indústrias extrativas	1,3	1,2	0,7	54,4	5,3	1,2	0,5	37,5	6,2	18,0	1,9	0,9	52,7	5,8	0,6	2,0	49,7	4,9	
10 Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	
11 Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	X	47,7	-	X	0,2	37,3	4,9	-	-	X	42,9	X	-	1,7	43,4	3,2	
13 Extração de minerais metálicos	-	-	X	0,0	X	-	-	-	0,7	17,3	X	-	0,2	X	X	-	-	1,0	
14 Extração de minerais não metálicos	1,3	1,2	0,6	6,7	X	X	0,4	0,2	0,7	0,8	X	X	9,6	3,6	X	0,3	6,3	X	
Indústrias de transformação	98,7	98,8	99,3	45,6	94,7	98,8	99,5	62,5	93,8	82,0	98,1	99,1	47,3	94,2	99,4	98,0	50,3	95,1	
15 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	11,4	38,4	25,8	12,2	24,6	31,6	55,6	17,9	9,8	9,6	60,8	25,6	16,0	17,1	35,5	67,3	20,4	7,1	
16 Fabricação de produtos do fumo	X	X	X	X	0,0	X	0,7	0,6	0,2	X	X	0,0	-	1,4	-	0,2	0,1	0,2	
17 Fabricação de produtos têxteis	0,6	1,3	23,1	13,7	13,2	2,8	2,2	5,7	1,6	0,4	0,5	7,6	7,1	8,7	2,5	1,6	6,9	0,8	
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,1	10,7	6,1	8,0	2,4	3,4	0,1	0,7	0,6	0,4	2,8	8,5	8,2	0,7	2,0	0,1	0,9	1,0	
19 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,2	6,7	14,9	1,3	21,3	1,1	0,0	0,4	1,5	0,7	1,5	22,2	1,1	24,8	0,9	0,0	3,6	2,7	
20 Fabricação de produtos de madeira	3,8	0,5	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,4	0,2	1,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,1	0,2	
21 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,1	1,8	1,0	0,1	1,1	2,2	0,0	0,2	7,3	0,3	0,0	1,4	0,3	1,8	2,5	0,1	0,6	5,6	
22 Edição, impressão e reprodução de gravações	2,7	5,4	1,7	1,3	3,4	2,9	1,4	0,7	0,8	1,2	2,0	1,8	1,4	4,2	3,2	1,2	0,8	0,6	
23 Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	3,5	X	X	0,8	5,4	1,6	6,4	X	31,3	2,8	X	7,9	X	4,5	0,5	2,9	X	36,1	
24 Fabricação de produtos químicos	3,6	9,4	4,1	0,3	1,7	12,8	27,9	13,1	22,5	5,6	4,5	4,8	1,4	1,7	18,1	15,9	3,2	19,1	
25 Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,5	0,4	1,4	1,6	2,5	4,4	0,7	1,0	1,4	0,4	0,9	1,2	1,3	3,8	4,5	1,6	0,8	3,2	
26 Fabricação de produtos de minerais não metálicos	5,5	7,3	4,0	3,4	15,6	5,9	2,6	14,1	1,6	3,6	10,7	5,1	3,9	19,4	7,6	2,6	7,1	1,1	
27 Metalurgia básica	64,0	X	1,4	0,0	0,1	12,4	0,1	X	6,5	49,4	0,1	3,1	0,0	0,1	6,6	X	0,0	3,8	
28 Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	0,5	1,1	2,0	0,2	0,7	6,4	0,5	2,3	1,0	5,0	1,1	1,8	1,9	1,7	3,3	1,6	1,8	1,4	
29 Fabricação de máquinas e equipamentos	0,5	5,8	2,9	0,8	0,6	1,8	0,5	3,3	1,1	0,4	1,6	3,4	2,3	0,6	2,2	1,3	2,3	1,2	
30 Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	X	X	0,1	-	-	0,1	X	X	4,3	X	X	0,5	0,1	0,1	0,0	0,1	0,4	2,6	
31 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	X	0,6	0,1	0,1	4,7	X	X	1,1	0,1	X	0,8	0,1	0,3	3,5	0,1	0,1	1,3	
32 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	-	0,2	0,0	X	X	2,0	X	X	0,2	X	X	0,0	X	-	0,3	-	X	0,3	
33 Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	-	0,1	0,6	0,0	0,7	0,1	X	0,3	0,1	-	0,1	0,5	0,0	0,2	0,3	X	0,0	0,1	
34 Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,0	0,8	0,5	0,1	0,1	1,4	0,2	0,1	0,0	0,1	0,4	0,9	0,2	X	2,2	0,3	0,2	5,7	
35 Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,1	X	0,1	0,2	-	0,1	X	0,2	0,0	0,2	X	0,2	0,1	X	1,8	0,1	X	0,3	
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	1,2	4,3	1,7	1,4	0,7	0,7	0,1	0,4	0,6	0,5	3,6	1,3	1,4	1,7	1,7	0,4	0,6	0,7	
37 Reciclagem	X	-	0,0	X	X	X	-	X	0,0	0,1	X	0,1	0,1	1,2	0,2	-	0,0	0,0	
Outros	0,1	4,6	7,3	0,2	5,6	1,4	0,1	1,2	-	0,1	9,2	0,9	0,2	2,3	0,6	0,1	0,2	0,6	

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual - Empresa. Elaboração própria.

Nota: X = Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Tabela 2.8 - Estados do Nordeste: Distribuição do Valor da transformação industrial de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, 2007-2010

Divisões de atividades a partir da CNAE 2.0	2007									2010								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústrias extrativas	18,4	2,0	0,9	53,3	6,0	0,6	2,1	50,3	4,9	36,5	2,9	1,4	41,0	5,2	2,1	1,5	44,2	6,6
05 Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
06 Extração de petróleo e gás natural	-	-	-	37,5	-	-	X	X	2,5	-	-	-	22,8	X	X	X	X	3,2
07 Extração de minerais metálicos	17,6	X	-	0,2	X	-	-	-	1,0	35,0	X	X	0,1	X	-	-	-	1,3
08 Extração de minerais não metálicos	0,8	X	X	9,7	3,8	0,6	X	6,4	X	X	X	X	10,7	X	X	0,7	12,8	1,1
09 Atividades de apoio à extração de minerais	-	-	X	5,9	X	X	0,9	X	0,8	X	-	X	7,4	X	-	X	5,2	-
Indústrias de transformação	81,6	98,0	99,1	46,7	94,0	99,4	97,9	49,7	95,1	63,5	97,1	98,6	59,0	94,8	97,9	98,5	55,8	93,4
10 Fabricação de produtos alimentícios	5,0	27,4	16,5	13,4	13,5	26,9	63,3	12,1	4,9	12,1	21,6	14,7	11,0	12,4	28,3	62,6	10,3	7,2
11 Fabricação de bebidas	4,4	32,8	9,1	2,6	4,1	9,3	4,6	7,9	2,1	7,3	36,9	9,6	2,7	5,1	9,2	6,8	8,9	1,6
12 Fabricação de produtos do fumo	X	X	0,0	-	1,5	-	0,2	0,2	0,2	X	-	0,0	-	X	-	0,1	0,2	0,2
13 Fabricação de produtos têxteis	0,4	0,5	7,7	7,2	8,9	2,4	1,7	7,0	0,8	0,2	0,5	6,6	6,9	10,8	1,6	0,4	6,3	1,1
14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,4	3,0	8,7	8,3	0,7	2,0	0,1	0,9	0,8	1,1	2,7	10,2	8,6	1,7	2,2	0,1	3,3	1,5
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,7	1,5	22,6	1,1	25,5	0,9	X	3,6	2,8	0,4	0,7	23,0	0,0	29,4	0,8	0,1	4,0	3,3
16 Fabricação de produtos de madeira	1,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,1	0,2	0,6	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,4	0,1	1,4	0,3	2,3	2,5	0,1	0,6	5,6	0,2	0,0	1,6	0,1	1,6	2,9	1,0	0,3	6,8
18 Impressão e reprodução de gravações	0,2	1,3	0,6	0,6	2,8	1,4	0,2	0,2	0,2	0,9	1,5	0,5	0,5	2,3	1,3	0,6	0,4	0,3
19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	3,4	X	8,1	0,2	4,6	0,5	3,0	X	36,3	4,0	2,0	5,6	18,7	6,3	0,5	X	1,8	26,0
20 Fabricação de produtos químicos	4,4	2,7	3,3	1,3	1,6	17,8	14,6	3,3	19,0	5,8	2,6	2,8	1,5	1,2	11,3	13,3	2,7	15,2
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,2	1,5	1,6	X	X	0,6	X	X	0,1	-	1,1	1,9	X	X	0,4	X	X	0,1
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,4	1,0	1,2	1,3	3,7	4,6	1,6	1,0	3,2	0,4	1,5	1,5	1,2	4,6	5,1	3,3	0,6	3,8
23 Fabricação de produtos de minerais não metálicos	3,7	11,1	5,2	4,0	20,0	7,7	2,6	7,1	1,1	8,7	13,2	4,3	4,1	13,5	7,9	4,3	10,0	2,2
24 Metalurgia	50,3	0,1	3,1	0,0	0,1	6,6	X	0,0	3,8	17,9	3,2	4,0	0,0	0,2	6,7	0,2	0,0	6,8
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5,0	1,1	1,7	1,9	1,7	3,3	1,5	1,8	1,4	2,1	1,5	2,7	0,9	2,0	4,2	0,7	1,7	1,4
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	X	0,2	1,0	0,1	0,1	0,5	0,1	0,5	3,0	-	0,0	0,4	0,1	0,4	0,2	0,1	X	2,2
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	1,2	3,3	0,1	0,3	3,9	0,1	1,5	0,6	X	1,3	4,1	0,0	0,6	4,8	0,3	1,4	0,7
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	0,4	0,5	0,8	0,8	0,3	1,2	0,8	0,8	0,3	0,1	0,5	0,8	0,5	0,2	1,1	1,3	0,8	0,5
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,1	0,4	1,0	0,2	0,0	2,4	0,3	0,2	6,4	0,2	0,3	0,8	0,2	0,0	0,3	0,3	0,2	9,7
30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,1	X	0,3	0,0	X	1,9	0,1	X	0,3	0,0	X	0,7	0,0	X	5,6	0,1	X	0,0
31 Fabricação de móveis	0,5	3,4	1,1	0,4	1,3	1,6	0,2	0,5	0,4	0,8	3,0	1,1	0,5	1,4	1,8	0,2	2,1	0,7
32 Fabricação de produtos diversos	0,1	0,4	0,3	1,1	0,4	0,3	0,1	0,1	0,4	0,1	0,6	0,7	0,9	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3
33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,3	0,2	0,4	1,6	0,4	0,7	0,8	0,2	1,3	0,8	0,1	0,7	0,4	0,2	1,0	1,6	0,2	1,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual - Empresa. Elaboração própria.

Nota: X = Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Tabela 2.9 - Brasil, Nordeste e Estados: Distribuição (%) do emprego formal, por atividade econômica da indústria, 2010

Divisões de atividades da CNAE 1.0	Brasil	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO EMPREGO INDUSTRIAL		100,0	5,9	3,7	19,7	7,3	6,8	20,5	8,1	4,6	23,4
INDÚSTRIA - TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10:EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11:EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,5	0,6	0,1	0,0	0,1	2,6	0,0	0,0	0,1	4,1	0,9
13:EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	0,6	0,4	0,8	0,0	0,0	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	1,3
14:EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	0,8	1,1	0,7	1,0	0,7	4,1	0,9	0,7	0,4	1,9	1,1
15:FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	14,4	18,6	6,9	12,2	11,7	13,0	14,9	26,4	65,6	10,8	9,7
16:FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,7	0,1
17:FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	3,3	3,5	0,4	0,5	5,5	7,0	8,1	1,8	0,5	5,9	2,8
18:CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	6,4	7,2	0,8	7,3	16,0	18,6	3,6	5,9	0,5	3,4	3,2
19:PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS DE VIAGEM E CALÇADOS	4,0	8,0	0,7	0,7	20,3	0,7	12,7	0,8	0,1	7,9	10,8
20:FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	1,9	0,5	1,0	0,5	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	0,7	0,7
21:FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	1,6	0,9	0,3	0,1	0,9	0,3	1,0	1,4	0,1	0,5	1,5
22:EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	2,2	1,5	1,8	1,7	1,7	1,5	2,3	1,5	0,8	1,5	1,4
23 E 24:FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO, ELABORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NUCLEARES E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS ¹	5,0	4,3	4,8	3,2	2,5	4,8	6,2	4,9	3,2	6,1	4,5
25:FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO	4,2	2,5	0,8	1,5	1,9	1,3	3,6	2,8	1,8	1,7	3,8
26:FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	3,9	4,6	7,4	7,6	3,6	5,8	6,2	4,7	1,3	5,8	4,4
27:METALURGIA BÁSICA	2,4	0,9	3,4	0,2	1,1	0,1	0,2	1,0	0,1	0,2	1,1
28:FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5,0	2,5	1,6	2,4	3,2	2,4	2,0	2,4	0,8	1,4	3,2
29:FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4,9	1,3	1,4	0,6	1,2	0,9	0,8	1,3	0,8	1,6	1,7
30:FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	0,5	0,2	0,0	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	0,3	0,5
31:FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	1,9	0,7	0,2	0,2	0,6	0,2	0,1	1,3	0,0	0,2	1,0
32:FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3
33:FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSTRUMENTAÇÃO MÉDICOHOSPITALARES, INSTRUMENTOS DE PRECISÃO E ÓPTICOS, EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, CRONÔMETRO	0,7	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	0,1
34:FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	4,5	0,8	0,4	0,4	0,7	0,3	0,1	0,6	0,1	0,4	1,9
35:FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	1,0	0,5	0,1	1,4	0,6	0,0	0,0	1,6	0,1	0,3	0,1
36:FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	3,2	1,9	1,9	2,7	2,3	1,5	2,0	1,9	0,6	2,6	2,0
37:RECICLAGEM	0,3	0,2	0,1	0,0	0,3	0,1	0,5	0,2	0,1	0,2	0,3
40:ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA QUENTE	1,1	1,3	1,5	2,8	0,6	0,8	2,5	1,4	1,2	2,3	1,3
41:CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1,1	1,4	3,0	2,4	0,6	1,7	3,1	1,2	1,1	1,9	1,2
45:CONSTRUÇÃO	23,6	33,9	59,9	50,2	23,0	31,2	28,0	35,7	20,6	37,5	39,0

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Devido a presença de algumas inconsistência nos dados de 2010 da fabricação de produtos químicos, com usinas de cana aparecendo nesses dados, optou-se por analisar essa categoria em conjunto com a de produção de álcool.

2.4 Dinâmica do terciário – o avanço do comércio e dos serviços de educação e saúde

Apesar das importantes transformações observadas na agropecuária e da retomada do investimento industrial na região, foi no setor de serviços que ocorreu o principal dinamismo da atividade econômica³⁵, com taxa média de crescimento anual do valor adicionado de 5,9% entre 2000 e 2010 – acima da média nacional de 4,6% ao ano (**Tabela 2.2**). Esse setor também foi responsável por ¾ das novas vagas geradas com carteira assinada na economia regional nesse período, com uma ampliação de 6,1% ao ano do emprego formal (**Tabela 2.1**). O terciário respondia sozinho por 69,1% do valor adicionado setorial nordestino e 75,9% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2010, além de ser responsável por 7,5 em cada 10 empregos gerados no Nordeste na primeira década do século XXI.

³⁵ Em relação as atividades terciárias, Anita Kon destaca que “a evolução das ideias teóricas sobre os serviços como exercendo um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico tomaram impulso maior desde os anos 1970. A partir da evolução econômica mundial nas áreas da produção, distribuição e aquisição de bens e serviços, novos conceitos e metodologias de mensuração surgiram, ante a necessidade de avaliação mais adequada do fenômeno. A reestruturação na composição das atividades produtivas das economias de diferentes níveis de desenvolvimento foi associada à velocidade e ao grau de inovação tecnológica nos processos produtivos e organizacionais, principalmente ligados ao setor de serviços, mais especificamente nos campos da telemática, e outros processos de telecomunicações, serviços de informática, relacionados à transferência de informação e conhecimento. Além disso, a relevância dos serviços no comércio internacional foi observada através da experiência tanto das economias modernas como das menos avançadas, bem como o impacto sobre o desenvolvimento local e regional destas economias. (...) A literatura mostra que as atividades de serviços não são apenas dependentes da demanda de atividades manufatureiras, pois mantêm transações com todas classes de atividades econômicas e detêm áreas próprias de mercado que se estendem além da localidade em que se inserem, incluindo mercados internacionais. A contribuição dos serviços no desenvolvimento das economias tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, porém é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte de geração de empregos na atualidade” (KON, 2007, p.144-145). Em outro texto, partindo dos autores Joseph Alois Schumpeter e Ronald Coase, Kon complementa sua visão teórica e aponta que: “A interpretação das ideias de Coase e Schumpeter permite a observação de que a modernização das atividades de serviços, no contexto atual concorrencial das empresas, deve ser visualizada como um novo estágio de transformações estruturais, que tornam estas atividades indutoras do processo de desenvolvimento econômico. O papel dos serviços é mais do que atuar na complementação das atividades manufatureiras, mas antes de tudo é um pré-requisito para o desenvolvimento, ao intensificar a capacidade de inovação, produção, circulação, distribuição e regulação das atividades produtivas no contexto econômico. Assim sua provisão adequada, tanto no ambiente interno quanto externo das firmas, torna-se então um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias” (KON, 2013, p. 84). Entretanto, é importante definir os tipos de serviços e atividades terciárias que são desenvolvidas e as significativas diferenças entre os serviços prestados nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como é apontado pela teoria, os ramos de serviços mais relacionados ao consumidor final (serviços prestados às famílias, serviços de manutenção e reparação) tendem a demonstrar produtividade e salários comparativamente menores em comparação com os serviços mais intensivos em capital ou tecnologia (alguns segmentos de transportes, telecomunicações, tecnologia da informação e comunicação, serviços auxiliares financeiros, compra, venda e aluguel de imóveis próprios). Quando analisados os serviços por intensidade de conhecimento, destaca-se que aqueles mais intensivos em conhecimento são os mais produtivos e com maiores salários e remunerações (SILVA et al., 2016). Todavia, enquanto as economias desenvolvidas conseguem aumentar o grau de especialização e inovação de suas economias terciárias, o que permitiria uma alusão maior a uma teoria dos serviços como indutora de desenvolvimento; nas economias em desenvolvimento, como na brasileira, as atividades terciárias com maior peso estão nos ramos de serviços mais relacionados ao consumidor final e na administração pública, o que limita a capacidade de indução do desenvolvimento gerada por esse setor.

Em termos setoriais, destaca-se a forte expansão do emprego formal no comércio da região de 8,1% ao ano entre 2000 e 2010, com crescimento de todos os seus subsetores, em especial, do comércio atacadista que se ampliou a 8,6% a.a., seguido pelo comércio varejista (8,0% ao ano) e pelo comércio e reparação de veículos (7,9% a.a.). Já o setor de serviços, o principal empregador na região e no país, apresentou um crescimento médio anual dos trabalhadores com carteira assinada de 5,6%. Entre as atividades dos serviços que apresentaram maior incremento do emprego, ressaltam-se: aluguel de veículos, máquinas e equipamentos; atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades de informática e serviços relacionados; serviços prestados principalmente às empresas; serviços domésticos; alojamento e alimentação; serviços pessoais; e de educação (**Tabela 2.10**). Ressalta-se, assim, que o crescimento do emprego esteve fortemente relacionado: i) à retomada da atividade econômica da região, com ampliação de diversos serviços para empresas; e ii) à melhoria da renda média, que amplia os serviços pessoais, de alojamento e alimentação, emprego doméstico, bem como os serviços de educação e saúde privada.

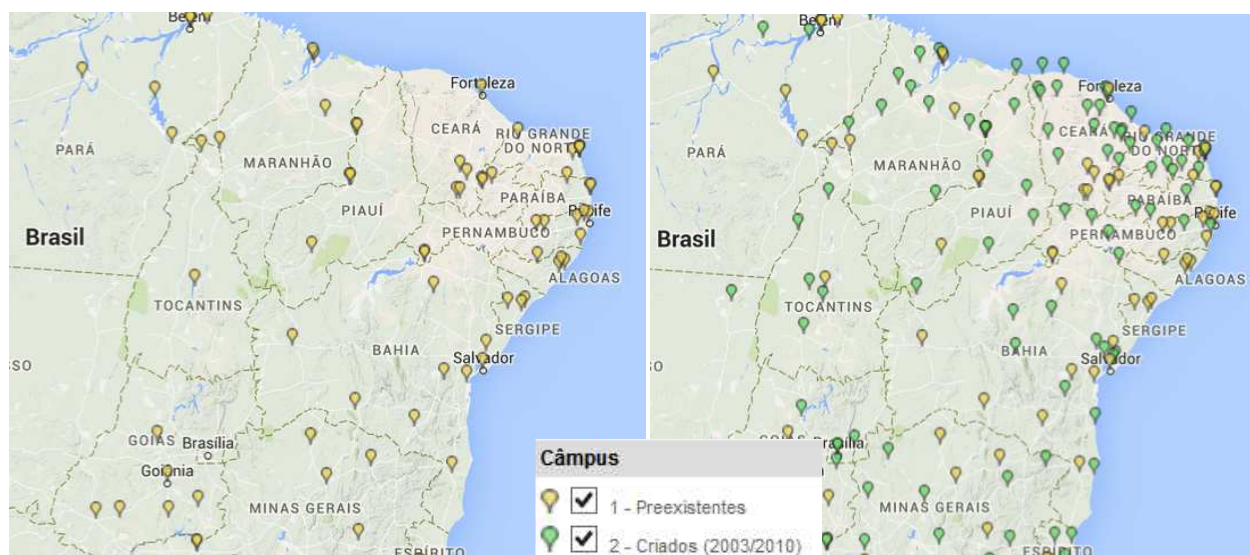
Todavia, quando se observa a distribuição dos trabalhadores formais em 2010, verifica-se que ainda mais de 40% dos empregos do terciário no Nordeste estão ligados às administrações públicas federais, estaduais e municipais (**Tabela 2.11**). Em seguida aparecem o comércio varejista, que ocupa quase 16% dos trabalhadores do terciário na região; os serviços prestados às empresas (9,6% dos empregos formais desse setor); e os serviços de educação, saúde e serviços sociais (8,9%). Nos serviços de educação e saúde e serviços sociais o setor privado continuava sendo o principal empregador, apesar do importante crescimento dos empregos formais no setor público desses serviços na região.

Em relação à dinâmica dos serviços educacionais, evidencia-se a importante expansão da oferta de novas vagas no ensino profissional de nível técnico, tecnológico e superior. O Nordeste seguiu a dinâmica brasileira de ampliação e interiorização desses serviços, tanto no âmbito público quanto no privado. De acordo com a sinopse da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação, havia 54.837 matrículas e 196 estabelecimentos³⁶ de educação profissional de nível técnico na região em 2002. Já em 2013 observa-se que essa oferta se ampliou em mais que o dobro, com 144.946 matrículas e 558 estabelecimentos, dos quais 134 eram federais, 115 estaduais, 8 municipais e 301 privados. Ressalta-se, ainda, que a ampliação do ensino profissional de nível técnico ocorreu, não apenas nas modalidades concomitantes e/ou subsequentes, mas também na educação integral e à distância.

³⁶ Estabelecimentos em atividade e que oferecem educação profissional concomitante e/ou subsequente, segundo MEC/Inep/Deed.

No que se refere à rede federal de ensino profissional e tecnológico, a rede de Institutos Federais, antigas escolas técnicas, é a mais representativa. Segundo o Ministério da Educação, a Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica “ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefet’s, 25 escolas vinculadas a Universidades e uma Universidade Tecnológica”³⁷. O crescimento dos atuais Institutos Federais³⁸ no Nordeste ao longo dos anos 2000 pode ser observado a partir da **Figura 2.3**, que mostra que existiam 49 campi de Cefets, Uneds, escolas agrotécnicas, escolas técnicas federais e escolas vinculadas às universidades em 2002, chegando a 117 Institutos Federais em 2010, além de 77 que ainda estavam previstos para serem implementados na região (ARAÚJO, 2015, p. 172).

Figura 2.3 – Nordeste: Expansão geográfica dos Institutos Federais



Fonte: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/>.

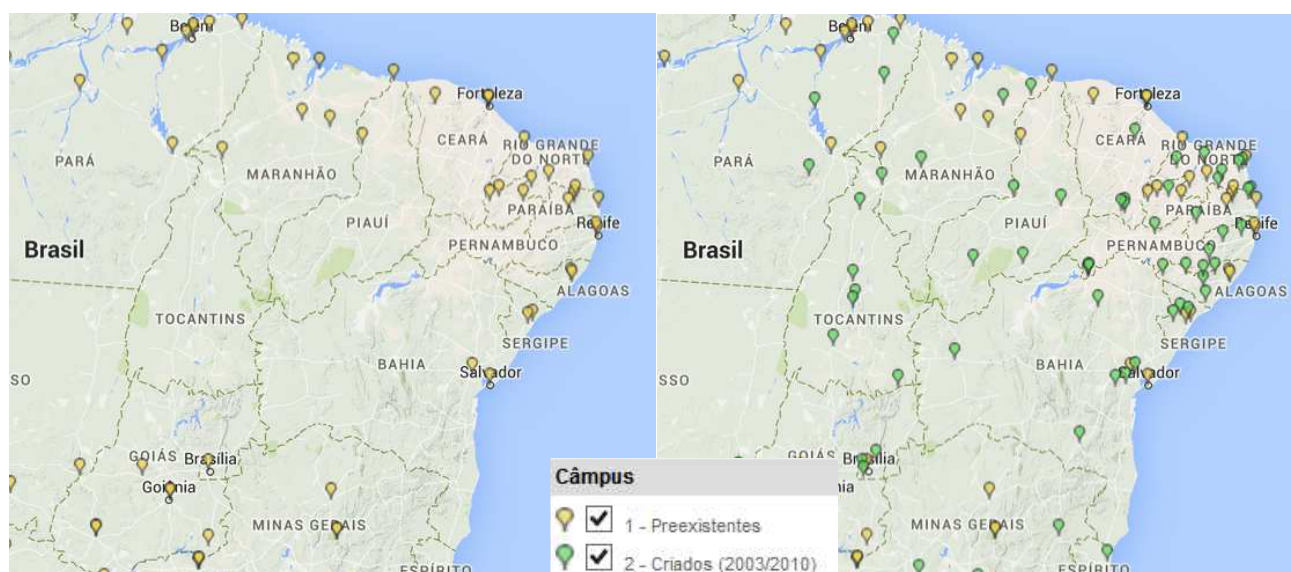
A educação superior seguiu o mesmo caminho de forte incremento na oferta. De acordo com os dados da sinopse da educação superior, também elaborada pelo INEP-MEC, havia 542.409 matrículas em cursos de graduação presenciais e 256 em instituições de educação superior em 2002. Essa oferta cresceu para 1.287.552 matrículas em cursos de graduação presenciais e 446 instituições em 2013. Acentua-se que na educação superior houve ampliação da oferta nos cursos presenciais, e também na graduação à distância e na pós-graduação.

³⁷ <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

³⁸ “Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Disponível em: < <http://redefederal.mec.gov.br/historico> >. Acesso em 17 de julho de 2016.

Em relação ao avanço das instituições de ensino superior, além da importante expansão da rede de ensino privado, também se identifica que uma parcela desse processo se deu através da ampliação das universidades federais (**Figura 2.4**), especialmente em direção ao interior. Até 2002, as universidades federais estavam bastantes concentradas nas capitais e, consequentemente, no litoral. Mas, ao longo dos anos 2000, é possível observar a criação de diversas universidades no interior no Nordeste. De 30 campi de universidades federais existentes em 2002 na região, amplia-se para 73 em 2010, e ainda havia a previsão de mais 16, de acordo com informações do MEC (ARAÚJO, 2015, p. 173).

Figura 2.4 – Nordeste: Expansão das Universidades Federais



Fonte: MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao/>.

No que se refere à dinâmica regional do setor terciário, ressalta-se, inicialmente, que o Maranhão apresentou a maior taxa média de crescimento do emprego formal no terciário, entre 2000 e 2010, na região, com incremento de 8,0% ao ano. Em seguida, aparecem Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas – todos com expansão do trabalho no terciário acima da média regional de 6,1% ao ano, nesse período (**Tabela 2.10**). Entretanto, quando se observa a participação regional do trabalho no terciário, verifica-se que a Bahia e Pernambuco detém 27,2% e 18,8% do emprego nesse setor. O Ceará também é um importante empregador, com 16% do total de postos de trabalho do terciário nordestino em 2010. Em relação à distribuição do emprego formal no terciário, destaca-se ainda que a administração pública e o comércio varejista são os principais empregadores em todos os Estados do Nordeste. A participação da administração pública nos postos de trabalho com proteção social no terciário que era, em média, de 28% no Brasil, chegava a 41% na média do Nordeste em 2010, variando de 37,2% dos empregos formais no terciário Baiano a 54,6% no terciário da Paraíba (**Tabela 2.11**).

O Maranhão foi a unidade federativa nordestina que apresentou maior crescimento dos postos de trabalho com carteira assinada, cerca de 8% ao ano, entre 2000 e 2010. Entre as atividades que exibiram maiores taxas de incremento do emprego nos serviços, destacam-se: aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; atividades imobiliárias; serviços prestados às empresas; e alojamento e alimentação, influenciados pelos importantes investimentos que o Estado recebeu. Houve também uma expansão do emprego formal no comércio de pelos menos 10 % ao ano entre 2000 e 2010. Esse subsetor representava 23% dos trabalhos com carteira assinada no terciário do Estado. Destaca-se o forte crescimento de quase 30% ao ano do emprego formal no comércio nas microrregiões de Chapadas das Mangabeiras, no cerrado, e dos Lençóis Maranhenses, no litoral. Uma ligada à expansão da fronteira agrícola e outra ao turismo. A microrregião de Gurupi, na Amazônia legal, no litoral e já na divisa com o Pará, também apresentou forte incremento do emprego formal no comércio, sobretudo o varejista, e nos serviços de intermediação financeira e administração pública, em uma região que tem uma atividade econômica mais voltada para a agropecuária, extração de minerais e fabricação de produtos de madeira. Todavia, como é possível observar através dos dados da **Tabela 2.11**, praticamente metade dos postos de trabalho com carteira assinada do terciário maranhense situavam-se na administração pública, dos quais 4 em cada 10 trabalhavam em São Luís. A capital também concentrava quase 63% do emprego formal do terciário estadual em 2010. Mas alguns outros Municípios merecem destaque como polos regionais de comércio e serviços, tais como Imperatriz, no oeste do Maranhão; Caxias e Timon, na microrregião de Caxias, no Leste do Estado; e Balsas, na microrregião de Gerais de Balsas, no Sul maranhense.

O Piauí apresentou incremento do emprego formal no terciário próximo à média regional nesse período. Os subsetores que apresentaram forte ampliação dos postos de trabalho com carteira assinada foram: aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; serviços prestados às empresas; e o comércio como um todo, especialmente o atacadista. Diferentemente do Maranhão, observa-se também uma significativa ampliação das vagas de trabalho nos serviços de educação, saúde e serviços sociais e limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas (**Tabela 2.10**). Esses três subsetores já representavam 12,2% do emprego formal do terciário em 2010 no Piauí, mas também nesse Estado a administração e o comércio varejista continuavam sendo os principais empregadores (**Tabela 2.11**). As três microrregiões que apresentaram maior expansão no trabalho formal no Piauí foram as ligadas à expansão do agronegócio na região, no cerrado do Estado: Alto Parnaíba Piauiense, seguida pelas Chapadas do Extremo Sul Piauiense e pelo Alto Médio Gurguéia, todas com incremento médio anual do emprego no terciário acima dos 14%, entre 2000 e 2010. Todavia, ainda há uma forte concentração das atividades terciárias na microrregião de Teresina, que ocupa 66,8% dos trabalhadores formais do

terciário. Outras regiões e Municípios também se sobressaem como polos regionais de comércio e serviços no Estado, como Picos, no Sudeste piauiense; Floriano, no Sudoeste do Estado; e o Município de Parnaíba, na microrregião do Litoral Piauiense.

O Ceará expôs a segunda maior taxa de crescimento do emprego formal no terciário, entre 2000 e 2010, entre as unidades federativas da região. A taxa de incremento do emprego formal foi mais significativa nas atividades ligadas às empresas, tais como aluguel de veículos, máquinas e equipamentos; atividades de informática; e serviços relacionados e serviços prestados principalmente às empresas. Mas o Estado também exibiu uma importante ampliação nas vagas relacionadas às atividades de serviços pessoais e domésticos, fortemente influenciada pelo aumento da renda média regional. Contudo, em termos de distribuição do emprego no terciário, a atividade mais representativa entre elas era a dos serviços prestados às empresas, que tinha uma participação de 6,1% no total do emprego formal do terciário no Ceará. Seguindo a tendência de todos os Estados da região, a administração pública e o comércio varejista também eram os principais empregadores do terciário cearense (com cerca de 61% dos trabalhadores desse setor em 2010). Apenas Fortaleza concentra 56,5% dos empregos do terciário estadual; considerando a Região Metropolitana de Fortaleza essa participação sobe para 69%. Os Municípios de Juazeiro do Norte e do Crato, no Cariri Cearense, e Sobral, no noroeste do Estado, são outros tradicionais polos regionais de comércio e serviços.

O Rio Grande do Norte também obteve uma expansão do emprego formal no terciário próximo à média regional. Esse crescimento dos postos de trabalho com carteira assinada seguiu também na direção dos serviços às empresas, serviços pessoais e domésticos. Mas, esse Estado apresentou também um expressivo crescimento dos serviços imobiliários e das atividades de limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas. A ampliação dos serviços imobiliários está relacionada com a expansão urbana por que diversas cidades potiguares passaram nesse período, com destaque para os municípios de Açu, no Vale do Açu; Caicó, no Seridó Ocidental; Ceará-Mirim e Nísia Floresta, na microrregião de Macaíba; Tibau do Sul, onde se localiza Pipa e outras praias, no Litoral Sul potiguar; Mossoró; e toda a microrregião de Natal, em especial Natal e Parnamirim. As atividades de limpeza urbana e esgotamento, por sua vez, concentraram-se na capital e no seu entorno. Apesar dos maiores empregadores continuarem sendo a administração pública e o comércio varejista – que representam 58,7% do emprego no terciário potiguar em 2010 –, vale ressaltar a importância das atividades de alojamento e alimentação no Estado, ocupando quase 5% dos trabalhadores do terciário (**Tabelas 2.10 e 2.11**). A capital, Natal, responde sozinha por 57,7% de todos os empregos gerados no terciário estadual. Outra importante região de serviços no Estado é a microrregião de Mossoró. Mas as microrregiões do Litoral Sul, Vale do Açu, Macaíba e Macau também exibiram importante crescimento médio anual dos postos de trabalho no terciário acima dos 9%, entre 2000 e 2010.

A Paraíba foi a unidade federativa do Nordeste que expressou a menor taxa de crescimento médio anual do emprego com proteção social no terciário nordestino, nesse período. Entre as atividades que apresentaram maior incremento no número de postos de trabalho, destacam-se: o aluguel de veículos, máquinas e equipamentos; o comércio atacadista; e os serviços educacionais. A Paraíba sempre ostentou uma importante rede de ensino capitalizada em diversos pontos do território, como é possível observar através das **Figuras 2.3 e 2.4**, e também se favoreceu das políticas federais de estímulo e interiorização do ensino técnico, tecnológico e superior ao longo dos anos 2000, bem como da expansão da rede particular de ensino. Os municípios de Cajazeiras e Sousa, no sertão paraibano, atuam como centro sub-regional de comércio e serviços diversificados, com destaque para os serviços educacionais (DANTAS E CLEMENTINO, 2013). Cajazeiras, por exemplo, que recebeu diversos investimentos na área educacional, como a ampliação do Instituto Federal da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a criação de uma universidade particular de medicina, é um dos exemplos do importante crescimento da educação no Estado. Mas existem outros polos regionais importantes de educação na Paraíba nas regiões de João Pessoa; Campina Grande e Guarabira, no agreste; e Patos, Sousa e Cajazeiras, no Sertão paraibano. Em termos de distribuição espacial do emprego, João Pessoa respondia por metade dos postos de trabalho do terciário paraibano em 2010. O emprego também era fortemente concentrado em termos setoriais, com a administração pública representando 54,6% das vagas do terciário estadual – a maior participação entre os Estados da região Nordeste.

Pernambuco também apresentou um incremento médio do emprego formal abaixo da média regional para o período de 2000 e 2010. As atividades que apresentaram maior expansão nos postos de trabalho no terciário foram as de: aluguel de veículos, máquinas e equipamentos; serviços prestados às empresas; serviços pessoais e comércio atacadista. O Estado de Pernambuco é o que apresenta o menor peso relativo da administração pública no emprego formal do terciário regional, cerca de 35%, o que aponta para uma maior diversificação do terciário estadual, com destaque para os serviços especializados; serviços de transportes, correios e telecomunicações; e serviços prestados às empresas. Em termos de distribuição regional dos postos de trabalho com carteira assinada no terciário local, a Região Metropolitana do Recife, que além da capital e entorno contempla a área do Complexo Industrial Portuário de Suape, concentrava 2/3 dos ocupados formais no terciário do Estado. O importante volume de investimentos em Suape também se converteu em uma maior demanda por serviços na região, que apresentou um incremento do emprego formal no terciário de 12,2% ao ano na primeira década do século XXI. Outros polos tradicionais de serviços e comércio no Estado são as microrregiões do Vale do Ipojuca, onde ficam os municípios de Gravatá, Caruaru, Bezerros, Belo Jardim, Pesqueira, entre outros; e de Petrolina. Destacam-se ainda os Municípios de Santa Cruz do

Capibaribe e Toritama, na microrregião do Alto Capibaribe, que em conjunto com Caruaru são um importante polo de indústria e comércio de confecções.

Alagoas exibiu um incremento do emprego formal no terciário próximo à média regional, entre 2000 e 2010. As atividades que demonstraram maiores taxas de crescimento dos postos de trabalho com proteção social nos serviços foram: aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; atividades de informática e serviços relacionados; limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas; e serviços pessoais. Entretanto, esses quatro segmentos em conjunto representam apenas 2% dos empregados no terciário estadual em 2010. O comércio varejista apresentou expansão média anual das vagas formais de 9% ao ano entre 2000 e 2010 e era o segundo maior empregador no Estado, respondendo por 16,3% dos empregados formais do terciário em 2010. A administração pública continuava sendo a principal contratante no terciário de Alagoas, bem como de todos os outros Estados nordestinos. Além de Maceió, que respondia sozinho por quase 60% das vagas com proteção social no comércio e serviços do Estado em 2010, destacam-se também as microrregiões de Arapiraca, São Miguel dos Campos e da Mata Alagoana. Na microrregião de Arapiraca, o município de Arapiraca é um importante polo de comércio, mas também de serviço para o agreste do Estado. A Mata Alagoana ainda tem sua estrutura econômica muito relacionada ao cultivo da cana de açúcar, o que, ao longo do tempo, foi construindo cidades e demandando serviços. Contudo, 80% dos empregos formais do terciário da Mata Alagoana estão em atividades da administração pública. Já São Miguel dos Campos é uma microrregião litorânea também com forte presença da indústria da cana-de-açúcar, mas também com forte potencial turístico.

Sergipe ostentou uma taxa de expansão dos postos de trabalho com previdência social de 5,6% ao ano, abaixo da média regional de 6,1% a.a., porém acima da média nacional de 5,4% ao ano. Da mesma maneira que outros Estados, Sergipe também apresentou importante expansão do emprego no comércio, especialmente o atacadista, e em serviços de aluguel, informática, limpeza urbana e esgoto e serviços pessoais. Todavia, da mesma forma que o Piauí, Sergipe também demonstrou um expressivo incremento nos serviços de saúde e serviços sociais. Esses serviços em 2010 já representavam 7,7% dos trabalhadores com carteira assinada do terciário estadual, apesar de estarem fortemente concentrados na microrregião de Aracaju. A capital é, de fato, o principal polo empregador formal do terciário estadual, respondendo por 62,3% desses empregos em 2010. O Agreste de Itabaiana e a parte Sergipana do Sertão do São Francisco – na divisa com Alagoas o vale do São Francisco baiano – são duas microrregiões que também se destacam em termos de comércio e serviços no Estado. Na região do agreste, Itabaiana é um importante polo regional de comércio e serviços; já no Sertão do São Francisco Sergipano, além do peso da administração pública, aparecem também atividades ligadas ao comércio, prestação de serviços às empresas e ao turismo nas margens

do rio São Francisco, que também é utilizado para geração de energia no Município de Canindé do São Francisco.

A Bahia, apesar de ter perdido peso relativo em relação ao emprego no terciário na região nordeste ao longo dos anos 2000, continua sendo a principal unidade federativa do Nordeste na geração de vagas formais de trabalho no terciário, com uma participação de 27,2% do total, em 2010. Na Bahia foi onde se observou a menor participação do emprego público no terciário, entre todos os Estados do Nordeste, cerca de 37% em 2010. Ressalta-se, também, o importante incremento de 10% ao ano nos postos de trabalho ligados à pesquisa e desenvolvimento no Estado, principalmente em Salvador e Juazeiro. Em termos intrarregionais, a Bahia apresenta diversos polos regionais de comércio e serviços espalhados ao longo do território, com importantes áreas turísticas, também, com destaque para os polos das regiões de Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Porto Seguro e Vitória da Conquista. Entre 2000 e 2010, em termos de expansão dos postos de trabalho com carteira assinada no terciário também vêm se sobressaindo as regiões de Cotegipe, Barreiras e Santa Maria da Vitória, nos cerrados baiano. Ressalta-se, ainda, que a área metropolitana apresenta o menor peso relativo em termos de participação no total do emprego formal do terciário, cerca de 53%.

Por fim, em termos intrarregionais, dois movimentos podem ser evidenciados. Primeiro, a expansão da fronteira agrícola para os cerrados nordestinos também foi acompanhada do crescimento de diversas cidades e da oferta e demanda por serviços. Das cinco microrregiões que apresentaram as maiores taxas anuais de incremento do emprego formal no terciário, quatro estavam nos cerrados: Cotegipe, no Extremo Oeste baiano; Alto Parnaíba Piauiense, no Sudoeste do Estado já na divisa com o Maranhão; e Porto Franco e Chapadas das Mangabeiras, no Sul Maranhense. Houve forte ampliação da geração de postos de trabalhos formais nos serviços prestados às empresas e nos serviços de alojamento e alimentação, principalmente nos cerrados do Maranhão e Piauí (ARAÚJO, 2015).

Segundo, e em contraponto ao dinamismo dos cerrados, evidencia-se um baixo incremento dos empregos formais no terciário nas áreas metropolitanas. Apenas a Região Metropolitana de Fortaleza não apresentou perda de peso relativo entre 2000 e 2010 na participação do terciário, mantendo-se em cerca de 11% do total. Tanto as metropolitanas do Recife e de Salvador demonstraram queda na participação nesse período, o que reafirma o importante processo de interiorização do emprego formal nas atividades de comércio e serviços nesses Estados e na região. Contudo, cerca de 38% do estoque total de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no terciário do Nordeste estava situado apenas nessas três áreas metropolitanas em 2013. As três principais regiões metropolitanas do Nordeste também continuam sendo importantes centros de serviços especializados na região (ARAÚJO, 2015).

Tabela 2.10 - Brasil, Nordeste e Estados: Taxa média de crescimento anual do emprego formal, por atividade econômica no terciário, 2000/2010

Divisões de atividades da CNAE 1.0	Brasil	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
TERCIÁRIO - TOTAL	5,4	6,1	8,0	6,2	6,8	6,3	5,5	5,6	6,2	5,6	5,8
COMÉRCIO	7,0	8,1	10,6	8,8	8,4	9,4	8,6	7,7	8,6	6,8	7,1
50:COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	6,5	7,9	9,8	8,9	8,9	8,6	8,1	7,0	7,7	7,6	7,3
51:COMÉRCIO POR ATACADO E REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO	7,2	8,6	12,0	11,8	7,3	8,6	10,7	9,6	7,7	9,0	6,8
52:COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	7,1	8,0	10,5	8,1	8,6	9,7	8,4	7,3	9,0	6,3	7,1
SERVIÇOS	4,9	5,6	7,4	5,5	6,4	5,5	4,9	5,1	5,6	5,3	5,4
55:ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	6,8	7,6	10,3	9,6	7,3	8,6	8,3	6,7	8,4	8,0	7,4
60 a 64: TRANSPORTES, CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	5,2	4,3	5,8	4,1	4,2	3,8	1,9	3,7	5,2	4,3	4,6
65 a 67: INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	3,5	4,0	4,1	5,2	4,7	4,8	5,3	4,9	5,5	4,4	2,0
70:ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	5,1	6,6	12,0	3,6	4,8	10,1	6,4	5,5	8,0	6,3	7,3
71:ALUGUEL DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM CONDUTORES OU OPERADORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	13,8	15,6	23,2	25,4	18,2	22,5	17,6	13,6	19,3	18,7	11,5
72:ATIVIDADES DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS RELACIONADOS	8,3	8,0	8,0	1,8	14,0	13,2	5,3	6,4	15,9	13,2	5,7
73:PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	5,4	2,3	-10,0	-3,7	1,7	-16,6	3,2	1,2	2,6	-5,9	11,5
74:SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS	5,5	8,0	11,0	12,5	9,8	8,5	6,5	9,0	6,0	5,9	6,1
75:ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	4,3	5,0	7,6	3,9	6,1	4,2	4,8	3,7	5,1	4,2	5,2
80:EDUCAÇÃO	5,1	7,1	5,1	10,5	5,8	9,2	10,1	7,3	5,3	7,5	6,3
85:SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	4,8	5,3	4,4	11,2	3,2	6,7	1,8	5,4	5,3	8,6	5,4
90:LIMPEZA URBANA E ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	5,6	5,4	8,3	14,7	0,8	24,1	-7,4	4,7	17,4	13,9	4,9
91:ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	4,0	3,9	2,9	5,2	6,0	-3,0	-0,7	2,7	5,4	3,7	5,1
92:ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS	3,5	5,0	3,8	1,6	7,7	7,3	6,1	3,7	4,8	2,7	4,8
93:SERVIÇOS PESSOAIS ¹	5,2	7,2	9,9	8,3	12,5	11,5	9,7	10,0	12,2	10,6	1,4
95:SERVIÇOS DOMÉSTICOS	3,2	8,7	8,0	9,6	10,5	14,4	1,0	6,8	5,2	1,9	10,1
99:ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	16,5	30,3	-100,0	-	7,2	-	-5,7	-8,0	-	-	69,5

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Serviços pessoais de: lavanderias e tinturarias; cabeleireiros e outros tratamentos de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; atividades de manutenção do físico corporal; e outras atividades de serviços pessoais.

Tabela 2.11 - Brasil, Nordeste e Estados: Distribuição (%) do emprego formal, por atividade econômica no terciário, 2010

Divisões de atividades da CNAE 1.0	Brasil	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO EMPREGO NO TERCIÁRIO		100,0	8,5	5,1	16,0	7,2	7,4	18,8	5,3	4,6	27,2
TERCIÁRIO - TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
COMÉRCIO	26,2	22,5	23,0	23,2	21,5	23,4	18,6	23,2	22,6	20,1	23,5
50:COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	3,9	3,3	3,3	3,7	3,1	3,6	2,9	3,2	3,2	3,2	3,4
51:COMÉRCIO POR ATACADO E REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO	4,3	3,5	3,8	4,3	3,2	3,3	3,0	4,2	3,0	2,4	3,5
52:COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	18,0	15,7	15,9	15,3	15,2	16,5	12,7	15,7	16,3	14,5	16,6
SERVIÇOS	73,8	77,5	77,0	76,8	78,5	76,6	81,4	76,8	77,4	79,9	76,5
55:ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	4,8	4,0	2,5	2,6	3,7	4,9	2,7	4,4	4,4	3,9	4,8
60 a 64: TRANSPORTES, CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	7,2	4,7	4,7	3,4	4,1	3,7	2,9	5,3	4,2	4,3	6,0
65 a 67: INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	2,5	1,5	1,1	1,5	1,7	1,2	1,3	1,6	1,3	1,6	1,4
70:ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	2,6	2,3	1,4	1,0	2,1	2,4	2,3	2,8	1,6	1,9	2,6
71:ALUGUEL DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM CONDUTORES OU OPERADORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	0,5	0,6	0,4	0,3	0,8	0,9	0,2	0,6	0,4	0,6	0,6
72:ATIVIDADES DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,2	0,5	0,2	0,2	0,7	0,5	0,5	0,6	0,4	0,6	0,6
73:PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
74:SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS	12,0	9,6	7,0	6,1	11,5	7,3	4,1	13,3	5,9	7,7	10,4
75:ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	28,0	41,0	49,6	45,6	39,9	42,2	54,6	34,9	45,5	43,0	37,2
80:EDUCAÇÃO	4,7	4,7	3,0	6,1	4,7	5,9	6,6	4,5	4,8	5,4	4,0
85:SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	5,2	4,2	3,0	5,6	3,4	4,1	3,3	4,6	3,9	6,6	4,4
90:LIMPEZA URBANA E ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	0,5	0,5	0,4	0,5	0,3	0,7	0,3	0,7	0,5	1,0	0,5
91:ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	2,8	2,4	2,8	2,6	3,6	1,2	1,3	2,1	2,8	1,7	2,2
92:ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS	1,1	0,7	0,6	0,6	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7
93:SERVIÇOS PESSOAIS ¹	0,6	0,6	0,3	0,4	0,8	0,6	0,4	0,6	0,7	0,6	0,7
95:SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
99:ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Serviços pessoais de: lavanderias e tinturarias; cabeleireiros e outros tratamentos de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; atividades de manutenção do físico corporal; e outras atividades de serviços pessoais.

2.5 A ampliação das Políticas Públicas Nacionais e mudanças no Nordeste

A ampliação e consolidação das políticas públicas, predominantemente as políticas macroeconômicas, setoriais e sociais, foi outro fator determinante para as melhorias ocorridas ao longo dos anos 2000, cujos impactos, em sua maior parte, beneficiaram especialmente o Nordeste e o Norte do país. Foi o que ocorreu com a política salarial centrada na valorização e aumento significativo do salário mínimo; com a política de transferência de renda a partir da disseminação da previdência rural, do Benefício de Prestação Continuada (BPC)³⁹ e do Programa Bolsa Família; com os grandes projetos do PAC; e com a política de crédito ou de financiamento, com destaque para o financiamento de longo prazo do BNDES. Ressaltam-se, ainda, os fundos constitucionais de financiamento (FNE, FNO e FCO)⁴⁰, que são o principal instrumento de política explicitamente regional utilizado pelo Governo Federal.

No que se refere à valorização do salário mínimo, foi adotada pelo governo federal, no período aqui analisado, uma política de aumentos reais sucessivos e, em seguida, implementada uma regra de política de valorização a longo prazo do valor mensal mínimo recebido pelos trabalhadores. A regra determinava que os reajustes anuais do salário mínimo corresponderiam à soma da variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos atrás mais a inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Como a economia brasileira passou por um processo de retomada da sua atividade econômica e de crescimento econômico ao longo da primeira década dos anos 2000, com exceção de 2009, o que se viu foi um expressivo incremento do salário mínimo, que, segundo o DIEESE, teve ganhos reais de 53,67%, entre 2002 e 2010 (DIEESE, 2010). A política de valorização real do salário mínimo teve especial importância para as regiões Norte e Nordeste, que detêm um maior percentual de sua população ocupada recebendo rendimentos na faixa de 1 salário mínimo ou balizados pelo mínimo oficial. Além disso, como o salário mínimo também é o referencial oficial para as remunerações da previdência e do BCP, ampliou-se o impacto positivo dessa política para essas regiões. Contudo, como será melhor detalhado no capítulo 3, esse movimento de melhoria do salário mínimo, associado ao processo de reconfiguração do mercado de trabalho nacional, provocou também uma ampliação ainda maior da quantidade de trabalhadores que ganhavam no

³⁹ Benefício da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC) no valor de um salário mínimo mensal concedido à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo e ao idoso acima de 65 anos que tenha renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc> >.

⁴⁰ Fundos constitucionais “instituídos pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 159) e regulamentados pela Lei n. 7.827 de 27 de setembro de 1989. A fonte de recursos de tais fundos é proveniente de 3% da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)” (RESENDE et al., 2015, p. 34).

entorno do salário mínimo no Brasil e na região Nordeste. Em 2010, 60% dos ocupados nordestinos ganhavam até 1 salário mínimo contra 35,7% na média do Brasil.

A **Tabela 2.12**, retirada do estudo de Resende et al. (2015), agrega o montante e a distribuição dos recursos de outras políticas públicas no período de 2000 a 2010. O FNE, que é o fundo constitucional para desenvolvimento do Nordeste, tem o maior volume de recursos entre os fundos constitucionais e movimentou cerca de R\$ 50,2 bilhões entre 2004 e 2010, sendo, no entanto, ultrapassado pelo Programa Bolsa Família e BPC, que, juntos, no mesmo período, distribuíram recursos de R\$ 76,4 bilhões para as populações mais pobres da região. Todavia, quando se analisa a evolução dos recursos do FNE, como é possível fazer a partir da **Tabela 2.13**, é indiscutível o seu avanço ao longo dos anos 2000, passando de um volume de aplicações de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 10,7 bilhões em 2010.

Destacam-se, ainda, recursos da ordem de R\$ 15 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Nordeste, embora, como os dados mostram, a região Sul ainda continua sendo a principal receptora dos recursos do PRONAF. Já o Programa Minha Casa, Minha Vida teve uma contratação de mais de 336 mil unidades habitacionais na região Nordeste, o que é importante não só em termos de investimento, mas também de geração de novas postos de trabalho na construção civil regional.

Tabela 2.12 - Brasil e macrorregiões: Distribuição macrorregional dos recursos de políticas públicas selecionadas: valores acumulados no período, 2000-2010

Macrorregiões	FNE, FNO e FCO (2004-2010) ¹	PBF (2004-2010) ¹	BPC (2004-2010) ¹	PRONAF (2000-2010) ¹	MCMV (2009-2012) ²
Norte	13.261 (15,9%)	8.154 (10,5%)	9.794 (9,9%)	7.098 (8,5%)	85.762 (11,6%)
Nordete	50.248 (60,4%)	41.031 (53,0%)	35.372 (35,9%)	15.720 (18,8%)	336.010 (45,3%)
Sudeste	0 (0,0%)	18.173 (23,5%)	34.002 (34,5%)	16.921 (20,2%)	191.815 (25,9%)
Sul	0 (0,0%)	6.446 (8,3%)	10.377 (10,5%)	37.945 (45,3%)	67.956 (9,2%)
Centro-Oeste	19.726 (23,7%)	3.659 (4,7%)	8.935 (9,1%)	5.997 (7,2%)	60.207 (8,1%)
Brasil	83.235 (100,0%)	77.463 (100,0%)	98.480 (100,0%)	83.681 (100,0%)	741.750 (100,0%)

Fonte: MI, MDS, MDA E Midades. Elaboração RESENTE et al. (2015).

Nota: 1 - Valores em milhões constante de 2010 deflacionados pelo IGP-DI, da FGV. 2 - Em número absolutos de unidades habitacionais - empreendimentos contratados (ou propostas selecionadas nas ofertas públicas de recursos) até junho de 2012.

Após analisar a distribuição, no território, dos recursos dos fundos constitucionais, programas de transferência de renda e do Minha Casa, Minha Vida, Resende et al. apontam que é possível identificar importantes “efeitos em reduções (ou incrementos) nas disparidades regionais” causados por essas políticas (RESENDE et al., 2015, p. 36).

Silveira Neto e Azzoni (2011) defendem que a redução regional da desigualdade de renda *per capita* brasileira, entre 1995 e 2005, teve também componentes econômicos e não pode ser atribuída unicamente às políticas públicas governamentais. Ao desdobrarem as mudanças nos coeficientes de Gini de acordo com as diferentes fontes de renda, os autores verificaram que os programas de transferência de renda desempenharam um papel importante, sendo responsáveis por 25% da redução da desigualdade regional de renda *per capita* entre 2001 e 2005. Já o crescimento real do salário mínimo, entre 1995 e 2005, teria sido responsável por 21,5% da redução regional da desigualdade de renda, reafirmando-se, assim, a importância dessas políticas para a redução da desigualdade regional de renda no país.

Já em relação aos financiamentos, ressalta-se, ainda, a evolução dos empréstimos do BNDES na região Nordeste, como é possível verificar na **Tabela 2.13**, totalizando um volume de mais de R\$ 95 bilhões no período de 2000 a 2010. Todavia, observa-se também que os desembolsos do BNDES continuam ainda muito concentrados no Sudeste, que responde por 57% do total aplicado. Em termos regionais, se analisados os dados da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) realizada a partir de financiamentos do BNDES, destaca-se a concentração desses recursos nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará (APOLINÁRIO et al., 2011).

Tabela 2.13 - Macrorregiões brasileiras: Fundos Constitucionais e empréstimos do BNDES por região, 2000-2010

Macrorregiões	Fonte	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Nordeste	BNDES (R\$ milhões)	6.378	6.932	6.162	4.739	3.726	5.104	6.262	6.370	8.408	24.557	17.211	95.849
	BNDES NE/ BNDES Brasil (%)	12	13	10	9	7	8	9	8	8	16	10	11
	FNE (R\$ milhões)	1.304	628	414	1.552	4.368	5.602	5.941	5.083	8.454	10.165	10.755	54.266
	FNE/(FNE+FNO+FCO) (%)	37	17	11	34	56	63	65	58	57	62	61	55
Norte	BNDES (R\$ milhões)	2.132	1.787	3.063	1.084	2.660	2.168	2.105	4.142	5.459	12.479	11.748	48.827
	BNDES NO/ BNDES Brasil (%)	4	3	5	2	5	3	3	5	5	8	7	5
	FNO (R\$ milhões)	1.597	944	985	1.637	1.798	1.310	1.277	1.328	2.264	2.716	2.569	18.425
	FNO/(FNE+FNO+FCO) (%)	45	26	26	36	23	15	14	15	15	17	15	19
Centro-Oeste	BNDES (R\$ milhões)	4.730	3.541	4.217	4.311	7.024	4.389	4.738	6.887	10.893	11.950	11.367	74.047
	BNDES CO/ BNDES Brasil (%)	9	7	7	8	13	7	7	9	11	8	7	8
	FCO (R\$ milhões)	669	2.035	2.343	1.401	1.595	1.970	1.870	2.363	4.132	3.543	4.253	26.174
	FCO/(FNE+FNO+FCO) (%)	19	56	63	31	21	22	21	27	28	22	24	26
Sudeste	BNDES (R\$ milhões)	29.809	30.131	37.575	30.510	28.990	38.570	40.678	44.979	56.232	79.746	97.972	515.192
	BNDES Sudeste/ BNDES Brasil (%)	56	57	62	60	53	61	61	58	56	53	58	57
Sul	BNDES (R\$ milhões)	9.764	10.032	9.921	10.418	11.818	12.818	12.667	15.287	19.189	23.010	30.126	165.050
	BNDES Sul/ BNDES Brasil (%)	18	19	16	20	22	20	19	20	19	15	18	18

Fonte: MI e BNDES. Elaboração RESENTE et al. (2015).

Nota: Valores constantes de 2010 deflacionados pelo IGP-DI.

Em síntese, o que se observou ao longo dos anos 2000 foi a crescente importância das políticas públicas, sociais e setoriais, para o processo de redução das desigualdades regionais no país, apesar do avanço da disponibilização de recursos para as políticas regionais explícitas. Em relação à questão regional, Guimarães Neto conclui que, embora não se possa omitir os resultados dos esforços desenvolvidos: i) na concepção, montagem e implantação das políticas e planos explicitamente regionais, liderados, em grande parte pelo Ministério da Integração Nacional e pelas duas

superintendências regionais; ii) pela articulação que foi desenvolvida junto a diversas mesorregiões; e iii) pelos grandes projetos regionais, entre eles a Transnordestina e a Recuperação do São Francisco e Integração de Bacias, os reflexos de tais esforços – apesar dos seus impactos positivos locais – não tiveram, até o presente, a importância regional que, nesse período tiveram os impactos decorrentes das políticas sociais e setoriais de corte nacional, ou seja, de políticas e ações regionais implícitas (GUIMARÃES NETO, 2010a).

2.6 Considerações Finais - Mudanças e permanências no ambiente socioeconômico recente

A análise aqui realizada revela mudanças e permanências que podem ser destacadas na realidade socioeconômica do Brasil e particularmente na do Nordeste na primeira década do presente século e que constituem o contexto no qual a dinâmica do mercado de trabalho e da desigualdade serão examinadas nesta Tese.

Cabe desde logo salientar que se trata de período relativamente curto para que se possam observar mudanças estruturais profundas, tendo sido, no entanto, possível identificar transformações relevantes no ambiente econômico nacional e, especialmente, na dinâmica e organização socioeconômicas nordestinas.

Merece destaque, por exemplo, a expansão da fronteira agrícola regional, incorporando terras da porção oeste da região, cobertas pelo bioma cerrado e valorizadas pelo agronegócio, que também se firma em outros espaços do Nordeste, ampliando a diversificação da sua produção agropecuária e reforçando as exportações regionais. Em paralelo, a produção rural de base familiar reafirma sua importância no Nordeste, em especial no semiárido, dominado pelo bioma caatinga, permanecendo relevante sua capacidade de atender à demanda interna por alimentos e de gerar oportunidades de trabalho no meio rural, apesar de continuar apresentando uma baixa produtividade média relativa.

Nas cidades, observa-se a diversificação do tecido industrial, com a presença de novos elos de várias cadeias produtivas, em especial em Pernambuco, no Maranhão, no Ceará e na Bahia. Contudo, uma parte importante desses novos empreendimentos só entrará em operação a partir da segunda década do século XXI, como é o caso da siderúrgica no Ceará, da Refinaria e da automotiva em Pernambuco e das indústrias de papel e celulose no Maranhão. Já a ampliação do consumo regional também serviu de estímulo para a instalação e ampliação de diversas indústrias tradicionais de produção de alimentos, bebidas, confecção e calçados, que se espalharam em vários Estados, nas periferias metropolitanas e no interior. Somado a isso, constata-se a presença de um conjunto de obras de infraestrutura econômica na região, impulsionado sobretudo pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC). O processo de implantação dessas novas indústrias e das obras de infraestrutura, em paralelo ao dinamismo do mercado imobiliário, estimulado também por políticas públicas como o Programa Minha Casa Minha Vida, foram importantes para o impulso na geração de empregos verificado na construção civil nordestina, atividade que experimentou excelente dinamismo no período.

Nas cidades, verifica-se, também, forte dinamismo do comércio e dos serviços, ora impulsionados pelo aumento da renda e do consumo das famílias, ora resultantes de estímulos de políticas públicas como as de educação e saúde, cuja oferta se amplia e interioriza. Ressalta-se, também, a forte geração de postos de trabalho formais no comércio, associada à disseminação de um novo padrão de estruturação dessa atividade (varejo moderno), com presença crescente de supermercados e *shopping center's*, por exemplo.

Se por um lado o agronegócio gera pouco emprego formal no campo, por outro lado a expansão da fronteira agrícola para os cerrados nordestinos também foi acompanhada do crescimento de diversas cidades e da oferta e demanda por comércio e serviços.

Apesar das importantes transformações observadas na agropecuária e da retomada do investimento industrial na região, foi no setor de serviços que ocorreu o principal dinamismo da atividade econômica, com taxa média de crescimento anual do valor adicionado de 5,9% entre 2000 e 2010. Esse setor também foi responsável por $\frac{3}{4}$ das novas vagas geradas com carteira assinada na economia regional nesse período, com uma ampliação de 6,1% ao ano do emprego formal. O terciário respondia sozinho por 69,1% do valor adicionado setorial nordestino e 75,9% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2010, além de ser responsável por 7,5 em cada 10 empregos gerados no Nordeste, na primeira década do século XXI. Entretanto, destaca-se que a maioria dos empregos formais do terciário nordestino estão em serviços de baixa qualificação e/ou na administração pública.

Ao lado do avanço de empreendimentos de maior porte, dinamizam-se as bases produtivas de pequeno e médio portes, além de vários arranjos produtivos locais, como o de confecções (especialmente o do agreste de Pernambuco e da Região Metropolitana de Fortaleza), calçados (sobretudo no Ceará e Sergipe, além do antigo polo do agreste da Paraíba), produção de mel (na região do Araripe nucleado em Picos, no Piauí, e na Serra do Mel, no norte do Rio Grande do Norte), entre outros.

Enquanto os velhos complexos econômicos nordestinos (como o canavieiro e o gado-algodão-policultura) continuam a tendência anterior de perder peso relativo no tecido produtivo regional, novas atividades emergem e ganham importância, diversificando o rol de agentes econômicos atuantes na região. Amplia-se, assim, a diversificação da estrutura produtiva regional, exigindo leituras mais detalhadas e em múltiplas escalas, como se busca fazer nesta Tese.

A permanência da velha estrutura fundiária - cuja concentração se revalida com o avanço do agronegócio -, da importância da Administração Pública nos municípios de menor base produtiva de todos os Estados e do amplo hiato de renda domiciliar *per capita* entre o Nordeste e as regiões mais ricas do país, são elementos centrais da realidade nordestina que se reiteram em meio às transformações observadas nos anos 2000. Ao mesmo tempo, permanece e até se fortalece o antigo hiato entre PIB e renda, que é uma das marcas do Nordeste no contexto nacional. A heterogeneidade do tecido produtivo regional reafirma-se e se amplia.

Em termos de porte dos municípios, ressalta-se que os municípios do Nordeste com até 50 mil habitantes permanecem predominantemente agrícolas e pecuaristas, com uma indústria mais voltada para a agropecuária e com forte peso da administração pública na atividade econômica. Já os municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes tinham uma indústria e os serviços com maior peso relativo interno, apesar da manutenção de uma base agrícola. Os municípios de porte médio reafirmam seu papel como importantes centros industriais e, sobretudo, de comércio e serviços para a região, especialmente no interior. Já os municípios com população acima de 500 mil habitantes continuam sendo as maiores áreas industriais e fornecedoras de serviços, principalmente os de maior complexidade e maior grau de especialização, no Nordeste.

A ampliação e consolidação das políticas públicas, predominantemente as políticas setoriais e, em especial, as sociais, foram extremamente relevantes para o Nordeste no período recente e revelam outra faceta importante do modelo de crescimento econômico implementado nos anos 2000. A política de valorização do salário mínimo e as políticas de transferência de renda, em especial a disseminação da previdência rural, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família, dinamizaram o consumo das famílias e mudaram a realidade da região, em especial no meio rural, um dos históricos bolsões de pobreza do país. As secas deixam de ser um problema social agudo (que requeriam as tradicionais “frentes de emergência”) para se tornarem, de fato, um problema de consequências essencialmente econômicas. Já as políticas setoriais, como os grandes projetos do PAC e a política de crédito e de financiamento, com destaque para o financiamento de longo prazo do BNDES e do BNB, trouxeram importantes investimentos para o Nordeste. Refirma-se, assim, o peso e a importância das políticas setoriais de corte nacional em relação às políticas explícitas de desenvolvimento regional no Nordeste (valorizadas em décadas anteriores).

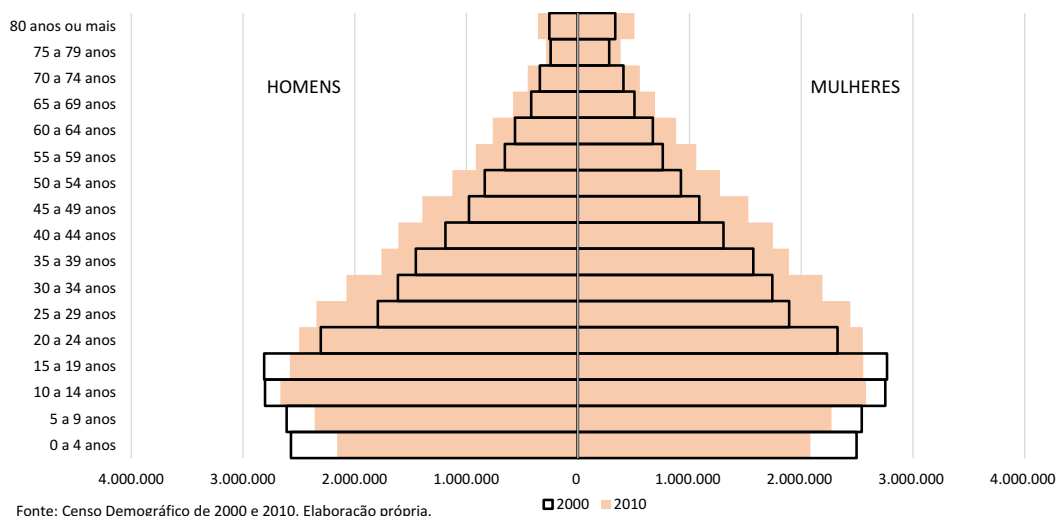
Mudanças e constâncias aqui identificadas ajudarão a examinar o que de relevante ocorreu no mercado de trabalho e na desigualdade social e territorial, com foco no Nordeste, nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 - POPULAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010: DINÂMICA INTRARREGIONAL

Seguindo a tendência nacional, a região Nordeste também vem apresentando importantes modificações nas dinâmicas populacionais e migratórias ao longo das últimas décadas, como o declínio das taxas de crescimento populacional total, crescente urbanização, além de mudanças no perfil etário e nos arranjos familiares. Na primeira década do século XXI, o Nordeste apresentou um incremento populacional de apenas 1,1% ao ano, patamar esse inferior à média nacional. Exibiu, também, um processo de urbanização crescente, com expansão da população urbana em 1,6% a.a., nesse período.

Esse movimento de urbanização foi ainda mais intenso no semiárido nordestino, que registrou um crescimento de 1,8% a.a. da população urbana entre 2000 e 2010. Destaca-se, ainda, a ampliação e consolidação da rede urbana regional, com um importante incremento populacional nos municípios de médio porte. Esses processos foram impulsionados sobretudo pela forte expansão da atividade econômica e da renda das famílias, que dinamizaram o comércio e os serviços, além da importante interiorização de investimentos em saúde e educação que ocorreu na região, especialmente no semiárido nordestino.

Foi possível verificar, ainda, um aumento gradual da população de maior idade (idosa) e uma diminuição significativa da participação da população de crianças e jovens (**Gráfico 3.1**). Em paralelo, observou-se, também, a queda do ritmo de expansão da população em idade de trabalhar, mas que ainda é maior que o crescimento populacional. Essas mudanças no perfil etário da população nordestina podem favorecer as relações de dependência demográfica e, conseqüentemente, as transferências intergeracionais, levando em conta que o número de dependentes, jovens e idosos, em relação à População em Idade Ativa (PIA), diminuiu nesse período. Contudo, o incremento da atividade econômica e as mudanças na regulação do mercado de trabalho são condições importantes para o melhor aproveitamento dessa janela de oportunidade demográfica (BNB e IICA, 2013).

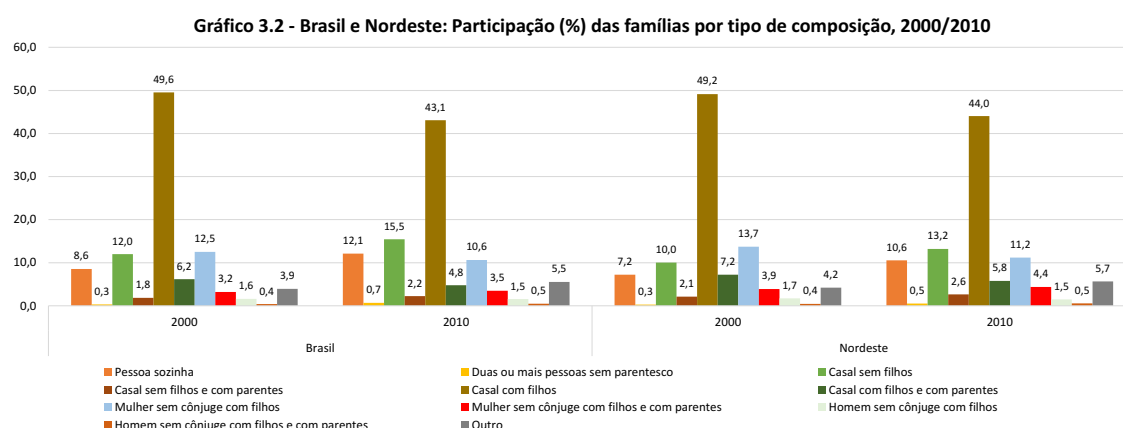
Gráfico 3.1 - Nordeste: Pirâmide Etária, 2000/2010

A menor carga de dependência é denominada na literatura como “Janela de Oportunidade” ou “Bônus Demográfico” (LYRA, 2014 Apud ALVES, 2008). Na região Nordeste, ainda de acordo com Lyra (2014), houve uma queda da razão de dependência de 63,5%, em 2000, para 50,9%, em 2010, em um movimento que foi acompanhado por um lento e gradual processo de envelhecimento populacional, porém com manutenção do bônus demográfico.

Outro fenômeno importante e que merece ser destacado está relacionado às mudanças no processo de constituição familiar que vêm ocorrendo desde a segunda metade do século XX, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo Camarano e Fernandes,

Novos padrões surgiram, como famílias reconstituídas, casamentos homossexuais, aumento nas taxas de divórcios/separações, de recasamentos e de não casamentos. Isso ocorreu paralelamente ao aumento da coabitação, dos domicílios unipessoais, de famílias chefiadas por mulheres mesmo na presença de cônjuges e de taxas de fecundidade de sub-reposição. A maior participação da mulher no mercado de trabalho e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças, que foram acompanhadas por modificações no sistema de valores, no direito de família e tributário, nas políticas sociais etc. (CAMARANO E FERNANDES, 2014, p.117-118).

Em relação à composição das famílias, tanto no Brasil quanto no Nordeste, destaca-se o crescimento de pessoas morando sozinhas ou com outras pessoas com quem não têm grau de parentesco, de casais sem filhos ou sem filhos e com parentes e também de mulheres ou homens sem cônjuge com filhos e parentes, enquanto que a família mais tradicional, de um casal com filhos, vem perdendo, nacional e regionalmente, participação relativa entre os tipos de família, entre 2000 e 2010, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (Gráfico 3.2).



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria.

Já em termos migratórios, de acordo com Dedecca (2013b), observa-se a desaceleração da emigração do Nordeste para outras regiões e o aumento dos fluxos migratórios intrarregionais, e, particularmente, por aqueles de natureza intra-estadual. Destaca-se, também, uma importante atração migratória para as capitais estaduais e cidades médias, que tendem a se consolidar como polos subregionais.

Ainda de acordo com Dedecca,

Ao menos, três aspectos diferenciam a retomada econômica atual em relação às experiências pregressas, sendo que ambos podem ter impactos positivos em termos de atenuação dos indutores do processo de migração. O primeiro diz respeito à difusão regional do crescimento, que inclusive rompeu os limites metropolitanos, em especial o histórico protagonismo da Região Metropolitana de São Paulo. O segundo refere-se às políticas de renda que tiveram impactos relativamente maiores nas regiões de menor desenvolvimento, especialmente no Nordeste. E o último se relaciona com a descentralização dos grandes projetos de investimento, que também apresentam ponderável difusão para o Norte e o Nordeste (DEDECCA, 2013b, p. 200).

Especificamente em relação ao Nordeste, o autor ressalta que: o incremento da renda *per capita* no Nordeste acima das outras regiões; a retomada do investimento; a importante geração de emprego formal; o avanço das políticas sociais, em particular a transferência de renda do Bolsa Família; e a menor incidência de secas e também seus menores impactos sociais, constituíram-se elementos de retenção populacional importantes para a região (DEDECCA, 2013b). Ressalta-se, ainda, que o crescimento vegetativo foi o componente relevante para o incremento da PEA na região Nordeste, e, inclusive, de boa parte das regiões metropolitanas nordestinas.

Em resumo, na primeira década dos anos 2000, verifica-se uma redução no volume e intensidade dos fluxos migratórios, principalmente os inter-regionais e interestaduais. Ganham força as migrações intra-estaduais. Mesmo nesse contexto, o Nordeste continua sendo a principal área de

evasão demográfica, com os maiores saldos migratórios negativos, mesmo que em menor intensidade se comparado a momentos anteriores (DEDECCA, 2013b; CUNHA, 2015).

Na primeira década dos anos 2000, a nova dinâmica da economia nordestina de dinamização do consumo, do crédito e do investimento e o aumento das exportações, associados à consolidação dos programas sociais e à implementação da política de valorização do salário mínimo, propiciaram um importante incremento da formalização no mercado de trabalho e do volume de emprego, especialmente com carteira de trabalho assinada, como já destacado.

Em paralelo, observou-se, também, um processo de reconfiguração do mercado de trabalho nacional que se refletiu na região Nordeste, em um contexto de menor pressão demográfica, com a população residente no Nordeste expandindo-se a cerca de 1,1% ao ano entre 2000 e 2010, e com crescimento da ocupação do Nordeste (2,4% a.a.) acima do incremento da população economicamente ativa (1,7% a.a.) e da população em idade ativa (1,6% a.a.). Como destacado por Guimarães Neto (2014), houve, também, um forte decréscimo da população desocupada, de 3,1 milhões em 2000 para 2,3 milhões em 2010.

A expansão dos ocupados é puxada especialmente pelo incremento dos empregados com proteção social. O avanço na geração de postos de trabalho com carteira de trabalho assinada foi de 5,5% ao ano entre 2000 e 2010, acima da média nacional de 5,0% a.a. Em paralelo, observa-se um baixo crescimento dos empregos sem carteira assinada e do trabalho por conta própria na região. Ressalta-se, por fim, uma expressiva redução dos ocupados não remunerados e um aumento dos trabalhadores para o próprio consumo, que pode ser explicado pela expansão e consolidação das políticas sociais no país e, em especial, no Nordeste.

Contudo, apesar dos avanços observados na primeira década do século XXI, é possível constatar a permanência de um alto grau de informalidade, medido através da não contribuição para a previdência, na região. Em 2010, o Nordeste ainda detinha mais da metade do seu estoque de ocupados constituído por empregados sem carteira de trabalho assinada (27,4%) e conta própria (22,9%). Além disso, 56,3% da população ocupada não contribuía para a previdência, o que demonstra que, apesar desse processo de reconfiguração do mercado de trabalho regional, com forte formalização, ainda existia em 2010 um importante contingente da PEA a ser incorporado em melhores condições nesse mercado.

Evidencia-se, enfim, a melhoria dos níveis de renda da população ocupada, com expansão anual de 1,9% do rendimento médio no trabalho principal na região – acima da média nacional de apenas 0,5% ao ano. Todavia, a região apresentava um rendimento médio de R\$ 897,0 em 2010, bem abaixo do nacional, de R\$ 1.291,7. Ressalta-se que, apesar da melhoria nos níveis de renda da população nordestina, 83,7% dos ocupados na região auferiam até 2 salários mínimos, em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE.

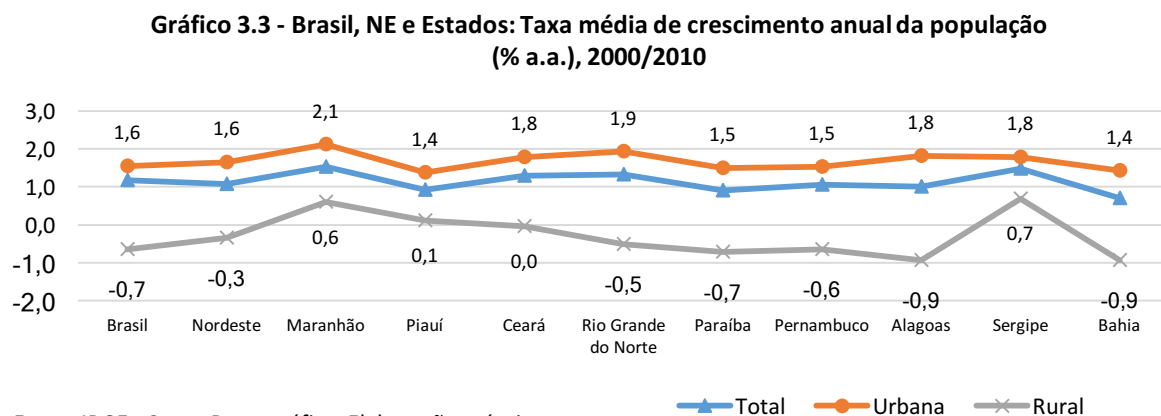
As mudanças na dinâmica populacional e migratória e os avanços no mercado de trabalho foram importantes para articular o processo de crescimento econômico com o de inclusão social, especialmente no Nordeste brasileiro.

Com base nesse contexto geral, pretende-se desenvolver, neste Capítulo, uma análise dos principais movimentos em relação à população e ao mercado de trabalho, entre 2000 e 2010, a partir de alguns recortes regionais que permitem analisar sob diferentes perspectivas o que ocorreu na região, nesse período.

3.1 População e mercado de trabalho nos Estados do Nordeste

As taxas de crescimento populacional vêm caindo ao longo das décadas, como demonstrado na **Tabela 1.1**, tanto para o Brasil quanto para a região Nordeste. No que se refere à população total, os Estados do Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará apresentaram taxa de expansão da população acima da média nacional e regional.

Observa-se, também, maior incremento da população urbana e decréscimo da população em áreas rurais no país e na região. No período de 2000 e 2010, as unidades federativas nordestinas também apresentaram uma expansão da população urbana, acima da média do crescimento populacional, com exceção do Piauí e Bahia (**Gráfico 3.3**). A população urbana expandiu-se mais nos Estados do Maranhão (2,1% ao ano), Rio Grande do Norte (1,9% a.a.), Ceará, Sergipe e Alagoas (1,8% ao ano). Já em relação à população rural, a região apresentou uma retração dessa população menor do que a observada para o país como um todo e, em alguns Estados, foi possível verificar um acréscimo ou manutenção do contingente populacional das áreas rurais, tais como Sergipe, Maranhão, Piauí e Ceará.



Apesar do crescimento do grau de urbanização em todos os Estados da região, ainda é possível observar que ele estava abaixo da média nacional de 84,4%, em 2010 (**Tabela 3.1**). As unidades federativas do Maranhão e Piauí, a despeito do aumento da população urbana entre 2000 e 2010, ainda apresentavam as menores participações da população urbana na população total, 63,1% e 65,8%, respectivamente, como reflexo ainda do forte peso de suas populações rurais. Bahia, Alagoas e Sergipe também detêm mais de ¼ de sua população nas áreas rurais, o que lhes gera um grau de urbanização um pouco acima dos 70%. Pernambuco permanece como o Estado com maior peso relativo da população urbana em relação à população total na região, com uma taxa de urbanização de 80,2% em 2010.

Tabela 3.1 - Brasil, NE e Estados: Distribuição (%) da população residente, por situação do domicílio, 2000/2010

Especificação	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	100,0	81,2	18,8	100,0	84,4	15,6
Nordeste	100,0	69,1	30,9	100,0	73,1	26,9
Maranhão	100,0	59,5	40,5	100,0	63,1	36,9
Piauí	100,0	62,9	37,1	100,0	65,8	34,2
Ceará	100,0	71,5	28,5	100,0	75,1	24,9
Rio Grande do Norte	100,0	73,3	26,7	100,0	77,8	22,2
Paraíba	100,0	71,1	28,9	100,0	75,4	24,6
Pernambuco	100,0	76,5	23,5	100,0	80,2	19,8
Alagoas	100,0	68,0	32,0	100,0	73,6	26,4
Sergipe	100,0	71,4	28,6	100,0	73,5	26,5
Bahia	100,0	67,1	32,9	100,0	72,1	27,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Como demonstrado no Capítulo 1, a população nordestina vem perdendo participação relativa na população nacional ao longo das últimas décadas. O que se observa entre 2000 e 2010 é que esse ritmo diminuiu de intensidade, o que pode ser explicado tanto pelas menores taxas de crescimento populacionais no país e na região, quanto pelo fato de que o Nordeste também reduziu a intensidade da migração populacional, com a menor intensidade dos fluxos migratórios inter-regionais. Entretanto, a região ainda respondia por 27,8% da população nacional em 2010, com importante peso para os Estados da Bahia (7,3%), Pernambuco (4,6%), Ceará (4,4%) e Maranhão (3,4%).

Em termos de população rural, como o decréscimo da população rural na região foi menor do que o constatado para o país, houve uma ampliação da participação relativa da população rural nordestina em relação ao país de 46,4% para 47,8%, entre 2000 e 2010. Somente os Estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco detinham mais de 1/3 da população em áreas rurais do país em 2010, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (**Tabela 3.2**). Em resumo, o Nordeste em 2010 detinha 27,8% do total da população brasileira e 47,8% da população rural do país.

Tabela 3.2 - Brasil, NE e Estados: Distribuição (%) da população residente, por situação do domicílio, 2000/2010

Especificação	Total		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	28,1	27,8	23,9	24,1	46,4	47,8
Maranhão	3,3	3,4	2,4	2,6	7,2	8,1
Piauí	1,7	1,6	1,3	1,3	3,3	3,6
Ceará	4,4	4,4	3,9	3,9	6,6	7,1
Rio Grande do Norte	1,6	1,7	1,5	1,5	2,3	2,4
Paraíba	2,0	2,0	1,8	1,8	3,1	3,1
Pernambuco	4,7	4,6	4,4	4,4	5,8	5,8
Alagoas	1,7	1,6	1,4	1,4	2,8	2,8
Sergipe	1,1	1,1	0,9	0,9	1,6	1,8
Bahia	7,7	7,3	6,4	6,3	13,5	13,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

No que se refere ao mercado de trabalho, destaca-se o incremento da população ocupada acima da população economicamente ativa (PEA) e a importante retração da população desocupada no país, na região e nos Estados nordestinos. Também se verifica uma expansão da PEA acima da PIA, o que se reflete no crescimento da taxa de participação nacional e regional; além da forte queda da taxa de desemprego (**Tabela 3.3**).

Em termos de particularidades regionais, observa-se que o Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará e Pernambuco apresentaram taxas médias de crescimento anual da população ocupada acima da média regional. Já a população desocupada caiu mais na Bahia, Paraíba, Ceará, Alagoas e Pernambuco. A taxa de participação, por sua vez, diferentemente da tendência nacional e regional de ampliação, reduziu-se entre 2000 e 2010 no Maranhão, Piauí, Alagoas e Ceará, onde a inatividade expandiu-se, em média, acima da PEA. A consolidação dos programas sociais bem como a melhoria da renda média das famílias influenciou esse movimento.

Tabela 3.3 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual das pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo condição de atividade e taxas de participação e desemprego, 2000/2010

Especificação	Taxa média de crescimento anual (% a.a.) entre 2000 e 2010					Taxa de participação		Taxa de desemprego	
	PIA	Inativos	PEA	População Ocupada	População Desocupada	2000	2010	2000	2010
Brasil	1,7	1,4	1,9	2,8	-4,9	56,6	57,7	15,3	7,6
Nordeste	1,6	1,6	1,7	2,4	-3,1	51,8	52,3	15,9	9,7
Maranhão	2,1	2,4	1,8	2,1	-1,4	50,7	49,1	11,8	8,7
Piauí	1,5	1,6	1,4	1,7	-1,5	51,2	50,8	10,5	7,9
Ceará	2,0	2,1	2,0	2,6	-3,4	51,4	51,2	13,3	7,7
Rio Grande do Norte	1,9	1,5	2,3	3,1	-2,7	49,3	51,4	16,5	9,9
Paraíba	1,4	1,3	1,5	2,1	-3,5	50,9	51,2	14,3	8,6
Pernambuco	1,5	1,4	1,7	2,5	-3,3	51,3	51,9	18,3	11,1
Alagoas	1,6	1,8	1,4	2,3	-3,4	50,3	49,3	17,6	10,7
Sergipe	2,1	1,9	2,3	3,1	-2,5	52,9	53,9	16,7	10,3
Bahia	1,3	0,9	1,6	2,5	-3,6	54,0	55,7	18,4	10,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Seguindo a tendência nacional, o crescimento da população ocupada nos Estados do Nordeste e na região como um todo foi puxado pela expansão do emprego com carteira de trabalho assinada. Portanto, além da ampliação do emprego, observa-se uma forte formalização no mercado de trabalho nacional e regional. De acordo com os dados do Censo Demográfico, o emprego formal apresentou maiores taxas de expansão no Maranhão (8,0% a.a.), Piauí (7,0% ao ano) e Ceará (6,2% a.a.). O emprego sem carteira, por sua vez, ampliou-se em todos os Estados nordestinos acima da média nacional. Bahia e Alagoas foram as unidades da federação onde houve menor ampliação desse tipo de emprego sem proteção social. Observou-se, também, um baixo incremento do trabalho por conta própria, que exibiu decréscimo no Maranhão e Piauí e expandiu-se mais no Rio Grande do Norte e em Sergipe. Já o emprego público e de militares ostentou taxas de incremento abaixo da média nacional, apresentando maior incremento em Alagoas, Sergipe e no Rio Grande do Norte. Destacam-se, também, a forte queda do trabalho não remunerado em toda a região, especialmente no Piauí, Paraíba, Alagoas, Maranhão e em Pernambuco, e a expansão do autoconsumo, reflexo da ampliação e consolidação das políticas sociais (**Tabela 3.4**).

Tabela 3.4 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual da população ocupada por posição na ocupação, 2000/2010

Especificação	Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Brasil	2,8	5,0	2,3	0,8	1,9	-1,1	-5,5	5,5
Nordeste	2,4	5,5	2,0	2,2	1,0	-1,3	-7,4	3,6
Maranhão	2,1	8,0	1,5	4,0	-0,5	-1,3	-8,0	3,0
Piauí	1,7	7,0	1,1	2,4	-1,0	-2,9	-11,0	5,1
Ceará	2,6	6,2	1,1	2,8	1,1	-1,2	-6,5	1,2
Rio Grande do Norte	3,1	5,5	3,0	2,4	2,4	-0,1	-4,2	0,5
Paraíba	2,1	4,3	1,5	2,5	1,5	-0,4	-9,8	3,6
Pernambuco	2,5	5,0	2,4	2,2	1,7	-1,3	-7,5	2,3
Alagoas	2,3	4,6	3,9	1,3	1,2	-0,7	-8,8	5,0
Sergipe	3,1	5,2	3,9	2,0	2,0	1,0	-5,2	6,1
Bahia	2,5	5,0	2,0	1,4	1,5	-1,8	-6,2	5,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Apesar do importante crescimento do emprego formal entre 2000 e 2010, o trabalho com carteira assinada representava 38,1% dos ocupados no Rio Grande do Norte, 35,7% em Pernambuco, 34,7% em Sergipe e cerca de 1/3 em Alagoas e na Bahia, em 2010 (**Tabela 3.5**). No Maranhão, apenas 21,6% dos ocupados tinham proteção social. Mais da metade dos ocupados no Maranhão, Ceará, Piauí e na Bahia não tinham carteira de trabalho assinada ou eram trabalhadores por conta própria, em 2010. O trabalho na produção para o autoconsumo, que cresceu nesse período, é bem mais expressivo na região Nordeste, se comparado com a média nacional. Em 2010, esse tipo de ocupação já respondia por mais de 10% dos ocupados do Piauí, Maranhão, Paraíba e Alagoas. Ressalta-se, assim, a necessidade de manutenção do processo de expansão do emprego com carteira de trabalho assinada,

para manter o processo de reconfiguração do mercado de trabalho regional, que ainda é bastante precarizado.

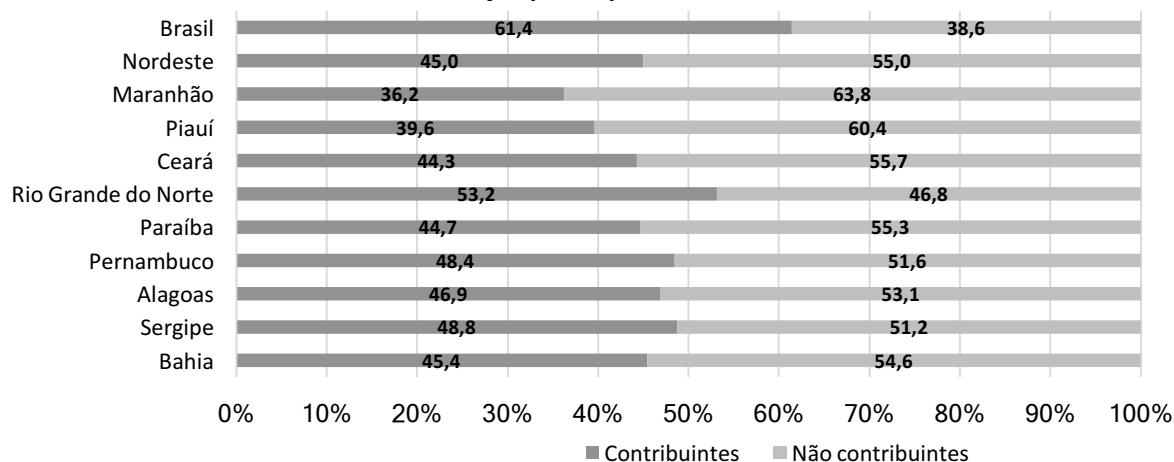
Tabela 3.5 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por posição na ocupação, 2010

Especificação	Total		Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
	Absoluto	%							
Brasil	86.353.839	100,0	45,3	5,4	20,2	21,5	2,0	1,7	4,0
Nordeste	20.854.301	100,0	31,4	5,2	27,4	22,9	1,3	2,4	9,4
Maranhão	2.361.389	100,0	21,6	5,9	28,5	27,5	0,9	3,3	12,4
Piauí	1.215.275	100,0	25,2	5,8	28,8	22,8	1,0	2,7	13,6
Ceará	3.361.735	100,0	32,0	4,2	30,5	21,9	1,2	2,3	7,9
Rio Grande do Norte	1.238.314	100,0	38,1	6,5	24,9	20,6	1,5	1,9	6,5
Paraíba	1.478.168	100,0	27,2	7,6	27,7	22,0	1,4	2,4	11,8
Pernambuco	3.403.873	100,0	35,7	5,2	25,1	23,1	1,5	2,0	7,4
Alagoas	1.122.014	100,0	33,4	5,7	25,5	20,2	1,2	2,5	11,5
Sergipe	832.455	100,0	34,7	6,0	24,2	24,2	1,5	2,2	7,2
Bahia	5.841.078	100,0	32,6	4,2	27,4	22,6	1,4	2,4	9,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Constata-se, também, um movimento de ampliação da contribuição para a previdência entre os ocupados, que foi influenciado pela forte expansão do emprego com carteira assinada, mas também por políticas governamentais de incentivo à maior participação da população na previdência social e regulação do mercado de trabalho, entre elas a criação do microempreendedor individual (MEI) e a regulamentação do trabalho doméstico. O incremento dos ocupados com contribuição para a previdência foi mais expressivo na região se comparado à média nacional entre 2000 e 2010 (5% ao ano *versus* 4,4% a.a.). Entretanto, como o estoque de não contribuintes era bem maior no Nordeste, em 2010, mais da metade da sua população ocupada permanecia sem acesso a algum tipo de previdência social, com exceção para o Rio Grande do Norte. As piores realidades ainda continuavam no Maranhão e Piauí, onde mais de 60% de sua população ocupada não contribuía para a previdência (Gráfico 3.4).

Gráfico 3.4 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por contribuição para a previdência, 2010



Em termos setoriais, as atividades que mais cresceram em nível de ocupação foram a construção civil e o comércio, impulsionados pelos investimentos em infraestrutura econômica e social, bem como para o mercado imobiliário residencial especialmente nos municípios de médio porte; e pela expansão da renda das famílias e o maior acesso ao crédito. A indústria extrativa também apresentou importante incremento na população ocupada, mas essa indústria tem pouca participação no total da ocupação (**Tabelas 3.6 e 3.7**). Outro subsetor importante na expansão recente dos ocupados foi o de educação, saúde e assistência e seguridade social que, com a melhoria da renda média e o avanço das políticas sociais, observou uma importante ampliação da geração de empregos nessas áreas.

O crescimento da ocupação na construção civil nordestina foi maior que a média nacional. Observou-se um maior incremento dos ocupados nos Estados do Maranhão, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte. No caso do Maranhão, como mostram os dados de GOMES (2013), esta unidade federativa foi capaz de atrair um importante volume de investimentos que impulsionaram a construção civil, mas os Estados menores também atraíram investimentos importantes, principalmente de infraestrutura, como é o caso do Canal do sertão alagoano e que movimentaram o emprego na construção. Contudo, esse setor só representava cerca de 6% dos ocupados do Ceará, Alagoas e Pernambuco, 7% da Paraíba, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte e 8% do Maranhão e Piauí. O comércio, por sua vez, apresentava uma participação bem mais expressiva na região, empregando cerca de 16% dos ocupados e chegando a 18,1% dos ocupados do Rio Grande do Norte, em 2010.

A indústria extrativa expandiu-se de maneira mais expressiva em Sergipe, no Maranhão e no Rio Grande do Norte, entre 2000 e 2010. No Maranhão em face dos investimentos da Vale e nos

outros dois a presença da Petrobras teve muito peso. Todavia, apenas no Rio Grande do Norte, onde há uma importante indústria extrativa mineral ligada ao petróleo e ao sal, que a ocupação desse subsetor é um pouco maior, mesmo assim não ultrapassando 1,2% da população ocupada do Estado em 2010 (**Tabela 3.7**). A indústria de transformação cresceu mais nesse período nos Estados do Ceará, Pernambuco - que atraiu importantes empreendimentos nesse segmento-, Alagoas e Rio Grande do Norte. A Bahia, que historicamente sempre teve uma forte indústria de transformação na região, com destaque para o complexo industrial de Camaçari, exibiu uma expansão da ocupação abaixo da média regional entre 2000 e 2010. Destaca-se, ainda, a queda da população ocupada na indústria de transformação no Maranhão e no Piauí.

Tabela 3.6 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) da população ocupada por setor de atividade econômica, 2000/2010

Especificação	Total	Agrope- cuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública ¹	Construção Civil	Comércio e reparação	Serviços ²	Administração e regulação Públicas ³	Educação, Saúde, Assistência e Seguridade Social	Serviços Domésticos	Demais Atividades ⁴	Mal definidas
Brasil	2,8	0,1	5,5	1,5	3,9	3,3	3,6	2,6	2,7	3,0	1,7	2,5	20,4
Nordeste	2,4	-0,2	4,3	1,9	2,8	4,5	4,0	2,0	2,6	3,2	2,4	3,2	19,1
Maranhão	2,1	-1,3	8,7	-0,1	1,4	7,0	5,3	1,9	3,8	4,3	2,9	4,3	20,7
Piauí	1,7	-0,9	0,0	-0,5	2,7	4,3	4,4	1,1	1,4	4,3	3,1	3,1	19,9
Ceará	2,6	-0,3	0,6	2,8	5,2	3,3	4,2	2,5	3,1	2,9	2,6	2,8	16,0
Rio Grande do Norte	3,1	-0,3	5,7	2,3	3,6	5,2	5,0	3,1	2,0	3,0	2,3	5,6	20,6
Paraíba	2,1	-0,3	2,1	0,9	2,7	4,2	4,2	0,9	2,2	2,9	2,0	3,6	23,7
Pernambuco	2,5	0,2	5,3	2,4	3,6	4,5	3,1	2,0	2,4	3,0	2,2	2,5	15,8
Alagoas	2,3	-1,0	2,9	2,3	3,1	5,4	4,4	1,9	1,7	3,4	2,2	4,8	21,7
Sergipe	3,1	1,3	11,8	1,4	3,7	5,2	3,8	2,4	3,0	3,0	2,3	3,3	21,5
Bahia	2,5	0,4	3,3	1,8	1,4	3,8	3,4	1,9	3,0	2,8	2,4	2,6	21,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Serviços de Utilidade Pública: Serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. 2- Serviços: Transporte, armazenagem, correios, alojamento, alimentação, informação e comunicação, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, serviços bancários e financeiros, serviços prestados às empresas e outras atividades de serviços pessoais. 3 - Administração e regulação públicas: Administração pública, defesa e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. 4 - Demais Serviços: arte, cultura, esporte, recreação, atividades de organizações associativas e reparação e manutenção de equipamentos de informática, comunicação e objetos pessoais e domésticos.

Tabela 3.7 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica, 2010

(em %)

Especificação	Total	Agrope- cuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública ¹	Construção Civil	Comércio e reparação	Serviços ²	Administração e regulação Públicas ³	Educação, Saúde, Assistência e Seguridade Social	Serviços Domésticos	Demais Atividades ⁴	Mal definidas
Brasil	100	14,2	0,5	11,8	0,9	7,3	17,0	18,6	5,3	9,5	6,9	1,8	6,2
Nordeste	100	24,2	0,4	8,2	0,9	7,2	16,6	14,1	5,7	9,6	6,7	1,6	4,8
Maranhão	100	31,8	0,4	4,9	0,7	8,0	16,1	11,5	4,9	9,6	6,3	1,4	4,3
Piauí	100	29,4	0,2	5,8	0,8	8,2	16,1	11,5	6,0	11,0	7,0	1,6	2,4
Ceará	100	20,5	0,2	12,6	1,0	6,4	17,5	14,4	4,8	9,3	6,9	1,7	4,7
Rio Grande do Norte	100	16,0	1,2	8,8	1,0	7,6	18,1	16,2	7,0	11,2	6,4	1,9	4,7
Paraíba	100	24,6	0,4	7,9	1,1	6,9	16,8	11,9	7,2	11,0	6,4	1,6	4,1
Pernambuco	100	20,0	0,2	10,0	1,0	6,6	17,4	16,3	5,8	9,3	6,4	1,7	5,3
Alagoas	100	26,0	0,2	7,1	0,9	6,2	16,2	12,9	7,0	9,7	6,7	1,5	5,4
Sergipe	100	22,8	0,9	7,6	1,0	7,3	16,0	14,8	7,3	9,4	6,3	1,6	5,2
Bahia	100	26,0	0,5	6,6	0,9	7,6	15,9	14,5	5,2	9,1	7,0	1,5	5,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Serviços de Utilidade Pública: Serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. 2- Serviços: Transporte, armazenagem, correios, alojamento, alimentação, informação e comunicação, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, serviços bancários e financeiros, serviços prestados às empresas e outras atividades de serviços pessoais. 3 - Administração e regulação públicas: Administração pública, defesa e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. 4 - Demais Serviços: arte, cultura, esporte, recreação, atividades de organizações associativas e reparação e manutenção de equipamentos de informática, comunicação e objetos pessoais e domésticos.

O setor terciário continua sendo o principal empregador na região, respondendo por mais da metade das ocupações. Os serviços, em conjunto, representam mais de 1/3 dos ocupados e têm maior importância relativa no Estado do Rio Grande do Norte. No período de 2000 a 2010, ressalta-se a expansão das atividades de saúde, educação, assistência e seguridade social, que se expandiram acima de 4% ao ano no Maranhão e Piauí e já representavam 11% dos ocupados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, em 2010. A administração pública apresentou maior incremento no Estado do Maranhão e chega a representar cerca de 7% dos ocupados de Sergipe, Alagoas e do Rio Grande do Norte.

A agropecuária, apesar da retração na ocupação ao longo da primeira década do século XXI, ainda é um dos principais setores em termos de ocupação na região, respondendo por quase ¼ da população ocupada do Nordeste em 2010. No Maranhão, cerca de 32% dos ocupados trabalhavam na agropecuária em 2010, e esse percentual chegava a 26% em Alagoas, onde a cana-de-açúcar tinha forte peso, e na Bahia, que foi um dos poucos Estados onde houve ampliação dessa população ocupada entre 2000 e 2010 e cuja expansão do agronegócio nos cerrados vem ocorrendo de maneira intensa (**Tabela 3.7**). Sergipe e Pernambuco foram os outros Estados que apresentaram incremento da população ocupada agrícola nesse período. De maneira geral, o que se verifica é uma perda de participação do emprego na agropecuária na região, inclusive em termos absolutos. Porém, o Nordeste continua respondendo por mais de 40% dos ocupados na agropecuária brasileira, com a Bahia, sozinha, representando 12,4% dessas ocupações em 2010 (**Tabela 3.8**). A forte presença da agricultura familiar no Nordeste explica esse grande peso dos ocupados na agropecuária regional.

Tabela 3.8 - Brasil, NE e Estados: População ocupada na agropecuária, 2000/2010

Especificação	Valores Absolutos		Taxa média de cresc. anual (% a.a.)	Participação (%)	
	2000	2010		2000	2010
Brasil	12.119.390	12.258.008	0,1	100,0	100,0
Nordeste	5.140.168	5.040.150	-0,2	42,4	41,1
Maranhão	853.000	751.678	-1,3	7,0	6,1
Piauí	391.032	356.874	-0,9	3,2	2,9
Ceará	708.892	689.912	-0,3	5,8	5,6
Rio Grande do Norte	205.131	198.071	-0,3	1,7	1,6
Paraíba	373.366	364.080	-0,3	3,1	3,0
Pernambuco	666.288	682.220	0,2	5,5	5,6
Alagoas	320.633	291.314	-1,0	2,6	2,4
Sergipe	166.234	189.387	1,3	1,4	1,5
Bahia	1.455.593	1.516.614	0,4	12,0	12,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Os avanços na escolarização da população na região Nordeste também podem ser observados através da análise dos ocupados por grau de instrução. Os trabalhadores com nível superior completo expandiram a uma taxa média de 10% ao ano entre 2000 e 2010, mas, em 2010,

eram apenas 8,5% dos ocupados nordestinos contra 12,7% dos ocupados brasileiros. A população ocupada com ensino médio completo e/ou superior incompleto também cresceu mais na região do que na média nacional e passou de 16,7% dos ocupados do Nordeste em 2000 para 27,6% em 2010.

Todavia, quase metade dos ocupados no Nordeste, em 2010, não tinham instrução ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto. Esses trabalhadores representavam 53,5% dos ocupados de Alagoas, 52,7% do Piauí, 51,4% da Paraíba e 50,4% do Maranhão; bem acima da média nacional de 38,5%. O Rio Grande do Norte destacava-se como o Estado com a menor participação de ocupados sem instrução ou só com ensino fundamental incompleto (43,3%) e com maior peso relativo dos ocupados com nível superior completo (10,3%), em 2010.

Tabela 3.9 - Brasil, NE e Estados: Distribuição da população ocupada por nível de instrução, 2000/2010

Especificação	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determi- nado	Total
2000						
Brasil	53,8	16,5	21,5	7,2	0,9	100,0
Nordeste	66,1	11,2	16,7	4,2	1,8	100,0
Maranhão	71,8	10,3	14,7	1,9	1,3	100,0
Piauí	71,1	10,5	13,4	2,7	2,3	100,0
Ceará	64,6	12,6	15,9	4,0	2,9	100,0
Rio Grande do Norte	59,5	12,8	20,5	5,8	1,5	100,0
Paraíba	67,9	10,1	14,1	6,0	2,0	100,0
Pernambuco	61,7	12,3	18,5	6,4	1,2	100,0
Alagoas	69,8	10,0	14,2	4,3	1,7	100,0
Sergipe	65,5	11,9	16,8	4,2	1,6	100,0
Bahia	66,3	10,6	18,1	3,4	1,6	100,0
2010						
Brasil	38,5	17,8	30,7	12,7	0,4	100,0
Nordeste	48,1	15,4	27,6	8,5	0,4	100,0
Maranhão	50,4	16,0	26,4	6,7	0,4	100,0
Piauí	52,7	15,3	22,6	9,1	0,3	100,0
Ceará	44,0	17,7	29,5	8,5	0,4	100,0
Rio Grande do Norte	43,3	15,5	30,6	10,3	0,3	100,0
Paraíba	51,4	13,7	24,9	9,7	0,2	100,0
Pernambuco	46,7	14,8	28,5	9,7	0,4	100,0
Alagoas	53,5	14,3	23,3	8,6	0,3	100,0
Sergipe	48,7	14,8	26,5	9,8	0,3	100,0
Bahia	48,6	14,9	28,5	7,5	0,4	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Em termos de renda do trabalho principal, verifica-se um incremento da renda média regional bem acima da média nacional. A massa de rendimentos dos nordestinos ocupados no trabalho principal também cresceu acima da média nacional, porém em um patamar mais próximo (4,7% ao ano contra 3,4% ao ano). A renda média no Nordeste cresceu, em termos reais, quase 2% ao ano entre 2000 e 2010, contra apenas 0,5% da média nacional. Com isso, os rendimentos da região se aproximaram da média nacional. Entre 2000 e 2010, em termos reais, a renda média do Nordeste passou de 60,4% da renda média do país para 69,4%. No que se refere à massa de rendimentos, o

Nordeste também ampliou sua participação, contudo a região que representava 24,1% da população ocupada nacional só detinha 15,5% da massa de rendimentos em 2010 (**Tabela 3.10**).

Intrarregionalmente, observa-se que os Estados nordestinos com menores rendas foram os que apresentaram as maiores taxas médias de crescimento dos rendimentos do trabalho. O rendimento médio no Piauí expandiu-se a uma taxa média anual de 3,2% entre 2000 e 2010, saltando de R\$ 606,4 em 2000 para R\$ 828,9 em 2010. No Maranhão, o incremento na renda média foi de 3,0% ao ano, passando de R\$ 605,2 em 2000 para R\$ 811,0 em 2010. A Paraíba e Sergipe, por sua vez, tiveram uma ampliação anual da renda média de 2,5%, chegando em 2010 a um patamar de R\$ 886,6 e R\$ 943,1, respectivamente. As unidades federativas com menores rendimentos médios reais dos ocupados no trabalho principal em 2000 eram Maranhão, Piauí e Paraíba. Em 2010, a Paraíba ultrapassou o Ceará, mas o Maranhão e o Piauí, que demonstraram forte incremento na renda do trabalho, permanecem como os Estados com menores rendimentos médios dos ocupados no trabalho principal. Entre as maiores rendas, Pernambuco e o Rio Grande do Norte continuavam como as unidades federativas com as mais altas rendas médias do trabalho na região, tanto em 2000 quanto em 2010.

A massa de rendimentos do trabalho principal expandiu-se de maneira mais expressiva em Sergipe, Maranhão e Piauí entre 2000 e 2010. Todavia, essa massa continua ainda muito concentrada nas unidades federativas da Bahia, Pernambuco e Ceará que detinham 62% do total regional dos rendimentos do trabalho em 2010 e cerca de 60,5% da população ocupada.

Tabela 3.10 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) e valores reais da renda média e massa de rendimentos reais dos ocupados no trabalho principal com rendimento, 2000/2010

Especificação	Taxa média de cresc. anual (% a.a.) 2000/2010		Renda Média (em R\$)		Massa de Rendimentos (Em R\$ milhões)		Distribuição regional da Massa de Rendimentos (Em %)	
	Renda Média	Massa de Rendimento	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	0,5	3,4	1.226,3	1.291,7	74.321,4	104.164,2		
Nordeste	1,9	4,7	740,9	897,0	10.241,1	16.163,7	100,0	100,0
Maranhão	3,0	5,5	605,2	811,0	910,7	1.552,2	8,9	9,6
Piauí	3,2	5,2	606,4	828,9	492,9	816,1	4,8	5,0
Ceará	1,6	4,7	734,3	862,8	1.601,9	2.544,4	15,6	15,7
Rio Grande do Norte	2,0	5,6	814,0	994,7	647,2	1.113,2	6,3	6,9
Paraíba	2,5	5,1	693,0	886,6	673,9	1.105,6	6,6	6,8
Pernambuco	1,0	3,9	864,4	954,5	1.977,0	2.906,0	19,3	18,0
Alagoas	2,1	4,6	727,8	898,1	540,7	851,1	5,3	5,3
Sergipe	2,5	5,7	735,8	943,1	402,9	702,7	3,9	4,3
Bahia	1,8	4,3	752,4	901,9	2.993,8	4.572,5	29,2	28,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

A análise desse período não pode ser completada sem a observação da estrutura de rendimentos do trabalho, isto é, sem se levar em conta a distribuição dos ocupados no trabalho

principal com rendimento segundo faixas de salário mínimo. Como ressaltado anteriormente, um elemento importante para a conformação dos movimentos favoráveis do emprego e da renda, no período analisado, foi sem dúvida a política de valorização do salário mínimo, com forte ampliação do seu valor real, o que possibilitou um aumento de mais de 50% no poder de compra da população brasileira, no período considerado (DIESSE, 2010).

A partir da **Tabela 3.11**, verifica-se que houve entre 2000 e 2010 uma ampliação significativa da quantidade de trabalhadores que ganhavam no entorno do salário mínimo no Brasil e na região Nordeste. Contudo, diferentemente do Brasil onde houve ampliação do peso relativo dos ocupados com menos de um salário mínimo e de um a dois salários mínimos, na região Nordeste apenas os trabalhadores com renda de um salário mínimo expandiram sua participação entre 2000 e 2010. Os ocupados no trabalho principal com renda de até dois salários mínimos correspondiam a 75% dos trabalhadores nordestinos em 2000 e passaram para 83,7% em 2010, bem acima da média nacional de 71,0%. Constata-se, também, que os ocupados com rendimentos acima de dois salários mínimos perderam participação relativa nesse período.

Esse processo de ampliação dos ocupados com renda de um salário foi expressivo em todos os Estados nordestinos. Contudo, os trabalhadores que ganham menos de 1 salário mínimo ainda eram maioria e chegavam a representar 40,5% dos ocupados do Maranhão em 2010, e 39,5% no Piauí. Ceará e Alagoas eram os Estados que apresentavam maior peso do salário mínimo entre sua população ocupada com rendimento, cerca de 26%. Entre as unidades federativas com maior participação entre as maiores faixas de renda, destacam-se o Rio Grande do Norte e Sergipe, onde mais de 6% dos ocupados recebiam mais de cinco salários mínimos e Pernambuco com 5,8%, em 2010.

Tabela 3.11 - Brasil, NE e Estados: Distribuição (%) dos ocupados no trabalho principal com rendimento por faixas de salário mínimo, 2000/2010

Especificação	Menos de 1 SM	1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 10 SM	Acima de 10 até 20 SM	Mais de 20 SM	Total
2000									
Brasil	17,3	8,3	27,8	13,7	13,8	11,9	4,8	2,4	100,0
Nordeste	36,1	12,4	26,5	8,0	7,5	5,8	2,4	1,2	100,0
Maranhão	46,6	10,2	23,5	6,7	6,1	4,5	1,7	0,8	100,0
Piauí	46,9	11,3	21,8	7,1	5,8	4,4	1,8	0,9	100,0
Ceará	37,3	12,4	26,0	7,6	7,0	5,9	2,4	1,2	100,0
Rio Grande do Norte	26,9	14,5	30,2	9,4	8,4	6,4	2,8	1,3	100,0
Paraíba	36,8	11,5	28,0	8,0	7,0	5,4	2,4	1,0	100,0
Pernambuco	28,6	12,0	29,9	9,1	8,9	6,9	3,0	1,5	100,0
Alagoas	36,3	12,3	27,2	7,9	7,2	5,7	2,4	1,1	100,0
Sergipe	35,1	13,1	26,8	7,9	7,7	5,7	2,5	1,2	100,0
Bahia	35,5	13,3	25,7	8,1	8,0	5,8	2,4	1,2	100,0
2010									
Brasil	18,9	16,6	35,4	11,3	8,6	6,3	2,1	0,8	100,0
Nordeste	35,0	25,1	23,6	6,1	4,8	3,6	1,3	0,5	100,0
Maranhão	40,5	21,9	23,1	5,6	4,4	3,2	0,9	0,4	100,0
Piauí	39,5	23,8	21,3	6,3	4,4	3,3	1,1	0,4	100,0
Ceará	36,3	26,7	22,2	5,4	4,4	3,4	1,2	0,5	100,0
Rio Grande do Norte	27,5	25,8	27,5	7,3	5,7	4,1	1,6	0,5	100,0
Paraíba	36,0	25,6	23,1	5,6	4,4	3,5	1,3	0,5	100,0
Pernambuco	31,3	25,5	25,9	6,5	5,0	3,8	1,4	0,5	100,0
Alagoas	33,7	26,2	23,8	5,9	5,0	3,8	1,2	0,4	100,0
Sergipe	34,2	25,2	22,8	6,1	5,5	4,2	1,5	0,5	100,0
Bahia	35,2	25,1	23,2	6,2	5,0	3,7	1,2	0,5	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: Salário mínimo de R\$ 151,00, em 2000, e de R\$ 510,00, em 2010.

Esse quadro aponta uma indiscutível melhora da renda no trabalho principal dos trabalhadores brasileiros e nordestinos; contudo, a queda da participação dos ocupados em faixas de rendimentos maiores indica uma forte concentração de pessoas ocupadas na base da estrutura de renda do trabalho. Afinal, o período recente de crescimento econômico não gerou um grande número de empregos de alta renda, se comparado aos empregos com renda próxima ou igual ao salário mínimo; e as rendas altas não cresceram tanto quanto a valorização do salário mínimo. Esse movimento fica mais nítido ao se analisar a apropriação da massa de rendimentos do trabalho pelas distintas parcelas dos trabalhadores (**Tabela 3.12**). Apesar do importante incremento dos ocupados em torno do salário mínimo, entre 2000 e 2010, a apropriação da renda pelos 40% dos trabalhadores mais pobres aumentou pouco, tanto no Brasil quanto no Nordeste, passando de 9% para 11,9% e de 8,2% para 9,6%, respectivamente. Esse movimento de ampliação da massa de rendimentos e consequente desconcentração da renda foi observado na maioria dos Estados da região, com exceção de Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde caiu a participação relativa da apropriação da renda pelos 40% mais pobres em 2010, se comparado ao ano de 2000.

Por outro lado, a queda na apropriação da renda entre os 20% mais ricos ocorreu de maneira generalizada, em todas as unidades federativas do Nordeste, com destaque para Pernambuco, Ceará e Maranhão. Se observada a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres, também é possível verificar a redução da desigualdade entre os

rendimentos médios do trabalho entre esses dois grupos em todas os Estados do Nordeste, seguindo a tendência nacional. Em síntese, apesar da pouca alteração observada nos grandes grupos de apropriação da renda no período recente, o que pode indicar que as maiores mudanças podem ter ocorrido dentro desses grupos, houve uma redução da apropriação dos 20% mais ricos e uma queda na razão entre as rendas médias dos 20% mais ricos em relação ao 40% mais pobres.

Tabela 3.12 - Brasil, NE e Estados: Percentual de apropriação da renda e razão entre a renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento por quintil, 2000/2010

Especificação	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres da população		Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população		Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	9,0%	11,9%	64,4%	61,2%	14,3	9,0
Nordeste	8,2%	9,6%	67,4%	61,5%	14,0	10,6
Maranhão	8,9%	12,0%	65,3%	58,8%	14,9	10,0
Piauí	8,5%	10,9%	66,4%	60,3%	15,6	10,9
Ceará	8,0%	10,1%	67,8%	60,5%	15,2	10,9
Rio Grande do Norte	11,3%	7,2%	64,7%	60,2%	11,9	11,0
Paraíba	8,9%	10,1%	64,8%	60,9%	13,4	10,8
Pernambuco	10,0%	8,5%	66,4%	58,6%	13,4	11,6
Alagoas	8,9%	9,7%	66,0%	60,5%	13,2	10,0
Sergipe	8,3%	9,1%	64,0%	60,2%	14,5	11,9
Bahia	8,2%	9,5%	64,9%	62,0%	14,8	10,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Os baixos rendimentos médios no trabalho principal, bem como a grande participação do emprego nas menores faixas de renda, também podem ser melhor explicados a partir da análise da evolução das rendas médias reais por setor de atividade econômica. No Nordeste, os setores que mais se expandiram em termos de geração de pontos de trabalho, como já demonstrado na **Tabela 3.6**, foram a construção civil, o comércio e a indústria extrativa. Já no que se refere aos rendimentos, houve importante incremento da renda média na indústria extrativa, nos serviços domésticos, administração pública e educação, saúde e assistência e seguridade social entre 2000 e 2010. A renda média real decaiu no comércio e cresceu 1,4% ao ano na construção civil nordestina, nesse período (**Tabela 3.13**).

Maranhão e Piauí foram as unidades da federação que apresentaram maior crescimento da renda média real. Nesses dois Estados, destaca-se o importante incremento dos rendimentos médios nos serviços domésticos, de educação, saúde e assistência e seguridade social e na administração pública. No Piauí, além desses setores, a indústria extrativa também exibiu importante expansão das remunerações médias.

A indústria extrativa e a administração pública eram os setores que auferiam os maiores salários médios na região Nordeste. A indústria extrativa apresentou maior incremento da renda média nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí e, em 2010, chegou a pagar

rendimentos médios de R\$ 3.090,53 em Sergipe, R\$ 2.075,86 no Rio Grande do Norte e apenas R\$ 818,90 no Piauí, onde predomina uma extrativa mais tradicional. Na administração pública, por sua vez, as remunerações médias cresceram mais em Sergipe, no Rio Grande do Norte e no Piauí e variavam menos em termos absolutos, de R\$ 2.082,98 em Sergipe a R\$ 1.512,52 no Maranhão.

Entre os segmentos de atividade econômica estudados, os serviços domésticos e a agropecuária eram os que auferiam as menores rendas médias. Em 2010, esses segmentos apresentaram remunerações médias no Nordeste de R\$ 336,67 e R\$ 384,44, bem abaixo do salário mínimo, e com uma participação de cerca de 30% da população ocupada regional. Com exceção do Rio Grande do Norte, onde o peso da agropecuária era bem menor, é possível observar claramente como esses dois segmentos tem importante peso na formação dos baixos rendimentos médios regionais.

O comércio e a construção civil foram importantes setores na geração de postos de trabalho nesse período, especial os formais. Em 2010, as remunerações médias variavam no comércio de R\$ 832,83 no Piauí a R\$ 928,57 no Rio Grande do Norte e na construção civil de R\$ 668,88 no Piauí a R\$ 928,57 no Rio Grande do Norte.

Os serviços de educação, saúde, assistência e seguridade social pagavam, em média, 2,5 salários mínimos na região Nordeste e respondiam por cerca de 10% dos ocupados, em 2010. Esse é um setor com maior peso do trabalho qualificado, especialmente de nível técnico e superior, e também apresentava menor amplitude em termos de desigualdade regional dos rendimentos médios que oscilavam de R\$ 1.135,30 no Maranhão a cerca de R\$ 1.391 em Sergipe e em Pernambuco. Já os serviços em geral, detinham maior participação em termos de empregos, com uma renda média de cerca de dois salários mínimos e baixa variabilidade entre os Estados da região. Em 2010, o rendimento médio no trabalho principal nos serviços variava de cerca de R\$ 1.000 no Maranhão e Piauí a um pouco mais de R\$ 1.110 no Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Tabela 3.13 - Brasil, NE e Estados: Taxa média de crescimento anual¹ e valores da renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento, por setor de atividade econômica, 2000/2010

Especificação	Total	Agropecuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública ²	Construção Civil	Comércio e reparação	Serviços ³	Administração e regulação Públicas ⁴	Educação, Saúde, Assistência e Seguridade Social	Serviços Domésticos	Demais Atividades ⁵	Mal definidas
Taxa média de crescimento anual (% a.a.) da renda média - 2000/2010													
Brasil	0,5	1,4	5,1	-0,2	-0,6	0,9	-1,5	-0,4	2,5	1,0	3,0	-1,2	1,6
Nordeste	1,9	1,7	5,6	1,1	0,9	1,4	-0,5	1,0	3,5	2,9	3,6	0,2	3,1
Maranhão	3,0	2,5	1,2	2,1	0,0	2,2	-0,2	1,8	2,9	3,2	4,1	1,0	5,2
Piauí	3,2	2,0	6,8	2,6	1,5	2,3	0,2	2,4	4,3	4,2	3,6	0,8	7,1
Ceará	1,6	1,6	5,8	1,8	0,8	1,4	-0,9	1,0	2,8	2,8	3,3	0,9	2,0
Rio Grande do Norte	2,0	1,1	7,0	1,0	1,3	1,7	-0,9	1,3	5,1	3,0	3,7	-0,6	4,2
Paraíba	2,5	1,6	2,6	0,5	1,6	1,8	0,5	2,6	3,9	3,2	3,6	0,6	4,3
Pernambuco	1,0	1,8	8,3	0,3	0,5	0,8	-0,8	0,4	2,6	1,9	3,3	-1,2	2,1
Alagoas	2,1	1,2	8,0	0,8	-0,2	0,6	-0,3	1,0	3,6	2,9	4,0	0,6	3,3
Sergipe	2,5	1,2	3,9	1,4	-1,9	1,1	0,8	0,4	5,6	3,6	3,7	-0,1	1,6
Bahia	1,8	1,3	4,9	0,9	1,7	1,3	-0,5	0,5	3,7	2,9	3,8	0,6	3,7
Renda média (em R\$) - 2010													
Brasil	1.291,67	743,78	2.289,72	1.211,04	1.357,94	1.054,06	1.179,38	1.548,13	2.210,55	1.695,54	478,71	1.274,39	1.492,89
Nordeste	896,95	384,44	1.835,63	798,74	1.000,39	753,98	879,10	1.094,27	1.724,40	1.275,44	336,67	916,72	1.034,66
Maranhão	811,01	363,50	1.454,73	769,29	863,31	739,00	868,05	1.000,49	1.512,52	1.135,30	313,27	810,35	1.068,09
Piauí	828,91	327,31	818,90	655,03	1.180,83	668,88	832,83	1.008,35	1.696,26	1.249,35	289,17	764,02	908,83
Ceará	862,85	326,71	1.509,75	700,03	902,70	693,51	866,99	1.110,08	1.754,44	1.251,15	329,40	899,85	1.022,35
Rio Grande do Norte	994,66	434,61	2.075,86	767,52	1.060,33	808,97	928,57	1.101,31	1.942,33	1.317,90	359,71	882,55	988,27
Paraíba	886,61	351,06	796,93	680,95	934,55	702,41	834,05	1.142,85	1.655,56	1.261,25	332,77	829,14	980,21
Pernambuco	954,53	437,48	1.561,88	851,47	1.170,78	799,62	893,56	1.153,07	1.856,73	1.319,08	367,71	991,53	1.003,77
Alagoas	898,09	411,60	1.352,67	865,80	906,91	729,53	853,38	1.042,02	1.684,60	1.262,98	351,79	843,36	991,26
Sergipe	943,10	362,40	3.090,53	748,04	906,47	762,65	858,17	1.042,56	2.082,98	1.391,80	355,05	834,01	991,87
Bahia	901,85	402,99	2.020,11	934,30	992,73	788,85	899,57	1.095,37	1.611,34	1.308,74	333,55	1.009,32	1.095,43

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Serviços de Utilidade Pública: Serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. 3 - Serviços: Transporte, armazenagem, correios, alojamento, alimentação, informação e comunicação, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, serviços bancários e financeiros, serviços prestados às empresas e outras atividades de serviços pessoais. 4 - Administração e regulação públicas: Administração pública, defesa e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. 5 - Demais Serviços: arte, cultura, esporte, recreação, atividades de organizações associativas e reparação e manutenção de equipamentos de informática, comunicação e objetos pessoais e domésticos.

3.2 População e mercado de trabalho por porte de município

Os dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 apontam para a intensificação do processo de expansão da população das cidades de porte médio em todo o território brasileiro, bem como um processo de desconcentração da população urbana nos grandes centros e metrópoles nacionais (STAMM et al., 2013). Destaca-se, também, o baixo dinamismo demográfico dos municípios com menos de 50 mil pessoas no Brasil, o que corrobora a tendência de perda progressiva de participação populacional dos municípios de pequeno porte desde os anos de 1940, ainda de acordo com os censos demográficos do IBGE.

No caso nordestino, observou-se, entre 2000 e 2010, uma maior expansão populacional nos municípios de 100 a 500 mil habitantes, se considerados apenas os portes de município (ver **Tabela B1**, no capítulo 2). Todavia, destaca-se, também, a taxa de incremento da população urbana dos municípios com até 50 mil habitantes e de 50 a 100 mil habitantes, que foi bem acima da média nacional e regional (**Tabela 3.14**). Já entre os municípios com mais de 500 mil habitantes – que eram as 9 capitais nordestinas e os Municípios de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, e Feira de Santana, na Bahia – verificou-se uma ampliação da população total próxima à média nacional e regional e uma expansão de sua população urbana bem abaixo da média nacional e regional. Ressalta-se, ainda, o crescimento negativo da população em áreas rurais, ou seja, a perda populacional das áreas rurais nordestinas, em especial nos municípios com até 50 mil habitantes – onde essa população está fortemente concentrada.

Tabela 3.14 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual da população residente (% a.a.), por situação do domicílio, 2000/2010

Especificação	Total	Urbana	Rural
Brasil	1,2	1,6	-0,7
Nordeste	1,1	1,6	-0,3
Até 50 mil hab rural	-0,4	-	-0,4
Até 50 mil hab urbano	1,8	1,8	-
De 50 a 100 mil hab rural	-0,4	-	-0,4
De 50 a 100 mil hab urbano	2,0	2,0	-
De 100 a 500 mil	1,6	1,8	0,0
Mais de 500 mil	1,3	1,3	2,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Em termos de distribuição populacional, o Nordeste segue a dinâmica nacional com aumento de participação dos municípios de porte médio e perda relativa de população total dos municípios com até 50 mil habitantes. Nesses municípios de pequeno porte, o que tem puxado essa redução na participação da população total é a queda de sua população rural, que vem declinando em

termos absolutos e relativos, como é possível observar através da **Tabela 3.15**. Mesmo assim, em 2010, cerca de 46% da população nordestina ainda habitava as áreas rurais e urbanas dos 1.623 municípios com até 50 mil habitantes. No que se refere às grandes metrópoles, observa-se a manutenção de seu peso relativo na população regional.

De maneira geral, salienta-se que cerca de 77% da população rural ainda se encontrava nos pequenos municípios em 2010, enquanto que 1/3 da população urbana estava também nos núcleos urbanos desses municípios de pequeno porte e outro 1/3 estava nos 11 grandes centros da região, que tinham mais de 500 mil habitantes. Os 47 municípios de porte médio (população de 100 a 500 mil) do Nordeste já representavam cerca de 16% da população total regional, em 2010.

Tabela 3.15 - NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição (%) da população residente, por situação do domicílio, 2000/2010

Especificação	Absoluto		Distribuição					
	Total		Total		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Nordeste	47.741.711	53.081.950	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 50 mil hab rural	11.522.984	11.015.781	24,1	20,8	-	-	78,0	77,2
Até 50 mil hab urbano	11.252.312	13.418.202	23,6	25,3	34,1	34,6	-	-
De 50 a 100 mil hab rural	2.181.457	2.093.627	4,6	3,9	-	-	14,8	14,7
De 50 a 100 mil hab urbano	4.379.145	5.361.985	9,2	10,1	13,3	13,8	-	-
De 100 a 500 mil	7.221.737	8.465.330	15,1	15,9	18,9	19,3	6,7	6,9
Mais de 500 mil	11.224.851	12.727.025	23,5	24,0	33,6	32,4	0,9	1,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Em relação ao mercado de trabalho, é possível observar, a partir do recorte por tamanho dos municípios do Nordeste, o baixíssimo incremento da população em idade ativa nas áreas rurais dos municípios com até 100 mil habitantes. A inatividade, por sua vez, expande-se a uma taxa maior nas áreas urbanas desses mesmos municípios. Esse movimento pode refletir o aumento das políticas sociais nessas áreas urbanas, o que melhora a renda média das famílias e permite que: os jovens continuem estudando; os mais velhos se aposentem e não tenham que continuar procurando trabalho; mas também pode revelar um aumento das pessoas que nem estudam, nem trabalham, dentro desses municípios com até 100 mil habitantes.

Seguindo a dinâmica geral do mercado de trabalho, verifica-se a queda generalizada da população desocupada, em todos os recortes estudados, porém com maior intensidade nos grandes centros com mais de 500 mil habitantes e nos municípios de porte médio. A população ocupada, por sua vez, expandiu-se mais nas áreas urbanas dos municípios de 50 a 100 mil, seguida pelos municípios com população entre 100 a 500 mil e pelas grandes metrópoles da região. O crescimento da população economicamente ativa e ocupada do Nordeste entre 2000 e 2010 foi um fenômeno de suas áreas urbanas (**Tabela 3.16**).

No que se refere à taxa de participação, verifica-se que esta vai crescendo de acordo com o porte dos municípios e consequente importância deles na rede urbana e nos mercados de trabalho

locais. Houve aumento da taxa de participação entre 2000 e 2010 nas áreas urbanas dos municípios de 50 a 100 mil habitantes e nos municípios de médio e grande portes, seguindo a tendência nacional. Já as áreas rurais dos municípios com população abaixo de 100 mil apresentaram queda dessa taxa, puxada pelo maior crescimento da inatividade, se comparado à PEA. Nas áreas urbanas dos municípios com até 50 mil habitantes, a taxa de participação manteve-se praticamente estável nesse período. A taxa de desemprego, que historicamente sempre foi maior nos grandes centros urbanos, exibe, na primeira década dos anos 2000, uma queda mais acelerada nesses espaços, o que fez com que em 2010 a taxa de desemprego praticamente se igualasse nos grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes), nos municípios de porte médio (com população entre 100 a 500 mil) e nos centros urbanos dos municípios com população entre 50 e 100 mil e ficassem próximas, também, das áreas urbanas dos municípios de pequeno porte.

Tabela 3.16 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual das pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo condição de atividade e taxas de participação e desemprego, 2000/2010

Especificação	Taxa média de crescimento anual (% a.a.) entre 2000 e 2010					Taxa de participação		Taxa de desemprego	
	PIA	Inativos	PEA	População Ocupada	População Desocupada	2000	2010	2000	2010
Brasil	1,7	1,4	1,9	2,8	-4,9	56,6	57,7	15,3	7,6
Nordeste	1,6	1,6	1,7	2,4	-3,1	51,8	52,3	15,9	9,7
Até 50 mil hab rural	0,3	0,8	-0,2	-0,1	-2,1	50,0	47,6	6,8	5,6
Até 50 mil hab urbano	2,3	2,3	2,2	2,9	-2,4	48,8	48,6	16,7	10,6
De 50 a 100 mil hab rural	0,3	0,6	0,1	0,4	-3,6	49,5	48,4	8,7	6,0
De 50 a 100 mil hab urbano	2,5	2,3	2,7	3,7	-2,6	51,5	52,5	18,7	11,0
De 100 a 500 mil	2,2	1,7	2,5	3,5	-3,1	53,0	55,0	19,3	11,0
Mais de 500 mil	1,8	1,3	2,2	3,4	-4,1	56,4	58,5	20,9	11,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Na população ocupada destaca-se, também, no recorte por porte de municípios, a forte expansão do emprego com carteira assinada entre os ocupados da região Nordeste entre 2000 e 2010. O incremento do trabalho formal foi maior que a média regional nas áreas urbanas dos municípios de 50 a 100 mil habitantes (6,6% a.a.), nos municípios de porte médio (6,0% a.a.) e na parte urbana dos municípios de pequeno porte (5,8% a.a.). Verifica-se, também, uma ampliação mais intensa do emprego público nos municípios com população de 100 a 500 mil, enquanto que o emprego sem carteira cresce mais nas áreas urbanas dos municípios com até 100 mil habitantes. Destaca-se, ainda, a queda do trabalho por conta própria apenas nas áreas rurais. Nas áreas rurais dos pequenos municípios do Nordeste, é possível constatar ainda uma forte retração dos empregadores e do trabalho não remunerado (**Tabela 3.17**).

Apesar do importante dinamismo da ocupação na primeira década do século XXI no Brasil e no Nordeste, as áreas rurais dos municípios com população de até 100 mil apresentaram fraco ou negativo incremento da população ocupada, com expansão do emprego formal abaixo da média regional. Por sua vez, a retração do trabalho por conta própria e a diminuição do não remunerado com

aumento do trabalho para o autoconsumo podem indicar um efeito positivo das políticas sociais, que reduzem a necessidade do trabalho precário nas áreas agrícolas e pecuaristas do nordeste brasileiro.

Tabela 3.17 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual da população ocupada por posição na ocupação, 2000/2010

Especificação	Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Brasil	2,8	5,0	2,3	0,8	1,9	-1,1	-5,5	5,5
Nordeste	2,4	5,5	2,0	2,2	1,0	-1,3	-7,4	3,6
Até 50 mil hab rural	-0,1	4,5	-0,8	1,3	-1,5	-6,3	-11,3	3,3
Até 50 mil hab urbano	2,9	5,8	1,7	3,3	1,5	-0,9	-4,3	4,4
De 50 a 100 mil hab rural	0,4	3,2	-1,5	1,3	-0,5	-6,2	-9,4	3,6
De 50 a 100 mil hab urbano	3,7	6,6	2,3	2,8	2,3	-0,1	-1,9	5,8
De 100 a 500 mil	3,5	6,0	3,5	2,1	2,4	-0,1	-2,4	4,0
Mais de 500 mil	3,4	5,1	2,5	1,7	2,2	-1,4	4,6	6,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

As diferenças entre os mercados de trabalho urbano e rural ficam bem evidentes na análise da distribuição da população ocupada por posição na ocupação. Em 2010, mesmo com a expansão generalizada do emprego formal e o crescimento do agronegócio em parte importante dos cerrados nordestinos, o trabalho com carteira assinada representava menos de 14% do total de ocupados dessas áreas nos municípios com até 100 mil habitantes (**Tabela 3.18**). O trabalho sem carteiras nas áreas rurais nordestinas também era bastante intenso e respondia por mais de 30% dos empregos das áreas rurais de 50 a 100 mil habitantes e cerca de 36% dos empregos rurais nos municípios com população de até 50 mil. Nessas áreas rurais nordestinas, o trabalho para o autoconsumo e o por conta própria respondiam por mais de 50% da ocupação, influenciados pelo peso da agricultura familiar.

Em 2010, o trabalho com carteira assinada nos municípios de médio e grande porte já era o de maior peso relativo, 41% e 49,5%, respectivamente. Contudo, o trabalho por conta própria e o sem carteira ainda apresentavam importante participação na ocupação nos municípios de médio e grande portes, 48,2% e 40,5%, na mesma ordem. Nas áreas urbanas dos municípios com até 100 mil habitantes houve ampliação da participação do emprego formal, mas mais da metade dos ocupados ainda eram trabalhadores por conta própria ou empregados sem carteira de trabalho assinada, em 2010.

Tabela 3.18 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por posição na ocupação, 2010

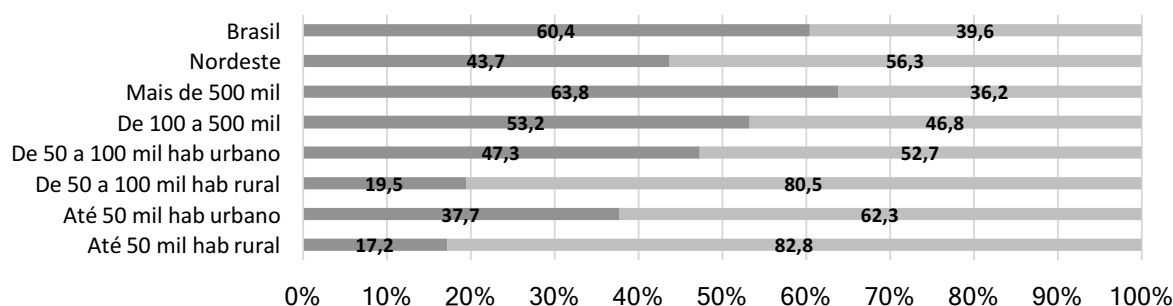
Especificação	Total		Empregados com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Emprega- dores	Não remune- rados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
	Absoluto	%							
Brasil	86.353.839	100,0	45,3	5,4	20,2	21,5	2,0	1,7	4,0
Nordeste	20.854.301	100,0	31,4	5,2	27,4	22,9	1,3	2,4	9,4
Até 50 mil hab rural	4.029.609	100,0	10,8	2,1	26,6	24,6	0,3	5,0	30,6
Até 50 mil hab urbano	4.808.530	100,0	22,2	7,0	36,3	24,0	1,1	2,1	7,2
De 50 a 100 mil hab rural	773.239	100,0	13,6	1,7	27,4	26,2	0,3	5,1	25,7
De 50 a 100 mil hab urbano	2.087.104	100,0	34,0	5,1	30,8	23,7	1,7	1,6	3,1
De 100 a 500 mil	3.460.955	100,0	41,0	5,1	25,1	23,0	1,6	1,6	2,6
Mais de 500 mil	5.694.864	100,0	49,5	6,4	20,5	20,0	1,9	1,3	0,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

As limitações do crescimento do trabalho com carteira assinada principalmente nas áreas rurais dos municípios com até 100 mil habitantes refletem-se na expansão da contribuição para a previdência entre os seus ocupados. Mesmo com um crescimento no total de contribuintes, essas áreas ainda detinham mais de 80% de seus ocupados sem contribuição para a previdência.

As áreas urbanas nordestinas, por sua vez, seguiram a tendência nacional de forte ampliação da contribuição para a previdência. A formalização acompanha o dinamismo do emprego. As áreas urbanas dos municípios com população entre 50 e 100 mil expandiram a contribuição em 6% ao ano, e nos municípios de porte médio em 5,6% a.a., entre 2000 e 2010. Todavia, a participação de contribuintes ao sistema de previdência social era maior nos grandes centros urbanos regionais, que em 2010 representava 63,8% dos seus ocupados. Os municípios com população de 100 a 500 mil habitantes em 2010 já tinham mais de 50% de sua população contribuindo para a previdência. Já nos centros urbanos menores, a participação dos contribuintes era bem menor, chegando a apenas 37,7% dos ocupados das áreas urbanas dos municípios com até 50 mil habitantes do Nordeste (**Gráfico 3.5**).

Gráfico 3.5 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por contribuição para a previdência, 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

■ Contribuintes ■ Não contribuintes

A importância da agropecuária nas áreas rurais nordestinas é reafirmada com a análise dos dados de população ocupada por setor de atividade econômica. Apesar do decréscimo do trabalho nesse setor nas áreas rurais nordestinas, ele ainda representava mais de 2/3 de toda a população ocupada nas áreas rurais dos municípios com até 100 mil habitantes, em 2010 (**Tabelas 3.19 e 3.20**). Contudo, os dados do Censo Demográfico também apontam para o crescimento do trabalho na agropecuária por ocupados que habitam as áreas urbanas dos municípios com população de até 50 mil e de 50 a 100 mil. Ou seja, o trabalhador rural ainda mora predominantemente nas áreas rurais nordestinas, mas uma parte crescente dele vem deixando o campo para morar na cidade, mesmo permanecendo ocupado na agricultura e pecuária.

Destaca-se, ainda, que entre 2000 e 2010 houve expansão das ocupações em atividades da construção civil, do comércio, dos serviços industriais de utilidade pública e de saúde e educação nas áreas rurais dos pequenos municípios nordestinos. Todavia, essas atividades permaneciam tendo pouco peso no total da população ocupada dessas áreas. Enquanto que o terciário respondia por $\frac{3}{4}$ das ocupações nos grandes centros urbanos com mais de 500 mil habitantes em 2010, nas áreas rurais ele representava apenas 20% do emprego local.

Nas áreas urbanas dos municípios com população de até 50 mil, além do crescimento do trabalho na agropecuária, ressalta-se um incremento da população ocupada acima da média, entre 2000 e 2010, no comércio, nos serviços de saúde, educação a assistência social e na indústria de transformação. Em termos de distribuição, nota-se que em 2010 mais de 20% da população desses municípios trabalhava na agropecuária, 17,7% no comércio e 11,3% na educação, saúde e assistência e seguridade social.

Nos pequenos centros urbanos de 50 a 100 mil habitantes foi onde se observou o maior crescimento da população ocupada entre as áreas estudadas, no período de 2000 a 2010. Todos os setores de atividade econômica apresentaram incrementos acima da média regional. Mas a população ocupada concentrava suas atividades principalmente no setor terciário, que chegava a mais de 60% das ocupações das áreas urbanas dos municípios com população entre 50 e 100 mil, especialmente o comércio e os serviços em geral. Ressalta-se, ainda, o peso do emprego na indústria de transformação desses pequenos centros urbanos, 12,2% em 2010. Foi nesse recorte de municípios que a indústria de transformação mais se ampliou no Nordeste, 3,5% ao ano, relacionada principalmente à expansão da indústria ligada à produção agrícola e pecuária.

Os municípios de médio porte nordestinos foram os que apresentaram o maior incremento de população ocupada na construção civil, na administração pública e nos serviços em geral, entre 2000 e 2010. Também apresentaram forte expansão do emprego nos serviços de educação, saúde e assistência e seguridade social, emprego doméstico e demais atividades dos serviços. Esses 47 municípios se dinamizaram muito ao longo dos anos 2000, inclusive com a expansão

das políticas públicas de saúde, educação, previdência e assistência social para o interior do país. Em 2010, 63,5% dos ocupados dos municípios de porte médio trabalhavam no setor terciário, especialmente nas atividades de comércio e serviços.

Os grandes centros urbanos, compostos pelas 9 capitais do Nordeste e os Municípios de Jaboatão dos Guararapes (PE) e Feira de Santana (BA), são importantes polos de serviços em seus Estados e na região. Eles respondem também por 27,3% de todas as ocupações nordestinas em 2010, ou seja, cerca de 5,6 milhões de trabalhadores, e 24,0% da população residente (12,7 milhões de pessoas). Nesses municípios de grande porte também se destacou, entre 2000 e 2010, o forte incremento da ocupação na construção civil e no comércio. Em 2010, 23% dos trabalhadores dos grandes centros urbanos estavam ocupados nos serviços, seguido pelo comércio, com 21,0%, e pelas atividades de educação, saúde e assistência e seguridade social, com 12,3%.

Tabela 3.19 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) da população ocupada por setor de atividade econômica, 2000/2010

Especificação	Total	Agropecuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública ¹	Construção Civil	Comércio e reparação	Serviços ²	Administração e regulação Públicas ³	Educação, Saúde, Assistência e Seguridade Social	Serviços Domésticos	Demais Atividades ⁴	Mal definidas
Brasil	2,8	0,1	5,5	1,5	3,9	3,3	3,6	2,6	2,7	3,0	1,7	2,5	20,4
Nordeste	2,4	-0,2	4,3	1,9	2,8	4,5	4,0	2,0	2,6	3,2	2,4	3,2	19,1
Até 50 mil hab rural	-0,1	-0,9	0,4	-0,5	3,0	4,8	3,6	1,1	2,0	1,9	1,6	0,9	16,5
Até 50 mil hab urbano	2,9	1,5	3,2	2,1	1,1	4,4	4,3	1,1	2,8	3,6	2,5	3,2	17,4
De 50 a 100 mil hab rural	0,4	-0,3	-1,8	0,3	6,8	4,5	2,0	-0,7	0,6	1,8	1,1	-1,5	16,8
De 50 a 100 mil hab urbano	3,7	2,1	4,4	3,5	3,5	4,7	4,1	2,1	3,0	3,7	2,4	3,6	18,7
De 100 a 500 mil	3,5	0,3	7,6	2,7	3,8	5,3	4,1	2,5	3,6	3,7	2,6	3,5	17,9
Mais de 500 mil	3,4	0,9	9,1	1,3	3,4	3,7	3,7	2,4	2,1	2,9	2,6	3,3	22,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Serviços de Utilidade Pública: Serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. 2 - Serviços: Transporte, armazenagem, correios, alojamento, alimentação, informação e comunicação, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, serviços bancários e financeiros, serviços prestados às empresas e outras atividades de serviços pessoais. 3 - Administração e regulação públicas: Administração pública, defesa e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. 4 - Demais Serviços: arte, cultura, esporte, recreação, atividades de organizações associativas e reparação e manutenção de equipamentos de informática, comunicação e objetos pessoais e domésticos.

Tabela 3.20 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica, 2010

Especificação	Total	Agropecuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública ¹	Construção Civil	Comércio e reparação	Serviços ²	Administração e regulação Públicas ³	Educação, Saúde, Assistência e Seguridade Social	Serviços Domésticos	Demais Atividades ⁴	Mal definidas
Brasil	100	14,2	0,5	11,8	0,9	7,3	17,0	18,6	5,3	9,5	6,9	1,8	6,2
Nordeste	100	24,2	0,4	8,2	0,9	7,2	16,6	14,1	5,7	9,6	6,7	1,6	4,8
Até 50 mil hab rural	100	71,4	0,3	3,8	0,3	3,9	4,1	3,3	2,2	4,6	3,2	0,3	2,4
Até 50 mil hab urbano	100	21,4	0,5	7,9	1,1	8,1	17,7	11,1	8,4	11,3	7,2	1,5	3,8
De 50 a 100 mil hab rural	100	66,8	0,4	5,6	0,5	4,2	5,1	4,0	1,7	4,4	3,8	0,4	3,1
De 50 a 100 mil hab urbano	100	10,4	0,4	12,2	1,1	8,5	22,2	15,0	5,8	9,9	7,3	1,8	5,3
De 100 a 500 mil	100	9,2	0,4	11,2	1,1	8,9	21,8	17,5	5,2	9,9	7,3	1,9	5,6
Mais de 500 mil	100	1,4	0,4	8,5	1,1	7,6	21,0	23,2	6,6	12,3	8,5	2,5	6,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Serviços de Utilidade Pública: Serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. 2 - Serviços: Transporte, armazenagem, correios, alojamento, alimentação, informação e comunicação, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, serviços bancários e financeiros, serviços prestados às empresas e outras atividades de serviços pessoais. 3 - Administração e regulação públicas: Administração pública, defesa e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. 4 - Demais Serviços: arte, cultura, esporte, recreação, atividades de organizações associativas e reparação e manutenção de equipamentos de informática, comunicação e objetos pessoais e domésticos.

O mercado de trabalho nordestino permanece marcado pela baixa qualificação de seus ocupados. Esse diferencial torna-se ainda maior se comparado às áreas rurais e urbanas. Houve, sem dúvida, uma melhoria nos níveis de escolaridade em todos os portes de município do Nordeste, inclusive nas áreas rurais dos pequenos municípios da região. Contudo, enquanto nos grandes centros urbanos a população com pelo menos o ensino médio completo já representava mais de 50% da população ocupada em 2010, nas áreas rurais dos municípios com até 100 mil habitantes cerca de 75% ou mais dos ocupados tinham pouco grau de instrução ou nenhum.

Tabela 3.21 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição da população ocupada por nível de instrução, 2000/2010

Especificação	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total
2000						
Brasil	53,8	16,5	21,5	7,2	0,9	100,0
Nordeste	66,1	11,2	16,7	4,2	1,8	100,0
Até 50 mil hab rural	89,9	4,0	2,8	0,2	3,1	100,0
Até 50 mil hab urbano	69,6	11,0	15,8	1,9	1,8	100,0
De 50 a 100 mil hab rural	89,3	4,4	3,5	0,3	2,5	100,0
De 50 a 100 mil hab urbano	62,6	13,7	19,0	3,3	1,4	100,0
De 100 a 500 mil	58,0	15,2	20,9	4,8	1,1	100,0
Mais de 500 mil	41,4	16,7	30,4	10,7	0,8	100,0
2010						
Brasil	38,5	17,8	30,7	12,7	0,4	100,0
Nordeste	48,1	15,4	27,6	8,5	0,4	100,0
Até 50 mil hab rural	76,3	11,8	10,2	1,4	0,3	100,0
Até 50 mil hab urbano	51,5	15,7	25,9	6,6	0,3	100,0
De 50 a 100 mil hab rural	74,9	12,5	10,9	1,3	0,3	100,0
De 50 a 100 mil hab urbano	44,4	17,2	30,5	7,4	0,4	100,0
De 100 a 500 mil	39,5	17,1	34,2	8,8	0,3	100,0
Mais de 500 mil	28,3	16,4	38,6	16,3	0,5	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

No que se refere à renda do trabalho principal, entre 2000 e 2010, destaca-se que o crescimento da renda média no Nordeste foi maior nas áreas rurais dos municípios com até 100 mil habitantes, em comparação com as áreas urbanas. Já a massa de rendimentos obtidos no trabalho principal dos nordestinos ocupados ampliou-se mais nas áreas urbanas dos municípios de 50 a 100 mil habitantes e nos municípios de porte médio (**Tabela 3.22**).

A expansão mais intensa da renda média nas áreas rurais nesse período fez com que a renda média do trabalho principal nessas áreas se aproximassem da renda média regional e nacional. Contudo, em 2010, a renda média dos ocupados no trabalho principal das áreas rurais dos municípios com até 50 mil habitantes era de R\$ 401,7 e dos municípios de 50 a 100 mil, de R\$ 425,2. Uma renda média abaixo do salário mínimo oficial de R\$ 510,0 de 2010, e que representava metade da renda média do trabalho nordestino e cerca de 1/3 da nacional. Os espaços urbanos dos municípios de

pequeno porte apresentaram um incremento na renda média do trabalho acima da média regional, o que também permitiu que esses espaços diminuíssem suas diferenças em termos de renda, apresentando rendas médias acima do salário mínimo em 2010. Já os municípios de porte médio e os grandes centros urbanos exibiram uma menor expansão da renda média, mas os ocupados desses municípios recebiam as maiores rendas médias do trabalho principal, R\$ 930,7 e R\$ 1.359,7, respectivamente, em 2010.

Como já destacado, a massa de rendimentos do trabalho principal expandiu-se de maneira mais expressiva nas áreas urbanas dos municípios de 50 a 100 mil habitantes e nos municípios de porte médio. Contudo, essa massa continua ainda muito concentrada nos grandes centros urbanos que retinham 46,9% do total regional dos rendimentos do trabalho em 2010 e apenas 27,3% da população ocupada.

Tabela 3.22 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual (% a.a.) e valores reais da renda média e da massa de rendimentos reais dos ocupados no trabalho principal com rendimento, 2000/2010

Especificação	Taxa média de cresc. anual (% a.a.)		Renda Média (em R\$)		Massa de Rendimentos (Em R\$ milhões)		Distribuição regional da Massa de Rendimentos (Em %)	
	2000/2010							
	Renda Média	Massa de Rendimento	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	0,5	3,4	1.226,3	1.291,7	74.321,4	104.164,2		
Nordeste	1,9	4,7	740,9	897,0	10.241,1	16.163,7	100,0	100,0
Até 50 mil hab rural	2,7	2,5	308,9	401,7	761,4	970,0	7,4	6,0
Até 50 mil hab urbano	2,0	5,0	530,8	646,6	1.692,8	2.765,6	16,5	17,1
De 50 a 100 mil hab rural	2,5	2,6	332,6	425,2	164,1	211,6	1,6	1,3
De 50 a 100 mil hab urbano	1,8	5,6	668,8	801,7	917,1	1.578,5	9,0	9,8
De 100 a 500 mil	1,6	5,3	797,2	930,7	1.833,7	3.061,2	17,9	18,9
Mais de 500 mil	1,1	4,5	1.216,6	1.359,7	4.872,0	7.576,7	47,6	46,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

Em relação ao rendimento por faixa de salário mínimo, reafirma-se, também no recorte por tamanho dos municípios do Nordeste, um importante crescimento da quantidade de trabalhadores que ganhavam no entorno do salário mínimo entre 2000 e 2010. Destacam-se os ocupados com renda de um salário mínimo no trabalho principal que dobraram sua participação nesse período.

Apesar do importante processo de ampliação da renda média na região, o que se verifica é uma expansão dos ocupados **na base da estrutura de renda do trabalho**, inclusive com aumento da participação dos ocupados com renda de menos de um salário mínimo nas áreas urbanas nordestinas e nos municípios com porte de 100 a 500 mil e mais de 50 mil habitantes. Nas áreas rurais houve perda de participação desses ocupados; porém, em 2010, os trabalhadores com renda de menos de um salário mínimo ainda eram 65,4% dos ocupados das áreas rurais dos municípios com até 50 mil habitantes e 61,1% nas áreas rurais dos municípios com população de 50 a 100 mil. Os ocupados com

rendimento no trabalho principal de até dois salários mínimos representavam mais de 85% dos ocupados urbanos dos municípios de pequeno porte, 82% dos trabalhadores dos municípios com população de 100 a 500 mil, e cerca de 73% nos grandes centros com mais de 500 mil habitantes.

Tabela 3.23 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Distribuição (%) dos ocupados no trabalho principal com rendimento por faixas de salário mínimo, 2000/2010

Especificação	Menos de 1 SM	1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 até 10 SM	Acima de 10 até 20 SM	Mais de 20 SM	Total
2000									
Brasil	17,3	8,3	27,8	13,7	13,8	11,9	4,8	2,4	100,0
Nordeste	36,1	12,4	26,5	8,0	7,5	5,8	2,4	1,2	100,0
Até 50 mil hab rural	66,7	7,3	18,9	3,2	2,3	1,1	0,3	0,1	100,0
Até 50 mil hab urbano	44,7	12,3	24,8	6,8	6,0	3,7	1,2	0,5	100,0
De 50 a 100 mil hab rural	61,3	9,7	20,7	3,8	2,6	1,3	0,4	0,1	100,0
De 50 a 100 mil hab urbano	32,9	15,2	28,2	8,2	7,7	5,3	1,8	0,7	100,0
De 100 a 500 mil	24,6	15,2	30,6	9,9	9,5	6,7	2,5	1,0	100,0
Mais de 500 mil	15,2	13,3	30,3	11,3	11,4	10,5	5,2	2,7	100,0
2010									
Brasil	18,9	16,6	35,4	11,3	8,6	6,3	2,1	0,8	100,0
Nordeste	35,0	25,1	23,6	6,1	4,8	3,6	1,3	0,5	100,0
Até 50 mil hab rural	65,4	18,6	12,6	1,9	0,9	0,5	0,1	0,0	100,0
Até 50 mil hab urbano	45,0	25,1	19,4	4,8	3,4	1,8	0,4	0,1	100,0
De 50 a 100 mil hab rural	61,1	21,8	13,5	1,9	1,0	0,5	0,2	0,0	100,0
De 50 a 100 mil hab urbano	33,2	28,5	24,0	6,0	4,5	2,8	0,7	0,2	100,0
De 100 a 500 mil	25,6	28,2	28,3	7,3	5,5	3,7	1,1	0,3	100,0
Mais de 500 mil	17,9	25,2	29,8	8,6	7,7	6,9	2,8	1,1	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: Salário mínimo de R\$ 151,00, em 2000, e de R\$ 510,00, em 2010.

O estudo da apropriação da massa de rendimentos do trabalho por intervalo quintílico e recorte por tamanho dos municípios no Nordeste mostra, logo de início, que em 2000 a apropriação da renda entre os mais pobres era maior nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas dos municípios com até 100 mil habitantes. Em contraposição, havia uma maior concentração da renda entre os mais ricos nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Todavia, os dados da **Tabela 3.24** revelam duas coisas importantes: 1) houve um aumento na participação da renda dos 40% mais pobres em todos os recortes de municípios estudados entre 2000 e 2010, sobretudo nos municípios de porte médio onde essa apropriação da massa de renda passou de 11,2% para 23%, no período estudado; 2) apesar da apropriação da renda entre os mais ricos ter diminuído em todas os recortes estudados, ela ainda é mais concentrada nos grandes centros do Nordeste, onde os 20% mais ricos ficam com mais de 60% de toda a massa de rendimentos do trabalho gerada em 2010. Destaca-se, ainda, a forte queda na participação da massa de rendimentos dos 20% mais ricos nas áreas rurais, ficando um pouco acima dos 40%, em 2010. Esse movimento deve estar associado ao fato de os mais ricos do agronegócio serem poucos e morarem predominantemente nas cidades. O agronegócio que cresce na região gera mais empregos e renda nas cidades, do que nas áreas rurais.

No que se refere à razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, verifica-se queda da razão dessas rendas médias, o que demonstra uma redução da desigualdade entre os rendimentos médios do trabalho entre os mais ricos e os mais pobres. Nesse caso, também se sobressaem os municípios de porte médio, com população de 100 a 500 mil, que em 2010 apresentavam uma razão entre a renda média dos 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres de 6,6, abaixo inclusive da observada nas áreas rurais dos municípios com até 50 mil e de 50 a 100 mil habitantes de 8,2 e 8,1, respectivamente.

Evidencia-se, em resumo, que a desigualdade da renda do trabalho principal entre os ocupados com rendimento é maior nas áreas urbanas e crescente, em termos de porte do município. O que se verificou entre 2000 e 2010 foi um aumento da apropriação da massa de rendimentos no trabalho principal pelos 40% mais pobres em todas as áreas estudadas e uma redução da razão entre a renda média dos 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, especialmente nos municípios de médio porte nordestinos. Essa dinâmica de aumento da apropriação da renda pelos mais pobres e redução das distâncias entre as rendas médias está diretamente relacionada com a política de valorização do salário mínimo e da ampliação do emprego na região, elementos importantes do modelo de crescimento dos anos 2000, que **favoreceu principalmente a base da pirâmide de remuneração do trabalho.**

Tabela 3.24 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Percentual de apropriação da renda e razão entre a renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento por quintil, 2000/2010

Especificação	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres da população		Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população		Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	9,0%	11,9%	64,4%	61,2%	14,3	9,0
Nordeste	8,2%	9,6%	67,4%	61,5%	14,0	10,6
Até 50 mil hab rural	12,5%	11,8%	53,3%	42,1%	8,0	8,9
Até 50 mil hab urbano	11,0%	13,1%	59,1%	53,6%	10,9	8,2
De 50 a 100 mil hab rural	10,5%	12,9%	56,4%	43,3%	8,2	8,1
De 50 a 100 mil hab urbano	8,5%	10,9%	61,9%	55,1%	11,9	8,4
De 100 a 500 mil	11,2%	23,0%	62,4%	55,7%	11,1	6,6
Mais de 500 mil	9,3%	13,3%	67,7%	61,9%	14,6	10,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Finalmente, busca-se analisar os rendimentos médios no trabalho principal por setor de atividade econômica (**Tabela 3.25**). Nas áreas rurais nordestinas, apesar do forte peso da agropecuária na ocupação, a administração pública e os serviços de educação, saúde, assistência social e seguridade social foram os que apresentaram maior expansão da renda média na área rural dos municípios com até 50 mil habitantes; já nas áreas rurais dos municípios com população de 50 a 100 mil houve importante incremento na renda dos serviços de educação, saúde e assistência e seguridade social e nas demais atividades dos serviços. Apesar de representarem apenas cerca de 7% dos ocupados rurais,

esses segmentos dos serviços eram os que melhor remuneravam nas áreas rurais nordestinas em 2010. O que reafirma a importância da administração e das políticas públicas também para o emprego e a renda nessas áreas.

Nas áreas urbanas, destaca-se um maior incremento da renda média na indústria extrativa mineral e nos serviços domésticos entre 2000 e 2010. Em termos comparativos, esses também eram os setores que proporcionavam a maior e a menor renda média nas áreas urbanas, respectivamente, em 2010, apesar de terem pequena participação na ocupação como um todo. O comércio e os serviços eram os maiores empregadores urbanos na região Nordeste, mas ambos exibiram um baixo incremento nos rendimentos médios do trabalho de 2000 a 2010, chegando esse a ser negativo no comércio dos municípios de médio e grande portes e nas áreas urbanas dos municípios com até 50 mil habitantes (**Tabela 3.25**).

Tabela 3.25 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Taxa média de crescimento anual¹ e valores da renda média dos ocupados no trabalho principal com rendimento, por setor de atividade econômica, 2000/2010

Especificação	Total	Agrope- cuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços de Utilidade Pública ²	Construção Civil	Comércio e reparação	Serviços ³	Administração e regulação Públicas ⁴	Educação, Saúde, Assistência e Seguridade Social	Serviços Domésticos	Demais Atividades ⁵	Mal definidas
Taxa média de crescimento anual (% a.a.) da renda média - 2000/2010													
Brasil	0,5	1,4	5,1	-0,2	-0,6	0,9	-1,5	-0,4	2,5	1,0	3,0	-1,2	1,6
Nordeste	1,9	1,7	5,6	1,1	0,9	1,4	-0,5	1,0	3,5	2,9	3,6	0,2	3,1
Até 50 mil hab rural	2,7	1,3	3,7	2,9	2,5	2,4	0,2	1,7	5,5	5,0	2,4	3,4	6,5
Até 50 mil hab urbano	2,0	1,0	4,5	1,8	2,7	2,1	-0,4	0,9	3,6	4,0	2,8	1,8	4,7
De 50 a 100 mil hab rural	2,5	1,4	3,4	3,1	1,9	2,6	0,4	1,4	3,9	5,3	2,9	7,2	5,3
De 50 a 100 mil hab urbano	1,8	1,5	4,6	1,7	0,7	1,6	0,4	1,1	2,9	3,7	3,5	1,0	4,1
De 100 a 500 mil	1,6	3,1	4,9	1,2	0,6	1,7	-0,4	0,8	3,3	2,8	3,7	0,9	2,1
Mais de 500 mil	1,1	1,3	2,2	0,5	-0,1	1,0	-0,8	0,7	3,7	2,1	4,0	-0,9	1,0
2010													
Brasil	1.291,67	743,78	2.289,72	1.211,04	1.357,94	1.054,06	1.179,38	1.548,13	2.210,55	1.695,54	478,71	1.274,39	1.492,89
Nordeste	896,95	384,44	1.835,63	798,74	1.000,39	753,98	879,10	1.094,27	1.724,40	1.275,44	336,67	916,72	1.034,66
Até 50 mil hab rural	401,65	305,48	551,03	424,86	578,71	560,82	506,20	575,71	710,91	617,88	247,09	491,45	529,81
Até 50 mil hab urbano	646,55	387,25	972,69	582,93	672,94	583,03	705,85	715,38	938,87	864,80	235,04	609,03	759,66
De 50 a 100 mil hab rural	425,18	319,57	598,89	492,99	595,70	544,77	511,92	602,74	758,21	679,77	280,32	699,05	493,42
De 50 a 100 mil hab urbano	801,70	552,39	1.467,03	701,12	781,45	647,81	821,64	867,06	1.286,06	1.113,06	293,60	712,57	891,44
De 100 a 500 mil	930,66	665,44	1.995,04	824,82	1.016,08	754,16	881,24	1.005,26	1.745,62	1.268,07	362,46	841,39	975,10
Mais de 500 mil	1.359,75	1.206,84	3.805,03	1.132,32	1.440,70	1.034,54	1.079,13	1.401,73	2.981,21	1.848,76	432,53	1.204,41	1.337,46

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Serviços de Utilidade Pública: Serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. 3 - Serviços: Transporte, armazenagem, correios, alojamento, alimentação, informação e comunicação, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, serviços bancários e financeiros, serviços prestados às empresas e outras atividades de serviços pessoais. 4 - Administração e regulação públicas: Administração pública, defesa e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. 5 - Demais Serviços: arte, cultura, esporte, recreação, atividades de organizações associativas e reparação e manutenção de equipamentos de informática, comunicação e objetos pessoais e domésticos.

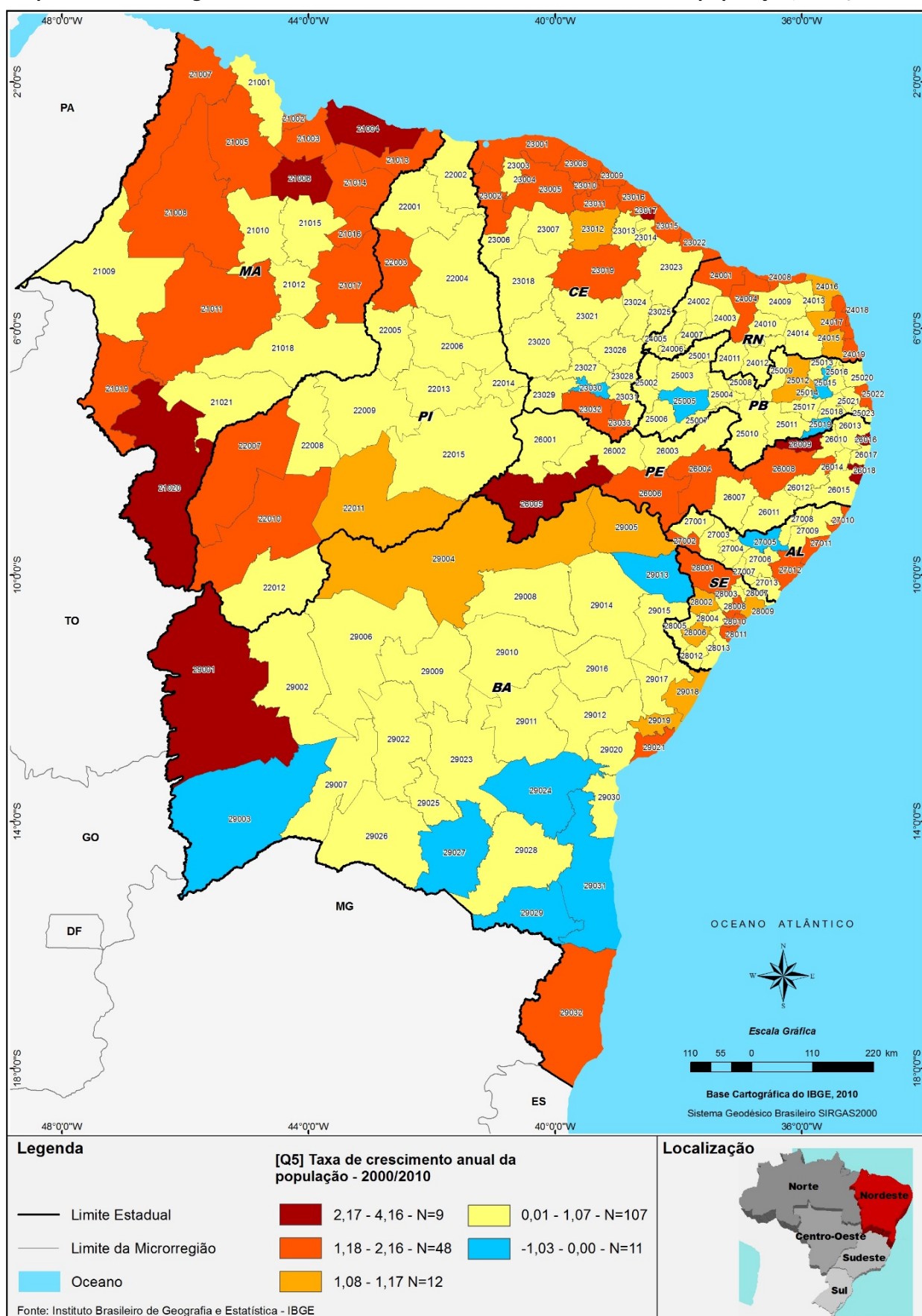
3.3 População e mercado de trabalho nas microrregiões nordestinas

Como já destacado, as taxas de crescimento populacional vêm caindo ao longo das décadas tanto no Brasil quanto na região Nordeste. No período de 2000 a 2010, o Nordeste apresentou um incremento populacional de apenas 1,07% ao ano, patamar esse inferior à média nacional de 1,17%.

Em termos intrarregionais, observa-se a partir do **Mapa 3.1** que 11 microrregiões exibiram perda populacional entre 2000 e 2010, enquanto que 107 expandiram suas populações entre 0,1 e 1,07% ao ano, ou seja, tiveram um incremento populacional abaixo ou na média regional. Já 12 microrregiões demonstraram uma ampliação de suas populações residentes entre as médias da região e do país e 57 verificaram expansão populacional acima da média nacional. O que indica que, apesar de existirem tantos casos de queda da população como de forte expansão populacional, na maioria dos casos, as microrregiões nordestinas evidenciaram uma baixa taxa de crescimento populacional no período de 2000 a 2010.

Entre as microrregiões que ostentaram as maiores taxas de incremento médio da população nesse período, destaca-se um grupo de nove microrregiões que apresentaram uma expansão populacional entre 2,17% e 4,16% ao ano na primeira década dos anos 2000. Esse grupo é composto pelas seguintes microrregiões: Pacajus, composta pelos Municípios de Horizonte e Pacajus, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará; Barreiras, no extremo oeste da Bahia, e Gerais de Balsas, no sul maranhense, duas microrregiões dos cerrados nordestinos ligadas à expansão do agronegócio na região; Itapecuru Mirim e Lençóis Maranhenses, no norte do Maranhão – duas microrregiões de baixa renda domiciliar *per capita* e forte peso da administração pública e agropecuária em suas atividades econômicas; Petrolina, no sertão do São Francisco Pernambucano; Alto Capibaribe, puxado pelo dinamismo do polo de confecções dos Municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, no agreste pernambucano; e Itamaracá, no litoral norte pernambucano, e a microrregião de Suape, no litoral sul pernambucano, ambas regiões que receberam investimentos como é o caso das indústrias de bebidas no litoral norte e as do Complexo industrial e portuário de Suape, no litoral sul, onde apenas com a construção da refinaria Abreu e Lima demandou mais de 40 mil trabalhadores.

Mapa 3.1 – Microrregiões nordestinas: Taxa média de crescimento anual da população, 2000/2010



Nota: Lista das microrregiões nordestinas disponível no Quadro A2 do Anexo Metodológico 1.1.

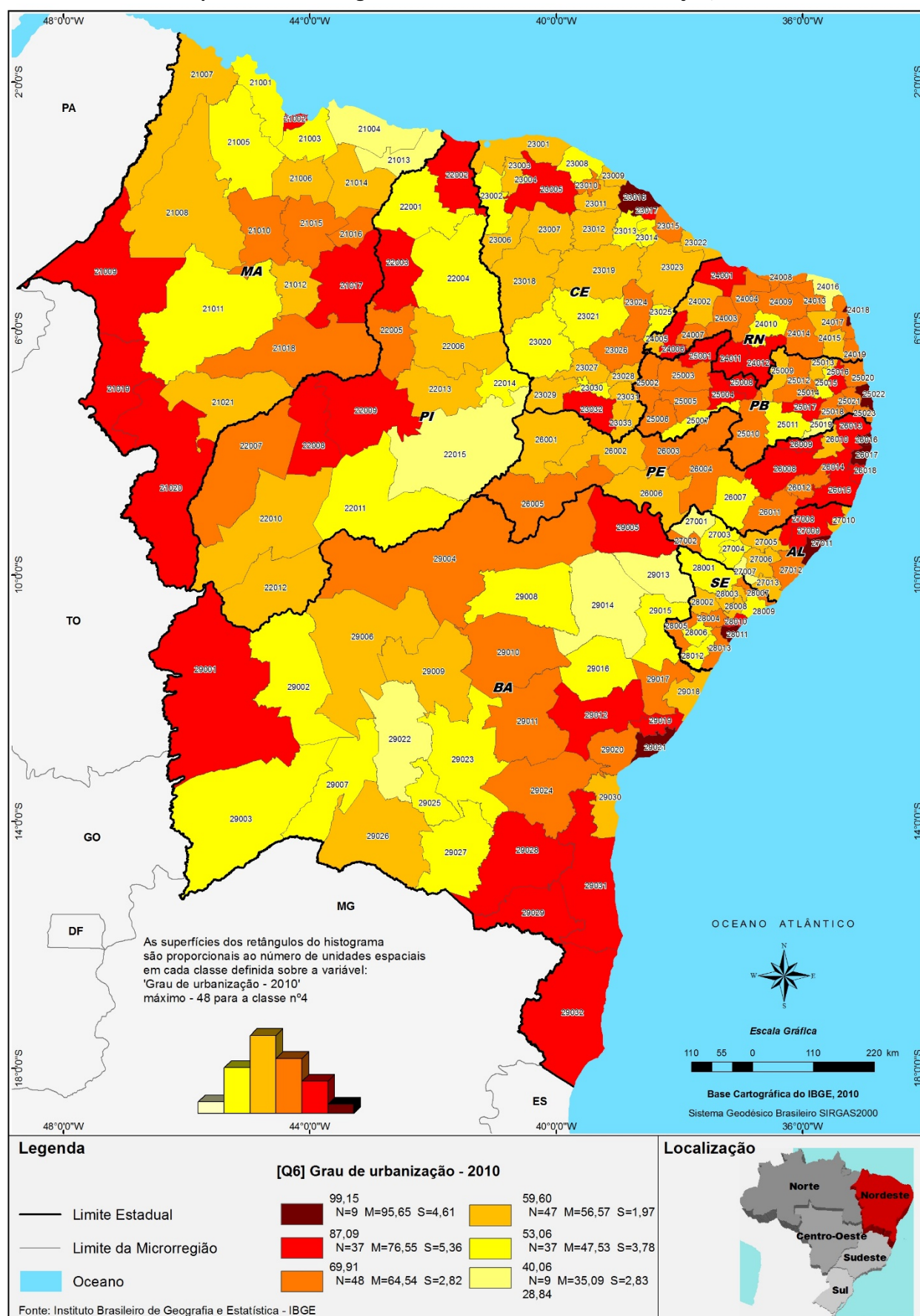
Em contraposição, destacam-se as microrregiões que reduziram suas populações entre 2000 e 2010, especialmente na Paraíba e na Bahia, mas também em um caso no Ceará e outro em Alagoas. Na Bahia, observou-se variação populacional negativa nas microrregiões de: Itapetinga, Brumado e Jequié, no Centro Sul Baiano; Ilhéus-Itabuna, no Sul da Bahia; e Jeremoabo, no Nordeste baiano. A microrregião de Santa Maria da Vitória, no extremo oeste da Bahia, exibiu uma taxa de -0,01% de variação da população na primeira década dos anos 2000, ficando com uma população praticamente estável em torno de 178 mil habitantes. Na Paraíba, a perda de população foi constatada em duas microrregiões do agreste do Estado: Umbuzeiro e Brejo Paraibano; e em uma do sertão: Piancó. Todas são microrregiões onde a administração pública responde por mais da metade do valor adicionado local. Esse também é o caso de Caririçu, no sul do Ceará. Já a microrregião de Palmeira dos Índios, no agreste alagoano, além de forte dependência da administração pública é também um centro local fornecedor de outros serviços e de comércio.

No que se refere à população urbana, como já se destacou, o Nordeste apresentou também um processo de urbanização crescente, com expansão da população urbana em 1,6% a.a., entre 2000 e 2010. Sendo esse movimento ainda mais intenso no seminário nordestino, que registrou uma expansão de 1,8% da população urbana entre 2000 e 2010, aumentando assim, o grau de urbanização da região. Mesmo assim, em 2010, o grau de urbanização no Nordeste era de 73,13%, enquanto que no país era de 84,36%.

A partir do **Mapa 3.2** é possível constatar a importância das cidades nas microrregiões nordestinas, a população urbana está mais concentrada nas microrregiões com capitais de estado e proporcionalmente menos nas microrregiões do semiárido e do Maranhão. As nove microrregiões com maior grau de urbanização em 2010 eram oito, com capitais: Natal, Salvador, Recife, Maceió, Fortaleza, Aracaju, João Pessoa e Teresina; além de Itamaracá, na Região Metropolitana de Recife. Essas microrregiões exibiram uma participação da população urbana na população total entre 87,09% e 99,15% em 2010. A Aglomeração Urbana de São Luís aparece no segundo grupo, com um grau de urbanização de 83,38% em 2010.

Por outro lado, também se verificam microrregiões onde a população rural ainda tem maior presença. Entre elas ressaltam-se as microrregiões com grau de urbanização abaixo de 40,06%, são elas: Jeremoabo, que teve perda de população, e Euclides da Cunha, no Nordeste baiano, e Boquira, no Centro Sul da Bahia; Umbuzeiro, no agreste paraibano e que também apresentou taxa de crescimento negativa da população; Baixo Parnaíba Maranhense e os Lençóis Maranhenses, no leste do Maranhão; Litoral Nordeste, no leste potiguar; e Traipu, no agreste, e Serrana do Sertão Alagoano, no sertão de Alagoas. Apesar da microrregião dos Lençóis Maranhenses ter apresentado altas taxas de crescimento populacional, fica claro que ela ainda é uma região fortemente rural e agrícola.

Mapa 3.2 – Microrregiões nordestinas: Grau de urbanização, 2010



Nota: Lista das microrregiões nordestinas disponível no Quadro A2 do Anexo Metodológico 1.1.

Vale destacar igualmente que seis, entre as nove microrregiões com menor grau de urbanização, também apresentavam as menores rendas domiciliares *per capita* da região, com valores abaixo de R\$ 237,9, em 2010. Eram elas: Jeremoabo – BA, Umbuzeiro – PB, Baixo Parnaíba Maranhense e os Lençóis Maranhenses – MA e Traipu e Serrana do Sertão Alagoano – AL. A principal característica dessas microrregiões é a forte dependência no seu valor adicionado da administração pública e o grande peso relativo da agropecuária entre suas populações ocupadas.

Em relação ao mercado de trabalho, observa-se um crescimento de 2,4% ao ano na população ocupada regional, entre 2000 e 2010, em um contexto de menor pressão demográfica e de reconfiguração do mercado de trabalho nacional. Verificou-se, também, nesse período, uma forte expansão do emprego com carteira assinada, que foi o principal motor do incremento da ocupação, além de uma expressiva redução nas taxas de desemprego aberto.

Considerando o grande número de microrregiões existente no Nordeste e a dinâmica do mercado de trabalho nos anos 2000, optou-se por selecionar as microrregiões a partir de dois critérios: 1) em termos de taxa de crescimento do emprego com carteira assinada entre 2000 e 2010; e 2) em termos de participação percentual na população ocupada regional em 2010. Foram escolhidos esses dois recortes inferindo que: o primeiro nos mostraria as 20 microrregiões mais dinâmicas e menos dinâmicas em termos de geração de postos de trabalho com proteção social; enquanto que o segundo recorte revelaria as maiores microrregiões em termos quantitativos, ou seja, onde mais se concentram a população ocupada na região. Com esses dois critérios será possível analisar o mercado de trabalho de 74 microrregiões do Nordeste, o que corresponde a 69,2% da população ocupada regional em 2010.

As 20 microrregiões com as maiores e menores taxas de crescimento do emprego formal entre 2000 e 2010 aparecerem nas **Tabelas 3.36 e 3.37**. Entre as 20 microrregiões que demonstraram taxa de incremento do trabalho com carteira assinada acima dos 10% ao ano entre 2000 e 2010, destacam-se três grupos: o primeiro, das microrregiões nordestinas dos cerrados ligadas ao agronegócio e à produção de grãos, como é o caso das quatro primeiras (Alto Parnaíba Piauiense no Piauí e Porto Franco, Gerais de Balsas e Chapadas das Mangabeiras no Maranhão), além de Barreiras, na Bahia. Dentro desse grupo é possível observar as diferenças entre as áreas consolidadas de produção do agronegócio, como em Porto Franco, Gerais de Balsas e em Barreiras, onde se verifica uma menor participação da ocupação na agropecuária (em torno dos 20%) e maior peso relativo do terciário. Fortalecendo-se assim a ideia de que o agronegócio não gera tanto emprego no campo, mas, sobretudo, nas cidades. Verifica-se também um maior grau de formalização entre essas microrregiões de base econômica mais consolidada, e uma renda média maior, em torno de R\$ 1.073,00, ou seja, mais que o dobro do salário mínimo de 2010. Já as microrregiões Alto Parnaíba Piauiense e Chapadas das Mangabeiras eram áreas de expansão recente do agronegócio, mas que conviviam ainda com uma agricultura familiar, como é possível identificar pela forte participação da agropecuária na ocupação

dessas microrregiões. O grau de formalização também era mais baixo e a remuneração média do trabalho girava em torno de R\$ 704,00. Contudo, os rendimentos no trabalho principal nessas cinco microrregiões eram todos acima do salário mínimo e apresentaram incrementos médios de 3,8% ao ano entre 2000 e 2010, bem acima da média regional de 1,9% a.a.

O segundo, composto por microrregiões que tiveram importante ampliação nos postos de trabalho formais na indústria, como é o caso da indústria têxtil em Pacajus, no Ceará; da indústria calçadista em Uruburetama, no Ceará, e Carira, em Sergipe; e da indústria de alimentos e bebidas e de outras indústrias do Complexo Industrial e Portuário do Porto de Pecém, que fica em São Gonçalo do Amarante, na microrregião do Baixo Curu, no Ceará. Todavia, enquanto em Pacajus a indústria era a principal empregadora, nas outras microrregiões a agropecuária ainda apresentava uma grande participação na população ocupada que variava de 29% na microrregião de Baixo Curu, no Ceará, a 42% em Carira, em Sergipe. Esse diferencial também se reflete no grau de contribuição à previdência que é de um pouco mais de 33% nessas microrregiões e chega a 56,6% em Pacajus. A renda média do trabalho principal nessas microrregiões também se expandiu bem acima da média regional chegando a R\$590,2 em 2010. Apenas em Uruburetama os trabalhadores obtinham uma renda média abaixo do salário mínimo, de R\$ 490,7 em 2010.

O terceiro grupo seria formado por onze microrregiões com forte peso da agropecuária nos Estados do Piauí e Maranhão. As microrregiões de São Raimundo Nonato, Alto Médio Canindé e Baixo Parnaíba Piauiense, no Piauí, têm mais de 44% da população ocupada na agropecuária, o que resulta em um baixo grau de contribuição à previdência. Todas as três microrregiões são produtoras de castanhas e outras frutas, mas em São Raimundo Nonato destaca-se a produção de melão no município de Canto do Buriti; enquanto que em Alto Médio Canindé, há uma importante produção de algodão arbóreo em Jacobina do Piauí; e no Baixo Parnaíba Piauiense encontra-se produção de melancia no Município de Barras e arroz em Miguel Alves. Já as microrregiões do Maranhão vão desde os Lençóis Maranhenses, passando por Baixo Parnaíba Maranhense e Chapadinha e chegando nas microrregiões do centro e leste do Estado: Presidente Dutra, Alto Mearim e Grajaú e Chapadas do Alto Itapecuru. Na área da Amazônia aparece apenas a microrregião de Itapecuru Mirim e Gurupi. Todas, também, com predominância do trabalho na agropecuária entre as populações ocupadas locais, com uma participação que variava de 43,7% a 52,8% e baixo grau de contribuição à previdência. Nessas microrregiões o que define o dinamismo do mercado de trabalho formal nesse período é a expansão da construção civil e do comércio. A renda média dessas onze microrregiões era maior que o salário mínimo, cerca de R\$ 565,1 em 2010, e apresentou incremento médio anual também de 3,8%, bem acima da média regional. Todavia, as microrregiões de Presidente Dutra e do Baixo Parnaíba Maranhense ainda auferiam rendimentos médios do trabalho de R\$ 467,1 e R\$ 501,4, abaixo do mínimo de R\$ 510 de 2010.

As 20 microrregiões com maior incremento do emprego formal no Nordeste representavam 5,8% da população ocupada regional e apresentaram, como já mostrado, crescimento da renda média de 3,6% ao ano, bem acima da média regional de 1,9%. Contudo, a renda média do trabalho principal obtida nessas microrregiões de R\$ 677,0 estava abaixo da média regional de R\$ 897,0, em 2010. Vale ressaltar, ainda, que apesar do forte incremento do emprego formal, de 11,3% ao ano, dessas 20 microrregiões, elas apresentaram uma expansão da população ocupada de apenas 2,0% ao ano, entre 2000 e 2010, abaixo da média regional de 2,4%.

Tabela 3.26 - Brasil, NE e Microrregiões nordestinas: 20 microrregiões do Nordeste com as maiores taxas médias de crescimento anual do emprego formal entre 2000 e 2010

Ranking	Código	Microrregiões	População residente em 2010	Taxa de Desemprego em 2010	População ocupada em 2010	Taxa de crescimento anual da ocupação - 2000/2010	Participação (%) na população ocupada do Nordeste - 2010	Empregados com carteira de trabalho assinada - 2000	Empregados com carteira de trabalho assinada - 2010	Taxa de crescimento anual do emprego com carteira assinada - 2000/2010	Participação (%) dos Empregados com carteira de trabalho assinada, Militares e Funcionários públicos estatutários em 2010	Participação (%) dos Empregados sem carteira de trabalho assinada e dos por Conta Própria em 2010	Grau de contribuição para a previdência em 2010	Participação (%) da agropecuária no total da população ocupada em 2010	Participação (%) da indústria no total da população ocupada em 2010	Participação (%) do terciário no total da população ocupada em 2010	Renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento em 2000	Renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento em 2010	Taxa de crescimento anual da renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento - 2000/2010
1	22007	Alto Parnaíba Piauiense - PI	43.606	9,3	14.040	0,9	0,1	756	3.010	14,8	27,3	53,0	35,5	35,0	12,0	46,9	513,4	750,5	3,9
2	21019	Porto Franco - MA	109.932	6,3	42.871	3,6	0,2	3.544	13.441	14,3	38,2	50,2	43,0	25,1	24,0	46,6	618,5	896,7	3,8
3	21020	Gerais de Balsas - MA	130.425	7,5	48.929	3,8	0,2	4.448	13.909	12,1	34,1	51,3	40,4	27,3	12,8	55,1	812,3	1.072,1	2,8
4	21021	Chapadas das Mangabeiras - MA	68.036	8,6	21.389	2,2	0,1	1.003	3.100	11,9	23,0	52,8	28,0	44,9	9,5	40,3	545,0	669,6	2,1
5	23017	Pacajus - CE	117.025	9,5	48.203	6,8	0,2	7.615	23.055	11,7	52,3	43,3	56,6	8,9	46,0	40,9	550,3	641,4	1,5
6	22011	São Raimundo Nonato - PI	135.122	6,8	53.953	1,5	0,3	2.765	8.364	11,7	18,0	49,9	23,5	50,2	12,7	35,8	410,5	578,7	3,5
7	21011	Alto Mearim e Grajaú - MA	312.039	7,4	102.682	2,3	0,5	3.422	10.150	11,5	15,4	57,3	20,8	50,6	9,6	36,6	498,5	682,9	3,2
8	21014	Chapadinha - MA	219.825	7,6	62.787	-0,8	0,3	2.612	7.586	11,3	18,3	52,2	23,5	47,9	12,5	37,2	398,8	567,7	3,6
9	21007	Gurupi - MA	221.643	8,2	73.742	2,5	0,4	1.509	4.354	11,2	12,1	66,0	20,1	45,6	13,0	38,1	419,6	512,9	2,0
10	29001	Barreiras - BA	286.118	9,0	120.016	5,6	0,6	15.610	44.477	11,0	42,6	46,7	50,2	21,6	13,7	57,1	949,3	1.133,8	1,8
11	23010	Uruburetama - CE	101.325	9,9	34.838	2,2	0,2	2.816	7.949	10,9	25,9	57,8	33,2	32,4	26,0	39,7	387,1	490,7	2,4
12	21018	Chapadas do Alto Itapecuru - MA	209.338	6,5	72.929	1,1	0,3	3.443	9.677	10,9	18,1	57,8	22,8	45,7	14,5	36,8	415,3	578,4	3,4
13	23009	Baixo Curu - CE	105.567	7,0	41.356	3,6	0,2	3.573	10.032	10,9	29,1	59,6	36,5	29,0	18,8	48,0	421,9	610,8	3,8
14	21006	Itapecuru Mirim - MA	210.753	9,4	59.997	1,1	0,3	2.571	7.201	10,8	17,1	58,5	23,4	46,3	13,5	37,1	318,5	533,9	5,3
15	22015	Alto Médio Canindé - PI	261.938	6,8	99.988	1,6	0,5	4.158	11.623	10,8	15,9	49,5	20,9	54,5	10,8	33,3	398,3	548,0	3,2
16	21012	Presidente Dutra - MA	191.024	5,4	67.974	-0,2	0,3	2.835	7.918	10,8	18,2	64,8	23,7	43,7	12,9	41,5	426,0	614,3	3,7
17	21013	Baixo Parnaíba Maranhense - MA	139.001	8,3	39.900	0,1	0,2	1.108	2.972	10,4	11,4	56,9	21,0	50,5	12,5	33,4	345,4	467,1	3,1
18	22001	Baixo Parnaíba Piauiense - PI	329.372	4,7	122.311	0,6	0,6	8.167	21.781	10,3	21,1	55,9	27,1	44,0	16,2	37,8	335,1	543,8	5,0
19	21004	Lençóis Maranhenses - MA	176.200	5,7	58.813	3,5	0,3	1.764	4.665	10,2	11,7	55,7	21,9	52,8	11,1	32,5	343,8	501,4	3,8
20	28002	Carira - SE	68.509	6,1	29.720	2,1	0,1	2.728	7.050	10,0	29,0	56,5	33,2	42,0	19,2	36,5	443,2	579,0	2,7
Total das 20 microrregiões com maior cresc. do emprego formal			3.436.798	7,3	1.216.437	2,0	5,8	76.447	222.314	11,3	23,2	54,7	29,5	40,9	15,2	27,9	477,3	677,0	3,6
Nordeste			53.081.950	9,7	20.854.301	2,4	100,0	3.853.639	6.553.319	5,5	36,6	50,3	43,7	24,2	16,7	54,3	740,9	897,0	1,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

Por sua vez, a **Tabela 3.27** nos mostra as 20 microrregiões que apresentaram as menores taxas de crescimento do emprego formal na região Nordeste de, em média, 2,0% ao ano entre 2000 e 2010, contra os 5,5% da média regional. Essas microrregiões representavam 5,1% da população ocupada regional e apresentavam uma taxa de desemprego média de 9,8%, variando de 4% em Umbuzeiro e no Cariri Oriental, ambos na Paraíba, a mais de 12% na Mata Alagoana e na microrregião de Ilhéus-Itabuna, no sul baiano. Contudo, esses dados não refletem o baixo dinamismo existente nas microrregiões com baixo desemprego também *versus* economia mais complexas, como o caso da Mata Alagoana e da região de Ilhéus-Itabuna.

Entre as 20 microrregiões com menor desempenho na geração de postos formais de trabalho, uma estava em Sergipe (microrregião de Boquim), outra na Bahia (Ilhéus-Itabuna), quatro em Alagoas (Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Batalha e Serrana do Sertão Alagoano), cinco no Rio Grande do Norte (Serra de São Miguel, Angicos, Médio Oeste, Pau dos Ferros e Umarizal) e nove na Paraíba (Cariri Oriental, Curimataú Ocidental e Oriental, Brejo Paraibano, Piancó, Cariri Ocidental, Itabaiana, Umbuzeiro e Seridó Ocidental Paraibano). Essas microrregiões também apresentam uma participação do emprego na agropecuária acima da média regional e baixo grau de contribuição à previdência, com algumas exceções. Excluem-se as microrregiões da Mata Alagoana e Serrana dos Quilombos que apresentam grau de contribuição à previdência de 51,1% e 40,9%, respectivamente, e com importante peso do terciário e da produção de cana de açúcar, laranja e outras culturas. Ressalva-se, também, a região de Ilhéus-Itabuna com baixa participação do emprego agrícola, apesar da produção de cacau, banana, mandioca, entre outras, e importante presença do comércio e serviços, com Ilhéus atuando inclusive como capital regional, segundo o estudo: Região de Influência das Cidades (REGIC) de 2007. A microrregião de Pau dos Ferros, no oeste potiguar, é outra exceção por ser outra região importante de comércio e serviços para o oeste do Estado do Rio Grande do Norte, o sertão paraibano e o sul cearense. O município de Pau dos Ferros consiste em um importante centro de comércio e serviços regional e aparece como centro sub-regional A, classificado em terceiro lugar na hierarquia da rede urbana brasileira, de acordo com a REGIC de 2007. É uma cidade considerada intermediária dentro da rede urbana do Nordeste, especialmente por suas funções na intermediação de serviços de ensino superior e saúde e de oferta de empregos no comércio e nos serviços públicos e privados (DANTAS E CLEMENTINO, 2013; DANTAS, CLEMENTINO E FRANÇA, 2015).

As 20 microrregiões com menor incremento do emprego formal no Nordeste correspondiam a 5,1% da população ocupada regional e, mesmo com o baixo dinamismo, demonstram um incremento médio da renda do trabalho de 2,5% ao ano, acima da média regional de 1,9%. Todavia, a renda média do trabalho principal auferida nessas microrregiões era de R\$ 658,5, abaixo da média regional de R\$ 897,0, em 2010, e variando de R\$ 468,6 em Umbuzeiro, na Paraíba, a R\$ 815,2 em Ilhéus-Itabuna, na Bahia.

Tabela 3.27 - Brasil, NE e Microrregiões nordestinas: 20 microrregiões do Nordeste com as menores taxas médias de crescimento anual do emprego formal entre 2000 e 2010

Ranking	Código	Microrregiões	População residente em 2010	Taxa de Desemprego em 2010	População ocupada em 2010	Taxa de crescimento anual da ocupação - 2000/2010	Participação (%) na população ocupada do Nordeste - 2010	Empregados com carteira de trabalho assinada - 2000	Empregados com carteira de trabalho assinada - 2010	Taxa de crescimento anual do emprego com carteira assinada - 2000/2010	Participação (%) dos Empregados com carteira de trabalho assinada, Militares e Funcionários públicos estatutários em 2010	Participação (%) dos Empregados sem carteira de trabalho assinada e dos por Conta Própria em 2010	Grau de contribuição para a previdência em 2010	Participação (%) da agropecuária no total da população ocupada em 2010	Participação (%) da indústria no total da população ocupada em 2010	Participação (%) do terciário no total da população ocupada em 2010	Renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento em 2000	Renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento em 2010	Taxa de crescimento anual da renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento - 2000/2010
169	27009	Mata Alagoana - AL	301.464	12,6	82.375	1,5	0,4	25.267,9	33.452,0	2,8	46,1	42,4	51,1	32,3	18,7	43,4	411,5	590,5	3,7
170	25011	Cariri Oriental - PB	63.704	4,9	27.590	3,4	0,1	1.616,4	2.137,8	2,8	13,4	63,4	23,9	48,3	16,2	33,7	400,6	492,1	2,1
171	25012	Curimataú Ocidental - PB	119.735	5,6	47.300	1,7	0,2	4.052,6	5.214,6	2,6	16,8	52,7	23,7	48,9	10,0	39,0	390,3	508,4	2,7
172	24005	Serra de São Miguel - RN	62.755	8,9	22.157	1,1	0,1	2.081,3	2.658,8	2,5	16,8	54,3	21,9	41,7	10,2	43,0	454,1	557,5	2,1
173	25015	Brejo Paraibano - PB	116.488	7,1	42.946	0,8	0,2	4.606,5	5.829,9	2,4	20,4	50,8	27,4	50,2	9,6	38,2	405,9	532,1	2,7
174	25005	Piancó - PB	70.696	7,8	25.502	0,0	0,1	2.352,2	2.952,5	2,3	18,9	60,4	29,9	38,2	12,8	46,0	354,4	547,9	4,5
175	27008	Serrana dos Quilombos - AL	146.573	11,7	41.799	0,3	0,2	10.296,7	12.880,0	2,3	35,7	48,8	40,9	34,9	14,8	46,5	472,2	631,2	2,9
176	28012	Boquim - SE	155.327	7,1	62.173	2,0	0,3	7.696,3	9.610,6	2,2	19,3	66,3	23,9	44,1	14,8	38,8	401,4	477,5	1,8
177	24009	Angicos - RN	51.304	10,3	15.917	0,8	0,1	2.914,6	3.637,0	2,2	29,1	55,3	38,1	29,0	11,0	57,2	504,6	607,6	1,9
178	27004	Batalha - AL	92.320	8,1	33.836	1,7	0,2	3.273,4	4.027,3	2,1	16,1	58,5	18,8	50,1	9,0	39,1	488,5	526,0	0,7
179	25010	Cariri Ocidental - PB	121.531	5,9	51.625	2,2	0,2	4.113,8	5.056,4	2,1	16,0	57,3	25,1	47,3	10,9	39,6	361,0	507,0	3,5
180	27001	Serrana do Sertão Alagoano - AL	89.487	3,3	34.512	0,6	0,2	2.383,6	2.918,8	2,0	11,1	38,5	13,7	68,1	4,9	25,4	399,3	491,9	2,1
181	25013	Curimataú Oriental - PB	93.423	6,2	32.840	0,2	0,2	3.011,5	3.633,1	1,9	15,2	53,8	22,2	49,7	10,1	38,4	440,9	535,6	2,0
182	24006	Pau dos Ferros - RN	114.267	9,5	40.085	0,8	0,2	5.884,6	7.097,4	1,9	24,4	60,9	32,0	27,5	12,7	56,7	510,7	626,3	2,1
183	29031	Ilhéus-Itabuna - BA	1.020.642	12,8	384.950	1,2	1,8	107.872,6	128.749,0	1,8	36,9	56,0	44,8	24,8	14,2	56,1	633,5	815,2	2,6
184	25018	Itabaiana - PB	108.561	8,1	39.256	0,4	0,2	6.513,1	7.724,3	1,7	25,8	45,8	32,1	42,5	15,0	40,0	383,5	517,9	3,1
185	25019	Umbuzeiro - PB	53.980	4,2	20.467	0,9	0,1	1.239,7	1.419,2	1,4	12,2	39,6	16,1	65,0	6,9	27,2	343,8	468,6	3,1
186	24003	Médio Oeste - RN	39.041	7,7	12.819	2,5	0,1	2.187,5	2.473,3	1,2	23,0	56,9	29,9	37,0	12,6	47,1	513,4	533,9	0,4
187	25008	Seridó Ocidental Paraibano - PB	39.132	6,5	14.962	1,3	0,1	2.128,3	2.373,8	1,1	24,0	61,4	34,6	28,1	18,2	51,3	425,7	600,8	3,5
188	24007	Umarizal - RN	64.984	8,9	21.020	0,4	0,1	3.132,4	3.425,3	0,9	20,9	59,3	28,7	30,8	10,9	55,6	509,7	554,9	0,9
Total das 20 microrregiões com menor cresc. do emprego formal			2.925.414	9,8	1.054.133	1,2	5,1	202.625	247.271	2,0	28,1	54,3	35,1	36,4	13,2	33,1	513,3	658,5	2,5
Nordeste			53.081.950	9,7	20.854.301	2,4	100,0	3.853.639	6.553.319	5,5	36,6	50,3	43,7	24,2	16,7	54,3	740,9	897,0	1,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010.

A **Tabela 3.28** demonstra o segundo recorte proposto para a análise do mercado de trabalho nas microrregiões, observadas as maiores participações na população ocupada regional em 2010. Nesse caso, foram selecionadas as 35 microrregiões com participação acima de 0,7% da população ocupada regional e que representam, em conjunto, 60,2% da população ocupada do Nordeste em 2010. Esse recorte pode ser dividido em quatro grupos: 1) microrregiões com capitais; 2) microrregiões que são importantes polos regionais de comércio e serviços; 3) microrregiões com áreas de agropecuária mais expressivas ou fruticultura irrigada, mas que também têm importância regional na distribuição e nos serviços; e 4) microrregiões com economia baseada na agricultura familiar e pecuária tradicional, além do comércio e dos serviços.

O primeiro grupo que representa as microrregiões com capitais de Estados, detinha 34% da população ocupada regional em 2010 e exibiu um incremento de 3,6% ao ano dessa população ocupada entre 2000 e 2010, acima da média regional de 2,4% a.a. Tinha forte presença do emprego formal, com número elevado de contribuintes para a previdência. Os empregados com carteira de trabalho assinada, militares e estatutários correspondiam a 55,2% de sua população ocupada e seu grau de formalização médio era de 62,8% em 2010. Em sua maioria, os ocupados dessas grandes áreas urbanas do Nordeste trabalhavam no terciário (71,8% dos ocupados). Destaca-se, no caso de Fortaleza, o menor peso relativo do terciário, em contrapartida a uma presença mais expressiva dos empregados na indústria de transformação local, especialmente naquela ligada à indústria calçadista, têxtil e de alimentos e bebidas, como demonstrado no Capítulo 2. Apesar do dinamismo da ocupação e da queda da desocupação nesse período, essas microrregiões ainda exibiam uma taxa média de desemprego aberto de 13%, em 2010. Os rendimentos médios no trabalho principal nessas nove microrregiões (de R\$ 1.263,2) estavam bem acima da média regional de R\$ 897,0, em 2010. Apesar da média salarial maior, essas microrregiões com capitais apresentaram incrementos médios de apenas 1,1% ao ano entre 2000, bem abaixo do observado entre as regiões com forte crescimento do emprego formal e menor inclusive que a ampliação da renda média regional, de 1,9% ao ano.

O segundo grupo era composto pelas microrregiões de: Imperatriz e Caxias, no Maranhão; Cariri e Sobral, no Ceará; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Campina Grande, na Paraíba; Vale do Ipojuca, em Pernambuco; e Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna⁴¹, Porto Seguro e Vitória da Conquista, na Bahia. Todas essas microrregiões são polos regionais de comércio e serviços, com suas cidades mais importantes sendo capitais regionais da REGIC de 2007 do IBGE, com exceção de Porto Seguro e Caxias. Esse grupo apresentou uma taxa de incremento média da ocupação de 2,4% ao ano entre 2000 e 2010, igual a observada para a média regional; e uma taxa média de desemprego aberto de 9,4%, abaixo da

⁴¹ Ressalta-se que apenas a microrregião de Ilhéus-Itabuna apareceu nos dois recortes utilizados, tanto entre as microrregiões com menor crescimento do emprego formal, quanto entre as microrregiões com maior participação na população ocupada da região Nordeste.

média regional. Diferentemente das microrregiões com capitais, entre essas microrregiões havia maior presença dos empregos sem carteira ou por conta própria na população ocupada (53,3% da população ocupada em 2010) e, conseqüentemente, um grau de contribuição menor (43,1% dos ocupados). O terciário respondia por mais da metade das ocupações dessas microrregiões e o rendimento médio do trabalho fica em torno de R\$ 828,3, bem menor que o das capitais e abaixo inclusive da média regional de R\$ 897,0, em 2010.

O terceiro grupo era formado pelas microrregiões de: Pindaré e da Baixada Maranhense, no Maranhão; Petrolina e as Matas Setentrional e Meridional de Pernambuco; e Juazeiro, Santo Antônio de Jesus e Jequié, na Bahia. Nessas microrregiões, havia uma participação da população ocupada importante na agropecuária e no terciário, 36,5% e 45,8%, respectivamente, em 2010.

Além do papel de distribuição de mercadorias e centro de comércio e serviços, como se pode observar, essas microrregiões também têm áreas agrícolas e pecuárias relevantes na ocupação local. A microrregião de Pindaré, no oeste maranhense, produzia 11,8% do arroz e 6,1% da mandioca da região em 2010, além de responder por 4,9% do rebanho bovino regional, segundo dados das pesquisas agrícola e da pecuária municipal do IBGE. A Baixada Maranhense, no Norte do Estado, também fornecia 5,3% do arroz da região nordeste e 4,3% da mandioca, em 2010. Destaca-se, também, a produção de melancia, especialmente no Município de Bela Vista do Maranhão. As microrregiões de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia, são importantes áreas de produção de fruticultura irrigada na região do Vale do São Francisco. Já em Santo Antônio do Jesus, próximo à região metropolitana de Salvador, a agricultura é forte no cultivo de laranja (10,9% da produção regional) e de amendoim em casca (29,2%), em especial no município de Maragogipe. Há, também, nessa região uma indústria de papel e celulose no Município de Santo Amaro, como mostrado no Capítulo 2. Em Jequié, no Centro Sul da Bahia, além das plantações de cacau (11,2% da produção regional em 2010), café (6,4% da produção regional) e mandioca (3,2%), verifica-se, também, como ressaltado no Capítulo 2, indústrias de bebidas com importante geração de postos de trabalho na região, principalmente no Município de Jequié. As Matas Setentrional e Meridional pernambucanas são tradicionais áreas de produção de cana-de-açúcar. Merece destaque, no caso da Mata Setentrional, o Município de Goiana, que era uma antiga área produtora de cana-de-açúcar, mas que vem recebendo significativos investimentos produtivos industriais, como a fábrica da Jeep, Hemobrás e de produção de vidro (Vivix). Escada, Município da Mata Meridional de Pernambuco, também vem recebendo investimentos, porém em menor porte.

O conjunto dessas microrregiões exibiu uma alta participação dos ocupados em empregos sem carteira assinada ou por conta própria (54,5% dos ocupados) e um baixo grau médio de contribuição à previdência, de 38,0% em 2010. A renda média no trabalho principal era de R\$ 673,6, abaixo da média regional, mas acima do salário mínimo em 2010. Essas microrregiões, apesar de

auferirem menores rendimentos, apresentaram um incremento da renda de 2,3% ao ano, entre 2000 e 2010, acima da média de 1,9% a.a. da região Nordeste.

O grupo 4 era composto pelas microrregiões de: Médio Mearim, no Maranhão; Garanhuns, em Pernambuco; Arapiraca, em Alagoas; e Serrinha, Guanambi, Irecê e Jacobina, na Bahia. Todas essas microrregiões tinham suas economias com importante participação da agricultura familiar e pecuária.

A microrregião do Médio Mearim, no centro do Maranhão, destaca-se pelo forte peso da administração pública no valor adicionado que gera. Já a microrregião de Garanhuns, no agreste pernambucano, além de importante polo regional pecuarista e de derivados, também apresentava uma produção familiar de diversos itens. Garanhuns aparece como um importante município para o comércio e serviço daquela região. A microrregião de Arapiraca, no agreste alagoano, por sua vez, se sobressaía na produção de fumo, que respondia por 31,1% da produção regional de 2010. Na microrregião de Serrinha, no nordeste baiano, para além da pecuária, com indústria de abate, e da agricultura familiar, com produtos tradicionais como milho, feijão e mandioca, ressalta-se o peso da administração pública no valor adicionado da microrregião, de 36,4% em 2010 – o maior entre os setores de atividade econômica. Por fim, as microrregiões de Guanambi, Irecê e Jacobina, todas no centro norte baiano, com uma população de mais de 1 milhão (mais de 300 mil em cada microrregião) e 2,1% da população ocupada regional em 2010, ainda têm suas economias baseadas na agricultura e pecuária. A microrregião de Jacobina destaca-se pela produção de sisal ou agrave, que representava 17,6% de toda produção nordestina em 2010. Na microrregião de Guanambi, ressaltam-se os Municípios de Caetité, com indústria de mineração, parques eólicos e o setor de serviços; e Guanambi – principal economia da região –, que além da presença de um campus do IF Baiano e da Universidade estadual da Bahia (Uneb), apresentou importante incremento na indústria de fabricação de óleos vegetais e alimentos para animais entre 2010 e 2013 (SANTOS et al., 2016; FERNADES, 2016). O Município de Irecê, na microrregião com seu nome, também é um importante polo local de comércio e serviços.

Em conjunto, essas microrregiões apresentavam a maior participação dos ocupados em empregos sem carteira assinada ou por conta própria entre os grupos destacados (58,1% dos ocupados), além de baixo grau médio de contribuição à previdência, apenas 26,9% em 2010. A renda média no trabalho principal também era a menor observada, de R\$ 606,3 – abaixo da média regional, mas acima do salário mínimo de R\$ 510,0 em 2010. Essas microrregiões também demonstraram um incremento da renda de 2,3% ao ano, entre 2000 e 2010, acima da média de 1,9% a.a. da região Nordeste.

Como é possível observar no final da **Tabela 3.28**, os dados referentes às outras 113 microrregiões restantes apontam para um conjunto bastante heterogêneo de microrregiões que

representavam 30,7% da população ocupada nordestina, em 2010. Detinha uma taxa média de desemprego de 9,4%, um pouco abaixo da média regional de 9,7%, mas que não pode ser considerada de forma representativa pois nesse grupo havia diversas microrregiões do semiárido nordestino com forte peso do trabalho na agropecuária, que respondiam por 38,0% dos ocupados em 2010. Outro setor importante na geração de postos de trabalho era o terciário, com 43,1% dos ocupados. O trabalho sem carteira assinada ou por conta própria correspondia a 55,8% dos ocupados, o que se refletia no baixo grau de contribuição, de 31,3%. A renda média no trabalho principal observada era baixa, de em média R\$ 608,9 – abaixo da média regional, mas acima do salário mínimo de R\$ 510,0 em 2010. Seguindo a tendência de maiores taxas de incremento da renda média para as microrregiões com menores rendas, esse grupo apresentou incremento médio anual da renda do trabalho principal de 2,4% entre 2000 e 2010, acima da média de 1,9% ao ano da região Nordeste.

Tabela 3.28 - Brasil, NE e Microrregiões nordestinas: 35 microrregiões do Nordeste com as maiores participações na população ocupada regional em 2010

Ranking	Código	Microrregiões	População residente em 2010	Taxa de Desemprego em 2010	População ocupada em 2010	Taxa de crescimento anual da ocupação - 2000/2010	Participação (%) na população ocupada do Nordeste - 2010	Taxa de crescimento anual do emprego com carteira assinada - 2000/2010	Participação (%) dos Empregados com carteira de trabalho assinada, Militares e Funcionários públicos estatutários em 2010	Participação (%) dos Empregados sem carteira de trabalho assinada e dos por Conta Própria em 2010	Grau de contribuição para a previdência em 2010	Participação (%) da agropecuária no total da população ocupada em 2010	Participação (%) da indústria no total da população ocupada em 2010	Participação (%) do terciário no total da população ocupada em 2010	Renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento ¹ em 2000	Renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento ¹ em 2010	Taxa de crescimento anual da renda média do trabalho principal dos ocupados com rendimento - 2000/2010
1	29021	Salvador - BA	3.458.571	13,7	1.579.943	3,4	7,6	5,0	59,4	37,1	67,3	1,3	18,9	71,5	1.218,6	1.343,3	1,0
2	23016	Fortaleza - CE	3.351.112	8,1	1.481.109	3,8	7,1	5,8	51,8	44,8	58,6	2,4	24,0	67,3	1.056,1	1.160,4	0,9
3	26017	Recife - PE	3.259.055	13,5	1.332.970	2,8	6,4	4,2	57,2	39,5	64,3	1,2	16,3	76,1	1.223,0	1.293,2	0,6
4	21002	Aglomeração Urbana de São Luís - MA	1.309.330	11,9	556.855	4,4	2,7	7,4	50,0	45,9	57,0	3,1	18,2	71,0	1.020,6	1.223,8	1,8
5	24018	Natal - RN	1.030.764	10,1	461.484	4,0	2,2	5,7	59,9	36,6	67,6	1,2	18,5	75,6	1.208,5	1.385,2	1,4
6	27011	Maceió - AL	1.140.682	12,5	456.440	3,8	2,2	5,2	53,5	43,0	62,0	2,9	16,7	72,9	1.076,9	1.192,1	1,0
7	29012	Feira de Santana - BA	990.038	10,3	441.286	2,4	2,1	6,2	36,6	47,2	43,4	22,7	19,0	53,6	702,2	878,8	2,3
8	22003	Teresina - PI	999.256	9,3	435.852	3,2	2,1	6,0	47,5	45,6	55,1	9,1	17,3	70,2	887,4	1.112,1	2,3
9	25022	João Pessoa - PB	1.034.615	10,3	435.231	3,6	2,1	4,7	54,3	41,8	64,1	2,5	17,9	72,0	1.051,2	1.301,7	2,2
10	29031	Ilhéus-Itabuna - BA	1.020.642	12,8	384.950	1,2	1,8	1,8	36,9	56,0	44,8	24,8	14,2	56,1	633,5	815,2	2,6
11	26008	Vale do Ipojuca - PE	852.171	7,3	362.017	2,7	1,7	6,7	27,6	60,5	34,1	24,6	24,1	46,5	653,4	733,6	1,2
12	28011	Aracaju - SE	835.816	11,9	354.186	4,3	1,7	5,2	58,3	37,2	66,3	2,6	17,2	73,0	1.138,7	1.344,3	1,7
13	29032	Porto Seguro - BA	727.913	10,7	305.140	3,2	1,5	6,0	38,1	53,8	46,2	21,1	16,6	57,2	780,5	904,7	1,5
14	29028	Vitória da Conquista - BA	626.807	9,5	256.804	1,9	1,2	6,0	32,9	56,1	39,6	26,2	16,2	52,4	626,4	740,8	1,7
15	29020	Santo Antônio de Jesus - BA	539.858	11,2	227.153	2,4	1,1	4,1	30,6	52,2	41,0	35,6	15,1	46,8	495,9	646,3	2,7
16	21009	Imperatriz - MA	566.866	8,8	223.060	2,4	1,1	7,9	35,4	54,5	42,5	20,1	16,7	59,5	769,3	939,8	2,0
17	23032	Cariri - CE	534.139	8,8	214.886	3,0	1,0	6,0	33,1	57,4	39,4	16,7	22,4	58,5	616,5	735,6	1,8
18	25017	Campina Grande - PB	502.669	9,8	208.587	2,9	1,0	4,0	43,7	44,6	51,7	13,5	20,0	62,2	894,5	988,8	1,0
19	29024	Jequié - BA	507.347	9,7	206.860	1,1	1,0	3,4	25,3	61,8	31,9	36,4	13,5	46,4	487,8	620,9	2,4
20	21008	Pindaré - MA	621.431	7,6	204.948	1,9	1,0	7,7	17,0	64,0	24,1	41,7	10,2	44,1	482,0	593,1	2,1
21	21005	Baixada Maranhense - MA	564.191	6,7	201.306	1,3	1,0	7,7	13,7	59,7	23,7	52,6	9,6	35,4	366,4	487,3	2,9
22	26005	Petrolina - PE	443.991	9,6	184.183	3,7	0,9	8,5	38,5	50,9	45,3	36,7	11,6	47,7	798,5	972,5	2,0
23	29016	Serrinha - BA	414.965	7,9	181.418	1,7	0,9	5,8	22,4	54,3	27,8	40,6	17,1	39,9	422,7	545,6	2,6
24	26011	Garanhuns - PE	442.117	6,9	174.523	0,7	0,8	4,7	20,2	55,0	24,8	49,0	9,4	38,7	529,6	658,6	2,2
25	29004	Juazeiro - BA	454.405	9,6	173.679	2,3	0,8	4,1	30,1	52,9	38,6	39,9	10,5	45,7	647,7	730,1	1,2
26	26013	Mata Setentrional Pernambucana - PE	535.768	13,5	173.053	2,2	0,8	3,4	45,2	45,5	51,6	19,1	21,3	53,7	560,1	673,2	1,9
27	29026	Guanambi - BA	371.379	7,3	162.484	3,3	0,8	7,0	23,7	56,6	30,7	42,1	14,6	39,6	580,4	639,2	1,0
28	27006	Arapiraca - AL	410.798	7,3	160.783	1,5	0,8	5,6	25,4	51,1	29,6	42,2	10,9	43,3	505,3	698,2	3,3
29	26015	Mata Meridional Pernambucana - PE	559.290	15,1	156.574	2,7	0,8	4,5	47,4	44,5	54,2	25,4	20,9	48,0	529,7	644,6	2,0
30	21017	Caxias - MA	416.327	7,2	150.471	2,2	0,7	7,6	28,9	58,6	35,5	25,0	16,8	54,8	462,9	628,5	3,1
31	21010	Médio Mearim - MA	411.976	7,8	149.316	0,8	0,7	6,8	17,8	64,3	27,4	42,8	10,5	43,6	404,2	640,4	4,7
32	29009	Irecê - BA	373.298	8,1	146.500	1,8	0,7	5,2	15,5	68,2	21,5	50,7	9,0	38,2	480,3	528,6	1,0
33	23005	Sobral - CE	380.844	8,0	140.075	2,2	0,7	7,5	38,5	49,3	47,1	19,3	26,3	48,3	550,3	679,8	2,1
34	24001	Mossoró - RN	332.679	10,8	135.784	4,3	0,7	6,7	52,5	42,0	59,1	10,4	22,8	60,2	767,5	1.011,0	2,8
35	29010	Jacobina - BA	326.824	9,1	135.761	2,0	0,7	5,0	19,8	59,7	26,3	43,7	11,6	42,4	462,5	525,7	1,3
Total das 35 microrregiões com maior participação na POC			30.347.934	10,1	12.555.671	2,9	60,2	5,3	44,8	46,9	52,2	14,5	17,8	62,1	901,9	1.054,6	1,6
113 microrregiões restantes ²			17.389.816	9,4	6.411.351	1,7	30,7	5,8	24,5	55,8	31,3	38,0	15,4	43,1	482,6	608,9	2,4
Nordeste			53.081.950	9,7	20.854.301	2,4	100,0	5,5	36,6	50,3	43,7	24,2	16,7	54,3	740,9	897,0	1,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1- Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Totalizando 187 microrregiões, com a exclusão de Fernando de Noronha.

3.4 Considerações Finais

Em um contexto de mudanças na dinâmica populacional e migratória (menor pressão demográfica com menores taxa de crescimento populacional, envelhecimento populacional, queda da razão de dependência, crescimento vegetativo como principal elemento para o incremento da PEA, ao lado da crescente urbanização e da redução da emigração inter-regional) presencia-se um processo de reconfiguração do mercado de trabalho nacional e nordestino, com destaque para o crescimento da ocupação, especialmente dos postos de trabalho com carteira assinada – ampliando a formalização- , forte queda do desemprego e melhorias da renda média do trabalho.

Seguindo a tendência nacional, a região Nordeste apresenta baixa taxa de crescimento da população total, crescente urbanização, especialmente no semiárido, e redução da população rural em termos absolutos. Contudo, em 2010, a região Nordeste, que respondia por 13,5% do PIB nacional, ainda detinha 27,8% do total da população brasileira e 47,8% da população rural do país.

Em relação ao mercado de trabalho, destaca-se que o comércio e a construção civil foram os setores de atividades que mais ampliaram a ocupação entre 2000 e 2010. Houve, também, importante avanço no nível de escolaridade dos ocupados, além do aumento do rendimento médio do trabalho, com maior apropriação da massa de rendimentos pelos 40% mais pobres e redução da razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres. Entre os segmentos de atividade econômica estudados, os serviços domésticos e a agropecuária eram os que auferiam as menores rendas médias; enquanto que a indústria extrativa (especialmente pela presença do segmento de petróleo & gás) e a administração pública eram os setores que pagavam os maiores salários médios na região Nordeste.

No que se refere à dinâmica estadual, observa-se que as unidades federativas com maior peso da população rural na população total, como é o caso do Maranhão e do Piauí, que detinham uma população rural de 36,9% e 34,2%, respectivamente, em 2010, ainda tinham forte peso da agropecuária na ocupação, inclusive do trabalho na produção para o próprio consumo. Mais da metade de suas populações ocupadas detinham baixo grau de instrução - sem instrução ou com até o fundamental completo; além disso, eram os Estados com os mais baixos níveis de renda média do trabalho da região. Todavia, é importante ressaltar que o Maranhão e o Piauí também foram as unidades federativas do Nordeste que apresentaram as maiores taxas anuais de incremento do emprego formal e da renda do trabalho. Contudo, mesmo com a expansão do agronegócio nos cerrados desses Estados, esses mercados de trabalho ainda eram marcados em 2010 por uma informalidade que ultrapassava mais da metade dos ocupados.

Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia detinham $\frac{1}{4}$ ou mais de sua população nas áreas rurais. Mas, enquanto Alagoas e a Paraíba tinham cerca de $\frac{1}{4}$ de sua população ocupada na agropecuária, baixo grau de contribuição à previdência e de instrução de sua população ocupada, além de mais de 11% dos ocupados no trabalho para o autoconsumo, a Bahia se diferenciava pela menor presença da produção para o autoconsumo (cerca de 9%) e por uma estrutura produtiva mais diversificada, que auferia melhores rendimentos médios. Todavia, é importante ressaltar as diferenças nas áreas rurais desses Estados: a agropecuária alagoana tinha forte peso da cana-de-açúcar na zona da mata, o que se traduzia em maior participação do emprego formal na sua população ocupada; já a paraibana estava mais relacionada à produção familiar; e na Bahia havia desde a produção do agronegócio no Oeste (cerrados), no Sul e Centro Sul baiano (com produção de cacau e café, além da presença das matas plantadas com eucalipto, por exemplo) e nas áreas irrigadas, bem como uma importante agricultura familiar.

Sergipe e o Ceará, por sua vez, apesar do forte peso da sua população rural, em termos de mercado de trabalho apresentavam importante peso dos serviços e da indústria extrativa mineral na sua população ocupada, no caso sergipano, e dos serviços e da indústria de transformação, no caso cearense. Destaca-se o caso do Ceará como o Estado com maior peso relativo do emprego industrial na região. Essa maior relevância da indústria e dos serviços nessas unidades federativas se refletia também em um menor peso relativo da ocupação na agropecuária que girava em torno de 20,5% no Ceará e 22,8% em Sergipe. Constatava-se, também, nesses Estados uma menor participação do trabalho na produção para o próprio consumo. Entre essas cinco unidades federativas, Sergipe era a que apresentava a maior presença do emprego formal, com altos níveis de instrução e maiores rendimentos médios do trabalho.

Pernambuco e Rio Grande do Norte eram as unidades federativas mais urbanizadas da região Nordeste, com importante peso relativo do setor de serviços, que empregava mais de 40% da população ocupada em 2010, e os altos níveis de emprego formal e contribuição à previdência. Apesar de Pernambuco apresentar um parque industrial mais diversificado que o Rio Grande do Norte, esse Estado também ostentava um maior peso relativo da agropecuária (com cerca de $\frac{1}{4}$ da população ocupada nesse setor em 2010). Todavia, o Rio Grande do Norte, por apresentar um menor peso relativo da agropecuária e uma maior participação da indústria extrativa (destaque para a extração de petróleo) e do terciário, destacava-se pela maior proporção de ocupados com nível superior completo (mais de 10%) e pelas maiores remunerações médias do trabalho na região.

Em termos de distribuição populacional, o Nordeste segue a dinâmica nacional com aumento de participação nos municípios de porte médio e perda relativa de população total dos municípios com até 50 mil habitantes. Nesses municípios de pequeno porte, o que vem puxando essa redução na participação da população total é a queda de sua população rural, que vem caindo em

termos absolutos e relativos. Mesmo assim, em 2010, cerca de 46% da população nordestina ainda habitava as áreas rurais e urbanas dos 1.623 municípios com até 50 mil habitantes. De maneira geral, salienta-se que cerca de 77% da população rural ainda se encontrava nos pequenos municípios em 2010, enquanto que 1/3 da população urbana estava também nos núcleos urbanos desses municípios de pequeno porte e outro 1/3 estava nos 11 grandes centros da região, que tinham mais de 500 mil habitantes. Os 47 municípios de porte médio (população de 100 a 500 mil) do Nordeste já representavam cerca de 16% da população total regional, em 2010.

Em relação ao mercado de trabalho, é possível observar, a partir do recorte por tamanho dos municípios do Nordeste, o baixíssimo incremento da população em idade ativa nas áreas rurais dos municípios com até 100 mil habitantes. A PEA nas áreas urbanas, especialmente nas cidades de 50 a 100 mil habitantes, cresce acima da média nacional. Verifica-se, também, a queda generalizada da população desocupada, em todos os recortes estudados, porém com maior intensidade nos grandes centros com mais de 500 mil habitantes e nos municípios de porte médio, onde havia maior concentração da ocupação.

As áreas rurais dos municípios de pequeno porte (até 100 mil habitantes) mantiveram suas populações ocupadas praticamente estáveis ao longo da década e apresentaram as menores taxas médias de incremento do emprego formal entre os recortes estudados. Isso não quer dizer que não aconteceram avanços no mercado de trabalho dessas áreas. Houve expansão do emprego formal, aumento da contribuição à previdência e melhorias nos níveis de instrução. Mas, a importância da agropecuária nas áreas rurais nordestinas é reafirmada com a análise dos dados de população ocupada por setor de atividade econômica. Apesar do decréscimo do trabalho nesse setor, nas áreas rurais nordestinas, ele ainda representava mais de 2/3 de toda a população ocupada na parte rural dos municípios com até 100 mil habitantes, em 2010. Mesmo com a expansão generalizada do emprego formal e o crescimento do agronegócio - especialmente em parte importante dos cerrados nordestinos-, o trabalho com carteira assinada representava menos de 14% do total de ocupados dessas áreas nos municípios com até 100 mil habitantes. O trabalho sem carteira nas áreas rurais nordestinas também se manteve bastante intenso e respondia por mais de 30% dos empregos das áreas rurais de 50 a 100 mil habitantes e cerca de 36% dos empregos rurais nos municípios com população de até 50 mil. Nessas áreas rurais nordestinas, o trabalho para o autoconsumo e por conta própria respondiam por mais de 50% da ocupação, influenciados pelo peso da agricultura familiar, o que se reflete em uma taxa de contribuição abaixo de 20% e em $\frac{3}{4}$ da população ocupada sem instrução ou com até o fundamental incompleto. Apesar de terem obtido as maiores taxas de incremento médio da renda do trabalho, como a grande maioria está ocupada na agropecuária, essas áreas apresentavam, em 2010, uma renda média do trabalho abaixo do salário mínimo.

Ressalta-se, ainda, que os dados do Censo Demográfico também apontam para o crescimento do trabalho na agropecuária por ocupados que habitam as áreas urbanas dos municípios com população de até 50 mil e de 50 a 100 mil. Ou seja, o trabalhador rural ainda mora predominantemente nas áreas rurais nordestinas, mas uma parte crescente dele vem deixando o campo para morar na cidade, mesmo se ocupando da agricultura e pecuária.

Em relação às áreas urbanas por recorte de tamanho dos municípios, verifica-se que quanto maior o porte do município, maior também é a presença do emprego formal, do grau de contribuição, do peso dos serviços entre os ocupados e do nível de instrução. A renda, que apesar de ter apresentado maior taxa de crescimento média nas áreas urbanas dos municípios de menor porte, é bem maior nos grandes centros com população de mais de 500 mil. Em 2010, enquanto que a renda média dos ocupados no trabalho principal nas áreas urbanas com até 50 mil habitantes era de R\$ 646,6, nos municípios com população de mais de 500 mil, era de R\$ 1.359,7, ou seja, mais que o dobro.

Todavia, ressalta-se a maior ampliação da participação da renda dos 40% mais pobres entre os municípios de porte médio, onde essa apropriação da massa de renda passou de 11,2% para 23%, entre 2000 e 2010. Já os municípios com mais de 500 mil habitantes, embora tenham diminuído ligeiramente, mantém os maiores níveis de concentração da renda. Em termos de desigualdade, os municípios de porte médio também se sobressaíram, com uma razão entre a renda média dos 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres de 6,6, abaixo inclusive da observada nas áreas rurais dos municípios com até 50 mil e de 50 a 100 mil habitantes de 8,2 e 8,1, respectivamente, e bem abaixo dos 10,7 dos municípios com população de mais de 500 mil, em 2010.

Em termos intrarregionais, como já destacado anteriormente, a heterogeneidade do tecido produtivo regional também pode ser observada no mercado de trabalho, com diversos conjuntos de microrregiões apresentando novos dinamismos convivendo com outras de baixo vigor e estruturas produtivas ainda marcadas pelo forte peso da agropecuária tradicional e da presença do Estado, através da administração pública. Entre as 20 microrregiões que apresentaram um incremento do trabalho com carteira assinada acima dos 10% ao ano, entre 2000 e 2010, encontram-se: cinco microrregiões dos cerrados nordestinas ligadas ao agronegócio e à produção de grãos na região (Alto Parnaíba Piauiense, no Piauí; Porto Franco, Gerais de Balsas e Chapadas das Mangabeiras, no Maranhão; e Barreiras, na Bahia); quatro microrregiões que tiveram importante ampliação nos postos de trabalho formais na indústria (Pacajus, Baixo Curu, e Uruburetama, no Ceará; e Carira, em Sergipe); e onze microrregiões com forte peso da agropecuária tradicional nos Estados do Piauí e Maranhão, mas que apresentaram expansão do emprego formal no comércio e na construção civil.

Por sua vez, as 20 microrregiões que apresentaram as menores taxas de crescimento do emprego formal na região Nordeste estavam: uma em Sergipe (microrregião de Boquim), outra na Bahia (Ilhéus-Itabuna), quatro em Alagoas (Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Batalha e Serrana

do Sertão Alagoano), cinco no Rio Grande do Norte (Serra de São Miguel, Angicos, Médio Oeste, Pau dos Ferros e Umarizal) e nove na Paraíba (Cariri Oriental, Curimataú Ocidental e Oriental, Brejo Paraibano, Piancó, Cariri Ocidental, Itabaiana, Umbuzeiro e Seridó Ocidental Paraibano). A principal característica dessas microrregiões é a participação da ocupação na agropecuária acima da média regional e o baixo grau de contribuição à previdência, com exceção das microrregiões da Mata Alagoana e Serrana dos Quilombos, em Alagoas; de Ilhéus-Itabuna, na Bahia; e de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte.

Por último, analisou-se o conjunto das 35 microrregiões com participação acima de 0,7% da população ocupada regional e que representam, em conjunto, 60,2% da população ocupada do Nordeste em 2010. Esse recorte pode ser dividido em quatro grupos: 1) as nove microrregiões com capitais; 2) microrregiões que são importantes polos regionais de comércio e serviços (Imperatriz e Caxias, no Maranhão; Cariri e Sobral, no Ceará; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Campinas Grande, na Paraíba; Vale do Ipojuca, em Pernambuco; e Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Porto Seguro e Vitória da Conquista, na Bahia; 3) microrregiões com áreas de agropecuária mais extensiva ou fruticultura irrigada, mas que também têm importância regional na distribuição e nos serviços (Pindaré e da Baixada Maranhense, no Maranhão; Petrolina e as Matas Setentrional e Meridional de Pernambuco; e Juazeiro, Santo Antônio de Jesus e Jequié, na Bahia; e 4) microrregiões com economia baseada na agricultura familiar e pecuária tradicional, além do comércio e dos serviços (Médio Mearim, no Maranhão; Garanhuns, em Pernambuco; Arapiraca, em Alagoas; e Serrinha, Guanambi, Irecê e Jacobina, na Bahia).

Em resumo, observa-se que Alagoas evoluiu pouco em termos de estrutura produtiva e transformações no mundo do trabalho. Já o Maranhão, captou alguns investimentos produtivos que dinamizaram parte de sua economia. Contudo, Maranhão e Piauí continuam sendo os Estados com os piores indicadores de emprego e renda da região. Parte importante das permanências verificadas na estrutura ocupacional e de renda regional estão ligadas à parte rural do Nordeste que ainda continua muito atrasada. Nesse sentido, destacam-se as áreas urbanas que apresentaram maior dinamismo do mercado de trabalho e da renda no período recente, puxadas sobretudo pelo crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada. Todavia, outros movimentos também são percebidos a partir da análise por microrregião, como a expansão dos postos de trabalho formais nas áreas de fronteira agrícola nos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão, lideradas pelo agronegócio; e em áreas industriais em microrregiões do Ceará e de Sergipe. Ao passo que as microrregiões que se mantiveram predominantemente voltadas para a agricultura familiar e pecuária mais tradicional exibiram baixos níveis de incremento de seus mercados de trabalho formais. Por fim, a ocupação nordestina ainda está fortemente concentrada nas capitais metropolitanas, nos municípios de médio porte (polos regionais de comércio e serviços), nas microrregiões consolidadas do agronegócio mais extensivo e/ou da

fruticultura irrigada e em antigas áreas de agropecuária tradicional, mas que também são polos locais de comércio e serviços.

CAPÍTULO 4 - DESIGUALDADE INTRARREGIONAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO NORDESTE NOS ANOS 2000

Reconhecidamente, uma das heranças mais marcantes do desenvolvimento brasileiro é a intensa desigualdade regional. Como demonstra Hoffmann (1978), o processo de concentração econômica no Sudeste/Sul, intensificado durante o período da ditadura militar e impulsionado pelo crescimento da indústria brasileira, especificamente entre 1960-1970, materializou-se, não apenas no aumento do grau de concentração do poder econômico, como, também, na concentração de renda. Esse processo, vale destacar, ocorreu em um país que já apresentava, historicamente, um padrão de distribuição bastante concentrado, em especial na faixa litorânea. Em 1959, estudo dirigido por Furtado já destacava que o aumento da disparidade no nível de desenvolvimento entre o Nordeste e o “Centro Sul” do país, era um reflexo do processo de concentração industrial no Sudeste (FURTADO, 1989 [2014]; GTDN, 1967). O Nordeste litorâneo também concentrava a maior parte da base produtiva regional.

Entre o fim dos anos 1970 e 1990, a desigualdade de renda no Brasil, mensurada pelo Coeficiente de Gini, permaneceu estável, em torno de 0,60. Um aumento do indicador ocorreu apenas no final da década de 1980, passando para 0,64 em 1989. No início dos anos 1990, por outro lado, o indicador retornou ao mesmo patamar de 0,60 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001). No Nordeste, a evolução do indicador seguiu a mesma tendência, porém em um patamar relativamente maior, o que indica a permanência de uma condição de desigualdade de renda relativa e historicamente maior frente as outras regiões do país.

Arretche (2015, p. 221), ao analisar a desigualdade de renda entre os municípios brasileiros medida pelo PIB *per capita* entre 1970 e 2010, aponta que essa permanece estável. Entretanto, mostra também que houve uma “sensível melhoria nas condições de vida das cidades brasileiras”, com aumento do PIB *per capita*, redução do percentual de pobres, crescimento da cobertura de serviços de infraestrutura social e aumento na oferta de médicos e nos níveis de escolaridade.

No que se refere ao acesso a bens essenciais, em especial ao acesso à rede geral de energia elétrica, água e esgoto e coleta de lixo, a autora expõe que essa evolução teve forte “expressão regional”. Essa trajetória inicia-se nos municípios mais ricos, onde “a universalização dos serviços antecede – em muito – a expansão da cobertura aos demais”. Esse movimento de melhoria da cobertura ao longo dos anos 1970 ocorreu, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste. Já na década de 1980, o crescimento da abrangência dos serviços sociais favoreceu “principalmente os pobres dos municípios mais ricos, nos quais o acesso à água e à energia elétrica estava praticamente universalizado no início

da década de 1990”. Os anos 1990 beneficiaram, principalmente, as regiões Sul e Centro-Oeste. (ARRETCHE, 2015, p. 221-222).

Nos anos 2000, com a recuperação econômica, a ampliação da capacidade de criação de empregos e o crescimento da renda nacional, o mercado interno foi ampliado, especialmente a partir de 2004. Nesse movimento, as regiões mais atrasadas economicamente (Norte e Nordeste) passaram a apresentar um desempenho expressivo em termos da atividade produtiva, que se refletiu na geração de emprego, em especial no segmento formal, e na elevação da renda média, apresentando taxas de incremento superiores à média nacional e em especial à do Sudeste. Como destacado anteriormente, fizeram parte desse processo a implementação e consolidação de programas sociais de transferência de renda, a política de reajuste real do salário mínimo e a expansão do crédito ao consumo, que garantiram a elevação da capacidade de consumo de grande parcela da população, especialmente aquela da base da estrutura social.

A realidade é que esse movimento da economia, somado à atuação do Estado no campo social (distribuição e valorização da renda da base da pirâmide de renda), refletiu-se na queda da desigualdade de renda monetária, medida pelo Coeficiente de Gini. O indicador passou de um patamar de 0,60 (nível histórico e recorrente) em 2001, para 0,54 em 2009, de acordo com os dados da PNAD (IBGE).

Como destaca Dedecca et al.:

“As reduções do Índice de Gini nos anos 80 e 90 ocorreram em um contexto de elevada instabilidade econômica, caracterizada por declínio do nível de atividade, redução do nível de emprego, incremento expressivo do desemprego e uma situação de fortes tensões inflacionárias. Ademais, o movimento foi significativamente mais circunscrito a um curto espaço de tempo.

A tendência atual de redução apresenta características bastante distintas. Ela começa em um ambiente de instabilidade econômica, correspondente ao período 2000-2002, mas vai se consolidando, a partir de 2003, em outro, marcado pela recuperação econômica com recomposição do nível de emprego, queda do desemprego e baixa inflação. Ademais, ela vem perdurando durante todos os anos da década, mostrando uma duração significativamente mais longa que aquela observada para as quedas da desigualdade ocorridas nos anos 80 e 90” (DEDECCA et al., 2008, p. 2).

Na região Nordeste, os cenários positivos nacional e internacional somaram-se à retomada dos investimentos produtivos e em infraestrutura, realizados sobretudo no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre os projetos, destacam-se a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima (em PE) e obras de infraestrutura como a transposição do Rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina. As transformações na estrutura produtiva, apontadas anteriormente,

também contaram com investimentos privados, a exemplo da indústria naval, da indústria de papel e celulose, do agronegócio, dentre outros.

Indicadores sociais, de acordo com as informações disponíveis, revelam, para o Nordeste, um ritmo relativamente maior de redução da pobreza extrema (pessoas com rendimento familiar *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo) e do Índice e Desenvolvimento Humano - IDH. No entanto, esses avanços não se mostraram suficientes para retirar a região da “liderança” entre os piores indicadores sociais do país (GUIMARÃES NETO, 2010a). Já no que se refere à cobertura dos serviços sociais, Arretche (2015) mostra que a expansão da oferta de serviços só ocorreu entre os municípios das regiões Norte e Nordeste, nos anos 2000. O Nordeste, ainda segundo a autora, foi a região mais beneficiada nesse período. Houve crescimento dos serviços de abastecimento de água e coleta de lixo (apesar de importantes diferenças nas taxas de cobertura) e, praticamente, a universalização do acesso à rede de energia elétrica. Já o acesso à rede de esgoto permanece como uma promessa não cumprida na região.

Por fim, Arretche (2015, p. 218) defende que, nos últimos quarenta anos, “a redução das desigualdades entre as regiões se fez acompanhar de aumento ou preservação das desigualdades no interior das regiões”. A partir do entendimento da desigualdade como um fenômeno complexo e multidimensional, extrapolando os problemas associados à concentração de renda, este Capítulo busca analisar a evolução desse processo, em um contexto de crescimento econômico com redução da concentração de renda no Nordeste brasileiro. O objetivo é entender se esse processo recente teve reflexo na desigualdade intrarregional do Nordeste, nos anos 2000.

4.1 Metodologia

Partindo de um debate a respeito de diferentes formas de mensuração da renda nacional iniciado por Hicks e Kuznets nos anos 1930⁴², Dedecca (2009b) propõe uma nova metodologia que procura ampliar o tratamento da desigualdade para além da sua dimensão econômica, ou seja, da renda monetária, a partir de uma ótica multidimensional. O autor, além de considerar as dimensões relacionadas à renda monetária auferida no âmbito do mercado, leva em consideração aspectos relevantes de natureza não monetária. Segundo Dedecca (2009b), o objetivo é compreender: i) as “transformações da estrutura produtiva e do mercado e das relações de trabalho e suas implicações para a mudança na distribuição de renda do trabalho”, focando nas mudanças da estrutura ocupacional, no processo de formação das rendas do trabalho e nas alterações na distribuição de

⁴² Para mais detalhes sobre o debate, ver: HICKS, 1939, 1940 e 1948; KUZNETS, 1948a, 1948b, 1955 e 1937; DEDECCA, 2009a; TROVÃO, 2015.

renda; e ii) as “transformações da estrutura produtiva e das instituições socioeconômicas e suas relações com a distribuição da riqueza e a evolução do bem-estar” – destacando a relevância dos demais processos de distribuição do excedente econômico, especialmente aqueles que encontram espaço na promoção de políticas públicas e da distribuição da propriedade de ativos (DEDECCA, 2009b, p.19).

Como especificado na **Tabela 4.1**, o autor desenvolve uma gama de indicadores, divididos em cinco dimensões, quais sejam: rendimento; educação e saúde; condições de vida; mercado de trabalho e risco socioeconômico e discriminação.

Tabela 4.1
Indicadores multidimensionais de desigualdade

Dimensão	Indicadores
<i>Rendimento</i>	Rendimento Bruto do Trabalho Rendimento Bruto do Trabalho mais Transferências Monetárias Rendimento Bruto do Trabalho mais Transferências Totais Rendimento Líquido do Trabalho Rendimento Líquido do Trabalho mais Transferências Monetárias Rendimento Líquido do Trabalho mais Transferências Totais Posse de cartão de crédito Participação da despesa com alimentação na renda disponível Relação renda do trabalho e valor dos ativos
<i>Educação e Saúde</i>	Incidência do ensino médio Incidência do ensino superior Esperança de vida Acesso a plano de saúde Despesa com produtos farmacêuticos
<i>Condições de Vida</i>	Número de banheiros Escoamento do esgoto por rede de saneamento Moradores por dormitório Acesso a energia elétrica Filhos nascidos mortos Horas destinadas ao afazeres domésticos (mulheres) Tempo de residência inferior a 3 anos Despesa com serviços domésticos Pavimentação da Rua
<i>Mercado de Trabalho e Risco Socioeconômico</i>	Taxa de desemprego Taxa de informalidade Incidência do trabalho infantil Filiação a sindicato ou associação Tempo de vínculo do trabalho atual Incidência do trabalho agrícola Incidência do trabalho em jornada noturna
<i>Discriminação</i>	Rendimentos mulheres e homens Rendimentos negros e brancos Jornadas de trabalho no mercado de trabalho e de afazeres domésticos entre mulheres e homens

Fonte: DEDECCA, 2009, p.22.

Dedecca (2009b, p.22) ressalta que “[a] iniciativa amplia os esforços existentes, mantendo a dimensão econômica, mas introduzindo explicitamente o papel das instituições para a desigualdade, através das dimensões não associadas ao rendimento”. O pesquisador, posteriormente, aprimorou sua metodologia (DEDECCA, 2013a; DEDECCA et al., 2013; DEDECCA et al., 2014; DEDECCA, 2015), chegando a um novo conjunto de indicadores multidimensionais, com a retirada de alguns indicadores e inclusão de novos, além da divisão da análise em cinco óticas: mercado de trabalho e renda; condições de vida e consumo; educação; demografia; e discriminação.

Tabela 4.2
Indicadores multidimensionais de desigualdade

Dimensão	Indicadores
<i>Mercado de trabalho e renda</i>	
	Taxa de Participação
	Taxa de Desemprego
	Taxa de Formalização
	Taxa de Assalariamento
	Incidência do trabalho agrícola
	Incidência da previdência social
	Incidência da renda do trabalho
	Participação da renda do trabalho na renda total
	Relação entre a renda e a renda domiciliar <i>per capita</i> da população
<i>Condições de vida / consumo</i>	
	Densidade de morador por dormitório
	Densidade de morador por banheiro
	Proporção de domicílios situados na zona rural
	Proporção famílias sem parede apropriada
	Proporção de famílias sem banheiro exclusivo do domicílio
	Proporção de famílias com rede inapropriada de esgoto
	Proporção de famílias sem água encanada
	Proporção de famílias sem coleta de lixo apropriada
	Proporção de famílias sem acesso à energia elétrica
	Proporção famílias sem telhado apropriado
	Proporção de famílias sem telefone (fixo ou celular)
	Proporção de famílias sem fogão
	Proporção de famílias sem televisão
	Proporção de famílias sem geladeira
	Proporção de famílias sem máquina de lavar
	Proporção de famílias sem computador
	Proporção de famílias sem internet no domicílio
<i>Educação</i>	
	Taxa de analfabetismo
	Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos
	Defasagem escolar (6 a 14 anos)
	Incidência do ensino médio completo
	Incidência do ensino superior completo
<i>Demografia</i>	
	Razão de dependência
	Tamanho médio das famílias
	Proporção de famílias com chefia de não brancos
	Proporção de famílias com chefia feminina
	Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos
<i>Discriminação</i>	
	Diferença dos rendimentos entre mulheres e homens
	Diferença dos rendimentos entre não brancos e brancos
	Proporção de crianças não brancas em defasagem escolar
	Proporção de crianças brancas em defasagem escolar
	Taxa de analfabetismo de não brancos
	Taxa de analfabetismo de brancos

Fonte: DEDECCA, 2015, p.21-22.

A transposição dessa metodologia para os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 pode ser encontrada em alguns trabalhos de Trovão (2013; 2015) e Araújo e Trovão (2015). Todavia, é importante ressaltar que ao fazer esses estudos os autores realizaram transformações que acharam relevantes para suas análises em questão. No presente estudo, pretende-se analisar o seguinte conjunto de dimensões e indicadores multidimensionais⁴³, a seguir apresentado na **Tabela 4.3**.

⁴³ Para maiores detalhes sobre os indicadores multidimensionais ver Quadro A6 no Anexo estatístico.

Tabela 4.3

Indicadores multidimensionais de desigualdade

Dimensão	Indicadores
<i>Mercado de trabalho e renda</i>	Taxa de Desemprego Taxa de Formalização Taxa de Assalariamento Incidência do trabalho agrícola Incidência da previdência social Incidência de programas sociais Incidência da renda do trabalho Participação da renda do trabalho na renda total Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> Índice de Gini
<i>Acesso a bens de consumo</i>	Proporção de domicílios sem televisão Proporção de domicílios sem máquina de lavar Proporção de domicílios sem geladeira Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010) Proporção de domicílios sem computador Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)
<i>Condições do domicílio e acesso a bens públicos</i>	Densidade de morador por dormitório Densidade de morador por banheiro Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio Proporção de domicílios sem esgoto apropriado Proporção de domicílios sem água encanada Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica
<i>Educação</i>	Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %) Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos Defasagem escolar (6 a 14 anos) Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade
<i>Demografia</i>	Razão de dependência Tamanho médio das famílias Proporção de famílias com chefia de não brancos Proporção de famílias com chefia feminina Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos Mortalidade Infantil

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Para a montagem dos indicadores de multidimensionalidade foi selecionada apenas a população com renda domiciliar *per capita* maior que zero, excluindo-se, assim, a população com renda zero. Os indicadores multidimensionais serão analisados a partir do comportamento do coeficiente de variação, que representa a relação entre o desvio padrão ponderado⁴⁴ de cada indicador

⁴⁴ Os indicadores multidimensionais foram ponderados pela proporção de domicílios ou população, com renda, de cada regionalização do presente estudo e só então foi calculado o desvio padrão. Optou-se pela utilização do

em relação à média da região Nordeste. Para cada indicador, a redução do coeficiente de variação indica uma diminuição da dispersão entre determinado recorte regional dentro do Nordeste, pondo em destaque uma alteração positiva na condição de desigualdade intrarregional. No sentido contrário, o aumento da variação percentual do coeficiente estudado assinala uma ampliação na dispersão e a consequente piora da desigualdade intrarregional medida por determinado indicador.

Contudo, o estudo isolado do coeficiente de variação pode “encobrir” algumas variações. A redução do coeficiente de variação, que indicaria uma redução da desigualdade segundo determinado indicador, se acompanhada também pelo aumento do indicador médio entre 2000 e 2010, pode mostrar que, na verdade, houve uma diminuição da desigualdade intrarregional, mas com piora da condição de bem-estar dessa população. Por isso, serão investigados os dados de coeficiente de variação, desvio padrão, indicador médio do Nordeste e valores mínimos e máximos de cada indicador. Tenta-se, assim, fazer um cruzamento dessas medidas de dispersão para analisar, de maneira mais complexa, o que ocorreu entre 2000 e 2010 em relação aos indicadores multidimensionais de desigualdade. Por fim, os indicadores serão classificados a partir do seguinte quadro, dependendo primeiramente do sentido da variação do coeficiente de variação e, em segunda análise, da dinâmica do indicador médio e do desvio padrão de cada indicador.

Quadro 4.1 - Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da análise da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010

	Aumento do coeficiente de variação	Queda do coeficiente de variação
Aumento do desvio-padrão e piora do indicador médio	PIOR CENÁRIO ($\Delta\sigma > 0$ e $\Delta\sigma > \Delta\text{Indicador médio}$)	
Queda do desvio-padrão e piora do indicador médio		
Aumento do desvio-padrão e melhora do indicador médio		
Queda do desvio-padrão e melhora do indicador médio		MELHOR CENÁRIO ($\Delta\sigma < 0$ e $\Delta\sigma < \Delta\text{Indicador médio}$)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os indicadores de incidência do trabalho agrícola, de programas sociais e da previdência social e os de Proporção de famílias com chefia de não brancos, feminina e com residência inferior a 4 anos não foram classificados porque a/o queda/aumento do indicador médio não necessariamente indica uma melhora/piora do mesmo.

desvio padrão ponderado como forma de evitar mais distorções e levar em consideração os diferentes pesos de cada regionalização utilizada.

Busca-se, assim, classificar os indicadores e posicioná-los a partir das modificações intrarregionais observadas no período de 2000 a 2010, considerando-se uma análise mais detalhada da variação dos indicadores de dispersão e do indicador médio regional.

4.2 Desigualdade entre os Estados do Nordeste

Vários estudos mostraram uma indiscutível redução da desigualdade de renda corrente, medida pelo Índice de Gini, no início dos anos 2000 (DEDECCA et al., 2008; PAES DE BARROS et al., 2007; CEPAL, 2010). Outros artigos, por sua vez, apontam que esse movimento também ocorreu em nível regional (HOFFMANN, 2005; HOFFMANN, 2007). A partir de alguns indicadores de renda e de concentração de renda exibidos na **Tabela 4.4**, é possível reafirmar essa tendência de queda da desigualdade de renda medida pelo índice de Gini no Brasil e no Nordeste, entre 2000 e 2010. Como já destacado no Capítulo 2, esse processo de redução da desigualdade ocorreu também com aumento da renda domiciliar e do PIB *per capita*, o que demonstra como ele foi inclusivo. As expansões da renda média domiciliar *per capita* e do PIB *per capita* foram mais expressivas na região Nordeste, se comparadas à média nacional, apesar dessa região ainda apresentar patamares bem menores de rendimentos (60,3% do rendimento médio domiciliar nacional *per capita* e 48,4% do PIB *per capita*, em 2010). Todavia, apesar da queda da desigualdade, a região Nordeste ainda apresenta um Gini de 0,617 em 2010, bem acima da média nacional. Constata-se que o Nordeste brasileiro continua exibindo uma maior participação na renda (renda domiciliar *per capita*) do que na atividade nacional (medida pelo PIB *per capita*), e com manutenção de altos níveis de desigualdade.

Em termos estaduais, observa-se em todas as unidades federativas nordestinas uma redução do índice de Gini, acompanhada de aumento da renda média e do PIB *per capita*, no período de 2000 a 2010. Alagoas permaneceu como o Estado com maior desigualdade de renda na região, medida pelo Gini, seguido por Pernambuco. Em contraposição, o Rio Grande do Norte e a Paraíba eram as unidades federativas com menor desigualdade em termos regionais, mas com indicadores acima da média nacional. Apesar de as maiores taxas de incremento da renda média e do PIB *per capita* terem sido verificadas no Maranhão e Piauí, esses Estados continuavam também respondendo pelas menores rendas médias nominais e PIBs *per capita* da região, em 2010.

Tabela 4.4 - Brasil, NE e Estados: Indicadores de renda e concentração de renda, 2000/2010

Especificação	Índice de Gini ¹		Renda mensal domiciliar <i>per capita</i> ² (em R\$)		Taxa anual de cresc. (% a.a.)	Participação % em relação a renda mensal domiciliar <i>per capita</i> nacional		PIB <i>per capita</i> anual ³ (em R\$)		Taxa anual de cresc. (% a.a.)	Participação % em relação ao PIB <i>per capita</i> nacional	
	2000	2010	2000	2010	2000/2010	2000	2010	2000	2010	2000/2010	2000	2010
Brasil	0,632	0,596	615,9	801,8	2,7	100,0	100,0	15.567,8	19.763,9	2,4	100,0	100,0
Nordeste	0,649	0,617	333,5	483,5	3,8	54,2	60,3	6.892,5	9.560,7	3,3	44,3	48,4
Maranhão	0,637	0,611	238,0	373,8	4,6	38,6	46,6	4.722,6	6.883,3	3,8	30,3	34,8
Piauí	0,649	0,611	276,4	428,7	4,5	44,9	53,5	4.778,8	7.074,3	4,0	30,7	35,8
Ceará	0,658	0,611	338,2	469,9	3,3	54,9	58,6	6.818,5	9.212,2	3,1	43,8	46,6
Rio Grande do Norte	0,630	0,599	379,9	553,6	3,8	61,7	69,1	7.360,6	10.207,9	3,3	47,3	51,6
Paraíba	0,626	0,606	318,2	483,8	4,3	51,7	60,3	6.076,6	8.481,8	3,4	39,0	42,9
Pernambuco	0,650	0,625	392,3	537,6	3,2	63,7	67,0	7.630,3	10.821,0	3,6	49,0	54,8
Alagoas	0,663	0,625	312,0	443,6	3,6	50,7	55,3	6.168,4	7.875,3	2,5	39,6	39,8
Sergipe	0,639	0,619	344,9	533,7	4,5	56,0	66,6	8.213,4	11.572,5	3,5	52,8	58,6
Bahia	0,644	0,615	346,5	506,2	3,9	56,3	63,1	7.977,3	11.011,0	3,3	51,2	55,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e PIB dos Municípios. Elaboração própria.

Nota: 1 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 2 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 3 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2010.

Apesar da importante redução desses índices, o nível de concentração ainda se encontra em patamares elevados, sobretudo na região Nordeste. Assim sendo, para o entendimento da questão da desigualdade econômica e social, é visível a insuficiência de uma análise focada apenas na dimensão econômica, medida, em especial, em termos monetários. Entendendo a necessidade de se averiguar os benefícios que o recente crescimento econômico, a recuperação do mercado de trabalho e o incremento das políticas públicas proporcionaram para a questão da desigualdade, pretende-se desenvolver uma análise multidimensional dessa desigualdade no Nordeste nos anos 2000.

Inicialmente, serão analisados os indicadores multidimensionais de desigualdade dos Estados do Nordeste. A **Tabela 4.5** mostra os dados do coeficiente de variação, ou seja, a relação entre o desvio padrão ponderado de cada indicador, para todas as unidades da federação nordestinas, em relação à média da região; além da própria média regional e do desvio padrão ponderado observado para cada indicador entre as 9 unidades federativas nordestinas.

Os dados de mercado de trabalho e renda indicam uma redução, quase generalizada, da disparidade entre os Estados nordestinos, medida pelo coeficiente de variação. Apenas o indicador de incidência da renda do trabalho apresentou um aumento da desigualdade entre as unidades federativas do Nordeste. Além do aumento da desigualdade desse indicador, é possível verificar também que houve uma redução da incidência da renda do trabalho entre 2000 e 2010 na média regional e em todas as unidades federativas estudadas. Esse movimento ocorre devido aos avanços das políticas sociais que ampliaram a cobertura de maneira expressiva na região e garantiram renda para as famílias mais pobres, possibilitando a menor inserção dessa população em trabalhos precários.

O estudo do acesso a bens de consumo na região, por sua vez, demonstrou um crescimento da desigualdade entre os Estados do Nordeste, embora seja possível verificar uma melhora dos indicadores médios de acesso a bens de consumo, o que evidencia que a expansão da

renda e do acesso ao crédito na região foram importantes nesse processo de expansão do poder de compra da população nordestina.

O estudo das condições do domicílio e acesso a bens públicos aponta, em sua maioria, também uma expansão da desigualdade entre os Estados da região, ainda que seja possível observar uma melhora individualizada nessas unidades federativas de grande parte dos indicadores, como: a redução da proporção de famílias sem acesso à energia elétrica, coleta de lixo e banheiro exclusivo, além da queda da densidade média de morador por dormitório. Ressalta-se, ainda, uma redução das disparidades nos indicadores de densidade de morador por banheiro e proporção de famílias sem esgoto apropriado.

Na educação, constata-se uma redução da desigualdade entre as unidades federativas nordestinas nos dados de taxa de escolarização e incidência do ensino médio completo e superior. Esses dados ratificam a ampliação do acesso, em todos os níveis de ensino, que ocorreu no país e na região. Entretanto, ainda é preciso avançar muito na redução do analfabetismo e na diminuição da defasagem escolar nos Estados do Nordeste.

Em termos demográficos, observou-se uma melhoria da desigualdade entre os indicadores estudados, com exceção do tamanho médio das famílias. Destaca-se, nesse caso, a expressiva redução da desigualdade entre os Estados da região na mortalidade infantil e na proporção de famílias com chefia feminina no período de 2000 a 2010.

Tabela 4.5 - Estados do Nordeste: Coeficiente de variação, média e desvio padrão dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010

Descrição	Coeficiente de variação ¹ (em %)			Desvio padrão ponderado ²		Média do NE	
	2000	2010	Variação %	2000	2010	2000	2010
<i>Mercado de trabalho e renda</i>							
Taxa de Desemprego	16,0	12,9	-19,2	2,3	1,2	14,5	9,3
Taxa de Formalização	15,7	9,2	-41,7	5,6	4,2	35,8	45,5
Taxa de Assalariamento	3,7	2,0	-44,1	2,5	1,5	68,6	73,4
Incidência do trabalho agrícola	25,4	17,0	-33,2	5,3	2,4	20,7	14,1
Incidência da previdência social	7,6	4,4	-42,2	2,8	1,5	36,5	33,5
Incidência de programas sociais	24,0	12,1	-49,5	0,5	4,1	2,1	33,9
Incidência da renda do trabalho	1,7	2,9	67,5	1,3	2,1	77,4	74,4
Participação da renda do trabalho na renda total	2,9	1,8	-37,0	2,1	1,3	73,9	70,1
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ³	13,4	10,6	-20,9	44,8	51,4	333,5	483,5
Índice de Gini ⁴	1,6	1,2	-24,4	0,010	0,007	0,649	0,617
<i>Acesso a bens de consumo</i>							
Proporção de domicílios sem televisão	32,3	36,9	14,0	7,0	2,6	21,7	7,1
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	3,3	5,0	50,6	3,0	4,0	89,5	80,4
Proporção de domicílios sem geladeira	16,6	22,2	34,0	5,7	2,8	34,2	12,6
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	4,0	27,4	577,3	3,1	6,0	76,5	21,7
Proporção de domicílios sem computador	1,2	4,8	298,3	1,1	3,8	94,6	78,1
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	3,9	7,7	98,8	3,2	4,9	83,2	62,9
<i>Condições do domicílio e acesso a bens públicos</i>							
Densidade de morador por dormitório	4,0	5,0	24,4	0,1	0,1	2,4	2,1
Densidade de morador por banheiro	34,9	18,0	-48,3	1,7	0,6	4,9	3,2
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	35,9	54,3	51,1	12,5	7,8	34,7	14,4
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	19,1	15,8	-17,3	7,4	7,4	38,9	46,9
Proporção de domicílios sem água encanada	13,0	23,0	76,9	2,1	3,0	15,9	13,1
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	29,8	32,6	9,6	11,1	8,0	37,4	24,4
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	55,1	81,3	47,6	6,2	1,7	11,2	2,0
<i>Educação</i>							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	11,6	12,0	3,9	2,8	2,2	24,1	18,4
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	1,6	0,5	-71,9	1,5	0,4	92,1	97,0
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	6,7	8,7	30,0	3,2	2,8	47,2	31,7
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	10,0	7,4	-25,9	1,5	1,8	15,2	24,9
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	21,1	12,9	-38,9	1,2	0,9	5,6	6,9
<i>Demografia</i>							
Razão de dependência	6,7	6,3	-6,9	4,2	3,2	62,5	51,4
Tamanho médio das famílias	3,8	4,8	25,9	0,2	0,2	4,2	3,6
Proporção de famílias com chefia de não brancos	9,8	9,3	-5,0	6,5	6,5	66,0	69,5
Proporção de famílias com chefia feminina	6,6	3,3	-50,5	1,7	1,3	26,1	40,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	17,8	15,1	-14,9	0,6	0,4	3,5	2,8
Mortalidade Infantil ⁵	15,5	9,2	-40,5	3,9	1,5	25,4	16,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Coeficiente de variação = (desvio padrão ponderado / média do NE) x 100. 2 - Valores ponderados pela proporção de domicílios ou população, com renda, de cada regionalização. 3 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 4 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 5 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Como é possível observar através do **Quadro 4.2**, os indicadores que apresentaram redução das desigualdades entre as unidades federativas do Nordeste, com melhoria dos seus indicadores médios e redução do desvio padrão entre 2000 e 2010 foram: taxas de desemprego, formalização e assalariamento; índice de Gini; densidade de morador por banheiro; taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos; incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade; razão de dependência; e mortalidade infantil. Esses indicadores poderiam

ser classificados dentro de um cenário virtuoso, onde a expansão da atividade econômica e da renda, associada às políticas sociais de transferência de renda, de educação e de saúde, além do importante impacto do bônus demográfico e da baixa taxa de crescimento populacional sobre a questão demográfica, possibilitaram uma redução das desigualdades entre os Estados nordestinos, com redução da dispersão e melhorias sociais.

Quadro 4.2 - Estados do Nordeste: Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da análise da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010

	Aumento do coeficiente de variação	Queda do coeficiente de variação
Aumento do desvio padrão e piora do indicador médio	Incidência da renda do trabalho	
Queda do desvio padrão e piora do indicador médio		Participação da renda do trabalho na renda total Proporção de domicílios sem rede apropriada de esgoto
Aumento do desvio padrão e melhora do indicador médio	Proporção de domicílios sem máquina de lavar Proporção de domicílios sem telefone Proporção de domicílios sem computador Proporção de domicílios sem veículo particular Densidade de morador por dormitório Proporção de domicílios sem água encanada Tamanho médio das famílias	Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade
Queda do desvio padrão e melhora do indicador médio	Proporção de domicílios sem televisão Proporção de domicílios sem geladeira Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %) Defasagem escolar (6 a 14 anos)	Taxa de Desemprego Taxa de Formalização Taxa de Assalariamento Índice de Gini Densidade de morador por banheiro Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade Razão de dependência Mortalidade Infantil

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os indicadores de incidência do trabalho agrícola, de programas sociais e da previdência social e os de Proporção de famílias com chefia de não brancos e feminina e com residência inferior a 4 anos não foram classificados porque a/o queda/aumento do indicador médio não necessariamente indica uma melhora/piora do mesmo.

Essas conclusões podem ser corroboradas a partir dos dados básicos que serviram de subsídio para a composição dos coeficientes de variação, disponíveis na **Tabela 4.6**. A partir da análise desses indicadores por dimensão e unidade da federação é possível identificar, com maior detalhe, as transformações e permanências, ou seja, onde ocorreram as principais reduções das desigualdades intrarregionais no Nordeste, bem como mostrar onde alguns indicadores ainda permanecem elevados.

No que se refere à participação da renda do trabalho na renda total, a redução da desigualdade entre os Estados da região foi acompanhada de uma piora do indicador médio regional, que passou de 73,9% para 70,1% entre 2000 e 2010. Foi possível observar essa queda da participação da renda do trabalho na renda total em todas as unidades federativas do Nordeste. Já a proporção de domicílios sem esgoto apropriado também reduziu sua desigualdade entre os Estados da região, mas esse dado esconde a piora expressiva desse indicador nas nove unidades federativas estudadas. Alagoas já apresentava mais de metade da sua população sem esgoto adequado em 2000 (54,9%), e

sua situação se agravou em 2010, com 60,8% de seus domicílios sem esgoto apropriado. Enquanto que no Piauí e no Maranhão o agravamento dessa situação foi extremamente rápido ao longo dos anos 2000, tendo esses Estados passado de uma proporção de 18,2% e 36,3%, respectivamente, em 2000, para 51,1% e 60,1% em 2010 (**Tabela 4.6**).

Todavia, o pior cenário observado foi para o indicador de incidência da renda do trabalho que apresentou aumento do coeficiente de variação entre os Estados nordestinos, com aumento do desvio padrão e piora do indicador médio. Como já destacado anteriormente, essa queda no indicador está associada à expansão das políticas de transferência de renda na região.

Em relação ao mercado de trabalho e renda, os indicadores que se destacaram, em termos de redução da disparidade entre 2000 e 2010, foram os que refletem o desemprego, a formalização, o assalariamento; a incidência do trabalho agrícola, além daqueles referentes à previdência social e programas sociais; à participação da renda do trabalho na renda total; ao rendimento domiciliar *per capita* e índice de Gini (**Tabela 4.5**). As maiores taxas de desemprego em 2000 foram observadas na Bahia, em Pernambuco e em Alagoas, 16,6%, 16,6% e 15,6%, respectivamente. Esses Estados continuaram apresentando as maiores taxas em 2010, mas com uma redução expressiva (10,3%, 10,4% e 10,3%, nessa ordem), sendo as únicas três unidades da federação nordestinas com taxas de desemprego acima de dois dígitos. Ressalta-se que a queda do desemprego foi mais acentuada no Ceará, na Bahia e em Pernambuco, que demonstraram uma redução da taxa de desemprego de 4,9%, 4,7% e 4,6% ao ano, respectivamente, entre 2000 e 2010.

Já no que se refere à taxa de formalização, sua ampliação foi maior entre os Estados que detinham os menores índices de ocupação remunerada com contribuição para a previdência. Esse movimento de ampliação da formalização ocorre como resultado da forte expansão do emprego formal e da contribuição à previdência ao longo dos anos 2000 no país e, em especial, na região Nordeste. Os Estados do Maranhão e Piauí demonstravam as mais baixas taxas de formalização em 2000, abaixo dos 30%, e permaneceram com os piores indicadores em 2010, de 36,9% e 40,2%, respectivamente. Esses valores são bem menores que os do Rio Grande do Norte, por exemplo, que apresentavam o maior grau de formalização da região, de 53,5% em 2010.

Esse movimento mais geral também influencia, regionalmente, na ampliação da taxa de assalariamento. Esses indicadores apresentam dinâmica parecida, apesar do grau de assalariamento demonstrar indicadores mais próximos (menor amplitude) entre os Estados nordestinos, se comparado à formalização. Nesse caso, as continuidades são observadas entre as áreas com piores indicadores – Piauí, Maranhão e Paraíba –, que permanecem assim ao longo de toda a primeira década do século XXI. Essas três unidades federativas apresentavam um grau de assalariamento abaixo dos 71% em 2010. Já os Estados com maiores taxas de assalariamento: Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará ultrapassam a Bahia em 2010, chegando a um nível de assalariamento acima de 74%.

A incidência do trabalho agrícola diminuiu nos domicílios de todas as unidades federativas do Nordeste. A participação do trabalho agrícola reduziu-se de maneira mais expressiva nos Estados que detinham maior peso desse tipo de trabalho em 2000, com exceção da Bahia. A incidência do trabalho agrícola entre os domicílios do Maranhão passou de 31,7% para 18,2% entre 2000 e 2010, e de 25,1% para 15,2% no Piauí e de 22,8% para 13,3% em Alagoas. Na Bahia, a participação também caiu, mas com menor intensidade, de 23,1% para 16,0%, no mesmo período. As transformações da agricultura nordestina, especialmente com o crescimento do agronegócio nos cerrados nordestinos, associado ao maior crescimento dos domicílios urbanos em comparação aos rurais nesse período, podem ter influenciado nessa mudança. Entretanto, como destacado no Capítulo 2, o Nordeste ainda respondia, em 2006, de acordo com os dados do censo agropecuário, por cerca de 47% do número de estabelecimentos agropecuários brasileiros e da população de mais de 14 anos ocupada nesses estabelecimentos.

Apesar da consolidação da previdência social, após a Constituição Federal de 1988, e também ao longo dos anos 2000, o que se observou na região Nordeste foi uma ligeira queda da incidência da previdência social em seus domicílios de, em média, 36,5% em 2000 para 33,5% em 2010. Apenas o Estado do Maranhão apresenta um modesto aumento da incidência da previdência social nesse período, passando de 31,5% para 32,5%, entre 2000 e 2010. A despeito do crescimento do número de beneficiários da previdência social que ocorreu ao longo desse período, as mudanças demográficas, como a queda da razão de dependência, a redução do tamanho médio das famílias, além dos novos arranjos familiares (CAMARANO E FERNANDES, 2014), podem estar influenciando na redução da incidência da previdência social entre os domicílios nordestinos.

Já a incidência dos programas sociais cresceu em consonância com o fortalecimento e ampliação dessa política no país. Se em 2000, menos de 3% dos domicílios nordestinos tinham acesso a programas sociais, em 2010 mais de 1/3 dos domicílios da região Nordeste eram atingidos por algum tipo de programa social. Entre os Estados da região, a incidência desses programas em 2010 era maior no Maranhão (42,9% dos domicílios), Piauí (40,6%) e Alagoas (37,3%); e relativamente menor no Rio Grande do Norte (29,6%), em Sergipe (30,6%) e em Pernambuco (30,7%).

O rendimento domiciliar *per capita* expandiu-se na região Nordeste acima da média nacional, como já demonstrado na **Tabela 4.4**. Contudo, a renda média nordestina ainda é muito baixa e, apesar de ter apresentado redução do coeficiente de variação, essa diminuição ocorreu com aumento do desvio padrão entre os Estados nordestinos (**Quadro 4.2**). O Maranhão, Piauí e Alagoas continuam exibindo em 2010 as menores rendas domiciliares *per capita* da região de, respectivamente, R\$ 373,8, R\$ 428,7 e R\$ 443,6; enquanto Pernambuco permaneceu sendo o Estado com maior rendimento médio domiciliar por pessoa (R\$537,6).

O índice de Gini do Nordeste reduziu-se, nesse período, demonstrando assim a queda da desigualdade de renda na região e entre os Estados da região. Todas as unidades nordestinas da federação apresentam queda do índice de Gini. Contudo, Alagoas permanece como o Estado com maior desigualdade de renda no Nordeste em 2010, acompanhado agora por Pernambuco, enquanto o Rio Grande do Norte e a Paraíba aparecem como os menos desiguais, mas com indicadores acima da média nacional (**Tabelas 4.6 e 4.4**).

No acesso a bens de consumo, o que se observou no período de 2000 a 2010 foi que, mesmo com o aumento da desigualdade medida pelo coeficiente de variação entre as unidades federativas nordestinas em todos os indicadores de acesso a bens de consumo, algumas diferenças podem ser ressaltadas. Houve uma popularização maior do acesso à televisão e à geladeira entre os domicílios nordestinos, que apresentaram queda do desvio padrão ponderado entre os Estados da região e melhora do indicador médio regional (**Quadro 4.2**). Já a redução da proporção de domicílios sem máquina de lavar, telefone, computador e veículo particular foi acompanhada do aumento da dispersão regional. Em 2010, apenas 12,6% dos domicílios piauienses não tinham televisão e 15,2% não possuíam geladeira; e 84,2% e 88,3% dos domicílios desse Estado não possuíam nem computador, nem máquina de lavar, respectivamente, no mesmo ano. Ao mesmo tempo em que a máquina de lavar estava presente em 27,9% dos domicílios do Rio Grande do Norte, no Piauí somente 11,7% detinham esse utensílio doméstico e 26,0% dos domicílios potiguares e apenas 14,2% dos maranhenses tinham computador em suas residências (**Tabela 4.6**).

Já no que se refere às condições do domicílio e acesso a bens públicos, enquanto o indicador de densidade de morador por banheiro apresentou queda da desigualdade regional, em um cenário virtuoso de melhoria do indicador médio e queda da dispersão entre as unidades federativas, a proporção de domicílios sem esgoto apropriado reduziu a desigualdade entre os Estados da região por conta da aproximação, de maneira negativa, da média dos domicílios sem acesso a esse serviço básico e tão importante, como já ressaltado. Para todos os outros indicadores de condições do domicílio e acesso a bens públicos, apesar do aumento do coeficiente de variação, houve melhora do indicador médio regional. Destaca-se, ainda, que entre os indicadores de proporção de domicílios sem banheiro exclusivo, sem coleta de lixo apropriada e sem energia elétrica, também foi observada uma queda do desvio padrão das unidades federativas estudadas. A redução mais expressiva pode ser identificada na proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica, que passou de 22,8% para 6,5% no Piauí, 18,8% para 3,3% no Maranhão, 16,0% para 3,3% na Bahia e 3,5% para 0,5% em Pernambuco, entre 2000 e 2010. Esses dados refletem a importância do Programa Luz para Todos do Governo Federal que vem difundindo o acesso e acabando com a falta de energia elétrica, inclusive nas áreas rurais da região.

Na educação, por outro lado, apenas os indicadores de taxa de analfabetismo e de defasagem escolar apontaram para uma ampliação da desigualdade dentro do Nordeste, ainda que todos os Estados tenham apresentado melhora nesses indicadores e queda do desvio padrão (**Quadro 4.2**). No que se refere ao primeiro indicador, esse cenário reflete o grande estoque de analfabetos que ainda existe na região, principalmente entre os mais velhos, e as dificuldades de implementação de programas de alfabetização de adultos ainda no século XXI. Já em relação à defasagem escolar, evidencia-se a necessidade de avançar na qualidade do ensino fundamental como forma de combater e reduzir esse fenômeno.

Entre os indicadores de educação que apresentaram queda na desigualdade intrarregional, merecem destaque a taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos e a incidência do ensino superior completo na população de maiores de 21 anos de idade, que demonstraram também melhora do indicador médio e queda do desvio padrão. O esforço de universalização do ensino fundamental é observado na melhoria dos indicadores de taxa de escolarização na região. Já a expansão do ensino superior que ocorreu nos últimos anos traduziu-se nos dados de ampliação da incidência do ensino superior completo que passou de 3,3% em 2000 para 5,3% no Maranhão e chegou a 8,4% da população maior de 21 anos em Sergipe, 8,1% no Rio Grande do Norte e 7,9% na Paraíba e em Pernambuco. Contudo, a redução da desigualdade na incidência do ensino médio da população de 17 anos ou mais de idade, entre os Estados do Nordeste, ocorreu com melhora do indicador e aumento da dispersão entre eles (**Quadro 4.2**). Em 2000, a incidência do ensino médio da população de 17 anos ou mais de idade variava entre 12,4% no Piauí e 17,3% no Rio Grande do Norte; em 2010, por outro lado, essa participação ia de 20,7% no Piauí e em Alagoas a 26,8% no Rio Grande do Norte (**Tabela 4.6**).

Tabela 4.6 - Estados do Nordeste: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010

Descrição	2000									2010								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
<i>Mercado de trabalho e renda</i>																		
Taxa de Desemprego	11,2	10,1	12,2	14,8	13,2	16,6	15,6	15,2	16,6	8,3	7,7	7,4	9,5	8,3	10,4	10,3	9,9	10,3
Taxa de Formalização	24,2	26,8	34,5	44,2	36,8	41,0	38,3	40,7	37,3	36,9	40,2	44,7	53,5	45,2	48,8	47,5	49,2	45,8
Taxa de Assalariamento	65,3	63,9	67,4	71,1	65,8	68,3	70,5	70,9	71,4	70,8	70,9	74,4	75,1	70,9	74,0	72,6	74,8	74,1
Incidência do trabalho agrícola	31,7	25,1	17,2	13,6	17,7	14,8	22,8	20,2	23,1	18,2	15,2	12,9	10,0	12,4	11,4	13,3	15,3	16,0
Incidência da previdência social	31,5	36,1	36,7	40,2	41,1	39,5	34,8	33,4	35,2	32,5	35,2	33,1	34,6	37,3	34,4	33,1	31,2	32,3
Incidência de programas sociais	1,3	1,4	1,6	2,0	2,3	2,7	1,8	2,9	2,3	42,9	40,6	34,2	29,6	33,7	30,7	37,3	30,6	31,6
Incidência da renda do trabalho	76,3	75,1	77,4	77,4	75,2	76,8	77,1	80,3	78,9	71,6	69,2	74,9	76,9	72,5	75,0	72,1	77,9	76,0
Participação da renda do trabalho na renda total	77,6	72,6	73,3	71,2	70,2	72,5	73,5	73,8	75,8	71,8	68,7	70,4	70,1	67,7	68,6	70,0	70,6	71,3
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	238,0	276,4	338,2	379,9	318,2	392,3	312,0	344,9	346,5	373,8	428,7	469,9	553,6	483,8	537,6	443,6	533,7	506,2
Índice de Gini ²	0,637	0,649	0,658	0,630	0,626	0,650	0,663	0,639	0,644	0,611	0,611	0,611	0,599	0,606	0,625	0,625	0,619	0,615
<i>Acesso a bens de consumo</i>																		
Proporção de domicílios sem televisão	35,1	34,0	19,0	13,9	15,3	14,2	20,2	16,5	24,4	10,4	12,6	5,5	4,1	4,3	4,6	6,0	5,1	9,1
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	93,8	94,8	91,7	85,0	90,2	85,4	90,9	89,1	88,5	86,6	88,3	82,4	72,1	79,4	76,3	82,0	76,5	80,1
Proporção de domicílios sem geladeira	43,8	41,1	34,8	24,8	32,8	26,6	33,5	27,2	36,9	14,0	15,2	11,4	6,7	10,7	10,1	13,3	9,1	15,9
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	82,9	78,7	72,1	73,9	76,5	78,0	78,0	78,5	74,9	35,3	29,1	20,7	13,6	18,2	16,7	19,7	14,1	22,9
Proporção de domicílios sem computador	97,1	96,8	94,6	93,7	95,0	93,6	94,9	94,0	94,0	85,8	84,2	80,3	74,0	77,8	75,2	78,9	74,8	75,5
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	91,0	85,7	83,0	78,2	81,8	80,1	84,2	81,5	83,0	67,0	51,5	61,0	54,2	56,1	65,4	69,6	62,3	65,6
<i>Condições do domicílio e acesso a bens públicos</i>																		
Densidade de morador por dormitório	2,7	2,4	2,4	2,3	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,3	2,1	2,1	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	2,0
Densidade de morador por banheiro	9,7	6,4	5,0	4,2	4,3	4,1	4,8	4,0	4,6	4,8	3,7	3,1	2,8	2,9	3,0	3,3	2,9	3,1
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	64,4	50,0	39,6	25,2	27,7	23,8	30,5	21,3	30,5	34,0	24,0	14,8	6,0	10,7	9,3	12,4	7,2	11,8
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	36,3	18,2	42,5	48,5	42,1	40,9	54,9	43,5	34,5	60,1	51,1	49,5	52,4	44,9	39,7	60,8	46,6	40,4
Proporção de domicílios sem água encanada	16,0	19,4	17,1	11,7	19,4	15,4	18,8	12,8	14,5	19,7	16,1	12,6	7,4	14,8	13,5	14,5	11,1	10,9
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	63,6	54,6	36,5	23,9	32,5	29,2	28,5	28,7	36,1	42,8	37,6	24,3	15,1	21,8	17,9	19,5	16,8	23,3
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	18,8	22,8	9,6	4,7	4,7	3,5	7,8	6,9	16,0	3,3	6,5	0,9	0,7	0,6	0,5	0,9	0,8	3,3
<i>Educação</i>																		
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	26,4	28,7	24,3	23,0	27,6	22,2	30,6	23,2	21,5	20,1	22,1	18,1	17,7	21,3	17,2	23,4	17,9	16,1
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	90,7	92,7	93,9	94,2	93,3	91,5	88,0	92,7	92,2	96,7	97,7	97,1	97,3	97,3	96,7	95,7	97,5	97,1
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	49,6	53,7	43,1	42,2	49,9	44,1	49,4	49,8	48,1	31,0	36,1	27,0	30,8	33,0	30,0	32,5	37,2	33,7
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	14,3	12,4	14,5	17,3	12,8	16,6	12,8	14,9	16,2	24,2	20,7	26,1	26,8	22,5	25,5	20,7	24,7	26,0
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	3,3	5,5	6,5	6,3	7,3	6,8	5,6	5,4	4,7	5,3	7,2	6,9	8,1	7,9	7,9	6,8	8,4	6,3
<i>Demografia</i>																		
Razão de dependência	72,0	64,0	64,8	60,0	62,3	58,4	65,4	61,8	59,6	59,2	52,1	50,8	48,2	51,7	49,8	54,7	49,7	49,4
Tamanho médio das famílias	4,6	4,3	4,2	4,1	4,0	4,0	4,3	4,1	4,1	4,0	3,7	3,6	3,5	3,5	3,5	3,7	3,5	3,5
Proporção de famílias com chefe de não brancos	72,4	72,6	62,2	58,0	57,4	58,5	64,9	67,8	73,0	76,0	73,9	67,2	58,9	60,1	62,6	68,3	71,2	76,5
Proporção de famílias com chefe feminina	24,1	23,3	24,8	24,1	25,6	28,6	25,3	27,9	27,2	41,8	39,0	39,6	36,9	39,0	41,7	38,7	41,3	40,0
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	2,9	4,8	3,7	4,2	4,8	3,1	3,4	4,3	3,1	2,7	3,3	2,4	3,4	3,7	2,7	2,9	4,0	2,7
Mortalidade Infantil ³	18,4	20,3	25,4	21,0	26,3	30,1	31,4	30,6	24,7	16,1	17,2	14,1	13,5	14,7	15,5	17,3	15,9	17,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Em resumo, observou-se uma redução da desigualdade entre as unidades federativas nordestinas, principalmente nos indicadores de mercado de trabalho e renda, educação e demografia. A maioria dos indicadores apresentou redução da desigualdade entre os Estados nordestinos e, apesar da melhoria nos indicadores médios, a região continuou exibindo patamares bastante elevados em diversos indicadores estudados. Maranhão, Piauí e Alagoas, continuam possuindo grande parte dos piores indicadores estudados. Bahia e Paraíba também se sobressaem negativamente em alguns indicadores, mas em menor intensidade.

4.3 Desigualdade entre os Municípios

A análise por recorte por porte de município do Nordeste permite revelar uma outra face da dinâmica regional. O padrão de urbanização brasileiro levou à formação de grandes metrópoles, principalmente na faixa litorânea, e de pequenos e médios espaços urbanos, nas diversas regiões, inclusive no Nordeste, em um movimento que se intensifica a partir de meados do século XX. Esse processo interage diretamente com o movimento de industrialização, que se acelera e muda de padrão, dos anos de 1950 em diante, ao mesmo tempo em que se observa intensa migração campo-cidade – resultante de uma “modernização conservadora” no meio rural – e se formam os grandes espaços urbanos metropolitanos. A migração de nordestinos para outras regiões foi intensa, como já demonstrado no Capítulo 1. Ela ocorreu sobretudo para outras regiões, mas também internamente para os grandes centros urbanos. O que se verifica, nesse período recente de retomada da atividade econômica, ao longo dos anos 2000, com o crescimento das exportações seguido pela dinamização do mercado interno e de investimento em infraestrutura econômica e social é: incremento populacional e de atividade nas fronteiras agrícolas (IPEA, 2010); e uma importante expansão das cidades médias (IPEA, 2010; MOTTA & DA MATA, 2008 e 2009).

Em termos do recorte por porte de município do Nordeste, verifica-se, inicialmente uma maior desigualdade de renda nas áreas urbanas dos municípios de menor porte, com até 100 mil habitantes, em comparação com suas áreas rurais. Constata-se, também, um crescimento do índice de Gini em paralelo ao aumento do porte populacional estudado. Como era de se esperar, a desigualdade tende a ser maior nos lugares com maior geração de riqueza. Mesmo com a queda recente da desigualdade de renda observada entre 2000 e 2010, os municípios com mais de 500 mil habitantes exibiram um Gini de 0,633 em 2010 – acima da média nacional e regional (**Tabela 4.7**).

Tabela 4.7 - Brasil, NE e recorte por porte de município do Nordeste: Indicadores de renda e concentração de renda, 2000/2010

Especificação	Índice de Gini ¹		Renda mensal domiciliar <i>per capita</i> ² (em R\$)		Taxa anual de cresc. (% a.a.)	Número índice (100 = renda mensal do porte até 50 mil hab rural)		PIB <i>per capita</i> anual ³ (em R\$)		Taxa anual de cresc. (% a.a.)
	2000	2010	2000	2010	2000/2010	2000	2010	2000	2010	2000/2010
Brasil	0,632	0,596	615,9	801,8	2,7			15.567,8	19.763,9	2,4
Nordeste	0,649	0,617	333,5	483,5	3,8			6.892,5	9.560,7	3,3
Até 50 mil hab rural	0,506	0,512	123,7	194,7	4,6	100,0	100,0	4.105,2	6.062,4	4,0
Até 50 mil hab urbano	0,560	0,526	234,0	341,6	3,9	189,2	175,4			
De 50 a 100 mil hab rural	0,506	0,503	131,3	206,0	4,6	106,2	105,8	5.993,6	9.402,1	4,6
De 50 a 100 mil hab urbano	0,578	0,541	305,6	441,9	3,8	247,1	226,9			
De 100 a 500 mil	0,599	0,556	362,1	519,7	3,7	292,8	266,8	9.363,9	11.779,3	2,3
Mais de 500 mil	0,650	0,633	657,4	919,0	3,4	531,6	471,9	11.474,1	14.894,2	2,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e PIB dos Municípios. Elaboração própria.

Nota: 1 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 2 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 3 - Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2010.

Pretende-se, ainda, analisar, a partir do recorte por porte de município do Nordeste, que subdivide os municípios de menor porte em suas áreas rurais e urbanas, segundo classificação de situação do domicílio do IBGE, a evolução da desigualdade, com uma leitura multidimensional, entre 2000 e 2010. Todavia, não foi possível a elaboração dos dados de mortalidade infantil, oriundos do DATASUS, para esse recorte já que os dados não permitem a desagregação entre rural e urbano. De qualquer forma, serão estudados os outros 33 indicadores multidimensionais de desigualdade, como detalhados nas **Tabelas 4.8 e 4.9**.

Em relação ao mercado de trabalho e renda observa-se, para a maioria dos indicadores estudados, uma queda da desigualdade entre os municípios nordestinos classificados a partir do seu tamanho. Contudo, a redução da disparidade regional entre os indicadores de mercado de trabalho e renda foi bem menor, se comparada ao observado para os Estados nordestinos, quando apenas um indicador havia apresentado aumento da desigualdade intrarregional. No recorte por tamanho dos municípios e áreas rurais e urbanas, para os menores, encontrou-se também aumento do coeficiente de variação para os indicadores de incidência da previdência social e de programas sociais e participação da renda do trabalho na renda total, além da incidência da renda do trabalho que já havia apontado essa tendência entre as unidades federativas do Nordeste.

O acesso a bens de consumo na região, a partir dessa regionalização, expressou da mesma forma um crescimento da desigualdade no recorte por porte de município do Nordeste, apesar da melhora dos indicadores médios desses indicadores. Entretanto, nesse recorte, houve diminuição da disparidade intrarregional na proporção de domicílios sem veículo particular, reflexo da expansão expressiva do acesso a motocicleta e automóvel em toda a região, inclusive nas áreas rurais dos municípios de menor porte do Nordeste.

As condições do domicílio e o acesso a bens públicos também indicaram, em sua maioria, um crescimento da disparidade regional com base nesse recorte por porte de município do Nordeste.

Contudo, não é desprezível a melhora observada em todos os indicadores de condições do domicílio e acesso a bens públicos ao longo dos anos 2000, com ressalva para o de acesso a esgotamento apropriado. Entretanto, as áreas rurais, tanto dos municípios de até 50 mil habitantes quanto dos de 50 a 100 mil, apresentam uma carência ainda muito expressiva, que vai desde o acesso a banheiro pelos moradores e dentro dos domicílios, aos serviços de esgotamento, água encanada e coleta de lixo⁴⁵. O acesso à energia elétrica difundiu-se muito na região, todavia, enquanto esse serviço está praticamente universalizado nas áreas urbanas e nos municípios de portes médio e grande, ainda se verifica que 5,5% dos domicílios rurais dos municípios de 50 a 100 mil habitantes e 7,6% desses domicílios dos municípios com população de até 50 mil ainda não têm energia elétrica. Destaca-se, ainda, que houve diminuição da desigualdade intrarregional nesse recorte no indicador de densidade de morador por dormitório, além do de densidade de morador por banheiro (**Tabela 4.8 e 4.9**).

Na educação, diferentemente da redução da desigualdade encontrada entre os Estados nordestinos no indicador de incidência do ensino superior completo, no recorte por porte de município do Nordeste, ocorreu aumento da disparidade regional. Entre os outros indicadores a realidade observada foi a mesma: com aumento da desigualdade da taxa de analfabetismo e defasagem escolar e redução da desigualdade na taxa de escolarização e na incidência do ensino médio completo. Contudo, também nessa dimensão é possível observar a permanência de indicadores piores para as áreas rurais dos pequenos municípios da região Nordeste. Mesmo com a redução da taxa de analfabetismo nesses municípios, quase 1/3 de suas populações ainda era de analfabetos (**Tabela 4.8 e 4.9**).

Em termos demográficos, observou-se uma melhoria da desigualdade entre os indicadores estudados. Mas, diferentemente do encontrado para as unidades federativas nordestinas, o tamanho médio das famílias também apresentou redução das disparidades regionais enquanto que a proporção de famílias com residência inferior a 4 anos demonstrou aumento da desigualdade.

⁴⁵ O indicador de coleta de lixo no meio rural deve ser sempre lido com ponderação devido às longas distâncias e dificuldade de acesso, bem como a utilização de outras formas para destinação final do lixo.

Tabela 4.8 - Recorte por porte de município do Nordeste: Coeficiente de variação, média e desvio padrão dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010

Descrição	Coeficiente de variação ¹ (em %)			Desvio padrão ponderado ²		Média do NE	
	2000	2010	Variação %	2000	2010	2000	2010
Mercado de trabalho e renda							
Taxa de Desemprego	34,2	21,2	-37,8	4,9	2,0	14,5	9,3
Taxa de Formalização	45,6	36,5	-19,9	16,3	16,6	35,8	45,5
Taxa de Assalariamento	6,2	6,0	-1,9	4,2	4,4	68,6	73,4
Incidência do trabalho agrícola	96,6	93,3	-3,4	20,0	13,2	20,7	14,1
Incidência da previdência social	9,7	12,1	25,0	3,5	4,1	36,5	33,5
Incidência de programas sociais	27,8	38,7	39,0	0,6	13,1	2,1	33,9
Incidência da renda do trabalho	9,8	13,5	37,4	7,6	10,0	77,4	74,4
Participação da renda do trabalho na renda total	8,1	15,4	90,5	6,0	10,8	73,9	70,1
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ³	60,2	55,6	-7,6	200,7	269,0	333,5	483,5
Índice de Gini ⁴	13,7	12,4	-9,2	0,089	0,076	0,649	0,617
Acesso a bens de consumo							
Proporção de domicílios sem televisão	79,3	80,5	1,5	17,2	5,7	21,7	7,1
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	9,2	16,0	74,9	8,2	12,9	89,5	80,4
Proporção de domicílios sem geladeira	62,8	66,7	6,2	21,5	8,4	34,2	12,6
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	25,0	69,3	177,0	19,1	15,1	76,5	21,7
Proporção de domicílios sem computador	5,0	17,9	256,6	4,7	14,0	94,6	78,1
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	9,3	3,9	-58,3	7,7	2,4	83,2	62,9
Condições do domicílio e acesso a bens públicos							
Densidade de morador por dormitório	3,9	3,5	-9,5	0,1	0,1	2,4	2,1
Densidade de morador por banheiro	127,3	46,1	-63,8	6,2	1,5	4,9	3,2
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	69,8	103,5	48,2	24,2	14,9	34,7	14,4
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	21,7	31,6	45,4	8,5	14,8	38,9	46,9
Proporção de domicílios sem água encanada	88,4	121,5	37,4	14,1	16,0	15,9	13,1
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	88,2	129,3	46,6	33,0	31,6	37,4	24,4
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	139,9	140,3	0,3	15,7	2,9	11,2	2,0
Educação							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	49,3	52,2	5,9	11,9	9,6	24,1	18,4
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	2,8	0,3	-88,4	2,6	0,3	92,1	97,0
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	14,1	14,2	0,7	6,6	4,5	47,2	31,7
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	59,4	39,3	-33,8	9,0	9,8	15,2	24,9
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	45,1	68,9	52,8	2,5	4,8	5,6	6,9
Demografia							
Razão de dependência	16,4	15,3	-6,5	10,2	7,9	62,5	51,4
Tamanho médio das famílias	5,4	5,1	-6,3	0,2	0,2	4,2	3,6
Proporção de famílias com chefia de não brancos	4,2	3,9	-7,4	2,8	2,7	66,0	69,5
Proporção de famílias com chefia feminina	25,9	14,2	-45,1	6,8	5,7	26,1	40,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	21,5	23,3	8,4	0,8	0,7	3,5	2,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Coeficiente de variação = (desvio padrão ponderado / média do NE) x 100. 2 - Valores ponderados pela proporção de domicílios ou população com renda de cada regionalização. 3 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 4 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes.

Ao se analisar de maneira mais detalhada as tendências do coeficiente de variação, do desvio padrão e da média regional é possível verificar que, no caso da regionalização por porte de município do Nordeste, menor número de indicadores apresentou redução das desigualdades intrarregionais, com melhoria dos seus indicadores médios e redução do desvio padrão entre 2000 e 2010. Apenas oito dos 33 indicadores estudados nesse caso demonstraram esse melhor cenário, nesse período (**Quadro 4.3**). Esses indicadores foram: taxa de desemprego; índice de Gini; proporção de domicílios sem veículo particular; densidade de morador por dormitório e por banheiro; taxa de

escolarização das crianças de 6 a 14 anos; razão de dependência; e tamanho médio das famílias. Ressalta-se que, de modo diferente do que foi observado entre os Estados nordestinos, três desses oito indicadores aparecem no recorte por porte tendo apresentado queda da desigualdade intrarregional com redução do desvio padrão e melhoria do indicador médio nesse recorte: a proporção de domicílios sem veículo particular; a densidade de morador por dormitório; e o tamanho médio das famílias, que, mesmo exibindo indicadores ainda menores nas áreas rurais, se aproximaram muito das áreas urbanas e dos municípios de médio e grande porte ao longo dos anos 2000.

Já a taxa de formalização e taxa de assalariamento, que tinham exibido um cenário positivo entre as unidades federativas nordestinas, no estudo pelo porte dos municípios e situação dos domicílios apresentaram queda da desigualdade, mas com ligeiro aumento do desvio padrão ponderado. Essas duas taxas cresceram ao longo dos anos 2000, refletindo a expansão da atividade econômica e do emprego, principalmente aquele com carteira de trabalho assinada. As taxas de assalariamento variavam de 61,7% nas áreas rurais dos municípios até 50 mil habitantes a 73,4% nos municípios com mais de 500 mil habitantes em 2000, e passaram para 65,0% no primeiro caso e 77,4% no segundo, em 2010. Já a amplitude da taxa de formalização era muito mais expressiva entre os diversos recortes por porte de município do Nordeste. A taxa de formalização das áreas rurais dos pequenos municípios salta de 12,8% para 19,1% entre 2000 e 2010 e de 57,3% para 64,5%, no mesmo período, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, ou seja, as 9 capitais, Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife, e Feira de Santana, na Bahia (**Quadro 4.3 e Tabela 4.9**). Isso reitera as marcantes diferenças entre os mercados de trabalho das áreas rurais dos pequenos municípios, mesmo com o crescimento do agronegócio na região, e dos ligados à economia de serviços e industrial dos grandes centros nordestinos.

No pior cenário observado através do **Quadro 4.3**, além do indicador de incidência da renda do trabalho, os indicadores de participação da renda do trabalho na renda total e a proporção de domicílios sem esgoto apropriado ostentaram uma ampliação da desigualdade intrarregional, com aumento do desvio padrão e piora do indicador médio. No caso da participação da renda do trabalho na renda total, houve uma queda dessa participação, como já observada também entre as unidades federativas nordestinas, mas que ocorreu em intensidade maior nas áreas rurais dos pequenos municípios. Essas áreas já apresentavam uma menor participação da renda do trabalho na renda total em 2000, se comparado aos outros recortes, mas em 2010 essa participação chegou a apenas 49,0% nas áreas rurais dos municípios com população de até 50 mil e 53,2% nos com população de 50 a 100 mil (**Tabela 4.9**). Já em relação ao esgotamento apropriado, observa-se uma piora generalizada e expressiva desse indicador apenas nos pequenos e médios municípios. Enquanto que nos municípios com mais de 500 mil habitantes houve uma redução na proporção de domicílios sem esgoto

apropriado de 29,2% para 26,1%, entre 2000 e 2010, nas áreas rurais dos pequenos municípios cerca de 64% da população não tinha acesso à esgotamento adequado (o que inclui, além da falta de acesso à rede geral – o que seria difícil e oneroso nas áreas rurais mais distantes -, as fossas sépticas).

Outras alterações na comparação com a análise para os Estados nordestinos podem ser encontradas nas posições dos indicadores de incidência do ensino superior completo e na proporção de domicílios sem telefone. No indicador de incidência de ensino superior, mesmo com a interiorização dos institutos e universidades federais e o crescimento da oferta de educação superior privada, principalmente nos municípios de médio porte, o que se observou foi um aumento da dispersão entre as áreas estudadas. As áreas rurais reduziram a incidência desse tipo de ensino de maneira expressiva, chegando a 1,1% em 2010, ao passo que as capitais, Jaboatão dos Guararapes e Feira de Santana (municípios com mais de 500 mil habitantes) ampliaram a participação do ensino superior completo de 9,8% para 14,3%, de 2000 a 2010.

A proporção de domicílios sem telefone, por sua vez, apresentou aumento do coeficiente de variação pelo fato de a média cair em maior intensidade que a queda do desvio padrão. De qualquer forma, verifica-se um avanço expressivo no acesso a telefone fixo e, principalmente, a celular na região, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, dos pequenos, médios e grandes municípios. Contudo, as distâncias ainda são grandes: à medida que somente 5,8% dos domicílios dos grandes centros não tinham acesso a algum tipo de telefone em 2010, nas áreas rurais dos municípios com população de até 50 mil eram 47,9% (**Tabela 4.9**).

Quadro 4.3 - Recorte por porte de município do Nordeste: Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da interpretação da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010

	Aumento do coeficiente de variação	Queda do coeficiente de variação
Aumento do desvio padrão e piora do indicador médio	Incidência da renda do trabalho Participação da renda do trabalho na renda total Proporção de domicílios sem rede apropriada de esgoto	
Queda do desvio padrão e piora do indicador médio		
Aumento do desvio padrão e melhora do indicador médio	Proporção de domicílios sem máquina de lavar Proporção de domicílios sem computador Proporção de domicílios sem água encanada Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	Taxa de Formalização Taxa de Assalariamento Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade
Queda do desvio padrão e melhora do indicador médio	Proporção de domicílios sem televisão Proporção de domicílios sem geladeira Proporção de domicílios sem telefone Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %) Defasagem escolar (6 a 14 anos)	Taxa de Desemprego Índice de Gini Proporção de domicílios sem veículo particular Densidade de morador por dormitório Densidade de morador por banheiro Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos Razão de dependência Tamanho médio das famílias

Fonte: Elaboração própria.

Nota: 1 - Os indicadores de incidência do trabalho agrícola, de programas sociais e da previdência social e os de Proporção de famílias com chefia de não brancos e feminina e com residência inferior a 4 anos não foram classificados porque a(o) queda/aumento do indicador médio não necessariamente indica uma melhora/piora do indicador.

2 - Os indicadores assinalados em vermelho estão com resultados diferentes dos observados no Quadro 4.2, da comparação entre os estados nordestinos.

No que se refere ao mercado de trabalho e à renda, os indicadores que se destacaram em termos de redução da disparidade entre 2000 e 2010 foram as taxas de desemprego e o índice de Gini. As taxas de desemprego das áreas urbanas do Nordeste variavam de 15% a 19% em 2000 e cresciam à medida que os espaços urbanos iam aumentando o tamanho da população, sendo maior nos grandes centros urbanos regionais com mais de 500 mil habitantes. Já em 2010, todas as áreas estudadas apresentaram queda no desemprego, com queda mais expressiva exatamente nos centros urbanos com maior população o que, na média, igualou o desemprego nas áreas urbanas em algo em torno de 10% e de menos de 6% nas áreas rurais.

O índice de Gini dos domicílios particulares permanentes dos recortes por porte de município do Nordeste reduziu-se nesse período, com exceção das áreas rurais com até 50 mil habitantes que apresentaram um ligeiro aumento do Gini de 0,506 para 0,512. Apesar disso, as áreas rurais continuam apresentando menores níveis de desigualdade se comparadas às áreas urbanas nordestinas. As maiores reduções do índice de Gini foram observadas nas áreas urbanas com população de 50 a 100 mil e de 100 a 500 mil. E, mesmo com a queda da desigualdade de renda nos municípios com mais de 500 mil habitantes do Nordeste, essas continuavam apresentando em 2010 um índice de 0,633, bem acima da média regional e nacional, de 0,617 e 0,596 (**Tabelas 4.9 e 4.4**).

Em relação à previdência social, nesse recorte também é possível observar uma redução da incidência da previdência social nos domicílios da região. Contudo, a queda da incidência da previdência foi bem menor nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Nos pequenos centros urbanos de 50 a 100 mil habitantes a queda da incidência da previdência social em seus domicílios foi de 12,5% entre 2000 e 2010; enquanto que nos municípios de 100 a 500 mil habitantes foi de 10,3% e nos grandes centros urbanos de 10,2%.

Já a incidência dos programas sociais expandiu-se de maneira expressiva na região, como já foi dito anteriormente, apresentando maior presença nas áreas rurais dos pequenos municípios nordestinos. A incidência dos programas sociais, em 2010, chegou a 17,7% dos domicílios das capitais e de Jaboatão dos Guararapes e Feira de Santana; 25,7% dos municípios de porte médio; 31,2% das áreas urbanas dos municípios com população de 50 a 100 mil; e 39,3% nas áreas urbanas daqueles com até 50 mil habitantes. Já nas áreas rurais, mais da metade de seus domicílios tinham acesso aos programas sociais em 2010.

Analisando o índice de Gini e a incidência dos programas sociais a partir desse recorte, pode-se reafirmar que a pobreza ainda continua mais concentrada nos domicílios das áreas rurais da região, enquanto que a desigualdade de renda é maior entre os domicílios dos grandes centros urbanos, apesar de o rendimento domiciliar *per capita* ter crescido mais nas pequenas áreas rurais do Nordeste entre 2000 e 2010 em cerca de 4,6% ao ano, enquanto que nos municípios com mais de 500

mil habitantes essa expansão foi de 3,4% ao ano. As áreas rurais nordestinas ainda exibiam, em 2010, uma renda média *per capita* muito baixa, de R\$ 194,7 nos municípios com até 50 mil pessoas e R\$ 206,0 nos municípios com população de 50 a 100 mil habitantes – bem abaixo do salário mínimo de R\$ 510,0. Já nos grandes centros urbanos o rendimento domiciliar médio era de R\$ 919,00, ou seja, mais de 4 vezes maior que nas áreas rurais e acima, inclusive, da renda média *per capita* nacional de R\$ 801,8 (**Tabelas 4.9 e 4.4**).

Apesar do avanço dos indicadores médios de taxa de formalização e assalariamento em todos os portes de municípios, observam-se diferenças entre as evoluções por porte dos municípios desses indicadores. Em 2010, os pequenos municípios rurais ultrapassam o patamar de assalariamento dos pequenos municípios urbanos em 2000 e as áreas urbanas de 50 a 100 mil habitantes transcendem o grau de assalariamento dos municípios com população de 100 a 500 mil em 2000, e os municípios de porte médio extrapolaram a taxa de assalariamento dos grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes em 2000. Já em relação à taxa de formalização, as áreas rurais avançam na formalização de seus trabalhadores, mas não chegam no patamar dos pequenos centros urbanos de dez anos atrás. Os municípios de porte médio também não conseguem evoluir na taxa de formalização a ponto de ultrapassarem o patamar dos grandes centros, em 2000. Já a área urbana dos municípios de pequeno porte amplia seu grau de formalização e supera a média de 2000 dos municípios de porte médio (**Tabela 4.9**).

Em termos de renda, destaca-se que, independente da melhoria da renda média ao longo dos anos 2000, a renda real domiciliar *per capita* das áreas rurais dos municípios de pequeno porte em 2010 ainda era menor que a renda domiciliar das áreas urbanas desses municípios em 2000, ou seja, uma década atrás. Os municípios de pequeno porte também não conseguem ultrapassar em 2010 o patamar de renda média dos grandes municípios de 2000. Apenas nas áreas urbanas dos municípios de pequeno porte houve um avanço da renda em relação ao patamar seguinte ao longo da década. A desigualdade de renda, por sua vez, é maior nas áreas urbanas, em comparação com as áreas rurais, e crescente em termos de porte. E, mesmo com a redução observada ao longo dos anos 2000, a desigualdade medida pelo Gini dos grandes centros ainda é maior que a desigualdade dos municípios de médio porte em 2000. Já nos outros recortes é possível constatar que a melhoria do Gini foi expressiva, sendo menor que o valor do indicador do porte anterior em 2000.

No acesso a bens de consumo, verificou-se um aumento da desigualdade medida pelo coeficiente de variação entre os recortes por porte de tamanho dos municípios do Nordeste para a maioria dos indicadores, com exceção da proporção de domicílios sem veículo particular. Da mesma forma que o observado para as unidades federativas, aqui também foi possível observar uma maior popularização da televisão e da geladeira em relação aos outros bens de consumo, inclusive no meio

rural. Em termos de acesso à geladeira e à televisão, as áreas rurais com até 50 mil habitantes conseguem, em 2010, ultrapassar e ter uma proporção de domicílios sem acesso menor que suas áreas urbanas em 2000. Já em termos de máquina de lavar é diferente, praticamente não alterando a proporção de domicílios sem máquina de lavar no meio rural, em contraste ao movimento de redução no meio urbano que, inclusive, supera o patamar do porte subsequente de dez anos atrás. Ou seja, amplia a participação de acordo com o porte e fica mais expressiva que há uma década. Destaca-se ainda que, apesar do maior incremento da renda nas áreas rurais, elas continuam apresentando maior proporção de domicílios sem acesso a bens de consumo se comparado com as áreas urbanas, como era de se esperar, levando em conta o ainda baixo nível de renda dessas áreas. Ao se confrontar os portes ao longo da década, observa-se que o rural permanece muito atrasado e não atinge os patamares de acesso a bens de consumo das áreas urbanas de pequeno porte de dez anos atrás. Já a parte urbana dos municípios com até 50 mil habitantes passa a ter o padrão de consumo dos de 50 a 100 mil habitantes de 2000. Os municípios com população de 50 a 100 mil chegam no patamar de consumo dos de porte médio de uma década atrás, e os de porte médio ultrapassam o padrão dos de grande porte em 2000.

Em relação às condições do domicílio e acesso a bens públicos, como já destacado, houve um aumento da desigualdade intrarregional na maioria dos indicadores, exceto nos de densidade de morador por dormitório e banheiro. Também se constatou a permanência de uma situação mais precária nas áreas rurais ao longo dos anos 2000, mesmo com as melhoras observadas. A falta de banheiro exclusivo nos domicílios rurais reduziu-se muito nesse período, mas ainda é uma realidade em mais de 40% dos domicílios nas áreas rurais, tanto dos municípios com até 50 mil habitantes como entre os de 50 a 100 mil. Apesar dessa melhora, a parte rural dos municípios de pequeno porte ainda apresenta um patamar de não acesso a banheiro exclusivo bem maior do que a observada há uma década nas áreas urbanas dos mesmos municípios de pequeno porte; em contraste, as áreas urbanas de pequeno e médio portes chegam no patamar de 2000 dos grandes centros urbanos. A ausência de banheiro exclusivo também se reflete no indicador de densidade de morador por banheiro nas áreas rurais. No que se refere ao acesso à água, é importante destacar a importância de programas como o de cisternas e de políticas públicas de convivências com a seca que ampliem o acesso das populações rurais à água. A coleta de lixo avança nas áreas urbanas de pequeno e médio portes, mas ainda é menor que a coleta realizada nos grandes municípios da região em 2000.

Na educação, o que se verifica é a persistência de problemas regionais antigos como a questão do analfabetismo. As áreas urbanas também continuam apresentando melhores indicadores médios em termos educacionais, mesmo com o avanço da taxa de escolarização e a redução da defasagem escolar em todos os recortes analisados. A incidência do ensino médio completo da

população com mais de 17 anos nas áreas rurais dos pequenos municípios cresceu, mas ainda é algo em torno de 10% em 2010. Já nos pequenos centros urbanos de até 50 mil habitantes, essa incidência era de 21,8% e chegava a 36,6% nos grandes centros urbanos da região (**Tabela 4.9**).

Entre os indicadores demográficos, a maioria desses apresentou redução das disparidades. Destaca-se, nesse caso, a queda da razão de dependência e do tamanho médio das famílias, tanto nas áreas rurais dos pequenos municípios quanto nos centros urbanos de diversos portes. Nos dois casos, as áreas rurais demonstraram taxas de redução maiores que as urbanas, o que aponta para o fato de que as mudanças demográficas em curso atingem o país como um todo, inclusive o meio rural. Contudo, as áreas rurais ainda exibiam uma razão de dependência alta, de cerca de 61% em 2010, contra 40,6% dos grandes centros urbanos. Houve, também, aumento generalizado de participação de famílias com chefia de não brancos ou feminina. Enquanto isso, a proporção de família com residência inferior a 4 anos diminuiu em todos os recortes, reafirmando, como ressaltado no Capítulo 1, a redução da migração nos anos 2000 na região Nordeste.

Em síntese, no recorte por porte de tamanho dos municípios do Nordeste a maioria dos indicadores demonstraram um **aumento da desigualdade intrarregional**, principalmente no que se refere ao acesso a bens de consumo, condições do domicílio e acesso a bens públicos e educação. Esse movimento reflete, sobretudo, o fato de a parte rural nordestina permanecer ainda muito atrasada. A queda nas disparidades, nesse caso, ocorreu mais entre os indicadores de mercado de trabalho e renda e demografia. Apesar da melhora observada nos indicadores multidimensionais de desigualdade, as áreas rurais dos pequenos municípios nordestinos, com população de até 100 mil habitantes, continuam ostentando baixos níveis de renda e altos níveis de falta de acesso a bens de consumo e bens públicos, bem como piores indicadores de condições de domicílios, educação e demografia.

Tabela 4.9 - Recorte por porte de município do Nordeste: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010

Descrição	2000						2010					
	Até 50 mil hab rural	Até 50 mil hab urbano	De 50 a 100 mil hab rural	De 50 a 100 mil hab urbano	De 100 a 500 mil hab	Mais de 500 mil hab	Até 50 mil hab rural	Até 50 mil hab urbano	De 50 a 100 mil hab rural	De 50 a 100 mil hab urbano	De 100 a 500 mil hab	Mais de 500 mil hab
Mercado de trabalho e renda												
Taxa de Desemprego	6,1	15,0	7,9	16,8	17,2	19,0	5,6	10,0	5,9	10,3	10,3	10,3
Taxa de Formalização	12,8	31,3	16,4	38,4	44,4	57,3	19,1	38,9	21,6	48,2	54,2	64,5
Taxa de Assalariamento	61,7	68,9	64,9	69,3	71,0	73,4	65,0	74,0	68,9	74,3	75,0	77,4
Incidência do trabalho agrícola	54,6	17,9	51,4	9,9	9,9	1,7	36,9	14,1	37,4	7,9	6,9	1,1
Incidência da previdência social	39,0	40,6	38,0	37,1	32,0	32,6	38,6	36,8	37,4	32,4	28,8	29,3
Incidência de programas sociais	3,1	1,9	2,9	1,3	1,6	1,9	53,9	39,3	50,7	31,2	25,7	17,7
Incidência da renda do trabalho	65,9	74,4	69,8	80,2	83,5	86,0	57,7	71,2	62,6	78,4	82,5	84,9
Participação da renda do trabalho na renda total	62,6	72,4	65,9	76,5	78,1	74,8	49,0	66,1	53,2	73,2	76,2	73,3
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	123,7	234,0	131,3	305,6	362,1	657,4	194,7	341,6	206,0	441,9	519,7	919,0
Índice de Gini ²	0,506	0,560	0,506	0,578	0,599	0,650	0,512	0,526	0,503	0,541	0,556	0,633
Acesso a bens de consumo												
Proporção de domicílios sem televisão	51,7	18,0	44,7	12,8	12,3	6,2	17,8	6,0	15,1	4,4	4,0	2,2
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	98,1	94,7	97,7	91,9	86,9	76,9	95,9	88,5	94,9	81,7	75,5	61,4
Proporção de domicílios sem geladeira	69,2	35,5	62,2	25,7	22,4	10,4	27,5	13,0	24,1	9,2	7,9	3,9
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	98,2	87,2	97,7	79,6	70,9	47,4	47,9	23,3	43,7	15,6	13,1	5,8
Proporção de domicílios sem computador	98,7	97,9	98,8	96,7	94,4	86,9	97,1	85,0	96,4	77,9	71,6	58,8
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	92,5	87,2	92,5	83,3	80,6	71,8	63,9	65,7	67,2	62,8	61,7	59,6
Condições do domicílio e acesso a bens públicos												
Densidade de morador por dormitório	2,6	2,4	2,6	2,3	2,4	2,3	2,2	2,0	2,2	2,0	2,1	2,0
Densidade de morador por banheiro	17,5	5,1	14,9	4,3	4,1	2,9	6,2	3,3	5,9	3,0	2,9	2,3
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	75,3	31,6	71,7	23,4	22,2	10,6	41,9	10,1	40,2	6,8	6,9	2,6
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	35,6	51,9	39,8	44,3	35,8	29,2	64,3	57,9	64,4	45,8	39,2	26,1
Proporção de domicílios sem água encanada	39,7	12,2	40,3	7,9	7,9	4,1	42,6	6,5	42,8	4,9	5,5	2,0
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	94,2	27,7	88,9	20,4	21,3	8,4	83,6	9,7	78,6	7,3	11,1	3,2
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	39,4	3,3	33,3	2,1	3,6	0,4	7,6	0,8	5,5	0,5	0,6	0,2
Educação												
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	41,2	27,3	40,8	21,6	17,6	9,3	32,9	21,6	32,1	16,2	12,6	6,6
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	88,6	93,5	87,3	93,2	93,0	95,0	96,6	97,3	96,3	97,1	97,2	96,8
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	56,1	48,2	53,9	43,8	42,6	38,2	38,3	32,0	37,3	29,3	28,0	26,2
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	2,8	12,3	3,4	15,5	18,3	27,5	9,9	21,8	10,4	26,3	30,9	36,6
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	3,9	3,7	3,1	4,1	5,2	9,8	1,1	4,7	1,1	5,8	7,3	14,3
Demografia												
Razão de dependência	76,4	67,0	76,0	60,4	57,9	49,0	61,7	56,3	61,6	50,5	47,5	40,6
Tamanho médio das famílias	4,6	4,1	4,5	4,1	4,1	4,0	3,9	3,6	3,9	3,5	3,5	3,4
Proporção de famílias com chefia de não brancos	70,3	66,7	69,7	63,9	64,9	62,8	74,0	69,9	74,3	67,8	68,3	66,6
Proporção de famílias com chefia feminina	15,3	27,5	15,4	28,1	27,3	33,9	29,5	42,7	30,9	42,0	41,1	45,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	2,3	4,2	2,1	3,7	4,3	3,6	1,7	3,1	1,5	3,2	3,5	3,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes.

4.4 Desigualdade entre microrregiões

Dessa forma, busca-se examinar o fenômeno da desigualdade multidimensional no Nordeste, a partir de um olhar territorial mais desagregado, com base nas microrregiões do IBGE. Primeiro, será realizado o exame do coeficiente de variação dos indicadores multidimensionais de desigualdade. Em seguida, far-se-á o cruzamento dos primeiros resultados com o estudo do desvio padrão ponderado e do indicador médio regional. Em terceiro lugar, diferentemente dos outros recortes onde foram detalhados os dados finais dos diversos indicadores multidimensionais⁴⁶, sucederá uma classificação hierárquica ascendente sobre um quadro de medidas (métrica de Euclides, com standardização), ou seja, uma análise de *cluster*, com a utilização do software Philcarto, que agrupa as 187 microrregiões nordestinas⁴⁷ a partir dos indicadores multidimensionais normalizados em 2000 e em 2010.

O coeficiente de variação dos indicadores de mercado de trabalho e renda aponta uma queda da desigualdade entre as microrregiões do Nordeste para a maioria dos seus indicadores, com exceção da incidência da renda do trabalho, da participação da renda do trabalho na renda total e do índice de Gini. Destaca-se, nesse caso, o aumento do coeficiente de variação do índice de Gini resultante de uma queda do indicador médio regional mais acentuada que a redução observada para o desvio padrão das microrregiões estudadas (**Tabela 4.10**).

O acesso a bens de consumo indicou um aumento da desigualdade entre as microrregiões, apesar da melhora de todos os indicadores médios dessa dimensão. Seguindo a mesma tendência observada para a disparidade regional entre os Estados da região nessa dimensão, entre as microrregiões também se verificou que o crescimento da renda e do crédito proporcionou ampliação do poder de compra e do acesso a bens de consumo pela população nordestina, mas mantendo ainda importantes diferenças regionais.

As condições do domicílio e o acesso a bens públicos também apontam, em sua maioria, para um aumento da disparidade entre as microrregiões do Nordeste, apesar dos avanços observados ao longo dos anos 2000. Exemplos importantes nesse sentido podem ser encontrados nos indicadores proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio e proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica. Em 2000, apenas 5,7% dos domicílios da microrregião de Natal não tinham banheiro exclusivo contra 89,7% dos domicílios da microrregião de Gurupi, no oeste do Maranhão. Já em 2010 essa distância era menor, Natal permanecia como a microrregião com menos domicílios sem banheiro

⁴⁶ Os dados dos indicadores multidimensionais por microrregião em 2000 e 2010 podem ser encontrados nas Tabelas A2 e A3 do Anexo estatístico.

⁴⁷ Com exceção de Fernando de Noronha.

(1,0%) e a com maior carência passou a ser a microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, com 58,8% dos seus domicílios sem banheiro exclusivo. Mesma tendência também é encontrada para o acesso à energia que era mais difundido na microrregião do Recife em 2000 e 2010, 0,2% e 0,1% dos domicílios sem acesso, respectivamente; enquanto que essa proporção era de 50,9% em 2000, em São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí, e passou para 22,3%, na microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense e 20,8% em São Raimundo Nonato, em 2010. Ressaltam-se, assim, importantes melhorias nos indicadores, mas com a permanência de indicadores ainda muito altos como, por exemplo, as microrregiões de Litoral Ocidental Maranhense e Rosário, no Maranhão, que apresentam quase 60% de seus domicílios sem banheiro exclusivo, e as microrregiões de São Raimundo Nonato e Chapadas do Extremo Sul Piauiense, no Piauí, onde 1/5 dos domicílios continua sem acesso à energia elétrica em pleno século XXI.

Observou-se, ainda, a piora do esgotamento sanitário também entre as microrregiões nordestinas. Enquanto que, em 2000, Teresina era a microrregião com melhor esgotamento, apenas 11,1% dos domicílios não tinham esgoto apropriado, em 2010 esse índice passou para 36,6%. Esse indicador aumentou também entre as microrregiões que já eram ruins, como o caso do Litoral Nordeste, no leste potiguar, que ampliou a falta de acesso de seus domicílios ao esgotamento apropriado de 80,9% para 87,1%, entre 2000 e 2010. Contudo, das 187 microrregiões nordestinas, 30 apresentaram melhoria no acesso ao esgoto apropriado entre os seus domicílios, com destaque para a microrregião de Macau, no Rio Grande do Norte, que passou de 80,4% dos domicílios sem esgoto adequado para 40,0%, no mesmo período. Ressalta-se, enfim, que houve diminuição da desigualdade intrarregional na dimensão apenas para o indicador de densidade de morador por banheiro, da mesma forma que o encontrado entre os Estados e recorte por porte de tamanho dos municípios do Nordeste.

Em termos educacionais, diferentemente da redução da desigualdade encontrada entre os Estados nordestinos no indicador de incidência do ensino superior completo, entre as microrregiões do Nordeste houve ampliação das disparidades regionais. Entre os outros indicadores, todavia, o cenário é o mesmo: aumento da desigualdade intrarregional da taxa de analfabetismo e da defasagem escolar e queda na taxa de escolarização e na incidência do ensino médio completo. No que se refere à taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, Traipu, no agreste alagoano, permanece sendo a microrregião com maior nível de analfabetismo entre as microrregiões do Nordeste, eram 47,4% de analfabetos nessa faixa etária em 2000 e continuam sendo 42,1% em 2010.

Em termos demográficos, constata-se uma redução da desigualdade entre os indicadores estudados. Da mesma forma que o observado para as unidades federativas nordestinas, o tamanho médio das famílias foi o único indicador que apresentou aumento da disparidade entre as microrregiões no período de 2000 a 2010. Ressalta-se, nessa dimensão, a importante redução da

mortalidade infantil entre as microrregiões nordestinas. A mortalidade infantil, que era na média de 1999, 2000 e 2001 de 49,8% na microrregião de Japaratuba, no leste sergipano, caiu para 15,5% na média de 2009, 2010 e 2011. As microrregiões que apresentaram maiores taxa de mortalidade infantil em 2010 foram Livramento do Brumado, no Centro Sul baiano, e Serra do Pereiro, no Jaguaribe cearense, com uma taxa de 26,6%.

Tabela 4.10 - Microrregiões nordestinas: Coeficiente de variação, média e desvio padrão dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000/2010

Descrição	Coeficiente de variação ¹ (em %)			Desvio padrão ponderado ²		Média do NE	
	2000	2010	Variação %	2000	2010	2000	2010
Mercado de trabalho e renda							
Taxa de Desemprego	33,7	25,9	-23,2	4,9	2,4	14,5	9,3
Taxa de Formalização	45,6	35,0	-23,3	16,3	15,9	35,8	45,5
Taxa de Assalariamento	10,2	7,3	-28,2	7,0	5,4	68,6	73,4
Incidência do trabalho agrícola	70,9	70,7	-0,3	14,7	10,0	20,7	14,1
Incidência da previdência social	15,8	15,0	-5,0	5,8	5,0	36,5	33,5
Incidência de programas sociais	78,7	35,1	-55,5	1,6	11,9	2,1	33,9
Incidência da renda do trabalho	10,2	12,3	21,2	7,9	9,2	77,4	74,4
Participação da renda do trabalho na renda total	7,2	10,9	51,7	5,3	7,6	73,9	70,1
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ³	54,4	49,9	-8,4	181,5	241,1	333,5	483,5
Índice de Gini ⁴	10,6	10,6	0,5	0,068	0,065	0,649	0,617
Acesso a bens de consumo							
Proporção de domicílios sem televisão	63,1	68,6	8,6	13,7	4,9	21,7	7,1
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	9,3	15,9	71,0	8,3	12,8	89,5	80,4
Proporção de domicílios sem geladeira	52,0	60,7	16,6	17,8	7,6	34,2	12,6
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	22,6	62,5	177,3	17,2	13,6	76,5	21,7
Proporção de domicílios sem computador	4,7	15,9	237,0	4,5	12,4	94,6	78,1
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	8,8	12,1	37,2	7,3	7,6	83,2	62,9
Condições do domicílio e acesso a bens públicos							
Densidade de morador por dormitório	6,2	6,8	10,3	0,1	0,1	2,4	2,1
Densidade de morador por banheiro	98,6	37,5	-62,0	4,8	1,2	4,9	3,2
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	59,5	86,1	44,8	20,6	12,4	34,7	14,4
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	40,1	40,3	0,4	15,6	18,9	38,9	46,9
Proporção de domicílios sem água encanada	72,2	82,2	13,9	11,5	10,8	15,9	13,1
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	60,6	73,1	20,7	22,6	17,8	37,4	24,4
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	103,1	137,0	32,8	11,6	2,8	11,2	2,0
Educação							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	44,2	47,3	7,0	10,7	8,7	24,1	18,4
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	3,2	0,8	-76,3	3,0	0,7	92,1	97,0
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	13,4	15,6	16,4	6,3	4,9	47,2	31,7
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	52,1	34,6	-33,7	7,9	8,6	15,2	24,9
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	46,1	59,6	29,1	2,6	4,1	5,6	6,9
Demografia							
Razão de dependência	16,5	16,1	-2,6	10,3	8,3	62,5	51,4
Tamanho médio das famílias	6,2	7,1	14,7	0,259	0,256	4,2	3,6
Proporção de famílias com chefia de não brancos	12,9	11,8	-8,4	8,5	8,2	66,0	69,5
Proporção de famílias com chefia feminina	20,4	10,5	-48,7	5,3	4,2	26,1	40,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	42,7	40,6	-4,8	1,5	1,2	3,5	2,8
Mortalidade Infantil ⁵	29,3	16,4	-44,0	7,4	2,6	25,4	16,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Coeficiente de variação = (desvio padrão ponderado / média do NE) x 100. 2 - Valores ponderados pela proporção de domicílios ou população com renda de cada regionalização. 3 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 4 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 5 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

A partir do cruzamento entre os resultados dos coeficientes de variação, dos desvios padrão e das médias da região é possível notar que, da mesma forma que ocorreu no recorte por porte de tamanho dos municípios do Nordeste, entre as microrregiões menos indicadores apresentaram redução das desigualdades intrarregionais, com melhoria dos seus valores médios e redução do desvio padrão entre 2000 e 2010. Somente sete dos 34 indicadores analisados nesse caso evidenciaram esse melhor cenário, como é possível observar no **Quadro 4.4**.

No pior cenário, onde se verifica aumento do coeficiente de variação com aumento do desvio padrão e piora do indicador médio, além do indicador de incidência da renda do trabalho que já aparecia nesse cenário entre os Estados nordestinos, os indicadores de participação da renda do trabalho na renda total e de proporção de domicílios sem esgoto apropriado ostentaram uma ampliação da desigualdade intrarregional.

Outras modificações na comparação com a análise para os Estados nordestinos podem ser ressaltadas. O indicador de incidência de ensino superior que apresentava redução da desigualdade entre os Estados com aumento do desvio padrão e melhora do indicador médio, entre as microrregiões aponta para uma ampliação da disparidade intrarregional, mas também com aumento do desvio padrão e melhora do indicador médio. Já no índice de Gini, a proporção de domicílios sem telefone e sem água encanada, a densidade de morador por dormitório e o tamanho médio das famílias indicaram aumento da desigualdade entre as microrregiões nordestinas, mas com queda do desvio padrão e melhora da média regional.

Quadro 4.4 - Microrregiões nordestinas: Classificação dos indicadores multidimensionais de desigualdade a partir da interpretação da variação dos indicadores de dispersão e média entre 2000 e 2010

	Aumento do coeficiente de variação	Queda do coeficiente de variação
Aumento do desvio padrão e piora do indicador médio	Incidência da renda do trabalho Participação da renda do trabalho na renda total Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	
Queda do desvio padrão e piora do indicador médio		
Aumento do desvio padrão e melhora do indicador médio	Proporção de domicílios sem máquina de lavar Proporção de domicílios sem computador Proporção de domicílios sem veículo particular Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade
Queda do desvio padrão e melhora do indicador médio	Índice de Gini Proporção de domicílios sem televisão Proporção de domicílios sem geladeira Densidade de morador por dormitório Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio Proporção de domicílios sem água encanada Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %) Defasagem escolar (6 a 14 anos) Tamanho médio das famílias	Taxa de Desemprego Taxa de Formalização Taxa de Assalariamento Densidade de morador por banheiro Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos Razão de dependência Mortalidade Infantil

Fonte: Elaboração própria.

Nota: 1 - Os indicadores de incidência do trabalho agrícola, de programas sociais e da previdência social e os de Proporção de famílias com chefia de não brancos e feminina e com residência inferior a 4 anos não foram classificados porque a(o) queda/aumento do indicador médio não necessariamente indica uma melhora/piora do indicador.

2 - Os indicadores assinalados em vermelho estão com resultados diferentes dos observados no Quadro 4.2, da comparação entre os estados nordestinos.

Em resumo, a maioria dos indicadores apontaram para um **aumento da desigualdade intrarregional entre as microrregiões do Nordeste**. Houve aumento da disparidade, principalmente entre os indicadores de acesso a bens de consumo e públicos e condições do domicílio. Já a queda da desigualdade intrarregional foi mais evidente nos indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia.

Como já mencionado, para a análise dos dados dos indicadores multidimensionais de desigualdades das microrregiões nordestinas optou-se pela utilização de uma análise hierárquica ascendente, ou seja, uma análise de *cluster*, com a utilização do software Philcarto. Foram agrupadas 187 microrregiões do Nordeste, com exceção de Fernando de Noronha que, devido ao pequeno tamanho da amostra, apresentou problema para a elaboração de alguns dos indicadores estudados.

Para a elaboração dos grupamentos foi necessária a normalização dos indicadores multidimensionais de desigualdade. Para isso, foi utilizado o método de normalização linear, segundo a amplitude. Os valores foram normalizados entre 0 (zero) e 1 (um) a partir da seguinte fórmula:

$$I = [(\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})].$$

A interpretação será realizada em sentido ascendente, ou seja, quanto maior ou mais próximo de 1, melhor a situação do indicador; e quanto mais próximo de zero, pior a situação do indicador.

Contudo, alguns indicadores têm análise descendente, o que significa que quanto menor, melhor são os indicadores, como é o caso da taxa de desemprego. Para esses casos, foi realizada a inversão do indicador na normalização para tornar todos os indicadores com interpretação ascendente, a partir da seguinte fórmula:

$$I = 1 - [(\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})].$$

Foram invertidos os seguintes indicadores multidimensionais de desigualdade: Taxa de Desemprego, Incidência do trabalho agrícola, Índice de Gini, Proporção de domicílios sem televisão, Proporção de domicílios sem máquina de lavar, Proporção de domicílios sem geladeira, Proporção de domicílios sem telefone, Proporção de domicílios sem computador, Proporção de domicílios sem veículo particular, Densidade de morador por dormitório, Densidade de morador por banheiro, Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio, Proporção de domicílios sem esgoto apropriado, Proporção de domicílios sem água encanada, Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada, Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica, Taxa de analfabetismo, Defasagem escolar (6 a 14 anos), Razão de dependência, Tamanho médio das famílias e Mortalidade Infantil.

A partir da análise exploratória das informações dos indicadores multidimensionais de desigualdade em 2000 e em 2010, e dos resultados obtidos após a execução da técnica apresentada, optou-se por separar as microrregiões em cinco grupos.

O grupamento aqui retratado em vermelho é o pior posicionado, isto é, aquele que apresenta os piores níveis de renda, acesso a bens de consumo e públicos, condições de domicílios e escolaridade, enquanto que o grupamento representado em azul é aquele que apresenta os melhores indicadores, apesar de também demonstrar os mais altos níveis de desigualdade de renda e as maiores taxas de desemprego. O grupo apresentado em verde tem a maioria dos indicadores acima da média, mas não são tão bons quanto os observados para o *cluster* azul. Já o grupamento em amarelo se aproxima mais do grupo vermelho, com indicadores de renda e acesso a bens e serviços abaixo da média, mas não tão ruins quanto os observados entre o *cluster* vermelho. Por último, o grupamento rosa tem os indicadores mais próximos da média.

O resultado encontrado para o ano de 2000 pode ser observado através do **Mapa 4.1** e do **Gráfico 4.1**. O grupamento vermelho juntou as microrregiões com os indicadores mais distantes negativamente da média, ou seja, as que apresentavam as menores taxas de formalização e

assalariamento e baixo acesso a bens de consumo e bens públicos, exceto de esgoto apropriado. Eram microrregiões que apresentavam baixas taxas de desemprego e maior incidência do trabalho agrícola, o que aponta para microrregiões onde a agropecuária apresenta um forte peso na atividade econômica local. Destaca-se, ainda, uma incidência da previdência social e dos programas sociais um pouco abaixo da média. Também eram regiões com proporção de famílias com chefia de não brancos acima da média. As microrregiões do grupamento vermelho estavam situadas, em 2000, nos Estados do Maranhão (15 microrregiões), Piauí (8), Bahia (5), Alagoas (3) e Ceará (2), totalizando 33 microrregiões.

O grupo azul, por sua vez, é composto pelas nove microrregiões com capital de Estado. Esse *cluster* apresenta as maiores taxas de formalização e assalariamento entre os ocupados e menor incidência da previdência social e de programas sociais em seus domicílios. Esse grupo também exibia os melhores indicadores de acesso a bens de consumo e bens públicos. Também se verificava indicadores educacionais superiores. Embora expressassem as maiores taxas de desemprego e os maiores níveis de desigualdade de renda, também eram as microrregiões com os mais altos rendimentos domiciliares *per capita*.

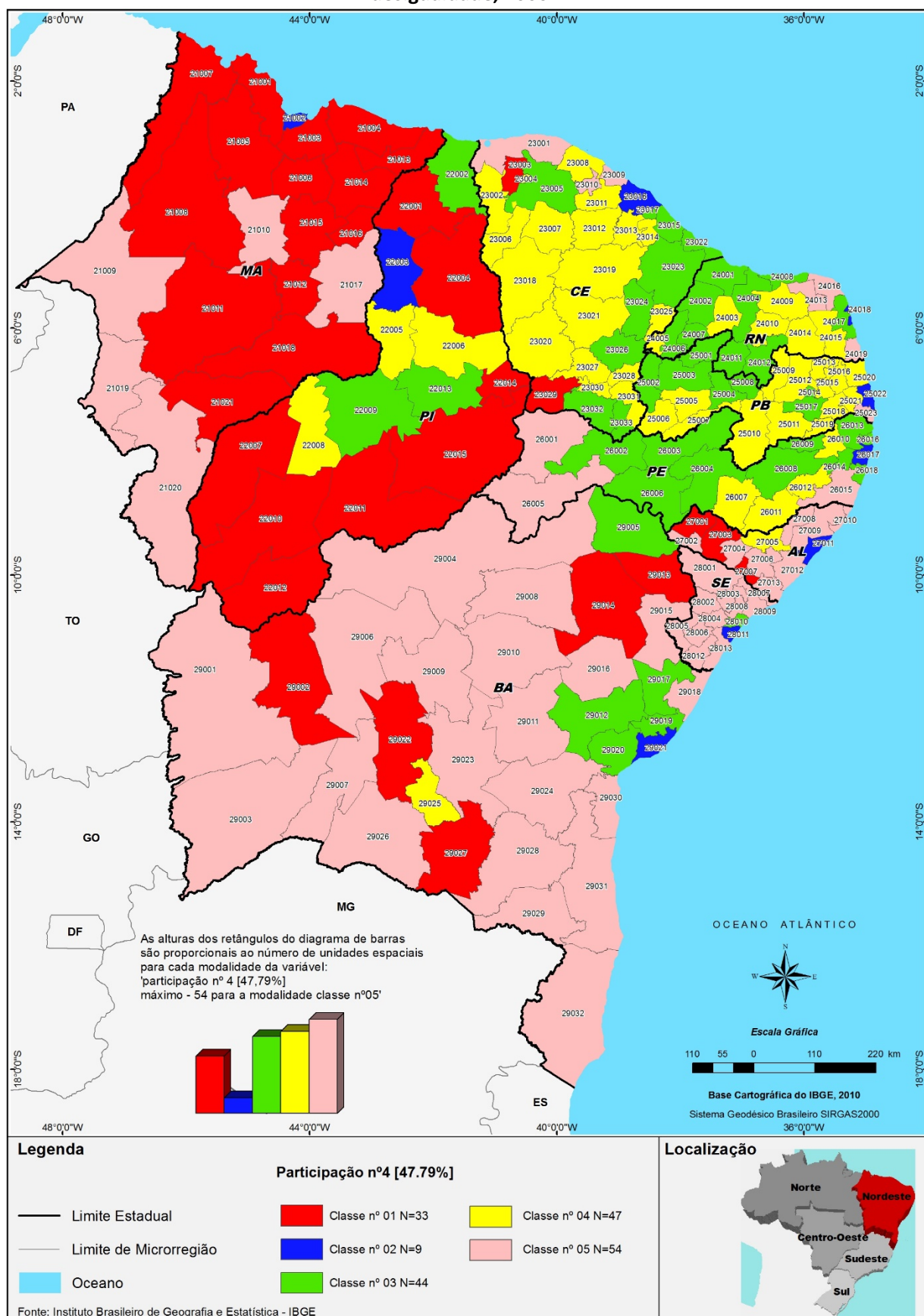
O *cluster* verde agrega as microrregiões com indicadores acima da média de formalização, assalariamento, acesso a bens públicos e de consumo, porém com indicadores não tão significativos quanto os encontrados no grupamento azul. Apresenta uma maior incidência do trabalho na agropecuária, porém ainda abaixo da média, e uma incidência da previdência social acima da média. Em termos de rendimento, apresenta uma renda domiciliar *per capita* acima da média e um índice de Gini um pouco acima da média, mas com menos desigualdade de renda se comparada às microrregiões do *cluster* vermelho. Esse grupo está mais localizado no semiárido nordestino e na área litorânea e é formado por 44 microrregiões, sendo três no Piauí, nove no Ceará, nove no Rio Grande do Norte, sete na Paraíba, dez em Pernambuco, uma em Sergipe e cinco na Bahia.

Já o grupamento amarelo, como já destacado, fica mais próximo do *cluster* vermelho, com indicadores de renda e acesso a bens e serviços abaixo da média, mas não tão ruins quanto os observados para o grupo vermelho. O *cluster* amarelo mostrava taxas de formalização, assalariamento e desemprego abaixo da média. Eram microrregiões que demonstravam incidência do trabalho agrícola próximo à média e onde os programas de transferência de renda chegavam, como é possível verificar através dos dados de incidência da previdência social e de programas sociais acima da média. A renda domiciliar *per capita* é baixa, porém maior se comparada a do grupo vermelho, e com maior desigualdade de renda também. É um grupo com acesso a bens de consumo e bens públicos abaixo da média, com exceção de televisão e energia elétrica. Em relação à educação, retratavam taxas de escolarização e incidência do ensino superior completo acima da média. Esse *cluster* também se situava sobretudo no semiárido nordestino e em algumas áreas litorâneas e era composto por 47

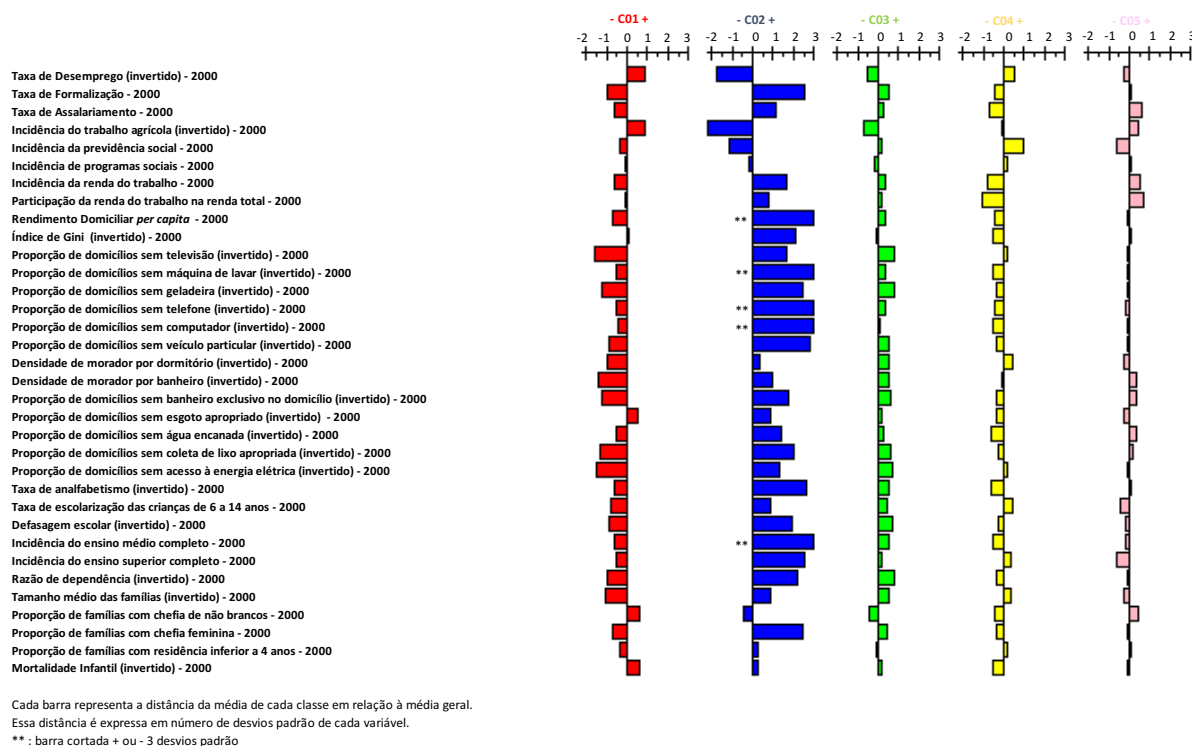
microrregiões que se localizavam no Piauí (3), Ceará (18), Rio Grande do Norte (6), Paraíba (14), Pernambuco (4), Alagoas (1) e Bahia (1).

O grupo rosa é o que agrega a maior quantidade de microrregiões nordestinas (54) e apresenta indicadores mais próximos à média. Os indicadores de acesso a bens de consumo estão bem próximos à média, enquanto que os indicadores de acesso a bens públicos aparecem um pouco acima da média, com exceção de esgotamento sanitário, e os de educação um pouco abaixo da média. Os indicadores que mais se diferenciam da média são os de mercado de trabalho e renda. Nesse grupo há uma taxa de assalariamento acima da média, mas com incidência do trabalho na agropecuária e da renda do trabalho acima da média. Ressalta-se, ainda, a incidência da previdência social nos domicílios dessas regiões abaixo da média. Esse grupo representa a maioria das microrregiões da Bahia (20) e de Sergipe (11) e de Alagoas (8), mas também aparece em Pernambuco (3), na Paraíba (1), no Rio Grande do Norte (3), no Ceará (3) e no Maranhão (5).

Mapa 4.1 – Microrregiões nordestinas: *Clusters* dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000



Nota: Lista das microrregiões nordestinas disponível no Quadro A2 do Anexo Metodológico 1.1.

Gráfico 4.1 – Microrregiões nordestinas: *Clusters* dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

Como consequência do modelo de crescimento do período aqui analisado, em relação aos indicadores multidimensionais de desigualdade, verifica-se uma evolução positiva da média da maioria dos indicadores estudados, com exceção para a proporção de domicílios sem esgoto apropriado que aumentou expressivamente no período de 2000 a 2010, o que indica uma piora no indicador.

Após a elaboração de outro grupamento em 2010, chega-se a um novo resultado que pode ser observado através do **Mapa 4.2** e do **Gráfico 4.2**. Para permitir a comparabilidade entre os dois momentos, foram mantidas as mesmas cores e criados o mesmo número de grupamentos. O grupamento vermelho continua agregando as microrregiões com os indicadores mais distantes negativamente da média, isto é, os piores posicionados. Já o azul permanece representando aquelas regiões com os melhores indicadores, apesar de também demonstrar os mais altos níveis de desigualdade de renda e as maiores taxas de desemprego. O grupo verde persiste com a maioria dos indicadores acima da média, mas não são tão bons quanto os encontrados no grupamento azul. Ao passo que o *cluster* amarelo se aproxima mais do vermelho, com indicadores de renda e acesso a bens e serviços abaixo da média, mas agora em menor intensidade e número de indicadores. E, por fim, o grupo rosa que tem os indicadores mais próximos da média.

O vermelho permanece sendo o grupo com as mais baixas taxas de formalização e assalariamento e menor acesso a bens de consumo e bens públicos, só que agora numa proporção menor e sob uma média de acesso maior. Houve, também, piora do acesso a esgoto apropriado. Ainda

eram microrregiões com importante incidência do trabalho agrícola e baixas taxas de desemprego. Todavia, em 2010, observa-se a forte presença dos programas sociais nesse grupo, que agora está acima da média, em termos de incidência nos domicílios. Mas nota-se a continuidade dos indicadores de renda abaixo da média nesse grupo, porém, aqui também, mais próximos da média. O *cluster* vermelho apresentou uma importante queda no número de microrregiões entre 2000 e 2010, com redução nos Estados do Maranhão, Ceará, Alagoas e Bahia. No total, o grupamento vermelho passou de 33 para 26 microrregiões. Apenas o Piauí continuou com as suas oito microrregiões no vermelho, sem alterações entre 2000 e 2010. Ressalta-se, ainda, a inclusão de uma microrregião nesse grupamento, Umbuzeiro, na Paraíba, como é possível constatar a partir do **Mapa 4.3**.

O grupo azul que era composto pelas nove microrregiões com capital de Estado, manteve-se praticamente inalterado, apenas perdendo a microrregião de Teresina, que passou para o *cluster* verde (**Mapa 4.3**). O grupamento azul conserva as maiores taxas de formalização e assalariamento entre os ocupados e menor incidência da previdência social e de programas sociais em seus domicílios. Esse grupo também expressava os melhores indicadores de acesso a bens de consumo e bens públicos. Da mesma forma, apresentava indicadores educacionais superiores. Mantinha as maiores taxas de desemprego e os maiores níveis de desigualdade de renda, porém também eram as microrregiões os mais altos rendimentos domiciliares *per capita* (**Mapa 4.2**).

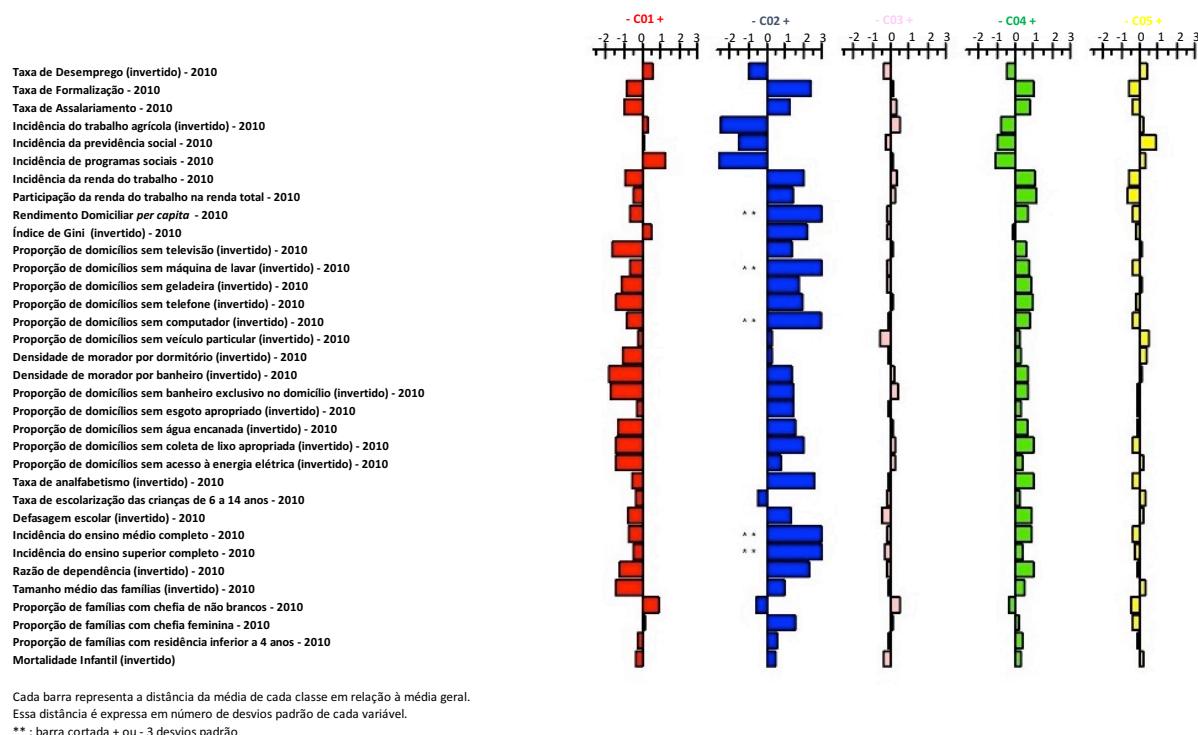
O *cluster* verde persiste agregando as microrregiões com indicadores acima da média para as taxas de formalização e assalariamento e nos indicadores de acesso a bens públicos e de consumo, porém com resultados não tão expressivos quanto os obtidos pelo grupo azul. Nesse grupamento foi onde houve uma maior alteração no número de microrregiões componentes, que caiu de 44 para 33. Ele reduziu sua presença no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e fortaleceu sua presença no Maranhão e na Bahia, especialmente em algumas microrregiões dos cerrados, mas agrupando as microrregiões de Imperatriz – MA, Porto Seguro – BA, Teresina – PI, Baixo Curu – CE e Petrolina – PE. Na maioria dos casos, essas microrregiões passaram do grupo rosa para o verde, o que indica que elas se afastaram da média de maneira positiva nos indicadores de acesso a bens públicos e de consumo, bem como em alguns indicadores de mercado de trabalho e renda e educação. Apenas Teresina mudou do grupamento azul para o verde.

Já o grupamento amarelo foi o que mais aumentou a quantidade de microrregiões, passando de 47 para 67. Esse *cluster* fica mais próximo do grupo vermelho, com indicadores de renda e acesso a bens e serviços abaixo da média, mas não tão ruins quanto os observados entre as microrregiões em vermelho. Destaca-se, ainda, a aproximação da média dos indicadores de acesso a bens públicos e alguns bens de consumo como geladeira e televisão, na comparação com o grupo amarelo de 2000, como é possível verificar através da comparação entre os dois gráficos de barra nos

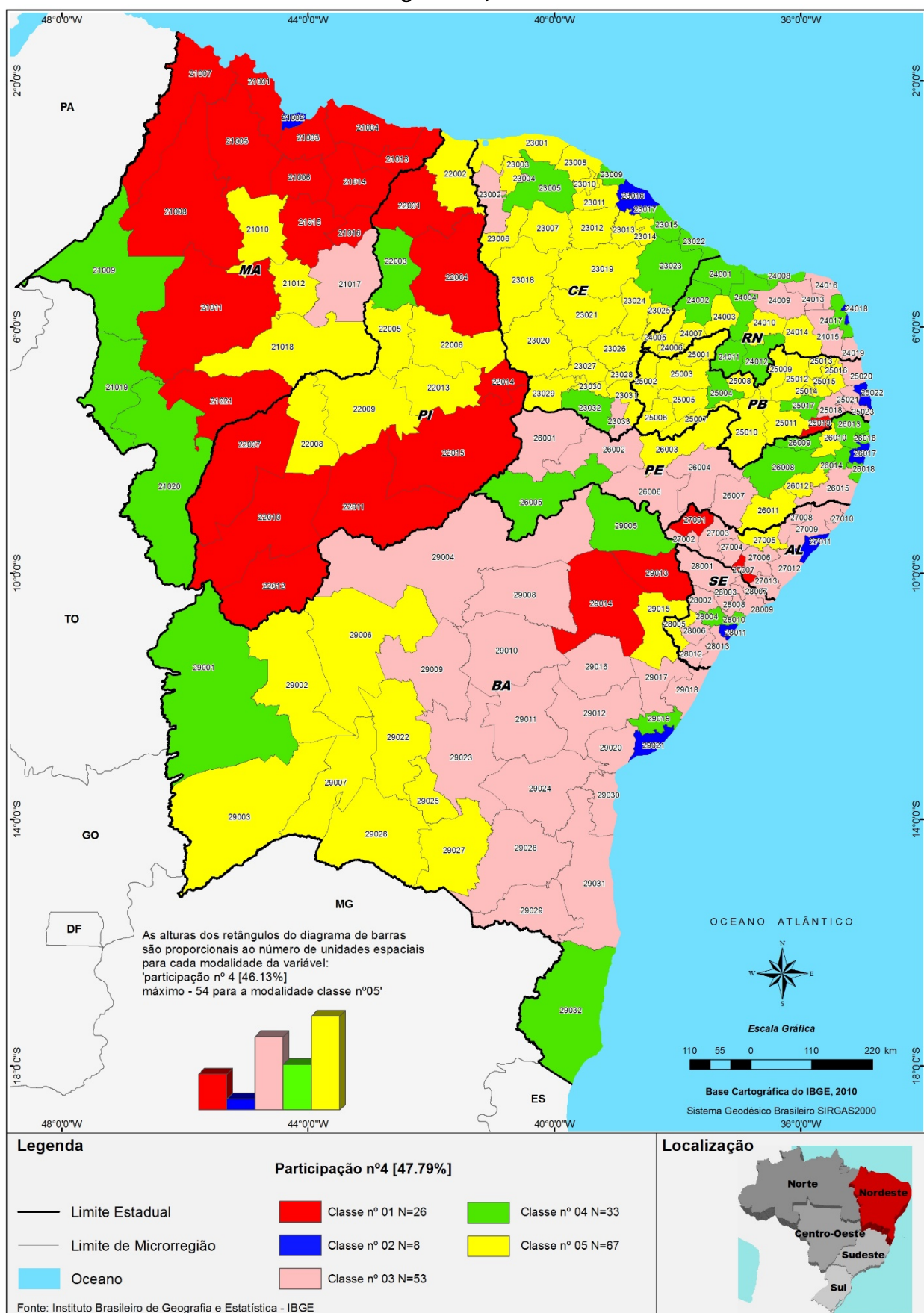
Mapas 4.1 e 4.2. Em termos de expansão espacial, o grupo amarelo cresceu expressivamente no Ceará e em direção ao sertão da Paraíba, centro e leste do Maranhão e centro sul e extremo oeste da Bahia.

O grupo rosa praticamente não muda em termos quantitativos, passando de 54 para 53 microrregiões. Ele conserva o grupamento de indicadores mais próximos à média, com uma maior aproximação da média inclusive dos indicadores de mercado de trabalho e renda. Esse *cluster* perdeu representatividade no Maranhão e na Bahia e ampliou sua presença sobretudo em Pernambuco (**Mapa 4.3**).

Gráfico 4.2 – Microrregiões nordestinas: *Clusters* dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

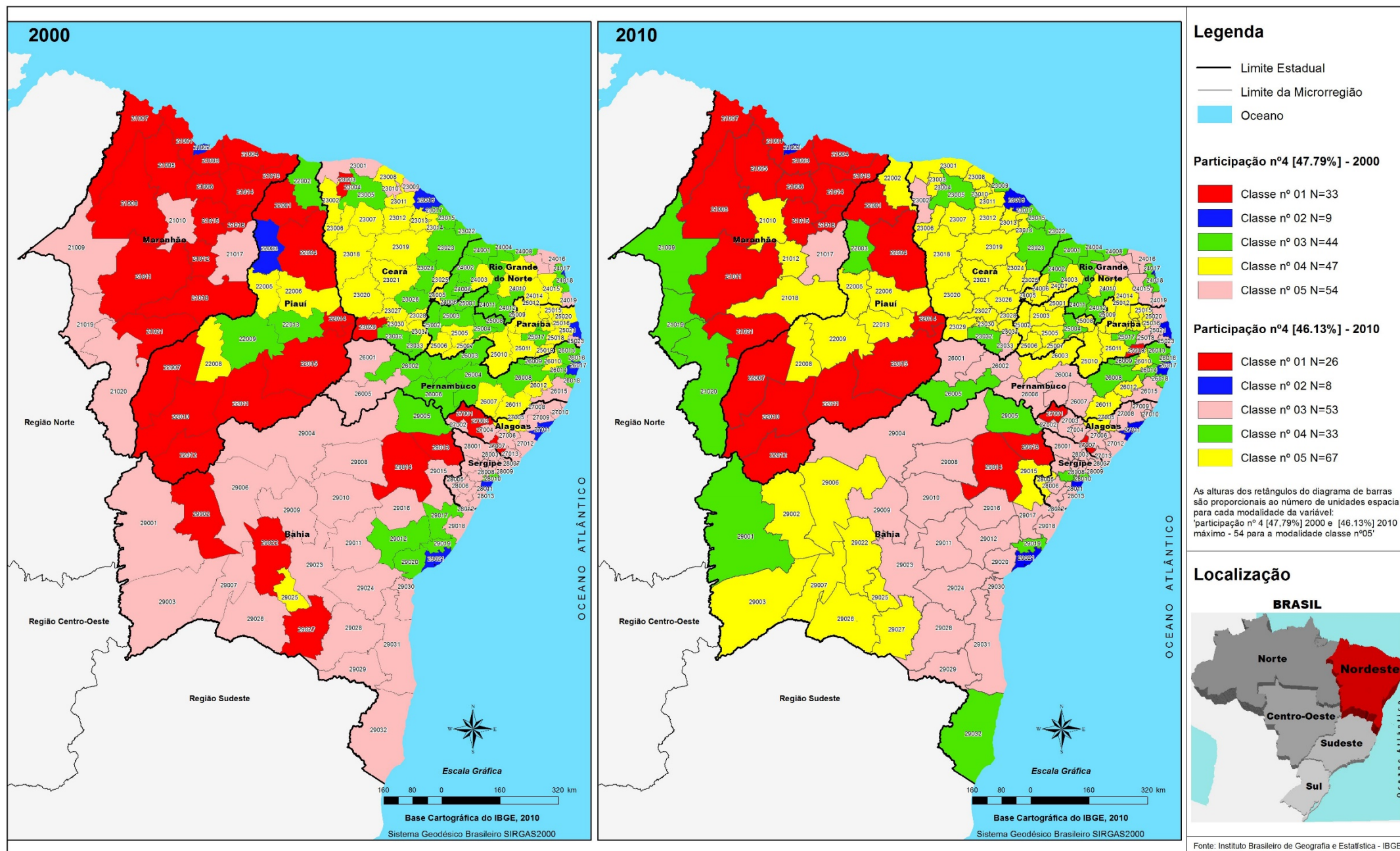


Mapa 4.2 – Microrregiões nordestinas: *Clusters* dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010



Nota: Lista das microrregiões nordestinas disponível no Quadro A2 do Anexo Metodológico 1.1

Mapa 4.3 – Microrregiões nordestinas: *Clusters* dos indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000 e 2010



4.5 Considerações Finais

Ao se analisar os benefícios que, no período analisado, o crescimento econômico, a recuperação do mercado de trabalho, as mudanças demográficas e o incremento das políticas públicas proporcionaram para a questão da desigualdade, **sob uma ótica multidimensional**, no Nordeste brasileiro nos anos 2000, verifica-se, de maneira geral, uma queda da desigualdade entre Estados, porte de municípios e microrregiões nos indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia, em contraposição ao aumento das disparidades intrarregionais no acesso a bens de consumo e condições do domicílio e acesso a bens públicos. Os indicadores de educação apontam para uma redução da desigualdade entre as unidades federativas nordestinas em contraposição ao aumento das disparidades em termos educacionais entre os portes e as microrregiões nordestinas, no período de 2000 a 2010. No que se refere à educação, o atraso do meio rural nordestino ainda é muito grande com, por exemplo, quase 1/3 da população de 15 anos ou mais analfabeta, em contraste com apenas 1,1% com nível superior completo.

Em termos estaduais, os indicadores de mercado de trabalho e renda indicam uma redução da dispersão entre as unidades federativas nordestinas, com destaque para a queda do desemprego, da incidência do trabalho agrícola e da desigualdade de renda medida pelo Gini, em paralelo ao movimento de ampliação da formalização, do assalariamento e da renda domiciliar *per capita*. A incidência da renda do trabalho reduz-se como reflexo da expansão da incidência dos programas sociais na região. Já a queda na incidência da previdência social está associada provavelmente às novas configurações familiares.

Apesar do avanço dos indicadores de mercado de trabalho e renda, Maranhão e Piauí continuavam, em 2010, com as menores taxas de formalização e assalariamento e renda domiciliar *per capita*, e os maiores índices de incidência de programas sociais e trabalho agrícola, além de um índice de Gini elevado (de 0,611). Em seguida, aparece Alagoas que, apesar de apresentar um maior grau de formalização e assalariamento, reflexo de um emprego agrícola com maior presença do agronegócio na produção de cana-de-açúcar, exibe a terceira posição em termos de menor renda domiciliar e de maior incidência de programas sociais e de desemprego. Alagoas também é o Estado com maior desigualdade de renda medida pelo índice de Gini (0,625), acompanhada por Pernambuco e com a maior taxa de analfabetismo em 2010 (23,4%). A Bahia apesar de sua forte diversificação econômica, também apresentava alta incidência do trabalho agrícola, reflexo da presença em seu território da maior população ocupada na agropecuária do Nordeste. Esse contraste entre uma Bahia mais industrial e terciária, que lhe confere a quarta maior renda domiciliar regional e uma das mais altas taxas de desemprego, ainda permanece em relação ao Estado que apresenta, por exemplo, a maior taxa de mortalidade infantil em 2010 (17,8%). A Paraíba, por sua vez, tem na forte predominância de unidades de

pequeno e médio portes em seu tecido produtivo o seu principal diferencial, mas isso também lhe confere uma das menores taxas de assalariamento regional (70,9%) e um rendimento médio domiciliar abaixo do salário mínimo, em 2010.

Os indicadores de acesso a bens de consumo indicam um aumento da desigualdade de seu acesso entre as unidades federativas nordestinas, apesar da melhoria dos indicadores médios. Sem dúvida, um dos pilares do modelo de crescimento com inclusão social e aumento da renda média foi a ampliação do crédito, que possibilitou, também, o maior acesso a diversos bens de consumo. Com isso, houve uma popularização do acesso à televisão e à geladeira entre os domicílios nordestinos. O telefone, especialmente o celular, também se difundiu entre a população nordestina, mas a distância de seu acesso entre os Estados mais pobres e mais ricos da região também aumentou. Esse movimento de ampliação do acesso com aumento da dispersão regional também foi observado entre os indicadores de proporção de domicílios sem máquina de lavar, sem computador e sem veículo particular. Nesse último caso, a motocicleta foi um importante meio de ampliar o acesso da população de baixa renda a um meio de transporte individual, todavia 69,9% dos domicílios alagoanos e 67,0% dos maranhenses continuavam sem ter um veículo particular em 2010.

Também entre os indicadores de condições do domicílio e acesso a bens públicos houve aumento da dispersão intrarregional, com melhoria dos indicadores médios. De maneira contraditória, destacam-se os indicadores de proporção de domicílios sem banheiro exclusivo e sem esgotamento apropriado. Enquanto se verificou uma expressiva redução na proporção de domicílios sem banheiro exclusivo, passando entre 2000 e 2010 de 64,4% para 34,0% no Maranhão, de 50,0% para 24,0% no Piauí e de 25,2% a apenas 6,0% no Rio Grande do Norte, no que se refere ao acesso a esgotamento apropriado o que se observa é uma piora generalizada e expressiva desse indicador nas nove unidades federativas estudadas. Alagoas, que já apresentava mais de metade da sua população sem esgoto adequado em 2000 (54,9%), teve essa situação piorada em 2010, passando para 60,8% de seus domicílios sem esgoto apropriado, enquanto que no Piauí e no Maranhão o agravamento dessa situação foi extremamente rápido ao longo dos anos 2000, tendo esses Estados passado de uma proporção de 18,2% e 36,3%, respectivamente, em 2000, para 51,1% e 60,1%, em 2010. Por fim, ressalta-se a queda significativa dos domicílios sem energia elétrica de 22,8% para 6,5% no Piauí, 18,8% para 3,3% no Maranhão, 16,0% para 3,3% na Bahia e 3,5% para 0,5% em Pernambuco, entre 2000 e 2010, no que teve impacto importante o Programa Luz para Todos do Governo Federal.

A dimensão da educação foi outra que apresentou importantes melhorias ao longo dos anos 2000, com queda da desigualdade intrarregional da maioria dos indicadores. Todavia, as altas taxas de analfabetismo e de defasagem escolar ainda são grandes desafios a serem enfrentados na região.

Em termos demográficos, observou-se uma melhoria na dispersão entre os indicadores estudados, com exceção do tamanho médio das famílias. Destacam-se, nesse caso, a expressiva redução

da desigualdade entre os Estados da região na mortalidade infantil e na proporção de família com chefia feminina no período de 2000 a 2010.

Evidencia-se, em síntese, uma **redução da desigualdade entre as unidades federativas nordestinas, principalmente nos indicadores de mercado de trabalho e renda, educação e demografia**. As transformações demográficas e a recuperação do mercado de trabalho proporcionada pelo dinamismo da atividade econômica, em conjunto com a ampliação dos investimentos em educação e as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, proporcionaram o avanço desses indicadores com queda da dispersão intrarregional.

Todavia, o modelo de crescimento com inclusão social também apresenta um viés de ampliação do consumo via acesso ao crédito. Como foi possível observar, houve uma popularização de diversos bens de consumo na região, mas esse movimento ocorreu com **aumento da desigualdade entre os Estados**. O elo mais fraco desse modelo reflete-se no acesso aos bens públicos e nas condições do domicílio. Houve aumento da dispersão entre as unidades federativas da região no que se refere a esses indicadores, apesar da melhoria dos indicadores médios, com exceção para a expressiva piora no esgotamento apropriado entre os Estados nordestinos.

De maneira geral, o Nordeste continua ostentando patamares bastante elevados em diversos indicadores analisados. Maranhão, Piauí e Alagoas, por exemplo, continuam apresentando grande parte dos piores indicadores estudados para a região. Bahia e Paraíba também se sobressaem negativamente em alguns indicadores, mas em menor intensidade.

Em relação ao porte de municípios do Nordeste, identifica-se uma redução da desigualdade de renda acompanhada de melhoria da renda média para todos os recortes estudados, com exceção das áreas rurais com até 50 mil habitantes que apresentaram um ligeiro aumento do Gini de 0,506 para 0,512. Constata-se, também, um crescimento do índice de Gini em paralelo ao aumento do porte populacional estudado, chegando a um patamar ainda muito alto de 0,633 nos municípios com mais de 500 mil habitantes, em 2010. Da mesma forma como observado para a renda do trabalho, os grandes municípios nordestinos (as capitais, Jaboatão dos Guararapes e Feira de Santana), com maior geração de riqueza e renda, também são as áreas com maior desigualdade de renda no Nordeste tanto em 2000 quanto em 2010. Observa-se, também, uma maior incidência da previdência social e dos programas sociais e uma menor participação da renda do trabalho nas áreas rurais dos pequenos municípios nordestinos. Já nos municípios com mais de 500 mil habitantes constata-se exatamente o contrário. Todavia, também se verifica nesse recorte uma redução das disparidades entre os Estados nordestinos na maioria dos indicadores de mercado de trabalho e renda.

O acesso a bens de consumo na região, considerando essa regionalização, expressou da mesma forma um crescimento da desigualdade no recorte por porte de municípios do Nordeste, apesar da melhora da média desses indicadores. Entretanto, nesse recorte, houve diminuição da disparidade

intrarregional na proporção de domicílios sem veículo particular, reflexo da expansão expressiva do acesso à motocicleta e automóvel em toda a região, inclusive nas áreas rurais dos municípios de menor porte do Nordeste. Destaca-se, ainda, que a área rural permanece muito atrasada e não atinge os patamares de acesso a bens de consumo das áreas urbanas de pequeno porte de dez anos atrás. Já a parte urbana dos municípios com até 50 mil habitantes passa a ter o padrão de consumo dos de 50 a 100 mil habitantes de 2000. **Os municípios com população de 50 a 100 mil chegam no patamar de consumo dos de porte médio de uma década atrás, e os de porte médio ultrapassam o padrão dos municípios de grande porte em 2000.**

As condições do domicílio e o acesso a bens públicos também indicaram, em sua maioria, um crescimento da disparidade regional com base no recorte por porte de município. Também se constata a permanência de uma situação mais precária nas áreas rurais ao longo dos anos 2000, mesmo com as melhoras observadas, enquanto que o avanço nas áreas urbanas de pequeno e médio portes é bem mais expressivo. Um exemplo pode ser observado através do indicador de proporção de domicílios sem banheiro exclusivo: a falta desse equipamento nos domicílios rurais, que reduziu muito nesse período, ainda é uma realidade em mais de 40% dos domicílios nas áreas rurais dos municípios de pequeno porte (com até 100 mil habitantes). Apesar dessa melhora, as áreas rurais dos municípios de pequeno porte ainda apresentam um patamar de não acesso a banheiro exclusivo bem maior do que a observada há uma década nas áreas urbanas dos municípios com o mesmo porte.

Na educação, diferentemente da redução da desigualdade encontrada entre os Estados nordestinos no indicador de incidência do ensino superior completo, no recorte por porte de municípios do Nordeste, ocorreu aumento da disparidade regional. Além do grande atraso das áreas rurais dos municípios de pequeno porte em termos educacionais, ainda persistem importantes diferenças no acesso à educação e na melhoria dos indicadores educacionais em relação ao porte de municípios, que precisam avançar muito para chegar no patamar dos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Em termos demográficos, observou-se uma melhoria da desigualdade entre os indicadores estudados. Destaca-se, nesse caso, a queda da razão de dependência e do tamanho médio das famílias, tanto nas áreas rurais dos pequenos municípios quanto nos centros urbanos de diversos portes. Contudo, as áreas rurais ainda exibiam uma razão de dependência alta, de cerca de 61% em 2010, contra 40,6% dos grandes centros urbanos. Houve, também, aumento generalizado de participação de famílias com chefia de não brancos ou feminina. Enquanto isso, a proporção de família com residência inferior a 4 anos diminuiu em todos os recortes.

Em síntese, no recorte por tamanho dos municípios do Nordeste a maioria dos indicadores demonstrou um **aumento da desigualdade intrarregional, principalmente no que se refere ao acesso a bens de consumo, condições do domicílio e acesso a bens públicos e educação**. Esse movimento reflete, sobretudo, o fato de a parte rural nordestina permanecer ainda muito atrasada. A queda nas disparidades,

nesse caso, ocorreu mais entre os indicadores de mercado de trabalho e renda e demografia. A despeito da melhora observada nos indicadores multidimensionais de desigualdade, as áreas rurais dos pequenos municípios nordestinos, com população de até 100 mil habitantes, continuam ostentando baixos níveis de renda e altos níveis de falta de acesso a bens de consumo e bens públicos, bem como piores indicadores de condições de domicílios, educação e demografia.

Em termos intrarregionais, destaca-se que a maioria dos indicadores apontou para um aumento da desigualdade entre as microrregiões do Nordeste. Houve aumento da disparidade, principalmente, entre os indicadores de acesso a bens de consumo e públicos, condições do domicílio e educação. Já a **queda da desigualdade intrarregional foi mais evidente nos indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia.**

A partir da análise exploratória dos indicadores multidimensionais de desigualdade em 2000 e em 2010 divide-se as microrregiões nordestinas em cinco grupamentos (vermelho, azul, verde, amarelo e rosa). Como consequência do modelo de crescimento do período aqui analisado, em relação aos indicadores multidimensionais de desigualdade, verifica-se uma evolução positiva da média da maioria dos indicadores estudados, com exceção para a proporção de domicílios sem esgoto apropriado que aumentou expressivamente nesse período.

Como apresentado no Capítulo 4, o grupamento vermelho, tanto em 2000 quanto em 2010, permanece sendo o grupo com as mais baixas taxas de formalização e assalariamento e menor acesso a bens de consumo e bens públicos; só que, em 2010, em uma proporção menor e sob uma média de acesso maior. Houve, também, piora do acesso a esgoto apropriado para esse grupo. Ele também permanecia sendo composto por microrregiões com importante incidência do trabalho agrícola e baixas taxas de desemprego. Todavia, em 2010, observa-se a forte presença dos programas sociais nesse grupo, que agora está acima da média em termos de incidência nos domicílios. Mas nota-se a continuidade dos indicadores de renda abaixo da média nesse grupo, mas não tanto quanto em 2000. O *cluster* vermelho apresentou uma importante queda no número de microrregiões entre 2000 e 2010, com redução nos Estados do Maranhão, Ceará, Alagoas e Bahia. No total, o grupamento vermelho passou de 33 para 26 microrregiões (**Mapa 4.3**). Apenas o Piauí continuou com as suas oito microrregiões no vermelho, sem alterações entre 2000 e 2010. Ressalta-se, ainda, a inclusão de uma microrregião nesse grupamento, Umbuzeiro, na Paraíba.

O grupo azul, que apresenta os melhores indicadores, apesar de também demonstrar os mais altos níveis de desigualdade de renda e as maiores taxas de desemprego, era composto pelas nove microrregiões com capital de Estado em 2000 e manteve-se praticamente inalterado, apenas perdendo a microrregião de Teresina, que passou para o *cluster* verde. Esse grupamento conservava, em 2010, as maiores taxas de formalização e assalariamento entre os ocupados e menor incidência da previdência social e de programas sociais em seus domicílios. Esse grupo também expressava os melhores indicadores

de acesso a bens de consumo e bens públicos. Da mesma forma, apresentava indicadores educacionais superiores.

O *cluster* verde, por sua vez, permanece agregando as microrregiões com indicadores acima da média para as taxas de formalização e assalariamento e nos indicadores de acesso a bens públicos e de consumo, porém com resultados não tão expressivos quanto os obtidos pelo grupo azul. Nesse grupamento foi onde houve a maior alteração no número de microrregiões componentes entre 2000 e 2010, passando de 44 para 33. Ele reduziu sua presença no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e fortaleceu sua presença no Maranhão e na Bahia, especialmente em algumas microrregiões dos cerrados e também em microrregiões importantes em termos regionais, tais como as microrregiões de Imperatriz – MA, Porto Seguro – BA, Teresina – PI e Petrolina – PE, além da microrregião do Baixo Curu – CE, onde se localiza o Porto de Pecém. Na maioria dos casos, essas microrregiões passaram do grupo rosa para o verde, o que indica que elas se afastaram da média de maneira positiva nos indicadores de acesso a bens públicos e de consumo, bem como em alguns indicadores de mercado de trabalho e renda e educação. Apenas Teresina mudou do grupamento azul para o verde.

Já o grupamento amarelo foi o que mais aumentou a quantidade de microrregiões, passando de 47 para 67. Esse *cluster* fica mais próximo do grupo vermelho, com indicadores de renda e acesso a bens e serviços abaixo da média, mas não tão ruins quanto os observados entre as microrregiões em vermelho. Destaca-se, ainda, a aproximação da média dos indicadores de acesso a bens públicos e alguns bens de consumo como geladeira e televisão, na comparação com o grupo amarelo de 2000. Em termos de expansão espacial, o grupo amarelo cresceu expressivamente no Ceará e em direção ao sertão da Paraíba, centro e leste do Maranhão e centro sul e extremo oeste da Bahia.

O grupo rosa praticamente não muda em termos quantitativos, passando de 54 para 53 microrregiões. Ele permanece sendo o grupamento de indicadores mais próximos à média, com uma maior aproximação da média inclusive dos indicadores de mercado de trabalho e renda. Esse *cluster* perdeu representatividade no Maranhão e na Bahia e aumentou sua presença sobretudo em Pernambuco.

Em síntese, constata-se, em geral, uma **redução da desigualdade intrarregional** principalmente entre os indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia no Nordeste entre 2000 e 2010. Não obstante, é razoável afirmar que a melhora de grande parte dos indicadores em todas as dimensões não se traduziu em uma transformação da condição desigual entre os Estados, as microrregiões e o recorte por porte de tamanho dos municípios do Nordeste, sobretudo no que se refere às áreas rurais dos pequenos municípios. Isso ocorreu tanto porque alguns indicadores mostraram um aumento da desigualdade, quanto pelo fato de o patamar de grande parte deles ainda ser bastante elevado. Maranhão, Piauí e Alagoas continuam possuindo grande parte dos piores indicadores estudados. Bahia e Paraíba também se sobressaem negativamente em alguns indicadores, mas em menor

intensidade. O Nordeste rural permanece ainda muito atrasado, o que se reflete entre microrregiões, apesar dos avanços observados e da redução do quantitativo de microrregiões pertencentes ao grupamento vermelho, com baixo grau de urbanização e localizados especialmente nos Estados do Maranhão (13), Piauí (8), Alagoas (1), Paraíba (1) e Bahia (2).

CONCLUSÕES

No início do século XXI, o Brasil experimentou um processo de crescimento diferenciado da atividade econômica, principalmente a partir de 2004/2005, quando a economia nacional se expandiu acima da média da economia mundial. Vários elementos contribuíram para esse movimento, com destaque para a existência de um cenário internacional favorável (até a crise financeira de 2008), e, internamente, o aumento da renda média com distribuição de renda, a ampliação do acesso ao crédito e a retomada do investimento em infraestrutura econômica e social. Esse momento coincide com um ciclo de alta de preços das *commodities* que impulsionam as exportações brasileiras.

Mas, diferentemente do que se observou em outras décadas, o padrão de crescimento econômico brasileiro nesse momento se distingue de sua trajetória dominante por apresentar um caráter inclusivo, com redução da desigualdade de renda (dos salários e de todas as fontes) e crescimento acelerado do emprego e da formalização dos contratos de trabalho. Os trabalhadores que ganharam mais nesse período foram exatamente aqueles que estavam na base da pirâmide de remunerações. O processo de valorização do salário mínimo, iniciado em 1995, com a implantação do Plano Real, intensificou-se a partir de 2005, quando se fortaleceu ainda mais o movimento aqui destacado. Evidencia-se, nesse caso, a adoção de uma política de valorização do salário mínimo, especialmente a partir de 2006. Vale ressaltar, portanto, que esse processo de redução de desigualdade de renda no Brasil ocorreu sobretudo com aumento dos salários dos trabalhadores menos qualificados (que recebem salários mais baixos) em relação ao salário médio da economia.

Esse padrão de crescimento econômico foi fortalecido pela expansão do consumo interno, cuja dinamização resultou de diversos fatores como: o incremento da geração de empregos, especialmente com carteira assinada; a expansão da renda média das famílias; o acesso ao crédito; e a consolidação e ampliação de políticas sociais, em particular as de transferência de renda. Esse processo, iniciado com a retomada do crescimento econômico com redução da desigualdade de renda, se intensificou a partir da melhoria das condições do mercado de trabalho e da expansão de investimentos em infraestrutura econômica e social. Nesse contexto, houve um aumento do padrão de consumo das famílias, principalmente por conta da ampliação do acesso a bens e serviços, ainda que de baixa produtividade, amplificada pelo aumento do acesso ao crédito, elemento importante para dinamização da economia. O crescimento do crédito direcionado (BNDES, habitacional, rural etc.) e, principalmente, a expansão do crédito livre doméstico para pessoas jurídicas e físicas, simultaneamente à elevação da renda das famílias, impulsionaram os setores de comércio e serviços (que respondem por cerca de 70% da produção nacional).

Evidencia-se, assim, que a dinamização do investimento, em conjunto com o aumento do consumo, foram os principais motores do padrão de crescimento prevalecente na economia brasileira

entre 2004 e 2010. Nesse contexto, merecem destaque: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que estimulou a ampliação do investimento público em infraestrutura; a expansão dos gastos públicos, especialmente em educação e saúde; e os investimentos produtivos, principalmente de grandes empresas, entre elas as estatais, como a Petrobras. Ressalta-se, também, o forte estímulo que esse movimento gerou para o setor da construção civil.

Entretanto, grande parte desses investimentos não dialogaram imediatamente entre si e nem com as demandas diretas dos estados nordestinos, inclusive no que diz respeito aos investimentos infraestruturais. Mesmo os investimentos no eixo social e urbano do PAC atingiram um número pequeno de municípios, o que limita assim sua intensidade e capacidade de reverter o passivo observado nos indicadores econômicos e sociais da região.

Como já mencionado, esse processo de retomada do dinamismo registrou um movimento novo na economia nacional, onde foi possível observar o crescimento da atividade econômica, com aumento da renda média e redução da desigualdade de renda, ou seja, um crescimento com inclusão social. Mas esse padrão inclusivo apresentou claros limites, que se evidenciam sobretudo na não alteração significativa do acesso aos bens públicos e nas condições dos domicílios, bem como no fato de ter sido um padrão de crescimento mais voltado para a expansão do setor de serviços. Apesar de alguns setores industriais terem se beneficiado do movimento da economia nacional, o aumento da participação das importações, a valorização cambial e todos os aspectos relacionados à especialização regressiva e desindustrialização que ocorreram na economia nesse período deixam claro que, diferentemente do Milagre Econômico, a indústria não foi o pilar central do crescimento dos anos 2000. A agropecuária (tanto a patronal quanto a de base familiar), por sua vez, apesar de seu dinamismo, pesa relativamente pouco na economia do país.

O estudo aqui apresentado coloca em destaque duas dimensões da vida nacional: o **comportamento do mercado de trabalho** na fase expansiva recente, pela importância que tem para a inserção produtiva da maioria dos brasileiros, e **a questão da desigualdade**, um dos traços mais marcantes da realidade nacional. O exame dessas duas dimensões foi feito tendo como foco o Nordeste, uma das regiões de mais antiga ocupação humana do país e onde a dificuldade de inserção digna no mercado de trabalho, que provocou por longos anos um forte êxodo para áreas mais dinâmicas do país, tem convivido com uma elevada desigualdade em seus diversos aspectos, o que se constituiu uma de suas marcas historicamente mais relevantes.

O Nordeste, objeto central da análise aqui realizada, destacou-se no cenário de retomada da atividade econômica nacional no período aqui tratado. A atividade produtiva nordestina cresceu a uma taxa acima da média nacional entre 2000 e 2010, impulsionada especialmente pelo aumento da renda média das famílias e do crédito e, complementarmente, por um importante movimento de investimentos públicos e privados que se destinaram para a região. A implementação e solidificação de políticas sociais,

junto à política de valorização real do salário mínimo, que se mostraram importantes para o dinamismo nacional, contribuíram sensivelmente para a dinâmica da economia regional, especialmente por terem permitido uma ampliação do consumo das famílias. Em termos de mercado de trabalho, verificou-se uma expansão da ocupação puxada pelo dinamismo do emprego com carteira de trabalho assinada. Em paralelo, constatou-se um baixo crescimento dos empregos sem carteira assinada e do trabalho por conta própria na região, que se somou a uma expressiva redução dos ocupados não remunerados e a um aumento dos trabalhadores para o próprio consumo, explicados pela expansão e consolidação das políticas sociais no país e, em especial, no Nordeste. Contudo, apesar dos avanços observados na primeira década do século XXI, é possível constatar a permanência de um alto grau de informalidade na região, com cerca de 56,3% dos ocupados sem contribuição para a previdência, em 2010. Todavia, houve importante avanço no nível de escolaridade dos ocupados da região nesse período.

O emprego expandiu-se sobretudo na construção civil, no comércio e nos serviços. Mas, seguindo a dinâmica nacional e apesar das importantes transformações observadas na agropecuária e na retomada do investimento industrial na região, foi no setor dos serviços que ocorreu o principal dinamismo da atividade econômica na região Nordeste nesse período, com taxa média de crescimento anual do valor adicionado de 5,9% entre 2000 e 2010. O terciário também foi responsável por $\frac{3}{4}$ das novas vagas geradas com carteira assinada na economia regional na primeira década do século XXI. Todavia esse movimento foi puxado pelo crescimento dos postos de trabalho com baixa qualificação, e a administração pública ainda respondia por 40% do emprego formal do Nordeste em 2010. Destacam-se, assim, os claros limites que essa base produtora de serviços, especialmente em setores de baixa produtividade, é capaz de gerar em termos de desenvolvimento econômico.

Merece destaque o fato de o crescimento da atividade econômica ter se dado com **redução das disparidades de renda**, principalmente da renda do trabalho. Vale ressaltar, nesse caso, que o peso relativo da participação do salário mínimo na estrutura de renda dos ocupados na região Nordeste é bem maior que na média nacional.

A melhoria da distribuição de renda decorreu de um aumento da apropriação da renda pelos 40% mais pobres e da redução da razão entre a renda média dos 20% mais ricos em relação à renda dos 40% mais pobres.

A leitura mais detalhada e **em múltiplas escalas** do comportamento do mercado de trabalho nordestino aponta **mudanças e permanências em termos intrarregionais**. Enquanto Alagoas pouco avançou em termos de estrutura produtiva e transformações no mundo do trabalho, o Maranhão conseguiu investimentos produtivos que dinamizaram parte de sua economia. Maranhão e Piauí, em conjunto, permanecem sendo os Estados com os piores indicadores de emprego e renda da região. Muito desse movimento deve-se à parte rural do Nordeste que ainda permanece muito atrasada. Fica evidente, também, que o maior dinamismo do mercado de trabalho e da renda no período recente ocorreu nas

áreas urbanas, puxadas sobretudo pelo incremento do emprego formal. Todavia, outros movimentos também são percebidos através da análise por microrregião, como a expansão dos postos de trabalho com carteira assinada nas áreas de fronteira agrícola dos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão, lideradas pelo agronegócio; bem como os estímulos industriais em microrregiões do Ceará e de Sergipe. Enquanto isso, as microrregiões que continuaram predominantemente voltadas para a agricultura familiar e pecuária mais tradicional apresentaram baixos níveis de incremento de seus mercados de trabalho formais. Todavia, o grosso da ocupação nordestina ainda está concentrado nas capitais metropolitanas, nos municípios de porte médio que são polos regionais de comércio e serviços, nas microrregiões consolidadas do agronegócio mais extensivo e/ou da fruticultura irrigada e em antigas áreas de agropecuária tradicional, mas que também são polos locais de comércio e serviços. Das 188 microrregiões nordestinas, 35 delas respondiam por 60,2% dos ocupados e 75,3% do emprego formal da região, em 2010.

Ficou claro neste estudo que o **padrão de crescimento com inclusão social** observado ao longo dos anos 2000 no Brasil afetou positivamente o Nordeste, através da dinamização da atividade econômica e do mercado de trabalho, além do incremento da renda advindo de políticas públicas setoriais, especialmente as sociais, em conjunto com importantes **mudanças demográficas** observadas no país e que também foram sentidas na região.

Constata-se, também, que houve **redução da desigualdade intrarregional**, principalmente entre os **indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia** no Nordeste, entre 2000 e 2010. No entanto, apesar da ampliação do acesso a bens de consumo, com popularização de alguns itens, houve um aumento das disparidades intrarregionais sob esse aspecto.

Esse modelo também apresentou limites quanto a desigualdade referente às condições dos domicílios e ao acesso a bens públicos. Os indicadores de acesso a bens e serviços públicos apresentaram aumento da dispersão intrarregional em todos os recortes estudados, apesar da melhoria dos indicadores médios. A exceção foi o expressivo aumento da proporção de domicílios sem esgotamento apropriado. O hiato educacional também se mostrou expressivo. No entanto, não se pode deixar de reconhecer importantes avanços alcançados nesse quesito.

É importante afirmar que a melhora de grande parte dos indicadores médios em todas as dimensões da vida social aqui analisadas **não se traduziu em uma transformação da condição desigual** entre os Estados, as microrregiões e os municípios do Nordeste, sobretudo no que se refere às áreas rurais dos pequenos municípios (com até 100 mil habitantes). Isso ocorreu tanto pelo fato de alguns indicadores mostrarem um aumento da desigualdade, quanto pelo fato de o patamar de grande parte deles ainda ser bastante elevado. Maranhão, Piauí e Alagoas continuaram possuindo grande parte dos piores indicadores estudados. Bahia e Paraíba também se sobressaíram negativamente em alguns indicadores, mas em menor intensidade. **O Nordeste rural permanece ainda muito atrasado.** Isso se reflete na análise por

microrregiões, onde se verifica que as áreas piores posicionadas em termos de desigualdade multidimensional permanecem sendo aquelas situadas em microrregiões com baixo grau de urbanização e maior incidência do trabalho agrícola (grupamento vermelho, do mapa 4.2) e localizadas nos Estados do Maranhão (13), Piauí (8), Paraíba (1), Alagoas (1) e Bahia (2). Apesar da melhoria de vários indicadores sociais e econômicos, observada na maioria das áreas nordestinas ao longo dos anos 2000, **a histórica heterogeneidade do tecido produtivo regional foi reafirmada.**

O presente trabalho confirma, assim, a hipótese de que o padrão de crescimento da atividade econômica nos anos 2000, que promoveu a junção de um crescente dinamismo do mercado interno com a manutenção de um ambiente externo favorável até 2008 e o fortalecimento das políticas públicas que impactaram positivamente a renda e o emprego no país, favoreceu a base da pirâmide social e foi responsável pelo desempenho mais favorável da economia do Nordeste entre 2000 e 2010. Todavia, esse padrão não permitiu a superação de relevantes **diferenças intrarregionais** existentes no Nordeste em termos de estrutura produtiva, mercado de trabalho e desigualdade, sendo necessária, além da continuidade desse processo, sua combinação com outros elementos e políticas especialmente voltadas para a dinamização do rural e a modernização de estruturas produtivas tradicionais.

Esse cenário socioeconômico alterou-se sensivelmente na segunda década do século XXI. O contexto internacional menos favorável associado a um ambiente nacional de desaceleração da economia a partir de 2011 e que culminou em uma forte crise desde 2015, reiteraram alguns desafios a serem enfrentados. A retomada do crescimento econômico é condição necessária, embora não suficiente, para a continuidade e avanço dos ganhos obtidos e para a configuração de um mercado de trabalho mais favorável aos trabalhadores e à manutenção de políticas públicas destinadas às áreas e populações mais pobres do país.

No que se refere à questão regional, faz-se necessária uma política nacional de desenvolvimento regional que parta de uma perspectiva centrada nos diferentes espaços do país e que explore os desafios e as potencialidades de cada região, a fim de se reduzir as desigualdades socioeconômicas inter e intrarregionais. Como foi visto, apenas políticas sociais, apesar de importantes, não são suficientes para enfrentar a questão nordestina, dada a permanência de estruturas produtivas enraizadas e de desigualdades muito relevantes ainda existentes na região. Seria necessária a junção das políticas setoriais e sociais nacionais com uma política nacional de desenvolvimento regional. É importante, também, a ampliação de investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação, em paralelo à retomada do investimento produtivo em infraestrutura, por meio de políticas nacionais setoriais que levem em consideração as desigualdades regionais e que desenvolvam, em especial, áreas mais afastadas e rurais do país.

Como se viu, a adoção de uma abordagem multidimensional e a leitura da realidade em múltiplas escalas permitiu um exame mais adequado da realidade nacional e nordestina, pois dialoga com uma tendência cada vez mais relevante nos estudos sobre países complexos e diferenciados como o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.
- AMARAL FILHO, J.; SOUZA, D. L. R. de. Arranjo Produtivo de Calçados do Cariri, Ceará. Texto para discussão n.9 do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza: out de 2003. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_09.pdf>. Acesso: em 07 de janeiro de 2016.
- AMARAL FILHO, J. et al. Análise do balanço de pagamentos do estado do Ceará e a importância dos APLS no fluxo de comércio. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/REDESIST/FUNCEP) – Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota técnica 04/CE. Fortaleza, CE: 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Analise_CE.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.
- AMORIM, M. Nordeste: a oportunidade para se inserir na economia do futuro. Nota técnica para o CGEE. Brasília, DF: 2014. (mimeo).
- APOLINÁRIO, V.; SILVA, M.L. da (orgs.). **Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste**. Natal, RN: EDUFRRN, 2011.
- ARAÚJO, J. B. **O mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 2004-2008**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.
- _____. Mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras nos anos 1990 e 2000. Disponível em: <<http://congressoalast.com/wp-content/uploads/2013/08/292.pdf>>. Acesso em: 05 de julho de 2013.
- _____. Dinâmica recente da produção e da ocupação nas mesorregiões nordestinas. In: CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. 1 ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. V.1, p. 141-192.
- ARAÚJO, J. B.; TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdade nas mesorregiões nordestinas: uma análise multidimensional dos anos 2000. **Revista Política e Planejamento Regional**, nº 1, v. 2, p. 71-90, jan./jun. de 2015.

ARAÚJO, T. B. A industrialização do Nordeste: intenções e resultados. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. Recife: Fórum Nordeste, 1981.

_____. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

ARAÚJO, T. P. de; SOUZA, A. do V.; LIMA, R. A. de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11 (29), p. 55 – 77, 1997.

ARRETCHE, M. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, M. (org). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

BAENINGER, R. Crescimento das cidades: metrópole e interior do Brasil. In: BAENINGER, R. (org.) **População e Cidades subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010.

_____. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

BALTAR, P. E. de A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. Tese de Livre-Docência. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2003.

_____. Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: CARNEIRO, R.M.; MATIJASCIC, M. (orgs.) **Desafios para o Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB) E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Nordeste 2022 - Estudos Prospectivos - Documento Síntese**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. Na. P. de. A Inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M.A. (orgs.) **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”. Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BELLUZZO, L. G. de M. & ALMEIDA, J. G. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. *In: BELLUZZO, L.G.M. & BATISTA JUNIOR, P.N. (orgs.) A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão, n. 366. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2009.

BUAINAIN, A. M; GARCIA, J. R. Nota técnica sobre evolução e perspectivas dos polos de irrigação nordestinos. *In: BNB E IICA. Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste*. Campinas: 2013 (mimeo).

_____. Pobreza Rural E Desenvolvimento Do Semiárido Nordeste: resistência, reprodução e transformação. *In: MIRANCA, C.; TIBURCIO, B. (orgs. da série); BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (orgs. dos textos). A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional*. Brasília: IICA, 2013. Série desenvolvimento rural sustentável; v. 17.

CABRAL, L. A. P. Ciclos de Desenvolvimento de Alagoas. *In: Desenvolvimento, Indústria e Mercados no Nordeste do Brasil: estudos e ensaios*. Alagoas: 2015 (mimeo).

CACCIAMALI, M. C; BARBOSA, A de. Desigualdades econômicas e sociais no Nordeste. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza: IICA/BNB, 2014.

CAMARANO, A. A. (org.) **Dinâmica Demográfica e Crescimento da Força de Trabalho no Brasil: 1980/2000**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1986.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. *In: CAMARANO, A. A. (org.) Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. Prefácio. *In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. C.; BRANDÃO, C. A. (org.). Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CARDOSO JR., J. C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Texto para discussão 1310, nov. 2007. Brasília: IPEA, 2007.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

_____. Globalização e Integração Regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, p. 43-80, dez. 2008.

CARVALHO, F. F. de. **Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.

CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), p. 618-637, outubro/dezembro de 2011.

CARVALHO, O. de. As secas e seus impactos. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. **A questão da água no Nordeste**. Brasília, DF: CGEE, 2012.

CASTRO, C. N. de. A Agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão n. 1786. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2012.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro**. Brasília, DF: CGEE, 2014.

CEPAL. **La Hora de la Igualdad Brechas por Cerrar, Caminos por abrir**. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2010.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA. Início. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/porto_aratu.php>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF. Projetos Públicos de Irrigação. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

CUNHA, J. M. P. da. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (org). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

DANTAS, J. R. de Q.; CLEMENTINO, M. do L. M. O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros-RN, Cajazeiras-PB e Sousa-PB). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, Ano 15, nº. 24, v. 1, p. 228-255, 1º semestre de 2013.

DANTAS, J. R. de Q.; CLEMENTINO, M. do L. M.; FRANÇA, R. S. A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 23, p. 129-148, 2015.

DEDECCA, C. S. Desigualdade, mas de qual falamos? Texto para discussão n. 168 IE/UNICAMP. Campinas: IE/UNICAMP, out 2009a.

_____. As desigualdades enquanto processo, perspectiva metodológica multidimensional. Campinas: IE/UNICAMP, 2009b. (mimeo).

_____. As desigualdades na sociedade brasileira. Campinas: IE/UNICAMP, 2010. (mimeo).

_____. Notas sobre crescimento, desenvolvimento e desigualdades no Brasil. In: BIASOTO JUNIOR, G.; SILVA, L. A. P. (orgs.). **Aporias para o planejamento público**. São Paulo: Fundap, 2013a.

_____. A retomada do crescimento e a migração no início do Século. In: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. S. (org.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo – Estudos Temáticos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013b.

_____. A redução da desigualdade e seus desafios. Texto para discussão 2031. Brasília/ Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2015.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, nº especial, p. 65-84, 1997.

DEDECCA, C.S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C.J.B.M. A Queda recente da Desigualdade: Relevâncias e Limites. Anais do XXXVI Encontro Nacional da ANPEC. Salvador: ANPEC, 2008.

DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M.; SOUZA, L. F. Una evaluación de la pobreza en Brasil, en un enfoque multidimensional. **Revista Sociedad y Equidad**, v. 1, p. 61-89, 2013.

DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M.; SOUZA, L. F. Desenvolvimento e equidade: Desafios do crescimento brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), São Paulo, n. 98, p. 23-41, mar. 2014.

DELGADO, G. C. (org.). **Avaliação socioeconomica e regional da Previdência social rural**. Brasília: IPEA, 1999.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA – DNOCS. Perímetros Públicos de Irrigação. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA – DNOCS. Perímetro Irrigado São Gonçalo. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/pb/sao_goncalo.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010 (nota técnica). Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2010/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf> >. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (org.) **Desenvolvimento em debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Livro 3. Rio de Janeiro: Mauad / BNDES, 2002.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FIEPE. **Proposta de política industrial para o Estado de Pernambuco**. Recife: Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, 2013.

FEITOSA, E. A. N. et al. (2003) Panorama do potencial eólico no Brasil. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf)>. Acesso em 10 de abril de 2014.

FERNANDES, C. M. Educação superior e o desafio do desenvolvimento regional da Bahia. Bahia: Análise & Dados, Salvador, v. 26, n. 1, p 189-204, jan./jun. 2016.

FURTADO, C. (1959). **Formação Econômica do Brasil**. 31ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____ (1989). A fantasia desfeita. In: FURTADO, C. **Obra autobiográfica**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, F. R. G. ; FURTADO, R. C. **Inserção Regional Sustentável de Usinas Hidroelétricas**. 1. ed. Belo Horizonte: CEMIG, 2016.

GALVÃO, O. J. A. Inserção comercial da economia do Nordeste no exterior e no Brasil e proposição de políticas. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza, CE: IICA/BNB, 2014.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1994.

GOMES, G. M. Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza, CE: IICA/BNB, 2014. (mimeo).

GRANBIO. Bioenergia. Disponível em: < <http://www.granbio.com.br/conteudos/bioenergia/>>. Acesso em: 08 de outubro de 2015.

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2ª. Edição. Recife, 1967. Disponível em: < <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

GUIMARÃES, P. F.; FELIX, F. C. de A. G.; AGUIAR, R. A. de; CARVALHOSA, A. C. V. L.; SIQUEIRA, T. V. de. Atuação do BNDES na Região Nordeste. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

GUIMARÃES NETO, L. **O emprego urbano no Nordeste: situação atual e evolução recente 1950/1970**. Recife: BNB, ETENE, GEDUR, 1976.

_____. **Introdução a formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

_____. O mercado de trabalho na década perdida. **São Paulo em Perspectiva**, 4 (3/4), p. 6-15, jun./dez. 1990.

_____ (1998) . As grandes tendências da economia e do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/projetos/SUDENE/grandesTendenciasEconomia.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

_____. As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil dos anos 1990. In: KON, Anita (org.) **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. Redução das desigualdades regionais. (Nota técnica). In: MELO, L. C. P. de; SANTOS, M. de M.; GALVÃO, A. C. F. (Coord.). **Brasil 2003-2010: trajetórias e resultados**. Brasília: CGEE; Recife: CEPLAN, 2010a. (mimeo).

_____. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: Favareto, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010b.

_____. Notas sobre os impactos sociais da evolução econômica recente do Nordeste. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988. Disponível em: <

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V04A02.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

_____. Desafios para uma política nacional de desenvolvimento regional. Entrevista especial com Leonardo Guimarães Neto. **Rev. Políticas Públicas**, São Luís MA, v.16, n.1, jan./jun. 2012.

_____. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

HICKS, J. R. **Value and capital**. Oxford: Clarendon Press, 1939.

HICKS, J. R. The valuation of the social income. **Economica**, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, v. 7, n. 26, May, 1940.

HICKS, J. R. The valuation of the social income-a comment on Professor Kuznets' reflections. **Economica**, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, v. 15, n. 59, Aug, 1948.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 277-294, 1995.

_____. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas unidades da federação. **Revista EconomiA**, v. 6, n. 2, p. 255-289, 2005.

_____. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões entre 1997 e 2005. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. V II, cap.15, pp. 17-40. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Departamento de Geografia. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. V. 1. Rio de Janeiro, IBGE: 1990.

_____. **Descrição das variáveis – Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, IBGE: 2012.

_____. **Contas regionais do Brasil: 2010-2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA. Comunicados do IPEA – Análise preliminar dos dados do Censo 2010, nº 68, dez. 2010. Brasília: IPEA, 2010.

KUZNETS, S On the valuation of social income-reflections on Professor Hicks – Part I. **Economica**, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, v. 15, n. 57, Feb, 1948a.

KUZNETS, S. On the valuation of social income-reflections on Professor Hicks – Part II. **Economica**, New Series, London, Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science.v. 15, n. 58, May, 1948b.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, New York, American Economic Association, Vol. 45, n. 1, Mar, 1955.

KUZNETS, S. Concluding remarks. In: MOSS, M. **The measurement of economic and social performance**. National Bureau of Economics Research/Columbia University Press, New York, 1973.

KON, A. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 1 (105), pp. 130-146, jan./mar. de 2007.

_____. Atividades de serviços como indutoras do desenvolvimento. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 57-87, fev. de 2013.

LAPLANE, M. e SARTI, F. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: Carneiro, R. (org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Fapesp-Unesp, 2006.

LIMA, A. A. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2006.

LIMA, L. D.; MONTE, K. A.; MILITÃO, V. B. **Nordeste em mapas 2012**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LOPES, G. C. L. de A. **Uma análise da economia alagoana a partir dos impactos do processo de desconcentração produtiva nacional (1990-2010)**. Monografia. Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2014.

LYRA, M. R. S. de B. Projeções Demográficas para o Nordeste para 2022 (produto 3). Fortaleza: IICA/BNB, 2014. (mimeo).

MAGALHÃES, A. R. **Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste**. Brasília: IPEA, IPLAN, 1983.

MARTINS, A. L. de M. **Estado e força de trabalho no Nordeste: ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2004.

MARTINS, M. **O Nordeste que deu certo**. Recife: Editora Comunicarte, 1993.

MEDEIROS, C. A. Liberalização Comercial e Financeira e Seus Efeitos Sobre Crescimento, Emprego e Distribuição de Renda nos Países latino-americanos. **Revista de Economia Contemporânea**, nº 9 (3), p. 455-483. Rio de Janeiro, Setembro/Dezembro de 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento Regional em Crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2005.

MOREIRA, R. **Una Política de Industrialización: el nordeste brasileño**. Buenos Aires: Ediciones Siap-Planteos, 1976.

MOTTA, D. & DA MATA, D. (2008). População e PIB das cidades médias crescem mais que no resto do Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 19 de julho de 2010.

_____. A importância da cidade média. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, nº 47, p. 55, fev. 2009. Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, F de. **Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos**, nº 27, p. 67-92, jul. de 1990. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/61/20080624_a_metamorfose.pdf>.

OLIVEIRA, F. L. P. de. **Desenvolvimento capitalista e trajetórias empresariais em Pernambuco**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2014.

PAC / MPOG (2012). 11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso em janeiro de 2015.

PAC / MPOG (2014). 11º Balanço Completo do PAC 2 - 4 anos (2011-2014). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso em janeiro de 2015.

PETROBRAS. Projetos de Premium I e II foram cancelados antes de solicitação à ANP: resposta ao Globo. Blog Fatos e Dados. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/projetos-de-premium-i-e-ii-foram-cancelados-antes-de-solicitacao-a-anp-resposta-ao-globo.htm>>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

_____. Refinaria Potiguar Clara Camarão. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-potiguar-clara-camarao.htm>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2015.

PORTAL BRASIL. Governo vai investir R\$ 100 mi em cisternas no Nordeste. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/governo-vai-investir-r-100-mi-em-cisternas-no-nordeste>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Histórico. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 17 de julho de 2016.

RESENDE, G.M. et al. Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. Texto para discussão n. 2054. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2015.

RESENDE, G. M.; MAGALHÃES, J. C. Disparidades do produto interno bruto (PIB) per capita no Brasil: uma análise de convergência em diferentes escalas regionais (1970- 2008). Texto para Discussão, n. 1833. Brasília: IPEA, 2013.

SANTOS, J. P. C.; SILVA, K. M. G. C.; PEREIRA, S. B. M. Interiorização produtiva e novos vetores de crescimento econômico na Bahia. **Bahia: Análise & Dados**, v. 26, n. 1, p 109-120, jan./jun. 2016.

SIFFERT FILHO, N. F. et al. O BNDES e a questão energética e logística da Região Nordeste: os desafios da integração regional. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

SILVA, C. M.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. Policy Paper Nº 19, Centro de Políticas Públicas do Insper, São Paulo, ago. de 2016.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. de; ARAÚJO, J. B.; SILVA, F. J. F. Criação e destruição de empregos na indústria metropolitana do Nordeste. **Revista de Economia (Curitiba)**, v.40, p.71 - 96, 2014.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Non-spatial government policies and regional income inequality in Brazil. **Regional Studies**, v. 45, n. 4, p. 453-461, 2011.

SOUZA, A. do V. Limites e possibilidades de expansão do emprego num contexto de integração regional: o caso do Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1995.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R.; LIMA, J. F. DE; WADI, Y. M. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações (Campo Grande)**, vol.14, no.2, julho/dezembro de 2013. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122013000200011>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

THERY, H.; DE MELLO, N. A. Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial 30 Anos, p. 68-91, 2012.

TRIBUNA DA BAHIA. Nova fábrica de refrigerantes gera 500 vagas diretas na cidade de Alagoinhas. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/05/11/nova-fabrica-de-refrigerantes-gera-500-vagas-diretas-na-cidade-de-alagoinhas>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdades nos anos 2000: desafios para o desenvolvimento nacional brasileiro. In: VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas, 2013, São Paulo. Anais do VII Congresso Latino Americano de Estudos do Trabalho, 2013.

_____. **Desigualdade Multidimensional: Uma abordagem keynesiana para o seu enfrentamento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

VALE. Fertilizantes. Disponível em: < <http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/fertilizers/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VITAL, T. W.; DROUVOT, H; SAMPAIO, Y. (2008) Avicultura integrada e estratégias de mercado de grandes empresas em Pernambuco. Apresentação oral na XLVI Congresso da SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/886.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

ANEXO METODOLÓGICO

Anexo 1.1 – Organização territorial do Nordeste e mudanças no período de 2000 a 2010

A região Nordeste era composta por 9 unidades da federação, 42 mesorregiões e 188 microrregiões, tanto em 2000 quanto em 2010. É possível identificar também 12 regiões metropolitanas e 2 RIDES. Para maiores detalhes, ver os quadros 1, 2 e 3.

Quadro A1 – Unidades da Federação e Mesorregiões Nordestinas

Código UF	Unidade da Federação	Código Mesorregião	Nome Mesorregião
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense
		2102	Oeste Maranhense
		2103	Centro Maranhense
		2104	Leste Maranhense
		2105	Sul Maranhense
22	Piauí	2201	Norte Piauiense
		2202	Centro-Norte Piauiense
		2203	Sudoeste Piauiense
		2204	Sudeste Piauiense
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense
		2302	Norte Cearense
		2303	Metropolitana de Fortaleza
		2304	Sertões Cearenses
		2305	Jaguaribe
		2306	Centro-Sul Cearense
		2307	Sul Cearense
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar
		2402	Central Potiguar
		2403	Agreste Potiguar
		2404	Leste Potiguar
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano
		2502	Borborema
		2503	Agreste Paraibano
		2504	Mata Paraibana
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano
		2602	São Francisco Pernambucano
		2603	Agreste Pernambucano
		2604	Mata Pernambucana
		2605	Metropolitana de Recife

Código UF	Unidade da Federação	Código Mesorregião	Nome Mesorregião
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano
		2702	Agreste Alagoano
		2703	Leste Alagoano
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano
		2802	Agreste Sergipano
		2803	Leste Sergipano
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano
		2902	Vale São-Franciscano da Bahia
		2903	Centro Norte Baiano
		2904	Nordeste Baiano
		2905	Metropolitana de Salvador
		2906	Centro Sul Baiano
		2907	Sul Baiano

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Quadro A2 – Unidades da Federação e Microrregiões Nordestinas

Código UF	Unidade da Federação	Código Microrregião	Nome Microrregião
21	Maranhão	21001	Litoral Ocidental Maranhense – MA
		21002	Aglomeracão Urbana de São Luís – MA
		21003	Rosário – MA
		21004	Lençóis Maranhenses – MA
		21005	Baixada Maranhense – MA
		21006	Itapecuru Mirim – MA
		21007	Gurupi – MA
		21008	Pindaré – MA
		21009	Imperatriz – MA
		21010	Médio Mearim – MA
		21011	Alto Mearim e Grajaú – MA
		21012	Presidente Dutra – MA
		21013	Baixo Parnaíba Maranhense – MA
		21014	Chapadinha – MA
		21015	Codó – MA
		21016	Coelho Neto – MA
		21017	Caxias – MA
		21018	Chapadas do Alto Itapecuru – MA
		21019	Porto Franco – MA
		21020	Gerais de Balsas – MA
		21021	Chapadas das Mangabeiras – MA
22	Piauí	22001	Baixo Parnaíba Piauiense – PI
		22002	Litoral Piauiense – PI
		22003	Teresina – PI
		22004	Campo Maior – PI
		22005	Médio Parnaíba Piauiense – PI
		22006	Valença do Piauí – PI

Código UF	Unidade da Federação	Código Microrregião	Nome Microrregião
22	Piauí	22007	Alto Parnaíba Piauiense – PI
		22008	Bertolândia – PI
		22009	Floriano – PI
		22010	Alto Médio Gurguéia – PI
		22011	São Raimundo Nonato – PI
		22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense – PI
		22013	Picos – PI
		22014	Pio IX – PI
		22015	Alto Médio Canindé – PI
23	Ceará	23001	Litoral de Camocim e Acaraú – CE
		23002	Ibiapaba – CE
		23003	Coreaú – CE
		23004	Meruoca – CE
		23005	Sobral – CE
		23006	Ipu – CE
		23007	Santa Quitéria – CE
		23008	Itapipoca – CE
		23009	Baixo Curu – CE
		23010	Uruburetama – CE
		23011	Médio Curu – CE
		23012	Canindé – CE
		23013	Baturité – CE
		23014	Chorozinho – CE
		23015	Cascavel – CE
		23016	Fortaleza – CE
		23017	Pacajus – CE
		23018	Sertão de Cratêus - CE
		23019	Sertão de Quixeramobim - CE
		23020	Sertão de Inhamuns - CE
		23021	Sertão de Senador Pompeu - CE
		23022	Litoral de Aracati - CE
		23023	Baixo Jaguaribe – CE
		23024	Médio Jaguaribe - CE
		23025	Serra do Pereiro - CE
		23026	Iguatu – CE
		23027	Várzea Alegre – CE
		23028	Lavras da Mangabeira - CE
		23029	Chapada do Araripe - CE
		23030	Caririaçu – CE
		23031	Barro – CE
		23032	Cariri – CE
		23033	Brejo Santo – CE
24	Rio Grande do Norte	24001	Mossoró – RN
		24002	Chapada do Apodi - RN
		24003	Médio Oeste – RN
		24004	Vale do Açu – RN

Código UF	Unidade da Federação	Código Microrregião	Nome Microrregião
24	Rio Grande do Norte	24005	Serra de São Miguel – RN
		24006	Pau dos Ferros – RN
		24007	Umarizal – RN
		24008	Macau – RN
		24009	Angicos – RN
		24010	Serra de Santana – RN
		24011	Seridó Ocidental – RN
		24012	Seridó Oriental – RN
		24013	Baixa Verde – RN
		24014	Borborema Potiguar – RN
		24015	Agreste Potiguar – RN
		24016	Litoral Nordeste – RN
		24017	Macaíba – RN
		24018	Natal – RN
		24019	Litoral Sul – RN
25	Paraíba	25001	Catolé do Rocha – PB
		25002	Cajazeiras – PB
		25003	Sousa – PB
		25004	Patos – PB
		25005	Piancó – PB
		25006	Itaporanga – PB
		25007	Serra do Teixeira – PB
		25008	Seridó Ocidental Paraibano – PB
		25009	Seridó Oriental Paraibano – PB
		25010	Cariri Ocidental – PB
		25011	Cariri Oriental – PB
		25012	Curimataú Ocidental – PB
		25013	Curimataú Oriental – PB
		25014	Esperança – PB
		25015	Brejo Paraibano – PB
		25016	Guarabira – PB
		25017	Campina Grande – PB
		25018	Itabaiana – PB
		25019	Umbuzeiro – PB
		25020	Litoral Norte – PB
26	Pernambuco	25021	Sapé – PB
		25022	João Pessoa – PB
		25023	Litoral Sul – PB
		26001	Araripina – PE
		26002	Salgueiro – PE
		26003	Pajeú – PE
		26004	Sertão do Moxotó – PE
		26005	Petrolina – PE
26	Pernambuco	26006	Itaparica – PE
		26007	Vale do Ipanema – PE
		26008	Vale do Ipojuca – PE

Código UF	Unidade da Federação	Código Microrregião	Nome Microrregião
26	Pernambuco	26009	Alto Capibaribe – PE
		26010	Médio Capibaribe – PE
		26011	Garanhuns – PE
		26012	Brejo Pernambucano – PE
		26013	Mata Setentrional Pernambucana – PE
		26014	Vitória de Santo Antão – PE
		26015	Mata Meridional Pernambucana – PE
		26016	Itamaracá – PE
		26017	Recife – PE
		26018	Suape – PE
		26019	Fernando de Noronha – PE
27	Alagoas	27001	Serrana do Sertão Alagoano - AL
		27002	Alagoana do Sertão do São Francisco - AL
		27003	Santana do Ipanema - AL
		27004	Batalha - AL
		27005	Palmeira dos Índios - AL
		27006	Arapiraca - AL
		27007	Traipu - AL
		27008	Serrana dos Quilombos - AL
		27009	Mata Alagoana - AL
		27010	Litoral Norte Alagoano - AL
		27011	Maceió - AL
		27012	São Miguel dos Campos - AL
		27013	Penedo - AL
28	Sergipe	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco - SE
		28002	Carira - SE
		28003	Nossa Senhora das Dores - SE
		28004	Agreste de Itabaiana - SE
		28005	Tobias Barreto – SE
		28006	Agreste de Lagarto – SE
		28007	Propriá – SE
		28008	Cotinguiba – SE
		28009	Japaratuba – SE
		28010	Baixo Cotinguiba – SE
		28011	Aracaju – SE
		28012	Boquim – SE
		28013	Estância – SE
29	Bahia	29001	Barreiras – BA
		29002	Cotegipe – BA
		29003	Santa Maria da Vitória – BA
		29004	Juazeiro – BA
		29005	Paulo Afonso – BA
		29006	Barra – BA
		29007	Bom Jesus da Lapa – BA
		29008	Senhor do Bonfim – BA
		29009	Irecê – BA

Código UF	Unidade da Federação	Código Microrregião	Nome Microrregião
29	Bahia	29010	Jacobina – BA
		29011	Itaberaba – BA
		29012	Feira de Santana – BA
		29013	Jeremoabo – BA
		29014	Euclides da Cunha – BA
		29015	Ribeira do Pombal – BA
		29016	Serrinha – BA
		29017	Alagoinhas – BA
		29018	Entre Rios – BA
		29019	Catu – BA
		29020	Santo Antônio de Jesus – BA
		29021	Salvador – BA
		29022	Boquira – BA
		29023	Seabra – BA
		29024	Jequié – BA
		29025	Livramento do Brumado – BA
		29026	Guanambi – BA
		29027	Brumado – BA
		29028	Vitória da Conquista – BA
		29029	Itapetinga – BA
		29030	Valença – BA
		29031	Ilhéus-Itabuna – BA
		29032	Porto Seguro – BA

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Quadro A3 - Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de desenvolvimento (RIDES) nordestinas

Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou RIDES em 2010			Observações sobre as Leis das RMs	
Região Metropolitana e RIDE	Código Município	Nome Município	Legislação	Data Lei
RM Grande São Luís	2100204	ALCÂNTARA	Lei Complementar 069	23.12.2003
	2111300	SÃO LUÍS	Lei Complementar 038	12 .01.1998
	2111201	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Lei Complementar 038	12 .01.1998
	2107506	PAÇO DO LUMIAR	Lei Complementar 038	12 .01.1998
	2109452	RAPOSA	Lei Complementar 038	12 .01.1998
RM Sudoeste Maranhense	2102358	BURITIRANA	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2103752	DAVINÓPOLIS	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2104552	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2105302	IMPERATRIZ	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2105500	JOÃO LISBOA	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2107001	MONTES ALTOS	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2109551	RIBAMAR FIQUENE	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2111763	SENADOR LA ROCQUE	Lei Complementar 89	17.11.2005
	2301901	BARBALHA	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2303204	CARIRIAÇU	Lei Complementar 078	26.06.2009

Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou RIDES em 2010			Observações sobre as Leis das RMs	
Região Metropolitana e RIDE	Código Município	Nome Município	Legislação	Data Lei
RM Cariri	2304202	CRATO	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2304301	FARIAS BRITO	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2307106	JARDIM	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2307304	JUAZEIRO DO NORTE	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2308401	MISSÃO VELHA	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2309201	NOVA OLINDA	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2312106	SANTANA DO CARIRI	Lei Complementar 078	26.06.2009
RM Fortaleza	2301000	AQUIRAZ	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2303709	CAUCAIA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2304400	FORTALEZA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2307700	MARANGUAPE	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2309706	PACATUBA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2307650	MARACANAÚ	Lei Complementar 052 (Federal)	16.04.1986
	2303956	CHOROZINHO	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2304285	EUZÉBIO	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2304954	GUAIÚBA	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2305233	HORIZONTE	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2306256	ITAITINGA	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2309607	PACAJUS	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2312403	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Lei Complementar 018	29.12.1999
	2303501	CASCADEL	Lei Complementar 078	26.06.2009
	2310852	PINDORETAMA	Lei Complementar 078	26.06.2009
RM Natal	2402600	CEARÁ-MIRIM	Lei Complementar 152	16.01.1997
	2403608	EXTREMOZ	Lei Complementar 152	16.01.1997
	2407104	MACAÍBA	Lei Complementar 152	16.01.1997
	2408102	NATAL	Lei Complementar 152	16.01.1997
	2403251	PARNAMIRIM	Lei Complementar 152	16.01.1997
	2412005	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Lei Complementar 152	16.01.1997
	2412203	SÃO JOSÉ DE MIBIPÚ	Lei Complementar 221	10.01.2002
	2408201	NÍZIA FLORESTA	Lei Complementar 221	10.01.2002
	2407807	MONTE ALEGE	Inclusão de município - Lei Complementar nº 315	30.11.2005
	2414803	VERA CRUZ	Lei Complementar nº 391	22.07.2009
RM João Pessoa	2500601	ALHANDRA	Inclusão de município - Lei Complementar 90	23.09.2009
	2501807	BAYEUX	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2503001	CAAPORÃ	Inclusão de município - Lei Complementar 90	23.09.2009
	2503209	CABEDELO	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2504603	CONDE	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2504900	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2507507	JOÃO PESSOA	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2508604	LUCENA	Lei Complementar nº59	30.12.2003

Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou RIDES em 2010			Observações sobre as Leis das RMs	
Região Metropolitana e RIDE	Código Município	Nome Município	Legislação	Data Lei
RM de João Pessoa	2508901	MAMANGUAPE	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2511202	PEDRAS DE FOGO	Inclusão de município - Lei Complementar 93	11.12.2009
	2511905	PITIMBÚ	Inclusão de município - Lei Complementar 90	23.09.2009
	2512903	RIO TINTO	Lei Complementar nº59	30.12.2003
	2513703	SANTA RITA	Lei Complementar nº59	30.12.2003
RM Campina Grande	2500403	ALAGOA NOVA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2500536	ALCANTIL	Lei Complementar 95	09.07.2010
	2501203	AREIAL	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2501302	AROEIRAS	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2501575	BARRA DE SANTANA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2502151	BOA VISTA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2502508	BOQUEIRÃO	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2504009	CAMPINA GRANDE	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2504355	CATURITÉ	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2506004	ESPERANÇA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2506103	FAGUNDES	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2506251	GADO BRAVO	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2506806	INGÁ	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2507200	ITATUBA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2508307	LAGOA SECA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2509206	MASSARANDUBA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2509339	MATINHAS	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2509503	MONTADAS	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2509909	NATUBA	Lei Complementar 95	09.07.2010
	2512002	POCINHOS	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2512408	PUXINANÃ	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2512507	QUEIMADAS	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2512705	REMÍGIO	Lei Complementar 95	09.07.2010
	2512754	RIACHÃO DO BACAMARTE	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2513158	SANTA CECÍLIA	Lei Complementar 95	09.07.2010
	2515104	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2515807	SERRA REDONDA	Lei Complementar 92	11.12.2009
	2517001	UMBUZEIRO	Lei Complementar 95	09.07.2010
RM Recife	2601052	ARAÇOIABA	Inclusão por desmembramento	01.01.1997
	2600054	ABREU E LIMA	Lei Complementar 010	06.01.1994
	2603454	CAMARAGIBE	Lei Complementar 010	06.01.1994
	2607208	IPOJUCA	Lei Complementar 010	06.01.1994
	2607752	ITAPISSUMA	Lei Complementar 010	06.01.1994
	2602902	CABO DE SANTO AGOSTINHO	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2606804	IGARASSU	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973

Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou RIDES em 2010			Observações sobre as Leis das RMs	
Região Metropolitana e RIDE	Código Município	Nome Município	Legislação	Data Lei
RM Recife	2607604	ILHA DE ITAMARACÁ	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2607901	JABOATÃO DOS GUARARAPES	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2609402	MORENO	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2609600	OLINDA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2610707	PAULISTA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2611606	RECIFE	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2613701	SÃO LOURENÇO DA MATA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
RM Maceió	2700508	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2700607	BARRA DE SÃO MIGUEL	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2702207	COQUEIRO SÊCO	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2704302	MACEIÓ	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2704708	MARECHAL DEODORO	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2705200	MESSIAS	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2706448	PARIPUEIRA	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2706901	PILAR	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2707701	RIO LARGO	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2707909	SANTA LUZIA DO NORTE	Lei Complementar 018	19.11.1998
RM Agreste	2708907	SATUBA	Lei Complementar 018	19.11.1998
	2700300	ARAPIRACA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2700805	BELÉM	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2701506	CAMPO GRANDE	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2702009	COITÉ DO NÓIA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2702355	CRAÍBAS	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2702553	ESTRELA DE ALAGOAS	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2702603	FEIRA GRANDE	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2702900	GIRAU DO PONCIANO	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2703106	IGACI	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2703700	JARAMATAIA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2704005	JUNQUEIRO	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2704104	LAGOA DA CANOA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2704203	LIMOEIRO DE ANADIA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2705903	OLHO D'ÁGUA GRANDE	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2706307	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2708204	SÃO BRÁS	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2708808	SÃO SEBASTIÃO	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2709004	TANQUE D'ARCA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2709103	TAQUARANA	Lei Complementar 27	30.11.2009
	2709202	TRAIPU	Lei Complementar 27	30.11.2009
RM Aracaju	2800308	ARACAJU	Lei Complementar 025 - Alterada pela Lei Complementar nº 86 de 25.08.2003	29.12.1995
	2800605	BARRA DOS COQUEIROS	Lei Complementar 025 - Alterada pela Lei Complementar nº 86 de 25.08.2003	29.12.1996

Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou RIDES em 2010			Observações sobre as Leis das RMs	
Região Metropolitana e RIDE	Código Município	Nome Município	Legislação	Data Lei
	2804805	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Lei Complementar 025 - Alterada pela Lei Complementar nº 86 de 25.08.2003	29.12.1997
	2806701	SÃO CRISTOVÃO	Lei Complementar 025 - Alterada pela Lei Complementar nº 86 de 25.08.2003	29.12.1998
RM Salvador	2910057	DIAS D'ÁVILA	Inclusão por desmembramento	01.01.1986
	2919926	MADRE DE DEUS	Inclusão por desmembramento	01.01.1990
	2921005	MATA DE SÃO JOÃO	Lei Complementar nº 30	03.01.2008
	2929503	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	Lei Complementar nº 30	03.01.2008
	2905701	CAMAÇARI	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2906501	CANDEIAS	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2916104	ITAPARICA	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2919207	LAURO DE FREITAS	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2925204	POJUCA	Lei Complementar 32	22.01.2009
	2927408	SALVADOR	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2929206	SÃO FRANCISCO DO CONDE	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2930709	SIMÕES FILHO	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
	2933208	VERA CRUZ	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
RIDE TERESINA - Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina	2200400	ALTOS	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2201606	BENEDITINOS	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2202737	COIVARAS	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2203255	CURRALINHO	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2203305	DEMERVAL LOBÃO	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2205508	JOSÉ DE FREITAS	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2205557	LAGOA ALEGRE	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2205581	LAGOA DO PIAUÍ	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2206308	MIGUEL LEÃO	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2206407	MONSENHOR GIL	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001

Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou RIDES em 2010			Observações sobre as Leis das RMs	
Região Metropolitana e RIDE	Código Município	Nome Município	Legislação	Data Lei
RIDE TERESINA - Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina	2206720	NAZÁRIA	Desmembrado do município de Teresina pela Lei Estadual nº 4810 e instalado em 01.01.2009	14.11.1995
	2211001	TERESINA	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2211100	UNIÃO	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
	2112209	TIMON	DECRETO Nº 4.367 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 112	19.09.2001
RIDE Petrolina/Juazeiro Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA	2608750	LAGOA GRANDE	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2609808	OROCÓ	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2611101	PETROLINA	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2612604	SANTA MARIA DA BOA VISTA	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2907202	CASA NOVA	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2909901	CURAÇÁ	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2918407	JUAZEIRO	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001
	2930774	SOBRADINHO	DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar Nº 113	19.09.2001

Fonte: Composição das RMs, RIDES e Aglomerações Urbanas em 2010 elaborado pela Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia do IBGE.

Ao longo dos anos 2000, diferentemente da tendência observada nos anos 1990, poucos municípios foram criados na região Nordeste. De acordo com o IBGE, apenas sete municípios foram instituídos nesse período, dos quais três foram no Piauí, um no Rio Grande do Norte, um em Alagoas e dois na Bahia, como se observa no Quadro 4.

De acordo com a análise dos desmembramentos que proporcionaram a instalação desses novos municípios, foi possível verificar que todos os municípios criados entre 2000 e 2010 pertencem às

mesmas microrregiões e mesorregiões dos antigos municípios, não interferindo, assim, no recorte regional desenvolvido ao longo desse estudo.

Quadro A4 – Municípios criados entre 2000 e 2010 no Nordeste

Código UF	Unidade da Federação	Código Mesor-região	Nome Mesor-região	Código Micror-região	Nome Microrregião	Código Município	Nome Município	Observação
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2200954	Aroeiras do Itaim	Desmembrado de Picos
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2206720	Nazária	Desmembrado de Teresina
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2207793	Pau D'Arco do Piauí	Desmembrado de Altos
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2406155	Jundiá	Desmembrado de Várzea
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2703759	Jequiá da Praia	Desmembrado de São Miguel dos Campos e Coruripe
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2903276	Barrocas	Desmembrado de Serrinha
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2919553	Luís Eduardo Magalhães	Desmembrado de Barreiras

Fonte: IBGE – Censo Demográfico e IBGE cidades. Elaboração própria.

Por último, destaca-se o Quadro 5 com as 9 unidades federativas, 42 mesorregiões, 188 microrregiões e 1794 municípios que compõem o Nordeste em 2010, segundo divisão territorial disponível na documentação do Censo Demográfico de 2010.

Quadro A5 - Mesorregiões, Microrregiões e Municípios do Nordeste, com respectivos códigos, segundo as Unidades da Federação

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2100204	Alcântara
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2100832	Apicum-Açu
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2101301	Bacuri
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2101350	Bacurituba
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2101905	Bequimão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2102408	Cajapió
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2103109	Cedral
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2103125	Central do Maranhão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2103703	Cururupu
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2104909	Guimarães
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2106805	Mirinzal
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2109056	Porto Rico do Maranhão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21001	Litoral Ocidental Maranhense	2111789	Serrano do Maranhão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21002	Aglomeração Urbana de São Luís	2107506	Paço do Lumiar
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21002	Aglomeração Urbana de São Luís	2109452	Raposa
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21002	Aglomeração Urbana de São Luís	2111201	São José de Ribamar
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21002	Aglomeração Urbana de São Luís	2111300	São Luís
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2101103	Axixá
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2101251	Bacabeira
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2102374	Cachoeira Grande
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2105104	Icatu
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2107100	Morros
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2109205	Presidente Juscelino
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2109601	Rosário
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21003	Rosário	2110203	Santa Rita
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21004	Lençóis Maranhenses	2101707	Barreirinhas
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21004	Lençóis Maranhenses	2105005	Humberto de Campos
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21004	Lençóis Maranhenses	2108058	Paulino Neves
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21004	Lençóis Maranhenses	2109403	Primeira Cruz
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21004	Lençóis Maranhenses	2110278	Santo Amaro do Maranhão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21004	Lençóis Maranhenses	2112506	Tutóia
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2100709	Anajatuba
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2101004	Arari
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2101772	Bela Vista do Maranhão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2102507	Cajari
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2103554	Conceição do Lago-Açu
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2105153	Igarapé do Meio
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2106508	Matinha
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2106904	Monção
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2107456	Olinda Nova do Maranhão
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2107605	Palmeirândia
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2108256	Pedro do Rosário
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2108306	Penalva
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2108405	Peri Mirim
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2108603	Pinheiro
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2109270	Presidente Sarney
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2109809	Santa Helena
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2110500	São Bento
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2111003	São João Batista
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2111706	São Vicente Ferrer
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2112803	Viana

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21005	Baixada Maranhense	2112902	Vitória do Mearim
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2102705	Cantanhede
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2105401	Itapecuru Mirim
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2106631	Matões do Norte
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2106755	Miranda do Norte
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2107209	Nina Rodrigues
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2108801	Pirapemas
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2109304	Presidente Vargas
21	Maranhão	2101	Norte Maranhense	21006	Itapecuru Mirim	2112704	Vargem Grande
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2100550	Amapá do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2101970	Boa Vista do Gurupi
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2102606	Cândido Mendes
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2102903	Carutapera
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2103158	Centro do Guilherme
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2103174	Centro Novo do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2104305	Godofredo Viana
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2104677	Governador Nunes Freire
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2105658	Junco do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2106201	Luís Domingues
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2106326	Maracaçumé
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2106375	Maranhãozinho
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2112407	Turiação
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21007	Gurupi	2112456	Turilândia
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2100402	Altamira do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2100477	Alto Alegre do Pindaré
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2100873	Araguanã
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2102002	Bom Jardim
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2102036	Bom Jesus das Selvas
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2102150	Brejo de Areia
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2102325	Burititupu
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2104651	Governador Newton Bello
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2105708	Lago da Pedra
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2105963	Lagoa Grande do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2106359	Marajá do Sena
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2107357	Nova Olinda do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2108108	Paulo Ramos
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2108504	Pindaré-Mirim
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2109239	Presidente Médici
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2109908	Santa Inês
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2110005	Santa Luzia
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2110039	Santa Luzia do Paruá
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2111029	São João do Carú
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2112274	Tufilândia
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2113009	Vitorino Freire
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21008	Pindaré	2114007	Zé Doca
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2100600	Amarante do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2102358	Buritirana
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2103257	Cidelândia
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2103752	Davinópolis
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2104552	Governador Edison Lobão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2105302	Imperatriz
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2105427	Itinga do Maranhão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2105500	João Lisboa
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2105989	Lajeado Novo

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2107001	Montes Altos
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2109551	Ribamar Fiquene
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2110856	São Francisco do Brejão
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2111532	São Pedro da Água Branca
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2111763	Senador La Rocque
21	Maranhão	2102	Oeste Maranhense	21009	Imperatriz	2112852	Vila Nova dos Martírios
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2101202	Bacabal
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2101939	Bernardo do Mearim
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2102077	Bom Lugar
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2104008	Esperantinópolis
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2105203	Igarapé Grande
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2105807	Lago do Junco
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2105906	Lago Verde
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2105948	Lago dos Rodrigues
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2106003	Lima Campos
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2107407	Olho d'Água das Cunhãs
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2108207	Pedreiras
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2108702	Pio XII
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2108900	Poção de Pedras
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2110302	Santo Antônio dos Lopes
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2111409	São Luís Gonzaga do Maranhão
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2111508	São Mateus do Maranhão
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2111631	São Raimundo do Doca Bezerra
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2111672	São Roberto
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2111722	Satubinha
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21010	Médio Mearim	2112233	Trizidela do Vale
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2100956	Arame
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2101608	Barra do Corda
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2104081	Fernando Falcão
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2104099	Formosa da Serra Negra
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2104800	Grajaú
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2105351	Itaipava do Grajaú
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2105476	Jenipapo dos Vieiras
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2105609	Joselândia
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2109759	Santa Filomena do Maranhão
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2111805	Sítio Novo
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21011	Alto Mearim e Grajaú	2112308	Tuntum
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2103802	Dom Pedro
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2104206	Fortuna
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2104404	Gonçalves Dias
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2104503	Governador Archer
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2104602	Governador Eugênio Barros
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2104628	Governador Luiz Rocha
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2104701	Graça Aranha
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2109106	Presidente Dutra
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2110708	São Domingos do Maranhão
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2111250	São José dos Basílios
21	Maranhão	2103	Centro Maranhense	21012	Presidente Dutra	2111748	Senador Alexandre Costa
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21013	Baixo Parnaíba Maranhense	2100154	Água Doce do Maranhão
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21013	Baixo Parnaíba Maranhense	2100907	Araioses
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21013	Baixo Parnaíba Maranhense	2106300	Magalhães de Almeida
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21013	Baixo Parnaíba Maranhense	2110104	Santa Quitéria do Maranhão
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21013	Baixo Parnaíba Maranhense	2110237	Santana do Maranhão
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21013	Baixo Parnaíba Maranhense	2110609	São Bernardo

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2100808	Anapurus
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2101731	Belágua
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2102101	Brejo
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2102200	Buriti
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2103208	Chapadinha
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2106409	Mata Roma
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2106672	Milagres do Maranhão
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2110401	São Benedito do Rio Preto
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21014	Chapadinha	2112605	Urbano Santos
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21015	Codó	2100436	Alto Alegre do Maranhão
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21015	Codó	2102754	Capinzal do Norte
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21015	Codó	2103307	Codó
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21015	Codó	2103604	Coroatá
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21015	Codó	2108454	Peritoró
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21015	Codó	2112100	Timbiras
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21016	Coelho Neto	2100105	Afonso Cunha
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21016	Coelho Neto	2100303	Aldeias Altas
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21016	Coelho Neto	2103406	Coelho Neto
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21016	Coelho Neto	2103901	Duque Bacelar
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21017	Caxias	2102309	Buriti Bravo
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21017	Caxias	2103000	Caxias
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21017	Caxias	2106607	Matões
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21017	Caxias	2107803	Parnarama
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21017	Caxias	2111078	São João do Soter
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21017	Caxias	2112209	Timon
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2101509	Barão de Grajaú
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2103505	Colinas
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2105450	Jatobá
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2105922	Lagoa do Mato
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2106706	Mirador
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2107308	Nova Iorque
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2107704	Paraibano
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2107902	Passagem Franca
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2108009	Pastos Bons
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2110906	São Francisco do Maranhão
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2111102	São João dos Patos
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2111904	Sucupira do Norte
21	Maranhão	2104	Leste Maranhense	21018	Chapadas do Alto Itapecuru	2111953	Sucupira do Riachão
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21019	Porto Franco	2102556	Campestre do Maranhão
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21019	Porto Franco	2102804	Carolina
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21019	Porto Franco	2104057	Estreito
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21019	Porto Franco	2109007	Porto Franco
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21019	Porto Franco	2111052	São João do Paraíso
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21019	Porto Franco	2111573	São Pedro dos Crentes
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21020	Gerais de Balsas	2100501	Alto Parnaíba
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21020	Gerais de Balsas	2101400	Balsas
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21020	Gerais de Balsas	2104073	Feira Nova do Maranhão
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21020	Gerais de Balsas	2109502	Riachão
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21020	Gerais de Balsas	2112001	Tasso Fragoso
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2101806	Benedito Leite
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2104107	Fortaleza dos Nogueiras
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2106102	Loreto
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2107258	Nova Colinas
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2109700	Sambaíba

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2110658	São Domingos do Azeitão
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2110807	São Félix de Balsas
21	Maranhão	2105	Sul Maranhense	21021	Chapadas das Mangabeiras	2111607	São Raimundo das Mangabeiras
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2201200	Barras
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2201507	Batalha
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2201770	Boa Hora
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2201960	Brasileira
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2202059	Cabeceiras do Piauí
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2202174	Campo Largo do Piauí
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2203701	Esperantina
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2205409	Joaquim Pires
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2205458	Joca Marques
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2205805	Luzilândia
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2205854	Madeiro
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2206100	Matias Olímpio
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2206209	Miguel Alves
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2206670	Morro do Chapéu do Piauí
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2206803	Nossa Senhora dos Remédios
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2208403	Piripiri
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2208502	Porto
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22001	Baixo Parnaíba Piauiense	2209971	São João do Arraial
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2201919	Bom Princípio do Piauí
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2202000	Buriti dos Lopes
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2202083	Cajueiro da Praia
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2202539	Caraúbas do Piauí
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2202653	Caxingó
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2202703	Cocal
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2202729	Cocal dos Alves
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2204659	Ilha Grande
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2205706	Luís Correia
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2206696	Murici dos Portelas
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2207702	Parnaíba
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2208304	Piracuruca
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2209872	São João da Fronteira
22	Piauí	2201	Norte Piauiense	22002	Litoral Piauiense	2210052	São José do Divino
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2200400	Altos
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2201606	Benedictinos
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2202737	Coivaras
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2203255	Curralinhos
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2203305	Demerval Lobão
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2205508	José de Freitas
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2205557	Lagoa Alegre
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2205581	Lagoa do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2206308	Miguel Leão
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2206407	Monsenhor Gil
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2206720	Nazária
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2207793	Pau D'Arco do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2211001	Teresina
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22003	Teresina	2211100	União
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2200301	Alto Longá
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2201051	Assunção do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2201945	Boqueirão do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2202026	Buriti dos Montes
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2202208	Campo Maior

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2202406	Capitão de Campos
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2202604	Castelo do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2202711	Cocal de Telha
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2203420	Domingos Mourão
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2205276	Jatobá do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2205516	Juazeiro do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2205573	Lagoa de São Francisco
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2206357	Milton Brandão
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2206753	Nossa Senhora de Nazaré
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2206951	Novo Santo Antônio
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2207900	Pedro II
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2209906	São João da Serra
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2210409	São Miguel do Tapuio
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22004	Campo Maior	2210656	Sigefredo Pacheco
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2200103	Agricolândia
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2200202	Água Branca
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2200509	Amarante
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2200608	Angical do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2201002	Arraial
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2201408	Barro Duro
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2204105	Francisco Ayres
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2204600	Hugo Napoleão
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2205250	Jardim do Mulato
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2205540	Lagoinha do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2207108	Olho D'Água do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2207504	Palmeirais
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2207751	Passagem Franca do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2208809	Regeneração
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2209450	Santo Antônio dos Milagres
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2209807	São Gonçalo do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22005	Médio Parnaíba Piauiense	2210508	São Pedro do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2200905	Aroazes
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2201176	Barra D'Alcântara
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2203503	Elesbão Veloso
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2204006	Francinópolis
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2204709	Inhuma
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2205599	Lagoa do Sítio
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2206902	Novo Oriente do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2208106	Pimenteiras
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2208601	Prata do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2209153	Santa Cruz dos Milagres
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2209609	São Félix do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2210383	São Miguel da Baixa Grande
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2211308	Valença do Piauí
22	Piauí	2202	Centro-Norte Piauiense	22006	Valença do Piauí	2211407	Várzea Grande
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22007	Alto Parnaíba Piauiense	2201150	Baixa Grande do Ribeiro
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22007	Alto Parnaíba Piauiense	2208908	Ribeiro Gonçalves
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22007	Alto Parnaíba Piauiense	2209203	Santa Filomena
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22007	Alto Parnaíba Piauiense	2211209	Uruçuí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolínia	2200806	Antônio Almeida
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolínia	2201705	Bertolínia
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolínia	2202752	Colônia do Gurguéia
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolínia	2203602	Eliseu Martins
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolínia	2205607	Landri Sales

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolândia	2205904	Manoel Emídio
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolândia	2206001	Marcos Parente
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolândia	2208551	Porto Alegre do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22008	Bertolândia	2210631	Sebastião Leal
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2202251	Canavieira
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2203800	Flores do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2203909	Floriano
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2204501	Guadalupe
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2205102	Itaueira
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2205300	Jerumenha
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2206704	Nazaré do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2207850	Pavussu
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2209005	Rio Grande do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2209708	São Francisco do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2210102	São José do Peixe
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22009	Floriano	2210391	São Miguel do Fidalgo
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2200459	Alvorada do Gurguéia
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2201309	Barreiras do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2201903	Bom Jesus
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2203107	Cristino Castro
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2203230	Currais
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2204402	Gilbués
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2206605	Monte Alegre do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2207405	Palmeira do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2208700	Redenção do Gurguéia
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2209302	Santa Luz
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22010	Alto Médio Gurguéia	2209757	São Gonçalo do Gurguéia
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2200707	Anísio de Abreu
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2201929	Bonfim do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2201988	Brejo do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2202307	Canto do Buriti
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2202505	Caracol
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2202851	Coronel José Dias
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2203354	Dirceu Arcoverde
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2203453	Dom Inocêncio
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2203750	Fartura do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2204550	Guaribas
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2205532	Jurema
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2207355	Pajeú do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2209559	São Braz do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2210359	São Lourenço do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2210607	São Raimundo Nonato
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2210953	Tamboril do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22011	São Raimundo Nonato	2211357	Várzea Branca
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2201101	Avelino Lopes
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2202901	Corrente
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2203008	Cristalândia do Piauí
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2203206	Curimatá
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2205524	Júlio Borges
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2206654	Morro Cabeça no Tempo
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2207603	Parnaguá
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2208858	Riacho Frio
22	Piauí	2203	Sudoeste Piauiense	22012	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	2210623	Sebastião Barros
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2200954	Aroeiras do Itaim

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2201804	Bocaina
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2202075	Cajazeiras do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2202778	Colônia do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2203404	Dom Expedito Lopes
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2204352	Geminiano
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2204808	Ipiranga do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2207009	Oeiras
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2207553	Paquetá
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2208007	Picos
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2209104	Santa Cruz do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2209351	Santana do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2209377	Santa Rosa do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2209856	São João da Canabrava
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2209955	São João da Varjota
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2210201	São José do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2210375	São Luís do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2210938	Sussuapara
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2210979	Tanque do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22013	Picos	2211704	Wall Ferraz
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2200251	Alagoinha do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2200277	Alegrete do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2204204	Francisco Santos
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2206506	Monsenhor Hipólito
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2208205	Pio IX
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2209401	Santo Antônio de Lisboa
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22014	Pio IX	2210300	São Julião
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2200053	Acauã
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2201556	Bela Vista do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2201572	Belém do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2201739	Betânia do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202091	Caldeirão Grande do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202109	Campinas do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202117	Campo Alegre do Fidalgo
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202133	Campo Grande do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202455	Capitão Gervásio Oliveira
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202554	Caridade do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2202802	Conceição do Canindé
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2203271	Curral Novo do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2203859	Floresta do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2204154	Francisco Macedo
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2204303	Fronteiras
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2204907	Isaías Coelho
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2205003	Itainópolis
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2205151	Jacobina do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2205201	Jaicós
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2205359	João Costa
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2205565	Lagoa do Barro do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2205953	Marcolândia
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2206050	Massapê do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2207207	Padre Marcos
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2207306	Paes Landim
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2207777	Patos do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2207801	Paulistana
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2207934	Pedro Laurentino

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2207959	Nova Santa Rita
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2208650	Queimada Nova
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2208874	Ribeira do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2209500	Santo Inácio do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2209658	São Francisco de Assis do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2210003	São João do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2210706	Simões
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2210805	Simplicio Mendes
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2210904	Socorro do Piauí
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2211506	Vera Mendes
22	Piauí	2204	Sudeste Piauiense	22015	Alto Médio Canindé	2211605	Vila Nova do Piauí
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2300200	Acaraú
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2302057	Barroquinha
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2302305	Bela Cruz
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2302602	Camocim
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2303907	Chaval
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2304251	Cruz
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2304707	Granja
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2306553	Itarema
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2307254	Jijoca de Jericoacoara
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2307809	Marco
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2307908	Martinópolis
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23001	Litoral de Camocim e Acaraú	2308906	Morrinhos
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2303402	Carnaubal
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2304236	Croatá
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2305001	Guaraciaba do Norte
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2305308	Ibiapina
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2312304	São Benedito
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2313401	Tianguá
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2313609	Ubajara
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23002	Ibiapaba	2314102	Viçosa do Ceará
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23003	Coreaú	2304004	Coreaú
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23003	Coreaú	2304509	Frecheirinha
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23003	Coreaú	2308807	Moraújo
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23003	Coreaú	2313906	Uruoca
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23004	Meruoca	2300507	Alcântaras
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23004	Meruoca	2308203	Meruoca
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2303105	Cariré
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2304350	Forquilha
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2304657	Graça
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2304905	Groaíras
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2306108	Irauçuba
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2308005	Massapê
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2308377	Miraíma
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2309003	Mucambo
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2309904	Pacujá
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2312007	Santana do Acaraú
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2312809	Senador Sá
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23005	Sobral	2312908	Sobral
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23006	Ipu	2305803	Ipu
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23006	Ipu	2305902	Ipueiras
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23006	Ipu	2310951	Pires Ferreira
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23006	Ipu	2311009	Poranga
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23006	Ipu	2311702	Reriutaba

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23006	Ipu	2313955	Varjota
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23007	Santa Quitéria	2303659	Catunda
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23007	Santa Quitéria	2305209	Hidrolândia
23	Ceará	2301	Noroeste Cearense	23007	Santa Quitéria	2312205	Santa Quitéria
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23008	Itapipoca	2300754	Amontada
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23008	Itapipoca	2306405	Itapipoca
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23008	Itapipoca	2313500	Trairi
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23009	Baixo Curu	2310209	Paracuru
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23009	Baixo Curu	2310258	Paraipaba
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23009	Baixo Curu	2312403	São Gonçalo do Amarante
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23010	Uruburetama	2306306	Itapagé
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23010	Uruburetama	2313559	Tururu
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23010	Uruburetama	2313757	Umirim
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23010	Uruburetama	2313807	Uruburetama
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23011	Médio Curu	2300903	Apuiarés
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23011	Médio Curu	2304608	General Sampaio
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23011	Médio Curu	2310704	Pentecoste
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23011	Médio Curu	2312601	São Luís do Curu
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23011	Médio Curu	2313351	Tejuçuoca
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23012	Canindé	2302800	Canindé
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23012	Canindé	2303006	Caridade
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23012	Canindé	2306603	Itatira
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23012	Canindé	2310407	Paramoti
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2300150	Acarape
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2301208	Aracoiaba
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2301406	Aratuba
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2302107	Baturité
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2302909	Capistrano
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2305100	Guaramiranga
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2306504	Itapiúna
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2309102	Mulungu
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2309805	Pacoti
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2310100	Palmácia
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23013	Baturité	2311603	Redenção
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23014	Chorozinho	2301950	Barreira
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23014	Chorozinho	2303956	Chorozinho
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23014	Chorozinho	2309458	Ocara
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23015	Cascavel	2302206	Beberibe
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23015	Cascavel	2303501	Cascavel
23	Ceará	2302	Norte Cearense	23015	Cascavel	2310852	Pindoretama
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2301000	Aquiraz
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2303709	Caucaia
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2304285	Eusébio
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2304400	Fortaleza
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2304954	Guaiúba
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2306256	Itaitinga
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2307650	Maracanaú
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2307700	Maranguape
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23016	Fortaleza	2309706	Pacatuba
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23017	Pacajus	2305233	Horizonte
23	Ceará	2303	Metropolitana de Fortaleza	23017	Pacajus	2309607	Pacajus
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratêus	2301257	Ararendá
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratêus	2304103	Crateús
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratêus	2305605	Independência

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratéus	2305654	Ipaporanga
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratéus	2308609	Monsenhor Tabosa
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratéus	2309300	Nova Russas
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratéus	2309409	Novo Oriente
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratéus	2311264	Quiterianópolis
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23018	Sertão de Cratéus	2313203	Tamboril
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2301851	Banabuiú
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2302404	Boa Viagem
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2303931	Choró
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2305266	Ibaretama
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2307635	Madalena
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2311306	Quixadá
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23019	Sertão de Quixeramobim	2311405	Quixeramobim
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23020	Sertão de Inhamuns	2300408	Aiuaba
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23020	Sertão de Inhamuns	2301505	Arneiroz
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23020	Sertão de Inhamuns	2303600	Catarina
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23020	Sertão de Inhamuns	2310308	Parambu
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23020	Sertão de Inhamuns	2311900	Saboeiro
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23020	Sertão de Inhamuns	2313302	Tauá
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2300309	Acopiara
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2304269	Deputado Irapuan Pinheiro
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2308351	Milhã
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2308500	Mombaça
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2310506	Pedra Branca
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2310902	Piquet Carneiro
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2312700	Senador Pompeu
23	Ceará	2304	Sertões Cearenses	23021	Sertão de Senador Pompeu	2313005	Solonópole
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23022	Litoral de Aracati	2301109	Aracati
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23022	Litoral de Aracati	2304459	Fortim
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23022	Litoral de Aracati	2305357	Icapuí
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23022	Litoral de Aracati	2306207	Itaiçaba
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2300705	Alto Santo
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2305332	Ibicuitinga
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2307007	Jaguaruana
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2307601	Limoeiro do Norte
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2308708	Morada Nova
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2310001	Palhano
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2311504	Quixeré
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2311801	Russas
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2312502	São João do Jaguaribe
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23023	Baixo Jaguaribe	2313104	Tabuleiro do Norte
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23024	Médio Jaguaribe	2306702	Jagaretama
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23024	Médio Jaguaribe	2306801	Jaguaribara
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23024	Médio Jaguaribe	2306900	Jaguaribe
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23025	Serra do Pereiro	2304277	Ererê
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23025	Serra do Pereiro	2306009	Iracema
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23025	Serra do Pereiro	2310803	Pereiro
23	Ceará	2305	Jaguaribe	23025	Serra do Pereiro	2311231	Potiretama
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23026	Iguatu	2303808	Cedro
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23026	Iguatu	2305407	Icó
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23026	Iguatu	2305506	Iguatu
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23026	Iguatu	2309508	Orós
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23026	Iguatu	2311355	Quixelô
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23027	Várzea Alegre	2300804	Antonina do Norte

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23027	Várzea Alegre	2303303	Cariús
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23027	Várzea Alegre	2307403	Jucás
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23027	Várzea Alegre	2313252	Tarrafas
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23027	Várzea Alegre	2314003	Várzea Alegre
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23028	Lavras da Mangabeira	2301802	Baixio
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23028	Lavras da Mangabeira	2305704	Ipaumirim
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23028	Lavras da Mangabeira	2307502	Lavras da Mangabeira
23	Ceará	2306	Centro-Sul Cearense	23028	Lavras da Mangabeira	2313708	Umari
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23029	Chapada do Araripe	2301307	Araripe
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23029	Chapada do Araripe	2301604	Assaré
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23029	Chapada do Araripe	2302701	Campos Sales
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23029	Chapada do Araripe	2311207	Potengi
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23029	Chapada do Araripe	2311959	Salitre
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23030	Caririáçu	2300606	Altaneira
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23030	Caririáçu	2303204	Caririáçu
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23030	Caririáçu	2304301	Farias Brito
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23030	Caririáçu	2304806	Granjeiro
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23031	Barro	2301703	Aurora
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23031	Barro	2302008	Barro
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23031	Barro	2308104	Mauriti
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2301901	Barbalha
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2304202	Crato
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2307106	Jardim
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2307304	Juazeiro do Norte
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2308401	Missão Velha
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2309201	Nova Olinda
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2311108	Porteiras
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23032	Cariri	2312106	Santana do Cariri
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23033	Brejo Santo	2300101	Abaíara
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23033	Brejo Santo	2302503	Brejo Santo
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23033	Brejo Santo	2307205	Jati
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23033	Brejo Santo	2308302	Milagres
23	Ceará	2307	Sul Cearense	23033	Brejo Santo	2310605	Penaforte
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24001	Mossoró	2401107	Areia Branca
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24001	Mossoró	2401453	Baraúna
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24001	Mossoró	2404408	Grossos
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24001	Mossoró	2408003	Mossoró
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24001	Mossoró	2411056	Tibau
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24001	Mossoró	2413359	Serra do Mel
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24002	Chapada do Apodi	2401008	Apodi
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24002	Chapada do Apodi	2402303	Caraúbas
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24002	Chapada do Apodi	2403707	Felipe Guerra
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24002	Chapada do Apodi	2404309	Governador Dix-Sept Rosado
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24003	Médio Oeste	2401305	Augusto Severo
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24003	Médio Oeste	2405207	Janduís
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24003	Médio Oeste	2407609	Messias Targino
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24003	Médio Oeste	2408706	Paraú
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24003	Médio Oeste	2414456	Triunfo Potiguar
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24003	Médio Oeste	2414605	Upanema
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2400208	Açu
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2400703	Alto do Rodrigues
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2402501	Carnaubais
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2404705	Ipanguaçu
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2404853	Itajá

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2406106	Jucurutu
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2409902	Pendências
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2410256	Porto do Mangue
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24004	Vale do Açu	2412807	São Rafael
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2400406	Água Nova
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2402907	Coronel João Pessoa
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2403202	Doutor Severiano
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2403301	Encanto
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2407005	Luís Gomes
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2407252	Major Sales
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2410801	Riacho de Santana
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2412500	São Miguel
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24005	Serra de São Miguel	2414753	Venha-Ver
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2400505	Alexandria
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2403905	Francisco Dantas
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2404903	Itaú
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2406007	José da Penha
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2407302	Marcelino Vieira
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2408607	Paraná
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2409407	Pau dos Ferros
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2410009	Pilões
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2410207	Portalegre
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2410504	Rafael Fernandes
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2410702	Riacho da Cruz
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2411007	Rodolfo Fernandes
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2411908	São Francisco do Oeste
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2413607	Severiano Melo
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2413805	Taboleiro Grande
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2414100	Tenente Ananias
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24006	Pau dos Ferros	2414902	Viçosa
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2400604	Almino Afonso
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2400901	Antônio Martins
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2404002	Frutuoso Gomes
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2405900	João Dias
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2406908	Lucrécia
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2407401	Martins
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2408409	Olho-d'Água do Borges
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2409308	Patu
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2410603	Rafael Godeiro
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2413557	Serrinha dos Pintos
24	Rio Grande do Norte	2401	Oeste Potiguar	24007	Umarizal	2414506	Umarizal
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24008	Macau	2401859	Caiçara do Norte
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24008	Macau	2404101	Galinhas
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24008	Macau	2404507	Guamaré
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24008	Macau	2407203	Macau
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24008	Macau	2411601	São Bento do Norte
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2400307	Afonso Bezerra
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2400802	Angicos
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2401909	Caiçara do Rio do Vento
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2403756	Fernando Pedroza
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2405504	Jardim de Angicos
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2406700	Lajes
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2409605	Pedra Preta
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24009	Angicos	2409704	Pedro Avelino

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2401651	Bodó
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2402709	Cerro Corá
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2403806	Florânia
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2406502	Lagoa Nova
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2411403	Santana do Matos
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2413003	São Vicente
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24010	Serra de Santana	2414159	Tenente Laurentino Cruz
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2402006	Caicó
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2404804	Ipueira
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2405603	Jardim de Piranhas
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2411809	São Fernando
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2412104	São João do Sabugi
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2413409	Serra Negra do Norte
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24011	Seridó Ocidental	2414308	Timbaúba dos Batistas
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2400109	Acari
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2402402	Carnaúba dos Dantas
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2403004	Cruzeta
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2403103	Currais Novos
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2403400	Equador
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2405702	Jardim do Seridó
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2408508	Ouro Branco
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2408904	Parelhas
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2411429	Santana do Seridó
24	Rio Grande do Norte	2402	Central Potiguar	24012	Seridó Oriental	2412401	São José do Seridó
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24013	Baixa Verde	2401602	Bento Fernandes
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24013	Baixa Verde	2405108	Jandaíra
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24013	Baixa Verde	2405801	João Câmara
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24013	Baixa Verde	2408805	Parazinho
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24013	Baixa Verde	2410108	Poço Branco
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2401503	Barcelona
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2402105	Campo Redondo
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2402808	Coronel Ezequiel
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2405009	Jaçanã
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2405405	Japi
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2406403	Lagoa de Velhos
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2406809	Lajes Pintadas
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2407906	Monte das Gameleiras
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2411106	Ruy Barbosa
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2411205	Santa Cruz
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2411700	São Bento do Trairí
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2412302	São José do Campestre
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2412906	São Tomé
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2413300	Serra de São Bento
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2413706	Sítio Novo
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24014	Borborema Potiguar	2414001	Tangará
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2401701	Bom Jesus
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2401800	Brejinho
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2404606	Ielmo Marinho
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2405306	Januário Cicco
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2406155	Jundiá
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2406205	Lagoa d'Anta
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2406304	Lagoa de Pedras
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2406601	Lagoa Salgada
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2407807	Monte Alegre

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2408300	Nova Cruz
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2409100	Passa e Fica
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2409209	Passagem
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2409332	Santa Maria
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2410306	Presidente Juscelino
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2410900	Riachuelo
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2411502	Santo Antônio
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2412609	São Paulo do Potengi
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2412708	São Pedro
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2413102	Senador Elói de Souza
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2413508	Serrinha
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2414704	Várzea
24	Rio Grande do Norte	2403	Agreste Potiguar	24015	Agreste Potiguar	2414803	Vera Cruz
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2407500	Maxaranguape
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2408953	Rio do Fogo
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2409506	Pedra Grande
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2410405	Pureza
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2412559	São Miguel do Gostoso
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2413904	Taipu
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24016	Litoral Nordeste	2414407	Touros
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24017	Macaíba	2402600	Ceará-Mirim
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24017	Macaíba	2407104	Macaíba
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24017	Macaíba	2408201	Nísia Floresta
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24017	Macaíba	2412005	São Gonçalo do Amarante
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24017	Macaíba	2412203	São José de Mipibu
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24018	Natal	2403251	Parnamirim
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24018	Natal	2403608	Extremoz
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24018	Natal	2408102	Natal
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2401206	Arês
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2401404	Baía Formosa
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2402204	Canguaretama
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2403509	Espírito Santo
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2404200	Goianinha
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2407708	Montanhas
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2409803	Pedro Velho
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2413201	Senador Georgino Avelino
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2414209	Tibau do Sul
24	Rio Grande do Norte	2404	Leste Potiguar	24019	Litoral Sul	2415008	Vila Flor
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2502003	Belém do Brejo do Cruz
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2502300	Bom Sucesso
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2502805	Brejo do Cruz
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2502904	Brejo dos Santos
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2504306	Catolé do Rocha
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2507408	Jericó
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2508109	Lagoa
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2509370	Mato Grosso
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2512804	Riacho dos Cavalos
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2513901	São Bento
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25001	Catolé do Rocha	2514651	São José do Brejo do Cruz
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2500700	São João do Rio do Peixe
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2502052	Bernardino Batista
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2502201	Bom Jesus
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2502409	Bonito de Santa Fé
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2503308	Cachoeira dos Índios

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2503704	Cajazeiras
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2504108	Carrapateira
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2509602	Monte Horebe
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2512036	Poço Dantas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2512077	Poço de José de Moura
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2513307	Santa Helena
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2513653	Santarém
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2514503	São José de Piranhas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2516805	Triunfo
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25002	Cajazeiras	2516904	Uiraúna
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2500775	Aparecida
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2503753	Cajazeirinhas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2504504	Condado
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2505501	Vista Serrana
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2508406	Lastro
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2508802	Malta
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2509156	Marizópolis
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2510006	Nazarezinho
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2510907	Paulista
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2512101	Pombal
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2513208	Santa Cruz
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2513927	São Bentinho
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2513968	São Domingos
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2513984	São Francisco
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2514206	São José da Lagoa Tapada
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2516201	Sousa
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25003	Sousa	2517209	Vieirópolis
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2501153	Areia de Baraúnas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2503407	Cacimba de Areia
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2508703	Mãe d'Água
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2510709	Passagem
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2510808	Patos
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2512606	Quixabá
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2513802	Santa Teresinha
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2514404	São José de Espinharas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25004	Patos	2514602	São José do Bonfim
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2500205	Aguiar
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2502607	Igaracy
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2504207	Catingueira
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2504801	Coremas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2505907	Emas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2510204	Nova Olinda
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2510402	Olho d'Água
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2511301	Piancó
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25005	Piancó	2513604	Santana dos Garrotes
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2502102	Boa Ventura
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2504405	Conceição
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2505303	Curral Velho
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2505600	Diamante
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2506608	Ibiara
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2507002	Itaporanga
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2511004	Pedra Branca
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2513356	Santa Inês
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2513505	Santana de Mangueira

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2514305	São José de Caiana
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25006	Itaporanga	2515708	Serra Grande
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2500106	Água Branca
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2503555	Cacimbas
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2505402	Desterro
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2506707	Imaculada
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2508000	Juru
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2509008	Manaíra
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2509396	Maturéia
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2512309	Princesa Isabel
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2514552	São José de Princesa
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2516607	Tavares
25	Paraíba	2501	Sertão Paraibano	25007	Serra do Teixeira	2516706	Teixeira
25	Paraíba	2502	Borborema	25008	Seridó Ocidental Paraibano	2507804	Junco do Seridó
25	Paraíba	2502	Borborema	25008	Seridó Ocidental Paraibano	2513000	Salgadinho
25	Paraíba	2502	Borborema	25008	Seridó Ocidental Paraibano	2513406	Santa Luzia
25	Paraíba	2502	Borborema	25008	Seridó Ocidental Paraibano	2514701	São José do Sabugi
25	Paraíba	2502	Borborema	25008	Seridó Ocidental Paraibano	2514909	São Mamede
25	Paraíba	2502	Borborema	25008	Seridó Ocidental Paraibano	2517100	Várzea
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2501534	Baraúna
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2505006	Cubati
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2506202	Frei Martinho
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2507705	Juazeirinho
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2510303	Nova Palmeira
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2511103	Pedra Lavrada
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2511400	Picuí
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2515401	Seridó
25	Paraíba	2502	Borborema	25009	Seridó Oriental Paraibano	2516755	Tenório
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2500734	Amparo
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2501351	Assunção
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2503902	Camalaú
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2504702	Congo
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2504850	Coxixola
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2508505	Livramento
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2509701	Monteiro
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2510600	Ouro Velho
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2510659	Parari
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2512200	Prata
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2514107	São João do Tigre
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2514800	São José dos Cordeiros
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2515203	São Sebastião do Umbuzeiro
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2515500	Serra Branca
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2516300	Sumé
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2516508	Taperoá
25	Paraíba	2502	Borborema	25010	Cariri Ocidental	2517407	Zabelê
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2500536	Alcantil
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2501575	Barra de Santana
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2501708	Barra de São Miguel
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2502508	Boqueirão
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2503100	Cabaceiras
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2504074	Caraúbas
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2504355	Caturité
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2506509	Gurjão
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2512788	Riacho de Santo Antônio

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2513851	Santo André
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2513943	São Domingos do Cariri
25	Paraíba	2502	Borborema	25011	Cariri Oriental	2514008	São João do Cariri
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2500577	Algodão de Jandaíra
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2500908	Arara
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2501609	Barra de Santa Rosa
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2505105	Cuité
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2505352	Damião
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2510105	Nova Floresta
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2510501	Olivedos
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2512002	Pocinhos
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2512705	Remígio
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2516102	Soledade
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25012	Curimataú Ocidental	2516151	Sossêgo
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2501005	Araruna
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2503506	Cacimba de Dentro
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2504157	Casserengue
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2505709	Dona Inês
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2512747	Riachão
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2516003	Solânea
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25013	Curimataú Oriental	2516409	Tacima
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25014	Esperança	2501203	Areial
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25014	Esperança	2506004	Esperança
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25014	Esperança	2509503	Montadas
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25014	Esperança	2515104	São Sebastião de Lagoa de Roça
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2500304	Alagôa Grande
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2500403	Alagôa Nova
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2501104	Areia
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2501500	Bananeiras
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2502706	Borborema
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2509339	Matinhas
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2511608	Pilões
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25015	Brejo Paraibano	2515906	Serraria
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2500502	Alagoinha
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2500809	Araçagi
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2501906	Belém
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2503605	Caiçara
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2505204	Cuitegi
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2505808	Duas Estradas
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2506301	Guarabira
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2508208	Lagoa de Dentro
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2508554	Logradouro
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2509800	Mulungu
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2511707	Pilõezinhos
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2511806	Pirpirituba
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2515609	Serra da Raiz
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25016	Guarabira	2515930	Sertãozinho
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2502151	Boa Vista
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2504009	Campina Grande
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2506103	Fagundes
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2508307	Lagoa Seca
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2509206	Massaranduba
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2512408	Puxinanã
25	Paraíba	2503	Agrete Paraibano	25017	Campina Grande	2512507	Queimadas

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25017	Campina Grande	2515807	Serra Redonda
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2503803	Caldas Brandão
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2506400	Gurinhém
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2506806	Ingá
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2506905	Itabaiana
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2507200	Itatuba
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2507606	Juarez Távora
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2509404	Mogeiro
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2512754	Riachão do Bacamarte
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25018	Itabaiana	2513109	Salgado de São Félix
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25019	Umbuzeiro	2501302	Aroeiras
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25019	Umbuzeiro	2506251	Gado Bravo
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25019	Umbuzeiro	2509909	Natuba
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25019	Umbuzeiro	2513158	Santa Cecília
25	Paraíba	2503	Agreste Paraibano	25019	Umbuzeiro	2517001	Umbuzeiro
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2501401	Baía da Traição
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2504033	Capim
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2505238	Cuité de Mamanguape
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2505279	Curral de Cima
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2507101	Itapororoca
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2507309	Jacaraú
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2508901	Mamanguape
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2509057	Marcação
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2509305	Mataraca
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2512721	Pedro Régis
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25020	Litoral Norte	2512903	Rio Tinto
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2504900	Cruz do Espírito Santo
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2507903	Juripiranga
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2509107	Mari
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2511509	Pilar
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2512762	Riachão do Poço
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2514453	São José dos Ramos
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2515005	São Miguel de Taipu
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2515302	Sapé
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25021	Sapé	2515971	Sobrado
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25022	João Pessoa	2501807	Bayeux
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25022	João Pessoa	2503209	Cabedelo
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25022	João Pessoa	2504603	Conde
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25022	João Pessoa	2507507	João Pessoa
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25022	João Pessoa	2508604	Lucena
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25022	João Pessoa	2513703	Santa Rita
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25023	Litoral Sul	2500601	Alhandra
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25023	Litoral Sul	2503001	Caaporã
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25023	Litoral Sul	2511202	Pedras de Fogo
25	Paraíba	2504	Mata Paraibana	25023	Litoral Sul	2511905	Pitimbu
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2601102	Araripina
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2602001	Bodocó
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2605301	Exu
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2606309	Granito
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2607307	Ipubi
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2609907	Ouricuri
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2612455	Santa Cruz
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2612554	Santa Filomena
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2614303	Moreilândia

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26001	Araripina	2615607	Trindade
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2604304	Cedro
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2609303	Mirandiba
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2610400	Parnamirim
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2612208	Salgueiro
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2613503	São José do Belmonte
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2614006	Serrita
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26002	Salgueiro	2616100	Verdejante
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2600104	Afogados da Ingazeira
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2602506	Brejinho
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2603405	Calumbi
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2603900	Carnaíba
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2605608	Flores
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2606903	Iguaraci
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2607109	Ingazeira
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2607703	Itapetim
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2611533	Quixaba
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2612471	Santa Cruz da Baixa Verde
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2612802	Santa Terezinha
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2613602	São José do Egito
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2613909	Serra Talhada
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2614402	Solidão
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2614600	Tabira
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2615706	Triunfo
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26003	Pajeú	2615904	Tuparetama
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2601201	Arcoverde
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2601805	Betânia
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2605103	Custódia
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2606606	Ibimirim
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2607000	Inajá
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2609154	Manari
26	Pernambuco	2601	Sertão Pernambucano	26004	Sertão do Moxotó	2614105	Sertânia
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2600203	Afrânio
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2603009	Cabrobó
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2605152	Dormentes
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2608750	Lagoa Grande
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2609808	Orocó
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2611101	Petrolina
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2612604	Santa Maria da Boa Vista
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26005	Petrolina	2615201	Terra Nova
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2601607	Belém do São Francisco
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2603926	Carnaubeira da Penha
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2605707	Floresta
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2607406	Itacuruba
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2608057	Jatobá
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2611002	Petrolândia
26	Pernambuco	2602	São Francisco Pernambucano	26006	Itaparica	2614808	Tacaratu
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26007	Vale do Ipanema	2600500	Águas Belas
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26007	Vale do Ipanema	2602803	Buíque
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26007	Vale do Ipanema	2607505	Itaíba
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26007	Vale do Ipanema	2610806	Pedra
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26007	Vale do Ipanema	2615805	Tupanatinga
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26007	Vale do Ipanema	2616001	Venturosa
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2600609	Alagoinha

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2601706	Belo Jardim
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2601904	Bezerros
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2602605	Brejo da Madre de Deus
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2603108	Cachoeirinha
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2603801	Capoeiras
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2604106	Caruaru
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2606408	Gravatá
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2608008	Jataúba
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2610905	Pesqueira
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2611200	Poção
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2611705	Riacho das Almas
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2612406	Sanharó
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2613008	São Bento do Una
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2613107	São Caitano
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26008	Vale do Ipojuca	2614709	Tacaimbó
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2604155	Casinhas
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2605806	Frei Miguelinho
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2612505	Santa Cruz do Capibaribe
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2612703	Santa Maria do Cambucá
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2614501	Surubim
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2615003	Taquaritinga do Norte
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2615409	Toritama
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2616183	Vertente do Lério
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26009	Alto Capibaribe	2616209	Vertentes
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2602209	Bom Jardim
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2604908	Cumaru
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2605400	Feira Nova
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2608107	João Alfredo
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2608909	Limoeiro
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2609105	Machados
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2609709	Orobó
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2610509	Passira
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2612109	Salgadinho
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26010	Médio Capibaribe	2613800	São Vicente Ferrer
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2601003	Angelim
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2602100	Bom Conselho
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2602407	Brejão
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2603207	Caetés
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2603306	Calçado
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2603702	Canhotinho
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2604700	Correntes
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2606002	Garanhuns
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2606507	Iati
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2608255	Jucati
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2608305	Jupi
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2608404	Jurema
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2608602	Lagoa do Ouro
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2608800	Lajedo
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2610103	Palmeirina
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2610301	Paranatama
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2612307	Saloá
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2613206	São João
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26011	Garanhuns	2615102	Terezinha
26	Pernambuco	2603	Agrete Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2600302	Agrestina

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2600807	Altinho
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2601300	Barra de Guabiraba
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2602308	Bonito
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2603504	Camocim de São Félix
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2605004	Cupira
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2606705	Ibirajuba
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2608701	Lagoa dos Gatos
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2610202	Panelas
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2612000	Sairé
26	Pernambuco	2603	Agreste Pernambucano	26012	Brejo Pernambucano	2613305	São Joaquim do Monte
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2600708	Aliança
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2602704	Buenos Aires
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2603603	Camutanga
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2604007	Carpina
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2604601	Condado
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2605509	Ferreiros
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2606200	Goiana
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2607653	Itambé
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2607802	Itaquitinga
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2608453	Lagoa do Carro
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2608503	Lagoa de Itaenga
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2609006	Macaparana
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2609501	Nazaré da Mata
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2610608	Paudalho
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2615300	Timbaúba
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2615508	Tracunhaém
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26013	Mata Setentrional Pernambucana	2616308	Vicência
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26014	Vitória de Santo Antão	2604403	Chã de Alegria
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26014	Vitória de Santo Antão	2604502	Chã Grande
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26014	Vitória de Santo Antão	2606101	Glória do Goitá
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26014	Vitória de Santo Antão	2611309	Pombos
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26014	Vitória de Santo Antão	2616407	Vitória de Santo Antão
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2600401	Água Preta
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2600906	Amaraji
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2601409	Barreiros
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2601508	Belém de Maria
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2604205	Catende
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2604809	Cortês
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2605202	Escada
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2605905	Gameleira
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2607950	Jaqueira
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2608206	Joaquim Nabuco
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2609204	Maraial
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2610004	Palmares
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2611408	Primavera
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2611507	Quipapá
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2611804	Ribeirão
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2611903	Rio Formoso
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2612901	São Benedito do Sul
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2613404	São José da Coroa Grande
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2614204	Sirinhaém
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2614857	Tamandaré
26	Pernambuco	2604	Mata Pernambucana	26015	Mata Meridional Pernambucana	2616506	Xexéu
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26016	Itamaracá	2601052	Araçoiaba

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26016	Itamaracá	2606804	Igarassu
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26016	Itamaracá	2607604	Ilha de Itamaracá
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26016	Itamaracá	2607752	Itapissuma
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2600054	Abreu e Lima
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2603454	Camaragibe
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2607901	Jaboatão dos Guararapes
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2609402	Moreno
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2609600	Olinda
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2610707	Paulista
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2611606	Recife
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26017	Recife	2613701	São Lourenço da Mata
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26018	Suape	2602902	Cabo de Santo Agostinho
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26018	Suape	2607208	Ipojuca
26	Pernambuco	2605	Metropolitana de Recife	26019	Fernando de Noronha	2605459	Fernando de Noronha
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27001	Serrana do Sertão Alagoano	2700102	Água Branca
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27001	Serrana do Sertão Alagoano	2701605	Canapi
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27001	Serrana do Sertão Alagoano	2703304	Inhapi
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27001	Serrana do Sertão Alagoano	2705002	Mata Grande
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27001	Serrana do Sertão Alagoano	2706422	Pariconha
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27002	Alagoana do Sertão do São Francisco	2702405	Delmiro Gouveia
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27002	Alagoana do Sertão do São Francisco	2705804	Olho d'Água do Casado
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27002	Alagoana do Sertão do São Francisco	2707107	Piranhas
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2701803	Carneiros
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2702504	Dois Riachos
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2704609	Maravilha
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2706109	Ouro Branco
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2706208	Palestina
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2706406	Pão de Açúcar
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2707206	Poço das Trincheiras
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2708006	Santana do Ipanema
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2708402	São José da Tapera
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27003	Santana do Ipanema	2708956	Senador Rui Palmeira
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2700706	Batalha
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2700904	Belo Monte
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2703403	Jacaré dos Homens
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2703700	Jaramataia
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2704401	Major Isidoro
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2705408	Monteirópolis
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2705705	Olho d'Água das Flores
27	Alagoas	2701	Sertão Alagoano	27004	Batalha	2706000	Oliveira
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2700805	Belém
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2701209	Cacimbinhas
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2702553	Estrela de Alagoas
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2703106	Igaci
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2704807	Maribondo
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2704906	Mar Vermelho
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2705309	Minador do Negrão
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2706307	Palmeira dos Índios
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2706604	Paulo Jacinto
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2707602	Quebrangulo
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27005	Palmeira dos Índios	2709004	Tanque d'Arca
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27006	Arapiraca	2700300	Arapiraca
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27006	Arapiraca	2701506	Campo Grande
27	Alagoas	2702	Agreste Alagoano	27006	Arapiraca	2702009	Coité do Nóia

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2702355	Craíbas
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2702603	Feira Grande
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2702900	Girau do Ponciano
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2704104	Lagoa da Canoa
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2704203	Limoeiro de Anadia
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2708808	São Sebastião
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27006	Arapiraca	2709103	Taquarana
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27007	Traipu	2705903	Olho d'Água Grande
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27007	Traipu	2708204	São Brás
27	Alagoas	2702	Agrete Alagoano	27007	Traipu	2709202	Traipu
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2701902	Chã Preta
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2703007	Ibateguara
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2707008	Pindoba
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2708105	Santana do Mundaú
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2708303	São José da Laje
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2709301	União dos Palmares
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27008	Serrana dos Quilombos	2709400	Viçosa
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2700409	Atalaia
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2701100	Branquinha
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2701308	Cajueiro
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2701357	Campestre
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2701704	Capela
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2702108	Colônia Leopoldina
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2702801	Flexeiras
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2703502	Jacuípe
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2703809	Joaquim Gomes
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2703908	Jundiá
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2705101	Matriz de Camaragibe
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2705200	Messias
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2705507	Murici
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2705606	Novo Lino
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2707305	Porto Calvo
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27009	Mata Alagoana	2708501	São Luís do Quitunde
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27010	Litoral Norte Alagoano	2703601	Japaratinga
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27010	Litoral Norte Alagoano	2704500	Maragogi
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27010	Litoral Norte Alagoano	2706505	Passo de Camaragibe
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27010	Litoral Norte Alagoano	2707404	Porto de Pedras
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27010	Litoral Norte Alagoano	2708709	São Miguel dos Milagres
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2700508	Barra de Santo Antônio
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2700607	Barra de São Miguel
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2702207	Coqueiro Seco
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2704302	Maceió
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2704708	Marechal Deodoro
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2706448	Paripueira
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2706901	Pilar
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2707701	Rio Largo
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2707909	Santa Luzia do Norte
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27011	Maceió	2708907	Satuba
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2700201	Anadia
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2701001	Boca da Mata
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2701407	Campo Alegre
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2702306	Coruripe
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2703759	Jequiá da Praia
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2704005	Junqueiro

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2707800	Roteiro
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2708600	São Miguel dos Campos
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27012	São Miguel dos Campos	2709152	Teotônio Vilela
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27013	Penedo	2702702	Feliz Deserto
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27013	Penedo	2703205	Igreja Nova
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27013	Penedo	2706703	Penedo
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27013	Penedo	2706802	Piaçabuçu
27	Alagoas	2703	Leste Alagoano	27013	Penedo	2707503	Porto Real do Colégio
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2801207	Canindé de São Francisco
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2802205	Feira Nova
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2802403	Gararu
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2802601	Gracho Cardoso
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2803104	Itabi
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2804201	Monte Alegre de Sergipe
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2804508	Nossa Senhora da Glória
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2805406	Poço Redondo
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28001	Sergipana do Sertão do São Francisco	2805604	Porto da Folha
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28002	Carira	2801405	Carira
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28002	Carira	2802304	Frei Paulo
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28002	Carira	2804458	Nossa Senhora Aparecida
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28002	Carira	2805000	Pedra Mole
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28002	Carira	2805208	Pinhão
28	Sergipe	2801	Sertão Sergipano	28002	Carira	2806008	Ribeirópolis
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28003	Nossa Senhora das Dores	2800209	Aquidabã
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28003	Nossa Senhora das Dores	2801900	Cumbe
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28003	Nossa Senhora das Dores	2803807	Malhada dos Bois
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28003	Nossa Senhora das Dores	2804300	Muribeca
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28003	Nossa Senhora das Dores	2804607	Nossa Senhora das Dores
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28003	Nossa Senhora das Dores	2807006	São Miguel do Aleixo
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2800506	Areia Branca
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2801009	Campo do Brito
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2802908	Itabaiana
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2803708	Macambira
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2803906	Malhador
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2804102	Moita Bonita
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28004	Agreste de Itabaiana	2806800	São Domingos
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28005	Tobias Barreto	2805505	Poço Verde
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28005	Tobias Barreto	2807105	Simão Dias
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28005	Tobias Barreto	2807402	Tobias Barreto
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28006	Agreste de Lagarto	2803500	Lagarto
28	Sergipe	2802	Agreste Sergipano	28006	Agreste de Lagarto	2805802	Riachão do Dantas
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2800100	Amparo de São Francisco
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2800704	Brejo Grande
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2801108	Canhoba
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2801603	Cedro de São João
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2802700	Ilha das Flores
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2804409	Neópolis
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2804706	Nossa Senhora de Lourdes
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2805703	Propriá
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2806404	Santana do São Francisco
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28007	Propriá	2807303	Telha
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28008	Cotinguiba	2801306	Capela
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28008	Cotinguiba	2802007	Divina Pastora
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28008	Cotinguiba	2806503	Santa Rosa de Lima

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28008	Cotinguiba	2807204	Siriri
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28009	Japaratuba	2803302	Japaratuba
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28009	Japaratuba	2803401	Japoatã
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28009	Japaratuba	2804904	Pacatuba
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28009	Japaratuba	2805307	Pirambu
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28009	Japaratuba	2806909	São Francisco
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2801504	Carmópolis
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2802502	General Maynard
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2803609	Laranjeiras
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2804003	Maruim
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2805901	Riachuelo
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2806107	Rosário do Catete
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28010	Baixo Cotinguiba	2806602	Santo Amaro das Brotas
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28011	Aracaju	2800308	Aracaju
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28011	Aracaju	2800605	Barra dos Coqueiros
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28011	Aracaju	2804805	Nossa Senhora do Socorro
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28011	Aracaju	2806701	São Cristóvão
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2800407	Araúá
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2800670	Boquim
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2801702	Cristinápolis
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2803005	Itabaianinha
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2805109	Pedrinhas
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2806206	Salgado
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2807501	Tomar do Geru
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28012	Boquim	2807600	Umbaúba
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28013	Estância	2802106	Estância
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28013	Estância	2802809	Indiaroba
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28013	Estância	2803203	Itaporanga d'Ajuda
28	Sergipe	2803	Leste Sergipano	28013	Estância	2806305	Santa Luzia do Itanhhy
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2902500	Baianópolis
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2903201	Barreiras
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2907400	Catolândia
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2911105	Formosa do Rio Preto
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2919553	Luís Eduardo Magalhães
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2926202	Riachão das Neves
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29001	Barreiras	2928901	São Desidério
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2901403	Angical
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2904407	Brejolândia
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2909406	Cotegipe
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2909703	Cristópolis
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2920452	Mansidão
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2928406	Santa Rita de Cássia
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2930907	Tabocas do Brejo Velho
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29002	Cotegipe	2933455	Wanderley
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2906105	Canápolis
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2908101	Cocos
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2909109	Coribe
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2909307	Correntina
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2917359	Jaborandi
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2928109	Santa Maria da Vitória
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2928208	Santana
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2929057	São Félix do Coribe
29	Bahia	2901	Extremo Oeste Baiano	29003	Santa Maria da Vitória	2930303	Serra Dourada
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2905909	Campo Alegre de Lourdes

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2907202	Casa Nova
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2909901	Curaçá
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2918407	Juazeiro
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2924405	Pilão Arcado
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2926004	Remanso
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2930204	Sento Sé
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29004	Juazeiro	2930774	Sobradinho
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29005	Paulo Afonso	2900207	Abaré
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29005	Paulo Afonso	2907707	Chorrochó
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29005	Paulo Afonso	2911402	Glória
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29005	Paulo Afonso	2919900	Macururé
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29005	Paulo Afonso	2924009	Paulo Afonso
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29005	Paulo Afonso	2927101	Rodelas
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2902708	Barra
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2904753	Buritirama
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2913200	Ibotirama
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2915353	Itaguaçu da Bahia
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2921609	Morpará
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2922250	Muquém de São Francisco
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29006	Barra	2933604	Xique-Xique
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29007	Bom Jesus da Lapa	2903904	Bom Jesus da Lapa
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29007	Bom Jesus da Lapa	2907103	Carinhanha
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29007	Bom Jesus da Lapa	2910776	Feira da Mata
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29007	Bom Jesus da Lapa	2923704	Paratinga
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29007	Bom Jesus da Lapa	2930154	Serra do Ramalho
29	Bahia	2902	Vale São-Franciscano da Bahia	29007	Bom Jesus da Lapa	2930758	Sítio do Mato
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2901353	Andorinha
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2901809	Antônio Gonçalves
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2906006	Campo Formoso
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2910859	Filadélfia
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2917003	Itiúba
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2917706	Jaguarari
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2924603	Pindobaçu
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2930105	Senhor do Bonfim
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29008	Senhor do Bonfim	2932457	Umburanas
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2901155	América Dourada
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2903003	Barra do Mendes
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2903235	Barro Alto
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2905305	Cafarnaum
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2906204	Canarana
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2907608	Central
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2911303	Gentio do Ouro
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2912400	Ibipeba
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2913101	Ibititá
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2914406	Iraquara
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2914604	Irecê
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2918357	João Dourado
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2918506	Jussara
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2919157	Lapão
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2922052	Mulungu do Morro
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2925600	Presidente Dutra
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2929255	São Gabriel
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2930808	Souto Soares
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29009	Irecê	2932408	Uibaí

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2905107	Caém
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2905503	Caldeirão Grande
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2906873	Capim Grosso
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2917508	Jacobina
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2921203	Miguel Calmon
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2921401	Mirangaba
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2921708	Morro do Chapéu
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2923357	Ourolândia
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2924801	Piritiba
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2925253	Ponto Novo
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2925931	Quixabeira
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2929370	São José do Jacuípe
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2929800	Saúde
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2930600	Serrolândia
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2933109	Várzea do Poço
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29010	Jacobina	2933158	Várzea Nova
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2902609	Baixa Grande
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2903805	Boa Vista do Tupim
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2911907	Iaçu
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2912608	Ibiquera
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2914703	Itaberaba
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2919009	Lajedinho
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2919603	Macajuba
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2920106	Mairi
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2922102	Mundo Novo
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2927200	Ruy Barbosa
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2931301	Tapiramutá
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29011	Itaberaba	2933059	Várzea da Roça
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2900405	Água Fria
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2901502	Anguera
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2901700	Antônio Cardoso
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2908200	Conceição da Feira
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2908507	Conceição do Jacuípe
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2908903	Coração de Maria
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2910305	Elísio Medrado
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2910800	Feira de Santana
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2913804	Ipecaetá
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2914000	Ipirá
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2914505	Irará
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2916856	Itatim
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2923308	Ouriçangas
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2924108	Pedraão
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2924652	Pintadas
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2925956	Rafael Jambeiro
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2927507	Santa Bárbara
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2928307	Santanópolis
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2928505	Santa Teresinha
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2928802	Santo Estêvão
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2929305	São Gonçalo dos Campos
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2930402	Serra Preta
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2931103	Tanquinho
29	Bahia	2903	Centro Norte Baiano	29012	Feira de Santana	2931400	Teodoro Sampaio
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29013	Jeremoabo	2909208	Coronel João Sá
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29013	Jeremoabo	2918100	Jeremoabo

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29013	Jeremoabo	2924207	Pedro Alexandre
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29013	Jeremoabo	2927606	Santa Brígida
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29013	Jeremoabo	2930766	Sítio do Quinto
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2906808	Cansanção
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2906824	Canudos
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2910701	Euclides da Cunha
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2921500	Monte Santo
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2922656	Nordestina
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2925808	Queimadas
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2925907	Quijingue
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2931905	Tucano
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29014	Euclides da Cunha	2932002	Uauá
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2900355	Adustina
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2901601	Antas
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2902658	Banzaê
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2907806	Cícero Dantas
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2907905	Cipó
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2910750	Fátima
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2911857	Heliópolis
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2916500	Itapicuru
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2922904	Nova Soure
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2923050	Novo Triunfo
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2923100	Olindina
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2923803	Paripiranga
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2926509	Ribeira do Amparo
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29015	Ribeira do Pombal	2926608	Ribeira do Pombal
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2902104	Araci
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2903276	Barrocas
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2903607	Biritinga
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2906402	Candeal
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2906857	Capela do Alto Alegre
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2908408	Conceição do Coité
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2911253	Gavião
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2913309	Ichu
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2919108	Lamarão
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2922730	Nova Fátima
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2924058	Pé de Serra
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2926103	Retirolândia
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2926301	Riachão do Jacuípe
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2928000	Santaluz
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2928950	São Domingos
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2930501	Serrinha
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2931509	Teofilândia
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29016	Serrinha	2933000	Valente
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2900306	Acajutiba
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2900702	Alagoinhas
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2901908	Aporá
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2902054	Araças
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2902203	Aramari
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2909604	Crisópolis
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2913705	Inhambupe
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2927002	Rio Real
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29017	Alagoinhas	2929701	Sátiro Dias
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29018	Entre Rios	2907004	Cardeal da Silva

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29018	Entre Rios	2908606	Conde
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29018	Entre Rios	2910503	Entre Rios
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29018	Entre Rios	2910602	Esplanada
29	Bahia	2904	Nordeste Baiano	29018	Entre Rios	2917904	Jandaíra
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2901106	Amélia Rodrigues
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2907509	Catu
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2915908	Itanagra
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2921005	Mata de São João
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2925204	Pojuca
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2929503	São Sebastião do Passé
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29019	Catu	2931707	Terra Nova
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2902302	Aratuípe
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2904852	Cabaceiras do Paraguaçu
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2904902	Cachoeira
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2907301	Castro Alves
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2908309	Conceição do Almeida
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2909802	Cruz das Almas
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2910206	Dom Macedo Costa
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2911600	Governador Mangabeira
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2917805	Jaguaripe
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2920601	Maragogipe
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2922201	Muniz Ferreira
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2922300	Muritiba
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2922508	Nazaré
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2927309	Salinas da Margarida
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2928604	Santo Amaro
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2928703	Santo Antônio de Jesus
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2929008	São Félix
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2929107	São Felipe
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2929602	Sapeaçu
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2929750	Saubara
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29020	Santo Antônio de Jesus	2933174	Varzedo
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2905701	Camaçari
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2906501	Candeias
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2910057	Dias d'Ávila
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2916104	Itaparica
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2919207	Lauro de Freitas
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2919926	Madre de Deus
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2927408	Salvador
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2929206	São Francisco do Conde
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2930709	Simões Filho
29	Bahia	2905	Metropolitana de Salvador	29021	Salvador	2933208	Vera Cruz
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2904100	Boquira
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2904209	Botuporã
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2904506	Brotas de Macaúbas
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2907558	Caturama
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2912509	Ibipitanga
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2913002	Ibitiara
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2914109	Ipupiara
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2919801	Macaúbas
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2923035	Novo Horizonte
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2923209	Oliveira dos Brejinhos
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29022	Boquira	2931053	Tanque Novo
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2900108	Abaíra

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2901304	Andaraí
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2902807	Barra da Estiva
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2904001	Boninal
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2904050	Bonito
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2908804	Contendas do Sincorá
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2912202	Ibicoara
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2915007	Itaeté
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2918605	Jussiapé
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2919306	Lençóis
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2921906	Mucugê
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2922854	Nova Redenção
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2923506	Palmeiras
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2924306	Piatã
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2926707	Rio de Contas
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2929909	Seabra
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2932804	Utinga
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29023	Seabra	2933406	Wagner
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2900603	Aiquara
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2901007	Amargosa
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2901957	Apuarema
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2904308	Brejões
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2909505	Cravolândia
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2914208	Irajuba
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2914307	Iramaia
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2915106	Itagi
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2916708	Itaquara
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2916906	Itiruçu
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2917607	Jaguaquara
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2918001	Jequié
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2918209	Jiquiriçá
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2918308	Jitaúna
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2918704	Lafaiete Coutinho
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2918803	Laje
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2919058	Lajedo do Tabocal
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2920502	Maracás
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2920809	Marcionílio Souza
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2921302	Milagres
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2922409	Mutuípe
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2922805	Nova Itarana
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2924900	Planaltino
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2927903	Santa Inês
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2929404	São Miguel das Matas
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29024	Jequié	2932101	Ubaíra
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29025	Livramento do Brumado	2900504	Érico Cardoso
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29025	Livramento do Brumado	2910107	Dom Basílio
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29025	Livramento do Brumado	2919504	Livramento de Nossa Senhora
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29025	Livramento do Brumado	2923605	Paramirim
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29025	Livramento do Brumado	2926905	Rio do Pires
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2905008	Caculé
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2905206	Caetité
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2906600	Candiba
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2911709	Guanambi
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2912004	Ibiassucê
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2913408	Igaporã

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2917334	Iuiú
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2917409	Jacaraci
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2918753	Lagoa Real
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2919405	Licínio de Almeida
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2920205	Malhada
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2921054	Matina
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2921807	Mortugaba
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2923407	Palmas de Monte Alto
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2924504	Pindaí
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2926400	Riacho de Santana
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2930006	Sebastião Laranjeiras
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29026	Guanambi	2932606	Urandi
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2902005	Aracatu
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2904605	Brumado
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2906899	Caraíbas
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2908705	Condeúba
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2909000	Cordeiros
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2911659	Guajeru
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2917201	Ituaçu
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2919959	Maetinga
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2920304	Malhada de Pedras
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2924702	Piripá
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2925709	Presidente Jânio Quadros
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2926806	Rio do Antônio
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2931004	Tanhaçu
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29027	Brumado	2931806	Tremedal
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2901205	Anagé
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2902906	Barra do Choça
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2903508	Belo Campo
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2903706	Boa Nova
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2903953	Bom Jesus da Serra
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2904803	Caatiba
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2905156	Caetanos
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2906709	Cândido Sales
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2910008	Dário Meira
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2912301	Ibicuí
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2913507	Iguaí
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2920403	Manoel Vitorino
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2921450	Mirante
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2922706	Nova Canaã
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2925006	Planalto
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2925105	Poções
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29028	Vitória da Conquista	2933307	Vitória da Conquista
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2910404	Encruzilhada
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2915809	Itambé
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2916401	Itapetinga
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2916807	Itarantim
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2917102	Itororó
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2919702	Macarani
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2920007	Maiquinique
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2925402	Potiraguá
29	Bahia	2906	Centro Sul Baiano	29029	Itapetinga	2926657	Ribeirão do Largo
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2905404	Cairu
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2905800	Camamu

UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2913457	Igrapiúna
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2917300	Ituberá
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2920700	Maraú
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2922607	Nilo Peçanha
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2924678	Pirai do Norte
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2925758	Presidente Tancredo Neves
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2931202	Taperoá
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29030	Valença	2932903	Valença
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2900900	Almadina
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2902252	Arataca
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2902401	Aurelino Leal
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2903102	Barra do Rocha
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2903300	Barro Preto
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2903409	Belmonte
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2904704	Buerarema
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2905602	Camacan
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2906303	Canavieiras
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2908002	Coaraci
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2910909	Firmino Alves
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2911006	Floresta Azul
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2911204	Gandu
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2911501	Gongogi
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2912103	Ibicaraí
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2912707	Ibirapitanga
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2912905	Ibirataia
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2913606	Ilhéus
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2913903	Ipiaú
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2914802	Itabuna
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2914901	Itacaré
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2915205	Itagibá
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2915403	Itaju do Colônia
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2915502	Itajuípe
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2915700	Itamari
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2916203	Itapé
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2916302	Itapebi
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2916609	Itapitanga
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2918555	Jussari
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2920908	Mascote
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2922755	Nova Ibiá
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2923902	Pau Brasil
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2927804	Santa Cruz da Vitória
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2928059	Santa Luzia
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2929354	São José da Vitória
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2931608	Teolândia
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2932200	Ubaitaba
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2932309	Ubatã
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2932507	Una
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2932705	Uruçuca
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29031	Ilhéus-Itabuna	2933505	Wenceslau Guimarães
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2900801	Alcobaça
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2906907	Caravelas
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2910727	Eunápolis
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2911808	Guaratinga
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2912806	Ibirapuã

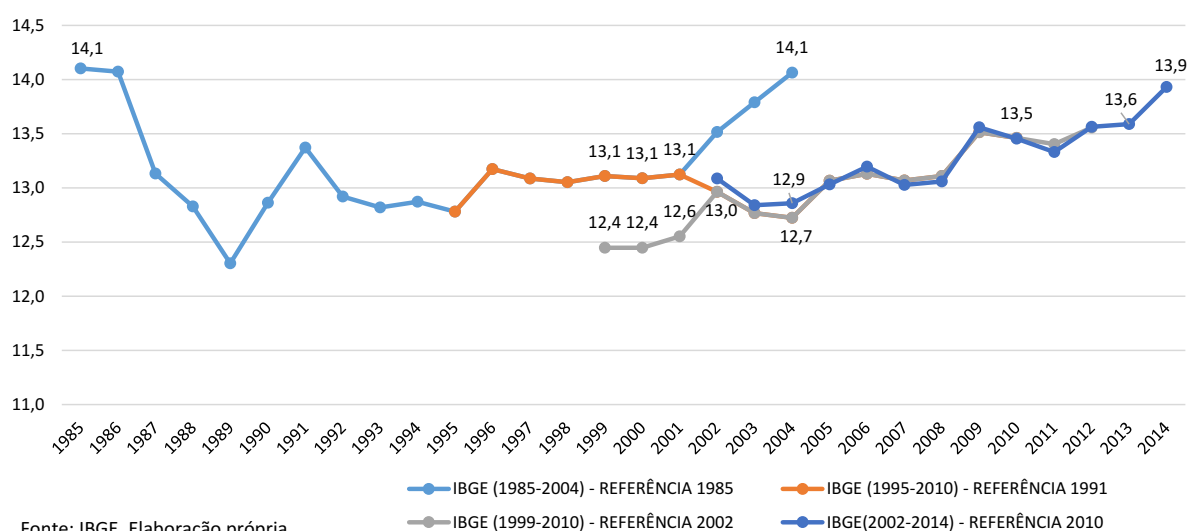
UF	Nome_UF	Mesor-região	Nome_Mesorregião	Micror-região	Nome_Microrregião	Município	Nome_Município
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2914653	Itabela
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2915304	Itagimirim
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2915601	Itamaraju
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2916005	Itanhém
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2918456	Jucuruçu
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2918902	Lajedão
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2921104	Medeiros Neto
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2922003	Mucuri
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2923001	Nova Viçosa
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2925303	Porto Seguro
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2925501	Prado
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2927705	Santa Cruz Cabrália
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2931350	Teixeira de Freitas
29	Bahia	2907	Sul Baiano	29032	Porto Seguro	2933257	Vereda

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Anexo 1.2 – Participação regional do Nordeste no PIB Nacional e as mudanças no Sistema de Contas Nacionais e nas Contas Regionais do IBGE

As mudanças que ocorreram no Sistema de Contas Nacionais e nas Contas Regionais do IBGE a partir dos anos 1990 alteram a intensidade da participação regional do Nordeste no produto nacional, em termos percentuais. Mesmo com as alterações realizadas no início dos anos 2000, os dados referentes ao peso relativo da região Nordeste no PIB do país entre 1999 e 2002 permanecem diferentes das participações das séries históricas com base em 1985 e 1991, como é possível observar através do Gráfico A1.

Gráfico A1 - Participação do Nordeste no PIB nacional (%), 1985-2014



Anexo 1.3 – Diferenças entre as três principais microrregiões do Nordeste e suas áreas metropolitanas

Quadro A6 - Quadro Comparativo entre as 3 principais Microrregiões e suas Regiões Metropolitanas

Municípios que compõem as Mesorregiões no Censo 2010			Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas em 2010		Observações sobre as Leis da RM's	
Nome da Microrregião	Código do Município	Nome do Município	Região Metropolitana	Nome do Município	Legislação	Data Lei
Fortaleza	2301000	Aquiraz	RM Fortaleza	Aquiraz	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Fortaleza	2303709	Caucaia	RM Fortaleza	Cascavel	Lei Complementar 078	26.06.2009
Fortaleza	2304285	Eusébio	RM Fortaleza	Caucaia	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Fortaleza	2304400	Fortaleza	RM Fortaleza	Chorozinho	Lei Complementar 018	29.12.1999
Fortaleza	2304954	Guaiúba	RM Fortaleza	Eusébio	Lei Complementar 018	29.12.1999
Fortaleza	2306256	Itaitinga	RM Fortaleza	Fortaleza	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Fortaleza	2307650	Maracanaú	RM Fortaleza	Guaiúba	Lei Complementar 018	29.12.1999
Fortaleza	2307700	Maranguape	RM Fortaleza	Horizonte	Lei Complementar 018	29.12.1999
Fortaleza	2309706	Pacatuba	RM Fortaleza	Itaitinga	Lei Complementar 018	29.12.1999
			RM Fortaleza	Maracanaú	Lei Complementar 052 (Federal)	16.04.1986
			RM Fortaleza	Maranguape	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Fortaleza	Pacajus	Lei Complementar 018	29.12.1999
			RM Fortaleza	Pacatuba	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Fortaleza	Pindoretama	Lei Complementar 078	26.06.2009
			RM Fortaleza	São Gonçalo do Amarante	Lei Complementar 018	29.12.1999
Recife	2600054	Abreu e Lima	RM Recife	Abreu e Lima	Lei Complementar 010	06.01.1994
Recife	2603454	Camaragibe	RM Recife	Araçoiaba	Inclusão por desmembramento	01.01.1997
Recife	2607901	Jaboatão dos Guararapes	RM Recife	Cabo De Santo Agostinho	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Recife	2609402	Moreno	RM Recife	Camaragibe	Lei Complementar 010	06.01.1994
Recife	2609600	Olinda	RM Recife	Igarassu	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Recife	2610707	Paulista	RM Recife	Ilha De Itamaracá	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Recife	2611606	Recife	RM Recife	Ipojuca	Lei Complementar 010	06.01.1994
Recife	2613701	São Lourenço da Mata	RM Recife	Itapissuma	Lei Complementar 010	06.01.1994
			RM Recife	Jaboatão Dos Guararapes	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Recife	Moreno	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Recife	Olinda	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Recife	Paulista	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Recife	Recife	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Recife	São Lourenço da Mata	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Salvador	2905701	Camaçari	RM Salvador	Camaçari	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Salvador	2906501	Candeias	RM Salvador	Candeias	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Salvador	2910057	Dias d'Ávila	RM Salvador	Dias D'ávila	Inclusão por desmembramento	01.01.1986
Salvador	2916104	Itaparica	RM Salvador	Itaparica	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Salvador	2919207	Lauro de Freitas	RM Salvador	Lauro De Freitas	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Salvador	2919926	Madre de Deus	RM Salvador	Madre De Deus	Inclusão por desmembramento	01.01.1990
Salvador	2927408	Salvador	RM Salvador	Mata De São João	Lei Complementar 30	03.01.2008
Salvador	2929206	São Francisco do Conde	RM Salvador	Pojuca	Lei Complementar 32	22.01.2009
Salvador	2930709	Simões Filho	RM Salvador	Salvador	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
Salvador	2933208	Vera Cruz	RM Salvador	São Francisco do Conde	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Salvador	São Sebastião do Passé	Lei Complementar 30	03.01.2008
			RM Salvador	Simões Filho	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973
			RM Salvador	Vera Cruz	Lei Complementar 014 (Federal)	08.06.1973

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010 e Composição das RMs, RIDEs e Aglomerações Urbanas em 2010 elaborado pela Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia do IBGE.

Legenda:  Diferença entre os municípios que compõem as Microrregiões e as Regiões Metropolitanas

Anexo 1.4 – Mudanças metodológicas da CNAE 1.0 e da CNAE 2.0 para a classificação de segmentos da indústria extrativa mineral e de transformação (período de 2000-2010)

A Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA), do IBGE, que divulga informações sobre as indústrias extrativa mineral e de transformação para todos os Estados do Nordeste é uma das principais fontes disponíveis de informação sobre a dinâmica industrial, juntamente com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), também do IBGE. Entretanto, a partir de 2007, importantes mudanças metodológicas foram realizadas na Classificação Nacional por Atividades Econômicas (CNAE) que subdivide os segmentos industriais das pesquisas, passando-se da CNAE versão 1.0 para a versão CNAE 2.0. Devido a essa mudança, perdeu-se a série histórica, sendo disponibilizados os dados de 2007 em diante apenas para a versão 2.0.

O site da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, do IBGE, disponibiliza uma compatibilização das CNAEs classificadas a partir da categoria “seção” (ou seja, dividida em 5 dígitos⁴⁸); entretanto, os dados da PIA disponíveis no site do IBGE são apenas na categoria “divisão” (a 2 dígitos) da CNAE, impossibilitando, assim, uma correspondência desses dados.

Nesse sentido, como o objetivo desse estudo era realizar uma análise das transformações ocorridas ao longo da primeira década dos anos 2000, optou-se por analisar duas tabelas separadas, uma de 2000 a 2007 com os dados da CNAE 1.0 e outra de 2007 a 2010, com os dados de CNAE 2.0.

Entretanto, como ressalta Oliveira (2014) para a indústria de transformação, “as observações mais importantes quanto à estrutura e mudança metodológica entre as duas séries são:

- As atividades de “Edição de livros, revistas e outros materiais gráficos” foram alocadas no setor de serviços, com a criação de uma divisão exclusiva para elas (divisão 58). Isso levou o segmento a perder metade do Valor da Transformação Industrial apenas em virtude da mudança da CNAE. Contudo, esse é um segmento que, mesmo dinâmico, não é relevante na estrutura produtiva estadual;
- Embora as padarias com vendas diretas ao público de produtos elaborados no próprio estabelecimento tenham sido alocadas no setor de comércio varejista na CNAE 2.0, a PIA manteve a panificação no segmento de “Fabricação de alimentos”;
- A partir da CNAE 2.0 a divisão 29 “Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias” passou a incluir a “Fabricação de material elétrico para veículos”;
- As atividades da divisão 37 “Reciclagem” na CNAE 1.0 foram incorporadas nas respectivas divisões da origem do insumo principal na CNAE 2.0;

⁴⁸ Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas.html>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

- As atividades da divisão 33 "Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos" da CNAE 1.0 foram alocadas em uma divisão específica na CNAE 2.0. Na classificação adotada neste trabalho, foram reunidas a outros segmentos industriais, de modo a compor um grupo único" (OLIVEIRA, 2014, p. 328-329).

Já para a indústria extrativa é possível observar que a principal mudança metodológica ocorre na retirada das atividades de apoio à extração mineral, exceto petróleo e gás natural, de dentro da classificação das diversas indústrias extrativas e a criação de uma divisão específica para classificá-las, no caso a divisão 09 "Atividades de apoio à extração de minerais".

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela A1 - Nordeste: Grandes projetos industriais anunciados, em fase de construção, ou recentemente inaugurados em estados do Nordeste até 2016

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
AL	Mineração Vale Verde (Cobre e ferro; empresa canadense Aura Minerals)	Craíbas	R\$ 840 milhões	Início das obras estava previsto para julho de 2013; início das operações para o primeiro semestre de 2015	Reserva de exploração de 230 milhões de toneladas, em cobre e ferro, localizadas as jazidas em Craíbas e Arapiraca. Governo estadual interveio para garantir fornecimento de água com a construção da Adutora do Agreste (previsão de inauguração em 2014) e de energia, via Eletrobras Distribuidora de Alagoas.	Seplande AL; http://aquiacontece.com.br/noticia/2013/03/27/mineradora-vale-verde-inicia-obras-em-julho
AL	Fábrica de etanol (Bioflex GranBio)	São Miguel dos Campos	R\$ 315 milhões	Construção autorizada pela ANP em 8/10/13; previsão de operação: 2014	Etanol de segunda geração a partir do bagaço e da palha da cana. "A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou a Bioflex Agroindustrial, empresa da GranBio (antiga GraalBio), do grupo Graal, a construir uma planta produtora de etanol anidro na zona rural de São Miguel dos Santos, município de Alagoas. A capacidade de produção será de 250 metros cúbicos por dia." (Valor Econômico, 8/10/13)	http://www.valor.com.br/agro/3297938/anp-autoriza-construcao-de-usina-de-etanol-da-granbio-em-alagoas#ixzz2iqFJTcln http://cni.empauta.com/e/mostra_noticia.php?pg=pesquisa&page=15&cod_noticia=1036964616
AL	Braskem	Marechal Deodoro	R\$ 1 bilhão	Inauguração prevista para julho de 2014	Duas unidades, uma para a produção de MVC, monômero de cloreto de vinila, outra para fabricação de PVC, policloreto de vinila, ambas com capacidade de 200 mil toneladas por ano	Seplande AL e http://cni.empauta.com/e/mostra_noticia.php?pg=pesquisa&page=4&cod_noticia=1041947012 . Ver também http://www.apimec.com.br/apimecNE/show.aspx?id_canal=2457&id_materia=35170
AL	Portobello Cerâmica	Marechal Deodoro, Polo Multifábrica Industrial José Aprígio Vilela	R\$ 220 milhões	Início das obras no dia 1º de novembro (2013), entrega no final de 2014, início de operações em janeiro de 2015.	Fábrica recebe incentivos estaduais. Vai produzir azulejos e pisos atendendo a todo o mercado entre os estados da Bahia e Ceará, além de exportar para o mercado internacional, como os Estados Unidos e a Europa.	http://www.seplande.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/ceramica-portobello-inicia-suas-obras-em-novembro-deste-ano-em-alagoas
AL	Estaleiro EISA	Pontal do Coruripe, município de Coruripe/AL	R\$ 1,4 bilhão	Anunciado	Recebeu financiamento de R\$ 2 bilhões para começar a se instalar no Estado. (O Estado de São Paulo, 23 de setembro de 2013)	http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/economia/2013/07/23/257143/estaleiro-de-coruripe-sera-o-maior-do-pais-afirma-dono-do-grupo-sinergy http://www.sistemafiemg.com.br/fatoindustrial/index.php/noticias/ler/939

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
BA	Fábrica de automóveis JAC	Camaçari	R\$ 900 milhões	Pedra fundamental lançada em 2012; previsão de entrada em operação, dezembro de 2014		http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2016 http://www.jacmotorsbrasil.com.br/fabrica
BA	Fábrica de Cosméticos Boticário	Camaçari	R\$ 535 milhões	Início da construção em 2012; início de operações estava previsto para segundo semestre de 2013	Valor do investimento inclui também o Centro de Distribuição do Grupo Boticário, em São Gonçalo dos Campos	http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2017 http://www.aratuonline.com.br/noticia/106535,fabrica-de-cosmeticos-comeca-a-operar-em-camacari.html
BA	Complexo Eólico Desenvix	Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina	R\$ 425 milhões	Entrou em operação em 2012	Três usinas eólicas, cada uma com 30,0 MW de potência instalada – UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra, totalizando 90,0 MW.	http://www.snpower.com.br/projetos-e-usinas/complexo-eolico-desenvix-bahia/ http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2018
BA	Complexo Eólico Alto Sertão I (Renova Energia)	Caetité, Igaporã e Guanambi	R\$ 1,2 bilhão	2013	Complexo vai gerar 294 megawatts de energia limpa	http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2019
BA	Complexo Eólico Alto Sertão II (15 usinas; Renova Energia)	Região da Serra Geral	R\$ 1,4 bilhão	Obras iniciadas em dez 2012	Complexo terá capacidade instalada de 386,1 megawatts.	http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2020

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
BA	Usinas eólicas Cristal, Primavera e São Judas, da Enel Green Power (EGP)	Região da Chapada	R\$ 448 milhões	Obras iniciadas em dezembro de 2013	Vão gerar 90 megawatts de energia	http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2021
BA	Estaleiro Enseada do Paraguaçu	Baía do Iguape, em Maragogipe	R\$ 2 bilhões	Previsto para iniciar produção em 2014	Estaleiro vai se tornar o segundo maior do Brasil, podendo processar 36 mil toneladas/ano de aço	Governo da Bahia, em http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2022
BA	Exploração de minério de ferro (Cabral Resources, Austrália)	Região de Brumado	R\$ 3,9 bilhões		Investimento inclui unidade industrial no município de Livramento de Nossa Senhora para fabricar concentrado de ferro com teor entre 67% e 69%	http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2023 http://www.brumadoagora.com.br/antigo/tag/cabral-mineracao/
BA	Fábrica de gesso acartonado (Grupo Saint-Gobain, França)	Feira de Santana	R\$ 125 milhões		“A localização foi estrategicamente escolhida, tanto pelos crescentes mercados do Nordeste, Centro-Oeste e Norte do País como pela maior disponibilidade da gipsita”, informou a empresa, em nota. A região de Araripina, no sertão de Pernambuco, concentra boa parte das reservas nacionais de gipsita, principal matéria-prima para fabricação de gesso.	http://www.valor.com.br/empresas/2936482/saint-gobain-vai-investir-r-125-milhoes-na-bahia#ixzz2is0r5O3g http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2024
BA	Unidade de produção de calcário britado e moído e argila em estado natural (Grupo CPX)	Lajedinho (microrregião de Itaberaba)	R\$ 450 milhões		São matérias-primas para a fabricação de cimento	http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/12/17/estado-fecha-2012-com-quase-r-70-bilhoes-para-investimentos-industriais-previstos-ate-2025
BA	Fábrica de resinas automotivas (BASF)	Camaçari	R\$ 1.6 bilhão			http://www.brasileconomico.com.br/noticias/novos-polos-industriais-seduzem-montadoras_109576.html

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
BA	Expansão da Ford	Camaçari	R\$ 400 milhões			http://cni.empauta.com/e/mostra_noticia.php?pg=pesquisa&page=8&cod_noticia=1036203507
CE	Fábrica de Cimento Poty Votorantim	Sobral	R\$ 700 milhões	Início de operações, 2015		Diário do Nordeste, em http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1287924
CE	Refinaria Premium II Petrobras	Complexo Industrial e Portuário do Pecém	R\$ 22 bilhões	Sem previsão	300 mil barris por dia. Produção de diesel servirá para exportação e para o mercado brasileiro. A produção de derivados será, principalmente, diesel e QAV (combustível de avião).	http://www.adece.ce.gov.br/index.php/refinaria
CE	Companhia Siderúrgica do Pecém (Vale e Dongkuk e Posco, Coreia)	Complexo Industrial e Portuário do Pecém	R\$ 8,4 bilhões	Início de operações, 2015		http://cni.empauta.com/e/mostra_noticia.php?pg=pesquisa&page=8&cod_noticia=1036203507
CE	Usina de Itataia (fosfato e urânio)	Santa Quitéria	R\$ 750 milhões	2016	O fosfato, com previsão de 240 mil toneladas anuais, será utilizado para fertilizantes. O urânio, com produção estimada em 1.600 toneladas anuais, será utilizado pela usina nuclear Angra III. Itataia concentra a maior jazida de urânio do País.	http://www.folhavedocafe.com.br/regi-o/projeto-santa-quiteria-e-destaque-no-iii-encontro-de-minerac-o-do-ceara-1.1196780#.Um5MR3C-q9U http://www.adece.ce.gov.br/index.php/fosfato-e-uranio
MA	Refinaria Premium I de petróleo Petrobras	Bacabeiras	R\$ 40 bilhões	Operação prevista para 2017	A Refinaria Premium I, da Petrobras, é a maior obra do PAC. Ela irá maximizar a produção no Brasil de óleo diesel de alta qualidade. Terá capacidade de processar cerca de 600 mil barris/dia. Início de operação em 2016.	http://imirante.globo.com/noticias/2013/03/21/ministro-lobao-confirma-continuidade-nas-obras-da-refinaria-premium-i.shtml http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab
MA	Fábrica de Celulose / Grupo Suzano	Imperatriz	R\$ 6 bilhões	Operação prevista para 2013	Planta terá capacidade para 1,5 milhão de toneladas por ano de celulose de mercado de eucalipto, gerando ainda um excedente de energia de 100 megawatts.	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63635
MA	Itapecuru Bioenergia (Cana de açúcar e Álcool)	Aldeias Altas	R\$ 400 milhões			http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63637

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
MA	Agro Serra (Cana de açúcar e álcool)	São Raimundo das Mangabeiras	R\$ 200 milhões			http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63638
MA	Siderúrgica Integrada Gusa Nordeste (Aciaria e laminação)	Açailândia	R\$ 310 milhões	Operação estava prevista para 2012	Produção de laminados de aço: 1ª fase - 500 mil t/ano	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63639
MA	Dimensão Indústria de Aços Planos (Grupo Dimensão)	São Luís	R\$ 160 milhões	Operação prevista para 2013	Capacidade: 240 mil ton./ano de perfis, chapas, tubos e outros	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63640
MA	Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR (Expansão da Refinaria)	São Luís	R\$ 6 bilhões	Em operação (2009)	Objetivo: ampliar a capacidade de produção de alumina de 1,5 milhão para 3,5 milhões de t/ano	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63641
MA	Notaro Alimentos - Complexo Industrial Avícola	Balsas	R\$ 146 milhões:		Granja, Incubatório, fábrica de ração, produção de óleo e farelo de soja, granjas integradas, centro de distribuição. Capacidade 150.000 aves / dia.	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63642
MA	UTE Itaqui (MPX Energia)	São Luís	R\$ 1,8 bilhão	Operação prevista (2009) para 2012		http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63643
MA	UTE Paranaíba (MPX e Energia)	Santo Antônio dos Lopes	R\$ 6 bilhões	Fase inicial da construção de 1.200 MW, com investimentos de R\$ 2 bilhões. Previsão de operação: 1ª fase - 2013	Capacidade: 3.722 MW	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63644
MA	Bacia do Parnaíba (Terrestre) Prospecção de gás: OGX, MPX e Petra Energia	8 blocos exploratórios (52 municípios)	R\$ 700 milhões			http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63645

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
MA	Bacia do Parnaíba (Terrestre)OGX/ MPX – Unidade de Tratamento de Gás (Poços : Gavião Real e Gavião Azul)		R\$ 800 milhões	Início da produção: Janeiro de 2013		http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63646
MA	O potencial dos ventos atraiu a Bioenergy Geradora de Energia para o Maranhão. A empresa investe em um parque eólico nos municípios de Tutóia e Paulino Neves, no litoral maranhense.	Tutoia e Paulino Neves (Litoral Maranhense)	R\$ 4,5 bilhões	A empresa anunciou que pretende iniciar ainda este ano a implantação dos primeiros 230 MW do complexo, com investimentos iniciais de R\$ 900 milhões.		http://www.sedinc.ma.gov.br/paginas/view/paginas.aspx?id=41#.UmqFQnC-q9U
MA	Bacias PA-MA e Barreirinhas OGX Maranhão PA-MA (5 Blocos)		R\$ 310 milhões			http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63647
MA	Suzano Energia Renovável (Complexo de produção de pellets de biomassa)	Chapadinha	R\$ 1,2 bilhões		Capacidade: 2 milhões ton./ano	http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63636

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
PE	Fábrica de automóveis Fiat	Goiana	R\$ 7 bilhões	Em construção	A fábrica da Fiat em Pernambuco será instalada em um terreno com 14 milhões de metros quadrados de área contínua, no município de Goiana. Ele comporta um complexo polo automotivo, composto pela fábrica, parque de fornecedores, centro de treinamento, centro de pesquisa e desenvolvimento, pista de testes e campo de provas. A concentração de todos esses processos produtivos em um mesmo parque industrial vai possibilitar o aumento da eficiência na linha de montagem. Até a inauguração serão aproximadamente dois anos de obras. A terraplenagem começou em janeiro de 2012 e o início da produção está previsto para 2014.	http://programapernambuco.fiat.com.br/#sobre_o_programa_scr
PE	Shineray Montadora de Motos	Suape	R\$ 130 milhões	Em construção; previsão de início de operações em março de 2014	Terá capacidade para produzir 120 mil motocicletas por ano e as operações deverão ser iniciadas em março do próximo ano	http://www.brasil247.com/pt/247/pe/pe/ambuco247/93653/
PE	Fábrica de vidros planos Brennand	Goiana	R\$ 770 milhões			
PE	Pólo Farmacoquímico / Hemobras	Goiana	R\$ 1,5 bilhão		Somente a Hemobras está em implantação	
PE	Estaleiro Atlântico Sul	Suape				
PE	Estaleiro Promar	Suape				
PE	Estaleiro CMO	Suape	R\$ 3,3 bilhões	Anunciado		

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
PE	Refinaria Abreu e Lima	Suape	R\$ 34 bilhões	Em obras	Quando pronta, a Refinaria Abreu e Lima poderá processar 230 mil barris de óleo/dia (70% desse total vai virar diesel), produzirá gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e combustível para siderurgia e indústria de cerâmica (coque), entre outros. Estima-se que 20% da produção será voltada para Pernambuco e o restante para os demais Estados do Nordeste.	http://www.pac.gov.br/i/f1e1c8ab
PE	Polo Petroquímico	Suape	R\$ 6,8 bilhões	Petroquímica Suape em obras	O Complexo PQS é constituído pela Companhia Petroquímica Suape e pela Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe). Juntas, elas formam o Complexo Industrial Químico-Têxtil, que reúne três unidades industriais integradas: uma para produção de ácido tereftálico (PTA), outra para produzir polímeros e filamentos de poliéster (POY) e uma terceira, que fabricará resina para embalagens PET	http://cni.empauta.com/e/mostra_noticia.php?pg=pesquisa&page=15&cod_noticia=1308201376973843002
PE	Estaleiro Galictio (Empresas espanholas Indasa, Tecnymo, ElectroRayma e Gabadi)		R\$ 950 milhões			
PE	O grupo GL Empreendimentos, comandado pelo empresário Gerson Lucena, está construindo no município de Moreno uma fábrica de alimentos.	Moreno	R\$ 143 milhões	Previsão de início no primeiro semestre de 2014	O grupo GL Empreendimentos, comandado pelo empresário Gerson Lucena, está construindo no município de Moreno uma fábrica de alimentos. O investimento inicial é de R\$ 143 milhões. Os incentivos fiscais foram aprovados esta semana pelo Conselho estadual de Política Industrial , Comercial e de Serviços (Condic).	Moreno ganha indústria de alimentos, Diário de Pernambuco - Online Economia PE, 10 de setembro de 2013, em http://cni.empauta.com/e/mostra_noticia.php?pg=pesquisa&page=3&cod_noticia=1309101378856139014

UF	Projeto	Localização	Valor do investimento	Estado atual	Observações	Fonte
PE	Polo cervejeiro de Igarassu e Itapissuma. A região ganhará fábricas da Ambev e da Itaipava, além da ampliação da unidade da Schin.	Igarassu e Itapissuma	R\$ 1,5 bilhão		Juntos, os investimentos totalizam R\$ 1,5 bilhão e devem gerar aproximadamente 2 mil empregos diretos”, destacou o presidente da AD Diper.	SECRETARIA DA CASA CIVIL DE PERNAMBUCO em http://www.acaradevitoria.com.br/2013/09/governo-de-pernambuco-atrai-944.html
PI	Indústria de produção de proteína animal Tomazini	Uruçuí	R\$ 600 milhões			Notícias 180 Graus, em http://180graus.com/noticias/governo-investe-em-infraestrutura-e-incentivos-para-atrair-novos-investimentos-industriais
PI	Indústria de embalagens de lata da Crown - Brand Buiding Packing	Polo Industrial Norte de Teresina	R\$ 150 milhões			Notícias 180 Graus, em http://180graus.com/noticias/governo-investe-em-infraestrutura-e-incentivos-para-atrair-novos-investimentos-industriais
PI	Mineradora Bemisa	Paulistana	R\$ 3,4 bilhões	2016	Projeto tem mais de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro magnetítico certificadas. A produção anual do projeto será de 15 milhões de toneladas de Pellet Feed Fine de qualidade Premium e níveis de contaminantes abaixo dos padrões de mercado obtido através do processo de concentração magnética.	http://bemisa.com.br/pt-br/nossosprojetos/projetosemimplanta%C3%A7%C3%A3o/planaltopiau%C3%AD.aspx

Fonte: GOMES (2014).

Quadro A7 - Dimensões, indicadores e definições utilizadas para mensuração da desigualdade a partir de uma abordagem multidimensional

Dimensão	Indicador	Definição	Justificativa
Mercado de Trabalho e Renda	Taxa de Desemprego	Relação entre o total de ocupados e a população economicamente ativa	Indicadores de mercado de trabalho e renda permitem avaliar a condição diferenciada de inserção econômica e de acesso a benefícios monetários públicos entre os distintos grupos populacionais ao mercado de trabalho e à renda, na medida em que estes mensuram uma parcela da dimensão econômica da desigualdade
	Taxa de Formalização	Relação entre os ocupados com contribuição à previdência e o total de ocupados	
	Taxa de Assalariamento	Relação entre o número de assalariados (trabalhadores agrícolas, do setor privado, do setor público e empregados domésticos) e o total de ocupados	
	Incidência do trabalho agrícola	Relação entre o número de domicílios com ao menos um membro ocupado no setor agrícola e o total de domicílios	
	Incidência da previdência social	Relação entre o número de domicílios com ao menos um membro que tenha recebido algum tipo de remuneração oriunda da previdência social (aposentadoria ou pensão) e o total de domicílios	
	Incidência de programas sociais	Relação entre o número de domicílios que recebam algum tipo de benefício social (renda mínima, bolsa escola, bolsa família, BPC etc.) e o total de domicílios	
	Incidência da renda do trabalho	Relação entre o número de domicílios com ao menos um membro que exerça trabalho remunerado e o total de domicílios	
	Participação da renda do trabalho na renda total	Relação entre a massa de rendimentos do trabalho e a massa de rendimentos de todas as fontes	
	Rendimento Domiciliar <i>per capita</i>	Valor do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i>	
	Índice de Gini	Medida de desigualdade do rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes	
Acesso a bens de consumo	Proporção de domicílios sem televisão	Relação entre o número de domicílios sem televisão e o total de domicílios	Indicadores de consumo permitem avaliar as diferenças entre os distintos grupos populacionais em termos de acesso a bens e serviços de uso individual, que estão, diretamente, relacionados à dimensão econômica da desigualdade (acesso à renda)
	Proporção de domicílios sem máquina de lavar	Relação entre o número de domicílios sem máquina de lavar e o total de domicílios	
	Proporção de domicílios sem geladeira	Relação entre o número de domicílios sem geladeira ou freezer e o total de domicílios	
	Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	Relação entre o número de domicílios sem telefone (fixo ou celular) e o total de domicílios	
	Proporção de domicílios sem computador	Relação entre o número de domicílios sem computador pessoal e o total de domicílios	
	Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	Relação entre o número de domicílios sem veículo particular e o total de domicílios	
Condições do domicílio e acesso a bens públicos	Densidade de morador por dormitório	Número médio de moradores por cômodo utilizado como dormitório	Indicadores de condição de vida permitem avaliar as diferenças em termos
	Densidade de morador por banheiro	Número médio de moradores por banheiro exclusivo do domicílio	
	Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo do domicílio	Relação entre o número de domicílios vivendo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio e o total de domicílios	
	Proporção domicílios sem esgoto apropriado	Relação entre o número de domicílios vivendo em domicílios sem esgoto apropriado (fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar) e o total de domicílios	

Dimensão	Indicador	Definição	Justificativa
Condições do domicílio e acesso a bens públicos	Proporção domicílios sem água encanada	Relação entre o número de domicílios vivendo em domicílios sem água canalizada no domicílio ou na propriedade e o total de domicílios	sociais (habitacionais) entre os distintos grupos populacionais, na medida em que o acesso aos bens e serviços públicos de uso coletivo estão, diretamente, relacionados à dimensão social da desigualdade
	Proporção domicílios sem coleta de lixo apropriada	Relação entre o número de domicílios vivendo em domicílios sem coleta de lixo apropriada (por exemplo, o lixo é queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro público, jogado em rio, lago ou mar) e o total de domicílios	
	Proporção domicílios sem acesso à energia elétrica	Relação entre o número de domicílios vivendo em domicílios sem energia elétrica no domicílio e o total de domicílios	
Educação	Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	Relação entre o número de pessoas que não sabem ler e escrever com mais de 15 anos de idade e o total de pessoas com 15 anos ou mais	Indicadores educacionais permitem a avaliação de mais uma dimensão da desigualdade associada ao direito constitucional do cidadão de ter acesso ao conhecimento e à educação
	Taxa escolarização das crianças de 6 a 14 anos	Relação entre o número de crianças de 6 a 14 anos que frequentavam a escola e o total de crianças nessa mesma faixa etária	
	Defasagem escolar (6 a 14 anos)	Relação entre o número de crianças de 6 a 14 anos em defasagem escolar e o total de crianças nessa mesma faixa etária	
	Incidência do ensino médio completo na população de maiores de 17 anos de idade	Relação entre o número de pessoas maiores de 17 anos com ensino médio completo e o total de pessoas de 18 anos ou mais	
	Incidência do ensino superior completo na população de maiores de 21 anos de idade	Relação entre o número de pessoas maiores de 21 anos com ensino superior completo e o total de pessoas de 22 anos ou mais	
Demografia	Razão dependência	Relação entre o número de pessoas com menos de 15 e/ou mais de 65 anos e o número de pessoas pertencentes a faixa etária de 15 a 64 anos	Indicadores demográficos possibilitam a mensuração das diferenças em termos de razão de dependência da população, tamanho das domicílios, estrutura e chefia familiar, condição migratória (variável de controle para mensurar as diferenças quanto à vulnerabilidade e/ou adaptação ao local de moradia entre os domicílios com período de residência inferior a 4 anos), além da taxa de mortalidade infantil.
	Tamanho médio dos domicílios	Número médio de pessoas por família	
	Proporção de domicílios com chefia de não brancos	Relação entre o número de domicílios com chefia de não brancos e o total de domicílios	
	Proporção domicílios com chefia feminina	Relação entre o número de domicílios com chefia feminina e o total de domicílios	
	Proporção de domicílios com residência inferior a 4 anos	Relação entre o número de domicílios com residência inferior a 4 anos e o total de domicílios	
	Mortalidade Infantil	Relação entre o número de óbitos infantis por cada mil crianças nascidas vivas.	

Fonte: TROVÃO (2015) com adaptações da autora.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	21001	21002	21003	21004	21005	21006	21007	21008	21009	21010	21011	21012	21013	21014	21015	21016	21017	21018	21019	21020	21021	22001	22002
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	5,4	19,6	9,5	5,6	7,0	9,1	8,8	9,7	11,1	9,4	8,1	6,3	6,1	6,3	10,0	10,7	12,2	6,1	9,8	12,1	9,8	6,8	10,4
Taxa de Formalização	15,5	48,4	18,4	14,9	15,8	14,2	12,6	15,4	29,1	18,5	13,7	11,7	11,5	13,6	16,7	23,3	23,9	15,3	23,1	26,1	19,5	14,4	24,5
Taxa de Assalariamento	62,1	71,7	59,0	54,5	62,7	63,5	66,3	66,6	69,7	64,5	61,6	67,9	51,3	51,5	58,7	68,3	64,9	61,7	68,0	70,2	60,0	63,4	63,1
Incidência do trabalho agrícola	51,8	4,9	30,3	49,0	51,7	49,3	55,5	43,7	23,2	35,9	43,9	48,6	39,5	39,6	29,9	41,4	24,0	36,2	29,9	31,1	28,3	42,1	23,1
Incidência da previdência social	34,4	26,6	34,5	38,0	33,7	31,9	24,9	29,0	26,6	36,4	32,0	31,5	39,3	37,7	37,9	30,8	34,9	35,9	32,3	31,0	38,7	34,5	37,9
Incidência de programas sociais	0,2	1,8	0,3	0,6	1,5	6,3	0,4	0,5	1,2	0,6	0,7	2,6	0,3	0,7	0,9	1,5	1,6	0,9	0,6	0,4	0,7	1,4	1,1
Incidência da renda do trabalho	72,2	88,0	69,0	73,3	78,3	80,9	69,0	74,0	84,2	73,1	66,7	78,7	56,8	67,4	64,1	65,6	73,0	64,1	76,2	76,4	54,8	77,1	77,1
Participação da renda do trabalho na renda total	74,0	79,1	71,8	68,6	73,9	73,2	79,9	79,3	85,6	72,9	73,3	78,3	63,0	69,5	69,1	76,6	73,1	70,3	77,5	85,2	69,1	69,4	70,6
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	135,7	487,4	134,7	121,3	140,8	119,2	139,3	169,6	305,1	164,6	167,4	180,2	116,5	146,1	150,1	146,5	190,3	164,9	252,7	288,4	179,5	150,2	243,7
Índice de Gini ²	0,571	0,643	0,549	0,570	0,569	0,556	0,551	0,565	0,613	0,544	0,588	0,564	0,546	0,594	0,573	0,558	0,561	0,572	0,597	0,676	0,597	0,576	0,639
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	49,6	8,7	45,7	63,0	52,5	49,2	53,6	42,2	21,4	32,1	52,7	36,5	54,8	52,5	41,6	47,0	32,7	46,9	38,4	41,9	50,9	49,9	28,9
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	98,3	84,6	97,3	98,0	97,5	98,1	97,6	96,1	91,5	96,0	96,2	96,1	98,0	98,0	97,3	98,0	96,1	97,0	93,2	93,0	95,5	98,3	95,2
Proporção de domicílios sem geladeira	63,8	13,6	60,9	68,2	61,2	62,3	70,5	51,8	27,7	43,1	59,8	49,6	61,8	59,2	55,5	56,2	43,7	56,7	39,6	43,7	55,4	57,7	38,8
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	93,7	56,8	90,5	94,3	92,7	92,4	95,7	90,9	78,2	89,5	91,9	92,0	96,2	90,3	94,3	92,6	84,9	92,8	85,0	86,2	91,6	93,8	84,1
Proporção de domicílios sem computador	98,8	92,6	98,5	98,2	98,7	99,1	98,2	98,0	97,1	98,2	98,1	98,5	98,6	98,5	98,7	99,0	98,3	99,1	98,1	97,4	97,8	99,1	97,6
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	97,1	82,1	95,3	96,9	96,2	96,0	96,4	93,5	87,9	93,3	93,6	92,0	95,2	95,5	95,4	94,8	91,3	93,9	87,8	87,6	92,4	93,3	87,2
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,6	2,6	2,9	3,1	2,7	2,9	2,9	2,8	2,5	2,6	2,8	2,5	2,7	2,8	2,6	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,6	2,5
Densidade de morador por banheiro	30,6	4,4	25,9	34,0	22,2	21,4	41,0	16,1	6,7	11,0	18,3	13,3	21,9	19,1	16,6	19,5	9,9	14,9	8,3	9,9	17,1	11,8	6,1
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	86,6	33,0	83,5	86,6	81,5	81,1	89,7	75,2	48,7	66,7	77,5	72,3	80,0	80,1	77,6	79,6	63,4	75,8	56,5	63,7	76,0	68,9	44,6
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	69,7	32,8	46,7	31,1	47,3	26,2	53,9	36,2	44,6	29,4	27,1	31,4	21,4	31,6	34,7	16,4	27,6	39,9	37,2	28,7	40,3	18,1	13,7
Proporção de domicílios sem água encanada	22,6	13,5	29,6	20,7	18,8	12,8	22,0	17,3	7,1	15,4	26,2	24,4	23,0	16,4	12,7	15,8	12,5	21,6	6,0	7,8	17,1	22,8	15,3
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	94,1	33,7	86,9	89,3	91,7	86,9	92,6	71,6	37,7	60,1	70,4	74,1	89,6	90,7	61,5	70,5	61,7	80,5	63,2	55,5	81,1	78,1	48,8
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	27,1	0,6	26,4	39,2	31,0	29,9	23,3	22,5	7,8	13,5	33,5	15,7	34,5	37,5	24,1	28,5	21,1	29,1	22,0	26,4	31,2	36,0	17,3
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	26,1	7,0	28,5	37,0	28,3	38,1	32,4	36,2	21,5	33,5	35,5	35,1	40,3	35,5	39,0	40,4	30,8	34,5	21,5	22,2	25,9	40,3	30,6
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	93,1	96,2	92,9	84,9	91,1	91,2	87,0	86,6	95,0	88,3	86,0	91,6	84,8	91,7	86,2	89,2	89,6	89,2	92,2	88,3	91,3	93,1	90,6
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	53,8	35,6	49,9	53,3	53,2	51,6	57,5	53,3	48,3	50,9	52,8	52,5	52,8	56,2	55,3	57,9	51,1	51,1	51,4	47,9	56,9	59,8	54,8
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	8,9	34,2	11,3	5,7	8,7	8,7	4,0	7,0	13,1	8,8	6,8	8,6	5,9	9,5	7,4	7,1	10,8	8,4	9,7	10,9	8,1	6,3	11,3
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	1,9	6,4	1,4	3,5	1,6	3,2	1,6	2,5	2,8	2,6	1,9	2,3	2,7	2,5	2,9	3,6	3,1	2,4	2,6	2,3	2,8	5,7	4,7
Demografia																							
Razão de dependência	79,2	53,6	88,1	94,4	79,5	87,1	87,0	78,3	67,1	71,8	82,9	74,6	85,2	82,9	75,5	78,4	70,7	74,4	74,1	78,3	79,8	75,1	68,4
Tamanho médio das famílias	4,6	4,4	4,9	5,3	4,7	4,7	5,0	4,8	4,4	4,4	4,8	4,3	4,9	4,7	4,4	4,7	4,4	4,4	4,5	4,6	4,7	4,5	4,5
Proporção de famílias com chefe de não brancos	78,5	67,6	79,2	78,6	70,9	79,8	79,6	72,0	70,1	69,0	70,8	73,9	76,7	77,4	75,1	82,4	79,1	68,9	70,2	71,7	69,5	77,1	68,3
Proporção de famílias com chefe feminina	25,2	32,4	23,6	17,7	23,6	22,4	15,8	18,6	22,8	23,7	16,7	21,9	18,1	19,8	25,4	20,6	26,5	21,7	22,0	23,2	17,9	18,7	23,2
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	1,3	3,1	0,9	0,7	1,0	1,0	4,3	2,8	6,1	2,1	2,2	2,8	2,4	1,5	2,0	1,7	4,1	2,5	5,5	6,3	3,2	3,9	5,6
Mortalidade Infantil ³	17,2	19,7	21,0	9,6	12,6	25,4	20,1	13,4	20,0	16,3	18,1	17,3	14,9	13,4	33,6	16,5	20,9	14,2	9,5	4,6	2,6	26,7	15,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	22003	22004	22005	22006	22007	22008	22009	22010	22011	22012	22013	22014	22015	23001	23002	23003	23004	23005	23006	23007	23008	23009	23010
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	14,7	7,4	6,3	8,1	7,7	7,5	8,7	8,7	6,2	6,5	8,1	4,1	7,6	8,8	7,4	7,0	5,0	11,0	7,2	5,8	7,6	10,4	8,9
Taxa de Formalização	46,7	17,5	15,5	18,9	11,9	14,9	25,3	13,6	13,3	11,3	22,4	13,5	13,8	18,3	16,5	16,1	21,5	31,8	16,1	18,7	19,7	20,7	18,1
Taxa de Assalariamento	72,3	55,0	55,0	53,8	61,0	56,2	64,3	61,2	60,3	62,2	59,6	63,3	57,7	65,7	67,4	67,2	58,9	64,6	61,5	54,9	62,3	69,7	65,7
Incidência do trabalho agrícola	9,3	27,6	27,3	25,5	36,5	29,9	25,4	39,5	42,4	40,5	24,0	50,5	37,8	35,9	40,2	42,8	35,9	17,1	37,0	17,0	28,1	26,0	24,1
Incidência da previdência social	31,6	38,7	43,7	46,4	33,8	40,0	37,8	35,8	33,6	35,6	39,1	37,7	39,7	36,0	38,2	37,8	42,7	36,7	44,1	44,3	41,9	34,4	40,3
Incidência de programas sociais	1,9	1,2	0,8	0,8	0,5	5,8	0,5	3,9	0,5	0,8	0,8	0,5	0,9	1,1	0,9	0,2	3,0	3,4	1,6	0,5	1,1	0,5	0,5
Incidência da renda do trabalho	84,4	64,6	64,0	62,0	74,9	66,5	74,1	78,8	75,4	74,7	68,8	77,2	61,1	76,0	75,0	54,3	74,9	75,0	68,3	60,4	69,8	79,0	75,4
Participação da renda do trabalho na renda total	75,3	63,6	61,5	65,1	74,9	66,5	72,9	75,8	71,5	74,2	74,2	73,2	65,8	71,2	70,8	61,9	62,9	74,4	60,2	64,2	66,9	72,2	69,6
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	458,8	153,2	155,4	203,6	191,4	160,3	262,6	184,8	176,3	186,8	257,7	202,3	163,8	157,8	169,5	131,4	154,0	233,0	164,0	172,9	169,7	179,5	166,7
Índice de Gini ²	0,660	0,548	0,545	0,571	0,565	0,513	0,618	0,610	0,556	0,611	0,613	0,553	0,576	0,597	0,589	0,551	0,542	0,618	0,574	0,572	0,579	0,535	0,542
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	12,4	44,2	33,5	37,6	45,6	37,6	32,7	50,2	57,7	59,3	35,2	52,6	61,4	41,1	22,8	40,5	26,0	22,3	24,8	30,6	34,4	25,6	23,2
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	90,7	98,4	98,2	97,7	93,8	97,3	94,7	94,7	96,5	95,6	93,7	98,1	97,9	97,5	97,4	98,2	98,4	95,1	97,9	98,2	97,8	97,4	98,7
Proporção de domicílios sem geladeira	18,4	57,6	44,0	43,5	52,3	40,6	36,6	55,0	66,0	63,5	37,1	61,7	68,1	56,0	51,4	60,9	50,7	41,6	51,8	51,5	55,9	45,3	54,8
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	54,9	93,4	92,3	91,8	87,8	85,2	80,5	91,4	92,0	88,5	82,7	93,1	95,0	90,6	90,3	91,1	93,1	82,1	91,6	93,2	89,2	89,0	89,9
Proporção de domicílios sem computador	93,0	99,1	99,4	99,1	97,5	98,7	97,6	98,1	98,7	97,2	97,9	99,2	98,9	98,1	98,4	98,9	98,7	97,0	98,5	98,9	98,5	98,1	98,9
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	77,1	92,6	93,3	90,0	91,2	90,8	86,8	88,5	89,8	88,4	87,1	84,6	88,6	91,6	88,8	91,6	93,9	88,1	92,3	91,5	89,8	89,0	90,7
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,4	2,4	2,3	2,3	2,5	2,2	2,4	2,5	2,4	2,4	2,2	2,3	2,4	2,5	2,4	2,5	2,6	2,5	2,3	2,3	2,4	2,4	2,6
Densidade de morador por banheiro	4,1	11,0	9,6	8,1	11,0	7,8	6,2	10,0	11,4	10,8	6,1	10,3	11,1	11,3	8,0	10,1	13,0	6,6	8,9	10,1	12,5	8,0	10,0
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	29,5	67,3	62,7	57,4	65,1	51,6	48,7	60,7	69,7	65,0	45,1	65,1	65,7	67,7	55,3	64,3	71,8	50,0	60,2	64,1	72,0	58,7	63,3
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	11,1	15,1	29,0	26,8	31,1	28,0	15,7	12,7	21,4	17,3	33,3	29,7	26,9	48,2	59,6	41,8	54,3	27,5	54,8	54,6	53,5	17,6	43,8
Proporção de domicílios sem água encanada	6,6	25,2	14,5	16,5	17,6	11,3	15,5	12,3	61,0	28,9	14,2	44,0	47,3	18,7	20,8	33,7	29,1	18,6	28,2	29,9	22,9	16,8	20,3
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	25,6	68,9	70,9	61,1	73,0	84,7	60,5	79,0	76,6	81,0	61,7	66,5	72,2	67,7	70,9	66,3	73,4	45,8	66,1	63,6	64,8	54,3	52,8
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	4,2	34,6	15,3	23,3	34,4	19,4	21,6	34,9	50,9	46,7	20,3	43,5	49,4	23,9	12,0	29,0	13,6	12,6	19,1	29,2	26,3	11,8	10,1
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	16,7	38,5	35,3	36,1	29,5	30,4	25,7	30,2	32,5	25,1	31,7	42,5	38,3	37,8	36,5	43,6	33,1	31,0	36,8	33,9	30,0	25,7	32,0
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	95,1	91,1	93,8	93,3	87,3	94,7	93,2	91,7	91,0	89,5	92,4	91,2	90,4	92,2	93,9	89,5	97,0	94,0	94,2	93,5	94,5	94,6	91,8
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	46,2	59,6	53,1	55,5	57,1	56,4	53,5	59,2	56,3	56,0	52,6	57,4	58,7	50,2	50,0	48,2	55,8	49,0	51,8	50,2	46,5	47,0	47,6
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	21,6	5,9	8,8	7,7	6,8	8,2	12,0	8,4	6,5	7,0	9,7	6,5	5,0	5,3	5,9	5,2	5,5	9,6	6,0	6,2	7,3	8,9	7,7
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	6,7	5,8	4,9	4,2	1,6	4,9	4,9	3,2	2,4	3,5	5,0	5,7	6,2	6,2	6,2	6,5	7,8	7,1	7,0	5,9	5,0	4,3	5,0
Demografia																							
Razão de dependência	55,2	68,2	69,9	62,8	76,6	69,3	63,7	76,0	67,2	73,2	59,9	63,1	68,2	79,0	80,6	79,7	81,4	73,9	79,5	78,5	80,1	69,3	75,3
Tamanho médio das famílias	4,3	4,3	4,0	4,0	4,5	4,2	4,1	4,7	4,2	4,5	4,1	4,0	4,3	4,7	4,5	4,3	4,4	4,4	4,2	4,3	4,6	4,3	4,5
Proporção de famílias com chefe de não brancos	72,2	71,9	81,2	74,8	73,2	82,3	78,5	79,4	66,8	82,9	68,1	63,8	66,3	68,9	62,2	54,3	75,1	65,1	61,8	57,5	70,7	74,0	70,7
Proporção de famílias com chefe feminina	29,2	18,9	23,8	21,7	20,8	20,5	26,0	19,6	15,1	19,8	21,8	18,1	19,1	17,4	18,9	18,0	19,7	20,9	21,0	18,3	18,7	21,4	20,9
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	4,9	3,8	4,3	5,2	5,7	5,4	5,1	5,2	4,6	5,3	4,6	5,1	5,4	2,1	5,3	2,5	4,1	3,8	7,5	4,4	2,0	2,4	2,0
Mortalidade Infantil ³	20,3	14,6	20,0	17,5	20,4	21,5	13,4	22,0	20,4	12,3	19,8	22,5	27,7	34,0	37,8	39,5	36,6	31,2	40,3	26,1	25,0	20,4	26,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	23011	23012	23013	23014	23015	23016	23017	23018	23019	23020	23021	23022	23023	23024	23025	23026	23027	23028	23029	23030	23031	23032	23033
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	9,9	11,2	9,5	10,0	12,8	15,5	15,5	8,3	9,6	7,6	7,2	14,0	11,1	8,8	6,4	10,0	8,5	9,3	6,0	6,9	7,8	13,5	12,0
Taxa de Formalização	21,3	21,3	25,4	24,7	28,9	51,2	41,0	17,3	21,0	13,8	18,1	29,1	27,3	18,9	21,6	23,8	17,0	20,1	13,6	16,3	20,3	31,9	23,8
Taxa de Assalariamento	64,2	59,0	67,9	67,4	72,1	73,4	75,1	59,1	60,2	56,3	54,9	70,5	71,1	56,0	47,4	61,9	52,4	56,4	46,7	55,3	62,7	65,5	69,5
Incidência do trabalho agrícola	26,3	21,6	28,6	26,0	24,9	2,8	15,3	32,1	28,3	37,0	26,8	31,1	29,2	31,2	19,5	23,4	19,3	21,0	27,2	39,4	29,0	13,9	26,5
Incidência da previdência social	41,7	40,4	42,5	39,0	38,4	30,1	28,5	41,9	44,4	40,3	48,6	37,6	41,0	43,7	51,6	43,6	50,2	53,6	43,5	45,3	44,5	39,8	41,9
Incidência de programas sociais	2,6	1,6	0,7	1,1	1,1	2,0	1,4	0,7	1,8	0,8	1,0	1,3	1,9	0,7	1,1	1,2	2,5	0,3	0,3	3,4	1,2	1,1	0,5
Incidência da renda do trabalho	69,8	68,3	68,5	66,7	75,6	87,2	83,7	68,0	66,7	66,5	59,8	79,6	74,9	71,9	52,2	72,5	55,0	55,8	54,7	57,5	66,2	78,0	73,3
Participação da renda do trabalho na renda total	66,9	69,5	67,8	62,6	74,3	75,7	76,4	66,1	65,6	65,4	63,0	71,7	71,0	71,6	62,9	69,4	56,8	55,4	64,7	58,9	62,2	72,9	70,4
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	165,1	164,5	170,7	153,6	218,6	551,2	239,1	192,4	193,0	166,8	197,4	217,7	226,6	218,4	200,2	238,6	168,6	166,3	180,6	138,5	165,5	283,0	208,7
Índice de Gini ²	0,574	0,559	0,547	0,518	0,590	0,649	0,550	0,592	0,572	0,588	0,584	0,551	0,553	0,584	0,581	0,577	0,542	0,549	0,614	0,566	0,561	0,618	0,588
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	30,6	32,8	23,8	30,6	22,8	7,6	15,4	30,7	26,9	41,9	33,6	19,6	21,4	26,4	29,0	20,6	32,1	21,0	39,8	34,1	32,0	15,5	22,6
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	98,6	97,5	97,6	98,1	97,3	84,1	96,0	97,1	97,4	97,7	97,6	95,1	95,3	96,7	97,3	96,6	98,2	98,4	97,5	98,5	98,1	94,2	97,2
Proporção de domicílios sem geladeira	56,0	54,6	48,6	52,9	39,8	16,1	32,7	49,0	44,8	59,6	52,8	36,7	37,5	39,0	46,0	39,6	49,5	45,6	65,1	58,5	55,2	38,5	50,7
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	91,2	88,0	86,3	92,5	87,3	49,9	84,1	91,2	89,0	92,9	89,8	85,3	86,8	87,3	89,3	81,3	92,1	84,7	90,4	94,1	89,4	76,2	85,3
Proporção de domicílios sem computador	99,1	98,3	98,5	98,7	98,5	89,5	98,3	98,8	98,3	99,1	98,7	97,0	97,7	98,7	98,0	98,0	99,5	98,6	98,4	99,5	99,0	95,9	98,2
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	90,6	92,2	90,5	87,5	89,1	74,2	83,6	89,5	89,8	90,8	90,6	87,9	87,1	88,1	87,0	88,0	93,7	90,3	90,1	93,9	91,0	83,5	88,2
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	2,3	2,4	2,3	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
Densidade de morador por banheiro	13,6	11,0	10,7	21,9	8,0	3,2	7,6	8,1	8,6	9,7	8,8	7,0	6,4	6,0	8,0	6,3	8,1	7,6	9,3	11,8	10,4	5,0	6,8
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	73,7	66,8	65,5	85,9	61,6	14,8	56,0	58,4	60,3	61,8	61,4	55,9	48,3	42,0	55,5	48,7	54,4	52,6	60,4	65,8	63,7	33,5	49,3
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	58,1	53,6	52,7	75,4	74,4	33,9	76,5	37,1	37,2	42,7	36,1	73,5	50,4	24,9	51,5	58,9	50,8	51,9	38,8	51,7	46,1	51,2	42,4
Proporção de domicílios sem água encanada	30,9	24,9	34,2	65,7	29,2	5,8	25,2	29,5	29,7	40,4	33,5	21,9	25,4	18,1	23,6	17,6	20,4	18,5	42,8	16,6	28,8	14,5	21,7
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	57,7	56,4	58,8	73,1	52,5	8,9	39,7	60,4	58,2	66,2	61,6	39,3	52,2	56,5	56,6	44,6	60,0	56,9	61,4	60,9	67,0	29,1	53,9
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	17,6	24,7	9,5	15,2	11,8	1,1	4,5	21,4	18,3	29,1	20,9	6,4	9,7	17,7	17,3	9,4	16,0	9,1	30,1	15,0	16,8	6,3	8,1
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	31,4	34,3	32,0	32,9	30,2	11,8	25,0	35,6	34,5	39,1	37,4	28,6	29,4	32,3	36,1	32,7	35,2	31,9	42,8	36,5	35,0	25,4	31,9
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	95,0	91,4	94,6	95,7	94,4	94,9	95,3	93,0	93,9	91,3	93,1	95,3	94,1	94,2	95,7	89,8	94,1	94,5	87,0	96,1	92,7	93,5	92,5
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	48,5	45,4	40,6	46,4	43,2	37,1	46,1	46,3	44,5	47,1	48,2	39,3	41,5	43,0	45,0	40,3	41,9	51,5	50,5	55,5	52,6	45,5	45,1
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	7,4	6,8	9,2	6,3	7,5	23,1	8,8	6,9	9,5	5,9	6,8	11,8	10,6	9,4	7,8	10,9	7,2	10,8	6,0	6,2	7,1	14,0	10,5
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	5,9	4,9	5,1	5,3	3,3	7,7	2,7	6,0	4,7	4,5	4,6	5,1	5,7	3,6	6,5	5,4	5,4	4,9	5,5	7,0	3,9	6,8	5,8
Demografia																							
Razão de dependência	74,9	79,4	74,3	70,9	65,5	55,0	66,0	71,3	74,9	73,2	69,4	63,0	64,3	69,0	69,8	61,9	70,0	67,2	76,4	74,4	71,8	67,0	67,4
Tamanho médio das famílias	4,4	4,4	4,4	4,2	4,2	4,1	4,2	4,0	4,2	4,2	4,0	4,2	4,1	4,2	4,2	4,0	4,1	4,2	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3
Proporção de famílias com chefe de não brancos	69,1	68,0	73,1	73,8	66,2	60,3	62,4	64,1	64,2	54,6	57,9	62,2	53,3	62,3	57,0	62,2	53,9	63,1	57,3	64,8	61,5	65,4	63,7
Proporção de famílias com chefe feminina	19,7	20,3	20,9	19,0	22,0	30,6	19,4	20,4	19,9	18,6	19,9	24,5	21,6	20,3	21,9	21,4	21,1	21,1	20,2	20,0	19,2	26,4	23,4
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	1,1	1,8	1,0	0,9	1,8	3,6	3,0	5,7	2,3	5,2	3,8	3,9	2,2	3,9	5,5	4,7	4,4	3,6	5,8	4,7	5,8	5,6	4,5
Mortalidade Infantil ³	17,9	24,6	18,3	24,2	16,3	20,7	22,2	29,2	25,3	37,4	33,4	17,0	25,3	23,2	17,4	23,8	30,6	30,7	31,8	35,8	24,4	22,7	22,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	24001	24002	24003	24004	24005	24006	24007	24008	24009	24010	24011	24012	24013	24014	24015	24016	24017	24018	24019	25001	25002	25003	25004
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	18,2	11,7	15,3	14,4	8,3	12,9	11,4	15,9	14,3	10,5	11,0	12,5	10,6	10,5	11,6	11,3	16,4	16,6	16,5	7,6	9,8	10,2	14,1
Taxa de Formalização	49,8	28,0	32,3	36,4	24,3	28,3	29,4	43,4	33,7	23,3	34,8	37,0	24,3	29,8	26,9	26,5	44,7	59,1	41,7	18,1	25,8	23,0	34,5
Taxa de Assalariamento	72,4	70,2	67,4	70,6	45,7	64,7	60,1	78,1	73,1	57,1	74,0	71,6	60,8	61,2	64,4	75,6	78,2	74,4	73,7	65,5	59,1	62,2	68,0
Incidência do trabalho agrícola	11,0	24,9	18,9	26,3	9,1	19,1	14,5	21,0	23,3	25,6	14,3	17,1	18,9	17,7	23,6	42,6	16,8	2,4	24,4	25,2	24,6	22,7	9,2
Incidência da previdência social	36,8	44,8	48,9	40,9	59,0	47,6	51,7	42,1	45,5	47,3	40,2	43,1	42,4	49,7	47,2	40,4	35,8	34,8	43,1	38,6	44,8	42,2	37,3
Incidência de programas sociais	1,9	0,6	5,0	1,7	1,4	3,5	1,2	3,1	1,0	4,6	1,6	1,3	4,9	1,4	1,5	2,8	1,2	2,3	1,2	1,4	1,2	1,8	2,0
Incidência da renda do trabalho	82,6	68,8	64,3	76,2	49,6	66,8	60,9	73,1	68,5	61,5	82,7	79,9	67,8	61,4	66,8	68,9	81,6	86,5	71,8	79,7	70,1	74,6	81,4
Participação da renda do trabalho na renda total	76,3	63,0	63,5	74,0	53,3	66,6	61,8	65,8	66,0	60,7	72,4	71,5	69,3	61,1	64,3	66,5	72,7	72,4	68,8	73,3	66,8	70,6	77,2
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	346,7	189,6	187,9	255,5	167,0	222,3	216,9	232,6	216,1	175,9	354,2	307,5	196,0	195,7	193,1	158,5	236,0	665,2	198,3	201,6	224,7	231,5	296,1
Índice de Gini ²	0,560	0,480	0,536	0,564	0,497	0,552	0,540	0,495	0,553	0,520	0,557	0,554	0,569	0,524	0,551	0,522	0,518	0,629	0,547	0,514	0,589	0,557	0,572
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	11,3	24,4	32,8	19,0	17,0	18,1	18,1	14,8	22,0	22,8	13,2	13,0	24,9	25,5	23,3	27,7	13,3	5,3	20,8	20,7	20,1	19,3	11,9
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	78,9	91,7	95,1	91,6	95,6	94,1	94,2	91,1	95,9	95,0	87,7	89,6	93,4	94,4	96,4	96,7	92,2	72,9	95,8	94,5	95,9	94,3	89,9
Proporção de domicílios sem geladeira	18,7	41,0	46,8	29,6	37,8	31,0	36,5	27,2	40,2	47,0	19,1	29,6	42,3	49,5	43,2	38,1	26,4	9,1	36,2	32,0	37,2	30,5	24,7
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	67,6	92,5	96,6	87,6	96,6	88,3	93,0	88,3	93,3	96,2	75,1	84,2	93,5	92,6	95,1	96,5	88,6	48,1	92,9	84,8	85,2	82,8	76,4
Proporção de domicílios sem computador	94,9	98,1	98,1	97,4	99,0	97,9	98,6	96,9	98,5	99,5	96,5	97,7	98,1	98,6	98,6	98,6	97,4	86,2	98,2	98,8	98,2	97,7	96,4
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	76,9	86,0	87,7	83,3	88,6	84,3	86,6	88,7	85,5	83,2	79,7	81,9	88,3	85,6	86,5	88,8	84,4	66,9	88,2	85,9	87,3	85,0	83,1
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,2	2,1	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,2	2,1	2,6	2,4	2,4	2,6	2,5	2,3	2,6	2,4	2,3	2,3	2,3
Densidade de morador por banheiro	4,0	9,2	11,6	6,0	7,0	5,0	4,9	5,7	7,0	9,0	4,1	4,1	5,6	6,4	6,6	6,6	5,2	2,8	6,5	6,4	6,1	5,3	3,7
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	21,7	62,3	67,8	41,5	48,9	29,8	28,8	41,4	46,9	58,7	23,7	20,3	27,1	43,7	43,3	36,0	28,3	5,7	38,1	42,9	43,7	36,3	15,4
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	47,7	74,7	72,9	52,4	73,8	47,6	52,0	80,4	65,2	63,7	40,6	30,7	76,8	51,7	79,4	80,9	67,2	26,3	68,8	33,4	34,8	35,1	15,1
Proporção de domicílios sem água encanada	9,8	26,9	29,7	15,1	18,7	17,3	30,3	15,4	19,5	38,6	12,4	10,9	17,8	27,8	27,5	18,3	6,3	1,3	8,6	34,8	28,5	26,8	7,8
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	17,0	48,3	44,4	36,4	45,9	39,5	41,1	18,4	34,6	49,1	20,1	20,9	37,7	33,2	41,0	55,0	36,6	4,6	38,2	43,7	50,0	44,1	24,7
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	2,0	14,5	20,3	7,5	7,2	8,3	10,4	3,4	9,5	14,6	3,8	6,3	8,5	15,6	7,3	5,5	3,1	0,3	4,0	5,8	5,7	5,1	2,4
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	19,8	29,3	33,6	31,5	34,8	31,0	28,7	25,7	33,3	32,6	22,9	22,1	36,9	33,4	37,9	35,8	26,0	10,9	33,9	35,5	31,3	31,1	25,4
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	95,5	94,9	93,7	93,3	93,6	94,6	95,6	95,8	93,5	96,2	94,9	95,8	91,3	92,5	91,8	91,3	93,3	95,2	92,3	92,1	93,0	91,4	94,1
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	38,9	43,9	52,4	46,2	51,1	46,7	45,6	46,4	47,7	54,2	40,7	37,7	48,5	45,4	49,6	50,8	45,7	34,3	49,5	52,7	55,0	51,5	45,4
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	17,5	12,8	11,6	11,3	9,0	11,4	13,0	13,2	10,8	10,3	14,7	15,7	9,2	12,6	8,4	6,6	12,7	27,0	9,3	8,3	9,5	9,1	13,3
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	7,0	3,7	3,9	4,2	3,6	5,9	4,5	3,6	4,0	3,2	5,5	5,1	3,6	3,9	3,9	2,7	2,9	10,0	2,3	3,7	5,2	4,6	7,5
Demografia																							
Razão de dependência	55,3	60,2	66,0	62,0	68,4	60,4	63,2	60,6	68,2	65,7	55,0	60,2	76,1	73,3	73,3	78,3	66,0	51,0	73,2	62,3	63,9	58,6	60,2
Tamanho médio das famílias	4,1	4,1	4,2	4,2	4,2	4,1	3,9	3,9	4,1	4,3	4,0	4,0	4,5	4,1	4,2	4,7	4,3	4,0	4,5	4,2	4,1	4,1	4,1
Proporção de famílias com chefia de não brancos	59,3	63,5	56,5	65,7	46,8	52,9	45,3	75,5	67,3	60,3	43,0	41,1	69,8	63,2	65,7	72,6	70,9	52,6	67,6	54,1	55,3	51,1	54,7
Proporção de famílias com chefia feminina	25,1	20,5	19,6	20,5	21,8	20,7	22,1	22,2	21,7	18,1	24,9	21,6	18,8	22,0	20,9	16,7	21,5	28,8	20,9	20,4	21,2	19,5	27,5
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	2,8	2,3	1,8	2,2	6,5	3,8	2,6	2,1	2,0	2,4	4,0	4,1	1,4	2,8	2,8	1,9	3,2	6,5	4,2	5,8	6,7	4,3	4,7
Mortalidade Infantil ³	24,8	24,3	22,2	22,8	13,8	20,8	17,7	16,0	28,1	23,1	25,4	24,7	16,2	20,7	19,8	14,7	17,3	20,5	22,4	14,7	24,5	11,4	25,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	25005	25006	25007	25008	25009	25010	25011	25012	25013	25014	25015	25016	25017	25018	25019	25020	25021	25022	25023	26001	26002	26003	26004
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	10,5	9,3	6,5	11,2	6,9	11,2	9,8	9,6	10,1	10,8	10,8	11,4	16,0	11,2	5,0	13,1	11,5	17,7	13,8	10,5	13,5	10,0	15,3
Taxa de Formalização	22,8	22,5	19,3	31,0	23,2	22,0	22,1	21,2	20,4	24,1	22,4	30,6	47,3	26,9	15,3	30,2	29,8	58,8	32,2	19,7	24,2	22,0	27,8
Taxa de Assalariamento	62,1	66,9	50,3	67,3	57,6	64,3	66,2	55,1	47,7	51,0	60,6	58,6	67,2	59,2	55,4	65,2	70,4	75,2	78,1	62,0	70,1	56,6	59,5
Incidência do trabalho agrícola	30,1	40,0	28,6	18,9	25,6	32,4	33,7	24,9	18,3	16,5	32,0	16,3	5,6	25,5	35,0	31,0	32,5	3,9	47,6	31,1	31,8	24,2	18,1
Incidência da previdência social	43,5	41,1	46,5	44,7	42,1	46,0	47,6	47,1	50,1	48,4	49,2	45,7	38,8	43,3	46,6	43,0	41,4	36,2	33,2	40,0	44,1	45,8	45,9
Incidência de programas sociais	3,6	1,8	3,3	2,9	4,8	1,5	0,5	5,3	1,8	0,8	2,8	4,5	2,0	3,6	3,9	3,0	2,4	2,0	1,1	1,5	1,1	0,8	2,6
Incidência da renda do trabalho	74,6	77,4	66,6	73,0	69,6	70,4	65,1	62,4	55,1	68,1	66,6	65,1	78,6	67,4	61,3	70,8	72,4	84,6	82,5	68,5	70,9	65,0	67,6
Participação da renda do trabalho na renda total	63,2	66,0	60,5	65,3	64,9	60,0	62,7	59,9	56,8	66,5	59,3	66,5	74,7	62,0	56,9	65,9	69,2	71,7	73,3	76,2	67,5	64,9	65,0
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	160,1	158,3	154,7	209,7	169,2	190,4	182,3	171,9	176,6	220,6	173,1	198,2	408,8	164,6	141,7	180,3	168,6	568,2	173,7	223,8	211,0	217,0	250,8
Índice de Gini ²	0,550	0,559	0,540	0,512	0,492	0,530	0,472	0,513	0,560	0,560	0,556	0,527	0,620	0,494	0,513	0,506	0,491	0,628	0,492	0,651	0,596	0,572	0,603
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	28,9	31,1	26,6	18,2	24,1	23,2	17,6	19,6	21,6	9,1	20,3	17,4	6,8	20,0	27,6	23,3	18,5	7,0	27,7	35,4	28,8	17,0	20,1
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	97,4	97,5	97,9	95,9	96,1	96,9	96,6	96,3	96,7	95,7	96,0	95,2	87,2	97,8	99,0	96,4	97,7	78,6	96,8	96,2	96,4	95,5	94,3
Proporção de domicílios sem geladeira	46,0	52,8	57,0	44,6	58,0	50,3	46,1	53,6	49,0	42,6	46,7	39,5	22,8	47,3	62,9	40,4	45,5	13,1	47,3	56,8	51,0	42,4	40,6
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	89,5	89,2	92,6	86,6	91,5	89,6	91,3	89,8	91,0	85,9	90,5	88,1	63,0	92,1	95,5	89,9	91,6	56,3	95,0	91,8	89,1	89,8	87,5
Proporção de domicílios sem computador	99,0	98,5	99,0	98,0	98,9	98,7	99,1	98,6	98,8	98,0	98,2	98,4	92,6	98,8	99,2	98,7	98,7	88,3	98,4	98,0	98,1	98,6	97,6
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	91,5	90,3	91,4	86,3	88,4	87,9	87,1	88,0	88,8	88,6	88,7	88,3	77,6	91,2	89,5	87,5	89,6	69,6	88,1	86,9	86,3	85,9	84,7
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,2	2,4	2,4	2,2	2,4	2,2	2,4	2,3	2,3	2,3	2,5	2,3	2,3	2,3	2,5	2,4	2,4	2,2	2,5	2,5	2,5	2,2	2,3
Densidade de morador por banheiro	7,0	7,8	7,1	4,7	6,8	5,4	6,0	6,2	7,0	5,8	6,3	4,6	3,4	5,7	13,0	5,8	6,4	2,8	6,9	8,5	6,5	5,0	5,0
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	47,8	50,8	45,2	27,7	45,7	38,9	39,2	43,6	50,6	43,4	40,4	25,8	14,5	36,0	70,3	37,5	41,8	7,1	43,8	56,1	41,1	33,2	34,1
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	36,7	40,5	45,3	28,6	34,6	39,0	40,7	48,4	69,2	45,6	46,6	50,8	24,0	73,4	51,2	63,5	75,6	41,0	74,6	31,0	22,7	25,3	22,1
Proporção de domicílios sem água encanada	30,1	32,2	32,8	26,5	50,7	37,3	46,3	39,3	39,6	31,3	18,1	16,0	11,4	29,4	60,8	15,8	24,6	2,5	14,2	50,5	21,8	25,7	27,9
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	54,1	51,0	58,0	31,1	46,5	46,1	58,2	37,7	51,7	40,2	52,7	33,9	19,5	51,8	75,4	50,7	41,8	8,2	48,0	59,2	56,5	50,0	50,2
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	12,3	14,3	15,4	6,6	14,5	13,0	6,6	9,1	4,2	1,0	7,1	3,6	0,9	4,4	22,3	5,6	3,5	0,5	8,4	19,6	12,7	5,4	6,7
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	37,7	35,5	36,0	27,1	32,4	30,9	29,6	37,5	43,7	31,2	40,6	36,1	18,9	40,1	45,4	40,1	41,3	14,6	36,1	35,2	27,6	29,1	31,1
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	90,9	91,7	93,5	95,5	93,8	93,5	93,5	94,2	90,9	96,6	91,7	94,0	95,7	92,7	93,3	90,8	89,8	94,1	91,3	86,4	90,2	91,7	90,8
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	56,9	52,5	58,1	48,1	57,9	53,6	52,4	55,3	58,4	49,5	57,2	54,3	43,7	55,1	60,7	57,8	53,6	41,2	54,8	52,1	48,9	45,2	48,3
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	9,0	8,9	6,3	10,9	5,7	7,2	7,2	6,0	5,7	7,8	5,7	8,1	16,9	6,8	3,6	6,3	5,8	22,1	6,3	7,4	10,5	11,2	11,6
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	4,7	5,6	4,1	6,0	5,0	4,4	3,8	5,4	6,3	3,7	5,9	6,1	9,1	4,7	4,9	3,8	4,0	11,5	3,3	4,7	4,6	4,4	6,9
Demografia																							
Razão de dependência	65,6	67,0	74,4	62,7	72,0	67,5	71,0	72,1	75,2	65,8	75,9	70,2	58,8	71,4	82,1	70,8	68,9	51,8	68,2	73,0	71,0	65,9	67,9
Tamanho médio das famílias	4,2	4,4	4,3	4,0	4,2	3,7	4,0	4,0	4,1	4,0	4,4	4,0	4,0	4,0	4,3	4,1	4,1	4,0	4,3	4,4	4,5	3,9	4,0
Proporção de famílias com chefe de não brancos	50,2	59,9	67,9	50,1	57,1	56,8	52,7	54,4	65,5	56,1	65,7	61,8	52,7	64,4	67,2	60,7	63,4	56,1	71,7	70,1	66,9	57,5	60,6
Proporção de famílias com chefia feminina	20,7	20,0	24,4	20,4	21,4	25,8	22,7	24,8	24,1	25,5	24,5	25,1	28,7	23,7	23,0	22,9	22,5	30,1	20,9	21,6	22,6	25,4	28,4
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	5,1	4,9	5,3	5,6	4,3	4,7	3,3	5,4	5,4	5,5	3,0	3,6	4,1	3,3	5,0	4,3	4,1	5,1	7,9	5,0	3,5	5,1	4,2
Mortalidade Infantil ³	34,7	32,7	41,0	22,3	30,3	37,4	29,6	40,3	35,7	21,7	29,9	36,7	25,9	37,4	29,1	30,3	37,3	18,3	22,1	27,5	26,7	30,2	36,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	26005	26006	26007	26008	26009	26010	26011	26012	26013	26014	26015	26016	26017	26018	27001	27002	27003	27004	27005	27006	27007	27008	27009
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	12,8	15,7	7,7	11,5	6,5	11,3	9,3	10,0	18,9	14,4	21,5	21,8	20,9	24,2	6,8	13,7	8,1	11,2	10,8	10,5	8,0	14,4	18,0
Taxa de Formalização	32,7	25,0	12,5	26,1	16,5	24,5	19,4	17,3	45,9	29,0	47,6	49,2	59,1	57,0	13,7	31,0	15,5	17,5	20,0	22,1	15,5	36,0	44,3
Taxa de Assalariamento	69,1	63,0	57,0	60,5	61,5	59,4	57,0	60,7	76,0	66,5	79,2	75,1	73,5	78,8	46,5	65,8	50,4	68,8	56,7	64,3	48,7	76,2	86,4
Incidência do trabalho agrícola	34,7	24,5	40,8	18,5	13,8	22,7	32,6	34,1	20,4	23,1	25,5	8,4	1,2	9,0	33,8	14,2	32,5	33,7	27,0	36,8	30,1	34,8	39,4
Incidência da previdência social	29,5	43,0	44,6	40,2	37,8	48,9	43,6	48,0	40,4	37,4	41,0	36,8	37,4	34,5	43,1	40,2	40,0	35,0	41,8	31,2	39,6	37,2	34,3
Incidência de programas sociais	2,7	1,0	4,3	1,4	0,8	3,5	2,9	2,8	4,4	5,5	10,1	1,8	1,9	4,7	1,1	1,0	6,3	2,4	1,1	2,7	9,5	0,6	1,2
Incidência da renda do trabalho	83,9	71,5	65,9	75,7	76,3	64,7	70,2	65,7	76,2	78,6	71,4	78,8	82,4	80,4	51,6	73,8	65,6	73,3	65,2	76,6	52,0	74,1	77,9
Participação da renda do trabalho na renda total	81,3	68,9	64,0	75,3	79,1	64,5	68,9	65,3	72,4	73,3	68,6	71,5	72,7	71,4	57,0	73,8	65,2	75,3	66,5	78,7	57,7	73,6	74,7
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	338,3	222,9	159,4	312,3	313,9	197,1	225,6	198,8	229,4	237,2	194,8	259,5	621,5	266,4	139,4	229,5	158,3	180,1	194,4	206,0	128,8	181,4	149,0
Índice de Gini ²	0,625	0,577	0,563	0,587	0,548	0,521	0,595	0,550	0,561	0,538	0,547	0,528	0,650	0,541	0,590	0,589	0,618	0,614	0,580	0,575	0,602	0,560	0,503
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	20,5	24,2	33,0	12,5	14,9	16,9	18,6	21,1	18,9	17,9	25,8	15,1	6,2	14,3	38,2	20,2	39,7	32,2	25,2	19,5	40,4	26,9	32,0
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	90,7	93,7	96,3	91,1	92,5	96,2	93,4	95,9	94,3	92,5	93,7	90,8	73,7	89,0	97,6	94,4	97,2	96,8	95,5	94,2	97,6	96,9	96,9
Proporção de domicílios sem geladeira	29,5	39,4	58,9	34,1	32,1	40,4	47,3	45,5	33,9	34,8	36,8	20,1	9,5	20,3	61,9	37,1	61,9	56,5	44,5	44,6	57,3	44,1	46,3
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	76,2	87,4	94,8	86,6	93,0	95,0	88,9	94,0	91,9	90,3	92,6	89,5	61,6	85,5	94,2	86,6	93,9	93,0	89,7	88,6	93,1	88,6	90,9
Proporção de domicílios sem computador	94,4	97,0	98,2	96,9	97,7	98,5	97,4	98,6	98,2	97,6	98,1	97,1	87,8	96,9	99,0	97,2	98,5	98,2	98,2	97,2	98,6	98,3	98,0
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	77,5	82,3	88,6	82,5	82,8	88,5	86,0	87,9	87,2	85,6	89,4	84,4	72,5	87,0	92,1	84,3	91,1	89,8	89,7	87,2	93,6	90,6	91,5
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,6	2,5	2,5	2,3	2,4	2,3	2,3	2,4	2,5	2,4	2,6	2,4	2,3	2,5	2,6	2,4	2,7	2,6	2,3	2,5	2,8	2,6	2,8
Densidade de morador por banheiro	4,8	6,0	8,0	4,2	4,7	6,0	5,2	5,1	5,3	5,0	5,7	4,2	3,0	4,7	8,8	4,7	8,2	8,3	6,1	6,4	9,6	5,9	8,0
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	26,2	36,3	50,4	25,9	30,1	40,5	35,3	31,5	32,3	31,3	32,7	14,8	11,0	21,0	53,2	25,9	50,6	51,9	43,0	44,5	60,0	35,6	45,8
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	21,7	28,3	32,1	25,3	36,9	69,1	45,0	33,0	70,1	33,2	39,3	73,3	44,2	52,9	47,1	27,4	61,7	66,1	66,5	80,7	50,1	34,9	42,8
Proporção de domicílios sem água encanada	15,4	24,7	41,2	22,9	41,7	35,7	27,0	19,9	14,6	18,6	12,8	5,6	3,7	8,1	44,8	21,4	47,9	40,7	29,1	20,4	45,3	12,1	19,9
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	38,3	43,9	64,7	33,6	39,0	55,8	40,6	40,6	37,3	29,8	39,9	25,1	12,2	17,2	73,0	26,6	49,6	48,2	46,7	36,9	66,2	35,8	41,7
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	5,8	10,2	16,9	2,5	2,5	3,7	4,6	5,4	4,2	4,1	6,3	0,9	0,2	2,2	27,6	7,9	24,7	15,0	9,9	6,4	17,8	11,4	14,9
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	21,2	26,0	45,5	29,9	30,3	34,6	35,3	42,1	27,6	30,2	32,9	20,0	10,2	20,9	43,5	30,4	41,0	42,2	37,3	36,8	47,4	40,7	42,1
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	90,9	91,1	90,0	88,5	88,1	90,8	89,2	88,7	90,2	90,7	88,5	92,5	95,0	90,8	85,3	88,8	91,9	88,3	89,7	88,9	85,7	81,5	81,1
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	42,8	46,8	56,1	44,5	44,6	46,4	50,5	50,2	45,6	45,7	49,9	41,7	38,3	45,7	58,0	54,8	57,9	59,2	52,3	52,0	55,5	50,1	49,6
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	14,5	13,3	5,3	11,3	8,3	8,5	8,7	6,7	11,7	11,0	10,7	14,6	24,9	16,1	5,5	9,4	7,4	6,2	8,3	7,5	7,6	7,6	7,2
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	5,4	5,4	5,0	4,8	3,7	3,9	4,8	3,3	4,3	3,8	3,4	3,0	10,1	2,7	3,6	3,2	4,5	3,8	3,9	4,1	5,3	2,8	2,5
Demografia																							
Razão de dependência	62,9	70,1	77,4	63,4	64,8	65,4	69,9	72,5	60,1	60,5	68,3	57,1	48,3	56,1	82,2	71,8	83,8	78,3	67,5	67,9	75,3	74,0	75,2
Tamanho médio das famílias	4,4	4,5	4,3	3,8	3,8	4,1	4,1	3,9	4,3	4,0	4,4	4,1	3,8	4,2	4,6	4,2	4,5	4,5	4,1	4,4	4,6	4,4	4,8
Proporção de famílias com chefe de não brancos	63,7	68,5	66,0	49,8	51,4	56,1	59,3	52,1	65,2	55,1	66,3	66,8	56,4	69,2	66,0	71,6	72,7	74,2	63,6	62,5	65,7	66,4	71,5
Proporção de famílias com chefe feminina	23,4	26,3	22,4	27,1	25,6	24,1	25,7	25,4	23,7	23,3	24,7	24,7	33,9	25,1	19,9	24,5	23,5	20,5	24,3	21,7	24,3	23,8	20,6
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	6,6	4,0	3,2	2,9	4,5	1,9	3,9	3,7	2,2	1,6	2,6	2,0	2,6	1,9	2,9	6,3	4,0	2,1	3,6	3,6	3,0	2,5	2,2
Mortalidade Infantil ³	26,6	26,2	26,7	38,5	33,5	30,7	44,5	41,1	33,9	31,5	45,8	23,0	21,5	29,5	21,6	37,9	31,9	34,3	24,7	29,0	26,1	31,1	42,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(continua)

Descrição	27010	27011	27012	27013	28001	28002	28003	28004	28005	28006	28007	28008	28009	28010	28011	28012	28013	29001	29002	29003	29004	29005	29006	
Mercado de trabalho e renda																								
Taxa de Desemprego	14,6	20,5	15,1	14,7	11,1	7,2	10,6	8,3	10,5	10,0	14,1	14,2	12,9	23,7	20,0	9,7	17,4	13,0	10,9	11,4	13,7	16,6	14,8	
Taxa de Formalização	37,0	54,8	45,7	32,0	20,9	22,0	23,7	23,5	19,5	23,7	34,1	37,9	30,5	59,6	62,6	22,1	34,1	38,0	15,5	19,9	32,3	35,2	21,1	
Taxa de Assalariamento	84,6	74,4	81,1	72,9	65,8	68,8	63,9	62,6	61,9	69,8	67,3	77,3	69,8	81,4	74,6	74,8	71,1	72,6	67,0	63,3	70,4	67,0	63,2	
Incidência do trabalho agrícola	44,9	5,0	34,8	28,1	35,1	36,7	32,6	28,9	29,7	36,8	24,1	29,4	35,7	12,3	2,9	41,1	27,8	23,3	42,7	31,4	34,2	17,1	33,1	
Incidência da previdência social	32,1	33,4	30,8	40,6	30,8	35,5	35,6	31,1	37,5	34,6	38,0	36,5	35,1	35,0	33,0	28,7	33,9	26,2	39,7	39,0	33,9	43,1	42,1	
Incidência de programas sociais	2,4	1,3	1,2	1,1	3,6	0,5	1,6	1,2	4,6	3,2	3,8	2,4	2,0	2,0	1,6	9,1	4,9	1,6	5,2	3,3	0,8	1,9	1,0	
Incidência da renda do trabalho	78,9	83,7	81,6	68,7	71,0	75,9	77,8	81,5	76,3	80,0	76,3	71,6	75,6	74,4	84,8	83,7	75,4	83,5	66,9	65,6	77,7	73,2	67,6	
Participação da renda do trabalho na renda total	71,1	73,6	77,5	71,0	74,2	73,7	71,5	78,3	71,6	75,7	71,3	66,5	73,9	70,3	73,9	77,6	69,3	86,3	70,5	72,3	78,0	67,2	71,0	
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	153,8	543,7	193,7	215,8	175,5	209,4	176,5	236,5	194,3	206,8	206,7	167,1	179,2	201,9	581,7	177,6	204,5	391,3	163,2	200,0	269,4	305,6	187,5	
Índice de Gini ²	0,542	0,667	0,556	0,611	0,570	0,542	0,544	0,514	0,533	0,537	0,567	0,524	0,549	0,513	0,634	0,545	0,572	0,642	0,548	0,562	0,599	0,584	0,576	
Acesso a bens de consumo																								
Proporção de domicílios sem televisão	42,3	8,7	23,2	23,2	36,8	27,2	25,5	13,6	23,3	20,6	22,3	23,0	27,6	14,8	6,0	25,8	22,5	24,4	54,3	44,9	31,8	21,6	42,5	
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	96,5	82,8	96,0	95,3	96,2	95,7	97,6	95,2	96,3	95,5	93,5	97,6	96,3	96,5	78,6	96,3	95,1	86,8	96,5	95,5	93,6	90,7	95,2	
Proporção de domicílios sem geladeira	46,4	13,5	35,0	39,0	51,5	42,1	42,2	24,8	48,5	37,0	31,1	39,5	38,2	23,3	9,4	47,8	37,1	33,3	61,7	54,2	43,5	31,4	56,6	
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	90,1	58,4	90,8	87,6	95,6	92,6	95,6	88,8	94,1	88,6	86,6	95,2	96,4	93,4	58,0	94,9	85,5	77,2	94,7	88,6	86,9	81,5	93,0	
Proporção de domicílios sem computador	97,8	90,1	98,1	97,8	98,2	98,6	98,5	97,8	98,3	97,8	96,9	98,6	97,9	98,2	87,8	98,1	97,7	94,3	98,0	97,7	96,8	95,7	97,7	
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	89,2	75,4	89,8	90,2	89,8	90,0	89,3	88,2	90,4	86,3	88,6	90,8	88,2	88,5	70,1	88,3	88,6	79,3	91,2	86,8	83,5	76,8	88,3	
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																								
Densidade de morador por dormitório	2,8	2,4	2,7	2,6	2,5	2,2	2,5	2,2	2,3	2,3	2,6	2,5	2,6	2,5	2,3	2,5	2,6	2,4	2,3	2,2	2,6	2,4	2,6	
Densidade de morador por banheiro	7,8	3,2	6,5	5,6	5,6	4,8	5,3	4,3	4,8	4,9	4,8	5,2	6,1	5,0	2,9	5,9	5,5	4,5	8,6	7,1	5,9	4,6	7,2	
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	47,2	10,5	36,6	32,5	30,2	30,6	31,8	23,6	29,9	30,4	23,0	29,2	37,3	23,3	8,1	36,7	33,1	23,9	51,6	47,3	38,1	25,1	44,2	
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	53,2	48,4	56,1	69,2	47,9	58,9	72,5	45,2	36,9	79,2	57,6	73,5	68,9	44,7	19,9	70,8	67,9	43,5	53,2	58,5	22,5	17,8	53,8	
Proporção de domicílios sem água encanada	16,2	10,8	12,2	15,5	22,0	16,9	13,7	19,3	35,6	26,7	12,3	13,6	16,2	13,1	2,9	17,6	11,9	6,5	21,4	14,3	26,5	16,6	19,6	
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	55,6	7,8	29,4	37,8	43,9	39,3	47,5	34,5	41,8	44,5	29,0	53,6	53,5	25,4	9,3	50,7	40,6	34,0	71,2	56,5	48,0	36,5	55,7	
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	21,8	0,9	6,4	7,3	24,7	15,5	8,0	3,5	15,6	9,5	5,7	7,2	10,6	2,9	0,5	16,1	7,5	15,5	41,9	32,2	21,6	12,9	30,9	
Educação																								
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	40,9	17,6	34,3	34,4	36,4	37,6	33,4	30,2	32,7	32,2	28,5	32,6	31,7	21,9	10,4	34,3	28,9	20,6	31,9	29,1	24,7	23,0	28,5	
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	87,2	89,8	88,3	91,0	91,3	90,5	93,7	90,6	89,8	90,0	94,6	95,6	94,4	95,0	94,5	90,3	91,1	92,1	92,2	93,3	89,5	91,9	91,3	
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	52,9	42,5	49,7	51,9	55,4	54,4	51,3	48,2	54,6	52,5	48,9	52,9	54,0	50,3	43,3	57,1	56,1	44,6	53,3	53,1	48,6	44,4	53,6	
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	7,5	20,9	8,4	9,5	6,0	6,6	7,4	7,8	8,1	8,1	12,0	7,6	7,3	11,7	24,7	7,4	9,1	16,9	7,4	9,7	12,5	15,5	9,9	
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	2,5	8,6	2,9	5,6	4,5	2,7	3,3	2,3	2,9	2,2	4,8	2,4	3,1	2,1	8,9	3,1	2,1	3,9	1,9	2,1	3,7	5,4	3,4	
Demografia																								
Razão de dependência	74,9	53,8	68,9	71,2	72,8	67,3	69,7	63,8	68,6	67,0	71,5	70,5	71,0	64,0	51,6	70,9	71,5	63,4	70,1	65,5	64,2	59,6	76,7	
Tamanho médio das famílias	4,7	4,0	4,8	4,3	4,3	3,9	4,0	3,9	3,9	4,1	4,2	4,1	4,2	4,3	4,0	4,4	4,3	4,3	4,5	4,3	4,3	4,2	4,6	
Proporção de famílias com chefe de não brancos	77,8	60,5	64,9	72,8	70,8	62,7	79,8	56,0	63,8	67,6	70,1	77,4	76,2	80,7	65,0	69,8	80,1	65,7	71,0	62,9	70,0	67,2	75,5	
Proporção de famílias com chefia feminina	19,9	30,9	18,4	25,0	18,7	22,5	24,9	23,6	28,5	23,4	25,8	28,9	24,1	30,1	32,9	23,8	26,7	19,9	18,9	19,5	21,9	24,5	21,9	
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	4,1	3,6	2,4	3,5	5,2	4,0	2,7	2,4	5,9	3,9	4,2	1,3	4,4	2,2	5,4	2,5	3,7	8,1	2,0	4,2	6,9	7,0	3,7	
Mortalidade Infantil ³	28,6	30,1	30,5	32,6	31,3	24,2	35,8	24,5	19,8	27,6	37,6	43,3	49,8	35,3	31,5	24,9	31,6	16,5	14,5	12,5	24,7	21,3	21,1	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A2 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2000

(conclusão)

Descrição	29007	29008	29009	29010	29011	29012	29013	29014	29015	29016	29017	29018	29019	29020	29021	29022	29023	29024	29025	29026	29027	29028	29029	29030	29031	29032	
Mercado de trabalho e renda																											
Taxa de Desemprego	12,9	13,9	10,9	13,1	14,9	14,6	9,0	13,7	9,4	11,5	15,5	14,1	23,3	16,3	22,7	11,1	8,6	14,2	10,3	11,6	10,8	15,0	16,2	11,8	19,8	13,7	
Taxa de Formalização	21,3	23,1	18,6	22,3	24,4	33,8	15,4	15,8	13,5	21,8	31,7	28,5	48,7	34,2	61,8	18,4	19,6	26,6	25,2	26,4	20,6	28,8	31,8	27,0	41,7	36,6	
Taxa de Assalariamento	62,5	65,4	68,8	69,5	70,1	63,3	70,5	62,7	65,8	64,7	67,3	72,8	77,9	69,1	76,0	63,8	71,0	74,9	65,3	68,0	65,4	72,4	80,6	74,7	76,5	74,1	
Incidência do trabalho agrícola	35,5	28,3	40,5	32,5	31,8	17,8	46,5	32,9	43,9	31,1	26,6	31,3	12,9	25,1	1,4	26,5	43,5	35,5	33,2	33,0	31,8	30,2	39,6	46,8	29,2	28,2	
Incidência da previdência social	36,9	42,8	38,1	41,3	41,3	35,8	36,9	45,4	38,3	37,6	40,1	34,9	37,9	45,4	29,9	51,4	41,3	36,9	48,0	40,2	45,7	34,4	34,0	29,2	31,9	25,8	
Incidência de programas sociais	2,5	2,3	2,1	3,7	1,4	2,6	2,8	7,0	1,3	11,7	2,6	0,9	1,4	1,4	2,0	1,6	0,6	1,7	6,8	3,4	2,4	1,7	0,5	0,8	1,8	1,3	
Incidência da renda do trabalho	71,2	70,2	75,7	72,6	71,5	79,9	66,5	61,2	77,3	76,1	75,7	74,2	77,3	74,9	86,4	56,4	72,4	80,6	66,6	71,8	67,1	79,4	82,0	82,5	80,4	85,8	
Participação da renda do trabalho na renda total	73,5	70,6	75,2	71,0	70,4	77,9	67,5	59,9	70,6	72,2	70,3	73,4	70,9	67,6	76,6	62,0	73,6	76,0	66,6	76,8	69,7	78,8	76,7	76,9	76,1	83,9	
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	191,7	229,4	210,8	210,0	189,3	319,0	163,3	152,2	178,6	198,0	269,4	194,9	265,8	240,3	659,7	186,4	204,3	229,8	250,2	235,9	211,9	284,5	216,4	210,2	276,3	344,1	
Índice de Gini ²	0,585	0,612	0,564	0,584	0,549	0,611	0,538	0,537	0,544	0,568	0,595	0,581	0,537	0,547	0,647	0,536	0,534	0,570	0,589	0,607	0,553	0,603	0,534	0,586	0,611	0,612	
Acesso a bens de consumo																											
Proporção de domicílios sem televisão	42,7	32,5	26,0	31,5	35,6	21,0	45,0	42,8	35,0	34,5	26,4	33,3	19,9	19,6	6,6	50,9	38,9	30,8	32,7	39,1	43,1	25,7	29,9	40,4	26,2	27,1	
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	93,3	95,6	94,5	96,2	95,7	91,9	95,4	96,9	96,7	96,6	92,2	95,4	90,8	93,3	74,7	97,3	94,6	94,9	96,6	96,5	95,9	91,6	95,0	92,9	89,6	88,8	
Proporção de domicílios sem geladeira	52,5	54,0	53,7	53,2	54,5	33,5	65,5	63,3	58,6	54,6	40,7	48,1	29,2	32,1	10,0	66,2	59,6	48,2	50,8	53,1	59,9	46,3	50,9	50,0	40,4	36,1	
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	87,2	91,2	91,1	89,6	91,2	72,1	92,8	94,7	94,1	93,6	82,1	88,1	85,3	86,0	44,3	94,5	91,6	88,1	93,2	89,2	91,9	80,9	90,4	89,7	78,6	80,5	
Proporção de domicílios sem computador	96,0	97,6	97,7	97,4	97,8	95,5	96,5	98,4	98,5	98,0	96,6	97,0	96,3	97,2	86,5	98,5	97,2	97,2	98,1	97,2	97,9	95,4	97,5	96,6	94,9	95,1	
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	86,0	87,2	83,2	86,4	87,2	82,3	89,1	87,5	90,1	85,1	85,5	87,4	85,3	87,8	76,1	85,6	84,2	86,0	85,0	81,8	85,0	83,1	89,6	89,3	87,0	84,6	
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																											
Densidade de morador por dormitório	2,4	2,2	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3	2,4	2,3	2,6	2,4	2,3	2,4	2,1	2,4	2,3	2,1	2,2	2,1	2,2	2,3	2,6	2,6	2,5	
Densidade de morador por banheiro	7,3	6,1	6,4	5,9	6,5	4,7	9,1	8,5	6,6	6,7	4,9	7,1	5,3	4,9	2,9	7,8	7,2	5,7	6,3	6,0	7,6	5,3	4,9	6,7	4,9	4,7	
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	44,0	43,0	40,0	41,4	45,0	32,6	53,9	53,9	44,8	46,1	33,5	48,8	35,9	32,9	8,2	51,6	45,0	38,2	39,7	38,1	49,3	34,8	25,7	44,8	33,7	31,0	
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	63,8	37,7	57,0	36,0	35,6	45,9	30,1	36,4	50,3	30,1	46,1	65,8	28,5	49,4	16,1	50,6	51,1	41,9	49,3	48,4	38,0	45,7	25,9	25,2	26,4	49,9	
Proporção de domicílios sem água encanada	12,4	30,9	19,0	24,9	30,1	17,5	48,7	42,6	30,1	33,0	13,8	15,1	13,9	13,2	2,8	24,7	20,9	15,8	36,7	15,5	35,5	13,8	10,5	12,2	9,0	7,0	
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	65,2	52,3	55,4	42,0	43,9	37,3	66,1	72,2	64,9	55,6	46,5	51,1	35,2	41,7	8,6	70,8	61,1	40,3	65,5	54,0	63,8	36,8	36,6	54,9	33,8	27,0	
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	27,5	23,6	14,1	19,7	26,9	14,6	41,9	41,3	30,9	28,8	20,0	18,7	7,7	10,2	0,5	48,2	31,1	19,4	26,7	28,5	42,4	20,6	18,8	29,8	13,7	11,5	
Educação																											
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	28,3	28,4	23,6	27,2	28,3	19,8	45,0	35,9	36,3	29,0	23,4	28,5	16,8	21,8	6,5	30,5	27,9	28,0	28,8	28,8	32,9	27,3	31,4	30,8	25,1	24,0	
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	92,2	93,0	94,2	92,9	91,0	94,7	84,0	90,4	90,9	93,7	93,3	90,9	95,3	93,8	95,3	92,9	89,7	91,6	93,6	94,5	92,2	88,8	88,3	86,1	87,8	90,7	
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	52,3	53,8	49,2	51,0	53,8	50,0	51,3	53,5	50,2	53,2	51,9	49,5	49,2	47,7	40,7	54,0	49,9	50,0	48,7	49,0	54,4	50,8	50,2	50,3	48,1	45,3	
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	10,9	8,9	11,3	9,4	8,8	17,5	4,8	6,4	6,7	10,6	14,9	9,5	16,2	15,7	29,2	7,0	9,2	10,9	10,9	10,9	7,2	10,9	10,1	9,1	13,2	12,2	
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	3,3	3,3	2,7	3,3	2,6	4,0	3,2	3,8	3,4	3,4	3,2	2,8	2,2	2,9	8,6	2,9	2,4	3,2	4,0	3,5	3,8	3,3	3,2	3,6	3,9	3,3	
Demografia																											
Razão de dependência	73,6	66,0	65,2	67,2	73,6	59,9	74,1	72,3	71,8	66,4	63,9	76,8	56,4	60,3	45,2	67,2	70,2	66,4	61,4	62,6	62,0	59,9	63,4	70,9	63,3	63,8	
Tamanho médio das famílias	4,7	4,2	4,2	4,0	4,1	4,2	4,4	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4	4,2	4,1	3,8	4,3	4,4	4,2	4,5	4,4	4,5	4,3	4,3	4,3	4,1	4,0	
Proporção de famílias com chefe de não brancos	71,4	73,8	69,0	72,7	74,5	77,4	70,5	69,6	66,9	71,4	77,1	78,7	86,0	81,6	75,6	64,4	68,5	72,7	49,8	57,2	56,5	64,7	74,3	79,3	77,4	72,3	
Proporção de famílias com chefe feminina	20,8	23,0	20,7	25,4	26,9	30,8	17,7	21,4	22,8	23,7	28,7	27,0	31,2	32,5	35,6	21,8	23,1	25,7	19,1	19,3	18,1	22,0	21,7	22,5	25,3	21,9	
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	4,0	3,3	4,2	3,1	2,2	1,7	3,8	2,9	4,0	1,8	2,7	3,5	1,1	1,1	2,5	2,7	2,7	2,0	2,7	2,2	3,3	3,6	3,7	1,3	2,7	7,8	
Mortalidade Infantil ³	28,3	13,3	17,7	20,5	27,5	11,7	29,3	23,7	26,3	14,8	29,4	24,4	19,3	31,5	27,4	21,0	24,7	25,3	23,8	19,6	20,4	24,1	24,7	26,3	32,1	30,5	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	21001	21002	21003	21004	21005	21006	21007	21008	21009	21010	21011	21012	21013	21014	21015	21016	21017	21018	21019	21020	21021	22001	22002
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	5,9	11,0	9,8	5,9	6,6	9,4	8,0	7,4	8,4	7,6	7,1	5,2	8,1	7,4	8,3	10,0	7,0	6,4	5,7	7,0	7,9	4,7	8,1
Taxa de Formalização	28,4	57,9	27,7	24,9	26,3	25,6	21,5	25,8	43,8	29,1	23,0	25,0	23,4	25,8	27,0	33,4	36,7	24,3	43,1	42,1	29,1	29,4	36,9
Taxa de Assalariamento	69,3	76,6	66,2	62,5	66,0	67,7	67,0	69,4	72,1	70,5	65,9	73,5	62,8	63,5	68,5	70,6	71,1	67,2	76,7	74,1	67,1	70,9	68,7
Incidência do trabalho agrícola	31,5	2,7	19,2	22,2	27,7	20,0	28,2	25,5	15,8	25,4	25,9	28,3	20,5	18,3	21,2	20,7	14,9	23,6	18,5	18,6	22,9	23,7	17,1
Incidência da previdência social	37,5	24,7	33,8	35,1	36,9	33,6	30,8	35,2	28,7	38,7	34,6	36,6	38,3	35,9	38,4	33,2	34,0	37,4	29,6	28,1	36,8	36,6	35,6
Incidência de programas sociais	52,9	22,9	56,0	58,3	55,3	54,4	56,1	48,2	33,1	47,6	49,9	46,2	55,7	53,9	49,6	54,9	44,8	54,1	36,4	39,9	50,7	50,7	38,5
Incidência da renda do trabalho	62,6	86,8	62,8	59,9	63,3	59,0	68,3	69,4	80,4	69,6	61,6	68,4	54,1	55,7	62,7	60,7	74,2	60,7	76,6	74,6	60,7	66,7	71,8
Participação da renda do trabalho na renda total	57,4	78,2	62,8	58,7	58,9	63,0	66,2	66,4	78,6	67,6	66,5	66,5	52,8	60,3	61,9	62,5	68,4	60,7	77,6	81,4	62,7	60,5	65,4
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	222,6	738,3	221,6	200,7	230,9	201,9	211,6	256,6	458,7	306,1	266,6	283,2	188,4	210,8	244,4	210,4	313,5	262,1	417,7	473,3	258,1	265,4	355,4
Índice de Gini ²	0,551	0,604	0,538	0,581	0,537	0,553	0,527	0,544	0,565	0,570	0,605	0,555	0,541	0,581	0,560	0,549	0,531	0,568	0,551	0,612	0,556	0,541	0,586
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	14,2	3,1	14,8	23,6	13,6	15,9	15,3	11,8	6,8	8,6	15,3	8,7	12,6	14,3	12,1	13,2	9,3	13,3	16,0	18,2	21,8	15,3	10,6
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	96,6	69,9	93,2	96,3	93,8	93,0	93,1	89,5	84,4	90,6	91,1	91,3	96,7	94,8	93,0	94,5	90,6	93,9	88,4	81,3	93,0	95,2	90,1
Proporção de domicílios sem geladeira	25,2	4,7	23,5	26,8	18,6	21,1	27,4	15,3	8,7	11,1	18,1	10,4	16,1	17,3	17,9	18,1	14,2	18,5	15,4	19,5	24,5	19,8	15,5
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	46,9	8,1	40,8	45,9	42,4	44,8	52,6	44,4	22,9	41,9	55,9	46,7	59,5	47,1	48,6	53,4	38,6	51,0	29,8	37,5	65,0	37,7	24,8
Proporção de domicílios sem computador	95,7	68,5	94,1	95,3	94,7	94,3	94,8	91,4	78,0	90,5	92,9	91,6	96,1	93,5	92,3	94,8	88,8	93,8	86,5	83,3	93,2	93,1	85,3
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	78,8	66,2	79,6	82,8	75,6	75,0	79,0	70,0	58,8	63,6	64,7	61,0	65,8	60,8	69,6	71,5	64,6	59,1	55,3	51,4	62,1	52,3	55,5
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,2	2,3	2,5	2,5	2,3	2,6	2,5	2,4	2,2	2,3	2,4	2,2	2,4	2,4	2,4	2,5	2,3	2,2	2,2	2,3	2,1	2,2	2,1
Densidade de morador por banheiro	8,5	2,9	8,8	8,1	7,9	7,7	8,4	5,6	3,7	5,0	6,4	5,2	7,4	7,7	6,2	6,7	4,7	6,2	4,1	4,3	6,3	5,6	3,8
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	58,8	11,6	57,0	50,6	53,8	49,5	53,6	36,1	18,6	35,0	44,6	36,4	46,7	52,1	43,8	44,2	30,6	46,6	22,8	26,8	45,2	41,4	23,4
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	87,3	35,5	72,1	67,5	68,5	62,1	70,7	75,0	65,6	64,6	66,7	68,1	58,3	55,7	56,6	60,8	57,2	67,6	76,0	71,3	67,2	44,8	65,0
Proporção de domicílios sem água encanada	28,2	5,9	34,6	52,6	40,7	34,1	45,3	23,2	6,5	17,1	20,2	9,9	30,7	36,3	20,3	28,6	13,7	15,2	11,1	19,4	24,8	25,1	19,4
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	81,9	12,7	64,2	72,1	66,0	58,9	62,4	47,5	22,6	42,4	56,0	51,1	72,3	71,8	46,8	57,5	45,5	57,0	31,0	27,1	48,4	58,4	36,9
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	3,6	0,1	4,9	8,1	3,2	5,7	4,5	4,0	1,9	2,2	5,9	1,6	2,9	5,2	3,2	5,9	3,0	5,8	8,1	10,8	13,6	6,7	5,3
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	19,8	4,9	20,9	25,4	21,7	27,5	23,4	27,6	16,1	27,2	27,7	27,7	31,9	27,5	31,4	31,7	23,7	28,5	15,5	15,1	21,8	31,5	23,6
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	97,0	96,9	97,1	96,6	97,2	94,1	96,0	96,5	97,8	96,6	96,1	97,5	96,3	96,3	96,5	96,3	96,8	97,1	96,3	95,2	97,6	97,5	96,7
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	30,3	22,0	31,5	33,7	33,5	30,1	37,2	32,5	30,7	30,6	35,0	33,5	35,8	31,4	35,0	41,4	32,1	32,0	31,8	28,2	37,2	40,0	38,9
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	18,1	44,3	22,3	12,8	18,3	18,7	13,8	15,9	27,0	19,0	14,2	16,1	12,5	18,5	15,9	14,3	21,2	14,6	20,7	21,1	16,1	13,4	19,0
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	2,8	11,7	2,9	2,5	2,6	3,0	2,4	2,9	5,4	3,6	3,2	4,0	2,6	2,4	3,1	3,1	4,3	3,4	4,7	6,4	3,4	3,6	5,6
Demografia																							
Razão de dependência	63,4	42,3	66,1	75,0	63,9	67,0	68,7	67,8	56,7	60,8	66,5	61,8	68,0	70,9	67,5	68,7	60,9	61,9	58,4	62,3	63,6	58,9	53,5
Tamanho médio das famílias	4,0	3,7	4,4	4,8	4,2	4,5	4,4	4,2	3,8	3,9	4,1	3,9	4,4	4,4	4,0	4,3	3,9	3,9	3,9	4,0	4,1	3,9	3,8
Proporção de famílias com chefe de não brancos	81,5	70,4	83,8	80,7	76,8	83,0	81,3	78,2	71,6	74,6	73,4	74,4	80,4	79,3	82,0	83,2	82,4	74,7	72,2	76,6	75,4	79,0	68,3
Proporção de famílias com chefe feminina	45,6	47,3	40,8	40,0	44,5	42,7	43,2	37,4	37,1	41,0	33,2	39,7	36,5	35,4	42,8	39,2	44,1	42,2	34,5	41,1	44,0	36,7	39,8
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	1,4	2,8	1,4	1,9	1,2	1,1	3,9	2,4	4,8	1,6	2,5	2,1	2,1	1,7	1,6	2,3	3,5	2,2	7,6	5,1	2,4	2,3	4,0
Mortalidade Infantil ³	21,5	15,8	13,8	14,7	15,0	18,8	17,4	14,6	14,6	15,1	18,4	11,8	16,4	18,5	15,2	15,7	21,0	13,1	13,3	18,0	15,6	17,0	19,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	22003	22004	22005	22006	22007	22008	22009	22010	22011	22012	22013	22014	22015	23001	23002	23003	23004	23005	23006	23007	23008	23009	23010
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	9,0	6,8	8,1	7,3	8,6	9,5	6,9	7,5	6,7	9,5	6,9	5,2	6,8	6,5	4,5	6,5	3,9	7,5	7,1	6,8	7,4	6,8	9,4
Taxa de Formalização	56,4	29,1	31,7	28,7	37,2	32,8	42,4	26,7	25,5	26,8	35,0	22,2	23,0	26,0	24,1	29,8	39,4	48,6	25,8	26,4	28,3	38,1	34,7
Taxa de Assalariamento	75,9	68,7	71,4	67,7	70,9	71,9	70,6	65,5	61,3	65,8	68,0	76,5	62,2	71,5	72,7	69,7	75,5	76,2	68,7	69,7	67,9	76,3	73,0
Incidência do trabalho agrícola	6,2	15,9	18,9	21,0	18,8	15,7	14,2	19,8	19,0	18,2	18,2	34,3	21,1	26,9	34,7	20,0	14,8	10,2	19,1	20,3	22,3	22,3	18,6
Incidência da previdência social	30,5	39,2	41,5	41,1	32,9	40,0	37,7	35,2	34,8	36,5	36,7	40,2	38,0	34,2	36,1	35,6	40,7	32,5	42,0	41,0	34,6	30,5	34,7
Incidência de programas sociais	26,9	49,8	48,1	47,1	42,0	45,3	39,1	49,0	52,6	52,5	42,8	49,3	52,9	46,8	45,9	50,8	46,6	34,3	48,4	49,5	47,9	42,9	45,2
Incidência da renda do trabalho	82,7	59,7	57,8	56,1	62,8	56,0	67,7	63,4	57,3	57,3	68,8	61,6	54,6	69,4	72,0	58,5	66,4	71,5	57,3	57,5	66,3	77,5	68,8
Participação da renda do trabalho na renda total	74,8	58,7	55,5	53,6	69,3	58,9	69,9	67,6	60,1	63,4	68,2	57,4	56,7	62,0	60,9	53,6	57,2	68,9	50,6	53,3	61,1	70,0	60,3
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	685,5	273,5	279,7	276,6	311,7	286,1	410,3	327,5	277,6	274,1	394,0	285,2	264,2	243,6	288,2	210,2	259,1	351,1	258,2	239,5	240,8	315,6	243,9
Índice de Gini ²	0,621	0,548	0,537	0,523	0,543	0,530	0,562	0,607	0,545	0,585	0,563	0,517	0,563	0,567	0,569	0,516	0,464	0,569	0,558	0,537	0,549	0,523	0,528
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	3,6	17,9	10,5	11,9	23,5	12,2	14,3	18,7	28,8	31,1	12,1	18,5	24,0	12,0	5,8	10,1	7,6	5,8	6,4	8,7	10,4	8,4	8,1
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	79,6	95,5	93,3	93,5	87,1	92,5	88,7	91,3	92,7	92,0	88,5	92,9	94,5	94,6	92,1	95,3	95,7	88,3	92,3	92,8	93,2	90,5	94,8
Proporção de domicílios sem geladeira	4,4	23,4	15,3	12,6	23,6	12,1	14,3	20,9	34,8	35,9	11,1	24,5	27,6	21,3	18,1	22,0	16,6	12,2	14,6	12,6	21,1	16,2	23,1
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	11,6	35,3	34,4	36,3	46,3	45,8	35,5	49,8	48,9	50,2	32,9	41,6	42,3	42,1	34,3	41,1	36,7	30,3	37,1	37,0	35,7	15,8	32,0
Proporção de domicílios sem computador	71,0	92,2	92,9	92,8	88,1	92,9	85,7	89,2	93,4	91,5	87,0	92,4	92,7	90,6	89,6	93,1	91,6	83,1	90,2	91,4	90,3	89,7	91,3
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	51,7	51,0	56,2	51,2	56,1	54,3	50,7	55,1	49,1	55,2	47,6	38,4	47,6	66,7	60,3	58,9	64,5	59,0	60,8	57,6	68,1	69,6	70,1
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,0	2,1	2,0	1,9	2,0	1,9	2,0	2,1	2,0	2,1	2,0	2,1	2,1	2,2	2,1	2,3	2,3	2,2	2,1	2,0	2,2	2,2	2,3
Densidade de morador por banheiro	2,8	4,6	4,2	3,8	5,2	4,0	3,6	4,6	4,8	5,0	3,5	4,5	5,2	4,7	3,9	4,1	5,0	3,4	3,9	4,6	5,1	3,6	4,8
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	10,4	32,8	25,8	23,4	34,7	20,1	23,0	29,3	35,6	36,3	18,3	31,9	38,8	31,6	21,3	23,2	36,2	14,9	24,0	32,2	38,6	22,4	32,5
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	36,6	53,7	65,6	64,3	61,6	78,0	53,4	65,5	59,5	63,5	57,2	63,2	55,9	67,5	68,7	64,5	73,8	37,9	71,6	62,8	60,4	64,8	70,9
Proporção de domicílios sem água encanada	4,7	19,5	8,7	8,3	17,2	7,0	11,5	15,1	44,5	35,0	5,6	29,8	37,8	26,3	16,7	22,1	32,4	11,6	13,4	28,3	39,5	23,6	16,3
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	16,9	50,8	45,7	38,9	37,9	49,0	35,4	52,7	58,2	49,5	34,4	49,5	57,2	46,2	47,8	46,5	48,1	25,2	46,6	51,4	51,9	31,6	30,0
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	0,8	11,4	4,0	4,4	17,7	5,5	7,9	11,5	20,8	22,3	4,7	9,7	12,0	3,2	0,6	2,2	1,5	1,0	1,0	2,2	2,8	1,2	2,1
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	11,9	29,4	28,1	31,1	20,1	24,3	20,0	22,6	27,4	20,8	24,5	34,0	31,1	28,4	27,0	34,5	22,4	22,0	28,8	27,0	22,3	18,7	24,1
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	98,0	98,1	98,0	98,7	97,4	98,5	98,2	97,8	97,9	97,4	97,7	96,5	97,5	97,2	97,8	97,7	97,8	97,9	97,6	98,1	97,9	97,7	96,6
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	27,1	43,7	35,9	36,8	44,0	38,4	37,6	42,3	37,5	43,8	35,7	39,4	42,2	24,8	28,1	29,3	33,6	23,9	33,7	30,3	25,1	23,9	29,1
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	30,6	13,3	16,9	14,5	16,5	15,0	21,7	16,5	14,8	16,2	18,9	11,3	12,6	16,5	16,1	16,4	19,3	23,5	15,8	16,7	23,0	24,9	20,3
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	11,9	4,1	4,0	4,1	5,2	5,5	6,5	6,1	4,0	6,3	6,3	4,2	4,1	3,4	3,8	4,3	3,2	5,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,1
Demografia																							
Razão de dependência	44,0	57,1	59,8	56,1	61,5	58,4	53,0	60,6	55,9	61,4	51,0	52,9	56,9	59,7	61,0	59,6	58,8	54,1	64,0	61,1	60,9	53,5	58,1
Tamanho médio das famílias	3,7	3,7	3,6	3,5	4,1	3,6	3,6	4,0	3,6	3,9	3,5	3,5	3,6	4,0	3,8	3,7	3,9	3,8	3,6	3,6	4,0	3,7	3,8
Proporção de famílias com chefe de não brancos	73,9	75,1	81,5	77,1	78,1	78,5	78,9	78,4	74,0	78,4	68,3	61,2	68,8	73,2	69,1	67,8	79,8	69,9	65,3	70,1	73,7	74,7	75,8
Proporção de famílias com chefe feminina	44,1	34,2	44,4	40,1	38,6	36,2	42,3	34,8	29,7	31,2	35,3	30,9	34,5	33,6	35,0	38,8	38,0	36,2	27,9	36,2	39,7	39,7	39,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	3,6	2,8	2,7	3,8	4,1	3,0	3,8	4,2	3,4	3,0	2,8	3,8	2,8	2,1	3,3	1,9	1,6	1,5	3,4	2,5	1,4	2,0	0,8
Mortalidade Infantil ³	16,1	14,7	15,8	20,6	13,6	15,8	16,2	16,8	17,5	15,8	18,9	15,6	21,1	14,1	15,8	15,7	26,6	16,8	17,3	14,4	12,3	13,7	13,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	23011	23012	23013	23014	23015	23016	23017	23018	23019	23020	23021	23022	23023	23024	23025	23026	23027	23028	23029	23030	23031	23032	23033
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	8,0	9,2	6,0	7,9	7,6	7,6	8,9	8,0	7,2	7,3	6,0	9,7	7,5	6,3	6,7	5,8	5,9	7,4	5,6	7,1	7,1	8,6	8,4
Taxa de Formalização	28,3	30,0	30,7	33,7	35,8	59,2	57,2	25,6	30,0	19,2	24,0	42,1	35,8	25,8	29,5	34,3	24,3	27,0	22,3	26,2	25,9	40,5	32,7
Taxa de Assalariamento	74,2	69,5	76,8	75,9	73,9	77,6	81,0	66,3	69,3	66,3	66,0	72,2	75,9	65,9	63,7	70,9	68,0	70,9	66,5	63,0	73,3	72,2	77,3
Incidência do trabalho agrícola	21,3	13,9	26,2	22,3	20,7	2,4	8,0	15,3	19,6	22,7	22,5	24,7	20,9	24,2	26,3	18,6	17,8	21,0	25,2	18,8	26,0	11,2	22,2
Incidência da previdência social	36,2	37,2	39,3	37,7	33,9	26,8	24,9	41,2	38,8	42,2	45,1	34,4	37,6	43,1	43,3	40,8	43,9	46,0	39,6	43,5	41,9	34,2	37,1
Incidência de programas sociais	44,3	49,9	44,6	43,8	39,7	21,0	27,3	47,2	44,7	46,4	47,3	38,9	39,6	43,6	46,5	39,3	46,5	47,9	52,0	49,3	50,3	36,7	45,1
Incidência da renda do trabalho	66,2	56,2	68,2	62,6	75,2	86,6	83,5	56,0	61,8	57,8	55,4	73,2	71,0	64,5	58,3	67,6	54,4	57,4	58,4	55,8	59,3	78,0	71,4
Participação da renda do trabalho na renda total	57,2	56,1	58,9	56,6	64,2	75,8	78,2	55,0	58,9	54,3	49,2	66,0	64,0	55,9	52,8	61,2	48,0	49,3	54,7	50,7	51,6	71,5	62,7
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	251,4	251,8	260,9	246,7	310,5	734,1	342,4	288,4	284,4	261,4	256,4	325,0	333,8	283,8	260,8	354,8	252,7	291,3	249,5	241,6	248,0	408,7	297,0
Índice de Gini ²	0,541	0,556	0,503	0,502	0,500	0,611	0,442	0,571	0,557	0,544	0,527	0,516	0,492	0,519	0,527	0,548	0,518	0,580	0,570	0,520	0,532	0,557	0,496
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	9,7	8,6	7,4	9,5	7,4	2,7	5,1	7,1	7,7	10,1	8,8	6,1	6,4	7,1	7,0	5,9	8,9	6,7	8,9	7,0	6,9	4,2	6,0
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	93,4	92,7	92,8	93,6	90,4	69,7	87,7	90,2	89,3	93,0	92,7	88,2	85,5	90,1	93,5	89,7	92,1	93,0	94,5	95,4	94,3	87,2	92,8
Proporção de domicílios sem geladeira	22,4	20,6	18,1	16,0	11,3	6,4	8,6	12,0	13,9	15,6	13,7	10,9	9,1	7,5	10,3	11,2	11,4	12,5	24,1	15,5	15,4	12,5	16,1
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	33,8	36,2	26,6	28,0	17,3	7,8	12,6	32,5	30,4	37,4	37,8	23,3	22,9	23,0	26,5	23,4	30,4	28,5	42,3	29,9	29,0	19,3	23,0
Proporção de domicílios sem computador	93,0	90,7	92,2	93,6	90,1	68,0	88,1	90,4	88,3	92,5	92,5	87,0	86,3	88,9	91,4	88,0	92,7	90,0	91,6	92,4	92,6	80,4	89,2
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	60,8	64,9	69,8	68,6	72,3	61,0	65,7	54,0	60,6	54,2	59,5	65,8	49,4	53,6	49,3	56,3	63,0	59,0	61,7	66,1	61,5	61,0	64,0
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,2	2,2	2,2	2,1	2,0	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	1,9	1,9	2,0	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3
Densidade de morador por banheiro	4,4	4,6	4,4	5,0	3,7	2,4	3,2	3,9	4,1	4,4	4,1	3,5	3,3	3,2	4,4	3,5	3,9	4,0	4,4	4,1	4,1	3,2	3,8
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	28,9	30,5	28,3	43,0	29,6	2,5	12,8	24,1	27,4	29,1	25,8	23,0	16,7	10,9	29,5	18,0	21,4	21,9	27,2	21,2	22,5	12,7	18,1
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	75,6	67,5	64,9	86,2	82,5	29,8	88,5	56,0	48,4	54,2	56,9	88,6	75,2	52,3	76,0	60,6	63,1	64,7	64,8	73,9	70,3	53,8	52,8
Proporção de domicílios sem água encanada	18,4	24,9	23,9	30,7	34,8	3,4	17,6	19,2	22,7	26,9	22,5	17,5	12,0	15,6	22,0	9,1	13,0	16,3	30,7	14,8	17,0	7,8	11,7
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	41,9	42,7	41,2	49,5	35,0	4,2	12,7	45,6	44,1	43,7	48,8	25,1	31,8	37,6	46,2	35,5	43,0	42,7	41,5	38,5	47,7	19,3	39,9
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	2,2	1,3	0,7	0,7	1,1	0,4	0,7	1,1	1,3	3,2	1,4	1,4	0,8	0,8	0,9	0,4	1,2	0,6	1,9	0,7	0,9	0,6	0,8
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	24,4	25,9	24,3	27,6	22,5	8,2	16,6	28,3	25,6	30,8	30,6	21,3	23,0	26,0	28,1	26,7	29,9	26,9	31,5	29,2	26,7	17,5	24,1
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	97,5	97,7	96,4	98,0	97,7	96,5	97,9	98,0	96,9	97,3	97,3	98,2	97,8	96,8	98,1	97,2	97,0	97,1	96,9	97,2	97,9	97,6	96,1
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	27,0	38,0	28,3	31,9	27,4	24,0	30,8	30,6	30,9	26,6	27,8	27,4	28,9	34,3	29,8	32,9	27,1	38,1	31,3	31,0	32,5	27,3	30,6
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	20,6	15,9	20,2	17,4	20,0	34,7	26,4	16,7	19,5	15,3	15,6	23,6	21,0	18,7	20,6	21,4	16,3	19,1	13,7	16,7	17,3	27,8	24,7
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	3,6	3,4	3,5	2,8	3,2	10,8	3,2	3,9	3,5	3,3	2,7	4,6	4,2	4,0	3,6	4,1	2,9	4,4	3,6	3,6	4,0	7,3	5,4
Demografia																							
Razão de dependência	58,5	61,5	57,7	53,9	51,7	43,1	48,9	57,3	58,8	58,4	57,4	47,9	48,3	55,4	55,8	51,9	57,7	57,6	64,8	62,1	57,1	54,0	54,3
Tamanho médio das famílias	3,7	3,8	3,8	3,6	3,5	3,5	3,5	3,5	3,6	3,6	3,5	3,5	3,4	3,5	3,6	3,4	3,5	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7	3,7
Proporção de famílias com chefe de não brancos	70,5	75,9	78,4	78,4	72,7	64,6	70,2	67,3	70,3	61,3	65,0	69,9	59,2	66,1	59,5	64,4	60,5	63,3	65,0	70,8	66,9	70,0	70,9
Proporção de famílias com chefe feminina	37,7	37,5	36,1	36,0	41,5	44,3	38,6	35,4	36,8	34,9	35,7	38,8	36,5	38,1	35,4	35,7	35,5	31,5	36,9	36,9	31,3	39,1	32,5
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	0,8	1,2	0,6	0,4	1,7	2,3	1,8	2,9	1,5	3,3	3,1	2,1	2,0	1,7	2,4	2,8	2,5	2,5	3,6	3,7	3,1	3,9	3,8
Mortalidade Infantil ³	9,6	14,8	15,4	10,7	9,2	13,0	12,2	14,0	15,2	13,0	17,2	11,9	11,8	15,7	17,1	14,4	12,3	16,3	19,8	16,3	15,1	17,3	14,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	24001	24002	24003	24004	24005	24006	24007	24008	24009	24010	24011	24012	24013	24014	24015	24016	24017	24018	24019	25001	25002	25003	25004
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	10,2	10,3	7,5	10,7	9,1	9,3	8,8	11,0	9,8	7,6	5,8	6,1	10,6	8,2	9,0	8,7	11,2	9,6	11,7	6,3	6,5	7,9	7,8
Taxa de Formalização	60,0	32,2	32,1	45,5	23,7	33,5	30,2	54,8	39,7	29,1	45,1	44,7	38,4	36,5	33,7	34,9	56,1	68,1	48,0	25,1	36,7	32,0	40,1
Taxa de Assalariamento	76,5	69,0	71,3	74,0	63,2	74,8	69,4	78,4	72,6	64,7	70,8	74,2	69,0	65,3	70,9	72,1	79,3	78,4	71,4	74,5	70,7	71,4	71,1
Incidência do trabalho agrícola	9,0	16,8	18,1	18,0	14,5	15,7	12,0	12,8	15,5	22,2	10,7	13,2	14,1	13,3	19,8	32,0	10,0	1,1	16,8	14,7	17,7	17,2	6,9
Incidência da previdência social	31,4	41,6	41,9	34,4	46,0	43,1	45,9	34,7	39,8	41,3	37,1	39,4	37,0	40,0	39,7	34,9	32,4	29,9	34,9	40,6	42,9	41,8	32,8
Incidência de programas sociais	23,0	43,3	45,9	38,4	48,7	43,3	42,7	31,8	44,0	45,2	33,3	32,5	44,6	43,8	43,7	44,6	31,8	15,0	39,6	41,3	40,9	40,6	33,3
Incidência da renda do trabalho	83,7	64,9	61,6	75,0	57,0	66,5	58,5	77,7	65,7	60,7	79,7	77,6	67,7	60,5	65,5	70,8	78,7	86,3	71,1	72,8	68,5	68,7	77,9
Participação da renda do trabalho na renda total	77,7	63,0	49,6	67,1	51,3	58,5	51,3	71,8	59,0	55,3	70,1	65,2	65,0	56,1	59,2	61,7	70,0	72,9	66,0	63,1	62,5	63,8	70,2
Rendimento Domiciliar per capita ¹	555,6	336,5	302,3	374,1	264,0	342,5	299,4	409,8	292,0	283,2	530,2	456,7	298,9	276,6	280,2	255,4	358,4	929,2	311,3	311,0	376,7	357,6	459,4
Índice de Gini²	0,526	0,526	0,545	0,515	0,515	0,519	0,511	0,513	0,513	0,517	0,538	0,533	0,542	0,508	0,514	0,503	0,487	0,605	0,527	0,481	0,543	0,529	0,558
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	3,6	5,6	7,4	6,6	4,2	4,5	5,5	5,6	5,9	5,7	3,0	4,0	7,7	6,4	6,2	8,0	4,2	2,0	6,7	5,9	5,0	5,2	3,3
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	71,0	84,7	93,3	81,9	92,6	88,2	91,3	74,0	87,7	86,4	70,8	78,5	87,5	85,7	88,2	85,3	77,3	53,4	86,0	88,5	89,0	89,3	83,7
Proporção de domicílios sem geladeira	5,2	9,2	11,5	7,3	9,6	7,3	9,7	8,0	11,3	12,8	3,6	8,6	12,3	15,0	12,2	10,2	6,5	2,9	9,6	5,9	9,1	7,4	7,8
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	10,8	19,6	23,0	14,2	26,7	21,8	20,1	17,2	17,0	30,9	11,6	14,2	23,3	23,1	25,1	27,4	13,6	4,6	21,0	19,8	26,4	22,4	15,5
Proporção de domicílios sem computador	69,1	82,2	89,8	83,4	88,6	84,1	85,2	81,7	88,6	89,1	76,4	78,5	90,4	88,0	90,6	92,4	83,1	56,5	88,5	87,2	84,7	85,8	79,3
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	43,5	46,7	58,7	53,6	55,1	47,2	47,1	66,9	60,0	48,6	50,5	52,9	64,4	56,5	63,4	67,6	65,6	50,8	70,1	48,1	49,0	53,3	50,9
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1	2,0	1,9	2,1	2,1	2,0	1,9	1,8	2,2	2,1	2,2	2,2	2,2	2,0	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1
Densidade de morador por banheiro	2,8	3,5	4,5	3,3	3,7	3,3	3,3	3,2	3,5	3,4	2,7	2,7	3,8	3,5	3,6	3,7	3,2	2,2	3,5	3,6	3,4	3,5	2,7
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	3,5	16,9	30,1	9,2	12,4	12,4	12,3	10,4	8,8	10,6	3,1	3,3	11,4	12,7	12,4	7,7	4,1	1,0	6,7	16,8	16,1	16,5	5,1
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	43,9	79,4	75,8	70,6	84,5	61,2	81,8	40,0	52,3	52,1	35,7	28,4	79,0	47,3	75,7	87,1	57,0	38,2	79,0	43,2	44,0	40,6	17,4
Proporção de domicílios sem água encanada	5,8	17,1	23,2	7,7	7,3	10,9	15,6	10,3	18,9	17,7	4,4	6,4	14,8	25,0	16,3	12,7	7,0	0,5	4,4	15,3	12,3	12,8	7,8
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	10,2	34,8	34,5	17,0	38,0	25,6	28,4	9,1	30,4	39,8	15,3	12,7	27,3	27,0	28,8	40,8	19,6	1,6	15,5	28,7	34,5	30,6	13,8
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	0,6	1,3	1,8	1,7	0,4	0,7	1,1	1,5	1,5	0,9	0,5	0,7	0,8	1,2	0,8	1,3	0,7	0,2	0,8	0,6	0,8	0,9	0,6
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	14,6	22,4	28,4	23,9	27,8	25,2	26,8	22,3	27,4	25,2	18,4	17,6	26,7	27,1	29,8	28,0	19,0	7,8	26,1	29,6	23,6	27,3	19,9
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	97,8	97,6	97,9	97,8	97,7	97,3	97,3	97,7	98,0	97,2	97,2	98,2	97,4	97,1	97,6	98,3	96,9	96,8	97,6	96,8	97,7	96,6	97,6
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	28,2	32,9	29,2	32,1	31,2	30,9	34,9	33,8	37,3	31,6	28,5	27,7	37,2	32,5	36,6	39,6	32,7	25,6	39,4	32,8	35,1	30,9	22,3
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	30,1	20,9	20,6	20,0	16,6	19,0	17,9	21,3	19,1	18,4	23,6	26,0	15,8	19,4	17,7	14,3	22,5	37,0	17,3	14,3	18,1	17,1	25,2
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	8,3	5,1	3,1	4,1	4,4	5,2	4,3	4,0	3,0	3,6	6,8	5,4	3,3	3,7	3,0	3,0	3,8	14,5	3,7	3,6	5,1	4,6	7,3
Demografia																							
Razão de dependência	44,4	47,3	54,4	49,4	57,4	50,8	52,4	49,5	54,9	53,8	46,2	48,3	59,9	57,6	58,4	61,1	52,5	40,6	58,3	50,5	53,1	51,7	50,7
Tamanho médio das famílias	3,6	3,5	3,6	3,5	3,7	3,5	3,4	3,6	3,6	3,6	3,4	3,4	3,9	3,6	3,6	4,0	3,7	3,4	3,9	3,6	3,5	3,5	3,5
Proporção de famílias com chefia de não brancos	59,2	59,5	62,6	64,9	47,0	52,6	51,8	70,1	71,1	58,2	42,7	43,4	70,5	63,0	65,3	72,3	69,2	55,1	67,1	59,0	57,6	56,1	56,5
Proporção de famílias com chefia feminina	36,1	34,0	34,1	34,8	31,2	36,4	38,4	35,7	38,0	32,7	36,9	36,0	37,0	34,5	33,7	35,2	36,7	39,6	36,4	34,3	34,1	34,4	40,7
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	3,8	1,7	1,4	1,5	4,4	2,9	2,7	2,3	1,1	1,4	3,0	3,1	1,2	2,0	2,5	1,8	2,5	4,8	3,6	3,1	4,1	3,2	3,6
Mortalidade Infantil ³	15,5	12,6	13,6	18,4	12,7	13,8	11,9	11,4	15,0	19,3	19,7	16,0	16,7	10,7	12,0	12,9	11,9	11,5	11,2	11,4	20,4	14,7	14,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	25005	25006	25007	25008	25009	25010	25011	25012	25013	25014	25015	25016	25017	25018	25019	25020	25021	25022	25023	26001	26002	26003	26004
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	7,7	8,9	5,4	6,5	5,2	5,8	5,0	5,5	6,2	7,4	7,1	7,9	9,5	7,9	4,4	10,3	9,5	9,6	9,8	7,0	9,1	7,2	8,3
Taxa de Formalização	31,8	34,4	29,0	35,9	29,7	26,6	25,7	25,5	23,8	29,8	29,9	39,9	53,3	34,1	18,2	38,6	35,2	65,0	42,0	26,6	37,1	30,5	34,2
Taxa de Assalariamento	69,4	70,8	63,5	73,3	60,9	64,0	68,1	60,8	59,9	59,5	66,2	66,6	70,0	62,9	49,7	68,0	68,9	78,2	78,7	71,8	72,7	65,7	69,3
Incidência do trabalho agrícola	20,6	21,6	21,7	16,5	18,8	22,4	29,7	20,4	18,1	17,7	23,3	14,2	5,9	14,9	19,9	21,2	18,8	2,1	30,2	23,5	18,9	18,3	17,9
Incidência da previdência social	42,7	41,3	41,7	41,3	39,2	42,9	43,1	41,3	42,8	39,9	43,1	41,5	33,8	42,8	45,1	38,6	40,5	31,6	31,1	36,3	38,3	40,1	36,4
Incidência de programas sociais	45,7	43,5	45,8	39,8	42,6	39,1	38,0	42,6	44,4	35,0	41,7	36,8	25,8	43,3	47,1	42,6	41,8	22,0	39,1	48,9	45,0	41,4	43,1
Incidência da renda do trabalho	65,2	64,8	60,5	71,2	65,3	65,1	69,2	62,6	57,1	65,9	63,1	65,7	79,2	60,9	50,5	64,3	63,6	83,1	73,8	68,8	66,9	65,0	66,0
Participação da renda do trabalho na renda total	57,8	58,6	56,3	63,3	55,9	53,7	57,0	52,3	52,5	56,4	55,0	60,2	72,3	53,5	44,6	58,5	56,2	73,0	67,3	64,9	60,4	60,1	65,9
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	294,3	285,6	259,6	340,9	275,0	315,2	303,2	286,0	251,7	303,7	279,6	317,4	559,3	266,6	218,2	261,4	249,5	833,9	258,3	280,8	326,5	335,6	339,5
Índice de Gini ²	0,530	0,519	0,514	0,497	0,502	0,513	0,476	0,524	0,538	0,505	0,538	0,521	0,579	0,484	0,536	0,509	0,473	0,628	0,488	0,562	0,583	0,545	0,581
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	5,9	6,4	6,0	5,4	5,0	5,8	6,0	5,7	6,9	2,7	6,3	5,7	2,1	6,4	7,7	7,5	6,0	2,2	6,9	11,7	9,1	5,8	6,4
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	93,5	93,8	93,0	91,0	92,6	92,5	92,2	90,3	90,7	88,9	90,4	86,1	72,3	92,8	96,4	91,2	91,1	59,9	90,7	92,1	92,3	91,7	88,8
Proporção de domicílios sem geladeira	11,4	13,4	17,6	14,9	23,6	16,5	16,8	21,2	20,3	15,7	17,3	12,2	8,4	16,3	24,2	12,2	16,8	4,6	14,6	26,1	20,9	13,9	18,1
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	25,3	26,6	29,8	24,0	23,4	28,8	30,4	25,7	30,3	21,2	30,9	23,1	11,4	26,7	38,5	28,7	25,2	5,8	26,7	38,2	31,9	27,2	31,1
Proporção de domicílios sem computador	89,4	89,3	90,5	86,5	90,1	88,6	90,0	88,4	90,6	86,2	88,5	86,6	67,1	90,4	93,5	90,6	91,0	61,4	91,3	90,4	86,2	86,0	84,7
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	59,6	59,3	60,1	56,0	46,3	50,7	46,3	54,3	57,9	60,9	66,6	66,6	54,5	70,5	61,6	65,7	69,5	52,8	68,9	56,9	61,9	61,1	65,6
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,1	2,1	2,0	2,0	2,0	1,8	2,0	2,0	2,1	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1	2,1	2,0	2,2	2,3	2,2	1,9	2,1
Densidade de morador por banheiro	3,9	4,2	4,1	3,1	3,7	3,3	3,6	3,5	4,1	3,6	3,8	3,2	2,6	3,6	5,1	3,6	3,5	2,2	3,5	4,8	4,1	3,4	3,6
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	21,4	24,8	20,7	12,2	18,5	16,2	16,7	15,3	26,5	21,4	18,7	10,5	5,5	13,9	35,4	14,1	9,6	1,7	11,4	30,6	21,4	14,8	14,7
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	45,0	46,8	50,5	21,3	44,5	48,3	58,2	56,8	66,7	39,7	54,9	50,7	23,1	80,6	65,8	84,5	78,0	37,7	77,3	39,6	31,8	30,1	32,1
Proporção de domicílios sem água encanada	19,6	22,9	31,0	17,3	38,8	29,6	34,2	30,6	32,3	30,6	27,6	14,6	8,9	29,9	62,7	14,5	21,8	1,4	14,3	39,9	21,2	22,9	24,8
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	36,9	37,9	42,2	23,1	39,4	35,0	44,6	30,8	37,3	31,9	40,1	22,1	12,2	31,8	62,6	38,3	31,3	2,8	27,1	46,6	38,2	35,3	34,4
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	0,7	1,3	0,8	1,1	0,8	0,8	1,4	0,9	1,2	0,2	1,0	0,8	0,2	1,1	1,2	1,0	1,0	0,2	0,9	2,5	1,8	0,7	0,7
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	31,5	29,7	28,5	21,8	25,9	24,6	23,6	29,8	35,1	25,1	32,8	28,7	13,6	33,7	34,9	31,1	32,0	10,3	26,1	26,5	21,4	22,7	25,6
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	97,1	96,5	97,3	98,0	97,9	97,6	97,7	97,7	97,6	97,6	97,2	96,7	97,6	97,2	98,5	97,5	97,3	97,1	97,4	96,0	96,6	97,5	94,9
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	36,2	34,7	35,5	30,0	39,2	32,9	35,9	38,0	34,4	29,5	40,8	35,6	30,6	37,9	45,0	43,1	39,5	27,9	34,8	36,9	27,1	27,0	30,2
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	16,3	16,9	14,2	23,5	13,7	17,4	16,1	15,6	13,4	15,9	13,3	19,0	27,7	16,2	11,3	15,1	14,8	32,2	16,7	14,7	21,8	18,8	18,2
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	4,2	4,2	3,7	5,6	2,8	4,3	3,2	2,9	3,0	4,3	4,0	4,5	10,2	3,1	2,8	2,9	2,6	14,6	2,6	4,0	5,1	4,5	5,5
Demografia																							
Razão de dependência	55,2	54,5	60,2	54,8	58,7	57,2	56,1	60,2	63,4	57,4	61,2	57,3	48,6	58,3	64,4	57,9	56,9	43,6	56,5	64,0	58,4	55,1	59,0
Tamanho médio das famílias	3,6	3,7	3,7	3,4	3,5	3,2	3,4	3,5	3,6	3,5	3,7	3,5	3,5	3,5	3,7	3,7	3,6	3,5	3,7	3,9	3,9	3,4	3,7
Proporção de famílias com chefe de não brancos	54,4	63,1	64,4	52,7	59,5	61,3	55,3	61,7	65,3	59,8	69,7	65,4	57,1	66,3	62,8	67,7	66,5	57,6	70,5	72,0	73,0	60,4	65,4
Proporção de famílias com chefe feminina	31,8	31,9	40,3	35,6	37,3	41,3	36,9	39,4	40,1	42,4	36,6	37,5	40,7	39,4	40,8	35,3	40,8	41,6	33,2	37,3	37,6	39,0	39,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	2,9	3,3	4,3	2,6	2,8	3,9	3,7	3,5	3,4	3,8	2,2	2,6	3,2	2,6	3,9	2,6	2,3	4,9	6,1	3,3	3,0	4,3	3,4
Mortalidade Infantil ³	15,5	16,0	20,6	19,8	15,7	17,2	13,5	17,4	13,9	11,3	14,8	9,4	16,2	15,1	10,4	13,3	11,9	13,3	14,6	21,5	17,4	17,1	20,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	26005	26006	26007	26008	26009	26010	26011	26012	26013	26014	26015	26016	26017	26018	27001	27002	27003	27004	27005	27006	27007	27008	27009
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	9,0	9,1	6,4	6,8	3,9	8,1	6,6	6,4	12,6	10,6	14,3	15,4	12,5	14,5	3,3	9,8	6,2	8,1	7,1	7,0	4,3	11,0	12,2
Taxa de Formalização	46,8	31,6	16,1	35,3	23,3	31,1	26,3	23,4	53,2	37,0	55,8	57,5	64,9	67,9	15,3	38,7	22,2	19,9	27,7	31,5	19,8	42,8	53,7
Taxa de Assalariamento	77,5	72,6	62,4	67,3	65,3	66,0	66,0	69,7	78,0	72,8	80,8	78,5	77,7	83,6	48,2	65,7	57,1	66,3	64,4	66,2	55,3	73,7	81,0
Incidência do trabalho agrícola	29,3	23,7	30,6	14,9	9,6	18,0	24,2	28,3	12,2	17,1	17,3	7,0	0,9	5,0	19,2	8,9	19,3	27,3	20,3	20,9	23,3	19,7	21,5
Incidência da previdência social	26,9	37,0	41,5	34,5	30,8	43,5	39,3	40,3	35,6	34,1	34,3	29,6	33,1	28,6	42,5	36,0	35,1	35,2	41,8	34,5	37,1	38,5	31,5
Incidência de programas sociais	33,6	44,5	47,5	30,4	35,2	41,3	39,0	42,4	34,5	35,8	43,2	34,7	19,9	23,9	55,0	44,7	54,0	51,0	46,2	41,9	58,3	44,3	50,1
Incidência da renda do trabalho	81,9	70,1	58,7	75,8	78,2	61,6	66,1	64,1	71,6	73,8	68,0	76,8	80,7	81,3	50,1	68,4	57,3	67,4	61,2	69,5	47,5	64,0	69,0
Participação da renda do trabalho na renda total	79,9	64,4	52,5	71,2	75,0	57,2	63,9	55,7	66,9	68,7	65,6	70,7	69,1	69,9	48,0	66,2	58,7	60,4	59,0	69,4	47,7	61,5	65,2
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	495,7	304,0	220,5	417,6	413,1	293,0	332,9	275,2	324,9	368,4	277,4	361,3	849,9	438,0	202,4	305,8	228,8	248,8	310,6	327,7	188,5	273,2	238,4
Índice de Gini ²	0,612	0,551	0,553	0,541	0,471	0,498	0,575	0,514	0,508	0,536	0,492	0,504	0,648	0,523	0,572	0,544	0,584	0,531	0,555	0,560	0,618	0,529	0,485
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	7,3	8,6	8,8	4,1	4,5	5,6	5,6	6,6	5,6	5,5	7,4	4,5	2,1	4,4	12,8	6,8	10,9	9,0	7,0	5,7	13,7	7,1	10,0
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	84,5	89,5	93,0	82,9	85,7	91,4	86,7	91,3	87,3	87,4	88,8	81,1	59,7	75,5	94,4	86,3	92,7	94,0	89,8	87,0	96,2	90,8	93,7
Proporção de domicílios sem geladeira	10,3	18,8	25,6	12,7	11,6	13,5	19,1	17,7	11,9	11,1	12,4	7,5	3,5	5,3	30,5	16,6	29,7	25,6	17,2	17,3	27,8	16,1	19,2
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	18,0	33,5	42,5	21,4	16,5	24,7	29,7	28,5	18,7	16,2	21,6	12,3	6,1	7,8	54,9	29,7	36,6	28,9	25,9	25,8	45,8	25,0	23,9
Proporção de domicílios sem computador	77,3	86,9	93,4	80,9	84,2	89,2	85,3	90,1	84,6	83,6	88,0	83,0	60,7	76,6	93,8	84,4	90,3	90,0	88,4	84,3	93,6	86,5	89,9
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	56,0	65,0	72,8	63,3	60,7	72,6	66,6	71,5	72,0	68,2	78,2	75,8	63,3	73,9	68,0	65,9	69,8	68,6	71,1	63,0	77,8	75,7	81,9
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,2	2,2	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,1	2,0	2,3	2,1	2,0	2,1	2,4	2,2	2,3	2,2	2,0	2,1	2,4	2,2	2,4
Densidade de morador por banheiro	3,2	4,3	4,6	3,0	3,2	3,6	3,4	3,4	3,4	3,3	3,8	3,0	2,4	3,2	5,5	3,6	4,7	4,4	4,0	3,6	5,4	3,8	4,6
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	8,9	23,5	25,6	10,5	10,5	16,2	14,4	12,3	10,5	14,1	12,6	4,2	2,7	5,5	34,7	13,1	25,7	23,4	25,1	15,4	33,4	12,8	21,5
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	26,9	32,6	43,8	26,3	35,6	68,6	43,7	28,9	61,6	39,7	46,3	79,7	38,3	46,0	60,8	29,9	74,0	73,8	78,3	83,3	68,5	40,4	55,3
Proporção de domicílios sem água encanada	9,3	25,8	40,5	17,8	25,9	30,0	23,4	18,5	13,2	18,0	14,8	7,3	3,5	9,2	51,5	14,4	42,4	35,1	30,8	22,7	45,5	10,5	20,9
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	24,2	40,3	48,9	17,2	20,5	39,3	31,2	25,4	18,4	20,2	26,8	16,9	4,5	10,1	58,8	16,6	41,5	38,9	39,8	29,5	60,1	23,9	26,2
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	1,1	1,9	1,6	0,5	0,2	0,5	0,6	0,8	0,5	0,3	0,4	0,4	0,1	0,2	3,6	2,2	1,5	1,3	1,3	0,8	3,7	1,0	1,9
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	15,2	20,7	37,5	22,2	21,8	28,8	28,1	33,5	21,6	23,7	25,4	14,9	7,6	14,6	35,7	26,6	31,6	33,0	30,2	28,6	42,1	32,6	32,1
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	97,2	96,7	95,7	96,0	95,9	96,4	96,3	96,8	97,0	97,0	95,2	97,8	97,3	96,8	95,1	96,2	96,6	96,1	96,6	96,2	95,4	95,3	94,1
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	28,6	33,7	37,6	30,9	30,8	28,3	36,7	35,8	29,9	30,2	32,3	26,8	27,0	29,2	35,9	34,8	38,4	36,1	28,8	31,8	38,2	35,0	36,0
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	26,2	21,7	11,2	18,7	16,0	16,7	16,3	13,1	21,9	19,5	20,2	28,3	34,4	29,8	9,9	15,9	14,0	13,9	14,9	16,3	10,9	15,4	14,1
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	7,2	5,4	2,9	5,2	2,9	3,1	4,8	2,8	4,4	4,1	3,2	3,4	13,1	3,4	2,0	3,0	2,6	2,3	3,9	4,2	3,5	2,9	2,2
Demografia																							
Razão de dependência	53,0	60,2	68,3	52,5	50,9	54,3	59,5	60,6	50,9	49,8	56,0	48,2	42,1	46,0	72,4	60,1	68,2	61,3	57,0	55,3	69,4	62,2	64,2
Tamanho médio das famílias	3,7	4,0	3,8	3,3	3,4	3,5	3,6	3,4	3,6	3,4	3,9	3,5	3,3	3,6	4,0	3,8	4,0	3,8	3,5	3,8	4,0	3,8	4,1
Proporção de famílias com chefe de não brancos	67,3	75,4	70,5	54,8	55,2	59,1	61,8	56,6	67,3	62,8	70,0	72,3	60,5	70,3	76,7	75,5	73,7	73,2	68,4	66,3	75,8	68,2	72,2
Proporção de famílias com chefe feminina	37,8	41,7	38,2	41,9	42,7	38,7	38,6	40,7	36,9	37,8	36,3	40,9	45,7	39,7	38,6	44,3	36,7	35,5	38,5	34,2	35,1	39,2	37,1
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	5,2	3,3	2,5	2,4	4,2	1,4	3,2	2,2	1,7	1,7	2,3	1,4	2,5	3,3	3,5	4,4	3,4	1,9	3,1	2,8	1,9	2,3	2,1
Mortalidade Infantil ³	18,7	21,1	21,0	15,2	15,6	12,0	15,5	16,5	14,0	11,8	16,2	14,1	13,5	13,1	23,0	18,4	19,8	20,2	16,7	17,2	15,0	16,9	18,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(continua)

Descrição	27010	27011	27012	27013	28001	28002	28003	28004	28005	28006	28007	28008	28009	28010	28011	28012	28013	29001	29002	29003	29004	29005	29006
Mercado de trabalho e renda																							
Taxa de Desemprego	8,8	11,7	15,1	12,0	7,8	6,0	8,6	4,9	8,0	6,1	10,3	13,1	9,5	19,3	11,3	7,1	13,1	8,1	7,9	9,4	9,2	9,4	9,0
Taxa de Formalização	48,3	62,7	53,7	42,7	26,0	34,7	34,2	31,7	25,6	32,5	42,5	55,5	38,4	68,3	67,2	25,1	46,8	51,9	22,8	27,6	40,5	46,1	27,7
Taxa de Assalariamento	77,5	77,8	80,2	71,3	68,8	77,4	67,9	71,3	66,0	77,9	69,7	81,8	68,4	83,0	77,2	74,9	73,8	75,1	63,3	66,9	71,2	71,2	62,6
Incidência do trabalho agrícola	25,2	2,6	18,1	19,7	28,8	29,9	20,5	25,5	21,7	31,4	20,1	21,9	23,9	7,7	1,8	34,2	18,0	16,5	24,0	21,3	25,6	11,1	20,4
Incidência da previdência social	26,9	30,3	30,5	37,3	32,0	34,1	37,2	31,0	38,6	35,7	34,6	31,9	32,5	27,4	28,4	33,5	30,8	22,3	39,9	38,9	31,7	36,7	37,1
Incidência de programas sociais	48,2	23,3	41,0	43,7	46,1	39,3	38,9	32,3	37,0	36,6	40,7	36,1	45,1	35,3	18,6	42,3	39,1	28,5	51,9	43,6	41,5	36,1	51,7
Incidência da renda do trabalho	72,6	82,2	71,1	61,7	67,5	75,4	67,1	81,1	70,7	78,4	70,8	73,4	67,8	73,7	83,6	77,2	74,8	81,1	56,2	61,7	72,6	70,6	62,0
Participação da renda do trabalho na renda total	66,8	73,8	68,7	61,9	63,6	67,3	62,0	72,1	63,5	67,3	65,2	70,1	64,5	73,2	72,4	65,4	69,8	82,9	57,0	61,3	71,0	65,5	60,1
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	241,8	732,1	280,3	292,9	253,5	330,0	288,7	389,7	317,7	339,7	307,1	310,6	256,7	335,2	863,9	267,3	318,9	573,6	249,4	291,7	356,7	451,1	239,5
Índice de Gini ²	0,511	0,632	0,513	0,583	0,549	0,483	0,509	0,505	0,517	0,503	0,541	0,519	0,515	0,511	0,625	0,495	0,531	0,602	0,556	0,541	0,565	0,588	0,560
Acesso a bens de consumo																							
Proporção de domicílios sem televisão	11,7	2,5	6,8	9,0	9,4	8,4	8,0	4,3	8,2	6,1	7,8	6,4	9,5	4,6	2,1	8,1	7,2	7,7	19,8	13,9	16,9	8,8	17,2
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	92,9	69,1	88,9	88,4	90,6	91,1	90,2	86,8	91,8	87,3	89,1	89,5	90,4	83,5	58,6	92,3	86,0	76,5	94,3	92,6	88,7	82,0	90,9
Proporção de domicílios sem geladeira	18,8	4,7	12,8	14,8	16,8	12,2	12,1	7,6	20,4	14,4	12,7	9,9	11,6	6,6	2,9	18,6	12,8	11,4	25,6	19,6	25,3	15,8	29,6
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	28,9	7,5	19,0	28,9	24,2	17,9	21,0	16,7	27,5	19,9	25,9	19,9	20,8	14,5	5,7	18,2	15,1	19,2	52,5	45,8	32,0	25,4	44,4
Proporção de domicílios sem computador	90,8	65,2	86,5	88,2	89,1	87,7	88,7	83,8	85,6	82,8	84,9	88,2	90,1	82,7	58,9	88,6	83,3	74,8	93,1	88,9	84,4	74,9	90,0
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	81,5	65,9	75,5	74,9	63,7	61,1	69,1	61,1	66,9	62,4	71,0	75,2	74,2	75,8	55,5	68,6	70,3	53,1	58,2	62,4	60,6	58,6	68,8
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																							
Densidade de morador por dormitório	2,3	2,1	2,3	2,2	2,1	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	2,2	2,1	2,2	2,2	1,9	2,1	2,2	2,0	1,9	1,8	2,2	2,1	2,1
Densidade de morador por banheiro	4,2	2,5	3,8	3,7	3,7	3,3	3,2	2,9	3,3	3,2	3,4	3,7	3,8	3,4	2,3	3,7	3,5	3,1	4,3	3,8	3,9	3,2	4,6
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	21,9	2,7	9,7	13,2	11,9	14,2	7,3	6,8	11,5	10,9	7,7	13,8	13,9	5,8	1,7	17,7	10,2	7,9	25,6	17,3	21,9	10,9	24,8
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	63,5	52,6	61,7	66,1	53,9	62,9	76,4	58,2	39,8	72,3	55,5	77,8	84,6	50,3	20,8	81,7	78,8	69,4	70,2	73,9	33,8	23,7	55,4
Proporção de domicílios sem água encanada	27,5	1,6	6,1	8,4	15,7	19,8	15,0	12,8	26,1	18,2	10,4	12,4	16,9	8,0	1,7	29,8	16,9	4,2	13,3	8,2	22,3	12,1	15,8
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	35,6	3,3	12,8	26,9	34,7	26,4	27,5	16,0	27,2	28,6	14,5	35,6	38,0	9,5	3,6	33,0	27,3	19,9	56,2	45,0	33,5	26,8	40,1
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	1,7	0,2	0,9	1,3	1,7	1,2	1,1	0,6	1,5	1,0	1,6	1,3	1,4	1,1	0,2	1,3	1,6	2,2	10,9	5,3	8,7	3,1	7,3
Educação																							
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	29,4	12,7	25,7	28,0	30,5	30,2	27,1	24,2	27,7	25,3	22,4	22,8	24,9	15,4	7,7	26,9	21,1	14,0	24,1	24,2	19,6	19,3	22,5
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	96,7	95,5	96,2	95,9	97,1	97,6	98,6	97,0	97,0	97,4	97,9	97,4	97,7	97,8	97,5	97,9	97,3	97,1	97,8	98,5	96,9	96,8	97,1
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	40,0	29,4	30,7	31,4	43,4	41,3	40,2	35,5	39,3	40,1	37,8	39,4	40,8	39,5	31,4	42,8	42,7	27,5	31,2	33,5	32,3	28,8	38,8
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	15,0	29,4	17,0	16,4	13,2	14,3	15,9	15,9	13,7	16,2	21,9	20,6	17,5	26,2	35,3	14,7	20,3	28,9	19,4	18,5	21,4	25,2	17,5
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	3,1	12,2	2,9	4,4	3,6	3,5	4,7	4,3	3,4	4,1	5,0	3,8	4,1	3,8	14,4	3,4	4,5	6,6	2,3	2,7	4,2	6,0	2,7
Demografia																							
Razão de dependência	61,9	45,8	57,6	57,4	58,9	52,7	55,0	51,3	54,6	53,5	56,4	59,5	58,8	53,6	42,1	57,1	55,8	49,3	57,0	56,1	56,0	52,7	63,1
Tamanho médio das famílias	3,9	3,5	4,0	3,8	3,7	3,4	3,4	3,4	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,4	3,7	3,7	3,6	3,8	3,6	3,7	3,6	4,0
Proporção de famílias com chefe de não brancos	77,8	64,4	70,1	72,8	69,0	67,9	70,9	64,7	67,7	71,7	72,2	79,4	78,3	81,3	69,7	76,3	79,0	71,0	73,8	67,9	73,9	71,7	80,0
Proporção de famílias com chefe feminina	35,3	42,4	32,2	36,9	34,5	44,1	40,2	39,1	42,4	37,5	40,3	39,1	39,4	45,0	43,8	37,4	40,5	32,8	30,7	30,6	36,4	42,9	37,0
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	4,0	3,2	2,2	2,4	3,6	2,7	2,7	2,5	4,8	3,2	2,7	1,8	2,7	1,8	5,5	2,3	2,7	7,8	2,2	2,9	4,5	5,8	2,6
Mortalidade Infantil ³	17,4	16,0	18,0	14,3	20,2	13,0	16,4	16,3	14,4	12,6	16,1	22,8	13,1	16,0	16,0	15,5	13,1	15,2	13,8	13,7	16,0	20,5	19,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.

Tabela A3 - Microrregiões nordestinas: Indicadores multidimensionais de desigualdade, 2010

(conclusão)

Descrição	29007	29008	29009	29010	29011	29012	29013	29014	29015	29016	29017	29018	29019	29020	29021	29022	29023	29024	29025	29026	29027	29028	29029	29030	29031	29032	
Mercado de trabalho e renda																											
Taxa de Desemprego	10,4	9,4	7,8	8,8	11,0	9,8	4,5	8,3	7,5	7,8	9,4	12,7	15,7	10,9	12,3	9,0	8,0	9,2	6,7	7,2	7,7	9,0	8,4	7,8	12,1	10,0	
Taxa de Formalização	28,6	29,5	22,7	27,9	29,1	45,7	17,7	20,0	20,4	30,1	39,0	40,1	57,7	43,3	68,1	21,8	27,9	33,5	26,7	32,4	27,1	40,8	51,3	32,7	46,0	47,5	
Taxa de Assalariamento	67,8	69,5	76,7	69,8	71,8	69,0	64,2	61,0	66,0	69,3	72,2	77,1	78,0	72,3	78,8	66,1	73,2	76,6	70,8	72,9	69,4	74,6	82,5	75,8	77,0	75,3	
Incidência do trabalho agrícola	22,3	21,4	33,3	25,2	23,7	10,6	30,5	23,2	27,2	21,3	21,3	23,8	7,7	19,6	0,8	20,0	30,6	24,8	28,7	28,8	22,7	18,6	22,0	35,2	21,0	19,1	
Incidência da previdência social	35,7	36,3	36,4	37,6	38,0	32,8	36,5	38,9	40,0	36,0	34,2	30,1	28,7	37,7	27,0	44,1	37,9	34,9	41,8	37,9	42,4	34,1	34,0	28,1	31,8	25,3	
Incidência de programas sociais	47,4	42,5	44,8	43,3	43,3	29,5	55,9	51,3	44,0	41,8	34,9	40,6	28,3	34,9	15,3	48,2	42,4	35,9	39,7	42,4	42,4	32,5	33,1	37,9	33,9	26,1	
Incidência da renda do trabalho	63,2	69,0	70,2	68,9	67,3	77,7	63,3	60,0	63,7	71,3	73,7	70,3	75,9	72,3	84,8	55,2	68,6	74,4	68,3	73,5	65,4	76,4	80,4	80,2	77,0	82,1	
Participação da renda do trabalho na renda total	63,8	63,3	63,3	61,6	60,8	70,3	56,8	56,3	55,3	63,9	66,8	67,3	71,8	64,3	74,5	53,0	62,8	69,1	61,9	68,1	59,2	72,3	73,7	68,5	72,3	79,1	
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> ¹	272,5	316,4	295,7	301,7	318,3	512,6	237,9	254,8	262,8	301,9	393,5	293,5	428,5	386,7	908,7	259,2	293,4	347,6	306,8	353,5	304,5	412,9	379,5	332,6	435,3	484,2	
Índice de Gini ²	0,570	0,579	0,555	0,533	0,578	0,597	0,523	0,570	0,537	0,507	0,575	0,586	0,531	0,559	0,627	0,544	0,538	0,543	0,502	0,527	0,500	0,552	0,486	0,554	0,568	0,559	
Acesso a bens de consumo																											
Proporção de domicílios sem televisão	16,1	11,9	8,8	12,1	15,3	6,3	22,6	17,2	11,7	11,5	8,9	12,3	7,4	6,6	2,7	17,7	13,4	10,8	12,0	14,5	14,3	8,9	10,1	18,3	10,8	10,4	
Proporção de domicílios sem máquina de lavar	90,5	92,1	91,5	92,5	92,8	83,3	94,4	93,5	92,3	91,6	82,7	89,2	83,0	86,0	59,9	93,4	92,3	89,8	90,4	91,7	92,8	83,6	88,0	87,7	83,2	81,5	
Proporção de domicílios sem geladeira	23,2	27,0	24,9	25,2	26,5	11,2	37,7	32,1	24,3	22,1	17,0	21,5	10,5	11,1	4,4	30,2	26,8	21,7	17,8	19,6	22,5	20,8	20,7	26,1	18,5	14,7	
Proporção de domicílios sem telefone (fixo, em 2000, e fixo ou celular, em 2010)	38,5	37,6	38,9	39,2	35,7	15,8	46,8	38,0	31,1	22,2	23,1	25,9	15,7	19,1	5,6	49,6	49,2	31,7	41,8	33,2	34,5	28,6	30,5	29,9	24,9	21,0	
Proporção de domicílios sem computador	88,6	85,4	87,4	85,7	87,6	74,8	92,7	91,6	89,9	85,9	80,8	87,4	79,4	82,2	56,2	91,1	87,9	84,1	89,0	83,8	86,8	76,9	82,2	86,2	77,8	77,6	
Proporção de domicílios sem veículo particular (veículo ou motocicleta, em 2010)	62,5	69,0	59,0	66,0	67,8	61,9	66,1	59,8	67,3	59,3	66,8	74,4	73,7	69,8	67,5	56,6	62,1	67,7	49,4	49,0	52,6	64,7	73,1	76,4	76,2	67,4	
Condições do domicílio e acesso a bens públicos																											
Densidade de morador por dormitório	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	2,0	2,2	2,0	2,0	2,0	1,8	1,9	1,9	1,7	1,8	1,7	1,9	2,0	2,2	2,1	2,1	
Densidade de morador por banheiro	4,2	3,8	3,7	3,6	3,9	3,0	4,6	4,7	3,7	3,7	3,1	3,9	3,2	3,1	2,3	4,0	3,8	3,3	3,6	3,6	3,7	3,3	3,2	3,8	3,2	3,0	
Proporção de domicílios sem banheiro exclusivo no domicílio	18,5	21,7	14,1	18,9	20,5	12,2	28,3	31,2	17,5	18,7	11,0	17,8	10,0	10,8	1,7	19,5	16,7	14,7	11,0	13,0	17,5	13,4	6,1	21,6	15,9	9,0	
Proporção de domicílios sem esgoto apropriado	69,6	50,3	80,2	60,1	45,3	51,5	49,3	52,8	61,7	46,6	59,0	78,8	38,3	55,3	11,3	68,4	71,7	47,3	67,3	67,4	60,5	45,2	22,0	42,3	28,9	44,8	
Proporção de domicílios sem água encanada	11,9	19,5	7,6	14,5	22,1	14,9	34,7	33,8	18,6	24,5	8,5	18,1	10,5	13,7	1,2	15,4	7,6	11,9	11,9	11,2	24,3	14,4	4,9	17,1	11,1	8,8	
Proporção de domicílios sem coleta de lixo apropriada	52,1	34,1	33,8	25,9	28,6	23,0	48,5	52,6	42,8	35,7	30,6	30,8	16,4	29,3	4,2	56,4	39,5	25,9	54,6	42,6	51,5	25,4	16,5	34,0	18,9	14,9	
Proporção de domicílios sem acesso à energia elétrica	6,8	3,9	2,3	4,0	8,0	1,7	14,7	7,5	4,8	4,0	1,7	3,5	1,6	1,3	0,2	8,5	5,0	3,6	5,1	5,6	7,0	3,8	4,3	9,6	4,6	3,4	
Educação																											
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (em %)	21,9	20,8	18,1	21,5	22,5	14,5	35,8	28,4	29,7	21,3	17,7	20,7	12,0	16,5	4,5	24,1	20,2	22,3	22,7	21,3	24,4	20,6	22,3	21,7	19,1	17,7	
Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos	97,5	97,8	97,6	97,6	97,3	97,5	96,7	98,3	96,7	97,8	97,5	97,1	98,1	97,5	96,6	98,1	97,5	97,1	97,5	97,9	97,3	96,6	97,1	96,9	96,2	96,5	
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	33,2	36,0	27,9	35,6	36,6	34,8	40,9	39,4	39,7	38,4	37,7	41,0	33,9	35,8	29,0	31,7	31,8	34,8	30,0	34,9	38,2	35,5	38,3	42,4	34,7	32,1	
Incidência do ensino médio completo na população com mais de 17 anos de idade	21,5	19,1	20,4	18,3	17,0	28,2	11,2	14,2	15,1	20,9	24,2	18,4	29,3	26,6	38,9	15,7	18,1	20,0	17,0	19,8	15,3	19,1	19,5	18,3	23,3	23,8	
Incidência do ensino superior completo na população com mais de 21 anos de idade	2,6	3,1	2,7	3,0	3,1	4,9	2,2	2,3	2,1	2,7	4,3	2,9	3,2	3,7	12,7	2,3	3,1	3,7	3,0	3,8	2,8	5,0	3,3	3,3	5,3	5,3	
Demografia																											
Razão de dependência	60,1	55,6	56,3	56,4	59,3	48,3	60,7	60,7	57,6	54,0	52,0	61,9	46,0	47,9	38,2	56,3	57,8	53,5	48,2	49,4	52,1	52,5	53,6	55,7	52,8	53,5	
Tamanho médio das famílias	4,0	3,6	3,5	3,3	3,6	3,5	3,6	3,6	3,6	3,5	3,5	3,8	3,5	3,5	3,2	3,7	3,7	3,4	3,8	3,7	3,6	3,6	3,5	3,6	3,4	3,4	
Proporção de famílias com chefia de não brancos	75,6	74,3	71,8	75,9	78,1	81,4	74,5	71,8	68,3	74,0	79,5	84,2	86,9	84,2	79,6	64,8	73,5	75,6	57,0	63,7	62,3	68,8	73,6	82,9	81,2	75,7	
Proporção de famílias com chefia feminina	33,8	37,9	36,0	39,9	40,3	43,3	38,6	40,0	40,0	41,2	40,5	39,6	41,7	43,9	44,7	29,1	36,5	39,7	26,6	30,7	29,2	37,6	37,5	37,1	39,8	36,4	
Proporção de famílias com residência inferior a 4 anos	3,2	2,8	2,4	2,9	1,7	2,1	4,3	2,2	2,4	1,6	2,2	1,9	1,5	1,2	2,3	1,5	2,1	1,8	2,1	2,0	2,3	2,9	3,5	1,6	2,6	6,4	
Mortalidade Infantil ³	19,4	14,6	18,3	17,8	18,0	15,7	20,8	17,3	14,4	15,2	18,8	17,1	16,3	14,3	16,6	19,3	16,0	18,1	18,6	18,6	20,2	20,4	23,5	19,3	21,6	16,6	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e DATASUS. Elaboração própria.

Nota: 1 - Valores sem renda zero e deflacionados pelo INPC a preços de 1/ago/2010. 2 - Índice de Gini do Rendimento mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes. 3 - Valores médios de 1999, 2000 e 2001 para o ano de 2000 e de 2009, 2010 e 2011 para o ano de 2010.